**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA**

VIVER A CIDADE, SOBREVIVER AO TEMPO:

Fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, Pernambuco

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega
Orientadora: Profa. Léa Francesconi

São Paulo, 2015.

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

**VIVER A CIDADE, SOBREVIVER AO TEMPO:
FRAGMENTOS DA VIDA COTIDIANA DOS VELHOS NA
CIDADE DO RECIFE, PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profa. Dra. Léa Francesconi

SÃO PAULO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

N754v Nóbrega, Pedro Ricardo da Cunha
 Viver a cidade, sobreviver ao tempo: Fragmentos
da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife,
Pernambuco / Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega ;
orientadora Léa Francesconi. – São Paulo, 2015.
589 f.

 Tese (Doutorado)– Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

 1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia
da População. 4. Geografia Urbana. 5. Geografia do
Envelhecimento. I. Francesconi, Léa, orient. II.
Título.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA HUMANA**

Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega

**VIVER A CIDADE, SOBREVIVER AO TEMPO: Fragmentos da vida cotidiana dos velhos na
cidade do Recife, Pernambuco**

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
para a obtenção do título de Doutor em Ciências

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____
Prof. Dr. _____	Instituição: _____
Julgamento: _____	Assinatura: _____

...Dedico este trabalho a todos os velhos que conseguem superar as determinações de uma sociedade preconceituosa e vivem se equilibrando entre o possível-impossível da realização de suas vidas cotidianas em cidades desiguais, fragmentadas e espetacularizadas, como a cidade do Recife...

Agradecimentos

A etapa dos agradecimentos sempre é um momento de tentar lembrar daquelas pessoas que participaram e contribuíram no processo de elaboração do trabalho, mas também é importante lembrar de quem apoiou e apoia em dimensões que superam aquela da tecnicidade das questões e ganham um sentido na construção das condições afetivas, materiais e de bem-estar, sem a dimensão pessoal não é possível realizar nenhuma atividade.

Por isso, gostaria de agradecer, de forma muito especial, aos meus pais, Cristine Nóbrega e Luiz Ricardo, que me abrigaram e me abrigam sempre que necessário sem me pedir nada em troca, estabelecendo um ambiente afetivamente saudável, capaz de possibilitar a superação de todos os empecilhos e todas as barreiras impostas pelo caminho, qualquer agradecimento seria muito pouco e muito pequeno para mensurar o tamanho da importância de vocês em minha vida, com todo o carinho, muito obrigado. À minha irmã, Paula Nóbrega, sempre cabe um agradecimento especial, o afeto sempre é um lugar seguro que podemos regressar para reestabelecer as forças.

Gostaria de agradecer todo o apoio dado pela minha orientadora, Professora Dra. Léa Francesconi, sem a sua confiança no meu trabalho essa tese não seria possível, as discussões desde a seleção até as últimas revisões foram muito importantes. Além da dimensão profissional há dimensões de humanidade e de cuidado com o outro que precisam ser resgatadas, sempre.

Os agradecimentos se estendem ao meu orientador do doutorado sanduíche na Espanha, o Professor Dr. Antonio Abellán García, mesmo caminhando em direções opostas, as observações sobre a importância da pesquisa quantitativa, a necessidade de organizar o método e ser o máximo transparente possível ajudaram muito na manutenção de um caminho reto e focado no trabalho, mesmo quando a saúde não permitia uma dedicação tão exclusiva.

Gostaria também de ampliar os meus agradecimentos às professoras Isabel Alvares, Marta Inez e Rita Cruz, através das discussões proporcionadas pelas disciplinas ministradas por elas no âmbito da pós-graduação em geografia humana foi possível entrar com mais propriedade, se é que a consegui, nas questões do método e no pensamento de Henri Lefebvre. Especial agradecimento também às professoras Odete Seabra e Amélia Damiani por tão atentas e fundamentais observações feitas durante a banca de qualificação. As reflexões sugeridas ajudaram na redefinição de questões, além da melhor compreensão acerca de alguns elementos que estavam nebulosos, tanto na leitura de alguns conceitos, quanto na tentativa de adequação e interpretação de alguns fenômenos materiais.

No trânsito Recife-São Paulo-Madri é fundamental agradecer às pessoas que tornaram o convívio mais ameno, que ajudaram na adaptação e na construção de laços afetivos, fundamentais para ajudar na superação e nos vazios deixados pela ausência do lugar de origem. Meus mais sinceros agradecimentos acompanhados dos meus mais profundos sentimentos de carinho para Marcella Miranda, Clara Couto, Carol, Hernán Salazar, membros da nossa família de amigos em São Paulo, que alguém, não consigo lembrar quem, batizou de FAMUSP. Amigos que permaneceram para além das discussões acadêmicas, são amigos da vida. Em Madri, eu não poderia ter aguentado com tanta força e vontade se não fosse a convivência mais do que fraternal com Esther Torres, Sandra Brocksom e Paco, sem dúvidas, minha segunda família, minhas referências no país de Cervantes.

No departamento de Geografia da USP também existiram algumas pessoas muito importantes para agradecer e que precisam ser lembradas, as companheiras de grupo de seminário: Iris e Meire Rose, Meire que até os últimos dias da redação da tese compartilhou, à distância, dos momentos mais tensos e dos sofrimentos que envolvem o processo de doutoramento. Obrigado, meninas! Obrigado também à funcionária do Labur, a nossa querida Flor, com uma acolhida sempre animadora, e que não media esforços para ser prestativa e disponibilizar ajuda sempre que solicitada, muito obrigado Flor, espero que esteja disfrutando, merecidamente, da sua aposentadoria.

Gostaria de agradecer à minha ex-orientadora (uma vez professora, professora para todo o sempre) Profa. Edvânia Tôrres Aguiar Gomes, a introdução a esse universo temático sempre estará associada às suas orientações, com as pistas compartilhadas desde as primeiras aulas no curso de licenciatura em Geografia, quando foi a professora da disciplina de Metodologia Científica, indicações que se estenderam ao processo de orientação no PET de Geografia da UFPE, depois no meu trabalho de finalização do curso, passando pelas orientações no Grupo de Estudos NEXUS, pelo acompanhamento nas atividades de graduação sanduíche na Alemanha e pela orientação no programa de mestrado, sem sombra de dúvidas a minha formação é sua responsabilidade, devo a você a minha personalidade acadêmica, muito obrigado!

Meus mais sinceros agradecimentos para a eficiência dos funcionários da secretaria da pós, através da Rosângela, gostaria de agradecer a todos que sempre se colocaram a disposição para ajudar com as orientações corretas e as soluções para as questões mais técnicas e burocráticas.

Gostaria muito de agradecer à Márcia Carneiro e ao Romero Maia pela ajuda com os dados do IBGE e o interesse desinteressado, vocês são excelentes servidores públicos, espero um dia poder retribuir a ajuda.

Não posso deixar de agradecer a tão cara colaboração da minha amiga de longa data, Andrezza Monteiro. Já se vai mais de 15 anos de amizade construída no âmbito da Geografia, mas que já ultrapassou as barreiras da relação profissional, somos amigos para sempre, incondicionalmente.

Por fim gostaria de agradecer ao apoio financeiro dado pelo Governo Federal Brasileiro através das agências CAPES e CNPq, a CAPES apoiando com bolsa regular de doutorado no país e o CNPq com a bolsa para o período de doutorado sanduíche na Espanha, sem o fomento institucional qualquer atividade de pesquisa fica exponencialmente prejudicada.

Muito obrigado aos meus amigos pessoais que entenderam e entendem as ausências, não irei agradecer a nenhum específico com medo de ser injusto, mas saibam que a amizade de vocês, e vocês sabem quem são, é fundamental.

Por fim, gostaria de agradecer e compartilhar todo e qualquer êxito que este trabalho venha a ter com todos os meus apoiadores, ao mesmo tempo que eximo todos estes envolvidos de qualquer responsabilidade sobre erros de qualquer ordem, assumo-os, todos.

Saber envejecer es la mayor de las sabidurías y uno de los más difíciles capítulos del arte de vivir

Enrique Federico Amiel

Se o adulto não dispõe de tempo ou desejo para reconstruir a infância, o velho se curva sobre ela como os gregos sobre a idade de ouro.

Ecléa Bosi – Memória e Sociedade: Lembranças de velhos

Morrer prematuramente, ou envelhecer: não há outra alternativa. E entretanto, como escreve Goethe: A idade apodera-se de nós de surpresa. Cada um é, para si mesmo, o sujeito único, e muitas vezes nos espantamos quando o destino comum se torna o nosso: doença, ruptura, luto. Lembro-me do meu assombro quando, seriamente doente pela primeira vez na vida, eu me dizia: “Essa Mulher que está sendo transportada numa padiola sou eu.” Entretanto, os acidentes contingentes integram-se facilmente à nossa história, porque nos atingem em nossa singularidade: velhice é um destino, e quando ele se apodera da nossa própria vida, deixamos-nos estupefados.

Simone de Beauvoir – A velhice

A existência humana é temporal; como afirmam os zen-budistas, o ser não pode estar dissociado do tempo. Nós vivemos inseridos no tempo: não apenas da nossa vida individual, mas também da nossa geração e da era em que nascemos. Envelhecer nem sempre é apenas um processo fisiológico, mas também psicológico, intelectual, social e cultural – a ideia de que é simplesmente um caso de troca da brincadeira por responsabilidades é uma injustiça com a complexidade e a riqueza da experiência [...] envelhecer, portanto, é menos sobre o velho e mais sobre o novo.

Anne Karpf – Como envelhecer

(...) La armonía recobrada sólo fue interrumpida por la muerte de Melquíades. Aunque era un acontecimiento previsible, no lo fueron las circunstancias. Pocos meses después de su regreso se había operado en él un proceso de envejecimiento tan apresurado y crítico, que pronto se le tuvo por uno de esos bisavuelos inútiles que deambulan como sombras por los dormitorios, arrastrando los pies, recordando mejores tiempos en voz alta, y de quienes nadie se ocupa ni se acuerda en realidad hasta el día en que amanecen muertos en la cama

Gabriel García Márquez – Cien Años de Soledad

Resumo

A Geografia, na contemporaneidade, não corresponde mais àquela ciência descritiva que buscava a unidade através de um método fechado (cartesiano e positivista). A abertura para uma compreensão dialética do mundo moderno impõe uma agenda para esta ciência que tem como base a construção de análises espaciais que têm como fundamento as ações sociais tomadas como práticas sócio-espaciais. Neste sentido, desenvolveu-se, e ainda está em curso, um processo de atualização de conceitos, temas e abordagens que coloca no centro das questões o real problematizado. Sendo assim, a ideia de população é esvaziada de sentido e no lugar desse conceito a-histórico e genérico surgem reflexões que consideram a produção do homem como categoria central para os estudos contemporâneos, o que revela, em função do modo de produção capitalista, a produção do espaço. As transformações recentes causadas pela ampliação da longevidade causam uma ampliação da relação das pessoas com o espaço de realização da vida, o que traz para a discussão temas relacionados ao processo de envelhecimento humano como uma questão emergente e que precisa de atenção, principalmente por parte das ciências humanas, uma vez que já há uma tradição destes estudos no âmbito das ciências da saúde. Esta tese identifica a necessidade de que sejam ampliadas, em função da condição atual e das projeções futuras, os estudos relacionados à geografia do envelhecimento, que no Brasil não têm nenhuma tradição fora do ambiente demográfico. Frente aos elementos identificados, busca-se, com esta tese, contribuir para o estudo da geografia do envelhecimento a partir da análise teórica e empírica dos fragmentos da vida cotidiana dos velhos da cidade do Recife. O método que estrutura este trabalho está baseado nos princípios marxianos e atualizados a partir da compreensão da obra de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço, obedecendo, metodologicamente, a um movimento regressivo-progressivo. O principal objetivo desta pesquisa é estudar a relação entre a produção do espaço urbano e a realização da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, buscando entender a relação entre os velhos e as barreiras existentes na cidade, de várias ordens, que dificultam a realização da vida em coletividade; além de identificar oito categorias empíricas fundamentais para a realização da vida cotidiana: espaço público x espaço privado, transporte, moradia, participação social, inclusão social, comunicação, emprego e serviços de saúde. A discussão acerca destes temas só se tornou possível através de uma análise dos conceitos de velho, velhice e envelhecimento, relacionando-os com as discussões sobre a produção do espaço urbano e as definições da vida cotidiana, bem como construindo análises críticas sobre o conjunto de regras e normas estabelecidas em âmbito internacional e nacional, que possibilitam e fomentam, no âmbito do direito, uma relação harmônica dos velhos com a cidade. Os principais resultados estão relacionados a um aprofundamento teórico sobre os temas centrais apresentados na tese e a um entendimento mais próximos da caracterização da forma de vida dos velhos pobres da cidade, mostrando que, para a velhice, a cidade inteira se impõe como barreira, quer seja na impossibilidade de garantia dos direitos conquistados, quer seja em função de práticas urbanas orientadas para os indivíduos jovens, o que dificulta a apropriação da cidade por parte das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

Palavras-chave: Envelhecimento Humano, Geografia do Envelhecimento, Vida Cotidiana, (Re)produção do Espaço, Cidade do Recife.

Abstract

Geography, in contemporary times, no longer corresponds to that descriptive science that sought to drive through a closed method (Cartesian and positivist). The openness to a dialectical comprehension of the modern world imposes an agenda for this science that is based on the construction of spatial analysis that the main goals are social actions taken as socio-spatial practices. In this sense, it has developed, and it is still ongoing, a process of updating concepts, themes and approaches that puts at the center of the questions the reality questioned. Thus, the idea of the population is emptied of meaning and in the place of this timeless and generic concept arise reflections considering the production of man as a central category for contemporary studies, which reveals, due to the capitalist mode of production, the production of space. Recent changes caused by the enlargement of longevity cause an expansion of people relationship with the space for lifetime achievement, which brings to the discussion topics related to the human aging process as an emerging issue and that needs attention, particularly by the humanities, since there is a tradition of these studies as part of health sciences. This thesis identifies the need to be expanded, depending on the current condition and future projections, studies related to aging geography, which in Brazil there is no tradition out of the demographic environment. Regarding to the identified issues, this thesis seeks to contribute to the study of the aging geography from the theoretical and empirical analysis of the fragments of everyday life of the elderly from Recife. The method that structures this paper is based on the principles Marxist and updated from the understanding of the work of Henri Lefebvre about the production of space, obeying, methodologically, to a regressive-progressive movement. The main objective of this research is to study the relationship between the production of urban space and the accomplishment of everyday life of the elderly in Recife, seeking to understand the relationship between the elderly and the limitations in town, in many ways, which hinder the accomplishment of life in community; and identify eight empirical categories for the fulfillment of everyday life: public space vs private space, transportation, housing, social participation, social inclusion, communication, employment and health services. The discussion on these topics was made possible through an analysis of the elderly, old age and aging concepts, relating them to the discussions about the production of urban space and the settings of everyday life, as well as building critical analysis on the set of rules and standards established at the international and national level, that enable and promote, under the law, a harmonious relationship of the elderly people with the town. The main results are related to a theoretical deepening about the central themes presented in this thesis and with a closer understanding of the characterization of the way of life of poor elderly people in town too, showing that for old age, the whole town is imposed as a limitation, either in the impossibility to guarantee the rights conquered, or in function of urban practices showed for young people, hindering the appropriation of the city by people that are 60 years or over.

Keywords: Human Aging, Aging Geography, Everyday Life, (Re) production of space, Recife.

Title: Enjoying the city, surviving the time: Fragments of everyday life of the elderly in Recife, Pernambuco.

Resumen

La Geografía en la contemporaneidad no corresponde más a aquella ciencia descriptiva que estaba en busca de una unidad con base en un método cerrado (cartesiano y positivista). La apertura hacia una comprensión dialéctica del mundo moderno impone una agenda para la geografía que tiene como principio la construcción de análisis espaciales que tienen como fundamento las acciones sociales entendidas como practica socio-espaciales. Bajo esta comprensión se han desarrollado y aún están desarrollándose procesos de actualización de conceptos, temarios y abordajes que ponen en el centro de las cuestiones lo real problematizado. Por eso la noción de población es muy genérica y en el lugar de este concepto a-histórico surgen reflexiones que consideran la producción de hombre como categoría central para los estudios de la sociedad, lo que revela, en función del modo de producción capitalista, la producción del espacio. Los cambios recientes causados por la ampliación de la longevidad causan una ampliación de las relación de las personas con su espacio de realización de la vida, cuestión esta que trae para la discusión los temas relacionados a los proceso de envejecimiento humano como una cuestión emergente y que necesita de atención, principalmente por parte de las ciencias humanas, una vez que hay, para los estudios del envejecimiento, una tradición en las ciencias de la salud. Esta tesis identifica, en una primera dimensión, la necesidad que sean ampliados los estudios relacionados a la Geografía del envejecimiento en función de la condición actual y de lo que las proyecciones anuncian. Estas investigaciones no tienen ninguna tradición fuera del ambiente demográfico, en el Brasil. Bajo a los elementos identificados buscase con esta tesis contribuir con los estudios de la geografía del envejecimiento a partir de los análisis teóricos y empíricos de los fragmentos de la vida cotidiana de los mayores en la ciudad de Recife. El método que estructura este trabajo esta basado en los principios de la filosofía marxista y actualizado a partir de la comprensión de la obra de Henri Lefebvre acerca de la producción del espacio, por eso, sigue metodológicamente un camino progresivo-regresivo. El principal reto de esta investigación esta basado en lo entendimiento de las relaciones de producción del espacio urbano y en la realización de la vida cotidiana de los viejos de la ciudad del Recife, buscando revelar de manera especifica las relaciones entre los mayores de la ciudad con la barreras que dificultan y imposibilitan la relación de los ancianos con la ciudad; estos análisis serán hechos a partir de ocho categorías empíricas fundamentales para la realización de la vida cotidiana: espacio publico x espacio privado; transporte, viviendas, participación social, inclusión social, comunicación, empleo y servicios de salud. La discusión de estos elementos solo es posible porque fue hecha una reflexión teórica los conceptos de viejo, vejez y envejecimiento, relacionándolos con las discusiones sobre la producción del espacio y las definiciones de la vida cotidiana, además de eso fue realizada una revisión en las leyes establecidas en los ámbitos nacionales e internacionales. Esto dio posibilidad de entender los términos legislativos de la relación de los viejos con la ciudad. Los resultados principales están relacionados a una construcción densa de la teoría acerca los temas centrales presentados en la tesis y a un entendimiento más cercano sobre la caracterización de las formas de vida de los ancianos pobres de la ciudad, enseñando que para la vejez la ciudad entera se presenta como una barrera, sea por la imposibilidad de garantizar de los derechos conquistados, sea por las practicas urbanas orientadas hacia las personas con edad igual o superior a los 60 años.

Palabras clave: Envejecimiento Humano, Geografía del Envejecimiento, Vida Cotidiana, (Re)producción del Espacio, Ciudad de Recife.

Lista de Figuras

Figura 01: Gustav Klimt...	31
Figura 02: Distribuição dos grupos...	80
Figura 03: Distribuição dos grupos...	81
Figura 04: Distribuição dos grupos...	83
Figura 05: Distribuição dos grupos...	84
Figura 06: Simplificação dos conceitos de migração...	94
Figura 07: Nacho Puerto...	165
Figura 08: Representações esquemáticos...	222
Figura 09: Distribuição do IDHM...	228
Figura 10: Espacialização do IDHM...	229
Figura 11: Subíndice do IDHM...	231
Figura 12: Crescimento da expectativa de vida...	232
Figura 13: Evolução do Índice de Longevidade...	233
Figura 14: Projeção do Crescimento populacional...	238
Figura 15: Taxa de Projeção do Crescimento...	239
Figura 16: Crescimento da população...	240
Figura 17: Taxa de Crescimento geométrico...	241
Figura 18: Taxa de Crescimento populacional...	242
Figura 19: Distribuição etária da população...	246
Figura 20: Excedente Feminino...	252
Figura 21: Esquema de localização...	257
Figura 22: Variação do IDHM Recife...	258
Figura 23: Variação do IDHM Recife...	259
Figura 24: IDHM Recife...	260
Figura 25: Fluxo Escolar...	261
Figura 26: Escolaridade da População...	262
Figura 27: Renda, Pobreza e Desigualdade...	263
Figura 28: Distribuição da Renda...	264
Figura 29: Composição Econômica...	265
Figura 30: Ocupação da população com 18 ou mais...	266
Figura 31: População Total do Município...	268
Figura 32: Taxa de Crescimento Populacional...	269
Figura 33: Índice de Envelhecimento...	270
Figura 34: Estrutura da População, Razão de dependência...	271
Figura 35: Pirâmide Populacional 1991...	272
Figura 36: Pirâmide Populacional 2000...	272
Figura 37: Pirâmide Populacional 2010...	273
Figura 38: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade...	275
Figura 39: Indicadores Habitação...	276
Figura 40: Vulnerabilidade habitacional...	277
Figura 41: Pirâmide Etária maior que 60 anos...	279
Figura 42: Maior Escolaridade 60 – 69 anos...	280
Figura 43: Maior Escolaridade 70 – 79 anos...	281
Figura 44: Maior Escolaridade 80 – 89 anos...	282
Figura 45: Maior Escolaridade 90 – 105 anos...	283
Figura 46: Estado Civil 60 – 69 anos...	284
Figura 47: Estado Civil 70 – 79 anos...	285
Figura 48: Estado Civil 80 – 89 anos...	286

Figura 49: Estado Civil 90 – 105 anos...	288
Figura 50: Valor Rendimento Nominal Homens...	289
Figura 51: Valor Rendimento Nominal Mulheres...	290
Figura 52: Rendimento Domiciliar...	291
Figura 53: Espécie de Domicílio 60 – 69...	292
Figura 54: Espécie de Domicílio 70 – 79...	293
Figura 55: Espécie de Domicílio 80 – 89...	293
Figura 56: Espécie de Domicílio 90 – 105 anos...	294
Figura 57: Canalização e Abastecimento 60 – 69 anos...	295
Figura 58: Canalização e Abastecimento 70 – 79 anos...	295
Figura 59: Canalização e Abastecimento 80 – 89 anos...	296
Figura 60: Canalização e Abastecimento 90 – 105 anos...	296
Figura 61: Cômodos e Dormitórios...	297
Figura 62: Tipo de Esgotamento 60 – 69 anos...	298
Figura 63: Tipo de Esgotamento 70 – 79 anos...	298
Figura 64: Tipo de Esgotamento 80 – 89 anos...	299
Figura 65: Tipo de Esgotamento 90 – 105 anos...	299
Figura 66: Presença de Bens Duráveis Rádio...	302
Figura 67: Presença de Bens Duráveis TV...	302
Figura 68: Presença de Bens Duráveis Máquina de Lavar...	303
Figura 69: Presença de Bens Duráveis Geladeira...	304
Figura 70: Presença de Bens Duráveis Celular...	305
Figura 71: Presença de Bens Duráveis Telefone Fixo...	306
Figura 72: Presença de Bens Duráveis Computador...	306
Figura 73: Presença de Bens Duráveis Computador com Internet...	307
Figura 74: André Cunha...	308
Figura 75: Eixo Entre a Condição de Natureza...	328
Figura 76: Anúncio de Venda de Imóvel...	355
Figura 77: Planta Baixa de Imóvel...	355
Figura 78: Still life and street...	364
Figura 79: Relativity...	364
Figura 80: Print Gallery...	364
Figura 81: Ilha de Santo Antônio...	381
Figura 82: Vista do Porto...	381
Figura 83: Vista da Cidade Maurícia...	382
Figura 84: Baía Entulhada...	384
Figura 85: Vista do Bairro do Recife...	385
Figura 86: Bairro do Recife 1631...	386
Figura 87: Bairro do Recife 1637...	387
Figura 88: Bairro do Recife 1648...	388
Figura 89: Bairro do Recife 1733...	388
Figura 90: Bairro do Recife 1766...	389
Figura 91: Bairro do Recife 1808...	389
Figura 92: Bairro do Recife 1854...	390
Figura 93: Bairro do Recife 1906...	390
Figura 94: Algumas obras ocorridas...	391
Figura 95: Igreja do Corpo Santo...	392
Figura 96: Planta da Cidade 1906/1907...	393
Figura 97: Sobrado Típico do Recife...	395
Figura 98: Mocambo Típico do Recife...	396

Figura 99: Planta da Cidade 1918...	398
Figura 100: Planta da Cidade 1951...	399
Figura 101: Densidade de Ônibus...	401
Figura 102: Centralidades do Recife...	402
Figura 103: Charles Edward Wilson...	408
Figura 104: Mapa Esquemático das Áreas Pobres...	478
Figura 105: Localização dos bairros do Recife...	480
Figura 106: Determinantes do envelhecimento ativo...	498
Figura 107: Evolução da capacidade funcional...	499
Figura 108: Categorização dos elementos pesquisados...	501
Figura 109: Mercado de São José...	502
Figura 110: Acúmulo de Lixo...	503
Figura 111: Poluição do Rio Capibaribe...	504
Figura 112: Exemplo de Ocupação...	505
Figura 113: Rua Residencial...	506
Figura 114: Praça da Zona Norte...	507
Figura 115: Parque Treze de Maio...	507
Figura 116: Mapeamento das Barreiras...	511
Figura 117: Comparação entre a Densidade Demográfica...	512
Figura 118: Embargue de Passageiros...	514
Figura 119: Passageiros Esperando...	514
Figura 120: Acesso ao BRT...	515
Figura 121: Serviço Público de Transporte em Madri...	517
Figura 122: Serviço Privado de Transporte em Recife...	517
Figura 123: Escadarias do Prédio...	519
Figura 124: Prédio onde Jeane Mora...	521
Figura 125: Edifício Duarte Coelho...	522
Figura 126: Vista Panorâmica...	524
Figura 127: Distribuição dos Polos...	525
Figura 128: Atividade do Programa Academia	528
Figura 129: Clube das Pás...	529
Figura 130: Foto de um dos Eventos...	537
Figura 131: Sede do Clube de Máscaras...	538
Figura 132: Uma das Reuniões...	539
Figura 133: Representação da Hierarquia...	551
Figura 134: AÚn Aprendo...	552
Figura 135: It Was The Sound Of Their Feet...	578

Lista de Tabelas e Quadros

Tabelas

Tabela 01 – Participação relativa percentual da população por grupos de idade na população total: 1980 – 2050. 249

Tabela 02 – índice de envelhecimento de algumas das principais capitais brasileiras para os anos de 1990, 2000 e 2010 255

Quadros

Quadro 01 - Relação dos 33 polos da academia da cidade, com os 6 polos selecionados para a pesquisa 161

Quadro 02 - Índice de Envelhecimento da cidade do Recife por bairro, maior igual a 9,28, identificados em amarelo os bairros onde foram realizadas as entrevistas. 162

Quadro 03 – Os oito estágios do desenvolvimento psicossocial em Erick Erikson. 173

Quadro 04 – Mitos sobre a velhice 182

Quadro 05 – Crises da velhice 186

Quadro 06 – As idades da vida no período da Idade Média 200

Quadro 07 – Quatro classificações possíveis da idades do ser humano 201

Quadro 08 – Síntese sobre as principais teorias biológicas do envelhecimento. 205

Quadro 09 – Mudanças demográficas no Brasil e as implicações sociais para os grupos: criança, jovem, adulto e velho. 243

Quadro 10 - Evolução dos períodos técnicos ao longo da evolução da sociedade 375

Quadro 11 – Velocidade de difusão dos objetos técnicos. 377

Quadro 12 – Artigos da Declaração Política sobre o envelhecimento 425

Quadro 13 – Síntese do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento 428

Quadro 14 – Referências significativas sobre o envelhecimento na Agenda Pública Brasileira 444

Lista de Siglas e Abreviaturas

AACD – Associação de Assistência à Criança Deficiente
ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AC – Academia das Cidades
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BRT – Bus Rapid Transit (Ônibus de Trânsito Rápido – tradução livre)
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCHS – Centro de Ciencias Humanas y Sociales
CELPE – Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CESAR – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
CNI – Conselho Nacional do Idoso
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDEPE – Agência Estadual de Pesquisa e Planejamento de Pernambuco
CSIC – Consejo Superior de Investigaciones Científicas
DCG – Departamento de Ciências Geográficas
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ECOSOC – Conselho Econômico e Social
EMLURB – Secretaria de Serviços Públicos
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FIFA – Fédération Internationale de Football Association
FJP – Fundação João Pinheiro
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMERSO – Instituto de Mayores y Servicios Sociales
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
JCPM – Grupo João Carlos Paes Mendonça
MDH – Materialismo Histórico e Dialético
MEC – Ministério da Educação

METROREC – Empresa de Operação dos Transporte Coletivo sobre Trilhos do Recife

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde / WHO – World Health Organization

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PCR – Prefeitura da Cidade do Recife

PET – Programa de Educação Tutorial

PIA – População em Idade Economicamente Ativa

PNAD - Pesquisa Nacional de Domicílios

PNI – Política Nacional do Idoso

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGERO – Programa de Pós-Graduação em Gerontologia

PPGH – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

RBCEH – Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano

REBEP – Revista Brasileira de Estudos da População

RMR – Região Metropolitana do Recife

RPAs – Regiões Político Administrativas (Divisão da prefeitura do Recife)

SEI – Sistema Estrutural Integrado

SESC - Serviço Social de Comércio

STTP – Sistema de Transporte Público de Passageiros

SUS – Sistema Único de Saúde

TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação

TIP – Terminal Integrado de Passageiro

UE – União Europeia

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

URB – Empresa de Urbanização do Recife

USP – Universidade de São Paulo

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

Sumário

Apresentação	20
Sobre o processo de chegada ao objeto de estudo – a trajetória!	20
Sobre a Tese	23
Sobre a estrutura da Tese	28
Introdução: Por uma geografia do envelhecimento	32
Um panorama geral da Geografia na modernidade	32
Por uma geografia nova: necessidade de atualizar as abordagens de conceitos e temas	48
Por uma geografia nova: a atualização da geografia da população	57
Por uma geografia do envelhecimento	66
Para não dizer que não falei de método	110
Reflexões sobre o método	110
O movimento regressivo-progressivo	136
Os níveis e as dimensões de análise	139
A tentativa de sistematizar a pesquisa: Procedimentos Metodológicos	154
Parte 1 - Sobre o envelhecimento	165
Capítulo 1 : Envelhecimento – Definições	168
Capítulo 2 : Envelhecimento – O que mostram os dados?	224
Parte 2 – Sobre o Urbano	307
Capítulo 3 : Espaço Urbano e Vida Cotidiana – Chaves para a Geografia do Envelhecimento	310
Capítulo 4 : As representações do urbano – o espaço abstrato impondo limites à compreensão do envelhecimento.	361
Parte 3 – Sobre a cidade e os velhos	407
Capítulo 5 : Direito ao envelhecimento - um olhar sobre os principais elementos legais.	410
Capítulo 6 : O que dizem os velhos sobre a vida na cidade, fragmentos da vida cotidiana - Espaço Público e Espaço Privado, Transporte, Moradia, Participação Social, Inclusão, Emprego, Comunicação e Serviço de Saúde	468
Conclusões	549
Referências	557
Anexos	
I - Guia Tópico para as entrevistas	573
II - Nós, as grisalhas	575
III - Pois é: sobre envelhecer	579
IV - O fim da velhice	581

Apresentação

... “É preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê”...
Marcelo Camelo, Além do que se vê.

Sobre o processo de chegada ao objeto de estudo – a trajetória!

A pesquisa “*Viver a cidade, sobreviver ao tempo: Fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, Pernambuco*” que foi desenvolvida junto ao programa de doutorado em geografia humana da Universidade de São Paulo tem raízes associadas ao momento em que o tema apareceu para mim, por volta do ano de 2007, quando realizava um período de graduação sanduíche na Alemanha e tive contato com os projetos sobre a renovação do centro histórico da cidade de Marburg. Além de uma preocupação com a forma urbana, percebi que havia uma atenção especial em relação à adequação dos ambientes construídos às necessidades dos grupos de indivíduos que precisavam de melhores condições de acesso e mobilidade.

À luz desta experiência pude perceber como o urbano estava preenchido de conteúdos para além da forma, existia um sentido profundo que atingia algo que não era aparente... Pensar a cidade levando em conta parcelas da população que têm dificuldade de acesso e de circulação revelou um dos níveis do compromisso público que existe como elemento oculto no processo de reprodução das relações sociais. Daí então a preocupação com uma concepção de urbano que materializasse na cidade a possibilidade de reprodução da vida dos velhos.

Estas reflexões foram tomadas como um compromisso acadêmico de entender a sociedade e o espaço a partir da indissociabilidade da forma e do conteúdo, percebendo os sentidos que animam os movimentos da estrutura e das funções existentes no processo de reprodução da vida. Havia, naquela ocasião, um incomodo, não muito claro, sobre os sentidos dos processos que alimentam a construção da vida e suas múltiplas possibilidades; era preciso ainda entender sobre o que torna a realidade possível, quais os conflitos ocultos, quais as contradições imanentes e quais certezas e verdades ‘dogmáticas’ foram dissimuladas, destruídas, reconstruídas, compostas e recompostas na construção daquilo que aparecia como fenômeno... era um desejo e uma curiosidade por descobrir, o que só entendi mais tarde, que era algo que estava subsumido da realidade, mas que ainda se fazia sentir.

O contato com o urbanismo na Alemanha e a incorporação do envelhecimento como uma das centralidades nos projetos de renovação dos espaços urbanos me estimularam a pensar sobre a ausência deste tema na geografia brasileira. Estudando o histórico da produção sobre o envelhecimento pude perceber que a maior parte dos esforços de pesquisa sobre a temática aparecem concentrados na área da saúde, em grande parte tratando os indivíduos velhos como pessoas frágeis e que precisam de cuidados médicos, no limite, parece que os velhos têm um status de não-cidadãos¹ e quando aparecem, principalmente nos textos geográficos, estão relacionados aos estudos sobre a dinâmica da população. Estes elementos causaram-me interesse em aprofundar as pesquisas sobre o envelhecimento humano e as suas vinculações com a produção e reprodução do espaço urbano na modernidade.

A partir de então uma nova maneira, para mim, de entender o mundo real-concreto foi possibilitada, estimulando uma perspectiva crítica sobre a realidade, revelando os conflitos estabelecidos entre o *concebido*, o *percebido* e o *vivido*, uma vez que o processo de apreensão da realidade não se dá de forma linear, nem apenas de forma positiva. O tema ganhou uma importância para minhas ações como estudante, pesquisador e professor de geografia.

A compreensão e a tentativa de transformar essa compreensão em produção acadêmica se dá também de forma não linear em um dimensão que ousa, com receio de tornar vulgar ou simplificado, chamar de dialética, que, por sua vez, tem momentos produtivos, contra-produtivos e de perplexidades.

Inicialmente alguns questionamentos apareceram ainda na graduação enquanto pesquisava sobre a acessibilidade urbana na cidade do Recife, nas atividades desenvolvidas com o grupo do PET Geografia da UFPE (2003/2006), sob a coordenação da professora Edvânia Tôres Aguiar Gomes. Naquela ocasião estávamos iniciando as discussões sobre circulação e a mobilidade na cidade do Recife, com o objetivo de estudar formas de participação que garantisse mecanismos de inclusão. Começamos a estudar os mecanismos que possibilitavam e restringiam a acessibilidade das pessoas aos lugares públicos e ao lugar de moradia. Neste momento, Henri Lefebvre aparece como uma referência fundamental, primeiro com o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) e em seguida com a revolução urbana (LEFEBVRE, 2008).

Os estudos sobre a acessibilidade urbana e as questões postas na Alemanha sobre o envelhecimento possibilitaram a realização da minha dissertação de mestrado, defendida em

¹ Termo assumido de maneira ampla que não representa a ausência dos velhos na legislação, mas que atenta para uma dimensão do real e das representações sociais sobre a velhice, que aponta para um lugar subalternizado dos velhos no contexto social.

2009, sob o título “*Estudo dos sinais do tempo nas estruturas urbanas e nas pessoas: um lance de olhar nas questões apresentadas a partir do bairro da Boa Vista – Recife/PE*”, que após concorrer em um edital interno à UFPE foi publicada em forma de livro com o título “Antigos Lugares, Novos Temas: Os sinais do tempo no bairro da Boa Vista” (NÓBREGA, 2010), também com a orientação da professora Edvânia Tôrres Aguiar Gomes.

As questões discutidas e sistematizadas até o momento ainda representavam um esforço inicial sobre o tema e precisavam ser ampliadas para entender o lugar dos velhos na vida social. É neste contexto que o tema foi apresentado para se tornar objeto de estudo no programa de doutorado em geografia humana da USP, sob a orientação da professora Léa Francesconi, buscando entender o envelhecimento humano para além da geografia da população, colocando-o como objeto de análise da geografia humana, tomando como lugar da pesquisa a cidade do Recife.

A opção por estudar o urbano sob nenhum aspecto nega a existência de um processo particularizado do envelhecimento em ambiente rural, acredito que outros esforços e outras pesquisas deverão ser realizadas a fim de entender as especificidades do envelhecimento humano nos mais diferentes matizes. Não obstante, e de acordo com o que aponta Lefebvre (2008), fiquei convencido que, a sociedade atual caminha para se tornar uma sociedade urbana, por isso, entender como se dá o envelhecimento humano no urbano me parece um desafio urgente e necessário.

É preciso ressaltar que o estudo atual sobre o envelhecimento não esgota a questão, muito pelo contrário, amplia o cenário das reflexões possíveis, quer seja entendendo as dinâmicas do envelhecimento, quer seja aplicando estas questões ao envelhecimento na cidade do Recife, ou a fragmentos da cidade.

O envelhecimento humano, a reprodução do espaço urbano e o estudo sobre a vida cotidiana se apresentaram como categorias-chave desta pesquisa. Importante destacar que no contexto atual do processo de produção do espaço, que é o produção capitalista do espaço, o cotidiano emerge como lugar da realização do modo de produção – pois abriga o ponto de partida e o ponto de chegada da sociedade do consumo que dá sentido a reprodução ampliada do capital – ao mesmo tempo, e contraditoriamente, se apresenta como lugar da revolução possível.

A potencialidade contraditória e revolucionária do cotidiano como dimensão de análise me estimulou a pensar que o exame crítico da vida cotidiana torna possível a leitura sobre uma dimensão do processo de produção do espaço, que guarda um movimentos subjetivo e abstrato, que torna visível as sócio-lógicas contemporâneas e assim possibilita

enxergar para além da ‘imagem cega’ proporcionada pela lógica formal. Há no cotidiano mais do que se quer que veja! As práticas sociais se tornam mais visíveis no âmbito do vivido, por isso, que o cotidiano e a vida cotidiana ganham centralidade. O esforço é de entender os movimentos dialéticos que eliminam as concepções superficiais postas pela lógica formal.

Os esforços teóricos empreendidos têm como objetivo alinhar a pesquisa ao pensamento presente na obra de Henri Lefebvre, metodologicamente orientando para refletir um movimento regressivo-progressivo, pois aparece como uma ferramenta indispensável para articular os dilemas concretos e pô-los em diálogo com o universo onírico, que está diretamente imbricado com a realização da vida, ainda que de forma subsumida.

O caminho traçado para esta pesquisa partiu da perspectiva geral de que os velhos, especialmente os velhos pobres, ao realizar a sua vida cotidiana deixam marcar, uma espécie de resíduo possível que ajudaria na identificação de táticas capazes de subverter, em alguma medida, as barreiras físicas postas, os constrangimentos e as impossibilidades de realização da vida. Em linhas gerais esta foi a trajetória que permitiu a aproximação ao tema do envelhecimento e o tornou objeto desta tese.

Sobre a tese

As contradições inerentes ao processo de reprodução da sociedade e consequentemente do espaço social estão no cerne da lógica perversa de reprodução do capital, o que influencia diretamente na realização da vida. Notadamente, frente a essa condição, dentre muitas outras divisões possíveis, em síntese, a sociedade se divide entre os espoliados e os espoliadores, os primeiros subjugados a uma força de opressão relacionada à venda de sua força de trabalho para os espoliadores, que em geral são os donos dos meios de produção (pensados de uma forma ampla e generalizadora). Esta divisão durante muito tempo deixou clara a existência da luta entre classes sociais, assim, os espoliados estavam o tempo todo, quando não alienados dos processos aos quais estavam submetidos, reivindicando pela sua condição humana, enquanto os espoliadores os tratavam como mais um elemento do processo de produção, coisificando a vida humana e tentando tirar deles o maior proveito possível.

As transformações ocorridas, ao longo dos anos, dentro do modo de produção e nas formas de acumulação do capital impulsionaram grandes transformações e uma atomização

dos termos da luta de classes. A flexibilização no modo de produzir², o aumento da informalidade, a incorporação da informalidade na formalidade³, a divisão internacional do trabalho, a espetacularização da sociedade⁴, a transformação das construções coletivas em obrigações pessoais, a indústria do “você é o único responsável por aquilo que você é” e a ilusão da ascensão social através de um mercado financeirizado e fictício esfumaram a clareza da luta social inerente à classe trabalhadora, tensionando as pessoas para que houvesse uma naturalização de que as necessidades coletivas fossem recolocadas no debate público como necessidades individuais, dando uma falsa ideia de que se cada um for responsável por si o todo será melhor. Este cenário um pouco sombrio levou ao enfraquecimento relativo das lutas sociais, o que fez com que os movimentos e as lutas consequentes se realizassem como uma necessidade de rearticulação da sociedade em buscar de assumir o foco no projeto maior de restaurar a humanidade do homem, assumindo a diversidade e a pluralidade da condição humana.

Aliado a este contexto social é possível perceber que o processo, em curso, de urbanização completa do espaço, como aponta Lefebvre (2008), revela que muitas destas lutas sociais se encontram plasmadas no seio do urbano, já que ele, em sua forma cidade, abriga parcela considerável da população total, em linhas gerais, é o que acontece no Brasil. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, vimos aumentar significativamente a quantidade de pessoas que chegam e ultrapassam a marca dos 60 anos de idade, o que também nos coloca questões para serem refletidas.

Considerando os termos da luta, entre espoliados e espoliadores, sem muito esforço compreendemos que uma leitura sobre o mundo que tenha como propósito a busca por relações e processos menos desiguais priorizará o estudo sobre a parcela da sociedade que se encontra em condição de pobreza e vulnerabilidade social. Se acrescentamos a isso as

² (...) “os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado de regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente” (HARVEY, 2000, p. 146).

³ “As relações incertas (e variáveis conforme países, contextos sociais e microconjunturas políticas) entre o formal e o informal, legal e ilegal, constituem um fenômeno transversal na experiência contemporânea, também nos chamados “países do Norte”. No centro dos debates atuais está justamente o lugar redefinido do informal sob a lógica de processos de produção e circulação de mercadorias que mobilizam e acionam sua reprodução ampliada nas fronteiras porosas de legal e ilegal” (TELES, 2010, p. 100).

⁴ “O espetáculo é o discurso ininterrupto que a ordem presente faz sobre si própria, o seu monólogo elogioso. É o auto-retrato do poder no momento da sua gestão totalitária das condições de existência. A aparência fetichista de pura objetividade nas relações espetaculares esconde o seu caráter de relação entre homens e entre classes: uma segunda natureza parece dominar o nosso meio ambiente com as suas leis fatais. Mas o espetáculo não é necessariamente um produto do desenvolvimento técnico do ponto de vista do desenvolvimento natural. A sociedade do espetáculo é, pelo contrário, uma formulação que escolhe o seu próprio conteúdo técnico” (DEBORD, 1991, p. 11).

particularidades da análise sobre a condição do envelhecimento humano abrimos um campo de reflexões, pesquisas e ações que assume a ordem do dia e auxiliam na construção de um mundo menos perverso, principalmente para aqueles que sobrevivem ao tempo (nossa utopia).

Não obstante, não se trata de considerar a “sociedade dos velhos” como uma totalidade, a totalidade é a sociedade em seu eterno movimento de produção e reprodução, o que se apresenta como importante entender é: qual o papel e o lugar do velho, mais claramente do velho pobre, na sociedade e como algumas necessidades particulares deste grupo acabam por ajudar a entendê-los como parte negada ou subalternizada desta totalidade social.

A busca por diminuir as impossibilidades de realização e manutenção da vida dos velhos parece, deste modo, ser um compromisso, antes de tudo, ético! Ao analisar a realidade brasileira, em especial da cidade do Recife, percebe-se a urgência de trabalhos nesta direção, principalmente porque estamos diante de processos que apontam para uma mudança radical na forma em que a sociedade se relacionará com ela mesma e com o seu espaço. Os estudos sobre o envelhecimento humano, realizados a partir de uma ciência como a geografia, podem ajudar no entendimento das transformações na composição da população e dos mecanismos que ressignificarão o sentido da produção do homem, do espaço e consequentemente influenciarão nos processos de reprodução da vida.

Os estudos sobre o envelhecimento humano têm que assumir a tarefa de tentar entender todos os matizes e sutilezas inerentes à reprodução da vida. Para isso, é urgente considerar as heranças culturais e as dinâmicas sócio-espaciais⁵ que integram as relações dos humanos com os espaços socialmente produzidos, principalmente porque essas características revelam os sentidos historicamente forjados na definição do que se materializa como produto social.

Uma vez que o fenômeno do envelhecimento humano assume proporções globais, como apontam os relatórios das Nações Unidas⁶ sobre a dinâmica da população mundial, faz-se importante examinar e refletir acerca dos vínculos e das trajetórias que os diferentes grupos

⁵ O debate sobre a grafia da palavra socioespacial/sócio-espacial foi iniciado por Marcelo Lopes de Souza (2007) e apesar de muita discussão ainda não se chegou a um consenso geral. Enquanto Marcelo (2007) acredita que o termo socioespacial sem hífen faz referência apenas ao espaço social como um produto e por isso sem os tensionamentos das relações sociais, Catalão (2001) assume que essa consideração é limitada, pois na discussão geográfica atual não há possibilidades de entender o espaço como um elemento vazio de relações sociais. No entanto, vamos acatar a construção feita por Souza (2007, p. 160-161) e estabelecer uma diferenciação entre socioespacial e sócio-espacial.

⁶ Cf. <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-idosas/>

humanos construíram, com o objetivo de garantir o direito à cidade que envolve inexoravelmente a reprodução da vida⁷.

As dificuldades econômicas, as dissimetrias existentes entre os que dominam os processos produtivos e aqueles que estão subjugados, além dos vínculos históricos amalgamados pelas heranças culturais e materiais, são condições fundamentais para investigar, comparar e analisar as diversas faces do processo de envelhecimento. Por isso, o estudo do envelhecimento humano se coloca como desafio para o pensamento geográfico contemporâneo.

Não obstante, e resgatando, com cuidado, a dimensão de síntese da geografia, investigar e refletir sobre o envelhecimento humano pressupõe uma articulação necessária de diversas áreas do conhecimento, principalmente quando se percebe a necessidade de direcionar um conjunto de ações e reflexões para esse grupo social específico, os velhos. A propósito, revelar as implicações do envelhecimento humano nos espaços urbanos ainda figura como novidade no contexto da sociedade brasileira e por isso há a necessidade de ampliação do debate sobre o tema, uma vez que a produção científica formal ainda precisa realizar reflexões profundas, notadamente no âmbito das ciências humanas e sociais.

Deste universo de expectativas e possibilidades de análise é que se localiza a elaboração desta tese. Assumimos como ponto de partida quatro hipóteses que se vinculam entre si, mas que jamais se fecham nelas mesmas, e por isso mesmo não têm o propósito de encerrar as questões, senão, dentro do universo limitado do pensamento, surgem como tentativa de apresentar as reflexões para além da lógica formal que insiste em tentar reduzir a percepção e a análise à pura e simples descrição dos fenômenos pela forma:

I) O espaço urbano, entendido como totalidade, abriga contradições que permitem entender as desigualdades e desequilíbrios no processo de reprodução da vida. Supõe-se, então, que a reprodução do espaço urbano, em função da inserção precária dos velhos pobres frente aos interesses dos agentes hegemônicos do capital, revela aspectos da contradição entre a construção de um envelhecimento humano saudável e as impossibilidades e constrangimentos na realização da vida. As representações realizadas pela lógica do discurso sobre o envelhecimento humano e as ações executadas pelo poder público no sentido de melhorar a vida dos velhos parecem não entrar em acordo com as necessidades apresentadas

⁷ “Uma sociedade para todas as idades possui metas para dar aos idosos a oportunidade de continuar contribuindo com a sociedade. Para trabalhar neste sentido é necessário remover tudo que representa exclusão e discriminação contra eles” (ONU, 2002).

na vida cotidiana, revelando descompassos entre o discurso institucional e a realidade concreta, ou seja, as contradições entre o plano das ideias e o plano material tencionam os níveis e as escalas entre o concebido, o percebido e o vivido. Ao mesmo tempo em que se nota a existência de um conjunto legal (legislação) de normas e programas que tratam da questão do envelhecimento, estes não são necessariamente reflexo das necessidades reais-concretas do grupo dos velhos, o que faz com que exista um forte descompasso entre o que é idealisticamente pensado como importante e aquilo que materialmente se apresenta como necessidade. Como consequência, o espaço que está sendo produzido não atende as necessidades reais para a realização da vida dos velhos, o que torna mais evidente as contradições entre as representações construídas coletivamente e as práticas relativas ao envelhecimento humano.

ii) No contexto da reprodução do espaço urbano a condição da inclusão precária e subalternizada dos velhos faz supor que a permanência e a realização das relações de reprodução da vida deste grupo seja construída nos interstícios possíveis capturados na vida cotidiana, nos fragmentos da vida cotidiana. Supõe-se que uma busca por qualificar as condições de permanência dos velhos frente aos ‘obstáculos’ presentes no espaço urbano revelará, em certa medida, qual a condição real/concreta do envelhecimento na cidade do Recife. Os constrangimentos para a realização da vida cotidiana podem aparecer como fortes elementos capazes de revelar o projeto da sociedade em relação aos velhos.

iii) Partindo-se da concepção de que a sociedade atual entende o velho a partir da sua condição de vulnerabilidade, supõe-se que os efeitos do envelhecimento em cenários de privação de direitos e de infraestruturas necessárias para a reprodução da vida ficam mais evidenciados pela restrição da mobilidade, entendida em seu sentido mais amplo. A baixa mobilidade, aparentemente, reduz o raio de ação das pessoas envelhecidas, circunscrevendo-as, grosso modo, a espaços específicos na/da cidade. A hipótese é que a cidade fragmentada *guetifica* os velhos a parcelas menos valorizadas do tecido urbano e, no limite, nega aos velhos a própria cidade, como totalidade.

iv) A representação feita dos velhos, por eles e pelos outros, pode apresentar elementos que ajudem a entender os processos desiguais a que os mesmos estão subjugados em sua vida cotidiana. Supõe-se que aquilo que escapa da representação sobre a velhice e que brota como forma de resistência aos estereótipos pode aparecer como um resíduo capaz de ressignificar a experiência do velho com a cidade e com a sociedade.

Com a finalidade de conduzir as hipóteses para o caminho da verificação foram construídos objetivos que serviram mais como uma bússola que nos ajudou a encontrar o norte indicado no processo de elaboração do projeto de pesquisa, mas que não engessou a trilha e o caminhar.

Objetivo Geral: *I)* Analisar o processo de envelhecimento na cidade do Recife, entendendo os sentidos da reprodução do espaço urbano a fim de identificar os sentidos, os nexos, as impossibilidades e as contradições na realização da vida cotidiana, possibilitando a compreensão de fragmentos dela.

Objetivos Específicos: *ii)* Qualificar e refletir criticamente acerca das formas de realização da vida cotidiana dos velhos frente aos obstáculos presentes na cidade do Recife, averiguando as impossibilidades de realização da vida através da participação social, da mobilidade e da acessibilidade urbana; *iii)* Analisar como as condições precárias de mobilidade (imobilidade) dos velhos pobres, no Recife, os forçam e os subjugam a habitar lugares específicos da cidade; *iv)* Refletir sobre a representação dos velhos, feita por eles e pelos outros, como ferramenta para auxiliar na busca de resíduos que apontem as resistências e as táticas de superação dos constrangimentos impostos em sociedade

Estes elementos ajudam a apresentar a tese como um processo inacabado e em constante transformação no conjunto de influências e elementos que auxiliam na organização do pensamento.

Sobre a estrutura da tese

A tese, documento escrito, é composta por cinco partes:

A primeira corresponde à apresentação sobre a trajetória até o encontro do objeto central da pesquisa (o envelhecimento humano e a análise da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife), a apresentação sobre as principais concepções e noção postas para o diálogo com o objeto de análise, uma apresentação técnica da estrutura do documento escrito e uma introdução que propõe entender os sentidos da geografia e propor uma atualização constante de temas e conceitos a fim de possibilitar a aberturas de análises mais sólidas sobre a Geografia do Envelhecimento (dimensão ausente nos estudos da geografia brasileira).

A segunda parte corresponde às necessidades de definição da metodologia construída para a realização da pesquisa, o que inclui uma discussão sobre a escolha teórica do método e as implicações temáticas para o estudo do envelhecimento a partir da leitura de fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, identificando os procedimentos e as estratégias de abordagem, recortes analíticos e formas de análise. Corresponde a uma esboço geral do pensamento e do processo de organização do pensamento.

Estas duas primeiras partes não estão contadas como partes, do ponto de vista gráfico da tese, mas estão organizadas de forma a anteceder as três partes “oficiais” da tese. As três outras partes que seguem estão divididas, cada uma, em dois capítulos, com a finalidade de discutir de forma aprofundada sobre as dimensões teóricas e empíricas fundamentais para entender os fragmentos das vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, sem perder a dimensão de uma discussão teórica fundamental para compreender as dimensões empíricas encontradas e projetar outras possibilidade de encontro e discussões. Sendo assim, as partes que se seguem estão assim divididas: parte 1 – sobre o envelhecimento, parte 2 – sobre o urbano e parte 3 – sobre a cidade e os velhos

Na parte sobre o envelhecimento foi discutida as dimensões conceituais e os dados sobre o envelhecimento, tanto no Brasil, quanto na cidade do Recife. No primeiro Capítulo denominado: Envelhecimento – Definições, estão postas as discussões centrais sobre o envelhecimento, abrindo o campo de análise para o entendimento sobre a construção do conceito de velhice ao longo da história da sociedade e estabelecendo as discussões sobre o sentido da velhice, a diferença entre velho e idoso, as múltiplas de dimensões da velhice, os processos de envelhecimento e as diferenças entre os processos de envelhecimento humano, envelhecimento biológico e envelhecimento da população. Neste capítulo foi discutida a necessidade de entender as implicações do sentido de cada um destes conceitos e de perceber que eles correspondem a dimensões diferentes do processo de envelhecimento. O capítulo dois recebeu o título de “Envelhecimento – O que mostram os dados?”, neste capítulo é resgatada a discussão sobre o envelhecimento da população, revelando que categoria população, apesar de ser a-histórica e muito genérica, se utilizada como instrumento de aproximação à realidade pode proporcionar um panorama geral sobre a questão do envelhecimento humano e ajudar a construir análises melhor fundamentadas, que possam integrar perspectivas gerais que precisam ser confrontadas com os dados de dimensão qualitativa.

A parte sobre o urbano tem como objetivo discutir sobre os sentidos da produção do espaço e da potencialidade de análise da vida cotidiana, identificando os processos de

transformações urbanísticas na cidade do Recife como fruto de um espaço construído como uma homogeneidade, que representava muito mais uma representação sobre o espaço do que uma construção baseada em práticas urbanas (sócio-espaciais). O capítulo três da tese se chama “Espaço Urbano e Vida Cotidiana – Chaves para a Geografia do Envelhecimento”, tem como principais referenciais teóricos Henri Lefebvre e Agnes Heller, ambos autores ajudam a construção dos referenciais teóricos que dão sentido e potencializam a compreensão da vida cotidiana em espaços urbanos e como essa condição pode ajudar na definição do jogo de táticas realizadas como possibilidade de subverter as imposições, as verticalidades. O espaço urbano em seu processo de produção e reprodução e a vida cotidiana como a ferramenta capaz de revelar as naturalizações e normatizações impostas no processo de (re)produção das relações sociais funcionam como eixos elementares para a realização de uma geografia do envelhecimento. O quarto capítulo foi chamado de “As representações do urbano – o espaço abstrato impondo limites à compreensão do envelhecimento” e apresenta as ilusões e as reivindicações por um espaço funcional, reflexo dos avanços do capitalismo sobre as ações da coletividade.

A terceira parte, sobre a cidade e os velhos, articular estas dimensões apresentadas nas partes anteriores com base na definição de dois movimentos possíveis, um na direção do espaço construção com base nas normas e outro construído como reflexo da realidade concreta. Essa é a dinâmica posto para os dois últimos capítulos da tese, o quinto capítulo foi chamado de “Direito ao envelhecimento - um olhar sobre os principais elementos legais”, nesta capítulo são apresentados os caminhos legais na construção do conjunto normativo que abarca as questões relacionadas ao envelhecimento e direciona as políticas e as ações no âmbito internacional e no âmbito nacional. O sexto capítulo da tese intitulado, O que dizem os velhos sobre a vida na cidade, fragmentos da vida cotidiana - Espaço Público e Espaço Privado, Transporte, Moradia, Participação Social, Inclusão, Emprego, Comunicação e Serviço de Saúde, trata das categorias empíricas que organizam a vida cotidiana, revelando-a em fragmentos. As fontes para a identificação dessas categorias são primárias, mas a organização dos dados destas fontes primárias foram dados a partir das categorizações apresentadas pelo guia da OMS orientado para a construção de cidades amigáveis ao processo de envelhecimento.

A tese ainda apresenta algumas reflexões conclusivas, as referências bibliográficas utilizadas na tese e um caderno com quatro anexos, o primeiro deles corresponde ao guia tópico utilizado para conduzir as atividades de entrevista e os outros três anexos são fundamentações importantes para compor as reflexos finais.

Figura 01: Gustav Klimt (1905). As três idades da mulher.

Nesta obra de Gustav Klimt as três mulheres, que podem ser a mesma mulher ao longo da vida (ciclo da vida), têm representadas características específicas de cada idade, identificadas através de marcas no corpo feitas com variação da paleta de cores que indicam o processo aparente do envelhecimento humano, entre outros elementos. Como extrapolação da tela podemos pensar que as marcas do tempo na mulher mais velha não são apenas físicas, a postura curvada e o rosto escondido pelos cabelos ajudam a pensar na trajetória de vida desta mulher e nos conflitos pelos quais ela passou. Aparentemente abandonada e cansada, o que conecta ela às demais é apenas o manto que envolve a todas, a inexorabilidade do tempo. Mas como a experiência de viver leva a essa representação da velhice ainda não foi uma pergunta satisfatoriamente respondida!

Introdução: Por uma geografia do envelhecimento

... “não sei por que essa gente vira a cara pro presente e esquece de aprender que felizmente ou infelizmente sempre o tempo vai correr. Não quero morrer, pois quero ver como será que deve ser envelhecer. Eu quero é viver pra ver qual é e dizer venha pra o que vai acontecer”... Arnaldo Antunes, Envelhecer.

Um panorama geral da geografia na modernidade

Antes mesmo do processo de institucionalização enquanto ciência e até os dias atuais, a geografia se depara com perplexidades de muitas ordens. As querelas estão presentes o tempo todo na construção do pensamento geográfico, assumir a centralidade desta ciência para entender o emaranhado da tessitura das tramas e dos cenários da vida real foi e vem sendo uma aposta de muitos que acreditam que, para além de uma ciência que examina a realidade, há na geografia uma chave de interpretação do mundo capaz de revelar os sentidos escondidos na aparência⁸, fazendo com que a geografia permita um triplo movimento simultâneo: a leitura da realidade tal como ela é; a conexão com os elementos do passado que permitiram a formação do que se é, inclusive dos processos que contêm negatividade⁹ na construção do espaço; e, a leitura crítica do mundo pondo em perspectiva as virtualidades¹⁰.

Como tal, a geografia e a emergência de um modo de pensar geográfico dotam os seres de uma capacidade de ler, refletir e produzir a si mesmos e o mundo que vivem¹¹,

⁸ “(...) a geografia é um discurso sobre a ordem do mundo. Sem negar a correspondência deste discurso com a realidade, (...) a forma deste discurso esclarece também muito sobre esta ordem, assim, (...) tanto o fazer a geografia, quanto o falar sobre ela estão irremediavelmente associados à ordem do mundo” (GOMES, 1996, p. 342).

⁹ “Estabelecendo uma tentativa de dialetização do projeto científico da geografia, no sentido mais amplo, imobilizando suas diferenças analíticas e metodológicas mais específicas, é possível reconhecer como ponto de ruptura a passagem da perspectiva histórica positiva do desenvolvimento da relação entre o homem e a natureza, assim como entre os homens, àquela que decifra sua negatividade, como inerência histórica” (DAMIANI, 2012, p. 269).

¹⁰ No sentido aqui entendido, a virtualidade se aproxima ao uso que Lefebvre atribui em sua obra, estaria próxima ao “devir” ou ao “vir-a-ser” é a potencialidade de que algo aconteça, mas enquanto os termos “devir” e “vir-a-ser” escondem uma realização abstrata, ou seja, tanto a possibilidade da coisa em si só acontecer no plano abstrato, a virtualidade nasce nas condições concretas, reais e materiais, as virtualidades são assim como um projeto em marcha, algo que ainda não aconteceu de forma concreta, mas que tem todos os elementos e características reais e objetivas de se realizar, seria uma espécie de antecipação ao estágio atual de um processo em curso. Enquanto o vir-a-ser se dá no tempo, a virtualidade entende a dimensão espaço-temporal contida nos elementos que se materializarão como realidade possível. Como aponta Carlos (1996, p. 122) “as virtualidades abrem, em cada época, uma pluralidade de possíveis que se cumpre no processo histórico”.

¹¹ “Na vida cotidiana, as pessoas precisam (i) de conhecimentos geográficos diversos (ii). Elas tiram elementos essenciais para dar um sentido a sua existência e para construir as suas identidades também de sua experiência em morar, viajar, e até sonhar. As necessidades fundamentais das pessoas são de produzir os seus alimentos e transportá-los até seus locais de habitação, de construir abrigos ou casas para se proteger do vento, da chuva ou

mesmo que isso não signifique uma conexão com a produção hegemônica de outras ciências e/ou áreas do conhecimento.

Com base no cenário referido nas linhas antecedentes, apresentam-se como tarefas emergentes do pensamento geográfico *i)* a localização dos elementos que compõe a produção da sociedade, consequentemente do espaço, contemporâneo; *ii)* a proposição, frente às perversidades do presente, de uma ruptura com o *status quo*¹². Entretanto, não temos porque converter a geografia em uma ferramenta puramente ideológica, por isso não se trata de conferir a ela o título de ciência das ciências humanas, como toda e qualquer ciência, a geografia é um discurso da realidade construído através de pesquisa, de sistematização e aplicação de método(s) e de um esforço de reflexão acompanhado de exercícios práticos, resultando em uma pluralidade epistemológica, pedagógica e de aplicações¹³, mas, inevitavelmente, a ela é atribuído o desafio de *iii)* entender como as práticas espaciais são fundamentais para a realização da vida na contemporaneidade.

Entender o mundo, ou seja, a sociedade e a produção do espaço da sociedade não é um desafio apenas da geografia, as ciências humanas e sociais há muito assumem essa tarefa. Mas, talvez, em função do seu objeto e dos cenários múltiplos que é capaz de abarcar, haja uma responsabilidade tácita da geografia em articular categorias capazes de propiciar uma leitura mais densa sobre a produção do homem e do espaço.

Sob os auspícios de ajudar na leitura e na produção crítica do mundo, a geografia não se antecipa ou se atrasa em relação à realidade – ou não deveria –, mas é um reflexo da produção humana enquanto um conjunto de práticas espaciais que se realizam no cotidiano da modernidade, ou seja, no âmbito de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”¹⁴, por isso, ela se dá investigando as práticas e não criando modelos abstratos deslocados do mundo

do frio, ou obter tecidos para se vestir, entre outras. Os problemas que têm são também de saber como integrar-se num grupo, como desenvolver relações com desconhecidos, como usar a sua influência para exercer poder sobre outros. Conhecimentos de conteúdo geográfico são necessários para atingir estes alvos; por exemplo, os povos caçadores têm de saber quais são os tipos de vegetação e os tipos de meio ambiente que convêm à caça; o problema é, uma vez estes meios localizados, achar um itinerário para chegar lá. Não é desenvolver um conhecimento abstrato e geral dos meios ambientes, ou regras gerais para orientar-se e localizar os lugares. Os conhecimentos geográficos que têm um papel na vida da gente são relativos (i) à orientação e à localização dos lugares, (ii) ao uso dos meios ambientes, (iii) à integração nos grupos sociais e ao uso das relações sociais para atingir os seus alvos, e (iv) à proteção contra grupos hostis e, mais geralmente, para fazer guerra ou manter a paz” (CLAVAL, 2011, p. 81).

¹² “uma geografia contemporânea, que atualiza uma geografia crítica – de presença anarquista e subversiva, portanto, não estatista – questiona a economia e o Estado” (DAMIANI, 2005, p. 58).

¹³ “a identidade geográfica foi muitas vezes procurada através da tentativa de definição de seu objeto científico. Outras vezes, foi no método ou no “espírito geográfico” que se acreditava estar situada a especificidade desta disciplina. De qualquer maneira, a individualidade geográfica foi frequentemente analisada segundo um ponto de vista interno, em oposição a um ponto de vista externo que a definiria em relação às outras disciplinas” (GOMES, 1996, p. 14).

¹⁴ Termo elaborado por Lefebvre (2006), que será oportunamente discutido em outras seções deste trabalho.

real-concreto. Esta condição ao mesmo tempo que preenche de sentido o “fazer geográfico” põe desafios de grande escala, tornando o geógrafo um pesquisador que precisa estar conectado aos processos de constituição do real (da dialética do real, sem eliminar as negatividades) e dos movimentos necessários para entender as grandes questões que emanam da sociedade¹⁵.

O tempo atual e suas particularidades reforçam as perplexidades, tanto em uma dimensão geral e distante (aquele exercício, às vezes vazio, às vezes deformado, de olhar o todo privilegiando a perspectiva de um ponto ou de uma escala de análise fixa e engessada), quanto no exercício diário de realização da vida (com todas as contradições que possa abarcar).

Não temos muito claro em que momento exato inauguramos a concepção moderna^{16,17} de mundo e até que ponto nós já (ou se) a ultrapassamos, o que nos parece bastante claro é que vivemos uma forma singular de realização da vida que tem como marco central a ideia de que o homem, enquanto coletividade, é responsável por sua produção, apropriação e “descontinuidade”¹⁸.

¹⁵ (...) “tudo neste mundo é regido pela lei do movimento, as ciências do homem preferem deter o pensamento e dissociar-se da dinâmica social, isto é, da realidade. Quando o método está aquém da descoberta, as ciências humanas ficam atrasadas em relação ao futuro e mesmo em relação ao presente, por trabalharem unicamente com o já feito. (...) Nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isso é importante porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro” (SANTOS, 2004b, p. 40-41).

¹⁶ Obviamente há muitos esforços em buscar marcos para inaugurar a modernidade ou os tempos modernos, muitos autores tomam como referencia a revolução industrial, no entanto outros apontam para processos iniciados no século XVI. O que nos parece fundamental é que mais do que um marco ético-estético há uma conjunção de comportamentos que apontam para uma mudança nos códigos da realização da vida e que todos eles estão apoiados em uma visão do mundo que não é capaz de ser apreendida em um simples golpe de olhar, que assume uma complexidade de elementos, atitudes, práticas, perspectivas de mundo... mesmo dentro da própria modernidade há caminhos que levam para comportamentos sociais bastante diferentes, há posturas filosóficas que invertem lógicas... no entanto, concordamos com Alfredo (2006) quando afirma o moderno, “enquanto um modo de ser e de se interagir socialmente no mundo da mercadoria e da modernização, enquanto potência que o trabalho adquire como desenvolvimento das forças produtivas, não desconsiderando a incorporação de um pelo outro” (ALFREDO, 2006, p. 55).

¹⁷ “O ponto de vista sustentando aqui parte de uma certa definição de modernidade. Primeiramente, considera-se que este período começa, a despeito de todas as controvérsias em torno das questões relativas às suas origens, no momento em que um novo código de valorização intervém em diversas esferas da vida social, sendo, pois, impossível identificar um evento ou uma data histórica precisa que demarcaria sua eclosão. Trata-se de uma mudança sutil e gradual que toma diferentes formas e que possui uma dinâmica espaço-temporal muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, ainda que uma época moderna seja facilmente identificada. Assim, a historicidade deste período não é um tema central nessa análise; o mais importante é a identificação dos traços característicos dessa mudança de valores que caracteriza esse período” (GOMES, 1996, p. 28).

¹⁸ Ainda que os projetos sociais estejam cada vez mais constituídos como os projetos sociais do capital, o capital e o modo de produção capitalista não aparecem como uma exterioridade abstrata ou uma racionalidade metafísica superior à condição humana. Há no seio da sociedade, ou melhor, dos agentes hegemônicos, que emergem da própria sociedade como totalidade, implicações que levam à construção das negatividades que junto à produção são responsáveis pela realização da vida.

À medida que o homem produz – produz o espaço e se reproduz a si mesmo, apoiado no modo de produção vigente, que desde o pensamento de Marx até o pensamento do presente se mostra hegemônico (aqui talvez resida um dos problemas centrais da construção das relações sociais na contemporaneidade) – cria para si e para o mundo padrões de sociabilidade¹⁹ que estão conectados com as necessidades de apropriação dos sistemas produtivos, estes padrões se renovam de tempo em tempo a partir das necessidades do capital, estas renovações na verdade aparecem, quase que contraditoriamente, como rupturas nos padrões de sociabilidade antecedentes.

Estas rupturas, como aponta Alfredo (2006, p. 55), esgarçam os padrões de sociabilidade anteriores, e, realizam-se ao mesmo tempo como parte deles, o que em certa medida elastece ou transforma sem modificar completamente os contextos de sociabilidade precedentes, prolongando a permanência do igual na diferença. Esta condição revela o sentido daquilo que existe de forma subsumida (*aufheben*)²⁰, que existe na ausência, que é parte constitutiva do ser, que o contradiz, mas não o nega completamente na essência.

No ensaio sobre a modernidade, Baudelaire, debatendo a partir das transformações ocorridas no século XIX, convida-nos a pensar sobre os elementos da vida que precisam ser refletidos à luz dos novos tempos. Em sua análise sobre a modernidade na arte ele instiga o leitor a pensar sobre a estética do belo:

Se um homem imparcial folheasse uma a uma *todas* as modas francesas desde a origem da França até o momento, nada encontraria de chocante nem de surpreendente. Seria possível ver, sim, as transições organizadas de forma tão gradativa quanto na escala do mundo animal. Nenhuma lacuna; logo, nenhuma surpresa. E se ele acrescentasse à vinheta que representa cada época o pensamento filosófico que mais a ocupou ou agitou, pensamento cuja lembrança é inevitavelmente evocada pela vinheta, constataria a profunda harmonia que rege toda a equipe da história, e que, mesmo nos séculos que nos parecem mais monstruosos e insanos, o imortal apetite do belo sempre foi saciado (BAUDELAIRE, 1997, p. 09-10).

A reflexão de Baudelaire nos ajuda a visualizar que na construção das exterioridades, o mundo, principalmente o belo e a moda, no limite, representam o processo de constituição

¹⁹ “Marx é fundamental ao mostrar que o processo de constituição de uma nova sociabilidade, talvez por o ser a moderna, se faz sob um plano temporal em que as rupturas aparecem como elos determinantes de um devir cuja particularidade se contradiz na medida em que, ao menos enquanto sentido, se faz como reprodução de si mesmo” (ALFREDO, 2006, p.55).

²⁰ “Lo que se supera no deviene por ello nada. La nada es lo inmediato; un término superado es, por el contrario, mediatizado; es uno no-ser, pero en tanto que resultado proveniente de un ser; hay por lo tanto en él la determinación de la cual proviene. Esta palabra (*aufheben*) tiene dos sentidos. Significa "guardar", "conservar" y al mismo tiempo "hacer cesar..."”(LEFEBVRE, 1974, p. 38).

da realidade enquanto hegemonias, que se olhadas sem atenção nos dão uma falsa ideia de continuidade histórica e racional, fazendo-nos naturalizar as diferenças e as artificialidades dando a elas uma obviedade evolutiva linear. O belo aparece como uma busca moderna, como uma necessidade estética que “esconde e revela” uma ética e junto com esta ética “esconde e revela” (simultaneamente) um projeto de sociedade que se maximiza com a hiperfetichização da forma e do aparente, quase como uma tentativa de eliminar a negatividade inerente ao processo produtivo, inaugura-se uma busca pelo belo como se o mesmo traduzisse uma busca pela felicidade²¹, esta busca, em sentido amplo e geral, dura até os dias de hoje como uma máscara das contradições inerentes ao modo de produção – talvez uma evidência clara de que ainda permanecemos sobre o campo da modernidade (Elemento central para pensar a necessidade de substituição do velho pelo novo, o velho entendido como negação do atributo belo).

Igual ao tempo moderno que se hiperfetichiza pela forma parece que a geografia e os geógrafos também, em muitos momentos, deixaram-se seduzir pela busca infrutífera do belo pelo belo, ou seja, da forma pela forma, da forma vazia de conteúdo. Ainda recorrendo à construção da leitura da modernidade de Baudelaire, o homem moderno, e na construção desta metáfora, a geografia e os geógrafos, comportaram-se, muitas vezes, como crianças²² que contemplam o mundo com admiração e deslumbre, mas não são capazes de ir além da aparência, reproduzindo, no máximo, um discurso estético e despossuído de reflexão crítica. Há uma possibilidade do homem moderno sair da simples contemplação, mas isso exige que a busca pelo entendimento da forma seja apenas o ponto de partida, na verdade nem ponto de partida, a forma vem como um elemento indissociável do seu conteúdo, forma-conteúdo se apresentam como um par inseparável que necessita ser considerado a partir da sua relação contraditória, fazendo explodir aquilo que existe como resultado da relação, mas também entendendo o que se perdeu na sua constituição, o que foi negado e subsumido no processo. Só assim o sentido do que existe como dado concreto e real pode ser aproximado e entendido, mas sem nunca perder a dimensão do processo e da eterna transformação que lhe é condição.

²¹ “a dualidade da arte é uma consequência da dualidade do homem. Considerem, se isso lhes apraz, a parte eternamente subsistente como a alma da arte, e o elemento variável como seu corpo. É por isso que Stendhal, espírito impertinente, irritante, até mesmo repugnante, mas cujas impertinências necessariamente provocam a meditação, se aproximou mais da verdade do que muitos ao afirmar que o *belo não é senão a promessa da felicidade*. Sem dúvida, tal definição excede seu objetivo; ela submete de forma excessiva o belo ao ideal indefinidamente variável da felicidade; despoja com muita desenvoltura o belo de seu caráter aristocrático, mas tem o grande mérito de afastar-se decididamente do erro dos acadêmicos” (BAUDELAIRE, 1997, p. 11).

²² “A criança vê tudo como *novidade*; ela sempre está *inebriada*. Nada se parece tanto com o que chamamos inspiração quanto a alegria com que a criança absorve a forma e a cor. Ousaria ir mais longe: afirmo que a inspiração tem alguma relação com a *congestão*, e que todo pensamento sublime é acompanhado de um estremecimento nervoso, mais ou menos intenso, que repercute até no cerebelo” (BAUDELAIRE, 1997, p. 19)

E como elemento para pensar as características que marcam a produção da geografia contemporânea e suas estratégias para se manter fiel à realidade e ajudar na identificação de qual cenário é necessário seguir construindo as críticas é que localizamos a centralidade da modernidade como totalidade a ser criticada e analisada no detalhe. Assim, o que chamamos de modernidade, é contraditoriamente profundo e transitório (talvez desta constatação derive uma das maiores perplexidades da geografia e do geógrafo contemporâneo), uma vez que na modernidade²³ nada é definitivo, não se pode fixar como dogma, por isso que não cabe à geografia criar leis gerais e estáticas de interpretação da realidade, pois ela, a realidade, ao mesmo tempo que é o sentido da busca, escapa e se transforma em outra coisa. É sobre essa fluidez inerente à modernidade que nossa crítica deve ser feita e aguçada! É preciso ter cuidado para não se deixar seduzir²⁴ pela sofisticação dos processos internos à modernidade e não esquecer que um dos sentidos da realização da vida é garantir e manter a humanidade do homem²⁵, que vem sendo constantemente negada e combatida pelos processos de reprodução do capital²⁶.

Assumindo que a humanidade do homem está em processo de degeneração frente às perversidades do modo de produção atual e entendendo que ela pode ser reconquistada (outra vez nossa utopia) a partir da construção de movimentos sociais de resistência capazes de diminuir a alienação construída pela lógica da mercadoria é que vamos encampar a luta por atenuar as perversidades e assumir a responsabilidade frente ao projeto coletivo, com esse objetivo claro as perplexidades geográficas serão, enquanto exercício constante de reflexão e de aproximação ao mundo real-concreto, cada vez mais diminuídas e no lugar delas – as perplexidades – será construída um agenda de reflexões e ações, em âmbito regional (local),

²³ “a modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente, é a metade da arte, sendo a outra metade o eterno e o imutável. Houve uma modernidade para cada pintor antigo: a maior parte dos belos retratos que nos provêm das épocas passadas está revestida de costumes da própria época. São preferivelmente harmoniosos; assim, a indumentária, o penteado e mesmo o gesto, o olhar e o sorriso (cada época tem seu porte, seu olhar e seu sorriso) formam um todo de completa vitalidade. Não temos o direito de desprezar ou de prescindir desse elemento transitório, fugidio, cujas metamorfoses são tão frequentes. Suprimindo-os, caímos forçosamente no vazio de uma beleza abstrata e indefinível, como a da única mulher antes do primeiro pecado. Se à vestimenta da época, que se impõe necessariamente, substituímos uma outra, cometemos um contra-senso só desculpável no caso de uma mascarada ditada pela moda. Assim, as deusas, as ninfas, e as sultanas do século XVIII são retratos *moralmente verossímeis*” (BAUDELAIRE, 1997, p. 26).

²⁴ “em poucas palavras, para que a modernidade seja digna de virar antiguidade, é necessário que dela se extraia beleza misteriosa que a vida humana involuntariamente lhe confere” (BAUDELAIRE, 1997, p. 27).

²⁵ “O que a geografia (...) busca é encontrar a identidade da humanidade do homem, produzida na relação homem-natureza. O que a devastação dessa economia acumulativa capitalista nos assegura tentar decifrar, hoje, é um enorme processo de desumanização” (DAMIANI, 2005, p. 58).

²⁶ “O processo de desumanização do homem, como imanente à formação econômico-social capitalista, passa a incluir o elemento de negação no projeto científico da geografia. Como no caso de outras ciências, vai exigir uma abertura das teorias e métodos científicos a uma teoria social crítica” (DAMIANI, 2012, p. 269).

mas conectada a processos mundiais, que tente superar a coisificação²⁷ do homem (quase um movimento idealista, mas fundamentado no mundo real-concreto).

O homem, a sociedade, o espaço e por conseguinte a geografia estão em processo constante de criação e de produção, logo em constante processo de recriação e reprodução. Sociedade e espaço são inseparáveis neste processo. Não há escapatória, ao menos até o tempo presente²⁸! Sendo assim, há que se entender que esta constante produção tem como resultado um processo de transformação também constante. Não há verdades absolutas, não há construção fora da rede social e não se pode desconsiderar, ainda que de forma não-linear, a fundamental centralidade da história na construção da sociedade e do espaço.

Eliminar a importância da história é criar uma alienação frente ao real ou ilusões sobre o processo de reprodução da sociedade. Seria como cegar aquilo que deu sentido a emergência das sócio-lógicas²⁹ construídas a partir do roce com a realidade, entender as sócio-lógicas e superar a lógica formal³⁰ que elas contêm é, talvez, a possibilidade de subversão da perversidades do mundo contemporâneo. Sem história ou sem a historicidade dos processos sociais não há sociedade possível, sendo assim não há geografia possível!

Assumindo que há uma complexidade na formação social, na produção e na apropriação do mundo real José de Sousa Martins aponta que há um sentido, uma gênese

²⁷ (...) “a coisificação das relações sociais promove a alienação do homem em relação à sua obra, faz com que apareça como coisa ou objeto, e não sujeito de sua própria obra, de que apareça como objeto e não como objetivo do que faz” (MARTINS, 1996, p. 20).

²⁸ O mundo virtual só existe como projeção do mundo real, ou seja, ainda não foi facultado ao mundo virtual autonomia de existência. As bases de dados, os avatares, os perfis virtuais necessitam, em última análise, de espaço físico para existir, ainda que como banco de armazenamento. Projetando um simulacro total, nem assim, a vida orgânica prescinde dos elementos da matéria, do mundo real-concreto, para existir.

²⁹ “Como via da historicidade - negativamente posta -, substituída pela mundialidade - como instalação no espacial - podemos refletir o espacial, resolvido em anéis em espiral de incorporação de lógicas sociais, das mais abstratas às mais concretas: lógica formal (a da identidade formal, anulação da diferença e da contradição); lógica da equivalência (a da mercadoria; a igualização violenta do desigual); lógica da equivalência ampliada (a força das instituições, das representações, da hierarquização); lógica da separação (a potência prática da sociedade, perdida e inconsciente para ela, realizando a unificação na separação como espetáculo). São formas de manutenção no existente; de negação do tempo histórico total, de reprodução social. Cada uma dessas sócio-lógicas contém às outras. Há dois movimentos incluídos: da mais abstrata à mais concreta, esclarecendo-se os fundamentos recíprocos. Da mais concreta à mais abstrata, pondo-se o modo de existência ou de concretização dessas lógicas. Importa utilizar essa classificação no sentido de esclarecer o espacial como redução da experiência do tempo e o emprego do tempo como apropriação do espaço, expressando “o que a sociedade pode fazer, mas nessa expressão o permitido se opõe absolutamente ao possível” (DAMIANI, 2012, p. 275).

³⁰ “A lógica formal opera de maneira similar [a gramática]. Aristóteles buscou as condições de uma língua universal, as regras para um emprego necessário de termos criados pela prática social, pela linguagem corrente. Tal como o gramático, que distingue os termos, as proposições, as frases, a lógica formal distingue e define: os termos lógicos (ideias ou conceitos, isto é, sobretudo os substantivos ou adjetivos substantivados, como branco ou “brancura”); os julgamentos (implicando um sujeito, um verbo, um atributo); os raciocínios. Finalmente, a lógica formal – deixando de lado qualquer conteúdo, qualquer sentido que possam ter esses termos lógicos, qualquer objeto por eles designado – determina através do puro pensamento as regras do seu emprego correto, ou seja, as regras gerais da coerência, do acordo do pensamento consigo mesmo. (por exemplo: é uma regra de todo pensamento corrente que ele não deve ser destruído por uma contradição)” (LEFEBVRE, 1979, p. 81).

contraditória no ato de fazer história, que precisa ser entendido em suas positivities e negatividades, o que é inerente à emergência de uma lógica dialética³¹.

(...) falas, gestos, entonações, modos de relacionamento, desencontros entre o falado, o percebido e o feito, tudo enfim tem que ser concretamente vivido, ainda que no limiar do percebido. São esses desencontros que dão sentido à práxis, fazendo-a repetitiva, mimética ou inovadora, no mesmo ato, no mesmo movimento. Por isso, fazer História não está apenas no ato intencional de criar o novo e destruir o velho. Uma História assim é, no fundo, uma História sem tensões, sem vida, falsa História. No vivido a práxis é contraditória. Ela produz relações sociais. Mas, Lefebvre observa, não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de relações, não há repetição sem uma certa inovação (MARTINS, 1996, p.22).

Se o mundo está em transformação e assumimos que existe uma lógica dialética capaz de entender os movimentos complexos do mundo, que há um terceiro elemento subsumido no processo de construção da realidade, o mundo só pode ser entendido resgatando o sentido histórico de sua formação. Assim, a história, na modernidade, precisa superar o papel de coadjuvante e de criadora de realidades fetiche para a reprodução do capital³².

A modernidade, então, mesmo se realizando de forma concreta e ditando o sentido do processo de produção e reprodução do espaço, pode ser entendida como uma espécie de

³¹ (...) “o real se apresenta como: móvel, múltiplo, diverso, contraditório. Se nos ativermos à forma e definirmos a razão através dela (confundindo assim o entendimento com a razão), o real será lançado no irracional. Por um lado, o pensamento se perde no formalismo metafísico. Por outro, envolve-se em problemas e conflitos insolúveis, como é o caso do conflito entre rigor e fecundidade. Em certo momento do pensamento humano, foi preciso literalmente salvar a razão, dilacerada, desmantelada, fragmentada por esses conflitos. Para isso, teve-se de superar a oposição entre a forma e o conteúdo, entre o racional e o real, e descobrir um novo movimento do pensamento, que soubesse mergulhar no real abandonado e nele encontrar raízes e alimentos; que pudesse estabelecer o real com todas as suas características, no próprio coração da razão; que fosse nada mais que o conteúdo tomado em seu movimento e em sua vida, mas refletido, “informado”, tornado claro e consciente. Foi essa a obra de Hegel. (...) Hegel retomou o movimento natural do pensamento na pesquisa e na discussão. (...) um diálogo livre e vivaz, que se move entre teses contraditórias, mas que é dirigido para o verdadeiro por um pensamento seguro e leal. As teses em presença revelam-se então como incompletas, como superficiais, como aparência momentâneas, como fragmentos de verdade. Damos o nome de dialética ao movimento mais elevado da razão, no qual essas aparências separadas passam umas nas outras... e se superam. (...) Para o pensamento vivo, nenhuma afirmação é indiscutível e inteiramente verdadeira; nem tampouco indiscutível e inteiramente falsa. Uma afirmação é verdadeira pelo que ela afirma relativamente (um conteúdo), e falsa pelo que afirma absolutamente; é verdadeira pelo que nega relativamente (sua crítica bem fundamentada das teses contraditórias), e falsa pelo que nega absolutamente (seu dogmatismo, seu caráter limitado). Confrontando as afirmações, o pensamento vivo busca assim a unidade superior, a superação. É, por conseguinte, um pensamento que pode se misturar à vida sem se perder; que não hesita em pesquisar no conteúdo rico, informe, múltiplo, da vida humana” (LEFEBVRE, 1979, p. 170-173).

³² “A reprodução da sociedade contemporânea, lida apressadamente, pode aparecer como fruto da inércia, não exigindo projetos ou estratégias, não exigindo, assim, problematização. Há mais de meio século, que a história parece peso morto ou se disfarça em folclore solvável através do turismo, ou ainda revigora a economia urbana financeirizada, nas “revitalizações” dos centros “históricos” urbanos. É quando a historicidade perde importância, prevalecendo uma instalação no existente, apesar de desconfortável para muitos e dilacerante para amplas camadas sociais, sem perspectivas claras ou projetos sociais de mudanças ou movimentos radicais” (DAMIANI, 2012, p. 272-273).

maximização da lógica formal, porquanto o pensamento que a constitui é, em princípio, um pensamento repleto de abstrações, pois ela em si deriva de determinações abstratas, uma vez que a acumulação, potencializada pela transformação das relações sociedade natureza mediadas pela emergência do dinheiro que permitiu a acumulação primitiva e deu condições para a existência da revolução industrial, se torna fim em si mesma.

(...) no mundo moderno, a própria acumulação se faz como identidade de si mesma, como forma social que se estabelece como mediação de si, sendo esta mediação o seu próprio resultado. Sociabilidade contradizente na medida em que acumular se faz porque destitui – ao menos enquanto sentido, mas não enquanto efetividade – o presente como possibilidade. Só assim a mediação formal e abstrata torna-se mediação e resultado em si mesma. Autonomiza-se enquanto referência de si a si mesma (ALFREDO, 2006, p. 56).

Sob estes signos o sentido da modernidade aparece como sendo o da acumulação das abstrações que assumem um peso concreto, ou seja, tornam-se abstrações concretas que mediam de forma significativa a produção do mundo, inaugura-se uma espécie de produção capitalista do mundo. Como consequência, o trabalho perde seu significado original de produção do homem na relação com a natureza. O trabalho, então, emancipa-se do trabalhador, uma vez que emerge desta busca pela acumulação “a propriedade privada do trabalho alheio” (ALFREDO, 2006, p. 57). Outra consequência da busca pela acumulação é a divisão social do trabalho, que em sua gênese alude a uma momento anterior a separação, assim, contraditoriamente, a divisão do trabalho supõe uma unidade do trabalho, que só existe como uma abstração³³.

O capital que emerge do mundo moderno e se realiza como uma abstração concreta – uma vez que na sua forma dinheiro é a mediação da relação do homem com a natureza e do homem com o homem e foi direcionado para a construção da acumulação – precisa circular cada vez com mais velocidade e como consequência induz, como acentua Alfredo (2006, p. 58), a uma “dinâmica histórica como restrição do próprio tempo, o que exige, neste sentido, uma necessidade da compreensão da dimensão espacial que a modernização adquire”. Assim, a abstração da forma valor, que na verdade é o valor-trabalho, tem como potencialidade,

³³ “há que se ponderar, portanto, que a unidade posta como pressuposto e resultado do processo se faz pela e na constituição do trabalho enquanto uma categoria social, na medida em que o mesmo se estabelece, nos termos de Postone (1996), como mediação social. Isto é, o elemento, a partir do qual a unidade das diferenças aponta-se como passível de estabelecer uma equidade intercambiável e, assim, uma abstração em sua efetividade, isto é, abstração como sociabilidade. A condução do processo como modernização se faz, portanto, a partir de uma acumulação de abstrações, deve-se considerar a importância que o trabalho enquanto categoria temporalmente definida e, portanto, não trans-histórica, adquire como este elemento a partir do qual o capital se torna, contraditoriamente, uma efetividade” (ALFREDO, 2006, p. 53).

enquanto abstração que é, a redução dos momentos criados na reprodução do valor à condição de unidade, ou seja, cria uma unidade abstrata do capital, que reflete os momentos históricos da sua criação até o presente, desta forma forja a história espacial do capital materializada no momento do presente, o que revela também as suas determinações lógicas. Este é o ponto no qual Alfredo (2006) identifica como fundamental para a construção da centralidade do espaço em Lefebvre, pois, o lugar da materialidade das determinações lógicas e da unidade do capital é o espaço, entendido como uma abstração concreta, pois supõe a redução do antes e do depois em um só momento e assim “efetiva o próprio espaço enquanto categoria analítica e social”. O moderno assume esta abstração concreta, o espaço, como uma necessidade lógica de sua reprodução³⁴.

A constatação do sentido da produção do mundo a partir dos esquemas elaborados pelo modo de produção capitalista põe, do ponto de vista da elaboração de reflexões sobre a realidade, o desafio de superar os limites da lógica formal a qual o pensamento está subscrito. Assim, entender a necessidade de romper com esta lógica reducionista foi o primeiro grande desafio para pensar o mundo moderno, entretanto, na contemporaneidade, é preciso ir além, seguimos com a necessidade de romper com a razão redutora e positivista, mas temos que usar uma estrutura de pensamento que tenha como objetivo superar a razão dualística, a lógica dialética não se resume em apenas entender o outro da relação, senão entender o terceiro elemento gerado na relação entre um par dualístico, por isso, a lógica dialética se tornou uma necessidade para avançar na construção da geografia, a lógica formal impregnada na construção da ciência positivista, da qual o pensamento geográfico – assim como o pensamento de todas as ciências – é herdeiro, não consegue entender as relações dialéticas e as transformações internas ao processo de transformação/negação de uma coisa em outra.

Cedo, a geografia reconheceu o plano das estratégias. Ele era combinado com o tratamento do objeto no interior de uma lógica formal. O que é próprio desta lógica e difícil de romper é a separação entre os elementos de uma relação e o estabelecimento da exterioridade recíproca destes elementos

³⁴ “o plano logico-formal da realidade estabelecida pela forma valor tem esta potência de, enquanto abstração, reduzir os momentos dispersos na condição de unidade da/na reprodução do valor. Deste ponto de vista, a unidade posta do capital enquanto momento reflete a dimensão espacial do processo efetivado desde sua gênese histórica, mas implica também em uma gênese que apresenta as suas determinações lógicas. Deste ponto de vista, Henri Lefebvre aponta a possibilidade de se pensar o espaço como abstração concreta – no sentido de que a lógica posta na realização da forma valor, como redução do antes e do depois a um só momento, determinação, ao que parece, das mediações enquanto que abstrações, efetiva o próprio espaço enquanto categoria analítica e social. Deste ponto de vista, a abstração espacial posta como necessidade lógica da reprodução do moderno, simultaneidade fundamentada pelo valor-trabalho, concretiza-se na medida em que se põe como forma de sociabilidade reprodutora da forma valor. Daí, a tese de que o espaço social é, ao mesmo tempo, abstrato e concreto, redução do tempo ao espaço” (ALFREDO, 2006, p. 58).

no seu desenvolvimento. É possível reconhecer certas relações de causalidade, mas não a relação constitutiva interna dos elementos entre si, nos termos da compreensão da dupla e interna determinação entre eles e de um processo negativo implicado. E, por isto, se torna mais complicado encontrar um tratamento do objeto em movimento, uma noção de processo. Pode ser elucidativo verificar, por exemplo, o tratamento dos elementos constitutivos da mercadoria – valor de uso e valor de troca –, como um conceito básico e presente numa geografia mais crítica; entretanto, é comum manter esses elementos autônomos, como se fosse possível falar de um ou de outro separadamente. Tal coisa tem valor de uso; tal outra, valor de troca... A relação interna e negativa entre esses elementos, na definição da mercadoria, ainda é de difícil discernimento (DAMIANI, 2005, p. 59).

No contexto desde cenário anteriormente posto, mais uma das tarefas da geografia é entender como se dá o processo de produção da abstração concreta – espaço – e quais os artificios que o capital forjou e forja para garantir a sua acumulação e a sua circulação. Olhando para o presente, percebe-se claramente que a condição da reprodução do capital é a sua realização financeira e fictícia (teremos chegado na determinação da acumulação da acumulação das abstrações do capital?), ou como lembrou Damiani (2005, p. 60), chegamos a um momento em que “o absolutismo financeiro engendra um empobrecimento absoluto”. Frente a isso, a possibilidade da realização da vida se precariza, como já apontamos, o trabalho deixa de existir como um princípio ético e em seu lugar surge o valor-trabalho, como uma abstração e fragmentação do sentido anterior do trabalho, por isso perde potência e, no limite, assinala para a morte da diversidade da vida, pois se realiza como sacrifício necessário para manter o ser humano vivo no contexto das necessidades e perversidades do capital.

A lógica imposta é a lógica da mercadoria que se torna a grande indústria no mundo moderno, o cotidiano se apresenta como a possibilidade de consumo e produção no contexto do consumo do espaço e na consolidação de espaços do consumo. Como uma das consequências, o cotidiano abriga uma lógica alienadora que condensa muitos níveis de alienação, mas, contraditoriamente, ao passo que aprofunda as cisões e desconstrói lógicas sociais, revela para a sociedade o aprofundamento dos processos de culturalização através da difusão dos símbolos gerais do consumo e da mercadoria – aprofunda a alienação cotidiana e a dissimula ao mesmo tempo (mas guarda nos resíduos uma possibilidade de superação?!).

O que seria próprio dessa alienação cotidiana? – a consciência ambígua das contradições; as contradições abafadas, atenuadas no cotidiano. Somente, em certos momentos, vividas de forma crítica. Daí, talvez, a apatia, que persiste até em momentos de crise. – a completa identificação entre o homem e o que Lefebvre chama de a ordem distante – um âmbito do econômico e do político, que entra na vida das pessoas, sem que tenham dele discernimento -, numa relação constituída como esquizofrênica, isto é, o homem se perde na

absoluta identificação com o outro dele, sem consciência desta relação de identificação doentia, quando o outro, no qual se reflete, é sua negação. De todo modo, é preciso fazer a pergunta: como são vividas as abstrações? As relações não são imediatas. Do concreto da vida, fazem parte abstrações poderosas, como o dinheiro, a mercadoria, o Estado... Abstrações concretas. Há uma “regressão do concreto, diante do abstrato” (DAMIANI, 2005, p. 62).

Revelar as contradições na relação homem-natureza que levaram a uma relação contraditória homem-homem e que imprimem marcas no espaço é a grande condição do possível-impossível da geografia. Há uma eterna luta por entender o que aparece como realidade e aquilo que se aponta como realidade possível, sem desconsiderar os elementos que não são vislumbrados como possibilidade de materialização porque se perdem no processo de construção do real, mas têm um lugar importante na construção da realidade, ainda que seja como elemento negado. Esse é um dos recados que nos transmite Damiani (2005, p. 65) “a geografia, o tempo todo, está incluída neste possível-impossível de relacionar fenômenos de natureza tão diversa”. Este (possível-impossível das tessituras sociais fragilizadas pelo modo de produção) parece ser o lugar da produção do pensamento da geografia na etapa contemporânea da modernidade ao qual o mundo está imerso.

Como resultado da superação da contradição cidade-campo e o entendimento da incorporação do campo no processo produtivo da cidade, que leva a emergência de uma sociedade urbana que invade o campo como modo de vida, percebe-se, na cidade, tomada como lugar privilegiado da materialização das contradições do capital e como realidade concreta do modo de produzir, uma chave interpretativa fundamental dos processos inerentes à produção do espaço social na contemporaneidade³⁵, já que se configura como o lugar por excelência da realização da sociedade urbana.

A produção da cidade contemporânea (entendendo a cidade como o produto/obra resultado da produção do espaço social moderno) se faz a elevando à condição de sujeito, a cidade se culturaliza, se economiza – obra da maximização dos processos de abstração construídos para reforçar a emergência de uma sociedade do consumo – e se transforma em verdadeiros complexos produtivos, nenhuma escapa desta lógica, desde as mais antigas até as mais modernas, e vai assumindo a construção de uma identidade que é mais ou menos a construção do perfil produtivo de cada aglomerado urbano na divisão internacional do

³⁵ Em relação à produção do espaço e a superação da contradição entre a cidade e o campo Lefebvre desenvolve um raciocínio bastante denso, Lefebvre (1978; 2001; 2006; 2008).

trabalho, reservando para muitas o lugar, daquilo que o Harvey vai chamar de *disneyficação*³⁶, resultante da flexibilização do modo de produção e da descentralização da indústria tradicional como fonte motora da produção – esta é uma das questões envolvendo um elemento da produção do espaço que a geografia moderna em sua fase contemporânea tem que lidar, por exemplo.

Como resultado destes processos, hegemoniza-se uma lógica tecnocrática que desloca o sujeito do objeto e aposta na forma como maximização da ação produtora, chapando a realidade em um estreito em que o ontem e o amanhã perdem força para o agora! O que reforça aquilo que está presente em toda a construção do raciocínio, faz-se urgente estabelecer uma lógica do pensamento que supere a contradição dualista entre sujeito e objeto e os entenda como uma unidade dialética em processo de transformação em que o sujeito e o objeto interacionam entre si e não se definem pelas particularidades de cada um, senão pela relação entre eles, além da inexorabilidade do tensionamento gerado pelo processo histórico e cultural que os impelem a se materializar a partir das situações conjunturais que definem a universalidade materializada pelo possível da objetividade, revelando assim uma razão que entende o trabalho negativo como parte fundamental da construção da realidade do mundo (DAMIANI, 2005).

O mundo moderno gera, então, uma necessidade de construção e reconstrução constantes, por isso, pesquisar e refletir é uma tarefa em eterna construção, à raiz disto, concordamos com Milton Santos (2004a) quando, apoiado pelas discussões existentes no âmago da geografia afirma que há a necessidade de construir, elaborar a geografia humana. Afinal, a sociedade não está feita, ela sempre está em processo e assim como ela as relações que dela surgem também surgem como processos. Não há uma superestrutura que controla o processo histórico, como também não há determinações absolutas que englobem toda a sociedade, por isso é fundamental pensar a realidade produzida como totalidade aberta e em constante movimento que não pode ser refém de uma visão única ou redutora.

É importante perceber, para possibilitar uma análise da potencialidade da ação social fora dos esquemas alienadores, que há, no mundo moderno, uma pseudo-degradação do Estado. Faz-se fundamental entendê-lo, o Estado, como elemento que gerencia as relações

³⁶ "Algumas cidades usam a "arquitetura de grife". (...) A própria arquitetura torna-se refém da comercialização. Até mesmo as pinturas e as ambientações musicais são convertidas em aspectos culturais da cidade para que possam ser vendidas. (...) O problema é que grande parte da cultura é muito fácil de copiar. A singularidade começa a desaparecer. É necessário, então, aquilo que chamo de "disneyficação" da sociedade. (...) tudo se "disneyfica", embora muitas cidades tenham um passado cultural e histórico sério. (...) isso é extremamente repugnante. Vende-se uma cidade como única, mas, por meio do marketing, ela pode ser copiada. Os simulacros da história tornam-se tão importantes quanto a própria história" (HARVEY, 2013).

sociais de produção e reprodução. Desta forma, o Estado, como marca de uma racionalidade que controla as ações políticas e econômicas, é responsável pela racionalidade planificadora e organizacional da vida cotidiana da sociedade capitalista (industrial ou pós-industrial? – notadamente de consumo, a indústria agora é a do consumo! Financeirizada, virtual e flexível). Ele, o Estado, realiza-se como uma abstração concreta que através da forma política se materializa no espaço³⁷.

(...) as relações sociais de produção mantidas no nível do Estado perdem a autonomia e se transformaram em relações de dominação, posto que determinadas pelas estratégias do Estado. (...) Na economia moderna os dados materiais ganham forma espacial por meio dos fixos e dos fluxos, isto é, o espaço material transformado por redes, circuitos que se instalam pelas estradas, circuitos bancários, rotas aéreas, etc. (...) as relações de produção realizam-se no e pelo espaço – lugar e meio da atividade social que contempla as estratégias de classe e assegura a reprodução das relações essenciais pelo espaço inteiro. Assim, a problemática espacial está essencialmente vinculada à reprodução das relações sociais de produção, que se desenvolvem na utilização de um espaço social que se produz em escala mundial. (...) Neste sentido a reprodução social envolve a produção, mas também a estratégia fundada no repetitivo, no cotidiano, no espacial (CARLOS, 1996, p. 126-127).

O espaço, objeto central da reflexão geográfica, aparece, nos termos de Carlos (1996), como catástrofe, pois revela, como já apontado anteriormente, uma dualidade comum à lógica formal que impossibilita uma prática social revolucionária, deixando assim o mundo reduzido ao universo do possível permitido pelo modo de produção, mediado pela força do Estado. O espaço de ação do capital se realiza enquanto possibilidade, fazendo com que a humanidade do homem se degrade, pois o lugar da reprodução da vida aparece como cenário de múltiplos constrangimentos emergidos essencialmente das impossibilidades programadas pelo modo de produção.

(...) a ação do Estado engendra o espaço da “telescopage” entre o público e o privado, isto é, o choque entre duas práticas: uma logística global, racional e homogênea (vinculada às estratégias do Estado, que produz a cadeia de equivalentes) e outra local, vinculada aos interesses privados (dos promotores e dos agentes da produção do espaço). Nesse embate consolida-se um novo espaço na escala nacional e supranacional. Um espaço que

³⁷ “Assiste-se, portanto, a uma reorganização do espaço controlado pelo poder político que se afirma e coloca o Estado no centro da gestão das relações sociais de reprodução, pois sua atuação no mundo atual exige a dominação sobre as circunstâncias da vida social e econômica, a manipulação generalizada, isto é, a realização do político como atividade produtiva. Nesse sentido a reprodução das relações sociais processa-se, agora, pela lógica das ações políticas e pelo controle sobre as técnicas e sobre o saber” (CARLOS, 1996, p. 124).

também tem uma dimensão instrumental como lugar e meio de reprodução das relações de produção (CARLOS, 1996, p. 132).

O que resta desta relação de produção, e que revela umas das formas de apropriação do espaço, é a impossibilidade de conciliação dos interesses do capital com as necessidades humanas (humanísticas). Aumentam-se os níveis hierárquicos e de subordinação, e como reflexo, o espaço se torna a materialização destes níveis de desigualdades, aprofundam-se as crises! As fragmentações e rupturas se tornam inevitáveis! O que alimenta a reprodução do capital, mas desestabiliza a ação burocrática insustentável do Estado. O espaço explode revelando as contradições e o poder homogeneizante do Estado, neste momento, há a possibilidade, como hipótese – quase como abstração –, de emergir o novo e reestabelecer as relações sociais capazes de superar a coisificação do homem (CARLOS, 1996), mas também ocorre a reprodução das estruturas de poder e uma ressignificação a partir de uma lógica de mercado que torna a possibilidade da subversão, outra vez, em uma impossibilidade, a dificuldade está em que o movimento social seja mais rápido do que os processos de reprodução do capital (abre-se uma possibilidade para transformar a utopia em materialidade).

Entretanto, esse ponto crítico, ou momento de crise, antes de se consolidar como possibilidade concreta de subversão da lógica perversa da reprodução do capital serve com lente dilatadora das contradições que ajudam no processo de reflexão sobre as contradições que segregam o público e o privado como unidades em si. Talvez a crise revele a dinâmica dos processos internos que indicam a perversidade, mas estavam borrados e não possibilitavam ascender à consciência. Este pode ser um fugaz momento fundamental na tentativa de restaurar uma consciência social despegada da lógica da mercadoria, antes da reapropriação e naturalização do mundo pelo capital.

(...) o que se busca, como plano necessário, ainda a discernir, é a relação entre a consciência privada e a consciência social. Expondo a importância das contradições internas nos aproximamos, com instrumentos mais adequados, do imenso universo da mercadoria no qual estamos afundados e confundidos; submetidos, extensa e intensivamente (...) (DAMIANI, 2012, p. 273).

A fricção entre estas duas esferas tratadas por Damiani (2012), consciência privada e consciência social, ajuda a entender o momento da produção do espaço em que ele se realiza como possibilidade. Na verdade o escrutínio destes dois estágios de consciência ajuda a apreender, na origem, as abstrações que reforçam a alienação do homem. As contradições que saem da relação e o confronto destes dois níveis de consciência, em tese, poderia ser

revelador dos sentidos da produção social do espaço e ajudaria no processo de ‘reumanização’ da humanidade do homem³⁸, uma vez que, aparentemente, o lugar da realização da alienação é o momento da transformação da consciência privada em uma suposta consciência coletiva, orientada para o consumo, que inverte o sentido da produção do homem e de sua obra, transformando o homem em coisa e a sua obra em produto, e devolvendo uma consciência coletiva capturada por desejos de uma lógica privada, esvaziada de sentidos sociológicos. A correção desta deturpação aparece, se pensamos na superação das lógicas perversas, como necessidade imperativa, pois a lógica da mercadoria sai da simples abstração como elemento de mediação e ganha o nível de mediação do real-concreto – o espaço – conduzido pela ação hierarquizante do Estado.

(...) o estudo do espaço social e de sua organização (ao mesmo tempo que o estudo do tempo social e de sua organização ligada ao do espaço) permitiu mostrar que entre relações de produção e modo de produção (base e superestrutura) não existem somente mediações abstratas como o direito, mas mediações concretas e práticas como a do espaço (CARLOS, 1996, p. 134).

Como fundamento primordial da busca pela construção de uma geografia capaz de ir ao ponto central da questão, concordamos com Damiani (2005, p. 58) quando ela afirma que “a grande aquisição destes novos tempos: generalizar a crítica do processo de desumanização, inerente às ações econômicas e estatísticas. Portanto, a relação, no campo das virtualidades, já não [...se dá], necessariamente, sob a mediação do Estado”. Não se trata, contudo, de tentar gerar como resposta imediata a emergência de uma geografia anarquista, mas sugerir o início das reflexões para fora do encapsulamento do Estado e das perversidades do capital. A busca é por um pensamento livre que surja como uma terceira via possível, que em um movimento dialético não nega os dados da realidade que existe como possibilidade, pois entende cada elemento como um componente capaz de subsumir no processo de construção do novo, mas assume um desprendimento dos modelos viciados que têm como consequência a reprodução da desumanização do homem como resultado.

Este parece ser o panorama e a tarefa da atual geografia realizada no mundo moderno!

³⁸ É preciso entender que “a humanização do homem não é um processo fatal, embora seja o sentido da história; isto é, pode haver avanços e retrocessos” (DAMIANI, 2002, p. 83).

Por uma geografia nova³⁹: necessidade de atualizar as abordagens de conceitos e temas

O movimento para entender o mundo através de uma lógica concreta faz perceber os sentidos do modo de produção capitalista e revela que no mundo moderno a mercadoria se apresenta como o elemento mediador da relação homem natureza e homem homem. Entretanto, o modo de produzir não é mais estrito à lógica da indústria, as relações de produção se convertem em relações sócias de produção, as discussões se ampliam e saem do chão da fábrica, reproduzem-se a partir de uma linguagem universal da mercadoria que se realiza através do consumo.

O espaço torna-se o lugar da realização da vida e por isso abriga todas as contradições e todos os sentidos da produção do mundo; apresenta-se como o terceiro elemento da relação entre historicidade e mundialidade e por isso é possuidor de uma potencialidade analítica fundamental para entender o mundo moderno.

Por que o espaço permite a análise do mundo moderno? Porque ele aparece como o mediato e o imediato, pertencendo a uma ordem próxima e distante: diz respeito ao local e ao mundial. A [lógica da] mundialização revela-se na prática da vida cotidiana, substituindo a da globalidade e totalidade (CARLOS, 1996, p. 133).

Se o espaço é essa reunião da totalidade da produção humana, ou mais que isso, se ele se apresenta como “condição, meio e produto da reprodução social” (CARLOS, 2001) ele é simultaneamente materialidade e possibilidade, pois é evidente que reside nele e na sociedade que o produz as imposições resultantes do processo de reprodução do capital, mas abriga também a constituição das estratégias e táticas capazes de realinhar o sentido da sua produção como virtualidade, uma vez que alberga as diferenças, elas, as diferenças, coexistem e ganham destaque nos vazios existentes entre as objetividades e subjetividades, ou seja, há no espaço a possibilidade do imprevisto. É através do uso que o espaço pode se libertar das imposições objetivas, por isso, as práticas sociais, ao mesmo tempo que revelam o sentido do modo de produção revelam também as resistências, as lutas, os conflitos, a busca pela eliminação ou diminuição das perversidades, o espaço é o lugar da resistência, ele se configura como um campo de lutas, por isso, um campo de possibilidades.

(...) o espaço, visto como campo de possibilidades, permite conceber o virtual, isto é, a produção de um espaço diferencial que se opõe ao

³⁹ Alusão feita ao trabalho de Milton Santos (2004a).

homogêneo, fragmentado, hierarquizado, e contempla o uso tendo como ponto de partida o vivido como obra que incorpora a utopia. O espaço aparece como um campo de possibilidades concretas, teatro e cenário do imprevisto. ‘No espaço se reencontram a brecha objetiva (sócio-econômica) e a brecha subjetiva (poética), pois aí se inscrevem e, mais ainda, se realizam as diferenças, da menor à extrema. O espaço torna-se o lugar e o meio da emergência e realização das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra como o planeta do eclipse (CARLOS, 1996, p. 134).

Essa condição espacial é que nos faz refletir sobre a necessidade constante de atualização dos conceitos e temas da geografia, não se trata de reinventar conceitos e temas, mas de considerar novas abordagens conectadas ao mundo concreto, que nos ajudam a aguçar as ferramentas de análise da geografia.

Como lugar de realização dos processos sociais que contêm a essência da reprodução da vida, o espaço é entendido como um produto social, por isso não se trata de reproduzir descrições vazias da realidade, senão problematizar o real para ele emergir novas possibilidade de diálogo, esse é o sentido da renovação necessária.

Considerando a dinâmica de produção do conhecimento, do espaço e da geografia reforçamos o compromisso por constantemente revisitar as abstrações que vão sendo criadas no interior da geografia e vão distanciando-a da produção e da reflexão do mundo real. A geografia tem que acompanhar a configuração do mundo atual e ajudar na construção deste mundo, não dá mais para apenas descrever a realidade, é preciso ir além. É este, de uma forma geral, o recado deixado por Santos (2004a).

O alerta sobre a necessidade constante de atualizar os termos da geografia feito por Santos (2004a), revela que o fazer geográfico é uma tarefa em si inacabada e que as transformações na sociedade conduzem a constante de renovação do pensamento.

O exercício de atualização, reconstrução e eterna análise crítica da realidade jamais estará finalizado. Enquanto houver vida; enquanto houver relações sociais realizadas em um espaço real-concreto haverá a necessidade de refletir sobre a geografia e sobre a construção do pensamento geográfico. Com lembra Santos (2004a, p. 17-18), “tudo está sujeito à lei do movimento e da renovação, inclusive as ciências. O novo não se inventa, descobre-se” (aqui está uma das fragilidades do mundo moderno, a busca pelo novo como se ele emergisse de uma ruptura).

A necessidade de superação de uma lógica formal – aquela do positivismo, do raciocínio newton-cartesiano, das abstrações como elementos que mediam e definem a construção da realidade – faz emergir no mundo moderno, em sua condição contemporânea, a

necessidade do pensamento⁴⁰ obedecer a uma lógica dialética. É a complexificação das relações sociais de produção, a transformação da indústria de produção na indústria do consumo que se realiza como produção e consumo ao mesmo tempo que inaugura o paradigma atual do qual Santos (2004a) chama atenção, mas isso não é novidade! Há nas técnicas e tecnologias fabricadas a intencionalidade de garantir a circulação e tornar mais eficiente o mercado de consumo, uma perversidade geradora de inquietações e perplexidades que contraditoriamente são capazes de reforçar o compromisso da geografia com a interpretação da produção do espaço no mundo moderno, na tentativa de revelar processos que problematizam a realidade vivida.

A tarefa não é discutir a validade do conhecimento geográfico, nem tampouco discutir os caminhos epistemológicos que garantem uma compreensão da ação geográfica na exterioridade, senão concentrar esforços na construção e sofisticação dos elementos que vão proporcionar uma análise da realidade e fortalecer a geografia desde dentro (SANTOS, 2004a) e assim, em um processo de entendimento da produção da sociedade e do espaço, relacionar e tensionar as externalidades com os movimentos internos da ciência na busca por gerar sínteses processuais entre o interior e o exterior, ou seja, focalizando o real-concreto, que se identifica e se reforça para além da materialidade do agora. Isso faz emergir uma análise complexa da realidade que tem como fundamento entender as relações entre as formas, as funções e as estruturas sociais no processo de reprodução do espaço social como totalidade aberta.

É preciso ter cuidado para não confundir a ciência com a realidade, a ciência é uma construção humana, racional e herdeira de outras lógicas diferentes da lógica dialética, enquanto a vida real acontece como um movimento que não está refém a nenhuma estrutura de pensamento, a vida escapa de qualquer modelo redutor, por isso, que o pensamento e o conhecimento sempre surgem depois da experiência do real.

Inexoravelmente, então, a produção de ciência, ou melhor, o sentido da produção de ciência, e a ciência em si estão diretamente relacionadas com o conhecimento. Logo, o conhecimento, de acordo com Lefebvre (1979), é um fato, ou seja, é concreto, não um simples resultado de uma experiência divina idealista, ele não se apresenta por inteiro e não é

⁴⁰ “Vivemos uma fase onde a significação das coisas experimenta uma mudança praticamente revolucionária. Se algumas disciplinas se aperceberam dessas mudanças qualitativas e as incorporaram ao seu acervo, algumas outras o fizeram apenas parcialmente ou fragmentariamente. Quando esta última hipótese ocorre, estamos longe da elaboração de um sistema ou, em outras palavras, apenas algumas categorias são analisadas segundo um paradigma novo, enquanto outras continuam a ser estudadas sob o influxo de uma construção teórica já ultrapassada. O resultado é a impossibilidade de uma análise coerente. A geografia se encontra nesta situação” (SANTOS, 2004a, p. 18).

completo em si, como algo que já nasce pronto e finalizado (como por exemplo a Mônada de Leibniz⁴¹). Em outras palavras, o conhecimento se dá como um fato histórico, social e prático⁴². Surge como uma necessidade do homem entender o mundo a partir da experiência, um exercício inerente à condição de existir, por isso, ele se dá paulatinamente, em um trabalho constante de traduzir a experiência vivida em um conjunto de códigos passíveis de serem entendidos, estudados e transmitidos ao longo das gerações, como um produto social.

A ciência, a exemplo do trabalho, com o mundo moderno, fragmentou-se, o que faz com que a unidade evocada pelos fragmentos só seja possível de ser entendida como uma abstração. No entanto, há, de forma subsumida, uma conexão possível entre os fragmentos da ciência fazendo com que alterações na sociedade gerem necessidades de revisões, ajustes e atualizações em todas as áreas do conhecimento.

(...) a ampliação dos conhecimentos é multilateral e os progressos obtidos em um ramo do saber se transmitem aos outros e os afetam. A extensão contínua das fontes de informação funciona como um verdadeiro alimentador, cujo efeito de germinação se multiplica em todas as direções. (SANTOS, 2004a, p. 193).

Ora, externa e internamente, a geografia, assim como as ciências sociais, é, ou deveria ser, muito mais sensível às mudanças que ocorrem no seio da sociedade, pois a sua tarefa está em conexão direta com o mundo real-concreto. A necessidade da atualização e reflexão sobre os temas e conceitos da geografia não significa propor uma renovação completa do todo, mas a adequação do entendimento contemporâneo de conceitos antigos, a elaboração de conceitos novos que antes não apareciam como importantes para a sociedade e a renovação de parâmetros e temas relacionais que emergem de novas práticas sociais.

⁴¹ “Leibniz também parece admitir o papel dos sentidos e da experiência; mas afirma que o entendimento faz parte de nossa consciência e que essa consciência “de si” é uma “mônada” que não tem “nem portas, nem janelas”; nela não se entra “como em um moinho” (Monadologia). Por conseguinte, nosso entendimento e nossa consciência não são reflexos de uma natureza e de um mundo exterior” (LEFEBVRE, 1979, p. 59)

⁴² “o conhecimento é um fato: desde a vida prática mais imediata e mais simples, nós conhecemos objetos, seres vivos, seres humanos. (...) Em termos filosóficos, o sujeito (o pensamento, o homem que conhece) e o objeto (os seres conhecidos) agem e reagem continuamente um sobre o outro; eu ajo sobre coisas, exploro-as, experimento-as; elas resistem ou cedem à minha ação, revelam-se; eu as conheço e aprendo a conhecê-las. O sujeito e o objeto estão em perpétua interação; essa interação será expressa por nós com uma palavra que designa a relação entre dois elementos opostos e, não obstante, partes de um todo, como numa discussão ou um diálogo; diremos, por definição, que se trata de uma interação dialética. Quais são as características mais gerais do conhecimento enquanto fato? a) Em primeiro lugar o conhecimento é prático. (...) b) Em segundo lugar, o conhecimento humano é social. (...) c) Finalmente, o conhecimento humano tem um caráter histórico. Todo conhecimento foi adquirido e conquistado (LEFEBVRE, 1979, p. 49-50).

Categorias fundamentais como o homem, a natureza, as relações sociais estarão sempre presentes como instrumentos de análise, embora a cada período histórico o seu conteúdo mude. É por isso que o passado não pode servir como mestre do presente, e toda tarefa pioneira exige do seu autor um esforço enorme para perder a memória, porque o novo é o ainda não feito ou ainda não codificado. O novo é, de certa forma, o desconhecido e só pode ser conceitualizado com imaginação e não com certezas. Por isso não devemos ter medo de apresentar como resultado do nosso esforço aquilo que é mais importante para fazer participar a outros da nossa busca, aquilo que chamaríamos de pré-ideias. A ideia, tal como se transmite, é já uma codificação, o aprisionamento do conceito por uma linguagem, enquanto que a pré-ideia é a ideia em vias de criar-se, de tal forma que sua exposição insere o leitor no próprio processo de sua produção (SANTOS, 2004a, p. 25-26).

Avançar, no entanto, não significa abandonar o passado⁴³, principalmente porque somos afeiçoados à ideia de que o novo não se constitui como um universo deslocado do velho, senão como um processo dialético de transformação de valores na luta entre o positivo e o negativo, por isso, concordo e não concordo, ao mesmo tempo, com o pensamento de Santos (2004a).

Não concordo quando a eliminação do passado, a que ele se refere, elimina também a historicidade, pois eliminar os processos históricos é negar os sentidos da produção e reprodução da vida; é, inevitavelmente, borrar o presente e o futuro. Assumimos aqui que uma análise da realidade ou a reflexão sobre a realidade capaz de gerar códigos e elementos novos, ainda que teóricos, tem uma conexão necessária com a materialidade do mundo, da experiência e dos sentidos. Sendo assim, nenhum conhecimento novo brota do nada e o entendimento do passado é fundamental para a constituição de um novo com sentido social.

Mas, concordo, se, e somente se, o que ele sugere como resultado do esforço de pensar seja um processo comprometido com as origens históricas do pensamento, que entenda as contradições, as superações e se projete como virtualidade, ou seja, que apontem para o novo como algo que vai acontecer porque os elementos reais-concretos apontam para a sua realização, tendo como lastro a compreensão de que os estágios anteriores compõem elementos fundamentais para conduzir as virtualidades, ou seja, se a perda de memória a que ele se refere não seja um abandono total das heranças, senão um reconhecimento dos elementos subsumidos na construção deste novo, assim, talvez, assumiríamos essa perda de memória como um ato de largar o passado sem abandoná-lo.

⁴³ “a própria teoria tem que se adequar às condições atuais do mundo real e representar uma relação entre o novo e o seu significado original, e as coisas velhas com o seu novo significado. Desse modo, toda verdadeira teoria é sinônimo de teoria revolucionária” (SANTOS, 2004a, p.195).

Se assumimos que a vida existe na encruzilhada entre a possibilidade-impossibilidade, o tempo todo há processos novos que se realizam e outros que, por alterações em contextos políticos, econômicos e sociais, não conseguem se realizar, ou seja, não se materializam como realidade porque não tiveram condições, as mais diversas, de se realizar e por isso se tornaram ocultos do espectro visível, mas, mesmo assim, ainda residem no seu contrário, na sua negação, como herança dos termos da luta travada.

Apesar das dificuldades em aceitar a agenda do pensamento miltoniano de forma completa, uma das principais hipóteses defendida por ele, para explicar a crise da geografia, parece-nos pertinente, e, consiste em denunciar uma geografia viúva do espaço⁴⁴, o que pra nós se torna claro, na contemporaneidade, como práticas geográficas que entendem o espaço como um palco de ações, ou como um elemento uma base concreta que recebe as ações, mas não interfere no processo.

A necessidade de atualização dos conceitos e temas da geografia não passa necessariamente pela mesma atualização a que se referiu Santos (2004a). Estamos muito mais próximos ao que Gomes (1996) defendia como sendo o sentido da produção da geografia moderna no tempo presente, ou seja, não há uma mudança paradigmática que transforme radicalmente o que vem sendo pensado no escopo da ciências, em termos amplos e entendendo que é condição da modernidade o seu estado de *mutatis mutandis*, a racionalidade da modernidade persiste, não obstante, o que surge é a necessidade de rever posicionamentos; não há uma ruptura com a modernidade – pode ser que estejamos olhando com os mesmos olhos de Baudelaire (1997) quando da reflexão sobre o belo, creio que não –, pois a *episteme*⁴⁵ da modernidade, que move o conhecimento e as ciências, portanto que retrata a sociedade, não foi alterada significativamente.

⁴⁴ (...) “os geógrafos silenciam sobre o espaço. Algumas vezes silenciam sobre o trabalho inovador de outros geógrafos e de outros espaciólogos. A geografia é viúva do espaço. Sua base de ensino e de pesquisa é a história dos historiadores, a natureza “natural” e a economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico. É por isso que tantos geógrafos discutem tanto sobre a geografia – uma palavra cada vez mais vazia de conteúdo – e quase nunca do espaço como sendo o objeto, o espaço, tornou-se difícil e o da geografia, impossível. Destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo “uma viúva do espaço” (SANTOS, 2004a, p. 118-119).

⁴⁵ (...) “a episteme da modernidade, para Foucault, possui três dimensões: a das ciências físicas e matemáticas, que propõem uma ordem dedutiva e linear; a das ciências da linguagem e da produção; e, finalmente, a da reflexão filosófica. As ciências humanas, segundo ele, ocupam uma localização difusa nesta episteme, pois elas fazem apelo a estes três gêneros de reflexão sem, no entanto, definir uma dimensão própria. A modernidade epistemológica do ponto de vista das ciências humanas, segundo Foucault, é portanto comporta de três modelos, que seguem as três “positividades” da modernidade: a vida, o trabalho e a linguagem, que foram juntas o discurso científico da modernidade” (GOMES, 1996, p. 42)

(...) seria efetivamente tentador interpretar a sucessão de escolas geográficas como constituindo etapas de mudanças nos paradigmas, seguindo o raciocínio de T. Kuhn. Este tipo de concepção depende, todavia, da análise das comunidades científicas, e a explicação supõe simultaneamente a compreensão da natureza do paradigma e sobretudo a compreensão do comportamento da comunidade que o sustenta. Estimamos que exista uma estrutura comum nas “revoluções” da geografia moderna, mas a interpretação da natureza desse movimento se faz sob uma ótica. Em nossa análise, não há exatamente novos paradigmas, trata-se muito mais de um processo de renovação em relação às posições fundadoras da modernidade científica. Nesta perspectiva, a atitude das comunidades científicas não possui o mesmo papel e importância normalmente atribuído pela sociologia da ciência de Kuhn (GOMES, 1996, p. 41).

Parece-nos que as constantes alterações na base tecnológica e a incorporação de novas técnicas no processo de reprodução da sociedade antes de inaugurar uma nova concepção de mundo amplia e focaliza a lógica da modernidade, pois, a modernidade é um modo de ser e interagir com o mundo da mercadoria e com a modernização (ALFREDO, 2006). No entanto, as alterações na base técnica e tecnológica são transformações na maneira de interagir com o mundo, mas o sentido primeiro desta interação reforça a eficiência e a velocidade na potencialização do mundo moderno, reforça os sentidos da reprodução do capital e aumentam a relação das abstrações concretas com a sociedade em um processo alienador e de clara redução da humanidade do homem.

O compromisso com a reformulação e adequação da geografia não é exclusivo do tempo presente. É preciso entender, realmente, as grandes mudanças ocorridas no mundo (sociedade, técnicas, tecnologia, grandes guerras, insurgências, etc.). Sob este aspecto, de tempos em tempos, talvez mais notadamente com a virada do capital industrial para o capital financeiro⁴⁶, o mundo enfrenta o mais alto grau de mudança paradigmática, o que levou alguns pensadores a apressadamente supor a emergência de uma pós-modernidade aliada a um processo pós-industrial, como já inferido em linhas anteriores. Fica-nos claro que uma nova forma de ver o mundo se abre, mas talvez esta seja uma nova roupagem do velho, aquilo que poderíamos chamar de antigas novidades. O novo pelo novo é um fetiche do moderno, por isso, parece-nos próprio do moderno essa tentativa de tensionar o presente para parecer

⁴⁶ (...)“os mecanismos financeiros em vigor permitem às grandes firmas reinvestir na maioria dos países, sobretudo na periferia, sem necessitar sequer transferir capitais: esses são encontrados *in situ*, por meio da utilização da poupança compulsória das populações locais e do incentivo ao consumo. Existem, portanto, grandes massas de capital que permanecem livres nos países do entro e que estão prontas a participar de uma especulação cuja função não é unicamente econômica, mas financeira e mesmo política. (...) As tendências à invisibilidade do capital mostram-se mais profundas e atingem todas as esferas – as da produção e as da distribuição, incluindo-se a publicidade – criando novas necessidades de acumulação e, ao mesmo tempo, de circulação de capitais mais maciços” (SANTOS, 2004b, p. 19).

antigo a fim de que o novo se erga como uma possibilidade transformadora, mas que conserva o mesmo espírito do antigo, creio que essa é a situação contemporânea.

(...) diversas “contracorrentes” desafiaram o poder hegemônico da razão, propondo outros sistemas de organização do pensamento. No fim do século XVIII, no começo do XIX, assim como na virada do século seguinte, a veemência contestadora destes movimentos alimentou perspectivas similares às sustentadas no discurso pós-moderno, justificando a pergunta: “não seria o pós-moderno exatamente um *slogan* que permite incorporar subrepticamente a herança das reações que a modernidade cultural recebeu contra ela desde meados do século XIX?” Assim, fundamental é constatar, de imediato, que a modernidade, frequentemente apresentada como um período totalmente dominado pela racionalidade, constrói sua identidade muito mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas “contracorrentes”, contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante (GOMES, 1996, p. 26).

O novo na contemporaneidade, tem que ser tratado com cuidado, uma vez que ele pode apenas esconder o antigo com uma capa repaginada, ou ser resultado de um tensionamento forjado como necessidade de transformar o presente em algo passado com vistas a esconder os sentidos de um futuro incerto. O discurso da pós-modernidade pode aparecer como uma tentativa de desconstrução da crítica feita ao longo de quase um século e meio. Com esse cuidado assumimos a necessidade de atualização de conceitos e temas na geografia, mas sempre conectado à concepção de mundo que ajuda a explicar e revelar as perversidades do mundo moderno.

Há, no entanto, a despeito de toda crítica sobre a invenção do novo, uma necessidade da pesquisa abarcar o novo, e é sobre essa necessidade do novo, como atualização, que fundamentamos a obrigação da geografia repensar suas práticas, mas o novo enquanto pesquisa, enquanto possibilidade de entender o mundo com maior acuidade.

A potencialidade da pesquisa é limitada quando nos consagramos apenas à tarefa de testar e verificar teorias. Impõe-se, permanentemente, a criação de novas teorias. Quando a ciência não é capaz de criar senão o que ela já conhece, está renunciando à sua grande missão (...) é imenso o que temos a reformular e a reconstruir, sobretudo porque em nosso campo de trabalho se continua a integrar novas teorias aos velhos conceitos de espaço, como se os elementos formadores deste último não houvessem, eles próprios, mudado de significação. Cada vez que omitimos os elementos novos e sua exata significação, torna-se difícil, senão impossível, atingir uma conceitualização adequada (SANTOS, 2004a, p. 194).

A necessidade de pensar o novo ou a teoria nova nasce da observação de transformações da sociedade que levem à necessidade de revisão, ou seja, a teoria nova, ou revisada e atualizada, deve aparecer como uma consequência das transformações ocorridas no mundo real-concreto.

O ponto de partida e o ponto de chegada da geografia não pode ser outro que não a produção do espaço, este me parece ser o foco central das discussões sobre o sentido da pesquisa geográfica. Milton Santos (2004a) assume a centralidade da questão e assume que precisamos fazer um novo casamento da Geografia com o espaço, para isso ele parte do reconhecimento de que esta noção que é tão cara à geografia foi, primeiramente, apresentada pelo filósofo Henri Lefebvre (2006), enquanto os geógrafos estavam perdidos na discussão se a geografia era ciência ou não e na construção de modelos matemáticos e estatísticos que acabaram por distanciar cada vez mais o geógrafo do que deveria ser o seu objeto de estudo. A compreensão do espaço como produto da sociedade e anteriormente o entendimento do homem como produtor de si mesmo é o que dota a geografia da capacidade de entender a sociedade contemporânea.

A atualização dos conceitos e dos temas, no limite, também não pode, a partir da realidade, negar as utopias, por isso, ainda que as forças de produção da realidade conduzam para uma simplificação do mundo, as reflexões e as ações não podem deixar de insistir em processos que tenham como foco central recuperar a humanidade do homem.

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (SANTOS, 2004b, 41).

Este é o nível de utopia que está no limite das tensões reais-concretas do presente, mas que surgem como desejos para uma virtualidade que nasça com a ruptura das estruturas perversas de reprodução do capital. Este parece ser o princípio que move a necessidade de atualização das abordagens dos conceitos e temas da geografia contemporânea.

Por uma geografia nova: a atualização da geografia da população

Em uma breve busca sobre os interesses da humanidade em relação aos estudos da população encontramos que as primeiras inquietações sobre o tema aparecem quando os soberanos assumem o desejo de contar quantos são os seus súditos, ou seja, qual é o contingente de pessoas que está vinculado a sua teia de poder⁴⁷. Daí deriva os primeiros censos ou as primeiras ideias sobre a necessidade de contar e saber um pouco mais sobre as características gerais populacionais.

De acordo com Raffestin (1993, p. 67):

Definida como um todo, a população é uma coleção de seres humanos. Ela é um conjunto finito e portanto, num dado momento, "recenseável". Esse ponto é bastante significativo porque, se a população pode ser contada, implica que dela podemos ter uma imagem relativamente precisa. Ainda que essa imagem, um número, não possa ser (como não é) estável, pois se modifica o tempo todo. Contudo, é por esse número que a organização que realizou o recenseamento dispõe de uma representação da população. Sem dúvida é uma representação abstrata e resumida, mas já satisfatória para permitir uma intervenção que busca a eficácia. O recenseamento permite conhecer a extensão de um recurso (que implica também um custo), no caso a população. Nessa relação que é o recenseamento, por meio da imagem do número o Estado ou qualquer tipo de organização procura aumentar sua informação sobre um grupo e, por consequência, seu domínio sobre ele.

Na esteira destas reflexões, sabe-se, mais ou menos, a origem das ideias sobre a necessidade de contar a quantidade de pessoas de um determinado lugar através do que chamamos hoje em dia de censo, mas definir com exatidão qual foi o primeiro exercício censitário na história da humanidade é muito impreciso. Há registros de atividades semelhantes ao censo na China antiga há mais de dois mil anos antes de Cristo. Não obstante, a bíblia registra algumas passagens em que é possível fazer referência a censos realizados em Israel por Moisés, Davi e Samuel (RAFFESTIN, 1993; MATUDA, 2009). Estes indícios de atividades censitárias são tão difíceis de ser apurados e se encontram em um passado tão desfocado que muitos os consideram quase como mitológicos⁴⁸.

⁴⁷ "A população é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações. Sem dúvida é um recurso, mas também um entrave no jogo relacional" (RAFFESTIN, 1993, p. 67).

⁴⁸ "O ponto comum entre todos esses recenseamentos foi a vontade de conhecer os recursos humanos com que se podia contar. Foi a vontade de conhecer a extensão, para organizar, resistir ou lutar" (RAFFESTIN, 1993, p. 68-69).

(...) os levantamentos populacionais da Sicília (1501) e de diversas outras regiões da Itália são algumas vezes apontados como os primeiros censos, no sentido pleno. Entretanto, a maioria dos estudiosos considera o censo sueco (1749) como o 1º a satisfazer quase todos os critérios considerados essenciais (MATUDA, 2009, p. 10).

(...) podemos afirmar que "os recenseamentos, no sentido moderno do termo, não remontam a muito antes do fim do século XVIII". (...) Não é inútil mostrar que os primeiros recenseamentos modernos frequentemente coincidem com o fortalecimento do Estado ou com a formação de um novo Estado (RAFFESTIN, 1993, p. 68).

A atividade censitária servia muito mais como fundamento para conhecer a base da estrutura de poder do que mesmo para entender o modo de vida das pessoas. É importante destacar que a atividade censitária é muito cara (tomemos como referencia o cancelado do financiamento para pesquisa censitárias feitas recentemente pelo governo brasileiro em função de uma crise econômica) e necessita de muitas pessoas trabalhando para que seus resultados sejam efetivos e despende muito tempo para que as informações sejam agrupadas, isso fez com que muitos países não arcassem com os custos de sua real efetivação, por isso, só por volta de 1980 é que podemos afirmar que todas as populações do mundo haviam sido contadas, pelo menos uma vez, de forma oficial (RAFFESTIN, 1993; MATUDA, 2009).

Durante os muitos séculos de atividades censitárias realizadas pelo mundo alguns temas como a periodicidade e os tipos de questionamentos feitos foram variando bastante segundo o entendimento de cada país. Atualmente, a atividade segue mais ou menos um padrão⁴⁹ e assume uma periodicidade média de 10 anos⁵⁰. Apesar de ser uma atividade fortemente ligada, contemporaneamente, à estatística e à demografia, a geografia sempre esteve presente no processo de contagem da população, bem como na análise dos dados⁵¹.

⁴⁹ "As informações consideradas essenciais no levantamento demográfico são: 1) nome e sobrenome; 2) idade e sexo; 3) relação de parentesco com o responsável pelo domicílio ou pela família; 4) estado civil; 5) ocupação e outras características econômicas; 6) alfabetização e outras características educacionais; 7) lugar de nascimento e/ou nacionalidade; 8) residência habitual (para a contagem da população residente) e/ou lugar de enumeração (para a contagem de população presente). [Além de] religião, cor, etnia, renda e língua nativa/língua normalmente falada. Alguns censos contêm quesitos sobre deficiências físicas ou mentais, orçamento familiar ou o serviço militar. (...) O censo moderno compreende basicamente três etapas: • Pré-recenseamento: consiste na criação das condições necessárias para realizar o trabalho de campo. (...) • Recenseamento: consiste do trabalho de campo e sua supervisão. • Pós-recenseamento: os dados levantados no campo passam por uma revisão e crítica para detectar inconsistências e omissões. Posteriormente, passa-se para o processamento e divulgação dos dados" (MATUDA, 2009, p. 11-12).

⁵⁰ "A contagem da população, feita periodicamente, é indispensável ao planejamento econômico; em consequência os recenseamentos têm grande importância apesar de uma série de imprecisões e de deficiências de dados estatísticos que apresentam. Existem países que realizam recenseamentos de cinco em cinco anos (...)" (ANDRADE, 1998, p. 44).

⁵¹ "Há levantamento de dados populacionais – os recenseamentos, em que a população aparece como um conjunto definido, embora mutável no tempo. Daí inclusive, os intervalos regulares de novos recenseamentos – também utilizados e satisfatórios do ponto de vista dos interesses de diversas organizações. Tudo indica que o

Sob a ideia geral de estudar a distribuição e a ação dos homens na terra, a geografia se aproximou muito dos dados estatísticos oriundos das contagens populacionais e daí se origina as análises de geografia da população⁵², notadamente no período que estava sob forte influência do positivismo lógico, o que gerou, do ponto de vista da evolução do pensamento geográfico, a construção de reflexões muito próximas a uma geografia teórico-quantitativa⁵³. Em uma reflexão crítica, essa tradição quantitativa da geografia acaba por transformar o homem e a sua capacidade de produção em números e esvazia a complexidade do sentido da realização da vida.

Estes indicadores populacionais, quase um fetiche da geografia da população, quando analisados sozinhos ou fora dos seus contextos só corroboram com uma visão superficial da realidade. Em linhas gerais, os estudos geográficos pensados a partir dos indicadores criam um meta-discurso geográfico que apenas reflete sobre a própria abstração dos números. Durante muito tempo a geografia estava interessada em discutir exaustivamente sobre estes indicadores, tornando os manuais de geografia da população um compêndio de informações sobre as áreas ecúmenas e anecúmenas e uma lista de dados e indicadores que tratavam da população absoluta e população relativa, da densidade demográfica e da densidade fisiológica, do vazio demográfico e do optimum de população, das áreas povoadas, superpovoadas, despovoadas e populosas, do crescimento vegetativo, das migrações, além das taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, etc.

Segundo Andrade (1998, p. 46), “munidos destes conceitos preliminares, [a geografia e os geógrafos puderam] passar a estudar os problemas ligados à *distribuição geográfica*, ao *crescimento* e à *estrutura da população* da Terra”. E sem considerar nenhum dos enredos, das histórias de vida que animam os números a geografia da população seguiu por muitos anos sem escapar das prisões da lógica formal.

conhecimento e a prática que a população sugere, nos termos em que vêm sendo formulados, são fatos reais a serem considerados. Não são pura ilusão, totalmente inúteis e irreais e, portanto, descartáveis” (DAMIANI, 2002, p. 77-78).

⁵² “Logicamente esta orientación ha primado los estudios empíricos y descriptivos, a la par que, como subraya Noin, ha contribuido a dar unos límites y unos contenidos muy imprecisos a nuestra subdisciplina (...) En este sentido me parece representativa la afirmación de Pitié: “los límites de la Geografía de la población son los que imponen los censos”” (BALLESTEROS, 1986, p. 192).

⁵³ “A procura de uma linguagem matemática em geografia era o resultado de uma procura de cientificismo que a geografia já havia tentado, sob outras roupagens e em outros momentos. Os métodos matemáticos são considerados como os mais precisos, os mais gerais e os mais dotados de um valor de previsão. Tudo isso seria obtido por uma combinação onde as análises de sistema e os modelos e o uso de estatísticas seriam uma peça fundamental. Acreditava-se responder também a uma preocupação de rigor onde a noção de causa e efeito se impunham, com a ajuda de modelos lineares elaborados tanto para avançar como para recuar. Além do mais, a utilização de análise multifatorial deveria, no espírito dos geógrafos quantitativos, resolver de uma vez por todas as questões intrincadas solicitadas pela multiplicidade de variáveis em jogo e pela fragilidade, até então invencível, do trabalho interdisciplinar” (SANTOS, 2004a, p. 67).

Mesmo os primeiros estudos baseados nos princípios do pensamento marxista não foram capazes de conferir uma transformação radical necessária na abordagem da geografia da população, esse é um dos exercícios pendentes, salvo algumas pequenas exceções.

As análises dos números, dados, taxas e tendências foram trabalhadas como o resultado em si da produção geográfica. A geografia da população quase nunca conseguiu sair das limitações da demografia, servindo quase sempre como um apoio ao entendimento demográfico e quase nunca como uma chave fundamental para entender a produção do homem e do espaço habitado, estabelecendo um esvaziamento da possibilidade analítica da geografia da população e a condenando a restringir-se a uma análise de dimensão demogeográfica.

Las muy diversas definiciones de que ha sido objeto la Geografía de la población presentan a esta subdisciplina siempre inserta en sólo dos de las diversas tradiciones temáticas que se pueden identificar en Geografía: la ecológica y la geométrica o espacial corológica, siendo interesante subrayar que el segundo caso aparece en geógrafos de escuelas nacionales diversas y encuadradas metodológicamente tanto en corrientes idiográficas como nomotéticas, tanto en partidarios del enfoque tradicional como del cuantativo, lo que puede contribuir a explicar la escasa virulencia del debate epistemológico en nuestra subdisciplina. Pero, además, en todas las definiciones, al menos hasta los años setenta, aparece implícita o explícitamente otra preocupación: diferenciar la Geografía de la población de otras ciencias sociales interesadas por los temas demográficos y como consecuencia delimitarla temáticamente. Y aún es preciso apuntar una tercera característica de muchas definiciones, el interés por los procesos, lo que incitará tanto la búsqueda de modelos dinámicos como a la aceptación de enfoques historicistas, incluyendo aquí el marxista (BALLESTEROS, 1986, p. 184).

Ballesteros (1986) identifica, no processo de constituição e evolução da geografia da população, quatro grandes enfoques gerais: *i)* enfoque tradicional, *ii)* enfoque teórico-quantitativo, *iii)* enfoque comportamental (behaviorista) e *iv)* enfoque marxista radical. Estes quatro grandes enfoques coincidem, de maneira geral, com as grandes divisões ou etapas da evolução do pensamento geográfico, o que não ajuda a pensar a questão central que é a necessidade de inversão de reflexões baseadas em uma lógica formal para as reflexões apoiadas em uma lógica dialética.

Mesmo identificado grandes áreas no estudo da população, as abordagens e os níveis de reflexão continuam ancorados na superfície do tema, mesmo na diferença os temas tratados não conseguem penetrar no cerne da questão, não buscam o sentido e a potencia de um estudo da produção social do homem e do seu espaço.

(...) los geógrafos franceses dedican especial atención a la distribución espacial, la movilidad o la antropología física; los ingleses y americanos, al pasado de la poblaciones (Trewartha) o los estados de la evolución demográfica (Jones, Woods), y los soviéticos (Suvalov, Pokshishevskiy) al hábitat o los sistemas de poblamiento (PUYOL, 1986, p. 205).

A fim de realizar uma análise do sentido da produção sobre geografia da população, Puyol (1986) estabelece uma metodologia de análise que abarca quatro grandes mecanismos de aproximação. Por meio qual pretende ajustar o foco das reflexões sobre o estudo da população na geografia contemporânea.

Em um primeiro movimento, ele aborda as *i)* grandes concepções sobre a população, em seguida estuda *ii)* os grandes manuais que tratam do tema, depois reflete sobre *iii)* o ensino da geografia da população nas universidades e centros de educação superior e por último se debruça sobre *iv)* a produção bibliográfica realizada sobre o tema⁵⁴.

As constantes transformações de abordagem da geografia da população não apresentam uma transformação significativa na forma de entender a relação da população com o seu ambiente. A grande transformação se dá quando a lógica de construção das reflexões muda, neste sentido, as transformações aconteceram com a introdução do pensamento crítico e as modificações teórico-metodológicas na concepção da produção social do mundo.

Mesmo Pierre George (1971) não escapa deste espírito quantitativo que se alastra pela geografia da população. Em uma passagem clássica, na tentativa de refletir criticamente sobre os estudos populacionais, ele aponta:

Não penetraremos aqui no terreno do estudo dos gêneros de vida que interessa fundamentalmente à abordagem etnológica e geográfica do conhecimento das coletividades humanas que vivem num meio relativamente fechado em regiões ainda mal integradas na universalidade da vida moderna. Em contrapartida, afigura-se-nos indispensável mostrar como a apreciação geográfica de uma estatística populacional deve ser influenciada pela determinação de um certo número de índices que permitam classificar essa população num tipo definido de condição humana no sentido mais amplo do termo (nível de existência e corolários de toda a espécie) (GEORGE, 1971, p. 45).

⁵⁴ “He abordado un tema complejo mediante cuatro aproximaciones complementarias. En su análisis hay certa reiteración, ya que los hechos derivados de cada una de ellas permiten la obtención de conclusiones frecuentemente coincidentes. Pero hay aspectos que sólo se iluminan desde una de las perspectivas abordadas, lo cual justifica la conveniencia de utilizar varios acercamientos” (PUYOL, 1986, p. 210).

Até mesmo no seio do que se julgava ser a revolução da forma de pensar, há resquícios de uma geografia da população fragmentada, redutora da realidade e viciada em antigas fórmulas. Foi preciso reavaliar o sentido real da produção humana para recolocar a real tarefa implícita no estudo da população.

A configuração deste cenário analítico é o que nos leva a afirmar que a tarefa de atualização da geografia, vista como uma centralidade por Santos (2004a), ainda não foi realizada. É preciso mudar a perspectiva de análise da geografia da população, com o objetivo de ajustar as lentes e atualizar a agenda da geografia da população, localizando-a no cerne da geografia humana.

Não é a geografia da distribuição diferenciada da população no globo terrestre que aspiramos. A da primeira aproximação com o fenômeno humano, através das quantidades de população diversas. A que se vale da visualização de cores diferentes manchando cada país, ou cada lugar, para retratar, num mapa, seu “lugar” no universo das “diferentes” quantidades de população. Observemos que esse quantitativismo leva à imagem superficial deste fenômeno social, para quem quer lhe captar, exatamente a essência qualitativa, as relações escondidas. A geografia, hoje, não se contenta mais com a leitura do espaço como invólucro de conteúdos indiferentes, que tardiamente a preenchem (DAMIANI, 2002, p. 7).

Os números, dados estatísticos, modelos de comportamento populacional, gráficos, pirâmides populacionais, linhas de tendência populacional entre outros recursos da estatística não podem ser considerados o único resultado de uma reflexão sobre a população, eles não podem ser considerados nem ponto de chegada, nem ponto de partida, eles são meios, ferramentas de análise que apontam para um comportamento coletivo sobre determinado aspecto demográfico, ou seja, são elementos que ajudam a compor uma tendência de comportamento, mas se esta tendência e estes elementos não são entendidos em seu contexto e animados pelas histórias de vida acabam gerando leituras rasas e superficiais, deixando a análise geográfica refém de uma ilusão formalística.

De acordo com Damiani (2002, p. 7), uma questão se coloca: “Vamos abdicar dos números? Não exatamente. Vamos, na verdade, relacioná-los imediatamente com as qualidades. Quantidades diferenciadas podem expressar conquistas humanas e históricas cruciais”. É isso o que dá sentido à vida, a leitura simples dos dados se apresenta como estéril, elimina os contextos, borra as querelas e impossibilita a visão do sentido real das relações

sociais, a vida vista desde o mundo dos números perde o drama⁵⁵, no limite, este é o desafio da geografia humana contemporânea, recuperar os dramas que os números escodem.

A primeira coisa a ser feita quanto à geografia da população é inverter a lógica de como ela é pensada na geografia humana e nos projetos de pesquisa⁵⁶. Os tratados de geografia humana apresentam a população como um capítulo síntese introdutório, em que as condições gerais da população são postas para introduzir os estudos sobre economia, política, cultura, o urbano, o rural, etc. Como se a população fosse o ponto de partida das reflexões, diminuindo a potencialidade do sentido real da população. Se a tese central é que o homem produz a si mesmo e ao seu espaço, a população seria a concentração desta capacidade produtiva, logo os estudos de geografia humana deveriam ter como consequência das análises gerais a análise do sentido da produção humana, neste caso realizado de forma coletiva pela população⁵⁷.

Ao considerar a população como ponto de partida dos estudos de geografia humana, a reflexão sobre as implicações e a dinâmica da mesma pode ficar refém da necessidade de serem explicadas em si, reduzindo as análises aos elementos mais simples, o estudo da população tenderia a uma lógica tautológica e o seu ponto de chegada seria a explicação do movimento geral das definições e dos sentidos do que seja a população, desconectando ela da totalidade. Os estudos de geografia da população iriam, nesta perspectiva, progressivamente caindo em um esvaziamento de sentido. Os riscos assumidos por este tipo de abordagem são altíssimos.

Embora o conhecimento não seja exterior, nem anterior à realidade prática, e ela o estimule, esse conhecimento ou conduz a uma tentativa e aproximação, em direção à complexidade e à riqueza da realidade prática e histórica (nesse sentido tornando-se crítico); ou pode se deteriorar, reduzindo-se ao puramente especulativo, isto é, alheio ao prático-sensível; ou, ainda, pode conservar-se de tal forma comprometido com a sociedade analisada, que se

⁵⁵ “chamaríamos, de outro modo, de transformação dos números em *drama*: “aquele do indivíduo, dos grupos, da humanidade inteira” (Lefebvre). Ou dramatização dos números. O drama humano e social que a geografia, refletindo sobre população, aspira alcançar; certamente, em alguns de seus elementos, diante de sua extensa complexidade” (DAMIANI, 2002, p. 8).

⁵⁶ (...) “cria-se um embate em relação à geografia da população, compreendida como primeira aproximação dos fenômenos urbanos, políticos, econômicos, etc., constituindo, nesse sentido, o primeiro capítulo dos tratados de geografia humana. A população, inversamente, será desvendada a partir do entendimento dos fenômenos arrolados” (DAMIANI, 2002, p. 10).

⁵⁷ “é preciso, então, em termos de análise destruir o objeto real, em sua complexidade; portanto, não iniciá-lo pela população. Começar a decifrá-lo a partir dos elementos mais simples, abstratos, no sentido de parciais, mas que garantam a possibilidade de continuar o movimento analítico e criar como necessidade categorias cada vez mais concretas. Isto é, categorias mais próximas da complexidade do real, no intuito de desvendar o fenômeno tratado, nas suas múltiplas determinações e movimento, concluindo então, pelo conhecimento da população” (DAMIANI, 2002, p. 9).

transforme em ideologia, num conhecimento falsificado, que sirva para dissimulá-la e não para desvendar seus conflitos (DAMIANI, 2002, p. 09-10).

Uma geografia da população que tenha como sentido entender a condição da produção do homem não pode ficar restrita a administrar números de uma contagem abstrata ou desenhar a realidade a partir de representações quantitativas, o lugar da população na geografia é de centralidade, pois ela reflete a essência da produção do homem.

Se não tomarmos cuidado na construção das análises e reflexões sobre a população, poderemos cair na simplificação da potencialidade transformadora que ela guarda, pois ao usar genericamente esse conceito, pressupõe-se uma homogeneidade que, assim como evoca um esvaziamento do estudo dos números pelos números, esvazia também a realidade; reduz o homem a um agregado isomórfico e retira o drama da existência humana. A humanidade perde a sua historicidade e a população se torna um instrumento de controle que serve no máximo para entender comportamentos coletivos, o que acaba por ajudar na administração do homem tornado coisa, perde-se com isso a poesia, a capacidade criadora e produtiva do homem. Em última análise, a população se torna uma abstração.

Para tratar a população de forma mais crítica, nós a desfiguramos enquanto agregada coerente e sem desigualdades, e sequer nos contentamos com as formas de qualificá-la utilizadas pela demografia; evidentemente, nos limites de seu uso mais vulgar. Como conceito, a população se esvazia. Ela é sobretudo uma forma de controle e conhecimento sobre as pessoas, que não têm data. Parece, de tal maneira, genérica, que se adapta a qualquer lugar e tempo. Então, não se define a especificidade, nem desse lugar, nem desse tempo. Em outras palavras, não é um conceito verdadeiramente histórico. Não permite que se persiga a formação, o desenvolvimento e a deterioração do seu conteúdo real (DAMIANI, 2002, p. 78).

O ajuste e a atualização necessários à geografia da população é na verdade a necessidade de romper radicalmente com a ilusão de uma a-historicidade existente na população. A geografia não pode negar o caráter processual do mundo, da população ou de nenhum outro fenômeno do real. Jamais estes elementos podem ser considerados em si mesmos, ou seja, desconectados das múltiplas variáveis que compõe a concretude do mundo, como tampouco podem ser desconectados das implicações históricas que compõem o presente e que ao se realizar estão inexoravelmente comprometendo o futuro.

A importância de recuperar a historicidade do homem⁵⁸ é o centro da questão, uma vez que o homem e a sua produção não existem como um fato acabado, por isso o seu desenvolvimento é diretamente relacionado com a sua formação histórica, em um processo que jamais será finalizado. A produção do homem⁵⁹ é nexa da geografia da população, pois ela recupera os caminhos percorridos na relação do homem com a natureza, do homem com o homem e do homem com o espaço socialmente produzido (DAMIANI, 2002).

Estamos diante, portanto, do tratamento da “população”, não apenas como um recurso, um ator, um problema (através da superpopulação), mas, na concepção da produção do homem, como um *projeto*; um projeto que a filosofia perseguiu, e a prática real e histórica torna dolorosa e dramaticamente concreta e realizável. O homem é uma possibilidade histórica (DAMIANI, 2002, p. 84).

A atualização da geografia da população tem que ter como princípio a explosão do encapsulamento promovido pela lógica formal, alimentada e instrumentalizada pelo Estado; é preciso entender o movimento da produção do homem como a essência da realização da vida, com a finalidade de evitar a aparelhamento ideológico dos grupos humanos e entender desde dentro o sentido social, real e concreto da reprodução da vida. À luz disto é que emerge o verdadeiro compromisso com o estudo da população. É preciso reforçar a necessidade de superação da lógica simplificadora que elimina a polissemia, a polifonia e a polimorfologia da vida humana.

Os temas de estudo da população têm que surgir como elementos diretamente relacionados com as questões políticas, sociais, econômicas e culturais. É preciso estourar a bolha que enclausura a reflexão e adentrar em outras perspectivas problematizadoras capazes de capturar as questões emergentes, obviamente entendendo a sociedade e o espaço como totalidades centrais, mas que precisam ser investigados em um movimento dialético que entenda as partes que compõem a totalidade sem negar sua complexidade, mas também respeitando as particularidades da análise.

Apoiados na realidade como condição primal, tendo como apoio todo o movimento do pensamento expresso de forma simplificada até o momento, é que sugerimos que emerja desta

⁵⁸ “O homem, embora já dado, é, ao mesmo tempo, um corpo de possibilidades, de forças vitais em aberto. Ser de natureza, ela própria constituída como virtualidades indefinidas” (DAMIANI, 2002, p. 79).

⁵⁹ O homem “vai dominando a natureza fora dele, objetivando-se através dos produtos que cria e ao mesmo tempo, domina a natureza dentro dele, seu corpo, seus instintos, sua vida, deixando de ser puro instinto natural, elementar. Na produção do homem como ser humano há um duplo processo: objetivação e subjetivação. Todos os sentidos podem, no processo histórico, ser potencializados. Nossos olhos, ouvidos, tato, etc. Vão se aperfeiçoando, enriquecendo, através do que produzimos e da consciência que ganhamos da natureza – fora e dentro de nós” (DAMIANI, 2002, p. 80).

geografia da população atualizada uma nova frente de análise e reflexão na geografia contemporânea, mais especificamente na geografia brasileira, a geografia do envelhecimento.

Por uma geografia do envelhecimento

Propor a abertura de um campo de análise e reflexão em uma ciência já consolidada sem um estudo epistemológico que justifique tal empresa é, do ponto da construção da teoria do conhecimento, no mínimo, ingênuo. Não obstante, o nosso objetivo não é elaborar uma tese sobre os métodos da ciência geográfica, nem muito menos propor a tarefa de construção de fundamentos para alicerçar a geografia do envelhecimento, partimos do pressuposto de que já há na tradição geográfica, a partir de estudos de outros autores, um lugar teórico para o envelhecimento, o que proponho é mostrar esse lugar e aproximar a geografia brasileira dele.

O envelhecimento, enquanto tema para o debate, aparece como uma emergência do pensamento contemporâneo, apresentado por meios contraditórios, fruto do mundo moderno, que possibilitam aos seres humanos uma maior sobrevivência ao tempo sob a prerrogativa de melhores condições globais de saúde⁶⁰, o que, entretanto, não garante melhores condições sociais de vida na velhice, principalmente em países de economia periférica.

O estudo do envelhecimento e as relações estabelecidas a partir desta condição de vida faz com que, especialmente em países como o Brasil, a realidade necessite ser pensada ajustando alguns focos, escalas e níveis de análise. A vida dos velhos emerge como uma questão que merece sair da marginalidade do pensamento social, portanto, as análises realizadas sobre esta etapa da vida necessitam se adequar aos fenômenos que brotam do mundo real-concreto.

Entre los muchos retos a los que se enfrenta la geografía está sobre todo la necesidad de demostrar su utilidad práctica, es decir, que el geógrafo y su trabajo obtengan el merecido y necesario reconocimiento social y científico, vital para el presente y futuro de esta ciencia. Tanto desde un planteamiento pragmático como desde la formulación de nuevas interpretaciones de la realidad social y territorial, el proceso de envejecimiento de la población y la situación de las personas mayores es uno de los temas en los que se manifiesta la utilidad social de la geografía (GONZÁLEZ, 2005, p. 98).

⁶⁰ “Tres décadas atrás se extendió el miedo a una pandemia de enfermedades seniles, e incluso la OMS promovió la estrategia de dotar a la vejez de una mejor salud. Existen indicios de que la mala salud se comprime en el final de la vida en vez de extenderse en el tiempo ganado a la muerte, es decir, que se vive más porque se vive mejor” (PÉREZ & GARCÍA, 2010, p. 47-48).

Os elementos que constituem a essência da velhice e do processo de envelhecimento na modernidade se apresentam como urgências no tratamento da questão na geografia, não há porque não assumir a centralidade desta questão, o debate sobre o envelhecimento e a velhice precisam sair da clandestinidade dos números e dialogar com um universo mais amplo que o demográfico; é urgente tratar dos dramas da vida na velhice, por isso, faz-se fundamental entender qual o sentido da produção humana nesta etapa da vida, sem negar que a experiência de viver abarca harmonias, contradições, sincronias, diacrônicas em movimentos positivos e outros que refletem negatividades, por isso, a velhice não é uma ruptura, não é uma condição nova, ela faz parte da totalidade da vida.

Não podemos particionar ou fracionar os humanos com base na sua experiência de sobrevivência ao tempo, não faz nenhum sentido! O que a humanidade faz é entender que este indivíduo total assume com o tempo, desde o momento do nascimento até a inevitabilidade da morte, uma relação que exhibe necessidades específicas, mas que não nega o homem como totalidade.

O mundo moderno denota uma particularidade para as vidas que resistem à ação do tempo, ele revela a necessidade de entender a diferença entre a condição antropológica⁶¹ e condição sociológica da velhice. Ambas as condições se alimentam e se materializam no que, a partir da geografia do envelhecimento, poderíamos chamar de uma condição geográfica da velhice e do envelhecimento, uma vez que a vida não se realiza em outro lugar que não no espaço real-concreto.

Atestar a importância desse enfoque passa, inclusive, pelo reconhecimento de que a perspectiva de que os indivíduos cheguem à velhice pode ser considerada uma consequência da modernidade, já que, durante séculos, essa possibilidade foi negada a um conjunto significativo da humanidade (FERREIRA, 2013, p. 43).

Para introduzir a importância da geografia do envelhecimento para os estudos contemporâneos tentarei, sucintamente, explorar, na esperança apenas de ser didático, três momentos diferentes da realização de estudos sobre o envelhecimento que se articulam harmônica e contraditoriamente no discurso oficial geográfico com o intuito de exhibir os

⁶¹ Na definição desta condição antropológica de ser velho e como ela encontra o lugar de análise nesta tese concordo e reafirmo as considerações feitas por Adriana Angélica Ferreira em sua tese de doutorado: “(...) o universo da tese aqui proposta não pretende abarcar a velhice enquanto categoria analítica, levando-se em conta os índices estatísticos que se originam a partir das pesquisas demográficas, das quais o censo é um dos suportes. Esta pesquisa tem acento em aspectos referentes à condição antropológica do ser velho, na qual alguns indivíduos particulares assumem a representação daquilo que é inerente a um vasto grupo, na relação com as possibilidades de realização da experiência na metrópole” (FERREIRA, 2013, p. 46).

avanços possíveis realizados, as impossibilidades de perspectivas e análise e os caminhos explorados, abertos e/ou não visitados – que opto por chamar de *i)* de onde surgiram as reflexões geográficas sobre o envelhecimento?, *ii)* como foram desenvolvidas as pesquisas sobre o envelhecimento na geografia? e *iii)* quais os caminhos que se apresentam como o futuro da análise geográfica do envelhecimento?

i) De onde surgiram as reflexões geográficas sobre o envelhecimento?

Como resultado do exercício que busca dar pistas e construir referenciais sobre as origens de um estudo geográfico do envelhecimento, localizamos que, partindo dos dias atuais até o início do século XX, o interesse relacionado ao estudo do envelhecimento se vincula, particularmente, a uma análise vertical da dinâmica populacional que no máximo, mais contemporaneamente, aproxima-se a estudos de análise regional aplicada e em alguns casos tentam refletir sobre as dinâmicas sociais⁶².

Os primeiros estudos relacionados à geografia do envelhecimento aparecem no início do século XX, o que geralmente é identificado como o período de constituição da geografia social. Os principais temas trabalhados pela geografia social estavam relacionados aos estudos regionais e culturalistas realizados pela geografia humana clássica, trazendo à luz do conhecimento geográfico questões relacionadas à distribuição e à localização, no espaço, dos fenômenos sociais, tendo como grande referência a sociedade como ponto de partida da organização espacial⁶³.

Este é o universo geral que abriga a gênese dos estudos geográficos do envelhecimento. Jiménez (1991) e González (2005) concordam em localizar os primeiros trabalhos realizados através de uma geografia do envelhecimento entre os anglo-saxões.

Seguindo os rastros deixados por Jiménez é possível identificar uma das primeiras contribuições à geografia do envelhecimento realizada em meados de 1907, esta obra teve como objetivo central estudar o fenômeno social do envelhecimento a partir da distribuição das pessoas com mais de 60 anos no espaço, o estudo fazia parte do trabalho de G. W. Hoge,

⁶² A pesquisa sobre a geografia do envelhecimento se depara necessariamente com um lugar comum “el interés de los geógrafos por el envejecimiento [se deu basicamente através...] de la geografía humana, especialmente de la geografía social y, recientemente, de la geografía regional aplicada” (GONZÁLEZ, 2005, p. 98).

⁶³ “(...)la geografía social que, mediante estudios sobre la distribución y localización en el espacio de los fenómenos sociales, toma a la sociedad como punto de partida para comprender la organización de los espacios geosociales. Precisamente son de esa época las primeras aportaciones de los geógrafos anglosajones sobre el fenómeno social del envejecimiento de la población y su distribución en el espacio, como la de G.W. Hoge” (GONZÁLEZ, 2005, p. 101).

intitulado de “*The study of Social Geography*” e publicado pelo Geographical Journal. A segunda importante análise sobre a geografia do envelhecimento é realizada pelo demógrafo Henry Sheldon em 1958, 51 anos depois do primeiro registro, este pesquisador dedica um capítulo ao estudo “*the distribution of the aged*”.

Entre estas duas publicações há algumas obras de menor profundidade que apresentam elementos relacionados ao estudo da geografia do envelhecimento. De acordo com González (2005) os textos produzidos pelo alemão Hans Bobek, por volta da terceira década do século XX, têm o mérito de considerar os grupos sociais como estruturas sócio-geográficas fundamentais na construção das cidades e do urbano, a partir desta perspectiva era inevitável considerar o grupo dos velhos como um dos grupos responsáveis por particularidades no processo de construção das relações sócio-espaciais⁶⁴.

Apesar do esforço inovador, pensando nos estudos geográficos realizados até o momento, todos estes trabalhos não apresentam uma profundidade analítica sobre o envelhecimento, eles são importantes porque aproximam através de um panorama geral os estudos sobre o envelhecimento à análise geográfica, mas ainda se configuram como uma espécie de variável demográfica presente nos estudos de geografia social, geografia humana e geografia da população.

En la primera mitad del siglo XX observamos que en las investigaciones geográficas son escasas las referencias y alusiones al tema del envejecimiento, que aparece más como una variable demográfica de los estudios de la emigración rural hacia las ciudades. Durante las primeras décadas de ese siglo, se produce la evolución de la geografía humana que permitirá luego acercamientos a otras ciencias sociales como la sociología y la ecología humana, donde destaca la escuela de Chicago. Esta aproximación a otras disciplinas sociales va a permitir el desarrollo de las investigaciones geográficas sobre determinados fenómenos sociales como el envejecimiento y la situación de las personas ancianas (GONZÁLEZ, 2005, p. 100).

A partir dos anos de 1950, principalmente em alguns países da Europa e nos Estados Unidos, começam a ser produzidas pesquisas e reflexões sobre o processo de migração e os sentidos do movimento populacional, movidos pelo particular interesse de desvendar os sentidos da relação rural-urbano/campo-cidade, o que faz emergir o envelhecimento da

⁶⁴ “Más tarde el geógrafo alemán Hans Bobek consideró a la ciudad como la expresión espacial de las fuerzas de vida urbana: el desarrollo urbano estaría determinado por las funciones económicas desempeñadas por la ciudad. Éste se interesó por los comportamientos sociales que se producen en el espacio y analizó los grupos sociales como estructuras sociogeográficas fundamentales, y entre ellas alude a de forma secundaria a los ancianos” (GONZÁLEZ, 2005, p. 101).

população como um tema importante deste processo, ainda que participando como componente relacionado a um estudo mais amplo.

Na década de 1960, nos Estados Unidos⁶⁵, os estudos sobre a migração, distribuição e localização da população de velhos assumem uma grande importância na produção geográfica, fazendo com que muitos pesquisadores tenham este tema como área de concentração de suas pesquisas.

O motor que proporciona a explosão de trabalhos nesta área é a realização e ampla divulgação do censo, como reflexo do interesse crescente por entender a estrutura da população estadunidense o que acarretar na publicação do primeiro estudo detalhado sobre a distribuição do envelhecimento da população: “*Older Americans in the US by countries*”, sem dúvidas este é um marco muito importante para que a geografia amplie o seu lugar na construção de análises sobre o envelhecimento.

Os estudos realizados pelos pesquisadores estadunidenses têm um sentido prático muito claro em relação à aplicabilidade da pesquisa ao contexto social, esta preocupação se dá com base no elevado índice de envelhecimento, o que acabou fazendo com que a geografia se tornasse um campo bastante ativo e propositivo, disso resultou um destaque relativo aos estudos sobre o envelhecimento.

É preciso pontuar que os estudos sobre a espacialidade do envelhecimento aparecem como uma necessidade de entender dinâmicas e processos urbanos, pois havia a constatação de que o envelhecimento da população urbana não estava relacionado, necessariamente, à redução das taxas de mortalidade ou natalidade, mas aparecia como consequência do movimento da população no interior das grandes cidades, ou seja, eram menos questões geneticamente demográficas e mais questões relacionadas ao movimento da população fundamentado em processos urbanos e na relação campo-cidade⁶⁶.

A década de 1960 também marca na Austrália o surgimento de trabalhos sobre o envelhecimento, sendo o mais conhecido deles realizado por Newcombe em um estudo chamado “*Graphic representation of age and sex distribution of population in the city*”, dando ênfase à representação gráfica da distribuição da população na cidade a partir da idade

⁶⁵ (...) “es en los Estados Unidos donde las investigaciones van a tener un enorme desarrollo inicial. En este país ya experimentaba bastante desarrollo el incremento de la población anciana en determinados estados y ciudades. Ello favoreció la expansión de los estudios sobre el envejecimiento que a partir de ahora comienza a ser considerado como un tema geográfico de interés creciente de ese país” (GONZÁLEZ, 2005, p. 103).

⁶⁶ (...) “son estos estudios en Estados Unidos que detectan rápidos procesos de envejecimiento en el interior de las áreas urbanas a consecuencia de la expulsión de la población joven a la periferia de las ciudades” (GONZÁLEZ, 2005, p. 103).

e do sexo. Data também deste período os estudos sobre as características sociais e geográficas das grandes regiões e áreas ocupadas, em uma espécie de geografia regional.

Os estudos regionais sobre perspectivas do envelhecimento são fortemente desenvolvidos na Alemanha. Entre os mais significativos encontramos os trabalhos de W. Hartke, “*Gedanken über die Bestimmung von Räumen gleichen sozialgeographischen Verhaltens*”⁶⁷, e F. Schaffer, “*Untersuchungen zur sozialgeographischen Situation und regionale Mobilität in neuen Grosswohngebieten*”⁶⁸. Mesmo configurando uma ampliação nas abordagens e perspectivas geográficas, o envelhecimento era percebido como mais um elemento inserido nos quadros da particularidade regional. Além disto, o tema do envelhecimento aparecerá nestas análises como reflexo do estudo sobre as condições de moradia, desemprego, renda, condição de pobreza, etc.

É possível perceber uma vertente estruturalista na definição dos estudos geográficos que compreendiam o tema do envelhecimento, pautando as reflexões a partir dos conflitos entre as características culturais e funcionais que fundamentam a dinâmica regional em questão⁶⁹, logo a essência dos estudos não estava na questão do envelhecimento, senão na velhice como uma condição presente, uma das características da população localizada nas regiões.

Algunos investigadores se interesan por las personas ancianas, advirtiendole sobre las diferencias individuales que subyacen dentro de éste y de cualquier grupo social. E. Otremba realiza estudios de los diferentes comportamientos espaciales de los distintos grupos, dependiendo del nivel económico, cultural, etc., y describe el de las personas ancianas. (...) Algunos geógrafos comproban que, en el ámbito urbano, los lugares específicos de abastecimiento de los ancianos dependían de su poder adquisitivo. (...) Otros investigadores llegan a afirmar que las personas mayores son portadoras de funciones y procesos espaciales, por lo que también están sometidos al cambio (GONZÁLEZ, 2005, p. 104).

⁶⁷ Reflexões sobre a criação de espaços com as mesmas características sócio-geográficas – Tradução Livre.

⁶⁸ Estudo sobre a situação sócio-geográfica e a mobilidade regional das novas grandes áreas residenciais – Tradução Livre

⁶⁹ “Häufig werden bei derartigen Überlegungen Strukturmerkmale und Funktionsmerkmale bei den Versuchen zur Abgrenzung geographischer Raumeinheiten einander gegenübergestellt, und Gleichheit der Formenmerkmale eines Gebietes, der sog. Gegebenheiten natürlicher und kultureller Art, wird zur Abgrenzung struktureller, ihre Ergänzungsfähigkeit zur Abgrenzung funktioneller Raumeinheiten benutzt” (HARTKE, 1959, p. 427) / Sob tais considerações, características estruturais e funcionais são analisadas com o fim de delimitar as unidades espaciais geográficas, estas características são comparadas umas com as outras analisando a frequência e a semelhança que caracterizam uma área. As condições naturais e culturais são utilizadas para delimitar as capacidades estruturais com a finalidade de distinguir unidades espaciais funcionais – tradução livre.

Sob os cuidados de uma geografia regional com raízes lablachiana⁷⁰ foram realizados alguns estudos na França, ainda na metade do século XX, entre eles destacamos os realizados por Rochefort, que assumia como questão central a perspectiva de que o envelhecimento é um tema de responsabilidade coletiva e social, os estudos franceses, de uma maneira geral, tentaram analisar a população como totalidade, por isso, a realidade era analisada a partir dos fragmentos que compunham a totalidade, mas estes fragmentos eram estudados de maneira separada, apostando que a simples junção das partes revelaria o todo, o que diminuía a capacidade explicativa dos fenômenos. No entanto as críticas relacionadas à junção destes fragmentos e à análise isolada destas partes fez emergir uma aproximação das análises da geografia social ao pensamento marxista⁷¹, o que espraia como consequência nos estudos sobre o envelhecimento.

Além de Rochefort, González (2005) identifica Chauvire como uma das referências fundamentais nas análises do gênero de vida dos velhos, seriam os velhos elementos fundamentais para entender os problemas sociais, as fragilidades e as necessidades mais urgentes da sociedade, uma vez que as necessidades destes indivíduos aparecem como questão de ordem prática e material do mundo e dos temas sociais.

A geografia espanhola também figura entre as escolas geográficas que ao longo do século XX realizaram trabalhos, reflexões e propostas de ação relacionadas ao envelhecimento. A contribuição espanhola se deu a partir da análise exaustiva dos dados estatísticos oriundos das atividades censitárias, estas análises foram, na maioria das vezes, estabelecidas em parceria com pesquisadores das áreas de geografia e demografia.

El envejecimiento aparece aquí [na Espanha] como una consecuencia del crecimiento diferencial de determinados lugares y es asociado con la migración y despoblamiento de las zonas rurales, con el envejecimiento del interior de las ciudades, o con los cambios en la población activa española. Sin embargo, sigue sin existir una preocupación geográfica por las cuestiones sociogeográficas de la población española (GONZÁLEZ, 2005, p. 105).

⁷⁰ (...) “la geografía del envejecimiento llegará a ser una cuestión que preocupará y atraerá una mayor atención. René Rochefort (1965) introducirá a la geografía francesa en el estudio del envejecimiento, se considera un “problema colectivo – no sólo individual –, un problema social que concierne a la sociedad entera”, objeto a proveer humanamente las necesidades sociales y materiales de los ancianos, defendiendo el estudio del “género de vida”, en la más pura tradición geográfica de Vidal de la Blache” (JIMÉNEZ, 1991, p. 224).

⁷¹ (...) “la Geografía Regional francesa comienza a abordar en profundidad algunos problemas sociales aunque el envejecimiento sigue sin recibir una adecuada atención. Sin embargo, estos nuevos estudios van a favorecer el desarrollo de una Geografía social influida por posicionamientos marxistas que pronto estaría subordinada a la Geografía Económica” (GONZÁLEZ, 2005, p. 101).

Parece-me importante destacar que no Brasil, bem como nos demais países do mundo e, que o tema no envelhecimento não assumiu condição de centralidade, não há um abandono das questões do envelhecimento, apenas não há o registro de atividades que estejam relacionadas à geografia do envelhecimento, é importante deixar claro que muitos são os trabalhos realizados por demógrafos e sobre os profissionais de medicina, em relação às condições de saúde da pessoa idade.

Destaca-se, contudo, que os velhos, até recentemente, não foram analisados como centralidade nos estudos sociais brasileiros. Entretanto, em função das análises censitárias, desde a criação do IBGE, os geógrafos trabalham com a dinâmica populacional, analisando e descrevendo as condições sociais da população brasileira. Desde a década de 1940 há estudos realizados pelo IBGE sobre a dinâmica populacional⁷², e o que mais aparece, como destaque, nestes trabalhos são os temas relacionados à migração campo-cidade, à análise da fecundidade e à explosão demográfica ao qual o país passava. Por isso, não raro, tratávamos o Brasil como um país de jovens, com um grande futuro produtivo, como consequência os estudos sobre o processo de envelhecimento e sobre a velhice não assumiam protagonismo temático.

Ao escrutinar o banco de dados da Revista Brasileira de Estudos Populacionais, que publica os resultados de algumas das principais pesquisas sobre a população brasileira, desde o início da década de 1980, foram encontrados apenas quatro textos que tratam do tema do envelhecimento, sendo todos estes publicados depois da segunda metade da década de 1990, reforçando a falta de tradição geográfica sobre o tema⁷³.

Em se tratando estritamente do termo “geografia do envelhecimento” até o momento presente não foi encontrado nenhum registro de estudo brasileiro que assuma claramente este recorte temático, há obviamente, escritos, teses, dissertações que tomam o tema da velhice e do envelhecimento como elementos centrais, mas não há uma definição de que estes estudos sejam feitos amparados em uma geografia do envelhecimento, compondo, pois, fragmentos temáticos.

⁷² “No Brasil, os Censos decenais têm fornecido informações de boa qualidade sobre o fenômeno demográfico desde 1940. Pesquisadores brasileiros, ou radicados no Brasil, têm avançado bastante na descrição e interpretação das tendências populacionais brasileiras. Inúmeros relatórios de pesquisa foram produzidos. Até os anos 60, porém, era no IBGE que se concentrava a maioria dos analistas demográficos no Brasil. Nessa época, que coincide com a aposentadoria do Professor Giorgio Mortara, decano da comunidade demográfica brasileira, ainda era muito restrito o grupo de pesquisadores com treinamento especializado em demografia” (MARTINE; FARIAS, 1986, p. 10).

⁷³ “É evidente que em alguns artigos a temática sobre o envelhecimento foi abordada, mas não como o tema principal do estudo. Assim sendo, podemos dizer que os artigos cuja temática principal era o envelhecimento começaram aparecer somente na década de 90” (DIAS JÚNIOR et. all., 2006, p. 34).

ii) Como foram desenvolvidas as pesquisas sobre o envelhecimento na geografia?

Mesmo o termo geografia do envelhecimento sendo usado, na geografia internacional, desde o início do século XX, não há, até os dias atuais, estudos que se proponham a discutir as condições da reprodução da vida cotidiana dos velhos com base nas ferramentas da geografia humana contemporânea, o que existe, em geral, são estudos que tentam entender o processo de envelhecimento a partir de perspectivas processuais e demográficas, o que dificilmente é feito relacionando os velhos ao meio que estão imediatamente vinculados.

Hasta fechas recientes no se ha producido en la geografía una verdadera preocupación por los temas relativos a la situación de las personas ancianas y sus relaciones (económicas, sanitarias, familiares, personales, sociales, políticas, psicológicas, etc.) con el medio (GONZÁLEZ, 2005, p. 99).

Em função da vinculação clássica do estudos sobre os velhos a uma parte ou subdivisão dos estudos da população, a geografia tem tratado do tema do envelhecimento como reflexo direto e imediato do processo de envelhecimento demográfico, o que faz surgir alguns questionamentos.

Será que a condição de velhice e o processo de envelhecimento das pessoas têm que ser postos em análise, na geografia, apenas sob a ótica do movimento populacional? Será que estão os velhos obrigados a ser entendidos sempre como um grupo (de forma homogênea) e não como indivíduos, sujeitos sociais? Até que ponto as reflexões geográficas sobre a diversidade e a pluralidade dos indivíduos que compõem as camadas da população têm que se vincular à quantidade e à representatividade do número dos mesmos, tomados como reflexo de um grupo ou de um bloco homogeneizado de forma artificial?

Partimos do compreensão de que os estudos jamais têm que se pautar apenas na condição de prevalência de um fenômeno, o fato de existir enquanto realidade social já expressa a necessidade de se estabelecer reflexões sobre o tema. Esta talvez seja uma das questões laterais que mais influenciam na construção de justificativas sobre a ausência de estudos geográficos sobre o envelhecimento. Apesar da pirâmide populacional brasileira indicar que a questão da velhice e do envelhecimento estão passando por um processo de significação de importância na contemporaneidade, aparentemente a velhice não é tratada como um tema central, preocupações de outras ordem compõe a agenda de pesquisas

geográficas. Este ponto parece ser a zona problema que encontramos ao tentar analisar a inserção do tema do envelhecimento na atividade geográfica.

Com a ajuda da sistematização feita nos bancos de dados e a compilação do trabalho apresentado por González (2005), é possível destacar que notadamente nos anos de 1960 foi percebida uma contribuição mais sólida associada à geografia do envelhecimento. A partir dos anos 1970⁷⁴, com as primeiras reflexões estimuladas pela contagem populacional, a geografia do envelhecimento ganha uma projeção ainda maior nos países considerados desenvolvidos⁷⁵, principalmente porque os censos demográficos já apontavam para uma mudança nas taxas de longevidade, associadas ao lento crescimento populacional e em função das baixas taxas de natalidade e fecundidade.

El avance del envejecimiento demográfico ha suscitado la preocupación de gobiernos, como los Estados Unidos, Reino Unido, o España, y de organismos internacionales como la ONU y la UE, ante el aumento de los pensionistas y la creciente demanda de servicios sociales. Este creciente interés gubernamental ha favorecido el desarrollo de las investigaciones geográficas del envejecimiento, no sólo desde el punto de vista demográfico sino también desde el punto de vista de los aspectos socioespaciales del fenómeno (GONZÁLEZ, 2005, p. 106).

A partir da década de 1980 as questões relacionadas à geografia do envelhecimento são construídas de forma mais clara, principalmente entre os geógrafos europeus⁷⁶, que ajudaram a perfilar o escopo de atuação da geografia no âmbito do envelhecimento. É só a partir desta década que a geografia e a gerontologia começam a dialogar com mais proximidade, fazendo com que o perfil dos trabalhos geográficos realizados tenham uma outra orientação paradigmática.

A centralidade dos números é relativizada e emerge a possibilidade de se estudar os contextos em que os velhos estão inseridos. Tanto para a geografia, como para a área da saúde, o paradigma não está vinculado apenas ao entendimento de modelos e fórmulas, mas contém as reflexões acerca da realidade em que os velhos estão inseridos, o que vai abrir a

⁷⁴ No Reino Unido foi publicado em 1974 o estudo: “persons of pensionable age”, derivado do censo de 1971 em que já se apontava a necessidade de pensar as questões relacionadas à seguridade social e os sistemas de pensão.

⁷⁵ Outros marcos interessantes da década de 1970 que marcam interesses governamentais na construção de estudos relacionados à geografia do envelhecimento podem ser identificados nos estudos: MYERS, G.C.: Cross national trends in mortality rates among the elderly. *Gerontologist*, 18, 1978, p. 441-448; LAWTON, M. P. Planning and managing housing for the elderly. New York, 1975.

⁷⁶ “Las recientes revisiones bibliográficas sobre las contribuciones de la geografía al estudio de las cuestiones del envejecimiento, como las de G.D. Rowles y A. M. Warnes muestran la existencia de varias líneas de investigación interdependientes” (GONZÁLEZ, 2005, p. 107).

possibilidade de estudos relacionados a uma gerontologia ambiental, de um lado, e de outro, torna-se possível a emergência da geografia do envelhecimento, de fato.

Ao sistematizar as contribuições da geografia do envelhecimento e se debruçar sobre o acumulado da produção, González (2005), consegue revelar um panorama em que a construção de linhas de pesquisa e frentes de desenvolvimento do trabalho de reflexão geográfica apontam para a condensação de unidades analíticas capazes de revelar o propósito da geografia do envelhecimento. A atividade de condensação de linhas gerais e princípios esquemáticos é um esforço didático de organização de conteúdo, o que não quer dizer que tudo esteja linearmente ordenado.

O campo de atuação da geografia do envelhecimento, originalmente, orientou-se através de três grandes linhas de atuação: a) as mudanças nas relações com o meio físico e social; b) a distribuição geográfica do envelhecimento; e c) a localização de recursos e desenvolvimento dos serviços sociais, sanitários e assistenciais necessários a este grupo populacional⁷⁷. Derivadas destas três linhas originais e acompanhando a evolução das reflexões elaboradas no âmbito da gerontologia é possível precisar que as pesquisas geográficas tinham que dar conta de outras três grandes dimensões, que, de uma forma geral, ampliaram as três linhas anteriores: a) os estudos da evolução demográfica do envelhecimento e suas implicações globais a longo prazo; b) as dimensões geográficas ou espaciais em relação à vida dos velhos; e, c) a mudança temporal nas interações entre o meio geográfico e os velhos⁷⁸.

As pesquisas em geografia do envelhecimento, ainda que organizadas a partir destas três definições, apresentam temas e abordagens muito mais amplos. Sendo assim, as conexões, derivações, recortes e aplicabilidades assumem tantas perspectivas quantas possibilidades existam de problematizações. O exercício de decupagem metodológica nos anima a concordar outra vez com González e apresentar dois grandes blocos temáticos: 1) Os estudos geográficos do envelhecimento demográfico e 2) Os estudos geográficos das condições dos velhos e sua relação com o meio.

O primeiro bloco faz referencia ao maior conjunto de trabalhos produzidos através da geografia do envelhecimento, ele tem uma forte conexão com o método positivista e da conta de estudar a evolução e o comportamento diferencial do fenômeno do envelhecimento nos

⁷⁷ “Rowles argumentó la existencia de tres temas interdependientes que caracterizan el interés del envejecimiento en las investigaciones geográficas” (GONZÁLEZ, 2005, p. 107).

⁷⁸ “Warnes describió la situación actual de las investigaciones geográficas en relación con la cuestión del envejecimiento y sus implicaciones en la Gerontología. Así, llegó a la conclusión de que con tres las cuestiones geográficas esenciales de los estudios del envejecimiento” (GONZÁLEZ, 2005, p. 107).

diferentes lugares, que correspondem aos estudos da distribuição e localização geográfica do envelhecimento da população.

O segundo bloco, que é sob qual está tese tentará se aproximar, está relacionado aos estudos de entendem a relação entre as características espaciais e à vida dos velhos, buscando estabelecer reflexões sobre o comportamento espacial das pessoas e dos grupos sociais, entendendo os elementos relacionados à reprodução da vida e à produção do espaço em suas dimensões social, política e econômica.

É importante destacar que enquanto o primeiro bloco temático tem como noção geral a ideia de população, o segundo bloco, ao qual consideramos a necessidade de estabelecer trabalhos cada vez mais densos e ao qual nos filiamos, supera a noção de população, por considera-la vazia de sentido, pois corresponde a um conceito genérico, a-histórico e a-espacial.

Este é o momento de ruptura definitiva com uma tradição da geografia clássica, reaquecida pela geografia neopositivista e que insiste em se concentrar na forma em detrimento ao conteúdo, que insiste nas redes superficiais e esquece o movimento dialético, que supera uma visão dicotômica e se apresenta como possibilidade de ler e entender o mundo a partir da sua dimensão positiva, mas também negativa. Esse é o lugar teórico que ajuda a revelar uma geografia do envelhecimento do tempo presente e tenta propor questões para o futuro, sem desconstruir as vinculações históricas.

A geografia do envelhecimento sob esta mediação se apresenta como a geografia que pretende estudar e entender a produção do homem em sua totalidade⁷⁹, mas que foca o olhar sob uma parte desse todo, não desconsidera a totalidade da sociedade, mas entende as sutilezas antropológicas e sociológicas da reprodução da vida, que é uma realização geográfica, porque espacial e em constante processo de reelaboração.

Como mencionado anteriormente, os estudos geográficos sobre o envelhecimento demográfico têm mais projeções que os estudos geográficos das condições dos velhos e suas relações com o meio⁸⁰. É apenas nas últimas décadas, com base nos diálogos realizados com a

⁷⁹ “Foi assim que desembocamos na necessidade de substituí-la [a população] por outro conceito, igualmente genérico, mas que guardasse a possibilidade de ler a história humana como um todo e os momentos históricos específicos. O conceito é o de produção do homem. O homem, ou o ser humano, não é um fato dado, pronto, acabado, que sempre esteve presente do mesmo modo, ao longo de toda a história” (DAMIANI, 2002, p. 78).

⁸⁰ “coincidimos con autores como G. D. Rowles que han señalado que los geógrafos han mostrado mucho más interés por las cuestiones demográficas del envejecimiento que por las relaciones de las personas ancianas con su medio. Afortunadamente, como veremos más adelante, en los últimos años se están produciendo interesantes investigaciones geográficas sobre las interacciones entre el espacio geográfico y a vida de las personas ancianas que están siendo muy valoradas por los profesionales del envejecimiento, o gerontólogos. En las últimas décadas los progresos de la Geografía en las cuestiones socioespaciales del envejecimiento han sido importantes. Son el

gerontologia, no caso do envelhecimento, e a partir dos estudos da geografia crítica, do ponto de vista social, é que outras abordagens estão sendo exploradas.

1) Os estudos geográficos do envelhecimento demográfico

Como já repetidamente informado, os estudos que compreendem este grupo de pesquisas e preocupações relacionadas à geografia do envelhecimento têm uma centralidade e uma notada tradição, principalmente nas geografias praticadas no continente europeu e nos estados unidos da américa. A Espanha tem um papel importante nos estudos demográficos sobre o envelhecimento, não à toa figura como local de referência para o estudo e aprofundamento da temática.

A geografia latino-americana entra muito tardiamente nos estudos da geografia do envelhecimento. Sem embargo, para ser fiel ao trabalho científico sobre o envelhecimento e a geografia, é fundamental destacar os esforços de uma parcela da escola mexicana para estudar a geografia do envelhecimento, notadamente os trabalhos desenvolvidos pelo professor Diego Sánchez González, vinculado à Universidad Autónoma de Nuevo León e as pesquisas da professora María Inés Ortiz Álvarez, vinculada à Universidad Nacional Autónoma de México. Ambos são precursores dos estudos sistematizados da geografia do envelhecimento, apoiando grupos de pesquisa e estudos sobre o tema.

No Brasil, como já pontuamos anteriormente, não há uma tradição em estudar o envelhecimento sob a perspectiva geográfica, apenas os aspectos da velhice são estudados pelos demógrafos e outros profissionais interessados na temática.

A leitura dos dados analisados por Dias Junior (2006) faz refletir sobre a condição lateral que o tema do envelhecimento toma no ambiente acadêmico e de pesquisa brasileiro. Obviamente existem contribuições que cotejam com a geografia e com o estudo do envelhecimento populacional. Os estudos mais difundidos sobre o envelhecimento concentram-se em temas relacionados à migração e à mortalidade, em alguns trabalhos a queda da fecundidade assume certa centralidade analítica, é o que mostra as análises realizadas a partir dos estudos publicados ao longo dos quase 30 anos de existência da Revista Brasileira de Estudos da População.

resultado de las contribuciones realizadas sobre todo por la geografía social. De hecho, no ha sido hasta fechas recientes, cuando se ha producido una verdadera progresión de los estudios geográficos del envejecimiento, favorecidos por la participación activa de algunos geógrafos en equipos gerontológicos, favorecidos por la participación activa de algunos geógrafos en equipos gerontológicos multidisciplinares o en equipos de planificación urbana” (GONZÁLEZ, 2005, 108).

Em relação ao envelhecimento, nos poucos artigos que contemplam o tema, as principais categorias ou temas centrais correspondem a estudos sobre família, dinâmica demográfica, renda e saúde. Dentro destas grandes temáticas apareceram descritores específicos a fim de revelar os conteúdos trabalhados e entre os descritores todos se referiam a elementos demográficos e não davam pistas de problematizações com a questão do meio como elemento fundamental à reprodução da vida dos velhos.

(...)ficou clara a importância dada à necessidade de se fazer recortes por sexo. Essa necessidade reflete, sem dúvida, as distinções em termos de sobrevivência e longevidade de homens e mulheres nas idades mais avançadas. Destaca-se também a ausência de unanimidade quanto ao recorte etário, no que se refere ao limite inferior do grupo etário considerado como idoso – se 60 ou 65 anos . Essa questão está muito ligada à temática e às fontes de dados utilizadas nos estudos. As questões mais recorrentes nos artigos que tiveram como objeto principal o envelhecimento, foram a composição familiar, a institucionalização dos idosos e a dinâmica demográfica (em especial, a feminização da velhice). Podemos citar também a associação entre envelhecimento e previdência social e renda e a associação entre a relação envelhecimento e saúde. Ambas tratadas em menor grau (DIAS JUNIOR, 2006, p. 18).

De acordo com Prado & Sayd (2004, p. 58), a produção científica da pós-graduação em nível de mestrado e/ou doutorado relacionadas ao tema do envelhecimento humano no Brasil só começa a figurar nas bases de pesquisa e nos registros de produção a partir da década de 1970. Da década de 1970 até o presente, 7% da produção sobre o tema foram realizados na segunda metade da década, “uma terça parte se situa nos anos 80; os mais de 60% restantes foram finalizados entre 1990 e 1998”, o que reforça o fato de que, quer seja pelo tema do envelhecimento da população, quer seja pelo envelhecimento humano, o tema do envelhecimento só figura na agenda de pesquisa brasileira no final do século XX e se concentra apenas no século XXI, apresentando-se como uma questão que precisa ser melhor estudada e construída quase que em todas as áreas do conhecimento. Se fizermos uma inferência, podemos chamar essa etapa como “o descobrimento da velhice”, como pode ser ilustrado na figura 02.

Ano de criação	Grupos com linha de pesquisa referente ao envelhecimento humano					
	Específicos		Não específicos		Total	
	n	%	n	%	n	%
até 1974	1	2,3	5	5,0	6	4,2
1975 – 1979	0	0,0	3	3,0	3	2,1
1980 – 1984	1	2,3	5	5,0	6	4,2
1985 – 1989	2	4,7	16	15,8	18	12,5
1990 – 1994	6	14,0	15	14,8	21	14,6
1995 – 1999	21	48,8	39	38,6	60	41,7
2000	12	27,9	18	17,8	30	20,8
Total	43	100,0	101	100,0	144	100,0

Fonte: CNPq – *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, versão 4.1, 2000

Figura 02: Distribuição dos grupos de contam com linhas de pesquisa sobre o envelhecimento humano, segundo período de sua criação.

Fonte: Prado & Sayd (2004, p. 63).

Acompanhando essa tendência de interesse ascendente pelo estudo do envelhecimento, é possível sistematizar e contabilizar o número de grupos de pesquisa vinculados ao CNPq que apresentam em uma das suas linhas o tema do envelhecimento, foram identificados 144 grupos de pesquisa cadastrados com alguma linha de pesquisa relacionada ao envelhecimento humano.

Isto significa que há, neste conjunto, grupos que se dedicam especificamente ao tema, além de grupos que estão centralmente voltados para outras áreas de interesse e que também mantêm produção de conhecimento relativa ao envelhecimento humano. A segunda etapa de sistematização das informações [...] consistiu da identificação desses dois subconjuntos. O primeiro é composto por 43 grupos que denominamos específicos[...]. O segundo subconjunto, que nomeamos não específicos, perfaz 101 grupos e corresponde àqueles que têm pelo menos uma linha de pesquisa sobre envelhecimento humano, mas cujo objeto central de estudo é outro (PRADO & SAYD, 2004, p. 60).

No universo dos grupos selecionados pela pesquisa, havia pelo menos 04 grupos relacionados às ciências humanas e 04 grupos relacionados às ciências sociais aplicadas específicos ao tema do envelhecimento humano, ou seja, dos 43 grupos identificados na coleta, apenas 18,6% estão sendo trabalhados por algum profissional da área das ciências humanas ou ciências sociais aplicadas, e dos 101 grupos não específicos, ou seja, aqueles que apresentam pelo menos uma linha de pesquisa relacionada ao envelhecimento humano, mas que não possui o tema central do grupo vinculado ao envelhecimento, pode-se perceber que 16 estão localizados nas ciências humanas, o que equivale a 15,8%, enquanto apenas 10 estão

relacionados às ciências sociais aplicadas, o que faz 9,9% do universo total de grupos, como pode ser visto na figura 03.

Grandes áreas predominantes	Grupos com linha de pesquisa referente ao envelhecimento humano					
	Específicos		Não específicos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Ciências da saúde	26	60,5	56	55,4	82	56,9
Ciências biológicas	8	18,6	17	16,8	25	17,4
Ciências humanas	4	9,3	16	15,8	20	13,9
Ciências sociais aplicadas	4	9,3	10	9,9	14	9,7
Ciências exatas e da terra	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Engenharias	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Linguística, artes e letras	1	2,3	0	0,0	1	0,7
Total	43	100,0	101	100,0	144	100,0

Fonte: CNPq – *Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, versão 4.1, 2000

Figura 03: Distribuição dos grupos que contam com linhas de pesquisa referente ao envelhecimento humano
Fonte: Prado & Sayd (2004, p. 61)

A presença relativa do tema do envelhecimento humano nas áreas das humanidades reforça o hiato que a temática apresenta nestes campos disciplinares, o que corrobora com as baixíssimas publicações relacionadas também ao envelhecimento da população. Os dados apresentados na figura 03 também reforçam uma hipótese geral sobre o tema do envelhecimento: a maioria dos estudos estão concentrados na área da saúde.

Os mais de 60% de grupos específicos identificados nas ciências da saúde e os mais de 55% dos grupos não específicos dão a medida do tratamento do tema no Brasil. A velhice e o envelhecimento são trabalhados como uma condição de saúde e médica, o que reforça a necessidade das ciências humanas assumirem a necessidade de estudar e discutir mais e melhor o processo de envelhecimento e a vida dos velhos.

Quando os dados são apresentados em relação às disciplinas, ou seja, às ciências ao qual o envelhecimento está vinculado, não é possível identificar nenhum grupo relacionado à geografia, o que outra vez reforça a inexistência da geografia do envelhecimento como uma reflexão da geografia brasileira, como pode ser visto na figura 04.

Os dados ajudam a relativizar o peso da concentração na área da saúde quando desponta a saúde coletiva como o principal nicho de concentração de grupos específicos e não específicos. Há 33,8% dos grupos que trabalham ao menos uma das linhas de pesquisa relacionadas ao envelhecimento humano, estes estão setorizados em uma área do conhecimento que tem como principal característica a interdisciplinaridade, isso faz com que a possibilidade de realizar estudos com profissionais que tenham uma perspectiva de análise

crítica e contribuam para levar a questão do envelhecimento humano e da velhice para diálogos que considerem a perspectiva espacial.

A ausência da gerontologia como área de pesquisa ou do conhecimento e a inexistência de grupos que estudem o envelhecimento vinculados a ela, faz com que outra vez o tema da geografia do envelhecimento não se realize na construção da ciência brasileira.

Seguindo a mesma distribuição geográfica dos grupos de pesquisa nacionais em todos os temas, São Paulo concentra a maior quantidade de grupos de pesquisa específicos ou não específicos ao tema do envelhecimento humano. Este dado associado com a presença do Rio de Janeiro e de Minas Gerais entre os 05 principais estados em concentração de pesquisa sobre o envelhecimento humano revela que o estudo sobre os processos de envelhecimento humano e a velhice tem uma região geográfica definida no sudeste do país, enquanto o norte e o nordeste do país ainda estuda pouco os seus velhos. É preciso ampliar e distribuir os números de grupos de pesquisa em todo o país, principalmente se levarmos em consideração que as capitais nordestinas estão passando por um processo de envelhecimento tão rápido e significativo quanto as das capitais do sudeste.

Áreas predominantes	Grupos com linha de pesquisa referente ao envelhecimento humano					
	Específicos		Não específicos		Total	
	n	%	n	%	n	%
Saúde coletiva	9	20,9	13	12,9	22	15,3
Medicina	5	11,6	12	11,9	17	11,8
Enfermagem	6	14,0	6	5,9	12	8,3
Odontologia	4	9,3	7	6,9	11	7,6
Psicologia	3	7,0	7	6,9	10	6,9
Educação física	1	2,3	7	6,9	8	5,5
Nutrição	1	2,3	7	6,9	8	5,5
Serviço social	3	7,0	4	4,0	7	4,8
Antropologia	0	0,0	5	4,9	5	3,5
Sociologia	3	7,0	2	2,0	5	3,5
Genética	1	2,3	4	4,0	5	3,5
Educação	2	4,6	2	2,0	4	2,8
Morfologia	1	2,3	3	3,0	4	2,8
Demografia	0	0,0	4	4,0	4	2,8
Biologia geral	1	2,3	2	2,0	3	2,0
Bioquímica	1	2,3	2	2,0	3	2,0
Imunologia	0	0,0	3	3,0	3	2,0
Farmácia	0	0,0	2	2,0	2	1,4
Fisioterapia	0	0,0	2	2,0	2	1,4
e terapia ocupacional						
Fisiologia	0	0,0	2	2,0	2	1,4
História	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Direito	1	2,3	0	0,0	1	0,7
Economia	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Planejamento	0	0,0	1	1,0	1	0,7
urbano e regional						
Física	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Engenharia civil	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Linguística	1	2,3	0	0,0	1	0,7
Total	43	100,0	101	100,0	144	100,0

Fonte: CNPq – Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, versão 4.1, 2000

Figura 04: Distribuição dos grupos que contam com linhas de pesquisa referentes ao envelhecimento humano, segundo área predominante.

Fonte: Prado & Sayd (2004, p. 62)

Em âmbito geral, sobre a pesquisa institucionalizada no Brasil, é possível perceber, em relação aos grupos que se dedicam especificamente ao estudo do envelhecimento humano, que

(...) correspondem a 30% do universo da investigação. O olhar das ciências da saúde e das ciências biológicas é aqui muito mais intenso, materializado, principalmente, por meio da saúde coletiva, da medicina, da enfermagem e da odontologia. São grupos criados há bem pouco tempo, particularmente, a partir de 1995. É pequeno o número de grupos vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu, mesmo porque estes também se apresentam em número reduzido (PRADO & SAYD, 2004, p. 67).

Unidade da Federação	Grupos com linha de pesquisa referente ao envelhecimento humano					
	Específicos		Não específicos		Total	
	n	%	n	%	n	%
São Paulo	18	41,9	38	37,6	56	38,9
Rio Grande do Sul	12	27,9	14	13,9	26	18,1
Rio de Janeiro	3	7,0	18	17,8	21	14,6
Minas Gerais	1	2,3	7	6,9	8	5,6
Bahia	2	4,7	5	5,0	7	4,9
Distrito Federal	1	2,3	4	3,7	5	3,5
Pernambuco	3	7,0	2	2,0	5	3,5
Paraíba	1	2,3	3	3,0	4	2,8
Santa Catarina	1	2,3	2	2,0	3	2,1
Ceará	0	0,0	2	2,0	2	1,4
Goiás	0	0,0	2	2,0	2	1,4
Paraná	0	0,0	2	2,0	2	1,4
Espírito Santo	1	2,3	0	0,0	1	0,7
Rio Grande do Norte	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Sergipe	0	0,0	1	1,0	1	0,7
Total	43	100,0	101	100,0	144	100,0

Fonte: CNPq – *Directorio dos Grupos de Pesquisa no Brasil*, versão 4.1, 2000

Figura 05: Distribuição dos grupos que contam com linhas de pesquisa referentes ao envelhecimento humano, segundo Estado.

Fonte: Prado & Sayd (2004, p. 65)

Essa contabilização da atividade de pesquisa sobre o envelhecimento humano, mostra a fragilidade da pesquisa brasileira quanto esse tema. Nem mesmo o envelhecimento demográfico aparece como um tema de projeção no Brasil. O que ajuda em reforçar a noção de que a geografia do envelhecimento no Brasil não se configura como atividade de nenhum grupo de pesquisa identificado.

Como proposta, e elemento de fomento ao pensamento, apoiado nas discussões apresentadas por González (2005), identificamos duas frentes de trabalho que podem ajudar na sistematização de futuros trabalhos que venham a ser realizados pela geografia brasileira.

1.1) Os estudos da distribuição e localização geográfica do envelhecimento e 1.2) Estudos da migração da população envelhecida.

1.1) Os estudos da distribuição e localização geográfica do envelhecimento

Estes estudos têm sido construídos com base na análise de dados censitários e vinculados, em sua maioria, às agências de governo. Cabe ressaltar que, apesar de não figurar como estudos realizados como proposta da geografia do envelhecimento, no Brasil o IPEA

tem contribuído largamente com a formação de um discurso sobre o envelhecimento e a velhice elaborando uma agenda de pesquisa e reflexão a partir dos dados censitários, notadamente os trabalhos de Ana Amélia Camarano⁸¹. Há uma lacuna que tenta ser minimizada, ainda falta profissionais da geografia interessados em dedicar seu tempo de estudos para clarear pontos desta questão. Estes trabalhos têm uma forte relação com a demografia e a espacialização presente nos textos estão relacionadas à espacializações dos dados dos censos demográficos, com baixas reflexões geográficas.

Com viés semelhante aos das pesquisas desenvolvidas pelo IPEA, na Espanha, o geógrafo Antônio Abellán García⁸², realiza pesquisas que são consideradas um marco da geografia do envelhecimento espanhola, suas pesquisas têm contribuído, principalmente, com a espacialização dos dados censitários, localizando a moradia, as condições de vida e a relação destes dois elementos com a vulnerabilidade social⁸³. Vale ressaltar que boa parte dos estudos realizados pelo grupo de pesquisa coordenador por Abellán é publicado no portal “envejecimiento en red”⁸⁴.

O estudo realizado por Golant⁸⁵ também se destaca entre aqueles que contribuem com os fatores de localização e de distribuição geográfica do envelhecimento. É importante registrar também o papel dos organismos internacionais na construção de uma agenda sobre o envelhecimento: a União Europeia, a Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho, Organização Mundial da Saúde, entre outras, assumem uma forte preocupação com a dinâmica da população, o que revela preocupações com as questões do envelhecimento populacional.

A nível internacional destacamos la labor realizada por diversos organismos internacionales y algunos gobiernos, como el de Estados Unidos, preocupados por la evolución, distribución y localización el envejecimiento en el mundo, especialmente en los países desarrollados. Este fenómeno presenta en las últimas décadas un enorme avance en ámbitos como Asia, África o América latina y se espera un mayor crecimiento para las próximas décadas, con las consiguientes dificultades para atender las demandas de ese

⁸¹ Cf.: CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora IPEA, 1999. v. 1. 382p CAMARANO, A. A. (Org.). *Sixty plus: the elderly Brazilians and their new social roles*. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. v. 1. 588p; CAMARANO, A. A. *Envelhecimento da população brasileira: Uma Contribuição Demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

⁸² Antonio Abellán García foi o geógrafo que me recebeu no CSIC para a minha estadia de 10 meses no processo de doutoramento sanduíche através do financiamento do CNPq.

⁸³ Dentre os trabalhos consultados, alguns assumem condição de destaque: ABELLÁN, A. A. *Análisis territorial*. Estudio y valorización de los efectos demográficos. Madrid: CEOTMA, 1981; ABELLÁN, A. A. *A propósito de las condiciones de vida de las personas mayores: encuestas 2006*. Madrid: IMSERSO, 2007.

⁸⁴ Cf. <http://envejecimiento.csic.es>

⁸⁵ GOLANT, S. M. *Location and environment of the elderly population*. Washington, 1979.

sector de población en unos países con los escasos medios (falta de servicios sociales y sanitarios mínimos esenciales) (GONZÁLEZ, 2005, p. 109).

Os estudos sobre a distribuição e localização do envelhecimento e a abertura da questão para os países periféricos faz surgir questões relacionadas à capacidade destes países de oferecer condições básicas de vida aos seus velhos, principalmente porque a velocidade do processo de envelhecimento é muito superior à capacidade de resposta do poder público. Frente a isso, concordo com González (2005) quando ele questiona: Qual deveria ser o papel das famílias y dos governos em relação à atenção e aos cuidados para com os velhos dependentes?⁸⁶

Outra questão de grande destaque nos estudos sobre a localização e distribuição do envelhecimento é a temática da segunda transição demográfica. Esta segunda transição é marcadamente estudada na região sudoeste da Europa e vem acontecendo a aproximadamente quatro décadas em países como a Itália e a Espanha. A justificativa para esse processo é apontada por muitos estudiosos da dinâmica populacional através da associação da forte diminuição da taxa de fecundidade com a queda na taxa de mortalidade, o que faz aumentar a esperança de vida. Na Europa, a mudança desse perfil demográfico influencia também os fluxos migratórios e instaura discussões sobre o agravamento da relação de dependência⁸⁷.

De acordo com estudos realizados pelo IMSERSO e reflexões e matérias apresentados por Jiménez (1991) e González (2005), os dados da relação de dependência, principalmente na Espanha, revelam fortes impactos do aumento da população de velhos nas atividades econômicas e em temas sociais, como por exemplo os fundos de pensão, o sistema previdenciário e o mercado de emprego.

Os estudos sobre a distribuição e localização do envelhecimento também apresentam quatro outras questões importantes.

A primeira questão diz respeito a um perfil urbano do envelhecimento, marcado principalmente pelo esvaziamento das pequenas cidades e uma alta taxa de migração. Apesar de não ser o enfoque desta tese, o envelhecimento no Brasil também é majoritariamente concentrado em áreas urbanas, no entanto os fluxos migratórios não são tão intensos como na Europa, em geral os velhos brasileiros têm uma relação de proximidade com a terra natal e com o lugar em que estão vinculados, em geral a migração se deu na juventude, na velhice há

⁸⁶ “¿Cuál debería ser el papel de las familias e de los gobiernos en relación a la atención y cuidados de las personas mayores dependientes?” (GONZÁLEZ, 2005, p. 109-110).

⁸⁷ “Este cambio sociodemográfico está suponiendo un progresivo estancamiento de la población autóctona y un avance importante del envejecimiento demográfico” (GONZÁLEZ, 2005, p. 110).

muito mais permanências que mobilidades, excetuando-se para uma parcela mais abastada do grupo de velhos que podem realizar a atividade do turismo, há muitos pacotes turísticos destinados para os velhos, ou como eles inventaram chama: “a terceira idade”.

A segunda questão, que em alguns aspectos contempla a primeira, diz respeito a regionalização desigual do envelhecimento e os desequilíbrios territoriais em escala municipal, por exemplo. González (2005, p. 110) indica que “el proceso de envejecimiento tiene unas características específicas y una distribución espacial desigual y que sus efectos no deseados se aprecian en la inadecuación de los servicios sociales y sanitarios a las necesidades de los mayores”. As desigualdades são aferidas através de variáveis relacionadas às pesquisas censitárias, como por exemplo, o sexo, estado civil, nível de escolaridade, renda, condições de moradia, etc.

A terceira questão é apresentada a partir de estudos geográficos de tipo “trans-setorial”, os estudos realizados sob esta perspectiva relacionam os dados do envelhecimento com outros fenômenos. Para ilustrar esse tipo de estudo González (2005) apresenta trabalhos que localizam atividades econômicas em certo grau de obsolescência. Em geral, estas áreas apresentam trabalhadores muito envelhecidos, vinculados à funções mais tradicionais, que coincidem com os mais altos índices de conservadorismo político.

Segundo González (2005), quanto mais velhos são as pessoas empregadas em profissões tradicionais, que correspondem a um grau alto de obsolescência, maior é a força do conservadorismo. Estes ambientes contêm um alto padrão de cristalização das condições e posicionamentos sociais, geralmente são contextos são associadas à baixa representatividade política, o que reflete uma força social menos intensa ocasionando contextos generalizados de obsolescência, atingindo os serviços públicos (transporte, centros de ensino, saúde, rede de transportes, etc.) e criando baixos padrões de qualidade de vida.

Formam-se, do ponto de vista sócio-espacial, contextos obsoletos, estas condições de grande precariedade, baixo padrão intelectual e estruturas altamente conservadoras e pouco flexíveis expulsa a possível força de trabalho jovem e reforça o contexto de envelhecimento (em sentido pejorativo), como se fosse uma espécie de ciclo com relações e fenômenos interconectados que reproduzem um modo de vida filiado a características de alta obsolescência, o que não é o mesmo que contextos de envelhecimento⁸⁸.

⁸⁸ “los espacios rurales envejecidos tienen grandes problemas de cara al desarrollo porque además, entre otros factores, los empresarios suelen tener edades avanzadas y mantienen planteamientos empresariales convencionales y conservadores que dificultan la necesaria adopción de innovaciones” (GONZÁLEZ, 2005, p. 110).

A quarta questão está relacionada ao envelhecimento dos espaços urbanos. A concentração de um quantitativo populacional envelhecido nas áreas centrais das cidades, como é o caso de alguns fragmentos de bairro da cidade do Recife⁸⁹, exige um esforço por empreender análises e reflexões construídas a partir de uma lógica dialética que possibilite entender as particularidade do envelhecimento em ambientes urbanos, evitando as observações simples e a reprodução de preconceitos e estigmas construídos à luz de um pensamento homogeneizador.

1.2) Estudos da migração da população envelhecida

Os estudos sobre a migração são considerados clássicos no estudo da população. O fenômeno da migração tem influência direta e maior entre as parcelas mais jovens da sociedade, que, em tese, são motivados a procurar outros lugares de moradia em busca de melhores condições de vida (estudo, trabalho, fuga de contextos de violência e opressão)⁹⁰.

Com base em estudos alguns estudos Rogers e Castro (1981); Jimenéz (1991); Zarza (1998); González (2005); Campos e Barbieri (2013), os movimentos migratórios têm que se considerar questões relacionadas ao ciclo de vida, uma vez que as transições ocorridas ao longo das várias etapas da existência interferem diretamente na forma e no tipo da migração. De acordo com Campos e Barbieri (2013, p. 70), “isso decorre da variação das necessidades de localização domiciliar para cada etapa da vida da pessoa. As teorias de ciclo de vida assumem, então, papel central na explicação da ocorrência da migração em torno de idades específicas”.

Os estudos sobre a migração dos velhos assumem uma forma particular de movimento migratório, por isso não podem ser entendidos com os mesmos métodos e ferramentas adotados para analisar os movimentos migratórios dos jovens.

Na geografia, em uma dimensão ampla, há tradição em relação aos estudos de migração das pessoas velhas⁹¹. Em geral, estas atividades migratórias estão associadas à presença de velhos migrantes que saem de regiões frias em busca de regiões mais quentes (na

⁸⁹ Cf. NÓBREGA, P.R.C da. *Antigos Lugares, Novos Temas*: Os sinais do tempo no bairro da Boa Vista. Recife: EDUFPE, 2010.

⁹⁰ “la emigración es un fenómeno geográfico que afecta especialmente a la población joven y tiene un motivo básicamente laboral. La inmigración de los mayores es proporcionalmente menos importante pero no deja de tener gran interés” (GONZÁLEZ, 2005, p. 121).

⁹¹ “Los estudios geográficos de la migración de la población envejecida han acaparado una parte de la atención de los geógrafos. Éstos se han preocupado más por la migración en función de la edad. Hasta ahora esta cuestión ha sido reconocida por los gerontólogos como una de las mayores aportaciones de la geografía a la gerontología” (GONZÁLEZ, 2005, p. 121).

Europa, há um movimento de velhos que saem da Inglaterra e da Alemanha para viver em cidades localizadas na zona costeira de Portugal, Espanha ou da Itália).

Quer seja para se aproximar dos familiares, quer seja para fugir de condições adversas do lugar de origem, é-nos claro que o movimento migratório das pessoas mais velhas está diretamente relacionado com a busca por melhores condições de qualidade de vida. Em alguns contextos, o processo de migração na velhice está associado a uma estratégia de vida, a um plano de aposentadoria, algo desenvolvido a longo prazo.

Dentre os principais estímulos para a migração de idosos destacam-se [...] a aposentadoria e as questões relacionadas à saúde e à estrutura familiar [...]. Há trabalhos que dão destaque a aspectos como vontade de residir em locais que apresentam “amenidades”, como clima agradável, baixa criminalidade e menor custo de vida [...], além de outros que lidam especificamente com a relação entre migração de idosos aposentadoria [...], incapacidade [...] e o papel dos arranjos domiciliares nestas migrações (CAMPOS, 2012, p. 4).

É importante salientar que os fatores que influenciam a atividade de migração dos mais velhos são difíceis de precisar, principalmente porque em muitos dos relatos é percebido que a motivação para a migração parte de questões familiares ou por mudanças nas rotinas pré-estabelecidas durante a vida adulta⁹². Em outros estudos aparece que “a composição da família e o estágio do ciclo de vida domiciliar, influenciam na propensão à migração” (CAMPOS e BARBIERI, 2013, p. 78).

Os grupos populacionais com um poder aquisitivo diferenciado, em geral, a despeito da rede familiar espalhada por outros lugares, acabam por realizar a atividade migratória para lugares de maior condição de acessibilidade e com atrativos ambientais. Em contraposição, os grupos das pessoas mais velhas com dificuldade econômica acabam sendo obrigados a permanecer nos espaços urbanos periféricos e obsoletos, ou retornam para as zonas rurais, geralmente seus lugares de origem. Esse movimento populacional de retorno para a terra de origem, pode, no caso da migração dos velhos, ocasionar o fenômeno de envelhecimento populacional do local de origem. Neste contexto, destaca-se que as demandas sobre os serviços públicos, de seguridade e atenção primária não estão prontos para receber essa nova demanda e em alguns casos pode levar ao colapso do funcionamento.

O movimento migratório de retorno ao lugar de origem tem um dos seus fundamentos baseados nas redes sociais estabelecidas pelos velhos. Uma vez que o retorno ao lugar de

⁹² “(...)a rede criada por uma família especialmente dispersa é um facilitador dos movimentos migratórios. Esses aspectos explicam como os arranjos domiciliares influenciam na migração e como essa pode ser vista como um meio de (des)construí-los” (CAMPOS e BARBIERI, 2013, p. 78).

origem não tem, necessariamente, a ver com a família, mas com as relações e com os laços de amizade, as redes de solidariedade e compartilhamento de emoções, sentimentos, amizades, etc.

Os contatos dos migrantes no local de destino desempenham um papel fundamental da propensão migratória, tanto no nível individual, quanto domiciliar. As redes sociais provêm informações que reduzem o risco da migração. São uma espécie de capital “intangível” (capital social) que os indivíduos/domicílios possuem (TAYLOR, 1986) e que reduzem os riscos da migração. No caso dos idosos IKKINK e Van TILBURG (1999) destacam que, à medida que a idade avança, estas redes sociais são constituída de pessoas cada vez mais próximas, como parentes, amigos e vizinhos, que influenciam a decisão de migrar e da escolha do local de destino (CAMPOS, 2012, p. 9).

Em artigo publicado no *Journal of Gerontology*, Cuba e Logino (1991), apresentam as causas gerais que motivam as atividades migratórias por parte dos mais velhos, ressaltam-se os fatores socioeconômicos e geográficos que se vinculam aos estilos de vida (pessoal, familiar e social). Por conseguinte, há uma espécie de comportamento geral que se repete em quase todos os idosos, ou seja, a maioria viaja com o(a) parceiro(a). Por isso são, em geral, casados; buscam proximidade com os familiares, quer seja filhos, quer seja sobrinhos, netos, irmãos, etc.; buscam por padrão de vida e custos básicos semelhantes aos rendimentos da aposentadoria; e, em alguns casos, buscam áreas de climas mais amenos, geralmente lugares de clima quente e com bom tempo o ano todo, as condições climáticas estão associadas às condições de saúde.

As causas da migração dos mais velhos quase sempre estão associadas a três elementos fundamentais: a) aposentadoria; b) saúde; e c) estrutura familiar.

a) Aposentadoria

Sem dúvidas um dos rituais de passagem para a condição de velho está associado ao momento da aposentadoria, que em geral é carregado de estigmas e visões preconceituosas, uma vez que funciona como marcador da transição do mundo do trabalho para o mundo das pensões (ritual de passagem semelhante aqueles que os jovens passam na transição da adolescência para a vida adulto, só que com muito mais implicações e dificuldades, tanto na dimensão pessoal, quanto para a vida realizada em coletividade).

É possível analisar que a aposentadoria, em alguns casos, ajuda a romper com as imposições tradicionais da vida cotidiana. Além desses elementos comuns, a aposentadoria rasga as amarras do cotidiano, possibilitando a instauração de outra cotidianidade, daí essa

pseudoliberalidade dá condições para que os indivíduos se libertem dos lugares e migrem para outros contextos.

Concordo com a construção realizada por Campos e Barbieri (2013, p. 573):

O ponto-chave da relação entre aposentadoria e migração é que ela proporciona a quebra de vínculo com o local de trabalho, liberando o indivíduo da necessidade de residir onde haja disponibilidade de emprego. Embora grande parte das análises concentre-se, principalmente, nas migrações que ocorrem após a aposentadoria, o deslocamento em antecipação a esta também pode ser relevante. Por ser um período de transição, há um grupo de migrantes pré-aposentados, que se orientam pela iminência da aposentadoria. Destaca-se, ainda, que a situação da aposentadoria é diferenciada quando são analisados homens e mulheres separadamente, uma vez que o ciclo de vida ativo feminino não é bem definido como o masculino e sofre mais influência de fatores extra-econômicos.

Sob nenhum aspecto é possível desconsiderar a questão de gênero ao se realizar análises sobre o envelhecimento, mesmo a velhice assumindo uma característica de prevalência feminina, é inegável que a sociedade machista e misógina cria barreiras para mulheres que transcendem a questão econômica.

b) Saúde

Entre as causas que levam os velhos a realizar atividades migratórias em relação com as condições de saúde, associada principalmente a contextos de fragilidades. Nas observações realizadas por Campos e Barbieri (2013), muitos dos casos de migração relacionados às condições de saúde estão conectados a processos de envelhecimento em que as capacidades psicomotoras estão gravemente comprometidas, o que leva a necessidade de buscar melhores condições de suporte para a realização das atividades cotidianas.

Neste caso, a migração frequentemente ocorre para regiões que possuem boa infraestrutura de saúde, como hospitais, centros de reabilitação e instituições de longa permanência, ou em busca de outras opções de suporte, como a migração para próximo de familiares (CAMPOS e BARBIERI, 2013, p. 574).

Uma das sutilezas que compõe os quadros relacionados à atividade migratória é a identificação do grau de comprometimento da capacidade e da liberdade da pessoa idosa, em geral, há graus de dependência e estágios de incapacidade que influenciam diretamente no

tipo de migração. Alguns estudos⁹³ demonstram uma correlação direta entre o grau da incapacidade das pessoas velhas com o tipo da migração. Inicialmente, é possível apontar que graus de incapacidades não muito altos, como dificuldade de locomoção para grandes distâncias, perda na potência da memória e comprometimentos que não alteram a possibilidade de realização das atividades básicas fazem com que estes indivíduos mais velhos migrem para os locais próximos à família. Quando as condições de atenção às necessidades básicas ficam comprometidas e a atenção à saúde destes indivíduos necessita de acompanhamentos mais próximos, ele migram, quer seja por decisões pessoais, quer seja por decisões do núcleo familiar, para instituições especializadas.

c) Estrutura familiar

O contexto familiar, além das condições de saúde e a aposentadoria, influencia fortemente na decisão de migrar, tanto em relação aos contextos intrafamiliares, quanto aos contextos alheios à família, geralmente locais de moradia que são compartilhados com outros membros da mesma família.

De acordo com Jiménez (1991); González (2005) e Campos e Barbieri (2013) a estrutura familiar, a composição da residência e as relações conjugais (em algum caso a ausência delas, principalmente em casos de viuvez) são vastamente considerados nos trabalhos sobre a migração dos mais velhos. Em muitos dos casos identificados, as decisões de migração estão atreladas à reestruturação do núcleo familiar e residencial, em outros casos aparecem como a decisão de acompanhar parentes no processo migratório.

De Jong e Gardner (1981), ao estudarem o processo de decisão migratória, afirmam que os deslocamentos dos idosos são estimulados por sua preocupação em viver próximos da família e dos amigos. Do mesmo modo, Wolf (1994) afirma que, enquanto os filhos migram para longe de seus pais no começo da vida adulta, em um momento futuro, são os pais que migram para junto de seus filhos. Segundo Stoller e Longino (2001), a migração motivada pelo desejo de viver próximo da família pode ocorrer quando a saúde do idoso começa a se deteriorar. Estudando a ligação entre incapacidade e migração, Choi (1996) destaca que mais de 60% dos migrantes relataram como razões para migrar o desejo de viver próximo de

⁹³ Na pesquisa realizada por Campos e Barbieri (2013, p. 576) é apresentada uma revisão bibliográfica dos relatos de migração associadas às condições de saúde. Diante da revisão feita eles afirmam que “as análises que relacionam as migrações de idosos com o estado de saúde enfatizam a importância de se considerar o grau de incapacidade para melhor compreender as motivações dos deslocamentos (CHOI, 1996; WALTERS, 2002; CHEN; WILMOTH, 2004)”.

parentes e a deterioração da condição de saúde própria ou do cônjuge (CAMPOS e BARBIERI, 2013, p. 576).

Em outros cenários a decisão sobre o desejo de migrar é estabelecida em acordos intradomiciliares através de um conjunto de decisões e ponderações de todos os membros da família. Nestes casos há um processo decisório muito complexo que é o tempo todo mediado por argumentações sobre as vantagens e desvantagens da migração. Em análises microeconômicas estas ponderações são as chaves interpretativas fundamentais para analisar o comportamento migratório. Nestes contextos, a família é entendida como um núcleo de decisão, a partir dessa concepção a atividade migratória só acontecerá se esse for um “negócio” vantajoso para todos os membros da família, ou seja, em termos mais economicistas, se a ação de migrar acarretar em um ganho capital que fará com que a renda familiar ou o poder de compra seja potencialmente ampliado. A família é entendida como um núcleo/unidade coesa, por isso, o que está posto em avaliação é o aumento econômico global da família, mesmo que alguns membros ganhem valores menores, a decisão é na maioria dos casos tomada pensando no coletivo.

Em linhas gerais, as atividades migratórias seguem estes aspectos levantados. Entretanto, uma particularidade da migração se dá quando ela é realizada no contexto intra-urbano. Os estudos sobre a migração intra-urbana dos velhos têm como princípio entender quais são os fatores que influenciam na decisão de partir de uma zona da cidade para outra. Assim como as atividades migratórias anteriores é possível discutir que o que motiva a migração dos velhos tem correlação com a proximidade aos filhos e aos familiares, com o estado civil e com a convivência com os parentes e vizinhos, com problemas de saúde e solidão e com poder aquisitivo⁹⁴.

Entre os fatores que mais influenciam na migração intra-urbana estão a viuvez, o que acarreta em geral o deslocamento da pessoa mais velha em direção à casa de um dos filhos, de um dos parentes ou para residências especializadas. Outro fator importante diz respeito às questões financeiras, quer seja pela revalorização de áreas através do mercado de terras urbanas e imobiliário, quer seja pela incapacidade de manter-se nos lugares de sempre em função de uma mudança nos ingressos mensais. Em casos mais particulares, a migração intra-

⁹⁴ “Los estudios de la migración intraurbana de la población anciana se han centrado en los factores que influyen en ésta a la hora de tomar la decisión de emigrar hacia otras zonas de la ciudad. Entre estos destacan: la proximidad a los hijos y familiares, es estado civil (viudedad), las relaciones familiares y la convivencia, el problema de la soledad, la salud (dependencia e incapacidad), el poder adquisitivo, etc.” (GONZÁLEZ, 2005, p. 122).

urbana pode acontecer para zonas da cidade que sejam melhor servidas de serviços, ou que tenham propostas de serviços específicas para as necessidades inerentes à velhice⁹⁵.

Os trabalhos e pesquisas que são desenvolvidos para explicar os movimentos migratórios na velhice, em sua maioria, elencam atributos individuais para justificar a decisão de migrar. É importante destacar que ao analisar outros parâmetros além destes estudos foi percebido que a decisão sobre migrar nunca é fundamentada em um aspecto isolado, ou seja, há uma coalisão de elementos que definem o sentido da migração. Para fins didáticos Campos e Barbieri (2013)⁹⁶ realizaram um quadro esquemático apresentado a síntese das tipologias sobre o movimento migratório (figura 06).

Autores	Tipo de migrante	Quem migra	Características	Estímulos
Wiseman e Roseman	Busca de amenidades	Idoso (só ou com cônjuge)	Mais jovens; renda elevada	Aposentadoria e busca de amenidades
	Migrantes de retorno	Idoso	Renda média ou baixa	Aposentadoria e reunião familiar
	Reunião familiar	Idoso	Mais velhos	Viuvez e busca de suporte
Litwak e Longino	Busca de amenidades	Idoso (só ou com cônjuge)	Mais jovens; saudáveis; renda elevada	Amenidades, redes sociais
	Busca de suporte familiar	Idoso	Viúvos; incapacidade; presença de filhos	Desenvolvimento de incapacidade e viuvez
	Busca de instituições	Idoso	Institucionalização; ausência de filhos	Incapacidade severa e doenças crônicas
Walters	Busca de amenidades	Idoso (só ou com cônjuge)	Boa saúde; renda elevada/fluxo disperso na origem e concentrado no destino	Aposentadoria
	Busca de assistência	Idoso	Baixa renda; ausência de cônjuge; presença de filhos/sem padrão espacial específico	Viuvez
	Suporte à incapacidade	Idoso	Institucionalização/sem padrão espacial específico	Incapacidade e viuvez

Fonte: Wiseman e Roseman (1979), Litwak e Longino (1987) e Walters (2000).

Figura 06: Simplificação dos conceitos sobre o perfil da migração na velhice
Fonte: Campos e Barbieri (2013, p. 577).

Os elementos até aqui apresentados dão uma dimensão ampla sobre os estudos demográficos relacionados à geografia do envelhecimento, que, de uma forma geral, tem como temáticas centrais a localização, distribuição e migração sobre o envelhecimento. Os

⁹⁵ Cf. GARCÍA, A. A. *La decisión de migrar de las personas de edad*. In: Estudios Geográficos, n. 210, p.5-17, 1993; GARCÍA, A. A.; GONZÁLEZ, M. D. P. *Movilidad residencial y género entre las personas de edad; una aproximación a las estrategias residenciales en Madrid*. In: Documents D'Análisi Geogràfica, Universidad Autònoma de Barcelona, Girona, n. 34, p. 143-153; GARCÍA, A. A.; GONZÁLEZ, M. D. P. *Las escalas territoriales del envejecimiento*. In: SEMATA: Ciencias sociales y humanidades, v.18, p.121-141, 2006.

⁹⁶ “os estudos que analisam os determinantes dos movimentos migratórios mostram que eles geralmente atuam de forma conjunta, sendo a ação combinada de dois ou mais estímulos o que realmente culmina num movimento migratório” (CAMPOS e BARBIERI, 2013, p. 577).

trabalhos apresentados estão longe de esgotar o universo da pesquisa, mas compõem o mosaico de ideias e abordagens.

Em seguida apresentarei os estudos geográficos sobre as condições de vida dos velhos em relação ao meio. Estes estudos integram os elementos da vida cotidiana dos velhos com a dimensão espacial, refletindo sobre as questões entendidas para além da definição estatística e demográfica.

2) Os estudos geográficos das condições dos velhos e sua relação com o meio.

Os elementos que compõe a geografia do envelhecimento não podem jamais ficar reféns das análises estruturais do perfil populacional, as condições reais para a realização da vida das pessoas na velhice passam por questões⁹⁷ sociais, econômicas, políticas, culturais, etc.. Não dá pra fazer uma análise sobre o envelhecimento humano restringindo a análise a dados estatísticos ou analisando as questões desde cima e com pouca clareza dos processos cotidianos que movimentam o campo do possível-impossível da reprodução da vida dos velhos.

De acordo com as reflexões de Kocka e Staudinger (2009), a geografia do envelhecimento compõe duas dimensões fundamentais que circundam a contribuição das ciências espaciais, a primeira delas diz respeito à discussão sobre o papel das escalas espaciais e como elas interferem nas condições do envelhecimento, e a segunda dá conta de refletir sobre as possibilidades de repetições de certos padrões espaciais na definição do envelhecimento regional desigual.

As questões da geografia do envelhecimento são postas com o objetivo de revelar o sentido da relação do envelhecimento com a produção do espaço, descortinando os sentidos do estudo contextualizado da situação socioeconômica das pessoas mais velhas, relacionando-os com a promoção de políticas públicas e infraestruturas adequadas para a realização da vida. A realização destes estudos exige abordagens complexas que superem a simples averiguação dos padrões de renda e consumo. É preciso contextualizar as questões relacionadas, por exemplo, à saúde, à habitação, ao saneamento básico, à legislação, à participação social, entre

⁹⁷ “Die demographischen Altersstrukturen und Alterungsprozesse unterscheiden sich ebenso erheblich wie die ökonomischen, kulturellen, politischen und demographischen Entwicklungen, in denen individuelles Altern stattfindet” (KOCKA; STAUDINGER, 2009, p. 27).

outros elementos que ajudam a revelar as determinações da reprodução da vida cotidiana dos velhos em seus contextos espaciais⁹⁸.

Para González (2005), os estudos geográficos sobre as condições de vida dos velhos e a relação com o meio estão centrados na análise das relações entre o espaço, que integra o ser social, e as necessidades pessoais, sociais e assistenciais dos mesmos. Trata-se de estudos do comportamento espacial, do contexto ambiental e da mobilidade dos velhos⁹⁹.

Apesar destes estudos não serem majoritários, eles contribuem fortemente para o aprofundamento das questões relacionadas à vida cotidiana dos velhos, em especial para a explicação de fatos e elementos geográficos que superam aquelas abordagens cartesianas.

As primeiras tentativas para a definição de uma geografia mais contextualizada sobre o envelhecimento da população, o envelhecimento humano e o espaço geográfico ficaram mais claras a partir da segunda metade na década de 1980, ainda com trabalhos muito pontuais. A questão estava sendo metodologicamente desenhada e a partir de perspectivas integradas, como pode ser percebido no estudo de Rowles (1986), publicado na revista *Progress in Human Geography*. Para Rowles era fundamental elaborar reflexões sobre a geografia do envelhecimento, tendo como base a relação de interação que existe entre as pessoas, os lugares de realização da vida e o espaço geográfico, de forma ampla.

Do ponto de vista do método, as análises realizadas ainda não incorporaram uma perspectiva crítica baseada no método introduzido pela obra de Marx. O que está sendo construído vai na direção de referenciais metodológicos mais próximos ao estruturalismo, ao realismo e ao humanismo, como é observado por González (2005, p. 123), “con el auge de las geografías estructuralista, realista y humanista, algunos geógrafos ponen en duda los supuestos básicos del orden social existente y reconocen los problemas sociales urbanos que se derivan de separar los ámbitos económico y social”. Esta desconfiança dá possibilidade que novas perspectivas de envergadura mais ampla pudessem rondar o ambiente acadêmico vinculado à geografia do envelhecimento.

⁹⁸ “Es behandelt dazu zwei wichtige raumwissenschaftlich geprägte Fragestellungen, nämlich welche räumlichen Ebenen für die Bedingungen des Alterns bedeutsam sind und ob in der Vielfalt regionaler Disparitäten bestimmte räumliche Muster erkennbar sind. Über viele andere Untersuchungen einer Geographie des Alterns hinausgehend, wird im Folgenden nicht nur die demographische Verteilung von Altersstrukturen im Raum behandelt, sondern die räumlichen Bedingungen des Alterns selbst werden von Interesse sein. Das sind z. B. die sozioökonomische Lage der Älteren und die Infrastrukturangebote. Das verlangt ein ausgesprochen komplexes Herangehen, das Fragen des Einkommens, der Haushaltssituation, der Gesundheit, des Wohnens und der Erwerbsbeteiligung Älterer einschließt.” (KOCKA; STAUDINGER, 2009, p. 27).

⁹⁹ (...)“revisamos los estudios recientes sobre la situación de las personas ancianas y sus relaciones con el medio geográfico; Estos se centran en el análisis de las relaciones entre el espacio que integra al ser social del anciano y las necesidades personales, sociales y asistenciales de éste. Se trata de estudios del comportamiento espacial, del contexto ambiental y de movilidad de las personas ancianas” (GONZÁLEZ, 2005, p. 123).

Outros estudos sobre a relação do envelhecimento com o espaço observam que alguns fenômenos relacionados ao processo de envelhecimento não estão diretamente vinculados ao envelhecimento demográfico, principalmente em algumas questões tratadas a partir da análise do espaço urbano e da vida nas cidades. As condições de moradia, a quantidade e a qualidade de serviços sociais e assistenciais, os serviços de saúde e a mortalidade, por exemplo, não estão obrigatoriamente relacionadas às condições demográficas das cidades, mas estão ancoradas em questões intra-urbanas, pautada em uma inadequação, em certa medida intencional, das políticas públicas¹⁰⁰, o que comumente atribuímos à falta de planejamento, mas que na verdade é o resultado de um conjunto de elementos relacionados à reprodução do espaço, que podem ser negociadas no mercado de capitais e atendem a interesses hegemônicos, estes interesses quase nunca coincidem com a necessidade social.

Os esforços por perceber novas abordagens sobre o envelhecimento, em alguns momentos, acabam por reforçar leituras metodologicamente enviesadas ou recaem na armadilha de construir reflexões considerando a geografia das redes e dos fluxos.

(...) las diferencias socioespaciales del interior de la ciudad se agudizan cuando estudiamos este sector [os velhos] de población: éste es uno de los colectivos que mejor refleja acontecimientos pasados como la migración que marcan a la ciudad actual (GONZÁLEZ, 2005, p. 124).

Nesta passagem, parece-me não se pode reproduzir um fragmento de população como se correspondesse à totalidade, González não escapa das armadilhas da lógica formal. De certa forma, entretanto, concordo que a velhice associada a outras questões põe revelo em temas e discussões que não são facilmente percebidas, mas elas não são um privilégio da velhice como etapa de vida, senão que estão inseridas em uma lógica que reproduz desigualdades sociais que são agudizadas com o afastamento dos sujeitos do mundo do trabalho e com isso a sua condição de classe subalternizada assume a centralidade do debate coletivo, levando a velhice, principalmente quando associada a condições de pobreza, para lugares quase marginais.

Acredito que o destaque tem que ser feito acerca das perversidades inerentes ao modo de produção capitalista e à transformação dos indivíduos em coisas. Esse processo de

¹⁰⁰ [estudos] “han puesto en evidencia que las implicaciones sociales del rápido crecimiento de las personas ancianas en las ciudades (condiciones de la vivienda, calidad y cantidad de los servicios sociales y asistenciales, la salud, la morbilidad) no obedecen tanto a los efectos del comportamiento del proceso de envejecimiento demográfico urbano en sí, sino más bien a las propias diferencias intraurbanas existentes y a la inadecuación de la planificación por parte de la Administración hacia un sector no productivo de la población” (GONZÁLEZ, 2005, p. 124).

coisificação e marginalização dos homens é o que delega para alguns velhos um lugar social periférico.

Deste contexto é que os estudos sobre os aspectos da condição de moradia dos velhos ganham potencialidade. É este universo que preocupa, ainda na década de 1970, os estudos de Clark (1971) sobre os padrões do envelhecimento entre os velhos pobres que vivem no interior das cidades¹⁰¹. Surge a partir deste estudo uma preocupação em entender o processo de isolamento e guetificação dos velhos pobres em fragmentos da cidade, geralmente estas áreas estão relacionadas à zonas cristalizadas da cidade, que em geral correspondem aos centros urbanos em forte processo de obsolescência, estas zonas não concentram exclusivamente os velhos pobres, nela vivem um miríade de grupos sociais subalternizados. Entre as várias conclusões do estudo de Clark (1971) ela observa que, em Londres, um em cada seis velhos vive em condição de pobreza. E que a consequência desse comportamento é a formação de vários núcleos urbanos, segregados, com grande parte dos habitantes com idades maiores que 60 anos. É o que González também confirma com os seus estudos.

[há] importantes investigaciones geográficas sobre los problemas de aislamiento social y soledad de las personas ancianas en las grandes ciudades, que se agravan con la edad. [... de maneira geral,] tras la jubilación, a medida que pasan los años se va produciendo un progresivo aislamiento del anciano, motivado en buena parte por cuestiones personales y/o familiares (la salud, dependencia), y otras derivadas de la perdida de poder adquisitivo durante la vejez. La suma de estos factores contribuyen decisivamente a fomentar el problema de la soledad de las personas mayores (GONZÁLEZ, 2005, p. 125).

No cerne destas discussões, González identificou pelo menos sete grupos de estudos que se relacionam entre si, e ajudam a entender os contextos da vida cotidiana dos velhos em relação com o espaço geográfico. 1) Estudos sobre a habitabilidade dos bairros históricos das cidades destinados às pessoas velhas; 2) Estudos sobre a saída do mundo do trabalho e a situação socioeconômica dos velhos; 3) Os estudos da mortalidade e saúde da população de velhos; 4) Estudos de consanguinidade dos velhos; 5) Os estudos sobre a diferença de gênero; 6) Estudos sobre a percepção ambiental e a afetividade em relação ao espaço; e, 7) Estudos sobre a localização e utilização dos serviços sociais e sanitários.

O primeiro grupo de estudos tenta entender, principalmente em perspectivas intra-urbanas, como se dá o exercício da vida cotidiana dos velhos, destacando a relação da

¹⁰¹ Cf. CLARK, M. *Patterns of aging among the elderly poor of the inner city*. In: *The Gerontologist*, v.2, Oxford, p. 58-66, 1971.

moradia com o entorno vivido, particularizando elementos relacionados à acessibilidade urbana e mobilidade. Emergem também neste tipo de estudo as questões relacionadas ao isolamento social e ao estranhamento em relação ao público, bem como as questões referentes às diferenças socioeconômicas.

O segundo grupo de pesquisas relaciona a perda do poder aquisitivo com as ações das pessoas mais velhas na esfera de consumo, reforçando as separações das pessoas em níveis e estratos sociais, por conseguinte as diferenciações socioeconômicas refletem diretamente no acesso à cidade, gerando demandas específicas sobre certos serviços em cada bairro ou para cada perfil socioeconômico.

O terceiro grupo tem uma vinculação direta com as ideias do envelhecimento saudável e envelhecimento ativo, enfatizado as condições de saúde psíquica e física. Como uma particularidade destes estudos destaco as pesquisas sobre o suicídio relacionado à velhice. Outro tema que se desdobra das pesquisas deste grupo é a reflexão sobre a mortalidade e a correlação com os padrões socioeconômicos, revelando que alguns tipos de morte têm vinculação direta com desigualdades sociais e estilo de vida.

O quarto grupo estuda a importância das relações familiares e a construção de trajetórias e identidades sociais a partir da ação familiar. Há também uma correlação entre a distância dos membros de uma mesma rede familiar e a troca de contato de informações entre eles, em muitos casos grandes distâncias geográficas acarreta em comportamentos de isolamento, o que pode levar a quadros de depressão.

O quinto grupo foca as relações de gênero e os conflitos gerados entre as particularidades do sexo. Estes estudos conseguem revelar a desigualdade social e econômica entre homens e mulheres, estas diferenças marcam apropriações diferentes do espaço público, níveis diferentes de inserção em cenário político e de representação coletiva, de acesso aos serviços sociais e a alguns programas relacionados à seguridade social. É importante destacar que os movimentos feministas têm trabalhado na tentativa de revelar as contradições da sociedade machista e misógina, em função disso há alguns estudos que apresentam a situação da mulher velha e as implicações culturais, políticas, sociais e econômicas do envelhecimento feminino.

Ainda em relação ao tema de gênero é preciso reforçar também que há pouquíssimos estudos sobre a homossexualidade e sobre as/os travestis, há um grande vazio em relação a estas duas temáticas, o que faz parecer que, parafraseando Antunes¹⁰², homossexuais e

¹⁰² Cf. ANTUNES, P. P. S. *Travestis envelhecem?*. São Paulo: AnnaBlume, 2013.

travestis não envelhecem. Há que se destacar as quase inexistentes fontes de pesquisa e produção sobre a velhice e o envelhecimento das travestis. Antunes (2013) revela que é necessário estudar os aspectos de gênero relacionados aos aspectos da velhice, revelando uma conexão inerente entre os corpos, a velhice e o gênero que se manifesta ao longo do processo de vida, mas que quase não entra em debate.

O sexto grupo está relacionado à geografia da percepção e tem como produção geral os estudos sobre a percepção dos velhos sobre a cidade, sobre como as obras urbanas impactam a reprodução da vida cotidiana, e como os velhos percebem as transformações na cidade e as incorporam como instrumento de mediação da ação cotidiana.

O sétimo grupo tem a produção relacionada com o uso dos serviços públicos de saúde, principalmente a rede de postos de saúde e hospitais destinadas para a atenção primária e às especialidades que são mais requisitadas por essa parcela da sociedade. Os estudos deste grupo temático também refletem sobre a preocupação por entender as necessidades sociais específicas dos velhos, principalmente em relação à vida em ambientes urbanos. Estes estudos dão conta também de mostrar a relação de dependência¹⁰³ nos vários âmbitos da vida e a dificuldade de compreensão e incorporação dos novos códigos tecnológicos¹⁰⁴.

iii) Quais os caminhos que se apresentam como o futuro da análise geográfica do envelhecimento?

Propor reflexões sobre o tempo de realização das coisas é sempre um desafio que extrapola a possibilidade objetiva do trabalho humano. Mesmo sendo o tempo uma construção e uma convecção adotada para marcar a passagem dos dias, dos momentos dos dias e, no limite, da própria experiência de vida, ele só existe como uma inferência sobre a qual só conhecemos a inevitabilidade do seu trânsito e de que a nossa experiência de vida está a ele atrelada. Sobre o tempo também sabemos da sua indissociabilidade com o espaço, tempo e espaço coexistem como um par que supera a contradição e os limites internos a seus processos, e que se redefinem, um pelo outro, em momentos, instantes, materialidades, etc. Apesar de funcionarem como parâmetros da realização da vida, não existem de forma isolada, nem como dimensões absolutas.

¹⁰³“se realizan originales trabajos sobre el descenso progresivo de la accesibilidad a los servicios por parte de las personas mayores y el incremento gradual de la dependencia del anciano en el ámbito personal, familiar y social” (GONZÁLEZ, 2005, p. 129).

¹⁰⁴“nos parece interesante trabajo humanista donde se plantea si es adecuada la forma impersonal en quela actual sociedad tecnologica trata a nuestros ancianos” (GONZÁLEZ, 2005, p. 129).

A discussão sobre o que é o tempo tem uma tradição filosófica que supera a capacidade e a possibilidade de discussão desta tese, e que tampouco é o seu objetivo direto. Entretanto, há que se considerar, para fins de ajustes do pensamento, a importância das reflexões realizadas por Santo Agostinho.

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. (AGOSTINHO, 1996, p. 261).

Há sempre um desconforto para explicar ou debater sobre o tempo, esse saber sem saber que o censo comum provoca e as angustias por buscar explicar e entender aquilo que se pensa saber, mas que a reflexão revela que não se sabe aumenta as incertezas e imprecisões dos debates. Parafraseando Agostinho, entende-se ainda mais fortemente a dificuldade de estabelecer reflexões sobre o tempo, uma vez que sobre ele não exercemos controle, não visualizamos sua existência, não mensuramos a sua unidade e o seu comportamento.

A superficialidade do conhecimento só nos permite inferir sobre uma possível estrutura ou inevitabilidade do tempo durante a existência, por isso, dividimos a experiência do tempo em três grandes blocos: o passado, o presente e o futuro.

A nossa percepção do tempo permite dividi-lo em três partes: passado, presente e futuro. A partir de nossa experiência, sabemos que esses três tempos são bastante distintos entre si. O passado é o tempo que se afasta de nós, de nossa consciência, de nossa percepção; é tudo que já não é mais palpável, simplesmente porque já se foi. Chamamos de presente o “agora”, o tempo em que nossas experiências acontecem, no momento em que ocorre. E o futuro, por sua vez, corresponde ao conjunto de todos os eventos que se concretizam na medida em que o tempo passa. Em outras palavras, o futuro é como o lugar onde estão prontos todos os fatos que presenciamos quando determinado período de tempo vier a transcorrer, por menos ou por mais extenso que seja. (OLIVEIRA, 2014?, p.1).

Presente, passado e futuro são definições de tempo que não podem ser mensuradas, como tal, é impossível estabelecer definições precisas, pois alguma destas dimensões se afastam no momento do agora e se perdem no cenário alucinante de reprodução da vida.

Definir o que o passado foi é um exercício complexo¹⁰⁵ e exige definições de método, mais que isso, necessita todo um trabalho epistemológico necessário que exige o escrutínio de fontes, referências, ancoragens e de direcionamento sobre os sentidos do processo civilizador. Sobre a difícil tarefa de construir análises do passado, um dos exemplos mais marcantes é um dos fragmentos das teses sobre o conceito de história elaboradas por Benjamin:

Mein Flügel ist zum bereit Schwung, ich kehrte gern zurück, denn blieb ich auch lebendige Zeit, wenig hätte ich Glück. Gerhard Scholem, 'VOM GRUSS ANGELUS' - Minhas asas estão prontas para o voo, se pudesse, eu retrocederia. Se ficasse no tempo vivo, Eu teria menos sorte. (Gerhard Scholem, Saudação do Anjo). Há um quadro de Klee chamado Angelus Novus. Representa um anjo que parece a ponto de afastar-se para longe daquilo a que está olhando fixamente. Seus olhos estão arregalados, sua boca aberta, suas asas estendidas. O anjo da história deve ter este aspecto. Seu rosto está voltado para o passado. Onde diante de nós aparece um encadeamento de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que vai empilhando incessantemente escombros sobre escombros, lançando-os diante de seus pés. O anjo bem que gostaria de se deter, despertar os mortos e recompor o que foi feito em pedaços. Mas uma tempestade sopra do Paraíso e se prende em suas asas com tal força, que o anjo já não as pode fechar. A tempestade irresistivelmente o impele ao futuro, para o qual ele dá as costas, enquanto o monte de escombros cresce até o céu diante dele. (BENJAMIN, 1984, p. 26).

O presente, assim como o passado, se apresenta a partir de questões e elementos complexos, sobre o tempo presente há a construção de todo um aparato científico a fim de entender as pistas e os caminhos pelos quais a humanidade vai se construindo, é inevitavelmente um trabalho cujo qual todos nos desempenhamos um papel fundamental.

O futuro é o terreno mais complicado dessa divisão arbitrária com base na experiência com o tempo, o vir-a-ser aristotélico que se traduz na transformação da potência em ato, ou seja, o devir ou as virtualidades filosóficas. Por isso, escrever sobre os caminhos que se apresentam como o futuro dos estudos sobre o envelhecimento humano e sobre a geografia do envelhecimento não pode ser feito sem considerar as premissas históricas e os trabalhos realizados no agora, apenas assim é possível desenhar um referencial preenchido de determinações que ao se realizarem poderão indicar as frentes de pesquisa e reflexões sobre o tema em questão.

¹⁰⁵ A verdadeira imagem do passado perpassa veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. "A verdade nunca nos escapará" — essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irreversível é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela (BENJAMIN, 1984, p. 22).

É impossível estabelecer reflexões sobre as virtualidades contidas no presente sem entender os enigmas presentes na atualidade e a inegável influência do modo de produção capitalista na construção da dinâmica sócio-espacial contemporânea¹⁰⁶, o que revela desencontros graves com o projeto de humanidade do homem, criando variados conflitos entre a reprodução da vida cotidiana e a lógica e a dinâmica de produção e acumulação econômica mundial, o trabalho sobre o envelhecimento e a velhice, por estar contido na totalidade mundo em constante movimento, não pode tergiversar a essa dimensão, há uma agenda teórico-metodológica importante e clara para os trabalhos no futuro da geografia do envelhecimento.

Concordamos enfaticamente com Carlos (2015, p. 9) quando expõe que o caminho da geografia na atualidade é assumir de uma vez por todas o compromisso em “desvendar o mundo através do espaço”, mais do que simplesmente inventariar, localizar e distribuir as ações do homem no espaço é dada à geografia a tarefa de “pensar o mundo e nossa condição no mundo através da compreensão do espaço”. Por mais que divaguemos sobre os sentidos primeiros das coisas, elas só têm um sentido claro quando entendidas com base na dimensão espacial, aquela dimensão triádica em que o espaço aparece como uma realidade em produção que se apresenta como “condição, meio e produto da ação humana. (...) é através do espaço (e no espaço), que, ao longo do processo histórico, o homem produziu a si mesmo e o mundo como prática real e concreta” (CARLOS, 2015, p. 14).

Essas considerações coincidem e aprofundam as reflexões apresentadas por González (2005) quando ele aponta que a geografia passou por um conjunto de grandes transformações ao longos das últimas décadas, mas ainda assim há a necessidade de que os profissionais de geografia desconstruam os cenários de subvalorização a que estamos submetidos historicamente. Essa condição não diminui a importância da contribuição geográfica, mas reativa a necessidade de superar o desconhecimento sobre a contribuição geográfica na interpretação do mundo, uma vez que está atribuída a nossa condição a ajuda ao entendimento das implicações espaciais da reprodução social.

¹⁰⁶ “é possível falar numa dinâmica espacial nova do capitalismo contemporâneo que possui origem na reestruturação produtiva e que foi estabelecendo, nas últimas décadas, um novo regime de acumulação: o financeiro. Do ponto de vista geográfico, as implicações produzidas por esse novo regime financeiro mundializado de acumulação aportam uma série de novas mediações espaciais para sua compreensão, sinalizando a produção de um fenômeno de outra natureza. As transformações [...] trazem novas articulações escalares entre os agentes e processos envolvidos, de modo que a mundialidade perpassa o lugar, trazendo um desencontro e muitos conflitos entre a escala da vida cotidiana contraposta à escala da acumulação econômica mundializada (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015, p. 9).

La geografía es la ciencia social que más claramente ha sufrido una metamorfosis en las últimas décadas. El desconocimiento del papel del geógrafo por parte de otros profesionales y del resto de la sociedad han marcado buena parte de esta última y trascendental etapa. La infravalorización del trabajo de esta disciplina, a la sombra de otras ciencias sociales con más protagonismo académico y social, no han impedido que el saber geográfico vaya ocupando su justo lugar en el campo de las ciencias sociales (GONZÁLEZ, 2005, p. 137).

Como exercício presente e futuro, a geografia tem que diminuir a especialização de suas abordagens e a fragmentação do seu conteúdo, por mais que exista uma compartimentação com base em uma tradição positivista, estas áreas disciplinares da geografia têm que cada vez mais reforçar apenas o enfoque da apreensão do tema, mas dialogar no sentido de superar uma sistematização vazia que apenas contribui para visões parciais. A crítica contemporânea tem que revelar os sentidos da construção do conhecimento geográfico cada vez mais comprometido por entender a relação dos fenômenos sociais com os fenômenos espaciais.

No se trata de declarar la guerra a la especialización, ni de aumentar el número de créditos de la licenciatura de geografía para cubrir las carencias que demandaría cada especialidad posible convirtiéndola en interminable y nada práctica. Por el contrario, la geografía debe tener un carácter universal, como carrera universitaria que es, cubriendo las necesidades básicas formativas del joven geógrafo, dándole una visión integrada del medio. Los estudios de postgrado vendrían a completar esa especialización pertinente que demande cada geógrafo que no estará enfrentada en ningún caso con la visión enriquecedora y global de la que debe hacer para la geografía (GONZÁLEZ, 2005, p. 137).

É importante, contudo, reforçar que o fazer geográfico não se restringe apenas ao ambiente acadêmico e à atividade acadêmica, neste sentido, além de entender a necessidade de combater a especialização extrema, é importante que a geografia se apresente como um meio pelo qual os conhecimentos sócio-espaciais encontrem uma aplicabilidade e ajudem a coletividade a entender os seus próprios movimentos. Por isso, muito mais importante do que legitimar a elaboração de uma geografia do envelhecimento como uma especialidade do conhecimento geográfico, é revelar a proficuidade do tema para a compreensão da totalidade, uma vez que as análises da geografia do envelhecimento sejam reflexos dos temas inerentes ao processo de reprodução da vida.

Como frente de trabalho geográfico, a geografia do envelhecimento só se sustenta como um conjunto de pesquisas, trabalhos e reflexões se entender a indissociabilidade das questões relacionais às análises espaciais e ao ambiente em que os velhos estão inseridos.

Trata-se de entender a sociedade como totalidade em constante processo de transformação e totalização, precisa entender que há uma condição humana específica, a da velhice e do envelhecimento, em que as projeções geográficas da vida encontram barreiras, limitações e impossibilidades de realização nos contextos espaciais, este entendimento totalizador ajudaria a criar novas frentes de trabalho em relação aos fenômenos da velhice e do processo de envelhecimento¹⁰⁷.

Se de um lado é fundamental reconhecer a autonomia da geografia e o seu papel crítico na construção de análises espaciais que contribuam com um processo de diminuição das alienações e que ajude a recuperar a humanidade do homem, por outro lado esse trabalho não se restringe a apenas uma ciência ou a um ramo do conhecimento, esta construção tem a ver com um conjunto de posturas e orientações, em múltiplos âmbitos, que ajudem a refletir sobre uma compreensão de mundo e que postule uma questões para além dos nichos disciplinares. Sob este aspecto há que se resgatar o diálogo da geografia com as demais ciências.

A construção metodológica e os ajustes de abordagem já levam tradicionalmente a geografia a um encontro com as ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, além de fomentar o diálogo com as ciências biológicas e as ciências da saúde. No entanto, em relação a esta última as pontes e conexões ainda são bastante tímidas, como, por exemplo, o pequeno alcance dos debates sobre geografia da saúde (novas pontes precisam ser construídas). Refletindo sobre a condição de vida dos velhos e sobre o processo de envelhecimento humano, seria impossível desconsiderar o campo da gerontologia, em especial a gerontologia social. Essa aproximação é um dos caminhos necessários para pensar o futuro da geografia do envelhecimento.

A relação entre a geografia do envelhecimento e a gerontologia social

A expressão gerontologia social foi utilizada pela primeira vez em 1948 na ocasião do 5º Congresso Anual da Sociedade Americana de Geriatria pelo pesquisador Stieglitz. Segundo Jiménez (1991, p. 232), “Stieglitz introduce la expresión Gerontología en el año de

¹⁰⁷ “el geógrafo atraído por el envejecimiento tiene innumerables posibilidades a su alcance ya que es el único especialista capaz de trabajar con una visión integradora del medio y utilizar certeramente las técnicas de análisis espacial. Esta condición permite al geógrafo profundizar y establecer interrelaciones que escapan a las demás ciencias sociales que trabajan en el campo multidimensional del envejecimiento (GONZÁLEZ, 2005, p 138).

1948, [...], aunque ya hacía mención de este término en su obra de 1943”. Mas é apenas com os trabalhos de seguidores que este termo será popularizado¹⁰⁸.

É no contexto destes estudos que a velhice e o envelhecimento são tratados, institucionalmente, como questões sociais que têm suas derivações associadas às estruturas de organização e funcionamento da sociedade. Os desdobramentos das pesquisas sociais sobre o envelhecimento humano são potencializados pelos cenários de ampliação do número de pessoas mais velhas na sociedade, o que estimulou questionamentos sobre como eram estabelecidas as relações destes indivíduos com a família e o trabalho. O que se estava buscando era entender como a noção de bem-estar pessoal influenciava no processo de envelhecimento e na velhice, de um lado. E do outro lado, a busca-se desenvolver uma pesquisa na área em desenvolvimento, aprofundando métodos, abordagens e construções teóricas sobre o envelhecimento humano e as suas implicações sociais.

Com a preocupação por recuperar os rastros constituídos na direção da constituição de uma geografia do envelhecimento, a pesquisa de González monta uma trajetória do diálogo entre a gerontologia e a geografia. Os últimos 20 anos aparecem como fundamentais para a pesquisa sobre o envelhecimento, que pegando carona nas pesquisas sobre o processo de envelhecimento demográfico e na relação destas com o aumento da procura por serviços assistenciais e programas de suporte econômico.

(...) distintos organismos internacionales (ONU, UE), y gobiernos como el español, a través del Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales, han facilitado ese cambio de actitud y propiciando la financiación de números estudios geográficos sobre el envejecimiento de la población y la situación de las personas anciana. Además, dentro de ciertos sectores de la geografía se han creado la necesidad urgente de atender cuestiones de la gerontología que habían permanecido apartadas (GONZÁLEZ, 2005, p. 131).

Jiménez (1991) ajuda a pensar sobre o papel das ciências humanas na construção das reflexões sobre o envelhecimento, revelando que mesmo fragmentada em outras ciências auxiliares, as ciências humanas compõem e compartilham um mesmo universo geral de interesse, compreensão do funcionamento da sociedade. Entretanto, as inquietações para descobrir o funcionamento das relações sociais elaboradas a partir dos velhos só foi reconhecida como problema social muito recentemente, entretanto, o reconhecimento do envelhecimento como problema científico é ainda mais recente, por isso, é importante compreender a gênese da questão do envelhecimento nas ciências a partir de um olhar

¹⁰⁸ “término popularizado por Havighurst, Albrecht, Tibbits y Donahue” (JIMÉNEZ, 1991, p. 232).

interdisciplinar, pois ele emerge em contextos diferentes daqueles temas que foram institucionalizados entre os séculos XVIII e XIX.

Mesmo com o despertar de uma gerontologia social em meados do século XX, os estudos geográficos pensados em conjunto com a gerontologia social são muito raros e a ação do geógrafo, em geral, foi substituída pelo trabalho do sociólogo. Apesar das contribuições do labor sociológico levarem em consideração as espacialidades do envelhecimento, estes profissionais não são habilitados para realizar este trabalho, o que acarretou em noções e reflexões espaciais sem a correção dos conceitos geográficos.

(...) muchos de los estudios publicados sobre las cuestiones espaciales del envejecimiento han sido realizados por investigadores de otras disciplinas, en su mayoría sociólogos. Dicha circunstancia ha repercutido de forma negativa en el poco reconocimiento que los estudios geográficos han tenido entre las demás ciencias sociales. Ello se refleja en el escaso número de publicaciones geográficas en las obras y manuales de gerontología social (GONZÁLEZ, 2005, p. 132).

No âmbito da construção do trabalho da gerontologia social é fundamental entender que em relação à sua gênese há dois paradoxos que contribuíram na indefinição das chaves de diálogo com outras áreas do conhecimento. O primeiro é que ela foi construída como o reflexo das ações e estudos de diversos organismos e instituições internacionais antes mesmo de ter se configurado como um ramo do conhecimento institucionalizado em instituições de ensinos localizadas em país, regiões, lugares convencionais de produção. E a segunda questão paradoxal é que ela consegue definir os limites dos seus sujeitos de estudo sem mesmo existir como uma disciplina em sentido estrito, ou seja, como projeto de ciência, a gerontologia social surge antes de existir concretamente, o que traz inevitavelmente um emaranhado de lacunas e indeterminações¹⁰⁹.

O conceito de gerontologia social só começa a ser definido com mais clareza quando pesquisas começam a considerar que estes estudos consistem em entender quais são os papéis sociais estabelecidos pelos mais velhos, tendo como princípio a constituição dos seus valores culturais, as estruturas e estratégias de organização social e dos comportamentos coletivos frente a grandes mudanças nos contextos sociais. Ainda faltava, para a gerontologia social, o entendimento de que mais do que definições sobre o envelhecimento ela tinha como função básica estudar a existência das características do envelhecimento em relação aos aspectos

¹⁰⁹ “Dos paradojas marcan su nacimiento, por un lado su organización en organismos internacionales previamente a su asentamiento nacional, y el hecho de que sin haber conseguido ser – todavía – una disciplina en sentido estricto, fije los límites de su sujeto de estudio (JIMÉNEZ, 1991, p. 233).

individuais e coletivos, elaborando reflexões e pesquisas considerando os velhos como partes integrantes da sociedade entendida como uma totalidade¹¹⁰.

O que está posto como desafio para os futuros diálogos entre a geografia do envelhecimento e a gerontologia social consiste na superação, como já indicamos em várias passagens, do conceito de população como parâmetro de mediação das reflexões sobre o envelhecimento. Estudar o envelhecimento populacional, em certa medida, diminui a potência dos estudos sobre as questões sociais inerentes ao envelhecimento humano. Não estou dizendo que os estudos sobre o envelhecimento da população não sejam importantes, eles têm uma contribuição bastante singular, o que está em debate é a ampliação das discussões sobre o envelhecimento e a reafirmação do lugar privilegiado da geografia para contribuir para além da descrição, da simples interpretação de dados, revelando a produção do mundo (sociedade, espaço, vida) em movimento. É fundamental que os números dessa população se transformem em histórias de vida, ganhem dramaticidade e sentido, só assim será possível contribuir com reflexões mais profundas.

O geógrafo ao estudar o envelhecimento precisa se tornar um profundo conhecedor das relações dos velhos com o espaço geográfico, ou seja, com o lugar de realização da vida cotidiana, ajudando, quando possível, na mediação de conflitos, na solução de problemas espaciais de ordem prática e na superação das fragilidades¹¹¹.

O campo de pesquisas e a aplicabilidade desse conhecimento é muito grande e cheio de contribuições reais que podem ajudar não apenas a entender os conflitos e as questões que emergem da vida cotidiana dos velhos, mas no encaminhamento de propostas e agendas públicas.

Como apresentados na seção anterior, os estudos sobre o envelhecimento e a velhice possibilitam entender questões de ordem física, mas também questões psicológicas e sociais, trabalhar sobre os temas que emergem centrais para a reprodução da vida dos velhos é contribuir para a promoção de uma melhor qualidade de vida.

¹¹⁰ “El concepto de Gerontología Social comienza a ser popularizado con Burgess (1958) para designar “el estudio del status y el role de las personas ancianas, su nivel cultural, su organización social y su comportamiento colectivo frente a los cambios sociales”. Sin embargo es Tibbits (1968) quien ofrecerá una panorámica más completa de lo que podría ser la Gerontología Social, cuyo “objeto no es el estudio de los organismos individuales, sino de las personas como conjunto de la población, miembros de la Sociedad y de los grupos que la componen, creadores y portadores de cultura”. Es un dominio que trata tanto aspectos individuales como colectivos del envejecimiento, interrelacionados unos con otros” (JIMÉNEZ, 1991, p. 233).

¹¹¹ “(...) el geógrafo se convierta en el experto de las relaciones entre el anciano y el medio (barrio, ciudad, región, sociedad), observando sus interrelaciones y actuando para resolver los problemas creados. De esta forma, este especialista estudiaría este grupo de población, atendiendo a las singularidades y diferencias que pudieran presentar estos individuos, conociendo sus necesidades y demandas, y analizando su distribución en el espacio urbano en el cual viven, con sus propiedades, transformaciones, fragilidades, etc.” (GONZÁLEZ, 2005, p. 132).

As disputas realizadas em ambientes urbano podem ser tão perversas que a ajuda na solução dos problemas podem livrar grupos de pessoas envelhecidas de quadros depressivos, por exemplo.

La especulación del suelo en los barrios históricos está llevando consigo el deterioro de las viviendas de las personas mayores, la merma de servicios y equipamientos, el retraso de los transportes públicos, etc., con lo que se está agudizando su aislamiento y se están denotando cuadros depresivos motivados por la soledad. Este aislamiento físico y psicológico se ve incrementado por la pobreza económica que afecta a las personas mayores (muchas con una pensión por debajo del sueldo mínimo interprofesional) residentes en estos espacios tan degradados y especulados del centro de la ciudad, con lo que se estarían dando guetos geriátricos en determinadas zonas de las ciudades (GONZÁLEZ, 2005, p. 133-134).

A geografia do envelhecimento já tem um caminho e um chamamento público para se desenvolver plenamente, já tem também uma parceira, a gerontologia social, só precisa ampliar a base de pesquisadores inclinados a realizar reflexões sobre o tema. Até os dias atuais as principais contribuições têm uma localização geográfica específica, o universo anglo-saxão, e um dos maiores vazios estão nas discussões dos geógrafos latinos, em especial os latino-americanos, como comentamos em outra seção do trabalho.

Por todas essas questões reunidas e registradas é que se evoca a necessidade de construção de uma geografia brasileira do envelhecimento, principalmente porque o tema da velhice e o processo de envelhecimento têm sido entendidos como entradas muito significativas para o entendimento da dinâmica da sociedade brasileira, já é hora de ir além do que está sendo feito, a geografia não pode mais se negar à realizar a tarefa coletiva de contribuir sobre o tema com mais profundidade.

Pra não dizer que não falei de método

... “Caminhando e cantando e seguindo a canção somos todos iguais braços dados ou não. Nas escolas nas ruas, campos, construções. Caminhando e cantando e seguindo a canção. Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”...

Geraldo Vandré, Pra não dizer que não falei das flores.

Reflexões sobre o método

As definições de método que se apresentam como um receituário sobre o qual foram desenvolvidas clinicamente as formulações epistemológicas e os procedimentos metodológicos de uma pesquisa, em qualquer dimensão e nível que seja, sempre são um desafio enorme, principalmente porque, acredito que, o método não se explica, pratica-se.

O método, como compreensão do mundo; como direcionamento filosófico e prático; como caminho e orientação do pensamento, mais do que restrito a uma secção da pesquisa precisa aparecer vivo nas construções teóricas, nas decisões de registro, na definição de conteúdos, nas abordagens e no tratamento dos dados, por isso, criar uma secção destinada ao método parece, sob certo prisma de análise, uma ação tautológica. Ou, de acordo com outras interpretações possíveis, pode aparecer como equívoco, superlativação de interpretações ou de uso de conceitos e abordagens.

As definições de método com a cristalização de um escrito sobre o próprio método é um aprisionamento da ação metodológica de pensar e pesquisar, principalmente em contextos sociais em que o método é, em alguns casos, a chave de entrada fundamental para apresentar e balizar as questões e as reflexões do ato de pesquisar. Corre-se o risco, deselegante, de, metaforicamente, falar de si mesmo confundindo as características com autoelogios.

Sabendo dos riscos expostos, e, entendendo as minhas limitações teóricas para tratar da profunda e difícil definição de método, por conseguinte correndo o risco, sem querer realizá-lo, de incorrer em vulgarizações, distorções e impropriedades, assumirei essa questão do trabalho como um elemento necessário para a composição de escritos avaliativos de um processo de doutoramento. Assim, tentarei apresentar esse quadro de referenciais metodológicos com a expectativa de não incorrer no erro de descumprir com o dever acadêmico de sobre ele. Neste sentido, para não dizer que não falei do método.

Como interlocutor principal e problematizador das questões de entrada recorro a Henri Lefebvre como uma base referencial para ajudar na definição e na construção das discussões

de método, na verdade, creio que a contribuição da obra e do pensamento lefebvriano funciona como um elemento mediador entre o método atribuído a Marx e a démarche metodológica, ou seja, a partir do movimento regressivo-progressivo, as questões se revelam e se aninham metodologicamente, tanto numa construção teórica, quanto na criação de mecanismos práticos.

O método chamado de marxismo ou qualquer outro nome que a ele se queira ou deva atribuir é compreendido por Lefebvre (2011, p. 9) como uma “concepção de mundo”¹¹², cabe aqui, repetindo a construção lefebvriana, discutir um pouco sobre o sentido do que seja uma concepção de mundo.

O que é uma concepção de mundo? É uma visão conjunta da natureza e do homem, uma doutrina completa. Em certo sentido, uma concepção de mundo representa o que se denomina tradicionalmente de *filosofia*. Entretanto, essa expressão tem sentido mais amplo do que a palavra “filosofia”. [...], toda concepção de mundo implica uma ação, isto é, alguma coisa mais que uma “atitude filosófica”. Mesmo que tal ação não seja formulada e incluída expressamente na doutrina, mesmo que seu elo permaneça sem ser formulado e que a ação implicada não dê lugar a um *programa*, nem por isso deixa de existir. [...] Na concepção marxista do mundo, a ação se define racionalmente em contato com o conjunto doutrinário e dá lugar, abertamente, a um programa político (LEFEBVRE, 2011, p. 9-10).

A concepção de mundo, então, se define como um grande horizonte de posturas, comportamentos, percepções e interlocuções que possibilita estabelecer uma relação do sujeito com o mundo, com a sociedade e consigo mesmo. Inevitavelmente, uma concepção de mundo se dá em forma de um processo que se constrói como o resultado, sempre em transformação, da experiência racional, intuitiva, contraditória, sincrônica e diacrônica do ser com a totalidade mundo em movimento constante de totalização; a concepção de mundo conecta o indivíduo com suas construções internas, com sua elevação à condição de sujeito social em construção e vinculação direta com o mundo real e concreto, ao qual se apresenta como meio, produto e condição da vida em sociedade.

Frente a densidade que revela a construção de uma concepção de mundo, Lefebvre argumenta sobre a existência de três (03) e apenas três concepções de mundo em toda a história conhecida da sociedade, assim, ele apresenta a concepção cristã¹¹³, a concepção

¹¹² “o que é importante observar é que o marxismo é hoje reconhecido por seus adversários mais encarniçados como uma *concepção de mundo*. Mesmo as polêmicas de nível inferior lançadas contra ele dão toda a importância a essa declaração de teólogos e de escritores católicos importantes” (LEFEBVRE, 2011, p. 9).

¹¹³ “formulada com a maior nitidez e o maior rigor pelos grandes teólogos católicos. Reduzida a seu essencial, ela se definiu pela afirmação de uma hierarquia estática dos seres, dos atos, dos valores, das formas e das

individualista¹¹⁴ e a concepção marxista. Estas concepções de mundo não se encerram em períodos históricos e não são o resultado de um processo linear de construção e fundamentação, nem retratam visões únicas e hegemônicas, bloqueadas e não contraditórias, senão reúnem princípios e embasamentos gerais que orientam posturas de ser no mundo.

Ressalta-se também que estas concepções de mundo não são dadas como um conhecimento completo e acabado do mundo e a identificação sob qual concepção de mundo estão orientados os projetos de vida e os projetos sociais acaba sendo um exercício em construção constante que ajuda a definir cada vez mais coerentemente as formas de inserção no mundo. Se reconhecer, reconhecer o trabalho, o exercício da pesquisa, dentro de uma concepção de mundo ajuda a nos aproximarmos daquilo que Paulo Freire lembrava constantemente: é fundamental o exercício constante de tentar encurtar a distância entre aquilo que se diz e aquilo que se acredita com aquilo que se faz, que se realiza, pois essa é a única forma de tornar possível a coerência entre o que se diz e o que se pratica¹¹⁵.

Na busca por tentar exercitar a busca por essa coerência, apresentamos que a primeira aproximação metodológica deste trabalho está filiada a uma concepção marxista de mundo. De acordo com Lefebvre (2011, p. 12), essa concepção de mundo “se recusa a aceitar uma hierarquia exterior aos indivíduos (metafísica); mas, por outro lado, não se deixa encerrar, como o individualismo, na consciência do indivíduo e no exame isolado dessa consciência”. Essa é a berlinda pela qual toda a construção, reflexão, inquietação posta nesta tese foi submetida. Mesmo que em termos, às vezes, difíceis de se realizar, a busca se deu por perceber que há uma interconexão entre o possível-impossível interno a cada indivíduo e o possível-impossível do mundo que não se dá sem contradições e conflitos; que não se realiza

peças. No alto da hierarquia se encontra o Ser Supremo, o Espírito puro, o Senhor Deus. Essa doutrina [...] foi formulada em sua maior amplitude e com o mais extremo rigor durante a Idade Média. [...] É, portanto, a *concepção medieval* do mundo, que permanece válida ainda hoje” (LEFEBVRE, 2011, p. 11).

¹¹⁴ “surge no final da Idade Média, no século XVI, com Montaigne. Durante quase quatro séculos, numerosos “pensadores” formularam ou reafirmaram essa concepção, ainda que com nuances diversas. Eles não acrescentaram nada a seus traços fundamentais; o indivíduo (e não mais a hierarquia) aparece como a realidade essencial; ele possui em si mesmo, em seu foro interior, a *razão*. Entre estes dois aspectos do ser humano – o individual e o universal, isto é, a razão –, haveria uma unidade, uma *harmonia* espontânea; de forma semelhante, entre o interesse individual e o interesse geral (ou seja, o de todos os indivíduos), entre os direitos e deveres, entre a Natureza e o Homem. [...] o individualismo tentou estabelecer uma teoria otimista e a harmonia natural dos homens e das funções humanas. Historicamente, essa concepção de mundo corresponde ao liberalismo, ao crescimento do Terceiro Estado, à burguesia da *belle époque*. É, portanto, uma concepção essencialmente burguesa do mundo (ainda que a burguesia em declínio a abandone hoje em dia e se volte para uma concepção de mundo de caráter pessimista e autoritário, portanto, hierárquico)” (LEFEBVRE, 2011, p. 11-12).

¹¹⁵ A citação desse pensamento de Paulo Freire já se tornou de domínio público, de tão repetido, mas continua sendo um exercício extremamente necessário para o entendimento da concepção de mundo de cada um: “É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”.

como uma harmonia simples e que se totaliza e retotaliza constantemente, em um processo eterno e não linear.

É ciente de realidades que escapam ao exame da consciência individualista: são as realidades naturais (da natureza, do mundo exterior), práticas (trabalho e ação), sociais e históricas (estrutura econômica da sociedade, classes sociais, etc.). Além disso, o marxismo rejeita deliberadamente a subordinação prévia, imóvel e imutável dos elementos do homem e da sociedade uns aos outros; mas não admite tampouco a hipótese de uma harmonia espontânea. Constata, com efeito, a existência de *contradições* tanto no homem como na sociedade humana (LEFEBVRE, 2011, p. 12).

A grande questão que se apresenta como instigadora de reflexão e que se inaugura com o pensamento marxista é o reconhecimento e a aceitação da existência da “realidade natural histórica e lógica das contradições”¹¹⁶ (LEFEBVRE, 2011, p. 13). Neste sentido, faz-se crucial perceber que na história da construção social do homem e do seu mundo os interesses privados muitas e repetidas vezes não são coincidentes com os interesses comum. É o que Lefebvre chama de “não concordância espontânea com a razão, com o conhecimento e com a ciência”. Não há sob nenhuma ótica de análise uma relação harmônica entre o homem e a natureza.

(...) a harmonia que os grandes individualistas, como Rousseau, haviam pensado descobrir entre a natureza e o homem absolutamente não existe. O homem luta contra a natureza; ele não deve descansar com passividade nela, dedicar-se a contemplá-la nem se imergir romanticamente em seu seio. Bem ao contrário, deve vencê-la e dominá-la, através do trabalho, da técnica e do conhecimento científico, e é assim que ele se transforma em si mesmo (LEFEBVRE, 2011, p. 13).

A questão que se põe com a contradição e a construção teórica apoiada nas lutas do contraditório não nega a lógica, muito pelo contrário, a lógica tem um papel fundamental no entendimento das negações e contradições dialéticas. Obviamente, a lógica formal não consegue alcançar as formulações da lógica dialética, particularmente porque a leitura dialética de mundo obedece a estruturas do pensamento desconhecidas pela lógica formal, ou é vista de forma invertida e desconectada das determinações materiais. O que está posto é que em todos os sentidos há uma contradição estabelecida.

¹¹⁶ “No hay objeto en el cual no se pueda encontrar una contradicción, es decir, dos determinaciones opuestas y necesarias. “un objeto sin contradicción no es más que una abstracción pura del entendimiento que mantiene con una especie de violencia una de estas determinaciones opuestas que contiene a la primera...” (Enciclop., 89). El momento negativo – que la sofística, el escepticismo y la antigua dialéctica aislaban y volvían contra el pesamiento lógico – toma entonces su lugar y su función” (LEFEBVRE, 1974, p. 28-29).

A contradicción dialéctica no es la absurdidad lógica. Dicho de otra manera, aunque el pensamiento dialéctico se basa (o se “funda”) sobre lo que el lógico declara absurdo, o incluso imposible, el dialéctico no concibe esta absurdidad o esta imposibilidad como tales; ve en ellas, al contrario, un punto de partida y la inserción en una inteligibilidad que él declara concreta. Ve en ellas, incluso, el “principio” de una re-producción, en y por el pensamiento, de lo que ha sido producido (generado) en el tiempo; es decir, en una historia. El dialéctico marxista afirma que, entre el concepto de producción y la concepción dialéctica del devenir hay una reciprocidad insoluble. No hay producción sin contradicción, sin conflicto, empezando por la relación del ser social (“el hombre”) con la naturaleza, en el trabajo (LEFEBVRE, 1979, p. 23)¹¹⁷.

É na ideia da contradição apresentada como possibilidade de leitura de mundo que a concepção marxista ganha folego e ajuda a estabelecer uma nova forma de entender os códigos sociais que emergem já há algum tempo, mas que ainda estão indefinidos. A organização social já apresenta indícios de grandes transformações e estas só são possíveis de ser entendidas para além da condição de mal-estar generalizado quando se consegue estabelecer reflexões entre aquilo o que parece ser produto de uma inevitabilidade linear e as possibilidades de negação dessa inevitabilidade através de alterações no percurso histórico, resultado de uma luta contraditória entre os termos históricos e sociais.

Na construção da concepção de mundo marxista fica claro a necessidade de superar o pessimismo de outras concepções de mundo, mas não reproduz um otimismo fácil, vazio e por conseguinte estéril de potencialidade de reflexão. A contradição revela necessariamente uma noção de luta e ação na construção de problemas a serem resolvidos, que contêm a dimensão dos obstáculos, mas também das vitórias e superações. O reconhecimento do conflito faz emergir a clareza da negação como parte integrante de todo processo de reflexão crítica e dialética da realidade, por isso, a possibilidade da vitória não reflete necessariamente uma construção linear, mas revela um campo de forças que dá significado e reforça os termos que compõem o sentido da luta que está sendo travada.

Lo negativo es igualmente positivo; lo que se contradisise no se resuelve en cero, en la nada abstracta, sino esencialmente en la negación de su contenido particular; dicho de otro modo, tal negación no es una negación completa, sino negación de la cosa determinada que se disuelve; por lo tanto negación determinada. Puesto que el resultado es negación determinada tiene un contenido; es un concepto nuevo, pero más elevado, más rico que el precedente, dado que se enriqueció con su negación, o dicho de otra forma,

¹¹⁷ Apesar da referencia ser feita a partir da obra traduzida para o português, a citação foi retirada da tradução em espanhol, pois a cópia da obra em português, que tive acesso, apresentava lacunas para a compreensão.

con su opusto; lo contine, pero también más a él; es la unidad... es la dialéctica del contenido la que lo hace progresar (LEFEBVRE, 1974, p. 29).

A concepção marxista do mundo se apresenta como uma construção que revela, em síntese, através do entendimento da contradição como uma das categorias centrais na construção de sociabilidades, a luta do homem contra a natureza. Mas, o momento histórico que essa luta da sociedade contra a natureza emerge vem junto com a emergência da sociedade moderna, de uma sociedade que tem em seu mecanismo de funcionamento a construção de lógicas capitalistas bem consolidadas. O mundo moderno é o local que permite o conjunto de reflexões que levaram Marx a entender os sentidos da sociedade capitalista.

(...) o marxismo apareceu junto com a sociedade “moderna”, com as grandes indústrias e com o proletariado industrial. Apresentou-se como a concepção de mundo que exprime o mundo moderno – suas contradições, seus problemas – trazendo soluções racionais para esses problemas (LEFEBVRE, 2011, p. 14).

O que reside no seio dessa sociedade moderna é a questão do proletariado, da classe operária, ou o que mais contemporaneamente vamos denominar a classe dos que vivem do trabalho, mas a questão da classe operária só pode aparecer em função da possibilidade de entender as contradições que marcam um processo de servidão associado a um empobrecimento de uma parcela significativa da sociedade que se traduz através da aceleração do progresso técnico, da libertação do homem em relação à natureza e o seu movimento de apropriação dos elementos naturais e o enriquecimento geral ocasionado pelo processo de acumulação (LEFEBVRE, 2011, p. 13).

Como uma concepção de mundo que emerge junto com a sociedade moderna, o marxismo atrai para si uma condição de novidade, esta condição de novidade, mesmo sem ser muito bem aceita, confronta diretamente com as concepções – individualista e cristã – metafísicas de mundo, o marxismo aparece como a ação de pensamento que inverte a noção de organização do mundo e desconstrói as abstrações como resultado de um universo das ideias, põe a centralidade nos elementos materiais e faz perceber que as abstrações existentes são o resultado de construções reais/concretas que se constituem com base na alienação em relação ao projeto de humanidade do homem.

O marxismo aparece de início como a expressão da vida social, prática e real em seu conjunto, em seu movimento histórico, com seus problemas e suas contradições, portanto, nele está compreendida a possibilidade de *ultrapassar* sua estrutura atual. As propostas concernentes à ação política se

encaixam aberta e racionalmente com suas proposições gerais. São teoremas políticos subordinados a um conhecimento racional da realidade social; portanto, subordinados a uma ciência (LEFEBVRE, 2011, p.18).

Essa concepção de mundo que se apresenta contém e é contida por lógicas, como já apontamos na introdução do trabalho, há a elaboração de uma lógica dialética que ajuda a superar uma lógica formal.

La lógica forma es la lógica del sentido común. El sentido común aislado e inmovilizado de las cualidades, las propiedades, los aspectos, las cosas. Puesta al pie del muro, una vez que hay actividad y devenir, se refugia en los “en tanto que” y los “en este sentido”, es decir que toma un “pensamiento por su cuenta a fin de mantener el otro separado y verdadero (LEFEBVRE, 1974, p. 38).

A lógica formal, assim posta, parece, se pensamos junto às formulações hegelianas, não ter conexão nenhuma entre o movimento do pensamento e o objeto que está sendo pensado, pois ela só consegue estabelecer conexões no que é essencialmente aparente, funciona quase como uma lista de exemplos pedagógicos que servem para reforçar a observação do óbvio. Para cumprir a sua tarefa, a lógica formal se realiza como uma atividade construtora de identidade, busca eliminar a contradição e a negação em função de um plano de unidade, de construção completa de verdades, ou seja, passa-se de uma estrutura de pensamento para uma construção objetiva sem considerar todas as sutilezas apresentadas do campo do possível-impossível da realidade, não se reconhece a materialidade como ponto de partida e ponto de chegada do pensamento e da ação social.

Muy a menudo la lógica de la identidad está ligada a la metafísica del Ser. La identidad no está concebida como una forma pura, sino como una propiedad interna y esencial, objetiva, del ser. Se quiere pasar de la identidad en el pensamiento a la identidad objetiva, forma de existencia de toda sustancia real. El ser - y todo ser - es idéntico a sí mismo y se define así. La identidad es entonces tornada como forma y como contenido, como su propio contenido (LEFEBVRE, 1974, p. 21-22).

A lógica dialética, que é construída e entendida como uma lógica do concreto, como uma lógica do movimento do mundo compreendido a partir da sua realização enquanto prática, não elimina a lógica formal, ela a mantém, incorporando as questões do princípio de identidade, mas o dota de conteúdo, introduz um elemento histórico, uma trajetória, um ponto

de partida real concreto¹¹⁸. É preciso que a lógica dialética substitua a lógica da unidade, é preciso perceber os conflitos internos a essas unidades e organizar o pensamento para capturar o conteúdo escondido, faz-se urgente, para a construção de uma concepção marxista e dialética do mundo, a emergência de uma lógica do conteúdo, que vai além do esboço formado pela lógica formal.

A forma do pensamento é diferente do conteúdo, embora ligada a ele. Assim, o sujeito é distinto do objeto, mas não pode ser separado dele. A forma é sempre forma de um conteúdo, mas o conteúdo determina a forma. Assim, na vida prática e social, onde se esboçam, num nível inferior, essas distinções teóricas, a forma do vaso é determinada pelo conteúdo, embora, tomada separadamente, ela lhe seja indiferente (LEFEBVRE, 1979, p. 83).

Assim formulada, a lógica (dialética) assume um papel importante na construção de uma teoria do conhecimento que tem como base a noção de que o conhecimento se dá como uma construção histórica, social e prática. A teoria do conhecimento, assim compreendida, está estabelecida com base em uma concepção do mundo que considera o primado da realidade concreta como estopim do ato de conhecer, e como só se conhece pela experiência, essa concepção de mundo nega a construção ideológica de que o mundo se dá primeiro como ideia. Essa construção é o que leva Lefebvre (1979, p. 87) a afirmar que “a lógica concreta deve contribuir com uma suma da imensa experiência humana no contato com o real: como um resumo da história do conhecimento”.

Resgatando o pensamento hegeliano, a razão, a lógica, a história, tornam-se simultaneamente concretas e verdadeiras, ao se tornarem dialéticas. Por isso, a lógica concreta (dialética) é o que arremata a história do conhecimento, pois ela é a própria teoria do conhecimento como história da prática social. (LEFEBVRE, 1979, p. 88-89).

Com estes elementos postos, fica absolutamente claro que a construção de uma concepção marxista do mundo não se restringe ao pensamento marxista, é uma construção muito maior, que o precede e o supera¹¹⁹.

O momento histórico da emergência do materialismo histórico, aquele resultado da construção e do debate marxista data do início do terceiro quartel do século XIX, ou seja, já

¹¹⁸ “Lo concreto es una identidad rica y densa, cargada de determinaciones, conteniendo y manteniendo una multiplicidad de diferencias y de momentos. La unidad es, por así decirlo, perpetuamente conquistada sobre la contradicción y la nada” (LEFEBVRE, 1974, p. 38).

¹¹⁹ “Se aceitarmos a ampla definição de “marxismo” como uma concepção de mundo e como a expressão da época moderna com todos os seus problemas, fica claro que o “marxismo” não se reduz à obra de Karl Marx, ou seja, que não deve ser representado simplesmente como o “pensamento de Marx” ou a “filosofia de Marx”. Efetivamente, de acordo com o próprio Marx, a elaboração racional (científica) dos dados da experiência e do pensamento moderno começam bem antes dele” (LEFEBVRE, 2011, p. 18).

tem, em relação ao tempo presente, mais de 170 anos de formulação. Há quase dois séculos que não saímos da organização do mundo através da lógica de mercado e da obtenção do lucro, hoje banalizado, antes denominado de usura. O materialismo histórico surge como a tentativa de entender o mundo a partir da teoria da mais-valia com fundamentos construídos a partir da lógica das contradições, eis que surge como consequência desse movimento a possibilidade de interpretação do capitalismo.

De 1845 até o presente o desenvolvimento da concepção de mundo marxista apresenta-se “como um conhecimento racional do mundo que, continuamente, se aprofunda e ultrapassa a si mesmo [...] o marxismo se desenvolve sem destruir os seus princípios. Esse é o ponto que se difere de todas as outras filosofias clássicas” (LEFEBVRE, 2011, p. 23).

Essa concepção de mundo tomada com toda a sua amplitude é denominada de *materialismo dialético*.

Como efeito, ele [o materialismo dialético] sintetiza e unifica dois elementos que Marx encontrou separados e isolados na ciência e na filosofia do seu tempo: o materialismo filosófico, a ciência da realidade humana, e a dialética de Hegel, isto é, a teoria das contradições (LEFEBVRE, 2011, p. 24).

A concepção de mundo marxista, assim posta, é entendida como o materialismo histórico e dialético, como síntese e fusão corrigida de toda a tradição dialética, desde Heráclito até Hegel, e organizada pelo pensamento marxista, sob este aspecto essa concepção de mundo se torna ciência (sociologia científica), torna-se filosofia e também método. “Unifica em si dois elementos do pensamento humano, até então separados, isolados e incompletos: a ciência e a filosofia” (LEFEBVRE, 2011, p. 23-24), que pra existir se organiza a partir do método dialético e da teoria da alienação.

A concepção de mundo marxista só pode existir quando se entende a sociedade a partir do movimento histórico pelo qual ela se forma, neste processo de constituição ela se depara com determinações de determinações que a coloca como uma categoria em constante movimento, que só pode ser entendida a partir da compreensão filosófica e científica.

O que é a sociedade, qualquer que seja a sua forma? O produto da ação recíproca dos homens. Os homens podem escolher, livremente, esta ou aquela forma social? Nada disso. A um determinado estágio de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens corresponde determinada forma de comércio e de consumo. A determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem determinadas formas de constituição social, determinada organização da

família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil. A uma determinada sociedade civil corresponde um determinado estado político, que não é mais que a expressão oficial da sociedade civil. [...] É supérfluo acrescentar que os homens não são livres para escolher as suas forças produtivas – base de toda a sua história –, pois toda força produtiva é uma força adquirida, produto de uma atividade anterior. Portanto, as forças produtivas são o resultado da energia prática dos homens, mas essa mesma energia é circunscrita pelas condições em que os homens se acham colocados, pelas forças produtivas, já adquiridas, pela forma social anterior, que não foi criada por eles e é produto da geração precedente. O simples fato de cada geração posterior deparar-se com as forças produtivas adquiridas pela geração precedente [...] cria na história dos homens uma conexão, cria uma história da humanidade [...]. As suas [dos homens] relações materiais formam a base de todas as suas relações (MARX, 1985, p. 240).

A compreensão trazida a partir do excerto acima apresentado do que é a sociedade em Marx parece ser uma das chaves de compreensão do método marxista, ou melhor, do método dialético. Ao chegar a este momento do texto sobre o método começamos a ter cada vez mais claro que a nossa preocupação inicial sobre tratar da questão do método não era em vão. Já está muito claro que para a emergência do método dialético não há a possibilidade de se estabelecer um conjunto de regras ou comportamentos, não se pode seguir como um receituário, porque não o é sob nenhuma hipótese. Essa condição liberta e aprisiona o exercício do pensar, liberta no sentido de não ser construída nenhuma amarra para o pensamento, mas aprisiona o pensamento em uma vã tentativa de codificar os rastros da sua ação, é nesse momento que surgem as complicações¹²⁰.

O método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação. [...] Marx não nos entregou uma lógica, deu-nos a lógica d’O capital. Isto que dizer que Marx não nos apresentou o que “pensava” sobre o capital, a partir de um sistema de categorias previamente elaboradas e ordenadas conforme operações intelectivas: ele (nos) descobriu a estrutura e a dinâmica reais do capital: extraiu da efetividade do movimento do capital a sua (própria, imanente) *lógica* – numa palavra, deu-nos a teoria do capital: *a reprodução ideal do seu movimento real* (NETTO, 2011, p. 53).

¹²⁰ “Cabe insistir na perspectiva crítica de Marx em face da herança cultural de que era legatário. Não se trata, como pode parecer a uma visão vulgar de crítica, de se posicionar frente ao conhecimento existente para recusá-lo ou, na melhor das hipóteses, distinguir nele o bom do mal. Em Marx, a crítica do conhecimento acumulado consiste em trazer ao exame racional, tornando-o conscientes, os seus fundamentos, os seus condicionamentos e os seus limites – ao mesmo tempo em que se faz a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir dos processos históricos reais” (NETTO, 2011, p. 18).

O método tem como elemento geral a busca pelas muitas e múltiplas determinações que compõem o objeto concreto. E, dialeticamente, esse concreto que se apresenta só é possível de ser entendido se cercado das múltiplas determinações que o compõem, por isso, a postura do pesquisador tem ser aquela que leva as questões ao esgotamento das possibilidades de realização do objeto. Essa postura só é capaz de ser formulada quando as contradições são examinadas com muito cuidado, uma vez que tudo o que conhece o faz através de um processo de descobrimento paulatino; um desvelar e um descortinar constantes que por si só leva a vários momentos de contradição.

As contradições do pensamento e das consciências subjetivas dos homens apresentam um fundamento objetivo e real. Se existem “pró e contra”, “sim e não”, é porque as realidades apresentam não somente aspectos múltiplos, mas facetas mutáveis e contraditórias. Desse modo, o pensamento humano, que não consegue captar de uma só vez as coisas reais, se vê obrigado a tatear e caminhar através de duas próprias dificuldades e contradições até atingir as realidades movediças e instáveis e as contradições reais (LEFEBVRE, 2011, 28-29).

Esse caminho de construção a partir das contradições, debatido por Lefebvre e já apresentado por Marx, acaba sendo o único viável para se atingir a verdade, pois só ele é fiel ao movimento que a mente humana faz para comprovar os fatos e avançar na construção de cenários analíticos cada vez mais sofisticados. Assim posto, o que emana como força de compreensão do mundo a partir de um sentido objetivo é a razão dialética, “porque somente ela se esforça para compreender as condições concretas da pesquisa e os caracteres concretos do real” (LEFEBVRE, 2011, p. 30).

É só entendendo o sentido do real, e entendo que só a partir dele é que as coisas se apresentam como totalidade é que o método dialético pode atingir o seu objetivo, mas é preciso ter cuidado para não ficarmos presos em um mundo da pseudoconcreticidade¹²¹, como alerta Kosik, pois a realidade não se revela ao homem de maneira absoluta e definitiva, é preciso escrutinar e desvelar todas as camadas que turvam a leitura do mundo.

A dialética trata da “coisa em si”. Mas a “coisa em si” não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um *détour*¹²². Por este motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com

¹²¹ “O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde” (KOSIK, 2011, p. 15).

¹²² *Detour* entendido como um desvio, um caminho de outra via, uma curva na direção daquilo que se objetiva alcançar.

isso não pretendendo apenas distinguir duas formas ou dois graus de *conhecimento* da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *praxis* humana. A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. Portanto, a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo polo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade (KOSIK, 2011, p. 13-14).

Essa é a essência da dialética: buscar a superação da alienação imposta pelas obscuridades construídas no ventre de um cotidiano que reforça uma visão lateral do mundo, um cotidiano que se repete como um aprisionamento da vida humana e a condena a enxergar apenas fragmentos da vida. É sob essa correção que a dialética marxista supera o idealismo hegeliano¹²³ e se apresenta como uma chave de compreensão da realidade. Sem esse ajuste necessário, a dialética, como apontava Lefebvre, de sentido hegeliano, se comporta como um conhecimento mágico, algo que brota do nada ou de forças exteriores ao homem. A correção que se faz, faz-se na tentativa de observar a potencialidade criadora da práxis, da ação, do mundo real e concreto.

Essa discussão está condida na própria redefinição do sentido de *devenir*,

(...) el devenir será poco a poco retomado en toda su profundidad, en su riqueza prodigiosa en momentos, aspectos y elementos. La superación del hegelianismo integrará y elaborará la lógica dialéctica según la naturaleza misma del movimiento dialéctico: el devenir considerado auténticamente como experiencia absoluta (LEFEBVRE, 1974, p 62).

O *devenir* dialético acaba, na sua construção histórica, sendo herdeiro de muitas definições associadas à construção idealista de mundo, realizada principalmente em Hegel, o *devenir* se torna impregnado de abstrações que tentam cessar as contradições do presente em estruturas planas, que só se projetam como possibilidade de cenários muito particulares, em

¹²³ Ainda que Hegel considerasse o exercício de reconstrução das contradições com base no real, ele a realizava abstratamente, ele tentou solucionar as contradições com modelos e ajustes ideais dessa contradição, essa reconstrução da contradição em Hegel “só fazia sentido na cabeça do filósofo: era uma reconstrução especulativa e metafísica do real. Tudo o que existe e vive somente vive e existe por meio de um movimento, de um *devenir*; mas Hegel, à força de abstrações, atingiu uma fórmula puramente abstrata e puramente lógica do movimento em geral, ter nessa fórmula a explicação de todas as coisas, nela encerrando o movimento de todas as coisas” (LEFEBVRE, 2011, p. 33-34).

geral desconectados dos contextos históricos e relativizando determinações, que como tal, são inegociáveis e estão na gênese da realidade concreta em movimento, no limite, em Hegel, o devir histórico era eliminado em função da construção de um saber absoluto e absolutizado.

al proponer un objeto total y a priori (el saber absoluto, el sistema) Hegel iba contra el contenido, contra el devenir, la subjetividad y la negatividad vivientes. El materialismo dialéctico restablece la unidad interna del pensamiento dialéctico. Disuelve las determinaciones estáticas atribuidas por Hegel a la Idea, al saber, a la religión y al Estado (LEFEBVRE, 1979, p. 179).

O método dialético se torna, neste sentido, a possibilidade compreensão do mundo em seu processo de desenvolvimento histórico; é a chave de compreensão da realidade em sua dimensão multivariada, ajudando a revelar os esquemas de construção que conectam o passado com o presente possibilitando enxergar os desdobramentos possíveis, o devir está associado à construção das virtualidades, ou seja, é a construção do mundo em seu processo constante de totalização e retotalização.

(...) el método dialéctico se torna método guía por la transformación de un mundo en el cual la forma (económica, social, política, ideológica) no es adecuada al contenido (a la potencialidad real y posible del hombre sobre la naturaleza y sobre sus propias obras) pero entra en contradicción con él. El tercer término es entonces la solución práctica a los problemas planteados por la vida, a los conflictos y contradicciones nacidos de la práctica y experimentados prácticamente. La superación se sitúa en el movimiento de la acción, no en el tiempo puro del espíritu filosófico (LEFEBVRE, 1974, p. 113).

O método dialético incorpora a possibilidade da revolução, é através dele que as construções reais e concretas são apresentadas e reconstruídas de forma distanciada das ilusões que comprometem a observação, ele nega a construção de representações vazias e enviesadas por questões ideopolíticas descomprometidas com a verdade, mas sem se tornar um método asséptico, muito pelo contrário, ele ajuda na eliminação das visões parciais, considerando como condição fundamental o movimento de totalidade e totalização. Como tal, o método dialético tenta evitar a construção de visões unilaterais¹²⁴.

¹²⁴ “Marx foi o primeiro a adotar e empregar de modo coerente o *método dialético*. Metodicamente, estudando uma realidade objetiva determinada, ele analisou os aspectos e os elementos contraditórios dessa realidade (tomando em consideração, consequentemente, todas as noções contraditórias que eram propagadas, mas nas quais não se sabia o que havia de verdadeiro). Após ter distinguido os aspectos ou os elementos contraditórios, sem negligenciar seus liames, sem esquecer que se tratava de uma única realidade, ele a refaz em sua unidade, isto é, no conjunto de seu movimento” (LEFEBVRE, 2011, p. 30).

A busca por entender o processo de construção da totalidade do mundo tem como ferramenta fundamental o entendimento da natureza do/no mundo e a natureza do/no homem, sendo assim, essa condição de natureza herdada e construída se entende pela compreensão da existência de uma estrutura determinada que se torna inteligível sem que seja necessária a atribuição de um espírito organizador, ou seja, sem que seja dada à condição de natureza uma existência supra-material ou metafísica.

A ordem e a estrutura das coisas surgem da ação dialética, do agrupamento dos conflitos e das soluções em um processo de construção e de destruição das coisas de forma constante, das superações e das eliminações, dos acasos e das necessidades, das confusões e das involuções. Em suma: a ordem aparece com base no devir, neste sentido, a estrutura do movimento jamais será diferente do próprio movimento em si, as desordens relativas preparam o emergência de uma nova ordem, que também é relativa, preenchida de presente, de passado e de futuro... inevitavelmente carregada de elementos suprasumidos (LEFEBVRE, 1974).

Princípio metodológico da investigação dialética da realidade social é o ponto de vista da totalidade concreta, que antes de tudo significa que cada fenômeno poder ser compreendido como momento do todo. Um fenômeno social é um fato histórico na medida em que é examinado como um momento de um determinado todo; desempenha portanto, uma função *dupla*, a única capaz de dele fazer efetivamente um fato histórico: de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto; ser revelador e ao tempo determinado; ser revelador e ao mesmo tempo decifrar a si mesmo; conquistar o próprio significado autêntico e ao mesmo tempo conferir um sentido a algo mais. Esta recíproca conexão e medição da parte e do todo significam a um só tempo: os fatos isolados são abstrações, são momentos artificialmente separados do todo, os quais só quando inseridos no todo correspondente adquirem verdade e concreticidade. Do mesmo modo, o todo de que não foram diferenciados e determinados os momentos é um todo abstrato e vazio (KOSIK, 2011, p. 49).

O método dialético se constitui com base em um movimento triádico: *totalidade – contradição – mediação*. “Articulando estas três categorias Marx descobriu a perspectiva metodológica que lhe propiciou o erguimento do seu edifício teórico” (NETTO, 2011, p. 58).

A grande empresa Marxista foi se apropriar desses elementos gerais de construção metodológica para pesquisar a realidade e aplicá-la ao entendimento da sociedade burguesa, essa sociedade burguesa é em si uma totalidade que emerge do seio da sociedade capitalista moderna. Assim sendo, a sociedade burguesa em Marx é uma totalidade concreta, não apenas um todo constituído por partes funcionalmente integradas, porquanto ela resulta em uma

construção de totalidades de menor complexidade, mas que não são entendidas como totalidades simples. O que distingue essas totalidades é o grau de complexidade que elas encerram, por isso, pode-se construir análises a partir de totalidades que se organizam em um processo de totalização, sem que uma se aproprie das características das outras. Por isso é fundamental entender que no interior de cada totalidade há um movimento que dá dinamicidade, sem isso as totalidades seriam inertes e cristalizadas em si mesmas¹²⁵.

Essa foi a chave encontrada por Marx para entender a lógica do capital, por isso, para ele, o “único ponto que importa: descobrir a lei dos fenômenos estudados; descobrir não somente os relacionamentos dos elementos de um fenômeno em um dado momento, mas a lei de suas modificações e de sua evolução” (LEFEBVRE, 2011, p. 30), neste ponto, metodologicamente, é conveniente distinguir entre o *método de pesquisa* e o *método de exposição*.

É só quando está concluída a sua investigação (e é sempre relevante lembrar que, no domínio científico, toda conclusão é sempre provisória, sujeita à comprovação, retificação, abandono etc.) que o pesquisador apresenta, expositivamente, os resultados a que chegou. E Marx agrega: só depois de concluído este trabalho [de investigação] é que se pode descrever, adequadamente, o movimento do real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada (NETTO, 2011, p. 27).

O objeto em estudo deve ser entendido e analisado em profundidade, sempre construindo interpretações capazes de chegar ao sentido primeiro das determinações, revelando as características e as relações internas dos elementos que as compõem. A análise fina e objetivada deve servir para o objeto em estudo, ele deve brotar dos contextos a que o objeto esteja vinculado, sem que com isso tenha que reproduzir questões externas a ele, não se trata de descobrir leis físicas e químicas das relações sociais, também é preciso entender os contextos históricos a que cada objeto está conectado, pois cada período da história da humanidade tem em si determinações e leis particulares.

Estudar cientificamente, isto é, analisar a vida econômica, é, portanto, descobrir dentro da formação econômica e social um *processo natural*, ainda que *sui generis* – em outras palavras, específico à vida econômica e diferente

¹²⁵ “Para Marx, a sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um todo constituído por partes funcionalmente integradas. [...] Nenhuma dessas totalidades é simples. [...] E se há totalidades mais determinantes que outras, elas se distinguem pela legalidade que as rege [...]. Cabe à análise de cada um dos complexos constitutivos das totalidades esclarecer as tendências que operam especificamente em cada uma delas. Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica. [...] Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas (NETTO, 2011, p. 56-57).

dos processos físicos, químicos e biológicos. Também é, portanto, descobrir as leis particulares que regem o nascimento, o desenvolvimento e a morte de cada conjunto social, assim como sua substituição por um outro (LEFEBVRE, 2011, p. 30-31).

É só depois de ter caminhado pelas determinações que compõem o objeto identificando suas origens e particularidades que se chega ao princípio da constituição da verdade a qual se busca analisar, entretanto esse não é o ponto de chegada da pesquisa, é a metade do caminho, é preciso recolocar as determinações analisadas em contexto social, reconstituindo o caminho pelo qual o conhecimento construiu análises críticas do objeto analisado. Uma vez realizado esse movimento o pesquisador está habilitado para expor os seus resultados, a exposição não tem que ser feita da mesma forma que a pesquisa, a exposição começa pelas descobertas, ela revela ao mundo cognoscente, os achados, dotando o objeto, inteligivelmente, de vida¹²⁶.

Teoricamente exposto, mas de difícil realização prática, a busca sempre é por entender o sentido do movimento, por deixar claro que o movimento dialético não pode se tornar uma espécie de “manual prático”, ele não pode ser aplicado como receita de bolo, do processo de conhecimento e construção de categorias que ajudam a ler e interpretar o mundo.

La dialéctica es un “método de exposición”. Marx toma esta palabra en sentido demasiado fuerte. La “exposición” no es otra cosa que la reconstitución completa de lo concreto en su movimiento interno; no se trata de una simple yuxtaposición o de una organización externa de los resultados del análisis. Es necesario partir del contenido. El contenido tiene la primacía; es el ser real el que determina al pensamiento dialéctico (LEFEBVRE, 1974, p.92).

Em um bem bolado entre Marx (1857?) e Lefebvre (1974) é possível caminhar em direção ao entendimento da importância do método dialético e a construção difícil e lenta.

El método de investigación tiene por objeto apropiarse en detalle de la materia, analizar sus diferentes formas de desarrollo, y descubrir sus leyes internas. El análisis determina entonces las relaciones y los momentos del contenido complejo. Seguidamente, sólo el movimiento de conjunto puede ser reconstruido y expuesto. Cuando la vida del contenido se refleja en las

¹²⁶ “é possível a reconstituição não só do todo como também do movimento. É claro que ela apenas pode ser atingida pela abstração prévia dos elementos; para chegar a esse resultado, eles têm de ser primeiro separados e isolados. Entretanto, desde que a análise tenha sido bem conduzida, ela apenas separa os elementos para descobrir quais são as conexões existentes entre eles, as relações internas que compõem o todo. De maneira semelhante, ela apenas compara e descobre as analogias para discernir melhor as diferenças. Assim, a reconstituição do conjunto, isto é, do todo em movimento, não é incompatível com a análise, ou seja, a dissecação anatômica do todo. Ao contrário (LEFEBVRE, 2011, p. 2011, p. 32).

ideas uno puede imaginarse que tiene entre manos una construcción a priori. De un modo general lo concreto es concreto porque es una síntesis de diversas determinaciones, la unidad de lo múltiple. En el verdadero punto de partida (LEFEBVRE, 1974, p. 92-93).

O que aparece como elemento central do método, que dialoga entre a pesquisa e a exposição é a ideia de totalidade, sem dúvidas, a busca pelo movimento da totalidade e pelo sentido do total nas construções sociais complexas é um dos desafios para o método, que, como já apontamos, tem na revelação das contradições a possibilidade de mostrar a essência do humano e da produção humana. Mas, o total perseguido não o total abstrato e a abstração de Hegel, senão o lugar do encontro de todas as determinações e contradições¹²⁷.

El todo, tal como aparece en la mente como todo del pensamiento, es un producto de la mente que piensa y que se apropia el mundo del único modo posible, modo que difiere de la apropiación de ese mundo en el arte, la religión, el espíritu práctico. El sujeto real mantiene, antes como después, su autonomía fuera de la mente, por lo menos durante el tiempo en que el cerebro se comporte únicamente de manera especulativa, teórica. En consecuencia, también en el método teórico es necesario que el sujeto, la sociedad, esté siempre presente en la representación como premisa (MARX, 1857?, p. 42).

O homem e seu processo de criação, produção e reprodução aparecem como o sentido do devir histórico, o homem como sujeito conectado à sociedade se revela e se constrói através da sua condição de natureza, mas também na sua condição histórica. Mas, o homem só se descobre como um ser que vive e que realiza uma ação, um trabalho, que se constrói através da práxis, produzindo a si e ao seu meio, dialogando com a natureza externa e com a sua própria natureza. Não há um homem a priori, não existe um homem supra-humano que habite primeiro a sua consciência, o homem é resultado do processo perpétuo de produção, mas que não existe como duas esferas diferentes, como alerta o Kosik (2011, p. 248), “não habita, por uma parte do seu ser, na história, e pela outra, na natureza. Como homem ele está junta e concomitantemente na natureza e na história”.

A realidade não é (autêntica) realidade sem o homem, assim como não é (somente) realidade do homem. É realidade da natureza como totalidade absoluta, que é independente não só da consciência do homem mas também da sua existência, e é realidade do homem que na natureza e como parte da

¹²⁷ “La totalidad concreta es así la elaboración conceptual del contenido captado en la percepción y la representación; ella no es, como lo creía Hegel, el producto del concepto engendrándose a sí mismo por encima de la percepción y de la representación” (LEFEBVRE, 1974, p. 93).

natureza cria a realidade humano-social, que ultrapassa a natureza e na história define o próprio lugar no universo (KOSIK, 2011, p. 248).

A questão reside no processo contraditório de definição do homem, pois se ele é construído como determinação positiva de si mesmo em relação à condição de natureza que se afasta, mas que inexoravelmente pertence, o processo de produção da humanidade do homem, em algum momento da sua constituição, pode ser definido também como reflexo da sua desumanidade¹²⁸. Numa perspectiva metafísica e da religião, o humano e o desumano se encontram na eliminação da virtude e na negação do divino, assim eles, o humano e o desumano, aparecem como uma “alienação da verdade eterna, como uma queda da condição divina” (LEFEBVRE, 2011, p. 39), a teoria da alienação, portanto, é uma construção que precede o pensamento dialético concreto, que toca diretamente na construção de que toda a desvirtuação do caminho concebido como a única trilha para a vida humana se realizar está composto, necessariamente, de alienação.

O homem não pode prescindir da sua negação para que seja entendido no seu processo histórico de construção, por isso, é preciso, do ponto de vista dialético, trazer o desumano, a alienação para o interior da construção da ideia de homem, a desumanidade, assim como a humanidade, constituem-se como fato histórico. Lefebvre (2011, p. 41) vê o desenvolvimento do homem através das contradições como o único sentido para a sua produção, por isso, “o humano só poderia ter se formado em oposição ao desumano”. Só assim é que as grandes fortunas se formam em detrimento das grandes misérias; foi assim que a liberdade se fundou como base e consequência do encarceramento e da servidão; e, é assim que o Estado moderno funciona como meio de organização e libertação, mas se realiza como um meio opressor.

O humano é o elemento positivo. A história é a história da humanidade, de seu crescimento e de seu desenvolvimento. O desumano não é mais do que seu elemento negativo: é a alienação (aliás, inevitável) do humano. É por isso que o homem finalmente humano pode e deve dominá-lo, por meio do controle de sua alienação (LEFEBVRE, 2011, p. 41).

A despeito de toda a construção religiosa e metafísica sobre a necessidade de retirada da alienação como meio e condição necessária para se relacionar com o divino, com a natureza perdida. O método de compreensão dialética ajuda na construção de relações que

¹²⁸ “Quanto à palavra desumano, todos sabemos hoje em dia o que ela designa: a injustiça, a opressão, a crueldade, a violência, a miséria e o sofrimento evitáveis... Mas não foi sempre assim. Antigamente, essas noções não estavam tão claramente formuladas. O humano e o desumano, tanto na vida como na consciência, se confundiam indiscernivelmente” (LEFEBVRE, 2011, p. 38-39).

revelem a verdadeira essência do homem e os livre da alienação religiosa que cinde o homem de si mesmo e o faz crê em um projeto maior que ele, o que o impede de se realizar como uma inevitabilidade histórica.

Toda la producción es apropiación de la naturaleza por el individuo, en el interior y por medio de una forma social. Decir que la esencia humana está aún actualmente alienada, significa ante todo que las formas sociales no permiten esta apropiación de la naturaleza por el individuo. Aquello que debería ser “fin en sí” (en términos éticos) no es aún más que medio: la actividad creadora, la esencia humana, la individualidad (LEFEBVRE, 2011, p. 172).

Negar a dimensão material da produção, essa é a verdadeira alienação. O símbolo dessa alienação pode ser representado através do dinheiro, o dinheiro como uma abstração concreta, pois ele existe como elemento de mediação do trabalho humano com o mercado, o dinheiro se torna o símbolo da troca de um trabalho real, mas ao mesmo tempo que ele é símbolo, ele controla as relações, uma vez que o dinheiro se torna um signo de poder e a sua acumulação se torna o objetivo de parcelas da sociedade. Ao acumular dinheiro esse se torna capital, que é expresso como uma forma de riqueza social, que para se acumular o faz impondo formas específicas, ou seja, impondo regimes comportamentais desiguais, obrigando uma parcela da sociedade à escravização e ao empobrecimento parcial (cada vez mais generalizado). De uma forma mais direta, a alienação aparece como o meio pelo qual as pessoas produzem através do trabalho, mas são impedidas de ter acesso ao que é produzido ou a terem acesso a uma parcela significativa do valor daquilo que foi produzido.

(...) os produtos do trabalho do homem escapam à sua vontade, à sua consciência, ao seu controle. Eles assumem formas abstratas (o dinheiro, o capital) que, em lugar de serem reconhecidas como tais e servirem como tais (isto é, como intermediários abstratos entre os atores individuais), tornam-se, ao contrário, entidades soberanas e opressivas. E tudo isso para o benefício de uma minoria, de uma classe privilegiada, que utiliza esse estado de coisas e o mantém. O abstrato torna-se assim, abusivamente, um concreto ilusório e, todavia, demasiado real, que oprime o concreto verdadeiro: o humano (LEFEBVRE, 2011, p. 42-43).

Esse movimento da vida da sociedade burguesa, que é a sociedade do consumo, ou seja, que desde os tempos modernos é, em estrutura de comportamento, a sociedade que está mediando as ações do dia a dia em um cotidiano controlado para cada vez aumentar o ideário produtivo e que nos conduz para uma reprodução quase que orgânica do modo de produção capitalista, que retira do homem a sua condição de totalidade e o aliena como parte do

processo produtivo. Não é a alienação ruptura com o divino e negação do paraíso que se revela como o problema social, mas essa alienação que coloca o homem em um lugar subalternizado, que seleciona as pessoas e as agrupa em classes sociais e as condena a formas de vidas que alimentam a teia do consumo e o ideário de concentração de dinheiro e capital.

A alienação do homem se descobre assim em sua extensão terrível e em sua real profundidade. Longe de ser somente teórica (metafísica, religiosa e moral, em resumo, ideológica), ela é também, e acima de tudo, prática, econômica, social e política. No plano da realidade, ela se manifesta pelo fato de que os seres humanos são entregues a forças hostis, ainda que estas não sejam mais do que os produtos de suas próprias atividades lançados contra eles e carregando-os para destinos desumanos – crises, guerras e convulsões sociais de todo tipo (LEFEBVRE 2011, p. 43).

A alienação se instaura quando o homem é forçado a trocar o tempo da experiência de vida por dinheiro para entrar na rota do consumo, esse consumo só é possível com a troca desse tempo de vida humano por dinheiro, só que o tempo de vida trocado, vendido, gasto no processo de reprodução do capital e canalizado pelo e para o consumo não é devolvido aos homens, assim, para participar do processo de circulação do capital o homem condena-se, em última análise, ao esgotamento do seu tempo de vida, o que seria o equivalente à morte. A morte do homem aparece de várias maneiras e sob várias perspectivas. Entre uma das principais características da alienação do homem (da sua morte ainda vivo) está na transformação da sua consciência.

Diferente do que os metafísicos estabeleciam, a consciência do mundo não é uma ação superior que define a existência humana, mas ela é a construção do homem e do seu universo de referências a partir da mundo concreto e real, assim, a consciência, bem como o conhecimento, são o resultado de um processo histórico, político, prático e social. Ou seja, é a forma como se vive que faz brotar a consciência do mundo vivido; é através do modo de produção, nas palavras de Lefebvre, que a vida dos indivíduos acontece.

De hecho, los individuos reales, sus acciones, sus condiciones de existencia – las que les son dadas y aquellas que crean – son observables empíricamente. El modo de producción de la vida es un modo de vida de los individuos. Los individuos son tal como producen su vida. La conciencia no determina la vida; es la vida que determina la conciencia (LEFEBVRE, 1974, p. 74).

Para Lefebvre (1974), a consciência é um produto social, como tal, ela se inicia como a consciência de que pertencemos a um grupo, isso brota como reflexo da consciência animal,

sabemos que pertencemos a uma espécie, menos que isso, temos a consciência da conexão com um rebanho. Entretanto, a consciência de pertencimento ao rebanho dos humanos não é suficiente e está aquém da capacidade humana, a partir da realização de trabalhos e da divisão do trabalho o humano toma consciência de si mesmo, prática e espiritualmente.

Sin embargo, desde el momento en que hay división del trabajo material y espiritual – desde que la conciencia existe para ella misma – puede imaginarse que es otra cosa que la conciencia de la praxis existente (LEFEBVRE, 1974, p. 75).

O resultado dessa construção de consciência humana vem junto com a revelação de que por mais que se construa uma consciência humana que projete o homem como o produtor da mundialidade do mundo através da substituição da natureza mediada pela técnica, criadora de objetos técnicos, o homem jamais consegue se separar da natureza, ele está obrigado a estar conectado a ela, pois é parte dela. A relação do homem com a natureza é uma relação dialética.

Os laços do homem com a natureza são laços dialéticos: uma unidade cada vez mais profunda dentro de uma luta cada vez mais intensa, em um conflito sempre renovado em que toda vitória do homem, toda invenção técnica, toda descoberta na área dos conhecimentos, toda extensão do setor dominado pelo homem resultam em lucro! (LEFEBVRE, 2011, p. 44).

A consciência do homem só brota da relação dele com a natureza, ou seja, desse outro que contém e está contido nela e fora dela, o mundo dos homens só emerge a partir do mundo da natureza, no centro da natureza, só conhecendo o mundo que o cerca o homem é capaz de conhecer a si mesmo. Quando o mundo que emerge como lugar da relação humana está contaminado de abstrações que ganham caráter e condições de concreticidades, ou pseudoconcreticidades, a consciência do homem sofre transformações, perde-se de seu movimento de transformação histórica e se recheia de alienações, que são construídas como parte integrante desse ser, o que pode, num processo histórico, conduzir a uma crescente alienação e a uma possível corrosão da humanidade do homem, cada vez mais mediada pelo fetiche dos objetos que são criados e incorporados como natureza, como segunda natureza.

Em tese, a construção do homem pelos seus objetos não é uma síntese negativa do processo, o problema, para usar os termos Lefebvrianos, está no relacionamento criado através dos fetiches apropriados por uma classe social dominante que controla os meios de produção e extrai com isso uma relação privilegiada, subjugando os demais.

O ser humano que se desenvolve, não pode, portanto, se separar deste “outro” de si mesmo, que são os seus fetiches. Aliás, os bens sem os quais ele não existiria sequer por uma hora e que, no entanto, não são “ele mesmo”, se encontram indissolivelmente ligados ao exercício de suas funções e poderes. A liberdade não pode consistir na privação dos bens, mas, ao contrário, depende de sua multiplicação. O relacionamento do ser humano com os bens não é, portanto, essencialmente um relacionamento de servidão – a não ser que se encontre em uma sociedade em que os bens sejam subtraídos às massas humanas e monopolizados por uma classe sob o acobertamento de uma organização e de um determinado fetichismo adequados (LEFEBVRE, 2011, p. 45).

Essa constatação do movimento de produção e da relação dos homens com os seus bens só pode ser feita se entendemos que há uma construção da humanidade do homem através da relação deste com a natureza. Neste movimento, alguns produtos assumem uma existência independente ao homem. Isso porque o homem e seus objetos se relacionam a partir de uma unidade dialética. Esse objetos criados, como o Estado político, o dinheiro, tornam-se mais que objetos, convertem-se em fetiches que aprisionam a consciência humana e em algum momento governam o homem. (LEFEBVRE, 2011).

É imprescindível perceber que esse processo não é carregado de inevitabilidade, apesar de ser naturalizado na sociedade, mas é preciso que os indivíduos despossuídos de possibilidades de ascender aos fetiches criados com o objetivo da exploração cheguem ao esgotamento da sua capacidade de resiliência e questionem o sentido das coisas.

Esta alienación del hombre puede ser superada, pero solamente en condiciones prácticas. Es necesario que se vuelva “insoportable”, oponiendo “la masa desposeída a un mundo existente de riquezas y de cultura”, lo que supone un alto grado de desarrollo de la potencialidad humana. Sin ello la abolición de la alienación no podría más que universalizar la privación, en lugar de universalizar la riqueza, la abundancia y el poder (LEFEBVRE, 1974, p. 76).

Este estágio da construção da alienação na consciência dos homens só é possível porque na relação dos homens com os seus bens o homem deixou de perceber que ele tem vida própria, fora da relação com esses bens, que existe uma vida externa a essa construção do desejo interno, ou seja, a alienação se instaurou como a incapacidade do homem superar os seus fetiches, nesse movimento o homem se perdeu de si mesmo¹²⁹.

¹²⁹ “o conflito só pode se resolver mediante a destruição dos fetiches por meio da supressão progressiva do fetichismo e da recuperação humana dos poderes que os fetiches utilizavam contra o homem: pela ultrapassagem da alienação” (LEFEBVRE, 2011, p. 46).

Como ser social, o homem, só desenvolve a sua consciência num processo de produção ativa, essa produção do homem, quando percebida pelo método dialético, revela as contradições inerentes à condição humana, o que faz brotar um homem que não está preso em sua definição biológica e natural de raça, ele se entende como uma construção natural, que contém natureza, mas a transforma, ou seja, o homem se constrói e constrói o mundo que o cerca como obra, segundo Lefebvre (2011), mas sem se perder e se confundir com a natureza, sem, entretanto, negá-la. É o que o Kosik (2011) também chama a atenção, o homem não pode se construir fora da natureza, sob pena de destruir a si mesmo:

O homem não está emparedado na subjetividade da raça, da socialidade e dos projetos subjetivos nos quais, de diversas maneiras, sempre definiu a si mesmo; mas, como a sua existência – que é a *praxis* –, tem a capacidade de superar a própria subjetividade e de conhecer as coisas como realmente são. Na existência do homem não se reproduz somente a realidade humano-social; reproduz-se espiritualmente também a realidade na sua totalidade. O homem existe na totalidade do mundo, mas a esta totalidade pertence também o homem como a sua faculdade de reproduzir espiritualmente a totalidade do mundo (KOSIK, 2011, p. 249-250).

Essa totalidade do mundo, apontada por Kosik, é, em Lefebvre, apresentado em sua dimensão humana, mas também desumana. Esse mundo desumano é aquele falsamente produzido, ou seja, é o mundo falsamente humano, aquele mediado pelos fetiches. Na construção histórica da totalidade do mundo há pelo menos três elementos que se relacionam e interagem o tempo todo, o primeiro elemento é o espontâneo, ou seja, aquele resultante da ação biológica, fisiológica e natural; o segundo elemento é o refletido, ou seja, aquele que dá conta do nascimento da consciência; e, o terceiro elemento aparente ou ilusório que é aquele do reino das alienações e dos fetiches (LEFEBVRE, 2011, p. 46-47).

Frente às concepções de mundo e tudo o que elas representam, somente a dialética é capaz de entender, analisar e discernir sobre a existência destes elementos em um movimento constante e conflituoso na constituição do real em sua construção e constituição histórica.

Sob estas afirmações de método, que indicam a concepção de mundo e as principais questões atreladas à concepção de mundo que dão conta de entender o movimento dialético de produção e reprodução da vida, o envelhecimento humano aparece não apenas como uma condição ou estágio antropológico da vida, o que o é, mas também como uma construção da sociedade moderna, ou seja, a condição do envelhecimento humano e da velhice são reflexo e resultado de uma construção mediada pelo capital, em outras palavras, influenciada e em grande medida condicionada pelos esquemas relacionados ao modo de produção, o que de

entrada revela contradições na forma de envelhecer e de viver a velhice. O processo relacional existente entre os indivíduos, sujeitos de uma sociedade, o tempo e o espaço assumem por si contradições que revelam formas diferenciadas de inserção na totalidade social.

(...) não se trata do processo de envelhecimento humano em seu entendimento “natural”, “atemporal” e “global”, mas da velhice produzida no âmbito da sociedade moderna. Trata-se, escrito de outra maneira, da velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital (...) (PAIVA, 2014, p. 30).

Frente a esta questão, concordo com Solange Teixeira quando trata do envelhecimento da classe trabalhadora e aponta que o método possível de revelar as contradições imanentes à condição do envelhecimento contemporâneo se filia ao pensamento marxista:

O caminho metodológico adotado neste estudo se destaca como um esforço que visou contribuir para suprir tais debilidades [a reprodução da vida e das relações de trabalho na velhice] e, portanto, tem a ver com a opção teórico-metodológica de abordagem da realidade, de origem marxista, que compreende a estrutura da realidade social como uma totalidade concreta, uma unidade na diversidade, um complexo constituído de complexos subordinados que a razão deve reconstituir mediante as mediações, desvendando os processos nos quais o objeto está inserido, reconstruindo seu movimento, suas relações reais e históricas, portanto, a lógica imanente do objeto (TEIXEIRA, 2008, p. 28).

Como se apresenta para a sociedade moderna, em seu movimento formal, a questão do envelhecimento humano e da velhice apontam para a decrepitude, para o esgotamento da contribuição social das pessoas velhas, como se resistir ao tempo fosse um encarceramento da vida em condições de baixa produtividade, fazendo com que os velhos sejam entendidos como um duplo peso, de um lado um problema para ser gerido no âmbito privado e familiar, e de outro lado, uma oneração pública materializada no endividamento do Estado para a manutenção dos serviços de seguridade social e de acompanhamento das condições de saúde. Essa visão parcelar reforça os esquemas da alienação impostas pelo ideário de acumulação dos bens fetichizados pelo homem, que encontra na velhice limitações para o imaginário progressivo da obtenção do lucro.

Esse cenário posto acima, como tal, não é raro de ser detectado nas rodas de conversas, principalmente com os mais jovens, aqueles recém ingressados ao mundo do trabalho, essa visão fragmentada e irreal do envelhecimento pode ser desconstruída com os ajustes de observação propostos pelo método dialético, ou seja, a superação da lógica formal ajuda no processo de revelação das camadas obscurecidas pelo modo de produção.

Metodologicamente, então, concordamos com o questionamento posto do Sálvea Paiva:

(...) o que faz, então, da velhice, para muitos(as) e cada vez mais, ao revés de ser uma fase de vida marcada pelo descanso do trabalho, protegida pela família, pelas políticas sociais e acolhida pela sociedade, ser a evidência do coroamento da decrepitude, do abandono e da negação de qualquer indício de realização da emancipação humana? Eis, portanto, uma realidade que se manifesta, aos sentidos, do fenômeno a ser desvelado mediante aproximações constantes... (PAIVA, 2014, p. 30).

É urgente recuperar a velhice como parte da totalidade social e o envelhecimento como um processo pelo qual todo o ser que vive estará submetido, negado apenas para aqueles que não conseguem sobreviver ao tempo. Neste sentido, a exemplo de toda a leitura crítica sobre a produção do homem e da sociedade, a condição da velhice e a forma do envelhecimento estão diretamente relacionados às determinações e guardam em si contradições que são construídas no âmbito do mundo moderno. O compromisso estabelecido é contribuir com a superação da visão estigmatizada sobre a velhice e ajudar a entender a questão relacionada ao envelhecimento como imantes à totalidade social¹³⁰.

(...) nas sociedades modernas, em especial, pela estratificação social e pelas desigualdades sociais, também há que se considerar uma diversidade de velho e velhices e, por essa razão, interditar uma espécie de uniformização do envelhecimento e dos idosos. Isso porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade. Neste sentido, o envelhecimento sofrerá determinações econômicas, sociais, culturais, étnicas, sexuais diferenciando-se no tempo e no espaço, interditando tratamentos universalizantes e a-históricos (TEIXEIRA, 2008, p. 81).

Faz-se fundamental entender que essas determinações impostas à sociedade, que se refletem no processo envelhecimento superam as questões biológicas e demográficas do envelhecimento, não se trata de descartar estes elementos, na tese em questão alguns elementos demográficos irão ser apresentados para ajudar a iluminar questões, mas estes elementos figuram como meio para se atingir os objetivos de análise, sendo assim, o que está em questão é a sociedade em seu movimento de produção e reprodução, por isso concordo com Paiva (2014, p. 34), refletindo que “há de se considerar as relações sociais como

¹³⁰ Essa discussão se apresenta como um dos principais “desafios teórico-metodológicos impostos no sentido de inserir a discussão sobre a problemática do envelhecimento na perspectiva da totalidade social, rompendo com concepções que legitimam a segregação e a estigmatização da velhice” (PAIVA, 2014, p. 32).

condicionantes no processo de envelhecimento humano, o que será diferenciado e desigual entre indivíduos e populações, quando o recorte é o tempo e o espaço do capital.

O velho, em sociedades capitalistas, sofre a opressão que se dá tanto pela desigualdade social e de classe, quanto pelo confinamento social, dado pela segregação, pelas históricas políticas de assistência social em instituições asilares, que remontam ao século XVIII; como ao abandono ou isolamento pela família que, com as transformações capitalistas, perde espaço como unidade de produção e reprodução social, que tinha em sociedade anteriores, e se vê exigida a buscar os meios de sobrevivência no mercado de trabalho, sem condições de manter seus idosos, financeiramente e com cuidados especiais. Portanto, as questões culturais relacionadas aos idosos, como “marginalização social”, “morte em vida”, sujeitos estigmatizados e submetidos a estereótipos negativos ou efeitos psicológicos, como depressão, solidão, dentre outros, são consequências ou fatores determinados e não determinantes, são resultantes das condições objetivas materiais de existência (TEIXEIRA, 2008, p. 82).

Estão postas as condições para o entendimento claro da velhice, no tempo e no espaço do capital, como uma produção social. O que é tomado, metodologicamente, como o nosso ponto de partida. Tornando-se assim inevitável concordar com Simone de Beauvoir:

[A velhice] assume uma multiplicidade de aspectos, irreduzíveis uns aos outros. Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices tem ainda outras causas: saúde, família, etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre exploradores e explorados cria. Qualquer afirmação que pretenda referir-se à velhice em geral deve ser rejeitada porque tende a mascarar esse hiato (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

O mundo moderno e a sociedade moderna, entendidos como as bases para a reflexão sobre o envelhecimento, só podem revelar as condições da velhice e do envelhecimento humano quando percebidos para além das sócio-lógicas limitantes e da base biológica natural e cronológica da reprodução da vida, ou seja, o mundo moderno aparece como o resultado das inter-relações sociais que através das práticas sociais revelam os sentidos da velhice e do envelhecimento¹³¹, em outras palavras, o estudo sobre o envelhecimento humano precisa superar a análise das condições de saúde dos velhos e ser incorporados, a partir da teoria

¹³¹ “(...) na sociedade moderna, a velhice é desvelada como um processo não meramente natural, não essencialmente casual, na medida em que está condicionada pelas relações sociais, isto é, pela estrutura de classes, que se sobrepõe aos fatores biológicos e cronológicos do envelhecimento humano” (PAIVA, 2014, p. 35).

crítica, em um movimento de compreensão da experiência de vida construída na fricção entre as imposições biológicas e as construções sociais. Esse é o trato teórico-metodológico capaz de eliminar a visão limitada da velhice a partir das condições de vida de cada indivíduo isolado, como se ele não pertencessem a uma totalidade.

Considerado de outro modo, o envelhecimento humano é analisado de forma limitada, criando uma espécie de velhice invisível¹³² no campo analítico. Essa limitação se dá porque na construção de uma parcela dos discursos científicos a responsabilidade social sobre as questões relacionadas ao envelhecimento são transmigradas para cada indivíduo, como se a cada pessoa fossem dadas chances e condições iguais de reprodução da vida¹³³.

O movimento regressivo-progressivo

O movimento regressivo-progressivo corresponde a forma como o método se aplica, pois indica movimentos do pensamento; é uma *démarche* que ajuda a revelar os sentidos do mundo real-concreto, pondo relevo nas discussões acerca da relação histórica entre o possível e do impossível, tornando visíveis as construções sobre o novo e o velho, o contínuo e descontínuo, etc. Ajuda a descortinar o movimento de reprodução e organização da vida em sociedade

Essa *démarche* compreende o entendimento do avanço das forças produtivas que contribuem para a transformação da condição original de natureza em direção a um novo patamar, revelando os processos de transformação, de produção da materialidade do mundo e dos homens, contribuindo para entender o real em processo de constituição, os sentidos históricos, as determinações do presente e as virtualidades postas para um futuro próximo.

A démarche aqui perseguida pode se dizer “regressiva-progressiva”. Ela considera, inicialmente, o que acontece nos dias de hoje: o avanço das forças produtivas, a capacidade técnica e científica de transformar o espaço natural tão radicalmente quanto a capacidade de ameaçar a própria natureza. Os efeitos dessa potência destrutiva e construtiva se constataam por todos os lados. Eles se conjugam com as pressões do mercado mundial de uma

¹³² Cf. COUTRIM, R.M.E. *A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.

¹³³ “(...) como se “cada um” não fosse parte de uma totalidade de relações de produção e reprodução social; como se a opinião “de cada um” tivesse, do ponto de vista do capital, o mesmo grau de liberdade e valor; e a escolha “de cada um” não tivesse não estivesse condicionada, ou melhor, limitada pela realidade concreta de vida, trabalho e saúde “de cada um”. Esse recurso à centralidade “de cada um” e à invisibilidade da luta de classes nas questões referentes à velhice tem sido legitimado pelo discurso ideopolítico de uma igualdade formal, constituindo a tônica do conteúdo ideopolítico do aparato legal direcionado ao segmento mais velho da população” (PAIVA, 2014, p. 36).

maneira frequentemente inquietante. (...). A produção do espaço, elevada ao conceito e à linguagem, reage sobre o passado, aí revela aspectos e momentos mal conhecidos. O passado se esclarece de uma maneira diferente, e, por conseguinte, o processo que vai desse passado ao atual se expõe também diferentemente. (...) À primeira vista paradoxal, essa *démarche* rapidamente se aproxima do bom sentido: como compreender uma gênese, a do presente, e suas condições, e seu processo, sem partir desse presente, sem ir do atual ao passado e inversamente? (...) A principal dificuldade decorre de que na exposição, como na pesquisa, se entrelaçam os dois movimentos. Quando, então, a parte “regressiva” sempre ameaça invadir a parte “progressiva”, interrompê-la ou a obscurecer. O começo se encontra no fim, e o fim se apresenta desde o início. O que acrescenta uma complexidade suplementar à iluminação das contradições que levam adiante e, conseqüentemente, segundo Marx, em direção a seu fim, todo processo histórico. (...) A dialetização do próprio método se persegue, assim, sem que a lógica e a coerência tenham que sofrer. Não obstante, há riscos de obscuridade e de repetições. (LEFEBVRE, 2006, p. 53-54).

O movimento regressivo-progressivo aparece como a possibilidade de ajustar o foco do processo de investigação da realidade mundo, contribuindo para revelar as contradições com uma potencialidade esclarecedora. Por isso Martins (2011) pondera que “o método de investigação não [é] só o momento do abstrato, mas também [...] do empírico e condição de reconstituição [...] do socialmente concreto, isto é, histórico. Não só o peso das gerações mortas e o fardo do presente alienado, mas também a carga de superação e destino”.

(...) proponemos un método muy simple, que utiliza las técnicas auxiliares. e incluye varios momentos: a) Descriptivo: Observación, pero informada por la experiencia y una teoría general. En primer plano: la observación sobre el terreno. Utilización prudente de las técnicas de encuesta (entrevistas, cuestionarios, estadísticas). b) Analítico-regresivo: Análisis de la realidad escrita. Intento de fecharla exactamente (para no contentarse con una relación de “arcaísmos” sin fecha, sin comparación unos con otros). c) Histórico-genético. Estudio de las modificaciones aportadas a la estructura en cuestión, una vez fechada, por el desarrollo ulterior (interno o externo) y por su subordinación a estructuras de conjunto. Intento de una clasificación genética de las formaciones y estructuras, en el marco del proceso de conjunto. Intento, por tanto, de regresar a lo actual precedentemente descrito, para reencontrar lo presente, pero elucidado y comprendido: explicado (LEFEBVRE, 1978, p. 71).

Damiani e Seabra (2001, p.1) sintetizam de forma muito eficiente o sentido do método regressivo-progressivo: “regressivo indo do virtual ao atual, do atual ao passado; progressivo, movendo-se do superado e do finito ao movimento que prenuncia esse fim, que anuncia e faz nascer alguma coisa de nova”. Só assim esse procedimento metodológico aparece como chave de interpretação da reprodução da vida.

Parece-nos fundamental entender que a aplicabilidade desse procedimento metodológico, se constrói com um “movimento investigativo e interpretativo que está centrado no método e não nos supostos conceitos”. Este método é efetivo por ajudar a revelar “as contradições sociais como contradições de relações sociais datadas, gêneses desencontradas, tensões de tempos sociais do desenvolvimento desigual dos momentos do processo histórico e da estrutura social”, por isso, “o movimento regressivo-progressivo está referido à premissa da totalidade aberta, inconclusa, em que as superações propõem novas contradições e novas tensões, a sociedade movendo-se e transformando-se todo o tempo” (MARTINS, 2011, p. 3-4).

A busca pelo significado dos sentidos da reprodução do espaço e as suas relações com as diversas temporalidades possíveis de ser apreendidas a partir do presente põe um direcionamento metodológicos para a construção do pensamento acerca das ações dos homens na sociedade. As relações sócio-espaciais são articuladas a partir da realização da vida cotidiana, que detém como característica principal a possibilidade de revelar as estratégias que materializam as determinações do movimento histórico de reprodução da vida, bem como as subjetividades que permeiam as estruturas e individualizam os lugares e as relações sociais.

Como suporte para estabelecer os nexos analíticos, faz-se indispensável entender as *formas, as funções e as estruturas*¹³⁴, que aparecem como categorias capazes de ajudar a revelar os sentidos escondidos pela aparência. Espaço e sociedade entendidos como elementos que se interconectam, porque estão diretamente relacionados no processo de produção, revelam a construção da mundialidade do mundo, ou seja, do movimento de constituição do real que vai sendo elaborado junto com os homens no processo de transformação da natureza, sem que a natureza seja retirada desse processo, senão subsumida e reconstituição através da sua condição segunda. A produção da mundialidade do mundo está vinculada à produção da humanidade do homem, sendo assim, o espaço é construído como um produto dialético da condição humana, esse mundo, em sua condição moderna, é capturado pelas lógicas de reprodução do modo de produção capitalista que ao se apropriar das relações sociais estabelecidas faz emergir um cotidiano programado e reflexo da materialização das

¹³⁴ “O teórico da cidade e do urbano dirá que esses termos se definem como *forma da simultaneidade*, campo de encontros e de trocas. Esta acepção da palavra “forma” deverá ser precisada. Consideraremos ainda o termo *função*. A análise distingue as funções internas à cidade, as funções da cidade em relação ao território (campo, agricultura, aldeias e vilarejos, cidades menores e subordinadas numa rede), e finalmente as funções da cidade – e cada cidade – no conjunto social (divisão técnica e social do trabalho entre as cidades, redes diversas de relações, hierarquias administrativas e políticas). O mesmo em relação às estruturas. Existe a estrutura da cidade (de cada cidade, morfológica e socialmente, topológica e topicamente), depois a estrutura urbana da sociedade e finalmente a estrutura social das relações cidade-campo. Donde um emaranhado de determinações analíticas e parciais e as dificuldades de uma concepção global” (LEFEBVRE, 2001, p. 59-60).

alienações. O estudo desse cotidiano programado e das possibilidades de subversão realizadas no âmbito da vida cotidiana é que dão a possibilidade de resgatar o sentido humano da reprodução da vida, o que pode ajudar na identificação de pistas para a recomposição da humanidade do homem.

O que se requisita é o sentido primeiro das coisas, a partir de uma proposta de entender os “fenômenos” da vida com os seus respectivos enlaces, deixando claro, então, que o acontecer no mundo é plural e polissêmico, ou seja, que a tentativa de uma resposta não está presente em um campo de análise restrito, mas no início dos diálogos dos mais diversos saberes, uma vez que nada existe sem ter uma vinculação com a base material, com os processos históricos e com a possibilidade de se tornar, inclusive, aquilo que se nega.

Níveis e dimensões da análise

As reflexões sobre o movimento do real necessitam ser construídas a partir de níveis e dimensões de análise, uma vez que estas são ações metodologicamente necessárias. A organização do mundo conhecido pode se dar de forma sincrônica ou diacrônica.

No conjunto das reflexões diacrônicas, o processo de formação econômica e social revela etapas, níveis produtivos que se sucedem e que marcam um processo, um devir do acontecimento social, inequivocamente estes níveis diacrônicos são representados pelo esquema: rural-industrial-urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 75). Esse processo de entendimento dos níveis históricos de realização da formação social tendem a mostrar no tempo presente a construção de uma sociedade urbana baseada nas transformações produtivas que apontam para o urbano como um modo de vida que abriga as virtualidades e os fetiches da sociedade de consumo que se estabelece como reflexo do mundo moderno.

Numa perspectiva sincrônica, o movimento de reflexão busca entender a construção da real, enquanto movimento teórico que organiza o devir da sociedade urbana. Lefebvre (2008), então, identifica os níveis – global, misto e particular¹³⁵ – como quadros sincrônicos dos acontecimentos do urbano.

Em o direito à cidade, Lefebvre (2001), estabelece algumas reflexões sobre os níveis e dimensões de análise em relação ao fenômeno urbano e o habitar aparece com um conjunto de reflexões que emergem da organização cotidiana da vida, ou seja, que se organizar a partir da

¹³⁵ “Trata-se agora de um quadro sincrônico que se refere ao urbano. Neste quadro, distinguiremos um nível global, que assinalaremos com um G; um nível misto, que indicaremos com um M; e um nível privado (P), o do habitar” (LEFEBVRE, 2008, p. 75).

cidade como dimensão de análise. É importante destacar que a cidade é uma totalidade parcial que existe em relação à sociedade, como totalidade mais abrangente. Por isso, ela compreende “os processos gerais (globais), a cidade como especificidade e nível intermediário, depois das relações de imediatividade (ligadas a uma maneira de viver, de habitar, de modular o cotidiano)” (LEFEBVRE, 2001, p. 60) se revela como uma possibilidade analítica, como materialidade e reunião; como lugar e condição do acontecer cotidiano.

O nível mais elevado se situa ao mesmo tempo acima e na cidade. Fato que não simplifica a análise. A estrutura social está na cidade, e aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contém e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias. Os edifícios reais, imperiais, presidenciais “são” uma parte da cidade: a parte política (capital). Esses edifícios não coincidem com as instituições, com as relações sociais determinantes. E, no entanto, essas relações atuam sobre eles, esses edifícios representam a eficácia e a “presença” social dessas relações. Em seu nível específico, a cidade contém assim a projeção dessas relações (LEFEBVRE, 2001, 60).

Nesse nível global (Lefebvre, 2001; 2008) o urbano e a cidade são vistos a partir de uma ordem distante, de uma ordem institucional, mediada através das “construções” do Estado (suas materializações e abstrações, espaço da representação e representação do espaço), funciona como o lócus das estratégias levadas a última consequência, reflexo de lógicas de classes. “Neste sentido, com alguma reservas, pode-se falar de uma “sócio-lógica e de uma ideo-lógica”. O poder político dispõe de instrumentos (ideológicos e científicos)” (LEFEBVRE, 2008, p. 76). O Estado se faz presente como vontade e como representação. E a cidade aparece como um grupo de grupos que revela seu código de funcionamento através das instituições.

Sob outro código de compreensão da organização do urbano e da cidade, aquele código mais particular, aparecem as relações em nível ecológico, aqui a dimensão do habitar ganhar centralidade. “A cidade envolve o habitar; ela é forma, envelope desse local de vida “privada”, ponto de partida e de chegada das redes que permite as informações e que transmite as ordens (impondo a ordem distante à ordem próxima)” (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

Não obstante, a despeito de toda a complexidade existente dos níveis G e M, é no nível P que a vida se realiza de forma direta, não por ser um nível maior ou menor, não se trata de tamanho, o mundo todo pode ser analisado a partir desse nível, ou o menor dos agrupamentos humanos, mas por ser o nível que permite perceber e analisar o *habitar*, em

contraposição ao habitat, como o lugar por excelência do vivido, que toma a ação de morar e viver a partir da sua essência e a considera poesia, ato deliberado e eminentemente humano de transformar as coisas, de dar sentido à natureza, de eliminar os estranhamentos do mundo e que possibilita o reconhecimento dos sujeitos, dos grupos, das coisas, dos lugares, da história.

Não se pode lidar com o nível P opondo sumariamente o “microsocial”, ou o molecular, ao macrosocial, grandes agregados ou grandes estruturas. Ele não é somente o lugar de “agentes” menores, econômicos e sociológicos, tais como a família, o grupo de vizinhos e das relações “primárias” [...]. Precisamente, o *habitat*, ideologia e prática, rechaçou ou recalçou o *habitar* na inconsciência. [...]. No reino do habitat, desapareceu do pensamento e deteriorou-se fortemente na prática o que fora o habitar. Foi preciso a reflexão metafilosófica, de Nietzsche e Heidegger, para tentar a restituição desse sentido: o *habitar*. O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos “*patterns*”, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o “vivido” a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou “máquinas de habitar”. [...] É preciso recuperar a potencialidade do habitar, que se dá na esfera do vivido e que supõe possibilidades de criação, transformação e subversão latentes, uma vez que] o homem habita como poeta” (LEFEBVRE, 2008, p. 78-79).

É no nível ecológico, ou seja, no nível P, que o método dialético identifica dois “empreendimentos possíveis”, nos termos de Lefebvre (2001).

O primeiro vai do mais geral ao mais singular (das instituições para a vida cotidiana) e descobre então a cidade como plano específico e como mediação privilegiada (relativamente). O segundo parte desse plano e constrói o geral utilizando os elementos e significações do observável urbano. Esta segunda hipótese procede da mesma maneira para atingir, sobre o observável, o privado, a vida cotidiana dissimulada: seus ritmos, suas ocupações, sua organização espaço-temporal, sua cultura clandestina, sua vida subterrânea (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

A partir destas reflexões é que se põe metodologicamente a importância de analisar o urbano de perto e por dentro, a partir de suas construções mais particulares, uma vez que é somente neste lugar que as contradições, as impossibilidades e as estratégias de realização da vida cotidiana se mostraram com propriedade. É desse nível de análise que se pode entender as determinações da vida; que se pode empreender as categorizações necessárias para revelar os sentidos das construções sociais, por isso que, nesta tese, o nível P, ou seja, o nível ecológico, aquele da acontecimento da vida controlado através do cotidiano e revelado pela a

análise da vida cotidiana, apresenta-se como dimensão central para entender o processo de envelhecimento humano marcado pelas características de produção e reprodução espacial.

Há no cotidiano a possibilidade de sentir a presença ainda que na ausência. Há uma potencialidade criadora e norteadora do sentido da vida, da reprodução da vida, talvez a isso se referisse Michel de Certeau (2002, p. 189),

(...) a dispersão dos relatos indica já a do memorável. De fato, a memória é o antimuseu: ela não é localizável. Dela saem clarões nas lendas. Os objetos também, e as palavras, são ocultos. Aí dorme um passado, como nos gestos cotidianos de caminhar, comer, deitar-se, onde dormitam revoluções antigas. A lembrança é somente um príncipe encantado de passagem, que desperta, um momento, a Bela-Adormecida-no-Bosque de nossas histórias sem palavras. “*Aqui, era uma padaria*”; “*ali morava a Mere Dupuis*”. O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: “*aqui vocês vêem*”, “*aqui havia...*”, mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta série de deslocamentos e de efeitos entre os estratos partilhados que o compõem e jogam com essas espessuras em movimento.

No cerne dessa capacidade do pequeno em preencher de sentido as megaestruturas do grande, essa capacidade do acontecer da vida cotidiana emerge como possibilidade de subverter as grandes imposições verticais, de marcar o sentido para a trajetória e de orientar as perspectivas de um grupo em um determinado tempo-espço, faz com que o sentido da reprodução social se apresente materializado na capacidade de reprodução da vida cotidiana, por isso, entender como funciona esse processo denso revela a espessura de construção das tramas do urbano, que serve para tecer os fios do processo de envelhecimento humano e revelar suas consequências diretas ao entendimento da cidade, como totalidade que se retotaliza a todo o momento e que se transforma a todo instante.

Ao mesmo tempo em que o cotidiano e a realização da vida cotidiana possibilitam perceber contextos compartilhados, eles também funcionam como nexos centrais na construção das relações sociais, das práticas sociais e do trabalho. Sob esse conjunto de reflexões, as práticas sociais aparecem como os sentidos da reprodução da vida através do trabalho e da construção da rede de relações sociais.

O espaço urbano em sua dinâmica de produção, para ser analisado, necessita de uma aglutinação de perspectivas e níveis de realidade, ou seja, “momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital, da realização da vida [...]”. O espaço corresponde a uma realidade global, revelando-se no plano

do abstrato, e diz respeito ao plano do conhecimento, sua produção social, a prática socioespacial, liga-se ao concreto” (CARLOS, 2001, p.12).

Lefebvre (2006) propõe que o espaço (social) não se apresenta como uma coisa qualquer, não é simplesmente um produto entre os produtos, ele abarca as coisas produzidas, compreende as relações entre as coisas produzidas, tendo como condição as possibilidades de coexistência e a simultaneidade dos acontecimentos. O espaço social pressupõe uma ordem e uma desordem, ao mesmo tempo, e nunca se reduz a ser um simples objeto; possibilita e permite ações; é constituído de ações, que produzem ou consomem, mas que gravitam inexoravelmente a lógica da produção. “O espaço social implica múltiplos conhecimentos”, diz Lefebvre, eu acrescentaria a ele os múltiplos acontecimentos também.

Essa pluralidade de acontecimentos e conhecimentos se organiza, privilegiadamente em contextos urbanos, produzindo cidades e sociedades. O espaço, assim como a vida na sociedade moderna, encontra-se como resultado de repetições; é forjado em meio a um aparato técnico repetitivo e a uma base tecnológica que suscita cenários de repetição, sociedade e espaço são repetições de si mesmo, que sob os auspícios da alienação não possibilita distinguir mais as ordens distantes das ordens próximas, o imediato se torna o reflexo do realizado alhures, tudo se torna envolto em uma camada pasteurizada, que é reflexo do modo de produção em que a sociedade opera¹³⁶.

O cotidiano é capturado e programado desde a sua gênese como elemento fundamental do processo de produção e reprodução do espaço, comprometendo-se, pois, na sociedade moderna cooptada pelo modo de produção capitalista, com a repetição fetichizada do produto. Entretanto, o espaço tem conteúdo, o espaço revela relações sociais que se interconectam através da sua polivalência, assim, o espaço é produto, mas também condição social e meio de realização que ganha sentido a partir das tramas miúdas, dos detalhes, das injunções e das disjunções ocasionadas a partir de escapes e pontos de fuga no contexto das repetições.

O espaço é considerado *morfologia social* impregnada de sentido a partir do conjunto das práticas, do vivido. O espaço corresponde às formas, às estruturas e às funções necessárias para a reprodução social¹³⁷ (LEFEBVRE, 2006).

¹³⁶ Um espaço contém objetos muito diversos, naturais e sociais, redes e filões, veículos de trocas materiais e de informação. Ele não se reduz nem aos objetos que ele contém, nem à sua soma. Esses objetos não são apenas coisas, mas relações. Como Objetos, eles possuem particularidades conhecíveis, contornos e formas. O trabalho social os transforma. Ele os situa diferentemente nos conjuntos espaço-temporais, mesmo quando respeita sua materialidade, sua naturalidade. (LEFEBVRE, 2006).

¹³⁷ Para apreender o conceito de produção do espaço é necessário dissipar as ideologias que marcaram o uso das forças produtivas no seio dos modos de produção em geral, em particular, do modo de produção existente. (LEFEBVRE, 2006).

Recorrendo a Seabra (2003), pode-se entender que o processo de reprodução do espaço analisado a partir da centralidade do cotidiano, que nada mais é do que o vivido como repetição, mas também como possibilidade de ruptura da repetição alienada projetada e emergida pelo modo de produção capitalista, apresenta-se de fato como o processo de reprodução do urbano que impõe um modo de vida que tem a capacidade, teórica, de superar as separações e promover uma síntese negando a negação e favorecendo a apropriação dos fragmentos dispersos¹³⁸.

As tramas tecidas na cidade, reflexo das possibilidades de materialização das utopias do urbano, não se dão de uma forma homogênea e hegemônica, do contrário o espaço seria o reflexo direto de uma abstração e não uma construção estabelecida por meio de uma prática social, que como os indivíduos e a própria sociedade é contraditória em gênese e essência. O devaneio idealista de um mundo reflexo de um pensamento único, bom para todos, desfaz-se no ar com uma simples observação dos processos que compõem o quadro de reprodução da vida.

Por isso, como aponta Seabra (2003), “o urbano, reunião de todos e de tudo, como modo de vida, ascende no horizonte. Mas com a impossibilidade de superação dos impasses da fragmentação, o urbano não se realiza, aprofundam-se as separações”. E como reflexo da necessidade de entender os elementos constituintes de cada fragmento que compõe a sociedade é que a vida cotidiana e o cotidiano surgem como nível de apropriação para pôr em tensionamento os elementos que compõem a *polissemia*, *polirritmia*, *polifonia* e *polivalência* da reprodução da vida.

O mundo moderno mediado por processos multiescalares possibilita o acontecer da vida aqui e alhures por meio lógicas estranhas ao sentido de homem como possibilidade histórica, entretanto, forjado através de alienações e estranhamentos, ele se faz, até o momento atual, através da naturalização dos absurdos que são tomados, pela sociedade contemporânea, de forma acrítica forçando que pessoas, vidas, contextos e sociedades o dote de sentido. Sob este nível de determinações e estranhamentos não se pode negar a necessidade de investigar o plano imediato, concreto, real em busca da possibilidade de entender como as contradições se anulam no campo das abstrações e das subjetividades formando um involutório específico que projeta e o local no mundial e o mundial no local sem muitos conflitos, naturaliza-se a perda da dimensão da vida em nome de um projeto de acumulação.

¹³⁸ O urbano é entendido como uma utopia real e um modo de vida, âmbito da comunicação e da troca generalizada, da simultaneidade onde se desfaz a ordem próxima e a ordem distante, o imediato e o mediato. (SEABRA, 2003).

O cotidiano, neste movimento, aparece não apenas como a negação da filosofia, mas como a possibilidade de pensar a prática social utilizando elementos e categorias filosóficas para auxiliar no desvendamento dos nexos de reprodução da vida (espaço e sociedade). Lefebvre, como resultado desse movimento de articular filosofia e prática social, percebe a potencialidade do estudo da vida cotidiana como centralidade para o pensamento social¹³⁹.

Estudar a reprodução do espaço com base nas imposições programadas no cotidiano através da análise da vida cotidiana é tentar superar os estigmas da alienação, o que Lefebvre (2006, p. 27-28) põe como a superação da alienação filosófica (verdade sem realidade), mas precisa ser feita com cuidado para não cairmos nas armadilhas de uma alienação cotidiana (realidade sem verdade).

Surge um terceiro elemento que ajuda a entender as mediações entre o cotidiano e a vida cotidiana, a cotidianidade.

A cotidianidade põe uma marcha ao que se desenvolve no plano do cotidiano e dá caminhos para pensar como a vida cotidiana se realiza, permite entender para além das repetições as possibilidades de implantar o novo ou considerar aquilo que escapou, aquilo que não foi considerado no processo de reprodução da vida mediada pelos processos de reprodução do capital, ela surge como um recurso filosófico que observa o movimento preso no cotidiano e convida para a reflexão pautada na análise da vida cotidiana.

A vida cotidiana se apresenta como síntese do processo de reprodução da vida, uma vez que ela representa a possibilidade do encontro entre o parcelar e o total, entre a racionalidade e a irracionalidade. Além disso, Lefebvre (2006, p.37) reforça que é na vida cotidiana que os problemas concretos da produção se dão de maneira abrangente, possibilitando enxergar o movimento que parte desde a condição de raridade até a de abundância, bem como permite o diálogo que entende um espectro de variação que vai desde o precioso até o obsoleto.

Com o advento da modernidade – essa modernidade que reflete a criação de espaços amnésicos e instantâneos; a modernidade que representa a ruptura do estilo, da construção compartilhada, a superação do velho pelo novo, que reinventa formas e supera padrões, que articula tempos efêmeros – a sociedade caminha para ainda maiores discrepâncias entre os inseridos precariamente e os grupos envolvidos. Não é mais apenas o acesso ao capital que define as formas de inserção, mas a aptidão à realização de trabalho produtivo. Essa

¹³⁹ Permanece aberto um único caminho: descrever e analisar o cotidiano a partir da filosofia para mostrar a dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza. Isso implica o projeto revolucionário de um parto que tirasse do cotidiano a atividade criadora inerente, a obra acabada. (LEFEBVRE, 1991, p. 25).

adequação à produtividade é o que impõe uma espécie de ‘prazo de validade’ às pessoas e aos objetos, mas que impõe também uma contradição, ao mesmo tempo que o trabalho material vai se desvalorizado, portanto, em tese, a força física deveria ir perdendo a importância, maior é o apelo por pessoas que representem o signo do novo, aprisionado em códigos corporais, o que nega a possibilidade dos velhos potencializarem a sua capacidade de realização de trabalho imaterial por causa da debilidade do corpo.

Então, ser um indivíduo velho é, na maioria das vezes, estar rotulado como um ser pouco ou não produtivo, em muitos casos os mais jovens entendem os mais velhos como responsáveis pelo endividamento público do Estado porque comprometem dinheiro público através do sistema de seguridade social, os velhos são socialmente entendidos como aquele grupo que já cumpriu o seu papel social e por isso a eles só é fadado o fim da vida e o fim da participação no projeto coletivo.

Frente ao contexto atual e a velocidade inerente ao processo de reprodução do capital, ser identificado como um sujeito ou um grupo social que dificulta a fluidez do mercado e que onera os cofres do Estado se configura como tudo aquilo que não se deseja. Sob os auspícios dessa lógica perversa, fazendo um paralelo ao que Kowarick (2002, p. 29) expõe sobre os pobres, os idosos aparecem, sob a lógica da subalternidade, como ‘não-sujeitos’.

A atualização desses equacionamentos [imponderabilidade das leis incontroláveis da natureza e a inevitabilidade daquilo que é assim porque assim sempre foi] proclama as inescapáveis leis do mercado, da globalização, do avanço tecnológico ou da hierarquização social, acabando por individualizar a questão do pauperismo [neste caso talvez o envelhecimento humano]: estar desempregado, morar em favela ou ser assassinado pela polícia ou por bandidos é equacionado como uma sina que cai sobre os deserdados da sorte – trata-se, enfim, de uns coitados. Assim, não só a atuação de quem está na polaridade de comando da relação social se desobriga dos que estão em posição de subalternidade, mas a própria dinâmica que produz a marginalização ganha a nebulosidade do descompromisso, pois é também tida e havida como inelutavelmente natural: “tornando o pobre um ‘não-sujeito’, a pobreza é como que ‘naturalizada’ e as relações sociais tornam-se ‘naturalmente’ excludentes”. (KOWARICK, 2002, p. 29).

Essa espécie de representação social construída acerca dos subalternizados só estimula as reflexões no que tange à dinâmica social de reprodução da vida, pois, é dessa espécie de “marginalidade” que emerge uma dimensão complexa. Em outras palavras, a imposição de um cotidiano massacrante, subalternizador impõe aos subalternizados a necessidade de respostas que tentam encontrar soluções para além das pressões vindas dos contextos econômicos, políticos e sociais; é possível criar táticas de sobrevivência que de uma forma ou

de outra subverta ou busque subverter essas imposições verticais e garantam uma ‘válvula de escape’ de contextos que se impõem como hegemônicos?

O cenário ao qual Kowarick (2002) faz referência e apresenta como um “viver em risco”, talvez seja o mesmo risco que fez Michel de Certeau entender as *relações de forças* às quais a vida é construída. Neste sentido, vindo de perto e por dentro, Certeau identifica uma série de “combates ou de jogos entre os fortes e os fracos” (CERTEAU, 2002, p. 97), uma espécie de jogo de *estratégias*¹⁴⁰ daqueles que têm o controle das estruturas de poder e o poder de dominar.

O domínio dos mais fortes sobre os mais fracos aparece como uma imposição que aprisiona os fracos em ordens diferentes daquelas estabelecidas em caráter de proximidade, ou seja, as imposições dos mais fortes agem como se fossem estruturas de alienação em relação aos mais fracos. No entanto, os mais fracos têm a capacidade de reagir e alterar os sentidos dessas imposições verticais. É o que Certeau vai identificar como a capacidade que o fraco tem em responder e subverter o controle do mais forte. Neste sentido, é possível observar uma capacidade de reação dos subalternizados através da elaboração de *táticas*¹⁴¹ que respondem às perversidades das estratégias impostas. Esse movimento Certeau (2002, p.101) apresenta como sendo “a arte do fraco”¹⁴². Essa necessidade de responder constantemente às estratégias através de táticas revela um viver em risco, um risco que revela os movimentos inventados e realizados como a única forma de resistir, de continuar vivo

O cotidiano se apresenta como o lugar privilegiado para entender a ação dos grupos subalternizados, ou seja, é na realização da vida cotidiana que as táticas contra as estratégias hegemônicas podem se realizar, por isso, essa dimensão privilegiada tem que ser estudada com acuidade a fim de revelar os sentidos da reprodução da vida, pois esta prática deixa um

¹⁴⁰ (...) chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.). (CERTEAU, 2002, p. 99).

¹⁴¹ (...) chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas nunca docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. (CERTEAU, 2002, p. 100).

¹⁴² “As forças são distribuídas, não se pode correr o risco de fingir com elas. O poder se acha amarrado à sua visibilidade. Ao contrário, a astúcia é possível ao fraco, e muitas vezes apenas ela, como “último recurso”: “Quanto mais fracas as forças submetidas à direção estratégica, tanto mais esta estará sujeita à astúcia”. Traduzindo: tanto mais se torna tática” (CERTEAU, 2002, p. 101).

rastró sincrônico e diacrônico no espaço que forma *trajetórias*, trajetórias estas que vão além do simples mapeamento dos caminhos percorridos no espaço, mas revelam o jogo das intencionalidades.

As manifestações dos fracos, realizadas ao nível da vida cotidiana, buscando capturar as táticas associadas à reprodução da vida auxiliam na construção de instrumentos teóricos e analíticos que dotam o pesquisador da possibilidade de mergulhar profundamente nos significados e sentidos da reprodução social, uma vez que a tentativa de sobrevivência, ainda que como sujeitos subalternizados, revelam táticas socialmente construídas para tentar superar a lógica da sociedade de consumo.

É preciso também, complementar que o tempo da realização da vida, o tempo do entendimento das relações sociais, o tempo do vivido, das transformações sociais e da produção espacial não é de nenhuma forma o tempo marcado pelos ponteiros do relógio, ele obedece a outras esferas de concepção; ele é um tempo contraditório ao mesmo tempo em que permite sincronismo; ele abarca o movimento do vivido, porque ele acompanha a condição humana – condição contraditória, que vai da razão ao desejo, do prático sensível aos sonhos –, por isso, como lembra Lefebvre (2008), é preciso entender que os elementos reais são apenas aparentemente simples, pois eles guardam em si a complexidade da realização da vida.

A simplicidade desses enunciados é apenas aparente. A coexistência das idades, necessária para que exista grupo e “sujeito” coletivo (família, vizinhança e relações de amizade), não é menos indispensável para que exista percepção concreta (social) do tempo (LEFEBVRE, 2008, p. 80).

Por isso, nesta pesquisa, o velho não será tratado como um grupo social separado da sociedade, mas, na medida em que a própria sociedade reforça uma representação de isolamento e abandono, tem-se como centralidade refletir acerca da contradição existente na separação forçada entre os jovens e os velhos, e como essa separação artificial não tem sentido quando se tem claro o movimento em busca da compreensão da totalidade.

Não é possível desmembrar a categoria ‘velho’ do conjunto sociedade, é neste sentido que Lefebvre escreve sobre o tempo e sobre as coexistências que a vida abarca e se manifestam no cotidiano, no vivido através da vida cotidiana.

A criança não nasce como uma “tabula rasa”, e, no entanto, ela é informe. Ela só pode tender para a forma, para a maturidade, que marca seu fim (na múltipla acepção da palavra: finalidade, sentido, coroamento, perfeição, termo, terminação, conclusão). A maturidade é o acabamento e também a morte. O adulto não deve comportar-se orgulhosamente porque atingiu seu fim. A infância e a adolescência, como a juventude, pobres de realidade,

desajeitadas e pretensiosas, e mesmo estúpidas [...] são incomparavelmente ricas da maior e mais decepcionante das riquezas: a possibilidade (LEFEBVRE, 2008, p. 80-81).

A condição de ser em constante transformação que só estará finalizada na velhice faz com que o processo de construção do conhecimento e da vida dos indivíduos seja o sentido da reprodução da vida em sociedade, por este motivo, parece-nos fundamental que a maturidade alcançada pela velhice seja foco das reflexões das ciências, não só isso, é preciso garantir um lugar central para os velhos na sociedade que é herdeira das transformações efetuadas ao longo do processo de reprodução da vida. Assim, nem os velhos, nem o habitar, que está acompanhado do vivido podem ser estudados como resíduo (LEFEBVRE, 2008).

Como oferecer uma “morada” a esse “ser humano” ambíguo que só sairá da ambiguidade pela velhice, pouco formado e magnífico como tal, contraditório, mas de tal modo que nenhum dos lados da contradição pode vencer o outro sem mutilação grave, e considerando, no entanto, que “o ser” deve sair da situação contraditória? Desde já, esses problemas implicam um pensamento subversivo que derrube o “modelo” de adulto, que abata o mito da Paternidade, que destrone a maturidade como “fim”. Formulada corretamente, isto é, unindo os conhecimentos científicos e a reflexão metafilosófica, tal é a problemática do habitar (LEFEBVRE, 2008, p. 81).

Com base nestas questões é que se perfila a articulação entre reprodução do espaço e envelhecimento humano, uma vez que é preciso entender que o grupo social que dá vida às dinâmicas da cidade do Recife se configurará dentro de algumas décadas cada vez mais como um grupo de velhos, assim essa sociedade se apresenta como um objeto de análise virtual, mas que já acena, com fortes indícios, para uma materialidade. Entretanto, ainda nos cabe a pergunta: Como este grupo social alimentará os sentidos da reprodução do espaço, e, por que na atualidade a maioria dos indivíduos velhos que pertenciam à classe trabalhadora, em geral, estão relegados a viver os fragmentos periféricos da cidade?!

O processo de envelhecimento humano assume, em sua essência, condição de complexidade. As diversas ordens que mobiliza (biológica, psicológica, social) impõem desafios significativos para a construção de relações menos dissimétricas entre os jovens e os velhos. No entanto, do ponto de vista da construção da análise geográfica as análises sobre as condições reais da vida dos velhos na cidade mobilizam reflexões densas, porque precisam iluminar questões que revelam as contradições e perversidades na reprodução social.

A sociedade, como está organizada hoje, é marcada pelos ditames de um modelo de reprodução que se amalgama numa condição de espetáculo¹⁴³, e que cria a ilusão de que a felicidade e satisfação pessoal estão condicionadas ao pertencimento ao mundo do dinheiro, afrouxando assim as redes de solidariedade e a alteridade, colocando o outro como estranho. Esses mesmos mecanismos se repetem quando analisado o processo de envelhecimento e a forma como a sociedade entende o grupo dos velhos parece que aponta para uma descontinuidade do direito à vida.

Se de um lado a cidade é perversamente negada para o grupo de velhos que pertenciam à classe trabalhadora, de outro lado, a reprodução das relações sociais destes velhos realizada em contextos periféricos, quando entendida através das resistências e da contextos horizontais, possibilita a criação de formas residuais, ou seja, relações sociais estabelecidas em contextos não cooptados pelo capital, estas formas de organização da vida, com base na tessitura de redes de solidariedade, podem ajudar no exercício de construir novas formas de sociabilidades diferentes daquelas marcadas pela lógica capitalista. A grande dificuldade que se impõe é que estes espaços de construção solidária são cada vez mais raros, uma vez que a produção do espaço, na contemporaneidade, é equivalente à produção capitalista do espaço.

O espaço é posto à venda de forma fragmentada, e como o espaço é *meio, condição e produto da reprodução social*, a própria sociedade se torna lugar de produção e reflexo da fragmentação, o que aumenta as desigualdades e a precariedade no processo de inserção.

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção); é todo o *espaço*, ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, reduzido a pedaços (só se vendem pedaços de espaço às “clientelas”), o espaço transforma-se na sede do poder. (LEFEBVRE, 1977, p. 247).

Ainda que contemporaneamente os processos de reprodução do capital tenham uma filia completa com as abstrações resultado do processo de financeirização e especulação propiciados pela flexibilização do modo de produção, o papel do cotidiano como base

¹⁴³ O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 1991).

territorial da acumulação e da extração da mais-valia é incontestável. A vida não se realiza em outra esfera senão a real/concreta.

Os velhos pobres, ou seja, aqueles que pertenciam à classe trabalhadora participam das relações de trocas como grupo de pequena capacidade de consumo, limitando a sua inserção à dinâmica reprodutiva, o cotidiano então lhes escapa ou se torna ainda mais perverso, as relações estabelecidas são relações inteiramente cooptadas pelo consumo. O cotidiano inserido em uma lógica programada e direcionada revela a impossibilidade de que os velhos pobres têm em fazer a vida acontecer nestas bases materiais, a vida dos velhos se perde no ritmo novo da sociedade, suas ações não correspondem às expectativas de consumo, a sua forma de inserção se subalterniza e a possibilidade de sobrevivência, em alguns aspectos, só se realiza de forma criativa, constituindo uma espécie de *resíduo*. (conseguir investigar esse resíduo foi nossa utopia – mas até isso é muito difícil, quais os termos? Como se acha as resistências e as formas alternativas na cidade, encontramos apenas ecos vazios).

No cotidiano da *sociedade burocrática de consumo dirigido*, “o concreto se torna abstrato e a abstração concreta” (LEFEBVRE, 1977, p. 250), o que seria possível parafrasear: no cotidiano imposto pela *sociedade burocrática de consumo dirigido* os temas concretos relacionados ao envelhecimento humano e às necessidades dos velhos se tornam mera abstração ao passo que as abstrações do consumo e das necessidades criadas por grupos hegemônicos se tornam concretas. Por essa chave analítica é possível perceber que, para aqueles que resistiram ao tempo, o espaço (re)produzido já nasce obsoleto e o agravamento das desigualdades promove a totalização do processo de obsolescência.

(...) as relações sociais possuem existência real como existência espacial concreta na medida em que produzem, efetivamente, um espaço, aí se inscrevendo e se realizando. As relações sociais ocorrem em um lugar determinado, sem a qual não se concretizariam, em um tempo fixado ou determinado que marcaria a duração da ação. É assim que espaço e tempo aparecem por meio da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza como modo de apropriação. A ação que se volta para o fim de concretizar, ou melhor, viabilizar a existência humana realizar-se-ia como processo de reprodução da vida, pela mediação do processo de apropriação do mundo. Isto é, as relações sociais que constroem o mundo concretamente se realizam como modos de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões, e estas fogem – apesar de englobá-lo – ao mundo do trabalho, envolvendo e ultrapassando a produção de objetos, produtos e mercadorias, isto porque a produção da vida não envolve apenas a reprodução de bens para a satisfação das necessidades materiais: é também a produção voltada para o desenvolvimento das relações de produção de mercadorias e da produção da vida e de suas possibilidades, em sentido mais amplo e profundo. Refere-se a modos de apropriação que constroem o ser

humano e criam a identidade que se realiza pela mediação **do outro** (sujeito da relação). (CARLOS, 2001, p. 13).

Fincando-se terreno na condição mais ampla e profunda do processo de reprodução iluminado por Carlos (2001) é possível entender que o processo de reprodução social, do espaço e da vida, tem necessariamente uma componente subjetiva que de um lado indica as *teleologias* constitutivas da racionalidade humana, mas, de outro lado, exhibe as subjetividades que põem sentindo de existência à vida humana. É um pouco daquilo que Moraes (2005, p. 15) pondera:

[...] produção social do espaço material, esta valorização objetiva da superfície da Terra, esta agregação de trabalho ao solo, passa inapelavelmente pelas representações que os homens estabelecem acerca do seu espaço. Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço.

Apoiando-se em Moraes (2005), fundamenta-se um dos aspectos que conferem sentido para a pesquisa sobre a vida cotidiana dos velhos, pois ao se observar os movimentos de reprodução da vida, da sociedade e do espaço as dinâmicas de reprodução do capital, ainda que fundamentalmente forcem um entendimento total do processo, escapam resíduos que podem ser resgatados na elaboração de um pensamento social crítico que considere a partir das determinações materiais o universo das subjetividades que compõem o quadro complexo de realização da vida.

Pensando no processo de envelhecimento humano e as relações dos velhos com o espaço construído da/na cidade, é-nos fundamental entender a cidade, ou os fragmentos da cidade, como o lugar onde a vida dos velhos pobres se dá, os fragmentos da vida cotidiana dos velhos nos ajudam a entender a apropriação dos fragmentos da cidade por parte dos velhos que a habitam.

A reprodução das relações urbanas na modernidade revelam um mundo coisificado¹⁴⁴, em que as necessidades de reprodução do capital subvertem à lógica do encontro e das relações de socialização. Com isso, o homem se torna cada vez mais fraco, fragmentado e desfigura sua condição humana. Essa relação tem como característica central a reprodução do

¹⁴⁴ “(...)este projeto, o do capital, majoritariamente é aceito e, mais que isto, internalizado pelos sujeitos. E que ao se reproduzir, assegura não apenas a sua reprodução, mas, a do modo de produção capitalista, a sociedade capitalista, são relações mercantis que vem conformando os processos sociais. O homem, nesse contexto, ele próprio mercadoria, coisifica-se, se fragiliza e se fragmenta, se desfigurando na qualidade de produzir de coisas e de usar a própria consciência” (CARLOS, 1995).

lucro e a extração da mais-valia. Além disso, não só os humanos, mas os produtos originados de seu processo produtivo passam a integrar a lógica sociometabólica¹⁴⁵ de reprodução do capital¹⁴⁶.

A ilusão da produção incessante subverte valores e cria prioridades que não respeitam a dimensão da vida humana, desse modo um sistema baseado na coisificação dos sujeitos, réplica da lógica dos objetos, ganha centralidade nos processos de reprodução social, então se inicia relações sociais subjugadas à tirania do novo. Ou seja, nesse sistema, o novo é mais competitivo e melhor aceito que o velho (em todos os sentidos).

O modelo de reprodução fragmentado das cidades faz com que a análise da cidade também seja fragmentada e a dimensão social seja, na maioria das vezes, desviada de sua condição de centralidade. Esse movimento reflete na ciência uma ruptura entre as reflexões teóricas e as ações concretas, gerando descompassos entre temas e emergências urbanas. Percebe-se um jogo dialético entre o que se caracteriza como novidade e o que é considerado como anacrônico. A cada momento um elemento antigo reassume características de novidade, e para se atingir solução nova se faz necessário refletir acerca de problemas novos, ainda que sejam novos apenas em sua forma de exibição.

A cidade se torna o local onde este conjunto de interferências é mais visível. É na cidade que as fragilidades e as debilidades do processo de reprodução da vida, baseado nos moldes do capital, exhibe sua dimensão perversa, deixando claro qual a condições dos que não participam diretamente do processo de produção. Assim, uma parcela do grupo dos velhos se torna visível e a sua existência expõe fragilidades.

*Este esbozo sobre la trayectoria de mis estudios en el campo de la economía política tiende simplemente a demostrar que mis ideas, cualquiera que sea el juicio que merezcan, y por mucho que choquen con los prejuicios interesados de las clases dominantes, son el fruto de largos años de concienzuda investigación. Y a la puerta de la ciencia, como a la puerta del infierno, debería estamparse esta consigna: *qui si convien lasciare ogni sospetto. Ogni viltà convien che qui sia morta* (“abandónese aqui todo recelo / Mátese aqui cualquier vileza” (Dante). Karl Marx, Londres. Enero de 1859.

Introducción general a la crítica de la economía política.

¹⁴⁵ O capital é, portanto, um sistema poderoso e abrangente, tendo seu núcleo constitutivo formado pelo tripé Capital, Trabalho e Estado, sendo que estas três dimensões fundamentais são materialmente constituídas e inter-relacionadas, sendo impossível superá-lo sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende esse sistema. Sendo um sistema que não tem limites para a sua expansão (ao contrário dos modos de organização social anteriores, que buscavam em alguma medida o atendimento das necessidades sociais), o sistema de sociometabolismo do capital, tornar-se limite incontrolável. Fracassou na busca de controlá-lo, tanto as inúmeras tentativas efetivadas pela social-democracia, quanto à alternativa de tipo soviético, uma vez que ambas acabaram seguindo a linha de menor resistência do capital (MÉSZÁROS, 2002).

¹⁴⁶ Na esteira das formas, coisifica-se o homem e suas relações; suas obras e produtos lhe são subtraídos (CARLOS, 2003, p. 13).

A tentativa de sistematizar a pesquisa: os procedimentos metodológicos

A pesquisa em questão tem como foco de análise a relação estabelecida entre os velhos, especialmente aqueles que pertenciam à classe trabalhadora e que estão em condição de pobreza, e a cidade do Recife através do movimento de realização da vida cotidiana, que se apresenta através de fragmentos.

À medida que a condição de velhice e o processo de envelhecimento humano se apresentam como fenômenos de grande importância na configuração do mundo contemporâneo, haja vista o aumento sistemático da quantidade de pessoas com idades superiores ou igual a 60 anos, torna-se indispensável realizar reflexões que ajudem a entender a condição de vida dos velhos, bem como relacione a velhice com o lugar de realização da vida.

Alguns dados indicam que a quantidade de pessoas acima dos 60 anos muito em breve irá corresponder a aproximadamente de 30% da quantidade de pessoas no mundo. Frente a isso, o pensamento da humanidade tem que se voltar para essa parcela da sociedade que durante muito tempo é posta à margem das grandes discussões. Sendo assim, a questão do envelhecimento humano pode se apresentar como uma questão central para os estudos geográficos (geografia do envelhecimento), cabendo à geografia reflexões cada vez mais contextualizadas que relacionem a condição de vida dos velhos com o lugar da realização da vida.

Estudar, localizar e caracterizar a natureza do fenômeno do envelhecimento humano, observando e comparando suas formas de materialização evoca a necessidade de pesquisar as causas que o geraram, buscando a origem dos movimentos históricos que o fundamentaram sem perder o lastro com as questões espaciais onde estes fenômenos se materializam é uma das obrigações que se apresenta para a ciência contemporânea.

Esta pesquisa contribui com a reflexão sobre os fragmentos, possíveis de serem apreendidos, da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife. As discussões postas levaram a discussão sobre particularidades dos contextos em que estes velhos estão inseridos, sem que com isso houvesse, ao menos tentei assim proceder, uma determinação linear sobre o processo de envelhecimento humano. Evidenciei como dimensão procedimental a busca por marcas reais que revelam processos, em sentido amplo, que precisam ser analisados a partir de categorias geográficas.

Com o cuidado para não incorrer em anacronismos ou em reativar lógicas formais em terreno de lógicas dialéticas, é possível resgatar da tradição geográfica a ideia de que a materialidade dos fenômenos pressupõe um rastro geográfico que se identificado com cuidado pode ajudar na construção de pontos e procedimentos metodológicos que revelam, numa primeira aproximação, os movimentos e as transformações do fenômeno estudado.

Estas pontuações ajudam a imprimir um primeiro ordenamento das ações que impulsionam, sem determinar, o caminho da pesquisa. Fez-se interessante, entendendo os limites da abordagem, recorrer aos clássicos do pensamento geográfico e do pensamento social crítico para que eles ajudassem a pensar sobre a pertinência do tema em questão.

Ainda que o movimento de realização da vida não se restrinja a um ponto específico no espaço, e que estejamos mais interessados em aguçar a capacidade de entender o mundo em redes e a partir de diversas escalas simultâneas, o grau de imobilidade de parte dos velhos da cidade do Recife faz com que a relação de globalidade do fenômeno do envelhecimento crie particularidades no local, por isso, foi fundamental refletir sob que realidade o foco de análise está posto, identificando, sempre quando foi possível, qual a localização do que está sendo estudado e qual a extensão do fenômeno real, ainda que a delimitação do fenômeno seja o reflexo de descontinuidades espaciais.

A preocupação por tentar delimitar a velhice e o processo de envelhecimento que estão sendo trabalhados nesta pesquisa não inibe, senão potencializa, a necessidade de analisar, comparar e observar os fenômenos estudados com outros, pois ajuda a estabelecer as semelhanças, as diferenças e as particularidades das questões estudadas, possibilitando entender as virtualidades que compreendem o processo de envelhecimento na cidade do Recife. É indispensável entender quais as causalidades do processo de envelhecimento, tanto para as pessoas que envelhecem, quanto para a cidade que se transforma a cada novo momento.

Objetivamente a tese está inserida em um modelo de técnica de pesquisa qualitativa que lança mão de dados quantitativos para ajudar a compor os quadros fragmentados da realidade. Qualitativo porque o foco da análise centra preocupação em entender o processo de envelhecimento humano associado à forma de vida urbana. Faz-se indispensável requerer análises através de entrevistas que ajudam a revelar a condição humana na velhice.

Além destas preocupações de viés procedimental que ajudam na correção e na aplicabilidade do método, algumas técnicas de pesquisa foram aplicadas:

a) Pesquisa bibliográfica

A pesquisa bibliográfica para este trabalho foi realizada na perspectiva de recolher material teórico e metodológico capaz de orientar a construção das reflexões sobre o tema do envelhecimento, do envelhecimento estudado pela ciência geográfica e a construção de reflexões que ajudassem na construção de um método comprometido com a causa social e que fosse orientado pela teoria crítica de base marxista.

Sob essa intencionalidade, a revisão bibliográfica foi construída na perspectiva de superar a função de ser um elemento de comunicação com a produção do conhecimento sobre o problema de pesquisa e dos termos que os atravessa, entendendo-a também como um elemento fundamental na construção de leituras sobre a realidade, compreendendo a importância dos registros que nos servem de fonte secundária e em geral se apresentam como livros, mas que também englobaram as compilações, os artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais, bem como as comunicações de pesquisas em congressos, encontros e reuniões científicas, que foram compreendidas como registro e portadoras das relações de poder que se materializam através da linguagem e do discurso e que legitimam espaços de socialização, verbalização de conflitos, lutas sociais de diversas ordens e posicionamentos políticos e ideológicos de classes.

A pesquisa bibliográfica assim compreendida ajudou a dar sentido ao campo de lutas realizados pelos velhos e por grupos que estudam a condição da velhice na contemporaneidade. O conteúdo originado pela leitura e a interpretação das fontes bibliográficas assumiram, neste aspecto, uma aproximação ao pensamento do círculo bakhtiniano, notadamente aquele apresentado em “Marxismo e filosofia da linguagem”¹⁴⁷.

Inevitavelmente esse momento de análise se aproxima do sentido de *corpus* de pesquisa utilizado pelo círculo de Bakhtin, faz-se, no entanto, fundamental sinalizar muito claramente que está pesquisa não se trata de um estudo sobre a análise do discurso crítico desenvolvido por Bakhtin, senão que, identifico esse momento dos procedimentos metodológicos como semelhantes àqueles que compõem a análise bakhtiniana. A leitura

¹⁴⁷ O livro, isto é, o ato da fala impresso, constitui geralmente um elemento da comunicação verbal. Ele é objeto de discussões ativas sob a forma de diálogo e, além disso, é feito para ser apreendido de maneira ativa, para ser estudado a fundo, comentado e criticado no quadro do discurso interior, sem contar as reações impressas, institucionalizadas, que se encontram nas diferentes esferas de comunicação verbal (críticas, resenhas, que exercem influência sobre os trabalhos posteriores etc.). Além disso, o ato da fala sob a forma de livro é sempre orientado em função das intervenções anteriores na mesma esfera de atividade, tanto as do próprio autor como as de outros autores: ele decorre portanto da situação particular de um problema científico ou de um estilo de produção literária. Assim, o discurso escrito é de certa maneira parte integrante de uma discussão ideológica em grande escala: ele responde a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio etc. (BAKHTIN, 2012, p. 72).

crítica e contextualizada da bibliografia rendeu possibilidade de encontrar chaves analíticas para as questões teóricas e operacionais da tese em questão.

No entanto, , esta tese assumiu um comprometimento por entender o sentido real da construção das relações entre a cidade e os velhos, por isso, a definição do *corpus* da pesquisa correspondeu apenas a um momento teórico que aproximação ao sujeito- objeto, depois de construída um arcabouço teórico e metodológico foi necessário conduzir a pesquisa para a confrontação com a realidade.

b) Análise documental

Além do material bibliográfico, a pesquisa foi realizada também através de um acervo documental bastante amplo: foram estudados os principais instrumentos legais que possibilitaram a construção do direito ao envelhecimento, percorrendo as legislações e programas internacionais, mas com ênfase nos códigos brasileiros, em especial o estatuto do Idoso.

Como complemento das fontes documentais, também foram analisados os bancos de dados dos órgãos e agências oficiais que se responsabilizam por contar e analisar os dados das contagens populacionais. As fontes secundárias foram extraídas, por exemplo, dos censos demográficos do IBGE, do índice de envelhecimento elaborado pelo IPEA, das projeções sobre o crescimento populacional e a dinâmica do envelhecimento analisada pela ABEP.

Além disso, foram realizadas consultas à obras de artes de várias modalidades: pinturas, poesias, relatos, narrativas, contos e registros feitos livremente pelos velhos.

c) Observações (registros etnográficos – fenomênicos)

As observações, em geral, foram feitas antes e após a realização das entrevistas e ajudaram a contextualizar o mundo vivido dos entrevistados, com o objeto de entender e captar melhor o ambiente do qual cada as experiências e relatos brotavam, mas bem as condições subjetivas a que cada entrevistado estava apresentando, o que ajudou a selecionar melhor as abordagens e poder medir com mais ou menos acuidade o momento de parar com o processo ou de continuar com as questões, de acordo com os retornos dados pelos entrevistados.

As observações também foram feitas em momentos em que na minha ação cotidiana eu me deparava com algumas questões pertinentes ao tema, mas que não havia espaço para a

inserção ou debate, estas observações realizadas no cotidiano da cidade ajudaram a contextualizar e problematizar insights e inferências.

d) Entrevistas

Esta técnica de pesquisa contribuiu significativamente para a construção deste trabalho. Através desta técnica foi possível construir as reflexões e aproximações a partir dos sujeitos estudados, a partir dos encontros, falas e temas evocados foi possível compor o objeto desta tese.

Para proceder as entrevistas primeiro realizei a análise dos dados de população extraídos do Censo Demográfico realizado em 2010. Estas análises me levaram a definição de um perfil dos entrevistados, que foi entendido como o público alvo da pesquisa, mas que não foi restritivo a ponto de inviabilizar os possíveis entrevistados que se interessassem pelo projeto e quisessem contribuir com as suas histórias de vida.

A primeira definição foi quanto à condição socioeconômica, apesar de reconhecer a importância de entender o envelhecimento em todas as classes sociais, o interesse principal foi em pesquisar os sujeitos velhos que tivessem participado ou ainda participassem da classe trabalhadora, mas que tivesse uma renda igual ou inferior a dois salários mínimos. Para mim era importante entender como se dava a velhice e envelhecimento naquelas pessoas que estivessem localizadas fora do lugar de privilégios oferecidos pela acumulação de dinheiro. Em outras palavras, os sujeitos investigados são homens e mulheres pobres que tiveram uma trajetória laboral marcada pela ocupação de vagas de em atividades, em geral, subalternizadas no contexto da divisão do trabalho.

Outra caracterização sobre os velhos pesquisados nesta tese é que são todos vinculados à família, que em geral eram os provedores originais e que depois da aposentadoria continuam contribuindo com parcela significativa do orçamento familiar.

Além da classe social, outro marcador importante para a definição dos entrevistados foi o gênero, proporcionalmente o número de mulheres é bem maior do que o de homens, isso refletiu no universo pesquisado, foram 60% de mulheres e 40% de homens ao final do processo. Entre as entrevistas, o que não estava no objetivo principal, mas foi encontrado como questão derivada dos encontros e entrevistas, o tema da homossexualidade relacionada ao envelhecimento.

A idade dos velhos também foi outro fator de caracterização das entrevistas, desde a organização do guia tópico, a partir das análises dos dados estatísticos e da bibliografia, eu já

tinha claro que era preciso entrevistar pessoas que estivessem compreendidas na primeira faixa de envelhecimento, ou seja, pessoas com idade de 60 a 80 anos, pois estes têm um tipo de processo de envelhecimento, enquanto que aqueles que estão acima dos 80 anos apresentam outras características e outras necessidades, o que influencia diretamente na realização da vida cotidiana.

Em relação à idade como um marcador do envelhecimento, gostaria de fazer uma ressalva para concordar com a Sálvea Paiva (2014, p. 30) sobre essa questão cronológica da velhice é “pertinente lembrar que a ênfase na demarcação cronológica para designar etapas singulares da vida, numa perspectiva fragmentada do todo, é produto da modernidade”.

Sobre os procedimentos para a realização da entrevista ainda é importante informar:

De acordo com Gaskell (2002) a entrevista qualitativa é uma estratégia de coleta de dados que tem como objetivo central estabelecer ou descobrir as perspectivas sobre o objeto em análise. E tem como ponto de partida a necessidade de coletar informações sobre a organização social das vidas das pessoas que serão alvo da entrevista, entendendo que a origem das informações encontradas não tem vinculação com dados naturais, senão com ações e comportamentos construídos socialmente. Estas construções não são o resultado de um movimento teleológico, elas surgem do seio da vida cotidiana das pessoas.

As entrevistas ajudam a entender e fazer surgir o vivido das pessoas, por isso, elas fornecem dados capazes de fazer refletir sobre a realização da vida. Gaskell (2002, p. 65) define a entrevista como tendo “o objetivo de uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos”. A entrevista em profundidade é uma conversação que dura entre uma hora e uma hora e meia, sendo indicado que o pesquisador faça um número reduzido de entrevistas, para que ele possa analisar com detalhe os elementos que surgiram, uma vez que entrevistas desta modalidade se configuram como material textual extenso e de difícil análise. (GASKELL, 2002).

Em uma perspectiva procedimental, é fundamental compreender que para que a entrevista seja efetiva é preciso estabelecer 04 passos iniciais: Preparação; Planejamento; Seleção dos entrevistados e a introdução às técnicas de entrevistas individuais e grupais (GASKELL, 2002).

A preparação e o planejamento da entrevista estão intimamente relacionados à elaboração de uma espécie de Tópico Guia, que deve conter algumas características fundamentais, quais sejam: tem que ser elaborado para suprir os objetivos da pesquisa e deve servir de referência ao entrevistador durante a pesquisa; por isso o tópico guia proporciona o

monitoramento do desenvolvimento das entrevistas, ajudando o pesquisador a conduzir a introdução de temas pertinentes ao andamento do trabalho. Durante a realização das entrevistas pode existir a necessidade de modificações no tópico guia.

No tocante à seleção dos entrevistados é preciso estar atento ao fato de que na pesquisa qualitativa se está buscando uma amostra de ponto de vista, por isso não há uma metodologia específica para a seleção de entrevistados, principalmente porque o número de entrevistados é muito pequeno. Sobre isso, Gaskell (2002) chama atenção para a necessidade de imaginação social e científica do pesquisador.

Para que a entrevista seja realizada de forma profícua, o entrevistador tem que iniciar o processo com perguntas simples, interessantes e que não assustem o entrevistado. É fundamental que o entrevistador se apresente de forma interessada ao universo do entrevistado, além do que é fundamental que tudo seja realizado de forma tranquila e que o entrevistado tenha tempo para pensar e responder, por este motivo o momento de pausa deve ser respeitado e nenhuma pergunta deverá ser feita neste momento (GASKELL, 2002).

Ainda sobre a operacionalização das entrevistas as perguntas foram elaboradas com base no *Guia Cidade Amiga do Idoso* desenvolvido pela Organização Mundial da Saúde que tem como base 8 grandes áreas de conexão entre os velhos e a cidade, quais sejam: espaço público e privado; transporte; moradia; participação social; inclusão; emprego; comunicação e serviços de saúde.

A realização destas entrevistas contribuíram para me aproximar do envelhecimento através de pessoas que compartilharam um pouco de sua experiência de vida e contaram um pouco da sua trajetória em relação à cidade do Recife, ajudando a identificar, refletir analisar as barreiras, os constrangimentos e as táticas para a realização da vida cotidiana.

Originalmente a intenção era identificar os sujeitos para as entrevistas através do projeto da academia da cidade que conta com profissionais de educação física em momentos do dia em dias da semana específico e tem uma participação muito grande de pessoas acima dos 60 anos. Antecipo que essa estratégia de usar a estrutura da academia das cidades serviu apenas como uma introdução e uma aproximação a algumas pessoas, muitos dos participantes do projeto não se interessaram em contribuir com a pesquisa e outros que vieram a contribuir saíram de indicações de amigos que se sensibilizaram com o tema e se dispuseram a conversar sobre a sua condição de vida.

Por conseguinte, as academias da cidade não foram tomadas como o lugar de encontro com os sujeitos entrevistados, mas como primeira aproximação, como uma ferramenta de contato com os diversos sujeitos e a partir daí foi se ampliando as conexões e chegando nas

peessoas dispostas a contribuir com suas falas, memória e tempo para entender os sentidos da velhice.

Na cidade do Recife as academias da cidade estão distribuídas em quase toda cidade, geralmente postas em lugares de grande circulação como praças, parques e na orla marítima, mas também estão presentes em comunidades e aglomerados urbanos em zonas de vulnerabilidade socioeconômica.

Atualmente a cidade conta com trinta e três (33) academias ativas, além de outras dez (10) em processo de implantação. Dentre as 33 academias da cidade foram identificadas aquelas que estão localizadas em áreas onde o índice de envelhecimento (ver quadro 02) é maior e que, de uma forma geral, há uma concentração de pessoas com renda inferior a 5 salários mínimos. Vale salientar que a cidade do Recife apresenta uma grande desigualdade social concentrada em unidades territoriais muito pequenas, o que dificulta a separação das acadêmicas da cidade em zonas de concentração de pobreza. Não obstante, alguns bairros tradicionalmente considerados como bairros de uma “elite” econômica foram retiradas da amostra, como, por exemplo, o bairro de boa viagem localizado na zona sul da cidade e os bairro da jaqueira, casa forte, apipucos e aflitos, localizados na zona norte da cidade.

Em relação ao índice de envelhecimento, foram priorizados aqueles bairros que apresentam índices próximos a 10, tanto níveis um pouco inferiores, como níveis superiores.

O índice de envelhecimento é um recurso metodológico fundamental para a classificação do envelhecimento populacional. O índice consiste estabelecer uma relação entre os indivíduos com idade maior igual a 60 e o grupo de pessoas menores que 15 anos, ou seja, o índice estabelece qual a quantidade de velhos existentes em uma determinada localidade em relação a um grupo de 100 pessoas menores que 15 anos, no ano considerado.

Do universo de 33 academias da cidade foram iluminadas 6 que tinham potencialidade de apresentar pessoas com o perfil desejado para a realização das entrevistas, como pode ser visto no quadro 01, apresentado abaixo.

Quadro 01 - Relação dos 33 polos da academia da cidade, com os 6 polos selecionados para a pesquisa

Polo	Local
13 de Maio	Parque Treze de Maio
Santo Amaro/João de Barros	Av Agamenon Magalhães – Próximo à Reitoria da UPE
Perola Francisca dos Passos	Comunidade Coque, próximo à passarela do Viaduto Capitão Temudo, na Ilha Joana Bezerra
Miguel de Cervantes	Praça Miguel de Cervantes – Próximo ao Hospital Esperança, na Ilha do Leite
Hipódromo	Rua Gaspar Regueira – Praça do Hipódromo
Ilha do Joaneiro	Av Agamenom Magalhães – Próximo ao Unicordes

Alto do Capitão	Rua Tupiraçaba – Próximo à Associação de Moradores
Sítio da Trindade	Estrada do Arraial – Dentro do Sítio da Trindade, em Casa Amarela
Praça da Jaqueira	Rua do Futuro – Parque da Jaqueira
Centro de Saúde Senador José Ermírio de Moraes	Avenida 17 de Agosto – Casa Forte
Morro da Conceição	Praça Nossa Senhora da Conceição
Engenho do Meio	Praça Arnaldo Assunção
Torrões / Av. do Forte	Praça do Arraial Novo de Bom Jesus – Torrões
Beira Rio / Torre	Avenida Beira Rio – Torre
Praça do Poeta	Avenida Caxangá – Próximo ao Caxangá Golf Club
Jardim São Paulo	Praça de Jardim São Paulo
San Martin	Avenida General San Martin – Pátio de Eventos Noel Rodrigues
Praça da Vitória	Av. Pernambuco – Ibura
Boa Viagem	Av. Boa Viagem – 2º Jardim de Boa Viagem
Lagoa do Araçá	Avenida José Ferreira Lins – Imbiribeira
Praça do IPSEP	Praça da Sudene – Avenida Senador Robert Kennedy
Brasília Teimosa	Av. Brasília Formosa
Praça do Chié	Av. Agamenon Magalhães – bairro de Campo Grande
Praça Pinto Damaso	Av. Afonso Olindense – Várzea (Praça Pinto Damazo)
Praça Simão Borba	Rua Simão Borba – Vila Tamandaré, Estância
Praça Heróis da Restauração	Ruas Ipojuca – Areias
Praça do Burity	Avenida Norte – Próximo à antiga fábrica da Macaxeira
Praça Alfredo Pinto / Vila das Lavadeiras	Rua Palmares – Areias (Praça Alfredo Pinto)
Cafesópolis	Rua Cafesópolis – Próximo à Avenida Mascarenhas de Moraes, na Imbiribeira
Um por Todos	Vasco da Gama
Roda de Fogo	Rua Arthur Coutinho – Torrões
Jordão Baixo	Av. Alberto Lundgren
Praça do Salgueiro	Próximo à Avenida Caxangá, na Iputinga

Fonte: <http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoess/projetos/academia-da-cidade/#sthash.TPOdYG2V.dpuf>

Quadro 02 - Índice de Envelhecimento da cidade do Recife por bairro, maior igual a 9,28, identificados em amarelo os bairros onde foram realizadas as entrevistas.

Bairro	Índice de envelhecimento, 2010
01 Boa Vista	13,15
02 Cabanga	12,17
03 Cajueiro	9,72
04 Casa Amarela	9,96
05 Casa Forte	10,28
06 Derby	10,11
07 Encruzilhada	12,54
08 Espinheiro	12,06
09 Graças	10,19
10 Hipódromo	12,64
11 Ilha do Leite	11,47
12 Ipsep	10,01
13 Paissandu	10,73
14 Poço	9,31
15 Rosarinho	10,13
16 Santo Antônio	16,70
17 Soledade	13,45

18	Tamarineira	10,20
19	Torreão	12,33
Total Recife		6,50

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (2005).

Aliado a estes procedimentos acima referidos será comprometido como procedimentos adotados na pesquisa, o aprofundamento das reflexões teóricas e conceituais sobre o processo de envelhecimento humano e sobre o espaço urbano, obedecendo à seguinte lógica: *i)* Sistematização de dados e perspectivas teóricas para auxiliar o entendimento da produção do espaço e do envelhecimento humano; *ii)* Identificação do conjunto de leis, normas e o conjunto de ações em diversas escalas que entendam o processo de envelhecimento humano como fundamento das reflexões; *iii)* Identificação das condições do conjunto de infraestruturas relacionadas ao acesso e à mobilidade urbana, identificando as dificuldades e potencialidades materializadas no espaço em relação à condição do velho na sociedade.

Figura 07: Nacho Puerto (2004). Anciana Senil.

Nesta reprodução da tela de Nacho Puerto é possível refletir sobre um dos aspectos da velhice, aquele em que o processo de envelhecimento já se dá de forma avançada, condição está revelada, principalmente, pelo corpo. Daí, talvez o título da obra, “*anciana senil*”, não ser de fato uma tautologia. De acordo com a Real Academia Espanhola, o adjetivo “*anciano*” é atribuído a uma pessoa de muita idade, e o adjetivo *senil* caracteriza a pessoa de muita idade dando atenção para a sua decadência física. O artista, então, demonstra entender que o processo de envelhecimento e a velhice não são homogêneos.

A Velhice Pede Desculpas

*Tão velho estou como árvore no inverno,
vulcão sufocado, pássaro sonolento.
Tão velho estou, de pálpebras baixas,
acostumado apenas ao som das músicas,
à forma das letras.
Fere-me a luz das lâmpadas, o grito frenético
dos provisórios dias do mundo:
Mas há um sol eterno, eterno e brando
e uma voz que não me canso, muito longe, de ouvir.
Desculpai-me esta face, que se fez resignada:
já não é a minha, mas a do tempo,
com seus muitos episódios.
Desculpai-me não ser bem eu:
mas um fantasma de tudo.
Recebereis em mim muitos mil anos, é certo,
com suas sombras, porém, suas intermináveis sombras.
Desculpai-me viver ainda:
que os destroços, mesmo os da maior glória,
são na verdade só destroços, destroços.*

Cecília Meireles

A primeira parte deste trabalho tem como finalidade apresentar uma discussão sobre as definições de velhice e de envelhecimento. É fundamental ter claro que a ideia de velhice é uma construção social e como tal encontra na modernidade características específicas para a sua definição, por isso, tratar da velhice no tempo contemporâneo não pressupõe os mesmos entendimentos que em períodos anteriores.

Um das diferenças da modernidade em relação às outras etapas do desenvolvimento da humanidade é que nunca um número tão grande de pessoas conseguiu sobreviver ao tempo. O que marca peculiaridades fundamentais, principalmente quando se entende que há uma transformação na compreensão de mundo e que o projeto de humanidade foi consideravelmente transformado em nome de uma inevitabilidade do capital e suas características de reprodução. É importante perceber que a condição da velhice e do envelhecimento assumem variações quanto às características biológicas, psicológicas e sociais.

Existem tantas velhices quantas forem as possibilidades de articulação dos elementos que dão o sentido à reprodução da vida, por isso, podemos classificar os processos de envelhecimento em três dimensões: envelhecimento biológico, envelhecimento populacional e envelhecimento humano. Para estudar a geografia do envelhecimento é preciso recuperar as trajetórias do envelhecimento e revelar as construções possíveis entre a sociedade e as representações sobre a velhice e o envelhecimento. É fundamental entender o envelhecimento como um processo de importância espacial significativa, independente do estágio de envelhecimento da população, este é só um detalhe quantitativo do processo, muito importante, mas o envelhecimento e as implicações para os estudos geográficos são mais amplos que as definições de concentração de dispersão de grupos populacionais envelhecidos.

Entendendo estas especificidades na construção referencial sobre a velhice e o envelhecimento, faz-se importante estudar com profundidade o recorte espacial selecionado, neste sentido, poder ter uma aproximação ao fenômeno e apresentar as características gerais do envelhecimento em um determinado recorte ajuda a compreender as inserções temáticas possíveis. Os estudos da geografia do envelhecimento, e de qualquer fenômeno real, sempre compreendem uma dimensão descritiva que ajuda a aproximar às reflexões críticas, transformando as tendências e os números em histórias reais, dando drama e sentido aos processos relacionados a uma parcela da sociedade.

Capítulo 01 : Envelhecimento – Definições

É bom envelhecer! Sentir cair o tempo, magro fio de areia, numa ampulheta inexistente! Passam casais jovens abraçados!... As árvores /balançam novos ramos!... E o fio de areia a cair, a cair, a cair...

Saúl Dias, Envelhecer

*Jeder will alt werden, aber niemand will alt sein
(Todos querem se tornar velho, mas ninguém quer ser velho)*
Martin Held

Aproximações às definições de velhice e envelhecimento.

Com a intenção de iniciar essa discussão com todo o cuidado e delicadeza que ela merece, vou pedir licença aos leitores para utilizar a mesma história escrita por Simone de Beauvoir na introdução do seu livro sobre a velhice:

Quando Buda era ainda o príncipe Sidarta, encerrado por seu pai num magnífico palácio, dele escapuliu várias vezes para passear de carruagem nas redondezas. Na primeira saída, encontrou um homem enfermo, desdentado, todo enrugado, encanecido, curvado, apoiado numa bengala, titubeante e trêmulo. Espantou-se, e o cocheiro lhe explicou que era um velho: “Que tristeza – exclamou o príncipe – que seres fracos e ignorantes, embriagados pelo orgulho próprio da juventude, não vejam a velhice! Voltemos rápido para casa. De que serve os jogos e as alegrias, se eu sou a morada da futura velhice? Buda reconheceu num velho seu próprio destino porque, nascido para salvar os homens, quis assumir a totalidade de sua condição. Nisso diferia deles: os homens eludem os aspectos de sua natureza que lhes desagradam. E, estranhamente, a velhice (BEAUVOIR, 1990, p. 7).

Este parece ser um bom ponto de entrada para começar a refletir sobre a velhice e o envelhecimento. Seja ele entendido como condição humana, seja entendido como processo inevitável à vida, por mais que as pessoas saibam de sua existência, estes elementos são constantemente eludidos de sua existência e por isso, a velhice não assumida acaba sendo temerária para aqueles que são surpreendidos com a sua inexorabilidade. O que nos faz retornar para o segundo fragmento de texto apresentado na epígrafe ao capítulo: “Jeder will alt werden, aber niemand will alt sein – todos querem se tornar velhos, mas ninguém quer ser velho”. Assim posta, a velhice parece ser concorde com uma passagem da existência em que

as pessoas que vivem, aparentemente, já não aparecem como protagonistas sociais, assim, quase que involuntariamente, a velhice e o envelhecimento são afastados e negados¹⁴⁸.

Simone de Beauvoir fazendo referência ao pensamento de Proust nos lembra:

Levamos tão longe esse ostracismo que chegamos a voltá-lo contra nós mesmos; recusamos-nos a nos reconhecer no velho que seremos: “De todas as realidades, [a velhice] é, talvez, aquela de que conservamos por mais tempo, ao longo da vida, uma noção puramente abstrata” (BEAUVOIR, 1990, p. 10-11).

A velhice e o envelhecimento quando vistos de forma isolada não ajudam a compreender a condição humana, pois, normalmente quando tratados são desvinculados da sua condição de subtotalidade em relação à totalidade sociedade.

Com essa atenção e ajuste metodológico, estudar e escrever sobre o processo de envelhecimento ou sobre a condição da velhice, no âmbito das ciências sociais, só assume condição de centralidade se entendemos a velhice e os processos que caracterizam o envelhecimento, nos tempos atuais, como uma produção da modernidade.

Não obstante, historicamente, o pensamento sobre a velhice e sobre o processo de envelhecimento são naturalizados e pensados como atributos antropológicos inerentes à condição de vida dos seres, o que obviamente o é, mas que não corresponde a totalidade das questões, uma vez que uma visão sobre a velhice como uma condição antropológica e o envelhecimento como um conjunto de processos que levam à condição da velhice acaba, de um lado, valorizando apenas os elementos biológicos e cronológicos e, de outro lado, considerando as formações culturais do envelhecer como se estes elementos explicassem a vida dos velhos em sociedade.

Esta concepção e o consequente enclausuramento da velhice a uma parcela do processo de (re)produção social corresponde a uma visão reduzida da condição dos velhos e da velhice, entender estes conceitos desta forma seria reduzir a realidade a parâmetros muito generalizados, desconsiderando a força da influência da produção econômica do mundo e as consequentes divisões do trabalho, das classes sociais e dos elementos políticos que interferem na construção de concepções de mundo e que influenciam diretamente na prática social.

¹⁴⁸ “Todos os homens são mortais: eles pensam nisso. Um grande número deles fica velho: quase nenhum encara com antecedência este avatar: Nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais imprevisto que a velhice. Quando lhes perguntamos sobre seu futuro, os jovens, sobretudo as moças, interrompem a vida no máximo aos 60 anos. Algumas dizem: “eu não chego lá, vou morrer antes”. E outras, até mesmo: “Eu me mato antes” (BEAUVOIR, 1990, p. 11).

Não raro, encontramos definições sobre a velhice e o processo de envelhecimento que indicam uma pseudo-homogeneidade, o que limita significativamente as reflexões em profundidade sobre a vida dos velhos no contexto da totalidade social. Outro elemento que interfere nas reflexões sobre a velhice e sobre o processo de envelhecimento está relacionado à polissemia e à ambiguidade associada a estes termos, ou seja, não é muito claro quais são os significados associados aos termos velhice e envelhecimento. Principalmente quando o debate é construído com base no senso comum.

A discussão sobre o processo de envelhecimento e a velhice não se dá sem contradições, a construção das definições destes termos sempre é feita fortemente influenciada pelo universo categorial e ideológico localizado no sujeito da fala. Simone de Beauvoir (1990, p. 17), ajuda-nos a enxergar essas construções comprometidas quando traz para o debate a definição de envelhecimento de um gerontologista americano:

O gerontologista americano Lansing propõe a seguinte definição de envelhecimento: “um processo progressivo de mudança desfavorável, geralmente ligado à passagem do tempo, tornando-se aparente depois da maturidade e desembocando invariavelmente na morte”.

Obviamente, chama a atenção de Simone de Beauvoir, que a definição de envelhecimento tenha carregado em si um entendimento complicado sobre o significado da palavra “desfavorável”, definir se algo é favorável ou desfavorável implica necessariamente um juízo de valor. É preciso que haja a definição muito clara sobre quais são os objetivos de estar vivo para que seja possível definir se o processo de envelhecimento foi favorável ou desfavorável, uma vez que está envolvida uma noção hierárquica em relação às idades e sobre as expectativas sociais sobre o papel de cada idade separadamente, esta questão precisa ser observada com bastante cuidado.

Há uma tradição formal nas análises sobre a velhice e sobre o envelhecimento que precisam ser radicalmente superadas. O primeiro exercício é – mesmo compreendendo a velhice e o envelhecimento pertencentes ao mesmo processo de (re)produção social, por isso, integrados a uma totalidade – diferenciar, ao menos como forma de encontrar as determinações, a velhice e o envelhecimento. Nas linhas já escritas já foram apresentadas algumas pistas para entender essas duas definições.

Iniciaremos com a tentativa de apresentar uma definição de envelhecimento. O envelhecimento é um processo que incide sob todas as coisas que existem, neste sentido, o envelhecimento está fortemente associado à contagem e marcação do tempo que se impõe às

coisas. Em outras palavras, e no limite da interpretação, o envelhecimento se apresenta como o processo pelo qual as coisas exibem a capacidade de resistir às intemperes do tempo.

Apesar de que a noção do significado da palavra envelhecimento ser quase que autoexplicativa, senti necessidade de ir buscar a origem da palavra. Com base no dicionário Houaiss (2015, versão on-line) da língua portuguesa, a palavra envelhecimento está relacionada “ao ato ou efeito de envelhecer” que tem como aplicabilidade corrente três possibilidades, sendo que uma delas está relacionada ao processo de fermentação e maturação do vinho, o que não nos ajuda muito, descartemos-a. No entanto, as duas outras concepções nos serve: 1) “ao ato ou efeito de tornar-se velho, mais velho, ou de aparentar velhice ou antiguidade” e 2) “ato ou efeito de dar, artificialmente, a aparência ou as qualidades do que é velho”. Frente a estas concepções associadas às definições da língua, é possível estabelecer algumas aproximações que nos ajudam a compor uma linha de pensamento.

O envelhecimento é um processo. Isso, está claro, e como processo tem relação direta com os estágios da vida humana, que levam inexoravelmente à morte. No caminho até o fim biológico há uma vida (social, política, econômica e cultural) que marca as qualidades e as particularidades desse processo, por isso é fundamental entender que os processos relacionados à realização da vida coincidem com o processo de envelhecimento.

(...) todos nós começamos a envelhecer no momento em que nascemos: pode-se dizer que o nascimento provoca o envelhecimento – este não é possível sem aquele. Assim que você compreende o envelhecimento como algo presente por todo o ciclo de vida, como algo que está ocorrendo neste instante com todos nós, independentemente da idade, começa a vê-lo por uma perspectiva diferente daquele padrão no qual somos jovens e, de repente, quando chegamos a determinado limiar (25, 30, 40, 50 – pode escolher), cruzamos a barreira do “envelhecimento” (KARPF, 2015, p. 25).

Não apenas a velhice, aquela apresentada por Beauvoir e respaldada em Proust, mas também o processo de envelhecimento em si também é fortuitamente negado pelos vivos, ambos (velhice e envelhecimentos), são anunciados desde muito cedo, mas porque negligenciados, parecem que tomam os seres de assalto.

O limiar que divide uma aceitação e a negação destes processos é arbitrariamente construído, por isso, muito difícil de ser objetivamente localizado, pois depende sempre das influências sociais e culturais, mediadas pelas características biológico-naturais, sintetizadas pelas condições psicológicas do sujeito que envelhece e da sociedade que abriga o envelhecimento.

Para a psicologia há uma pequena divergência sobre quando começa o envelhecimento, envelhecer pode ser entendido como processo pelo qual o indivíduo é submetido desde a sua concepção e se estende até a sua morte, ou pode ser entendido como um estágio que se dá depois da maturação do indivíduo, por isso só se instalaria depois do organismo (corpo e mente) terem alcançado o desenvolvimento pleno de suas capacidades (Quando isso ocorre? Questão extremamente difícil).

O envelhecimento é o conjunto dos processos [...] experimentados por um organismo após a sua fase de desenvolvimento. Ele não é sinônimo de velhice. A velhice é o estado que caracteriza um grupo de idade específico, o de pessoas com mais de 60 anos. [...] Envelhecimento e desenvolvimento são conjuntos de um fenômeno dinâmico que lembram as transformações do organismo de natureza biológica ou psicológica em função do tempo (FONTAINE, 2010, p. 11).

A psicologia do desenvolvimento tem historicamente se debruçado com mais ênfase e obstinação por entender a questão da infância e da adolescência como fases fundamentais para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos, desde os estudos clássicos de Erick Erikson (1976; 1998).

A teoria do desenvolvimento baseada nos estudos de Erikson (1976; 1998) propõe que existem oito estágios psicossociais que acompanham os indivíduos desde o nascimento até a sua morte, por isso, ele distingue, associativamente oito grupos etários em que o desenvolvimento se dá. As teorias do desenvolvimento psicológico se concentram em entender a infância e a adolescência como momentos fundamentais para a construção da personalidade do indivíduo, quase que estabelecendo um corte arbitrário da capacidade de se desenvolver para além da condição de adulto.

Em um esquema estrutural, dos oito estágios psicossociais identificados por Erikson, quatro estão destinados à infância e à juventude, três à vida adulta e um à velhice. O processo de envelhecimento é instaurado a partir da vida adulta e a velhice é aprisionada em uma perspectiva homogênea em que a condição do velho é entendida como a última fase da vida em que as potencialidades do indivíduo são reduzidas em todos os âmbitos. Em todas as fases Erikson (1976) considerou a existência de crises e vinculações positivas e negativas que precisam ser vividas e superadas. Todos estes estágios, apresentados por Erikson, são fundamentais para a construção psicossocial dos indivíduos, ou seja, cada estágio é fundamental para entender a totalidade da personalidade, por isso, não só as etapas, mas as suas superações são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social. O núcleo de

cada estágio é uma crise básica, que existe não só durante aquele estágio específico, mas também nos posteriores.

Com base nesta teoria resumimos os oito estágios no quadro (03):

Quadro 03 – Os oito estágios do desenvolvimento psicossocial em Erick Erikson.

Estágio Psicossocial	Características
Confiança vs. Desconfiança (até 1 ano)	Durante o primeiro ano de vida a criança é substancialmente dependente das pessoas que cuidam dela, requerendo cuidado quanto à alimentação, higiene, locomoção, aprendizado de palavras e seus significados, bem como estimulação para perceber que existe um mundo em movimento ao seu redor. O amadurecimento ocorrerá de forma equilibrada se a criança sentir que tem segurança e afeto, adquirindo confiança nas pessoas e no mundo.
Autonomia vs. Vergonha e Dúvida (2 e 3 anos)	Neste período a criança passa a ter controle de suas necessidades fisiológicas e responder por sua higiene pessoal, o que dá a ela grande autonomia, confiança e liberdade para tentar novas coisas sem medo de errar. Se, no entanto, for criticada ou ridicularizada desenvolverá vergonha e dúvida quanto a sua capacidade de ser autônoma, provocando uma volta ao estágio anterior, ou seja, a dependência.
Iniciativa vs. Culpa (4 e 5 anos)	Durante este período a criança passa a perceber as diferenças sexuais, os papéis desempenhados por mulheres e homens na sua cultura (conflito edipiano para Freud) entendendo de forma diferente o mundo que a cerca. Se a sua curiosidade “sexual” e intelectual, natural, for reprimida e castigada poderá desenvolver sentimento de culpa e diminuir sua iniciativa de explorar novas situações ou de buscar novos conhecimentos
Construtividade vs. Inferioridade (dos 6 aos 11 anos)	Neste período a criança está sendo alfabetizada e freqüentando a escola, o que propicia o convívio com pessoas que não são seus familiares, o que exigirá maior sociabilização, trabalho em conjunto, cooperatividade, e outras habilidades necessárias. Caso tenha dificuldades o próprio grupo irá criticá-la, passando a viver a inferioridade em vez da construtividade
Identidade vs. Confusão de Papéis (dos 12 aos 18 anos)	O quinto estágio ganha contornos diferentes devido à crise psicossocial que nele acontece, ou seja, Identidade Versus Confusão. Neste contexto o termo crise não possui uma acepção dramática, por tratar-se de algo pontual e localizado com pólos positivos e negativos.
Intimidade vs. Isolamento (jovem adulto)	Nesse momento o interesse, além de profissional, gravita em torno da construção de relações profundas e duradouras, podendo vivenciar momentos de grande intimidade e entrega afetiva. Caso ocorra uma decepção a tendência será o isolamento temporário ou duradouro.
Produtividade vs. Estagnação (meia idade)	Pode aparecer uma dedicação à sociedade à sua volta e realização de valiosas contribuições, ou grande preocupação com o conforto físico e material.
Integridade vs. Desesperança (velhice)	Se o envelhecimento ocorre com sentimento de produtividade e valorização do que foi vivido, sem arrependimentos e lamentações sobre oportunidades perdidas ou erros cometidos haverá integridade e ganhos, do contrário, um sentimento de tempo perdido e a impossibilidade de começar de novo trará tristeza e desesperança

Fonte: Adaptado de Erik Erikson (1998, p. 37-101).

Assim postos, os estágios de Erikson, apesar de ajudar a entender o processo de envelhecimento em associação com o desenvolvimento psicossocial dos indivíduos, acaba por reduzir o entendimento da velhice como possibilidade, faz parecer que o processo envelhecimento conduz a uma inevitável homogeneidade, o que não corresponde com a realidade.

A construção sobre que é o envelhecimento, de forma ampla, precisa ser verificada. Anne Karpf (2015), por exemplo, reforça que o envelhecimento se dá desde o momento do nascimento, por isso, para ela, quando apresentados à vida, os indivíduos, em função dos códigos sociais que lhes são impostos, anseiam veementemente se livrar das amarras que lhes são impostas. Compreendido desde o momento de existência da vida, o processo de envelhecimento guarda como potencia a liberdade.

Quando se é jovem, envelhecer significa se libertar da tirania dos pais, fazer as próprias escolhas e ganhar mais controle sobre a própria vida. Envelhecer, quando se é criança, é inteiramente visto como o meio através do qual suas capacidades (andar, falar, escrever e raciocinar) se desenvolvem e é celebrado como a rota para a independência. É no 18º aniversário que se grita: “Finalmente!” (KARPF, 2015, p. 26).

Talvez o espírito contestador da adolescência, associado à vontade de emancipação e ao início do empoderamento dos desejos e das vontades, fez com que a tradição psicológica considerasse por muitos anos que a formação de uma pessoa cessa nesta fase.

Inevitavelmente, o envelhecimento é um processo que se dá como reflexo de uma construção, ora pessoal, ora coletiva, resultado de um universo categorial que vai marcando as transformações ocorridas com os indivíduos e com grupos sociais ao longo tempo, sempre em relação ao espaço.

Esse quadro referencial que tem como base a experiência concreta do viver é constantemente tensionado pela incapacidade do homem de enxergar o movimento da totalidade, fazendo com que cada etapa da vida seja construída como um drama inescapável, ou seja, acaba sendo uma visão parcial e alienada na experiência e viver, por isso cada estágio, cada etapa está acompanhada de uma crise fundamental. Analisar e entender a dramaticidade de cada um destes estágios também ajuda a revelar o sentido do processo de envelhecimento¹⁴⁹.

¹⁴⁹ Essa é uma das ideias centrais que ajudam a problematizar o processo de envelhecimento humano como uma totalidade, acredito que muitos trabalhos podem ser feitos nesta direção. Entretanto, sem comprometer a análise,

Para ilustrar as crises pelas quais os indivíduos passam durante o processo de envelhecimento, talvez seja interessante tentar entender o ponto médio que faz com que as pessoas deixem de sonhar com o envelhecimento e o momento em que o envelhecimento aparece como uma barreira para a manutenção da vida adulta.

Depois do grito do “finalmente!” provocado pelo marco dos 18 anos e o mito da independência em relação aos pais, momento este em que o desejo de envelhecer encontra a sua materialidade, chega a fase de assumir a vida adulta e um outro devir preenche o imaginário coletivo: até quando vai durar a minha juventude?

Mas então, de forma quase imperceptível, essa visão do envelhecimento começa a mudar: para a maioria de nós, provavelmente aos 20 e poucos anos, a antecipação e o otimismo passam a vir acompanhados, às vezes até substituídos, por ansiedade e até medo. O breve interlúdio da liberdade sem responsabilidade termina, e as exigências da vida adulta, como precisar se sustentar, começam a aparecer (KARPF, 2015, p. 26).

Neste novo cenário real e concreto que se monta a experiência de vida, envelhecer já não parece ser um processo tão desejado¹⁵⁰. As grandes escolhas, os caminhos assumidos para a manutenção da vida adulta, os empecilhos, conflitos, problemas e grandes transformações vinculadas a uma vida ativa, intelectual, social e economicamente, geram uma ilusão de “eternidade” nos indivíduos, mas essa eternidade começa a ficar ameaçada pelo contínuo processo de envelhecimento.

Ficar mais velho começa a parecer mais uma perda do que um ganho, algo a que devemos resistir. Por volta dos 25 anos, as pessoas têm o direito de fazer praticamente tudo pelo que ansiaram antes, e agora o resto da vida começa a se desenrolar assustadoramente (KARPF, 2015, p. 26).

A velocidade da transformação da vida vem diretamente relacionada com o tempo de vida gasto para tentar ser aquilo que se sonhou como imposição de uma lógica estranha à condição essencialmente humana. É, mais ou menos, aquilo que o ex-presidente do Uruguai, José Mujica, explica:

nesta tese, as reflexões sobre o envelhecimento irão se concentrar no período da velhice, pois este recorte tenta atender a um conjunto de objetivos já apresentados anteriormente.

¹⁵⁰ “A atitude da sociedade para com os velhos é [...] profundamente ambígua. Em geral, ela não encara a velhice como uma fase da idade nitidamente marcada. A crise da puberdade permite traçar entre o adolescente e o adulto uma linha de demarcação que é arbitrária apenas dentro de limites estreitos: com 18 anos, com 21 anos, os jovens são admitidos na sociedade dos homens. Quase sempre os “ritos de passagem” envolvem esta promoção. O momento em que começa a velhice é mal definido, varia de acordo com as épocas e lugares. Não se encontram em parte alguma “ritos de passagem” que estabeleçam um novo estatuto” [talvez o marco da aposentadoria, mas que não funciona como um ritual naturalizado] (BEAUVOIR, 1990, p. 9).

Inventamos uma montanha de consumo supérfluo, e é preciso jogar fora e viver comprando e jogando fora. E o que estamos gastando é tempo de vida. Porque quando eu compro algo, ou você, não compramos com dinheiro, compramos com o tempo de vida que tivemos de gastar para ter esse dinheiro. Mas com esta diferença: a única coisa que não se pode comprar é a vida. A vida se gasta. E é miserável gastar a vida para perder liberdade¹⁵¹.

A maneira como vivemos a vida, a maneira como comprometemos o tempo de vida faz com que a nossa compreensão do mundo mude constantemente, por isso, não há como negar que a visão de estagnação, apresentada por Erikson (1998), não consegue entender os sentidos da construção psicossocial, o processo de envelhecimento corresponde ao processo de vida, e como tal apresenta como desafio a superação das impossibilidades para a realização da vida. Como vivemos a alienação provocada pelo fetiche pelas coisas produzidas pelo mundo capitalista, a nossa percepção de mundo nega a totalidade, por isso, o esforço por construir uma concepção de mundo e não apenas percepções de mundo.

As reflexões mais contemporâneas entendem que as modificações psicológicas, ou psicossociais, para usar o termo de Erikson (1976; 1998), acontecem ao longo de toda a vida, por isso, inclusive na psicologia a vida tem que ser vista como vida total, ou seja, a existência, está essencialmente vinculada à totalidade do mundo em movimento.

Os psicólogos franceses são historicamente mais interessados na criança e no adolescente do que na pessoa idosa. Esta orientação provocou a sustentação de uma obstinada ideia, a de que a evolução de uma pessoa se interrompe no final da adolescência, o envelhecimento sendo um fenômeno de involução, isto é, uma volta à infância. A abordagem *long life-span* é, em compensação, uma abordagem “vida total”. Ela insiste no fato de que profundas modificações psicológicas podem ser observadas ao longo de toda a vida. Ela diversifica nitidamente o princípio de Freud segundo o qual a nossa estrutura mental se constrói durante a nossa infância e que durante toda a nossa vida aprendemos a “conviver” mais ou menos bem com isso. A compreensão do envelhecimento necessita, então, de uma abordagem “vida total”. (FONTAINE, 2010, p. 12, grifo nosso)

Como consequência dos estudos realizados na perspectiva de vida total, a psicologia do envelhecimento avança significativamente na tentativa de estudar com mais atenção os processos relacionados à vida dos indivíduos que sobrevivem ao tempo. Na esteira destes estudos é indispensável perceber as sutilezas do processo de construção do material teórico que revele as características associadas ao processo de envelhecimento. Inequivocamente as

¹⁵¹ Tradução feita pela redação da versão on-line do El País Brasil:
Cf. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/17/internacional/1442483934_276253.html

reflexões teóricas realizadas no âmbito da psicologia e que nos ajudam a entender os pontos de entrada dos indivíduos em relação à sociedade ajudam a entender a construção do ser, como um processo contínuo, revela particularidades.

Com as sistematizações realizados por Fernández (2007), é-nos possível entender os nuances vinculados ao universo do vivido, estes nuances revelam como as etapas ou consequências das relações privadas, sociais e culturais vivenciadas no envelhecimento podem assumir vieses de interpretação da velhice a partir das ideias de: *desvinculação*¹⁵², *modernização*¹⁵³, *atividade*¹⁵⁴, *continuidade*¹⁵⁵, *concorrência*¹⁵⁶, *subcultura*¹⁵⁷ e/ou *estratificação por idades*¹⁵⁸. Estes conceitos tomados emprestados da psicologia social nos ajuda a pensar a evolução contemporânea do envelhecimento, revelando características

¹⁵² “La teoría de la *desvinculación* fue una de las primeras que intentó estructurar de una manera comprensiva la posición de los mayores en la sociedad (CUMMING e HENRY, 1961). Se considera que durante el envejecimiento las personas experimentan una separación gradual de la sociedad, un decrecimiento de interacciones entre la persona y su medio. Este retraimiento se manifiesta sobre todo en el momento de la jubilación, como referente fundamental en el alejamiento de la vida productiva” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 63).

¹⁵³ “La teoría de la *modernización* pretende explicar los cambios en el estatus de las personas mayores, a partir de las modificaciones de los sistemas sociales en función del grado de industrialización que alcanzan las distintas sociedades. Se argumenta que el nivel de estatus de los mayores es inversamente proporcional al grado de industrialización. Conlleva la nostalgia de períodos anteriores, donde se supone que los mayores gozaron de una “edad de oro”. Por el contrario una revisión histórica muestra como el trato recibido por el anciano ha sido ambivalente y no se puede establecer una relación incuestionable entre la modernización y sus estatus, puesto que las transformaciones sociales derivadas de la evolución económica constituyen un proceso complejo que no ha tenido siempre las mismas consecuencias en la calidad de vida de la población de más edad” (ACHEMBAUM, 1978; CRANDALL, 1991; FISHER, 1978) (FERNÁNDEZ, 2007, p. 63-64).

¹⁵⁴ “La teoría de la *actividad* (NEUGARTEN, 1968-1970; NEUGARTEN e HAGESTAD, 1990) constituye el polo opuesto de la teoría de la desvinculación, puesto que argumentan que cuantas más actividades se realizan más posibilidades se tienen de estar satisfechos con la vida. Una de las bases de esta teoría es considerar que los seres humanos desarrollan sus valores, significados y modos de actuar a partir de un proceso de comunicación social (BLUMER, 1982) (FERNÁNDEZ, 2007, p. 64).

¹⁵⁵ Según la teoría de la *continuidad* el descenso en las cuotas de realización de las actividades se explica en función de la salud empobrecida o en minusvalías adquiridas, y no en una necesidad de desvincularse sentida por las personas mayores. Esta teoría predice que las personas en sus elecciones mostraran una inclinación hacia lo que perciben como continuidad. Así pues el éxito y la satisfacción pueden ser el resultado de esas decisiones, pero no siempre” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 64).

¹⁵⁶ “La teoría de la *competencia* pretende explicar la interdependencia entre las personas mayores y su mundo social como un movimiento circular que estimula la visión negativa que los mayores tienen de sí mismos, por la imagen que les envían los demás” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 65).

¹⁵⁷ “La teoría de la *subcultura* (ROSE, 1968) considera que las personas mayores conforman una subcultura propia que se plasma en la organización de importantes grupos como las Panteras Grises en Alemania o la Asociación Americana de Personas Jubiladas. Hay estereotipos negativos vinculados a las personas mayores, el edadismo o prejuicio sobre el envejecimiento, da prioridad a los factores de tipo biológico, y deja en segundo plano los factores derivados de la clase social, historia de vida o políticas sociales que aportan una variación considerable al proceso del envejecimiento” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 65).

¹⁵⁸ “La teoría de la *estratificación por edades* (RILEY, 1986-1988) asume que la sociedad se compone de generaciones sucesivas de personas que van envejeciendo de manera distinta y que, continuamente, fuerzan a sus predecesores a abandonar roles sociales. Las personas que nacen en fechas cercanas experimentan el proceso de envejecimiento de forma similar, de tal manera, que cada generación debe afrontar un conjunto de acontecimientos y cambios relacionados con su fecha de afiliación. Puesto que la sociedad cambia, la población de distintas cohortes envejece de manera distinta” (FERNÁNDEZ, 2007, p. 65).

particulares que nos ajudaram a entender a construção das reflexões sobre o envelhecimento humano.

Em síntese:

A desvinculação trata do processo de envelhecimento associado a uma constante e progressivo afastamento dos velhos do contexto social e tem relação direta com o afastamento do mundo do trabalho, gerando, como o próprio nome evoca, uma desvinculação da vida em sociedade. Esse comportamento está associado a cenários de uma substancial perda de importância na vida econômica.

A modernização tem relação direta com as mudanças sociais. Em geral associadas ao processo de industrialização. As mudanças na noção de espaço, as alterações produzidas pela mediação do mundo cada vez estabelecida através de objetos técnicos e tecnológicos que faz com que o nível de importância social e econômica dos mais velhos sejam radicalmente modificado.

A teoria da atividade vai na direção oposta da teoria da desvinculação, enquanto a teoria da desvinculação mostra um envelhecimento que progressivamente leva ao afastamento social, a atividade percebe a possibilidade de ampliação na participação como uma caminho para contribuir positivamente com o desenvolvimento psicossocial dos mais velhos.

A teoria da continuidade entende as particularidades do processo de envelhecimento relacionadas à necessidade que as pessoas têm em seguir contribuindo e realizando suas atividades normalmente.

O envelhecimento entendido a partir da teoria da concorrência ou competição revela que uma parcela dos indivíduos são constantemente bombardeados com as informações negativas construídas pelos outros, o que inibe e, no limite, impossibilita a participação no mundo social.

A teoria da subcultura ajuda a refletir sobre o processo de envelhecimento vinculado à necessidade que alguns sujeitos têm em construir grupos sociais de identidade partilhadas. Há experiências de grupos que se reconhecem como velhos e “envelhecetes”, e através desses gatilhos de identidade se organizam entre semelhantes para melhor entender e aproveitar essa nova condição de vida.

O envelhecimento humano pode ser entendido a partir da estratificação por idades. Esta forma de viver o processo de envelhecimento cria grupos identificados pela data de nascimento; grupos que correspondem a faixas geracionais semelhantes. Considera-se que,

induzidos pelos contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, pessoas que nasceram na mesma coorte experimentam processos de envelhecimento semelhantes.

Apesar de muito pontuais e específicas, estas teorias sobre o envelhecimento servem como chave para compreender os processos de sociabilização na velhice e quais os estigmas relacionados ao processo de envelhecimento. O envelhecimento se apresenta como um processo que assume perspectivas variáveis e que pode ser entendido em cada contexto que foi gerado. É importante perceber que não há uma prevalência de uma perspectiva sobre a outra. Cada formulação corresponder a uma compreensão do processo de envelhecimento.

O processo de envelhecimento pressupõe, inexoravelmente, a visão da totalidade, ou seja, ele só pode ser entendido a partir de uma relação estabelecida em tríade: condição antropológica(biológica) – condição sociológica – condição geográfica.

Uma vez apresentadas as primeiras definições sobre o envelhecimento, proponho agora debater um pouco sobre a velhice.

Em um exercício de aproximação à velhice como construção social, Caro & Ramos (1985, p. 4) nos apresentam a velhice e a morte com o mesmo estigma social, ou seja, os humanos só começam a pensar sobre elas quando estão diante delas. “Es que la vejez, lo mismo que la muerte, constituye un tabú de primera magnitud para el ser humano. La mayoría basa sus sentimientos en temores primitivos, prejuicios y tópicos más que en un auténtico conocimiento”.

Apesar de haver uma distância entre a elaboração do texto sobre a velhice apresentado por Simone de Beauvoir e o tempo atual, há uma estranha atualidade de muitas das suas reflexões, e a constatação de que existem poucos estudos sobre a velhice continua sendo uma indagação bastante pertinente.

Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar. Sobre a mulher, a criança, o adolescente, existe em todas as áreas uma abundante literatura; fora das obras especializadas, as alusões à velhice são muito raras (BEAUVOIR, 1990, p. 8, grifo nosso.).

Estudar a velhice e as suas características sócio-espaciais parece ser um tema proibido, há uma dificuldade imensa de encontrar interlocutores que estejam dispostos a pensar as questões relacionadas ao tema, quando muito são encontradas pessoas, ideias e trabalhos que tratam do tema, ora como uma preocupação das ciências da saúde, ora como um estudo demográfico que no máximo fará referências ao comportamento populacional e suas variáveis, como já indicamos na introdução deste trabalho.

Menos incerta e imprecisa do que a velhice que rondava o ambiente de construção de Beauvoir, ainda hoje ela, a velhice, provoca espanto entre os pesquisadores, em especial os geógrafos. Persiste até os dias atuais uma espécie de afastamento e invisibilidade sobre a velhice e seus temas¹⁵⁹.

Com a tentativa de ajudar no aprofundamento das questões é que insisto junto com a Mirian Goldenberg (2013): há a possibilidade de ser construir, em cada contexto, sob cada viés particular e conectado com cada realidade social, uma bela velhice¹⁶⁰.

A tarefa não é fácil, não se realiza como um imediato, e tem que desconstruir muitos estigmas e marcas que rondam a ideia de velhice. Recuperando a zona de contato arbitrária e invisível entre a juventude e a velhice, Beauvoir provoca a reflexão:

Há algo de amedrontador em toda metamorfose. Quando criança, eu ficava estupefada e até mesmo angustiada, sempre que me dava conta de que um dia me transformaria em gente grande. Mas o desejo de preservar a própria identidade é geralmente compensado na juventude pelas consideráveis vantagens do estatuto de adulto. Ao passo que a velhice aparece como uma desgraça: mesmo nas pessoas que consideramos conservadas, a decadência física que ela traz salta os olhos. Pois a espécie humana é aquela em que as mudanças causadas pelos anos são as mais espetaculares (BEAUVOIR, 1990, p. 11-12, grifo nosso.).

A velhice, assim como o seu processo, o envelhecimento, para as sociedades e para as pessoas, acaba por tomar de assalto o ser que envelhece. De repente tudo aquilo que foi negado ao longo do tempo da vida se apresenta como condição irrefutável. Resistimos a vida inteira por aceitar a velhice, mais que isso, a imagem que alguns velhos possibilitam sobre o que é envelhecer e ser velho, faz-nos negar constantemente essa velhice como também nossa. Assim, num imaginário quase esquizofrênico, a velhice sempre se abaterá sobre os outros, jamais sobre nós.

A velhice¹⁶¹ parece ser construída, então, como a razão de uma dialética negativa que não aceitamos como parte integrante de nós mesmos, o que nos traz a impossibilidade, novamente, de discordar de Simone de Beauvoir:

¹⁵⁹ “Quando eu digo que trabalho em um ensaio sobre a velhice, quase sempre as pessoas exclamam: “Que ideia!... Mas você não é velha!... Que tema triste...” (BEAUVOIR, 1990, p. 8).

¹⁶⁰ “Meus pesquisados me ensinaram a enxergar o meu próprio envelhecimento com um olhar mais carinhoso, mais lúdico e mais generoso. Aprendi com eles que a velhice também é (ou pode ser) bela. É óbvio que não existe um modelo de “bela velhice” a ser imitado. Existem inúmeras maneiras de construir e de experimentar a beleza da própria velhice” (GOLDENBERG, 2013, p. 19).

¹⁶¹ Existem construções sobre a velhice que a aprisionam em uma experiência negativa de mundo: “Los viejos están acabados, anticuados, confusos, chochos. No es de extrañar, por ello, que muchos niños y jóvenes teman

(...) diante da imagem que os velhos nos propõem de nosso futuro, permanecemos incrédulos; uma voz dentro de nós murmura absurdamente que aquilo não vai acontecer conosco; não será mais a nossa pessoa quando aquilo acontecer: Antes que se abata sobre nós, a velhice é uma coisa que só concerne aos outros. Assim, pode-se compreender que a sociedade consiga impedir-nos de ver nos velhos nossos semelhantes (BEAUVOIR, 1990, p. 12, grifo nosso).

A continuação destas reflexões, Beauvoir (1990, p. 12), convoca-nos: “paremos de trapacear; o sentido de nossa vida está em questão no futuro que nos espera; não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: aquele velho, aquela velha, reconheçamo-nos neles”. Esse reconhecimento do nosso futuro no outro, essa capacidade de uma espécie de “empatia social” é a única forma de entender a condição humana em seu movimento de totalidade.

A dificuldade de entender o que é a velhice tem relação com uma construção humana, quase que mitológica, que impossibilita uma construção social mais sólida sobre a condição da velhice. É possível afirmar que esse universo mitológico criado para a velhice tem por base a construção de uma dupla orientação do pensamento que caminha por posturas extremas que têm os seus polos localizados entre duas visões radicais sobre a velhice: de um lado são desenvolvidas compreensões sobre a velhice que apresentam o velho como algo a ser negado, quase que excluído, em geral o considerando como um produto humano que tem como objetivo último a morte, e, de outro lado, visões extremamente otimistas que consideram a velhice como uma “idade de ouro”, alheia a todos aos constrangimentos sociais, a todas as instabilidades juvenis e a vida agitada do adulto. Nestes temos estamos diante de uma impossibilidade de enxergar a velhice como ela é.

O entendimento sobre a velhice é construído com base não apenas em elementos concretos, a própria noção da concretude tem em si elementos subjetivos que interferem em sua visão exata. É possível que ao longo da história os referenciais sobre a velhice estejam associadas a mitos ou estigmas não apenas socialmente construídos, mas cientificamente aceitos. Por isso, baseado em Caro & Ramos (1985), apresento o quadro (04) que sintetiza seis mitos associados à velhice.

Quadro 04 – Mitos sobre a velhice

Tipos de Mito	Caracterização
Mito da velhice cronológica	Tem como base a ideia de que a idade de uma pessoa é medida pelos números de anos vividos. Todos sabemos sobre a grande variedade que pode ser encontrada em cada indivíduo, ou seja, que há grandes variações de comportamento e ações que variam de pessoa para pessoa, que seja em relação aos elementos fisiológicos, quer seja em relação aos elementos cronológico, psicológico e social. De fato, os indicadores fisiológicos mostram uma variabilidade maior em relação às médias do que em relação com outras idades. Também sabemos que existem “jovens” de oitenta anos extraordinariamente conservados.
Mito da improdutividade	Ainda que muitos acreditem que os mais velhos são seres improdutivos, está muito claro que em condições plenas de saúde e sem adversidades sociais, os velhos podem permanecer produtivos e interessados em todas as questões relacionadas à reprodução da vida. Existem muitos octogenários que demonstram muito facilmente isto. Quando uma pessoa mais velha se torna improdutiva é possível que tenhamos que identificar quais são as doenças ou circunstâncias adversas que causaram tal situação e não atribuir essa condição de improdutividade à velhice.
Mito do descompromisso	Este mito é baseado na falsa crença de que a saída progressiva dos interesses da vida forma parte necessária da condição de velhice.
Mito da inflexibilidade	Este mito tem como fundamento a ideia de que os indivíduos velhos são incapazes de mudar e se adaptar às novas situações. No entanto, esta condição está mais relacionada com as características de cada pessoa e não relacionada à velhice.
Mito da senilidade	Esse mito está relacionado à perda progressiva da memória, a diminuição da atenção e a emergência de episódios de confusão mental, localizacional e de contexto. Estas condições estão relacionadas muito mais com danos cerebrais e perdas neurais associadas à doenças que mesmo à condição de velhice. Também são incluídas como mito da velhice as questões relacionadas à depressão e à ansiedade. É importante destacar que as condições de desnutrição e de algumas doenças físicas podem produzir uma conduta relacionada à condição de senilidade.
Mito da serenidade	Este mito tem como construção uma ideia de que a velhice é uma espécie de paraíso na terra. É fácil demonstrar que as pessoas que envelhecem estão submetidas a uma condição extra de estresse. De uma forma geral, a velhice é uma condição de vida em que a condição de saúde e as condições sociais se agravam e as pessoas estão inseridas em contextos de doenças crônicas, aposentadoria, perdas de pessoas queridas, solidão, etc. Todas essas condições gera uma maior tendência à ansiedade, à depressão e ao sofrimento. E, inevitavelmente, a diminuição da autoestima, resultando em um pior status social.

Fonte: Caro & Ramos (1985, p. 4-5).

Os mitos sobre a velhice estão fortemente relacionados à construções negativas sobre o papel social dos velhos e sobre os quadros de referência que são construídos pelas relações sociais ao longo do tempo.

É interessante registrar que cada grupo social, em cada contexto cultural, acaba criando formas específicas de entender o envelhecimento. Um exemplo dessa diversidade nos é apresentado por Beauvoir (1990, p. 12), em citação de trabalho publicado por Lévi-Strauss: “os índios *nambiquaras* [...] usam uma única palavra para dizer “jovem e bonito” e uma para “velho e feio”.

Estes referenciais sobre a velhice são construídos socialmente, de um lado, mas de outro lado, também, refletem a uma construção pessoal: “nosso coração se aperta quando, ao lado de uma bela jovem, percebemos seu reflexo no espelho dos anos futuro: sua mãe”. De todas as formas, a velhice é entendida a partir da experiência do indivíduo com o tempo e com a sua condição de vida.

Então, se a velhice¹⁶² se constrói. Na sociedade contemporânea, essa construção se dá a partir dos códigos do consumo que têm como base a emergência de uma sociedade construída como parte integrante do esquema alienador que desvirtua o compromisso dos homens com o projeto de humanidade do homem e a recoloca como centro dos esquemas produtivos que capturam os fetiches, como condição normal da reprodução.

No centro destas questões, os humanos são colocados na condição de coisas, ou seja, só são valorizados como elementos integrantes da força produtiva ou consumidores de um mercado fetichizado.

No mundo capitalista, o interesse a longo prazo não conta mais: os privilegiados que decidem o destino da massa não temem partilhá-lo. Quanto as sentimentos humanitários, a despeito das tagarelices hipócritas, eles não intervêm. A economia é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz. Depois é jogado fora (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

O que Simone de Beauvoir nos apresenta tão didaticamente não poder ser banalizado e/ou considerado como uma construção naturalizada, a implicação da lógica de produção como condição das relações sociais é uma escândalo: é a morte da possibilidade do homem ser entendido na sua condição de ser que pensa. O ser que pensa, que sente, que vive, que trabalha e que se transforma constantemente através do seu trabalho em relação com o espaço e com o grupo social, jamais pode abandonar as relações concretas, sociais, para construir apenas relações abstratas baseadas nos princípios da reprodução do capital.

O mundo fetichizado, mediado pelo capital e pelos objetos técnicos que compõem essa concepção de mundialidade descarta os seres humanos como se fossem peças do processo produtivo, como se a vida fosse um insumo da produção.

¹⁶² “A finales del siglo XIX se desarrollan definitivamente los estudios histopatológicos en Medicina. Finalmente, se separan vejez y enfermedad en el anciano, teniendo lugar el nacimiento de la Geriatria y después de la Gerontología. Pero la sociedad no cambia sustancialmente, y el anciano sigue marginado, aunque de otra forma más sutil: nuestra civilización basa su cultura en el trabajo, el rendimiento y el consumo; es una sociedad orientada básicamente hacia la juventud y sus valores. El anciano, al ser improductivo y tener, en general, pocas posibilidades para el consumo, vuelve a ser marginado” (CARO & RAMOS, 1985, p. 9).

“Num mundo em mutação, em que as máquinas têm vida muito curta, não é necessário que os homens sirvam durante um tempo demasiadamente longo. Tudo o que ultrapassa 55 anos deve ser descartado como refugo¹⁶³” – disse, recentemente [em 1968], durante um congresso, o doutor Leach, antropólogo de Cambridge (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

Se o mundo moderno é o mundo da produção e do consumo, e se os indivíduos que depois dos 55 anos devem ser descartados como refugo, como nos faz crer o doutor de Cambridge, a condição de vida dos velhos é um escândalo ainda maior, pois, para uma parcela da sociedade a sua vida não tem nenhum valor associado. É quase como se depois dos 55 anos de idade o indivíduo tivesse condenado à morte, não a encontrando, estaria esse indivíduo existindo como uma carga social. É esse raciocínio que faz Beauvoir induzir que o *velho e o pobre* estão diretamente relacionados, mais que isso, o uso desses termos em uma mesma frase faz parecer ser um pleonasmo:

A sociedade impõe à imensa maioria dos velhos um nível de vida tão miserável que a expressão “velho e pobre” constitui quase um pleonasmo; inversamente: a maior parte dos indigentes são velhos. O lazer não abre ao aposentado possibilidades novas: no momento em que é, enfim, libertado das pressões, o indivíduo vê-se privado de utilizar sua liberdade. Ele é condenado a vegetar na solidão e no enfado, decadência pura. O fato de que um homem nos últimos anos de sua vida não seja mais que um marginalizado evidencia o fracasso de nossa civilização: esta evidência nos deixaria engasgados se considerássemos os velhos como homens, com um vida atrás de si, e não como cadáveres ambulantes (BEAUVOIR, 1990, p. 13-14).

É preciso ter cuidado na construção das reflexões sobre a velhice, para que as perspectivas não pareçam nem anacrônicas, nem panfletárias. Reconhecer a importância de entender a centralidade da humanidade do homem é muito mais do que um alerta é uma necessidade básica para continuar construindo um mundo menos desigual.

A partir do momento em que há uma normalização da predominância do valor de troca sobre o valor de uso, abre-se uma espécie de fenda no projeto coletivo que atinge fundamentalmente o lugar da resistência. A perda da possibilidade de realização do homem pelo trabalho, a substituição do trabalho transformador por um trabalho cindido e a construção cada vez mais recorrente de que a capacidade produtiva de cada pessoa revela o grau de importância dessa pessoa na divisão internacional do trabalho são fatores que colocam o

¹⁶³ “A palavra “refugo” diz bem o que quer dizer. Contam-nos que a aposentadoria é o tempo da liberdade e do lazer; poetas gabaram “as delícias do porto”. São mentiras deslavadas” (BEAUVOIR, 1990, p. 13).

sentido da reprodução social na conta dos mais jovens e conferem um lugar marginalizado e subalternizado para a velhice.

(...) es preciso reconocer que en nuestro contexto sociocultural la palabra “viejo” tiene casi siempre connotaciones peyorativas. Viejo no solamente es lo más antiguo, sino también lo inútil, lo que no sirve, lo que perde valor. Por eso, con demasiada facilidade, se interpreta la vejez como una etapa inútil de la vida, caracterizada por pérdidas y crisis de todo tipo (CARO & RAMOS, 1985, p. 22).

O lugar social a que a velhice está, referencialmente, inserida provoca distorções na própria condição humana, ou seja, essas conotações pejorativas a que Caro & Ramos (1985) se referiram são resultado de uma construção social em que a velhice é associada a uma impossibilidade, ou a uma inserção periférica, de produção no mundo capitalista. Isso reduz a importância dos velhos na dinâmica social. Uma das consequências da condição social atribuída à velhice, e consequentemente está relacionada ao processo de envelhecimento, é que o estabelecimento de crises, de várias ordens, desencadeiam os termos de um ambiente conflituoso.

De acordo com Caro & Ramos (1985), as crises da velhice se dão em cinco etapas diferentes. A primeira está relacionada às mudanças corporais e envolvem as dimensões internas e externas ao corpo. A segunda crise tem relação direta com a inserção social e familiar, em geral, a segunda crise da velhice coincide com a chegada à aposentadoria. A terceira crise ocorre nos momentos de perda, geralmente são mais profundas quando associadas às perdas de parentes muito próximos: cônjuge, irmão, filhos. Em especial, a viuvez e a solidão são associadas a uma mudança radical na rotina e na organização da vida, acarretam transformações no comportamento das pessoas, quer seja em relação a sua estrutura interna, quer seja em relação à conexão com a sociedade, principalmente na viuvez. Mesmo quando os demais parentes se fazem presentes, há um isolamento relativo ao luto que se não for bem acompanhado pode provocar outras crises. A quarta crise está vinculada à diminuição das atividades em todos os âmbitos, quando isso ocorre, o sentimento de inutilidade paralisa a ação social do indivíduo e isso o leva ao isolamento. E a quinta crise identificada tem a ver com o enfrentamento à morte, o que pode gerar dois momentos opostos: a aceitação e a negação. É possível visualizar estas etapas no quadro 05 que segue:

Quadro 05 – Crises da velhice

Crises	Características		
Primeira Crise	Mudanças corporais	<i>Internas</i>	
		<i>Externas</i>	
Segunda Crise	Diminuição do papel social e familiar	<i>Aposentadoria (Afastamento ao mundo do trabalho)</i>	
Terceira Crise	Perda de pessoas significativas e de referência	<i>Solidão</i>	
		<i>Viuvez</i>	
Quarta Crise	Diminuição das atividades	<i>Sentimento de inutilidade</i>	
Quinta Crise	Enfrentamento à morte	<i>Aceitação</i>	
		<i>Negação</i>	<i>Medo</i>
			<i>Ansiedade</i>

Fonte: Adaptado de Caro & Ramos (1985, p. 22).

As crises da velhice são o resultado da observação do comportamento de alguns indivíduos e não representa necessariamente que todas as pessoas que cheguem à condição de velhos irão se deparar com todas estas crises desta maneira. O que se quer chamar atenção é que o resultado destas crises estão relacionadas com a produção da velhice na modernidade, a construção de uma racionalidade pautada na acumulação do dinheiro e na busca por uma produtividade constante se torna um valor social e uma das consequências disto é a produção de uma velhice se localiza à margem das relações sociais.

Sem sombra de dúvidas há velhos que escapam a essa construção da velhice. Além do que, vale destacar, o capitalismo contemporâneo busca maneiras de inserir os velhos nos processos de reprodução do capital, criando necessidades específicas de consumo para os velhos (pacotes turísticos especiais, propostas de empréstimos consignados, etc.). Mas, essa inserção é periférica e atinge uma minoria dos velhos.

Discutindo sobre a sociedade brasileira contemporaneamente, não há como negar que a centralidade das relações está pautada nas formas de inserção ao gigantesco mercado do consumo. Se os velhos não são consumidores de algo a sua condição de ser humano é colocada à prova, na verdade, retorna-se todo o peso historicamente construído da velhice associada ao momento de decrepitude, só que neste caso, emerge uma decrepitude social.

Exigir que os homens permaneçam homens em sua idade mais avançada implicaria uma transformação radical. Impossível obter esse resultado através de algumas reformas limitadas que deixariam o sistema intacto: é a exploração dos trabalhadores, é a atomização da sociedade, é a miséria de uma cultura reservada a um mandarinato que conduzem a essas velhices desumanizadas. Elas mostram que é preciso retomar tudo, desde o início. É por isso que a questão passa tão cuidadosamente em silêncio; é por isso que urge quebra esse silêncio (BEAUVOIR, 1990, p. 14).

A questão da velhice na sociedade moderna é reflexo da luta de classes que fragmenta a experiência do envelhecer e marca diferenças exorbitantes na tessitura do processo de envelhecimento humano:

(...) É visível, a olho nu, uma nítida diferença entre o traçado das linhas que o tempo imprime ao corpo de uma mulher e de um homem na condição de “espécie” que personifica o trabalho, e o traçado no corpo de um homem e de uma mulher na condição de “espécie” que personifica o capital, mesmo que estes e aqueles pertençam a uma mesma geração. Por ser a velhice uma condição vital da espécie humana, uma fase de vida que seres humanos deverão experimentar, do contrário, a alternativa é a morte precoce, para a grande maioria dos indivíduos essa experiência implicará demandas ao Estado, tendo em vista que as questões acumuladas durante o curso de vida e evidenciadas na velhice, cada vez menos caberão nos limites do espaço privado, devendo assim, ser tratadas pelo sistema público de proteção social. Sim, porque a política social opera no campo da reprodução social (PAIVA, 2014, p. 131-132)

A diferença social existente sobre as condições da vida social dos velhos apresentadas por Beauvoir (1990) e Paiva (2014), mesmo separadas por um longo período, não revelam conteúdos diferentes, a crítica ainda é a mesma, a existência de um aprisionamento da velhice em uma condição marginalizada, subalternizada e precarizada, em que, através do Estado inclusive, a condição da velhice continua sendo escandalosa.

As estigmatizações e a segregação que, no limite, são impostas aos velhos não compõem uma construção do agora, mas refletem, como já apontamos, o manutenção da perversidade que habita o seio da sociedade moderna de consumo.

A questão relacionada à velhice e ao envelhecimento não encontra pauta para assumir a centralidade do debate, o que revela e reforça a condição de subalternidade, beirando a invisibilidade, dos velhos.

Aqui cabe uma correção teórica fundamental, ou seja, um ajuste de termos e compreensões, ainda que exista um esforço para separar e definir a velhice e o envelhecimento, a primeira como condição e o segundo como processo, é urgente reconhecer que em uma perspectiva que busca entender a totalidade do mundo em movimento, a velhice não pode ser vista como um fim nela mesma, assim, ela corresponde a um processo. Mais objetivamente, a velhice vai aparecer como o prolongamento do processo, por isso, em hipótese alguma ela poder ser entendida como um fato congelado, imóvel e inerte, ela contém

em si uma dinâmica, uma história de construção contínua e só interrompida pela inexorabilidade da morte¹⁶⁴.

Ainda que o limite da velhice seja a morte, a velhice, diferente do que o senso comum e a teoria do desenvolvimento psicossocial de Erikson (1998) faz pensar, jamais pode ser entendida como um estado de espera para a morte. Assim como todo o processo de vida, a velhice se dá em movimento, jamais em inércia. Sendo assim, enquanto há vida, há lutas, há sonhos, há desejos, há possibilidades de realização. A velhice jamais deve se confundir com a morte. A morte, em nossos referenciais materiais, essa sim é pode ser entendida como inércia, a morte é o congelamento e impossibilidade da vida, só ela põe limite à capacidade criadora do homem, mas a morte não está restrita a velhice, ela pode acometer qualquer indivíduo que vive. Por isso, a associação velhice e morte, apesar de ser constantemente feita, é vazia de sentido¹⁶⁵.

A vida compreendida como uma realização elaborada entre a concepção e a morte, faz com que o olhar sobre a totalidade da vida seja tendencioso, seja hierárquico, faz parecer que o objetivo de viver é acumular o máximo de experiências positivas possíveis neste interstício compreendido entre o nascimento e a morte. O que nos provoca a seguinte reflexão: Existiria uma forma especificamente boa de viver a vida e como consequência disto envelhecer bem? Seria, então, o processo de envelhecimento semelhante a um jogo de etapas com certas regras que se cumpridas possibilitariam o prêmio de uma velhice saudável? Na escala da vida haveriam idades melhores que outras? Em que momento, então, a construção social da experiência de vida é considerada como um elemento fundamental para a formação dos indivíduos?

Se existissem respostas positivas a estas perguntas, elas só seriam validadas em contextos muito específicos e isolados, em que o comportamento de cada pessoa fosse milimetricamente calculado e determinado, ou seja, a resposta a estas questões só seria possíveis em ambientes forjados em laboratório. Sobre isso concordamos outra vez mais com Simone de Beauvoir:

¹⁶⁴ “Uma questão se impõe imediatamente. A velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. Em que consiste esse processo? Em outras palavras, o que é envelhecer? Esta ideia está ligada à ideia de mudança. Mas a vida do embrião, do recém-nascido, da criança é uma mudança contínua” (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

¹⁶⁵ “(...) nossa existência é uma morte lenta? É evidente que não. Um tal paradoxo desconhece a essencial verdade da vida: está é um sistema instável no qual, a cada instante, o equilíbrio se perde e se reconquista: é a inércia que é sinônimo de morte. Mudar é a lei da vida” (BEAUVOIR, 1990, p. 17).

É no seio do empreendimento de viver [na sociedade] que se estabelece a hierarquia das idades, e o critério é muito mais incerto. Seria preciso saber qual o objetivo a que visa a vida humana para determinar quais as transformações que a afastam e quais as que aproximam desde objetivo (BEAUVOIR, 1990, p. 18).

Se, e somente se, considerarmos a possibilidade de isolar o organismo humano e entender os processos que o compõe, talvez as questões postas anteriormente tivessem possibilidade de resposta coerente. Não obstante, ainda que entendendo as condições biológicas dos indivíduos cada um reagiria de forma muito particular, não há como definir uma homogeneidade das capacidades de cada um, na verdade, essa homogeneidade não existe; pode-se estabelecer alguns parâmetros de funcionamento biológico, como o de determinar até que idade se formam aparatos cerebrais capazes de realizar atividades cognitivas mais complexas, ou até que momento o corpo realiza as tarefas utilizando as maiores potencialidades orgânicas, etc. Mas, essas considerações só fariam sentido se validadas por uma ordem social, que como tal receberia influências de parâmetros diversos, qual o ponto de corte entre o apogeu e o declínio das atividades dos indivíduos?

A questão torna-se mais complexa se considerarmos o indivíduo integralmente. Começa-se a declinar depois de se ter atingindo um apogeu: onde situar esse apogeu? Apesar de sua interdependência, o físico e o moral não seguem uma evolução rigorosamente paralela. Moralmente, um indivíduo pode ter sofrido perdas consideráveis antes que se esboce sua degradação física; ao contrário, é possível que, ao longo dessa decadência, ele realize ganhos intelectuais importantes. A que aspecto atribuiremos maior valor? Cada um dará uma resposta diferente, segundo sua tendência a valorizar mais as aptidões corporais ou as faculdades mentais, ou um equilíbrio entre umas e outras. É a partir de tais opções que os indivíduos e as sociedades estabelecem uma hierarquia das idades: não há nenhuma que seja aceita universalmente (BEAUVOIR, 1990, p. 19).

Observando os caminhos assumidos pelo envelhecimento e as características da velhice, não há como estabelecer uma via de acesso direto e rápido onde seja possível associar linearmente um conjunto de causas e consequências capazes de apontar o que significa chegar à velhice, tampouco há uma coalizão de elementos que deflagrem, positivamente, o processo de envelhecimento. Envelhecer é próprio da condição de existir.

Não é possível classificar que o envelhecimento seja positivo ou negativo, ele é um processo inelutável, o positivo e o negativo contido no ato de envelhecer é próprio do jogo tático e estratégico posto como condição de realização da vida, mas não se põe em discussão a possibilidade ou não de envelhecer, ou se envelhece ou morre, quanto a isso não há escolha.

O que nos cabe é tentar entender o ato de envelhecer (processo e condição para ser velho – velhice e envelhecimento como partes integrantes da reprodução da vida) e as suas implicações, revelando-o como um híbrido entre os aspectos biológicos e culturais.

(...)o envelhecimento, longe de ser um processo multidimensional; a velhice, longe de ser a fase que completa o curso de vida humana; e o homem velho, a mulher velha, longe de serem indivíduos que viveram muito tempo, são conceitos que traduzem sistemas de ideias e (des)valores que elegem a juventude como uma fase que, na contemporaneidade, será apartada do curso de vida para representar um ideal a ser alcançado, independentemente de quem o tente alcançar (PAIVA, 2014, p. 142).

Como reprodução da condição desigual da sociedade, quando foi percebido que alguns indivíduos velhos envelheciam com melhores condições sociais que outros, o pacote da velhice como uma condição inerente a todos os indivíduos foi parcialmente rompida, então os velhos foram classificados entre os velhos jovens, aqueles que mesmo atingindo uma idade cronológica específica ainda se apresentavam como indivíduos capazes de contribuir com a indústria do consumo que classifica e hierarquiza a todos, e os velhos velhos, estes já não seriam capazes de subverter os estigmas sociais elaborados durante os vários anos de subalternização¹⁶⁶.

Neste ponto das reflexões, cabe outro ajuste rápido de termos: terceira e quarta idade; velho e idoso.

O termo terceira idade tem sua origem relacionada às pesquisas francesas, da década de 1960, sobre o envelhecimento e suas características peculiares, esta construção de termo guarda em si uma necessidade emergente de explicar a diferenciação social existente entre alguns trabalhadores que conseguiam sobreviver a todas as barreiras e constrangimentos impostos à classe trabalhadora com um mínimo de capacidade de pagar as suas contas e desenvolver a sua vida de forma independente. De acordo com Teixeira (2008, p. 112), o termo surge como o germe de uma “nova sensibilidade” com a finalidade de:

(...)expressar uma nova realidade de velhice, não mais associada ao tempo de vida marcado pela miséria, doença e decadência, mas um tempo de

¹⁶⁶ “Além de preconizar um tributo à juventude, mas à juventude que exerce sua capacidade funcional ao sistema do capital, são criadas formas de menosprezar e desvalorizar a velhice; ou mesmo de enaltece-la, recorrendo a apelos do tipo “velho jovem”, negando a velhice. Ou seja, são criadas novas expressões, eufemismos, para se traduzir a velhice sem que sejam modificadas as relações sociais que produzem a velhice como sinônimo de uma tragédia humana” (PAIVA, 2014, p. 143).

atividades desligadas da vida profissional e familiar, um tempo específico de lazer, em que novos valores coletivos são elaborados.

O sentido que fundamenta a emergência semântica da terceira idade para se referir aos velhos está diretamente concebido como um conceito da sociedade moderna que tenta integrar, com um viés de sensibilização, essa nova condição dos indivíduos, conectando-os com processos de circulação do capital relacionados principalmente à atividade do turismo, ao consumo e a necessidade de acessar alguns serviços já existentes e outros que serão construídos como meio para incorporação do dinheiro destes indivíduos ao processo de circulação e reprodução ampliados do capital. A terceira idade assim concebida ilustra uma “nova fase da vida entre a aposentadoria e o envelhecimento” (PAIVA, 2014, p. 144).

Como resultado de uma esquema ideológico que vai integrar esses novos “antigos” trabalhadores social e economicamente “ativos” aos fetiches de consumo da sociedade moderna, a construção desta nova forma de considerar a velhice não pode ser vista de forma positiva, mas compromete ainda mais a questões social do envelhecimento.

(...)essas tentativas de negação dos estereótipos tradicionais atribuídos à velhice são tão maléficas quanto as primeiras, que marginalizam e excluem, e suas causas são as mesmas, as relações de produção e reprodução sob o jugo do capital e sua lógica de desvalorização do ser humano e de suas necessidades e qualidades, que só lhe interessa como força produtiva ou como consumidor. Além das tentativas de homogeneizar a compreensão de experiências de envelhecimento, desconsiderando as diferenças de classe, etnia, gênero, dentre outras, funcionando como uma ideologia da velhice, cuja função é fornecer respostas genéricas que justificam a naturalização e a aceitação dessa realidade como uma situação inexorável (TEIXEIRA, 2008, p. 112-113).

A naturalização do termo terceira idade reforça, na verdade, as mesmas visões ideologicamente montadas sobre o preconceito com a velhice, pois, a existência de uma terceira idade está relacionada a uma quarta idade, que em termos cronológicos é aquela dos indivíduos que superam a marca dos 80 anos de idade. Sob essa parcela de pessoas velhas, recai com muito mais força os estigmas e estereótipos da velhice, esses são os “velhos velhos”, é importante entender também que na construção da terceira idade estão excluídos todos os velhos dependentes e que apresentam “sinais de decrepitude e senilidade” (PAIVA, 2014, p. 144).

(...)a difusão da expressão “terceira idade”, para expressar o envelhecimento moderno, supervaloriza essa etapa da vida com comportamentos ativos, joviais, dinâmicos e termina-se por negar o envelhecimento. Seu objetivo, na

realidade, passa a ser a busca da juventude como alguma coisa que sempre pode ser alcançada, desde que se tenham formas de consumo e estilos de vida adequados. Portanto, não se trata de valorização da pessoa idosa, mas da afirmação do valor à juventude (TEIXEIRA, 2008, p. 113, grifo nosso).

Está posta aí a essência da modernidade, aquela mesma que debatemos no primeiro item da introdução, uma modernidade que o tempo todo tenta transformar o velho em novo, que cria o reino do novo e da juventude como a possibilidade reflexo dos esquemas produtivos. A velhice¹⁶⁷ assim compreendida nega a si mesmo, traveste-se de juventude para assumir ser na modernidade.

A mesma chave analítica que serve para refletir sobre a invenção da terceira idade também pode nos ajudar a entender a invenção do termo idoso em detrimento do uso do termo velho. Como produto da construção da modernidade, a ideia do novo obscurece a ideia do velho. A condição de velho é carregada de estigmas sociais. Os indivíduos velhos carregam em si, através desse termo, todo o peso da construção histórica estigmatizada que os contrapõem à capacidade produtiva e à potência do novo.

(...)ser velho ou ser velha significa a personificação de todos os “atributos” negativos da velhice. Ser idoso, idosa – mesmo que o sufixo oso/osa dê à palavra o significado de que idoso(a) é o indivíduo que tem muita idade – ideologicamente apelando, passa a ser diferente de velho(a). Mas, na língua portuguesa, até onde sei, não existe, “idosecimento”. Neste caso, a palavra idoso(a) significa uma fase estática, sem movimento? Sendo idoso, o indivíduo, negando a velhice, deixa de envelhecer, não há processo de envelhecimento? É preciso tomar cuidado em relação aos neoeufimismos! (PAIVA, 2014, p. 144-145).

Inventa-se esse termo estático e sem sentido para designar o velho: idoso, ao mesmo tempo elimina-se a possibilidade de entender o processo do envelhecimento, uma vez que através do aprisionamento das pessoas na quantidade de anos vividos apenas releva um número que tem o seu processo de construção esvaziado de drama, perde-se a dimensão histórica em função de uma codificação estatística. Na esteira da construção desses novos termos eufemísticos, perde-se, mais uma vez, a dimensão do projeto de humanidade do homem, sequestra-se a velhice produtiva da condição de velhice, como se isso de alguma forma interferisse no processo de envelhecimento ou se manifestasse de alguma forma como sua negação, o que é uma mera ilusão formal.

¹⁶⁷ “A velhice, nesse apelo ideológico, simboliza a negação da juventude, símbolo esta da beleza da força e da virilidade para reproduzir e produzir” (PAIVA, 2014, p. 144).

As visões suaves e extremamente positivas da velhice, como aquelas que classifica a velhice como uma etapa de ouro, como uma vida de prazeres, quase uma superação da infelicidade e da derrota humana também revelam uma concepção ideologicamente construídas que serve a uma lógica de mercado, uma lógica que parece habilitar o tempo moderno de condições particulares para vender a cura à superação da velhice, uma verdadeira picaretice contemporânea autorizada pela gerontologia e destinada a uma público de uma classe social particular.

Concordo com Teixeira (2008, p. 114) quando afirma que “a gerontologia tem que se legitimar frente a seus clientes idosos, “vendendo” a ideia de que a velhice pode ser uma etapa de lazer, de autossatisfação, prazer, logo, uma questão de autoconvencimento, de motivação, envolvimento e assim, de responsabilidade individual”. Retirar a responsabilidade pública sobre o envelhecimento e a velhice é uma tendência tipicamente moderna em que os indivíduos são responsabilizados pelo seu sofrimento e falência, pois são os únicos responsáveis pela sua fortuna. O Estado se evade da responsabilidade de cuidar de todas as pessoas e reprivatiza a velhice¹⁶⁸.

Fica evidente que houve uma alteração contemporânea (com o gatilho disparado depois de 1945) na relação dos indivíduos com o mundo, um dos reflexos mais claros é a explosão na Europa e nos Estados Unidos dos *baby boomers*, ou seja, da geração de seres humanos resultado de cenários de paz e de uma política mundial construída a partir de um *Welfare State*. Estes são os velhos contemporâneos, os que viveram uma sociedade da “abundância” e da abertura do campo de possibilidades; uma geração que é filha de um mundo em pela reestruturação produtiva, que viu o declínio do modelo fordista e a abertura de um modelo de acumulação flexível com base nos anseios de uma sociedade que se auto-clama pós-moderna, que encurta o tempo através da velocidade de circulação da energia, matéria e informação pelo espaço; que assiste a uma nova divisão internacional do trabalho, que construiu as primeiras relações com um mundo global e viu a tecnologia passar voando e descaracterizando o mundo conhecido¹⁶⁹, transformando a ordem mundial, desmanchando

¹⁶⁸ “A mudança de expressão se justifica à medida que a individualização ou transmutação de problemas sociais em problemas individuais, bem como a presença do sistema privado de proteção social (mercantil ou não mercantil), serem constantes no capitalismo, mesmo em fase de maior intervencionismo estatal sobre a questão social, apesar das peculiaridades que essa relação público/privado apresenta em cada momento de produção e regulação capitalista” (TEIXEIRA, 2008, p. 114).

¹⁶⁹ “(...)concluo que há mais continuidade do que diferença entre a ampla história do modernismo e o movimento denominado pós-modernismo. Parece-me mais sensível ver este último como um tipo particular de crise do primeiro, uma crise que enfatiza o lado fragmentário, efêmero e caótico da formulação de Baudelaire (o lado que Marx dissecava tão admiravelmente como parte integrante do modo capitalista de produção), enquanto exprime um profundo ceticismo diante de toda prescrição particular sobre como conceber, representar ou exprimir o

tudo aquilo que parecia sólido, para fazer uma alusão à celebre frase de Karl Marx & Engels (2008).

O mundo moderno transformado radicalmente pelas novas formas de organizar a produção humana rompe com os estilos, valoriza a estética em detrimento da ética, se forma como um mundo de aparência; um mundo da forma que subjuga o conteúdo, que elimina o quadro referencial e que também é, contraditoriamente, o mundo da permanência dos homens em vida; é o mundo do envelhecimento que emerge como questão social.

A eliminação da tradição e das permanências, que garantem a fluidez, só se sustenta se forem construídas infraestruturas e condições de vida que possibilitem a circulação. Essa relação entre a fluidez e as materialidades essenciais para a existência do mundo moderno só podem ser realizadas através da inovação, que por sua vez, quando difundida, gera meios de permanência da vida coletiva; é este cenário que transformou a compreensão sobre a velhice, mas que ameaça e compromete a inserção dos novos por meio da reestruturação produtiva que precisa. É dessa contradição moderna que a velhice emerge com graus de perplexidade.

Se com o *Welfare State* foi possível modificar o status moderno da velhice, em decorrência dos ganhos conquistados pela classe trabalhadora em alguns países europeus após a Segunda Guerra Mundial, o que vem comprovar ser possível uma velhice diferente da que se processa para milhões e milhões de trabalhadores(ras) pelo mundo inteiro; com o desmantelamento do *Welfare State*, o processo de reestruturação produtiva, mais especificamente, o desemprego estrutural veio atingir a população jovem, barbarizando ainda mais a sua condição de acesso e exercício dos direitos do trabalho, tornando as gerações mais jovens dependentes por mais tempo das mais velhas, comprometendo a renda dos(as) velhos(as) e eternizando o trabalho doméstico servil, do qual nunca se livraram mulheres de todas as idades. A reestruturação produtiva, na contemporaneidade, vem assim afetar substantivamente as vidas dos que compõem o “velho proletariado”, colocando em cena novos arranjos familiares e novas modalidades de interdependência entre diferentes gerações (PAIVA, 2014, p. 145).

eterno e imutável. Mas o pós-modernismo, com sua ênfase na efemeridade da *jouissance*, sua insistência na impenetrabilidade do outro, sua concentração antes no texto do que na obra, sua inclinação pela desconstrução que beira o niilismo, sua preferência pela estética, em vez da ética, leva as coisas longe demais. Ele as conduz para além do ponto em que acaba a política coerente, enquanto a corrente que busca uma acomodação pacífica com o mercado o envereda firmemente pelo caminho de uma cultura empreendedimentista que é o marco do neoconservadorismo reacionário. Os filósofos pós-modernos nos dizem que não apenas aceitemos, mas até nos entreguemos às fragmentações e à cacofonia de vozes por meio das quais os dilemas do mundo moderno são compreendidos. Obcecados pela desconstrução e pela deslegitimação de toda espécie de argumento que encontra, eles só podem terminar por condenar suas próprias reivindicações de validade, chegando ao ponto de não restar nada semelhante a uma base para a ação racional. O pós-modernismo quer que aceitemos as reificações e partições, celebrando a atividade de mascaramento e simulação, todos os fetichismos de localidade, de lugar ou de grupo social, enquanto nega o tipo de metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que estão se tornando cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a vida cotidiana” (HARVEY, 2000, p. 111-112).

A emergência de uma possível velhice menos perversa para a antiga classe trabalhadora e os novos cenários do capitalismo mundial, notadamente os do capitalismo periférico, impõem novas organizações sociais que impedem a manutenção da farsa construída pela invenção de uma terceira idade alienada do seu lugar social, ou, até mesmo, a invencionice de que chamar os velhos de idosos pode gerar a possibilidade de cristalizar e congelar o processo de envelhecimento em um conjunto estático do anos, criando uma espécie de novo nicho de mercado destinado a esses velhos não velhos criados pela modernidade é uma hipocrisia resultado da sanha por garantir que nada, nem ninguém deve escapar de dar a sua contribuição para alimentar a manutenção e o progresso das estruturas do modo de produção capitalista.

A velhice é retirada da condição de *exis*¹⁷⁰ social e é inserida no olho da tormenta do mundo moderno, no meio de um caos produtivo em que a produção e o consumo se confundem e fazem emergir novos códigos sociais, em que só são considerados velhos aqueles que não contribuem com o processo de circulação do capital. Desmantela-se o idílio de uma velhice construída para o lazer e recoloca-se os velhos em atividades produtivas.

O envelhecimento cada mais comum em função das revoluções na saúde (medicina, farmácia), no modo de vida (urbanidade, saneamentos, etc.), nos códigos legais, nas políticas públicas, etc., é o resultado da possibilidade do mundo moderno concentrar cada vez mais um número maior de indivíduos que sobrevivem aos constrangimentos, o que acarreta uma pressão nos sistemas previdenciários, que em função dos códigos neoliberais alinhados com a necessidade da reestruturação produtiva não conseguem sustentar as políticas de bem-estar social e instaura-se uma pluralidade de revisões no sistema previdenciário que precariza e recrudesce a vida da velha classe trabalhadora, ou melhor, da classe trabalhadora velha.

Nestes novos esquemas, aqueles velhos jovens deixam de ser considerados velhos, no sentido pejorativo, por contribuírem para a acumulação e para a circulação do dinheiro, com isso veem a sua participação ampliada no grupo da classe dos que vivem do trabalho, essa forma de operar é associada ao esfacelamento das políticas de proteção social que tendem a se

¹⁷⁰ “O velho – salvo exceções – não *faz* mais nada. Ele é definido por uma *exis*, e não por uma *praxis*. O tempo o conduz a um fim – a morte – que não é o seu fim, que não foi estabelecido por um projeto. É por isso que o velho aparece aos indivíduos ativos como uma “espécie estranha”, na qual eles não se reconhecem” (BEAUVOIR, 1990, p. 266).

comprometer cada vez menos com a qualidade de vida dos trabalhadores, criando tensões sociais¹⁷¹.

Quer seja pela inserção precarizada dos velhos nas questões sociais; quer seja pelo abandono progressivo do Estado através das flexibilizações dos esquemas de proteção ao trabalhador, que dificultam aos novos velhos ascensão ao sistema previdenciário; quer seja pelas representações negativas que a velhice evoca nas pessoas jovens; quer seja pela constante negação do envelhecimento como um processo inexorável à vida, principalmente às vidas que resistem ao tempo. A condição das pessoas velhas no mundo moderno pressupõe um escândalo, em vários níveis e dimensões, neste sentido, a denuncia feita por Simone de Beauvoir é revalidada.

Todo mundo sabe: a condição das pessoas idosas é hoje escandalosa. Antes de examiná-la em detalhe, é preciso tentar entender por que a sociedade se acomoda tão facilmente a essa situação. De maneira geral, ela fecha os olhos para os abusos, os escândalos e os dramas que não abalam seu equilíbrio; não se preocupa mais com a sorte das crianças abandonadas, dos jovens delinquentes, dos deficientes, do que com a dos velhos. Nesse último caso, entretanto, sua indiferença parece a priori, mais surpreendente; cada membro da coletividade deveria saber que seu futuro está em questão; e quase todos têm relações individuais e estreitas com alguns velhos. Como explicar essa atitude? É a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela. Na vida privada, filhos e netos não se esforçam para abrandar o destino de seus ascendentes (BEAUVOIR, 1990, p. 265).

A hipótese central no trabalho de Simone de Beauvoir é de que ao chegar na velhice a sociedade moderna destitui o velho da condição de homem, o que faz emergir no seio dessa sociedade relações dessimétricas e de estranhamento, fazendo com que os velhos (quando improdutivos) sejam tratados em uma relação de não-reciprocidade, ou seja, incide sobre o velho o peso do não reconhecimento, da negação e do medo sobre o futuro, materializados na visão parcial estabelecida pelos jovens sobre a velhice.

No entanto, além da relação pública com os velhos, há uma relação privada, o que torna a questão um pouco mais difícil de ser resolvida, no âmbito privado, há com os velhos uma relação construída em uma base hierárquica, de um lado, e afetiva, do outro, que obriga o esta estabelecimento de uma relação jovem-adulto-velho. Há uma relação ambivalente no seio da vida privada, enquanto o jovem, em alguns cenários, admira e respeita os velhos, ele, ao

¹⁷¹ “(...)não se está aqui deixando de considerar o fato de haver os que preferem e lutam por se manterem no mercado capitalista, mesmo porque, dentre outros motivos, a aposentadoria não garante, à grande maioria dos(as) trabalhadores(ras), a possibilidade de parar de trabalhar” (PAIVA, 2014, p. 147).

mesmo tempo, almeja ocupar o seu posto, medo e ódio são duas categorias muito fortes nesta relação¹⁷².

A velhice e o envelhecimento estão repletos de construções e a definição exata do que seja um ou outro, ou qual a relação estabelecida entre estes termos na verdade, só pode ser apreendida quando se observa a vida em sua totalidade, processo e condição. Existir pressupõe, indiscutivelmente, uma base real concreta que permite, através da materialidade das questões, entender os caminhos, as determinações impostas para que as coisas fossem produzidas.

O fundamento é que a construção da humanidade do homem e da mundialidade do mundo se fazem ao mesmo tempo como consequência do aprofundamento da relação dos homens com a natureza, em cada época histórica. Conceito e definição são elaborados no seio de suas próprias determinações. Neste sentido, velhice e envelhecimento só são possíveis de ser entendidos se considerados como produto da sociedade moderna. Frente a essas determinações do mundo atual, as implicações, representações e construções ideopolíticas, ainda não está muito claro: qual é a idade da velhice?

*Qual a idade da velhice?*¹⁷³

A discussão sobre a idade da velhice é algo sempre muito estranho de fazer, pois, independente do enfoque tomado, das construções estabelecidas ela sempre vai estar vinculada a uma definição estática que está relacionada a condensação de um conjunto de anos vividos por um indivíduo. Há sempre um ponto de corte cronológico que marca uma possível definição da idade da velhice.

Ainda que de raízes positivista-cartesianas, a discussão sobre a idade da velhice está diretamente relacionada a um conjunto de determinações postas e controladas por uma decisão hegemônica que nunca representará com exatidão a experiência vivida. A discussão sobre a idade da velhice também tem como condição a identificação dos padrões e códigos

¹⁷² “O filho respeita o seu pai, admira-o, deseja identificar-se com ele e mesmo tomar seu lugar; este último desejo engendra ódio e medo. Os heróis míticos revoltam-se sempre contra o pai, e acabam por matá-lo. Na realidade, o assassinato é simbólico. A imagem do pai é despojada de seu prestígio; então, o filho pode reconciliar-se com ele. Mas a reconciliação só se completa quando o filho tomou realmente o lugar do pai” (BEAUVOIR, 1990, p. 267).

¹⁷³ Essa pergunta também foi feita por Mascaro (2004) em seu pequeno livro da coleção primeiros passos “o que é a velhice”.

sociais de cada grupo humano, em outras palavras, a definição sobre a idade da velhice sempre mudará de sociedade para sociedade¹⁷⁴.

Os marcadores sobre a idade da velhice, além de variarem de grupo social para grupo social, apresentam uma variação imensa entre pessoas de uma mesma coorte, por exemplo: há pessoas que já ultrapassaram a marca dos 60, 70 ou 80 anos e se mantêm bastante joviais, praticam atividades físicas, desempenham atividades intelectuais complexas e disfrutam de uma vida completamente independente, ao mesmo tempo que existem pessoas de 40 ou 50 anos que já apresentam características de desgaste físico, psicológico e social tão forte que, socialmente, são consideradas pessoas velhas. Há, nestes registros, uma carga fortíssima de preconceito e representações negativas sobre a velhice que fazem com que o entendimento sobre o que é velho seja construído como um conjunto de reproduções de estereótipos, estes estereótipos reforçam a construção de uma ideia geral sobre a idade da velhice.

Inequivocamente a sociedade e o mundo moderno têm gerado avanços constantes que alteram estes marcadores da idade da velhice, o que fez com que Mascaro (2004, p. 36) constate que: “nos dias de hoje, só em situação de pobreza ou doença, uma pessoa se sentiria no limiar da velhice aos 50 anos”.

Para Beauvoir (1990) uma das ideias periféricas dos argumentos sobre a velhice é que antes que se abata sobre nós a velhice é algo que se apresenta nos outros. Em Gabriel García Márquez, logo no início de “cem anos de solidão”, o autor apresenta Melquíades, um comerciante que de tempos em tempos visita a cidade de Macondo trazendo as novidades do mundo, Melquíades é descrito como um homem forte, cheio de vida, mas ao longo de suas idas a Macondo é possível acompanhar o seu processo de envelhecimento, principalmente em comparação ao personagem principal José Arcadio Buendía (aquele que quase não envelhece).

(...) Para esa época, Melquíades había envejecido con una rapidez asombrosa. En sus primeros viajes parecía tener la misma edad de José Arcadio Buendía. Pero mientras éste conservaba su fuerza descomunal, que le permitía derribar un caballo agarrándolo por las orejas, el gitano parecía estragado por una dolencia tenaz. Era, en realidad, el resultado de múltiples y raras enfermedades contraídas en sus incontables viajes alrededor del mundo. Según él mismo le contó a José Arcadio Buendía mientras lo ayudaba a montar el laboratorio, la muerte lo seguía a todas partes, husmeándole los pantalones, pero sin decidirse a darle el zarpazo final. Era

¹⁷⁴ Em que idade a velhice começa? Determinar a idade em que uma pessoa pode ser considerada idosa é uma tarefa difícil, pois num determinado momento histórico, numa determinada sociedade e em diferentes situações sociais, uma pessoa pode ser considerada idosa aos 70, aos 60, ou até mesmo aos 40 anos” (MASCARO, 2004, p. 35).

un fugitivo de cuantas plagas y catástrofes habían flagelado al género humano. Sobrevivió a la pelagra en Persia, al Escorbuto en el archipiélago de Malasia, a la lepra en Alejandría, al beriberi en el Japón, a la peste bubónica en Madagascar, al terremoto de Sicilia y a un naufragio multitudinario en el estrecho de Magallanes. Aquel ser prodigioso que decía poseer las claves de Nostradamus, era un hombre lúgubre, envuelto en un aura triste, con una mirada asiática que parecía conocer el otro lado de las cosas. Usaba un sombrero grande y negro, como las alas extendidas de un cuervo, y un chaleco de terciopelo patinado por el verdín de los siglos. Pero a pesar de su inmensa sabiduría y su ámbito misterioso tenía un peso humano, una condición terrestre que lo mantenía enredado de los minúsculos problemas de la vida cotidiana. Se quejaba de dolencias de viejo, sufría por la más insignificante percances económicos y había dejado de reír desde hacia mucho tiempo, por el escorbuto le había arrancado los dientes (MÁRQUEZ, 2014, p. 14-15).

A idade da velhice em Melquíades não aparece como uma consequência direta dos anos vividos como uma somatória estática, mas como o resultado da experiência dele com o mundo, com o acúmulo de superação das diversas doenças que o acometeram ao longo da vida. O que contava sobre a velhice de Melquíades era muito menos a noção exata do tempo que ele viveu, mas como o tempo marcou nele a sua passagem. Este é sem dúvida um dos maiores desafios de tentar construir uma definição do que seja a idade da velhice, aparentemente essa idade perde o seu sentido se não for acompanhada de uma grande e complexa análise da história de vida e uma reflexão profunda sobre os elementos que caracterizaram os indivíduos.

É, talvez, aquilo que Mascaro (2004, p. 38), considera: há “uma diferença existencial entre ser idoso e sentir-se idoso”, por isso, a dificuldade de se arquitetar uma definição fechada sobre qual é a idade da velhice. O que nos parece singular é entender que essa dificuldade existencial está constantemente tensionada com as imposições do mundo atual por definir um marco cronológico para a velhice.

Mascaro (2004) faz uma abordagem histórica sobre a busca pela definição da idade da velhice e encontra que na Idade Média havia uma orientação por tentar entender e classificar as idades da vida. As idades da vida eram correspondentes aos sete planetas conhecidos, ou seja, a vida dos seres humanos era dividida em sete¹⁷⁵ grandes estágios, como pode ser visto no quadro 06.

¹⁷⁵ “Na enciclopédia intitulada *O grande proprietário de todas as coisas*, uma compilação medieval dos escritos do Império Bizantino, as idades da vida correspondiam aos sete planetas. A primeira idade é a infância, que dura até os sete anos. A segunda idade é chamada de puerilidade e vai até os 14 anos. A terceira é chamada de adolescência, e pode estender-se até os 30 ou 35 anos, e corresponde à fase de procriação. A quarta idade é chamada de juventude e chega até os 45 ou 50 anos. Segundo Aristóteles, essa é a idade da plenitude das forças e da capacidade do indivíduo de ajudar aos outros e a si mesmo. A quinta idade é chamada de senectude, estendendo-

Quadro 06 – As idades da vida no período da Idade Média

As etapas das idades da vida	Correspondência em idade
Primeira idade – Infância	Do nascimento aos 7 anos de vida
Segunda idade – Puerilidade	Dos 7 anos aos 14 anos de vida
Terceira idade – Adolescência	Dos 14 anos até aproximadamente 30 ou 35 anos de vida
Quarta idade – Juventude	Dos 30 ou 35 anos até os 45 ou 50 anos de vida
Quinta idade – Senectude	Dos 45 ou 50 anos até os 70 anos de vida
Sexta idade – Velhice	A partir dos 70 anos de vida
Sétima idade – Senilidade	É atribuída à última etapa da velhice

Fonte: Adaptado de Mascaro (2004, p. 39).

A busca para designar as idades da vida nos ajuda a pensar sobre as idades da velhice, a discussão está posta desde a idade média, mas a definição exata de suas implicações é muito complexa, por isso, não se consegue chegar a uma definição muito precisa. Essa é mesma dificuldade encontrada nas definições das etapas psicossociais do desenvolvimento dos seres apresentadas por Erikson.

A definição da idade da velhice se dá no encontro entre a atitude de “abraçar a idade” que se tem e de entender as semelhanças e diferenças “entre as idades”, o que revela ser um processo que tem a ver com as construções da personalidade mediada pela prática social.

Por todo ciclo de vida, mudança e continuidade tecem uma teia intrincada. Conforme encontramos novos desafios, físicos e psicológicos, com os quais a vida nos confronta, nós mudamos, mesmo permanecendo os mesmos. Nesse aspecto, a velhice não é diferente dos outros estágios da vida. As mudanças são muitas, e são reais; negá-las, como alguns fazem em uma tentativa de combater o preconceito, é tolice (KARPF, 2015, p. 70).

Insistindo na busca por identificar a idade da velhice é possível perceber que a própria compreensão do que seja a idade influi diretamente nessa tentativa de definição abstrata. Aparece, então, a idade como uma explosão de possibilidades, dependendo de como se construa os locais de reflexão.

Assim como identificar a velhice de Melquíades em “cem anos de solidão” requeria buscar pistas para além do tempo do agora, reconstruindo os caminhos, entendendo a experiência real com o mundo concreto e as projeções e sonhos que moveram aquele personagem pelo mundo em buscar de novidades, precisamos recuperar as diversas pistas para enxergar os reais elementos que influenciam na construção da idade.

se até os 70 anos. A partir dos 70 anos, segue-se a fase da velhice. E a última parte da velhice é chamada senilidade (MASCARO, 2004, p. 39).

Sendo assim, podemos identificar uma idade cronológica, uma idade biológica, uma idade social e uma idade psicológica. Ou seja, quatro condições de significação para o mesmo marcador de tempo (quadro 07).

Quadro 07 – Quatro classificações possíveis da idades do ser humano

Tipos de idade	Características
Idade Cronológica	A idade cronológica está associada à data de nascimento da pessoas, e tem como características contar a quantidade de anos vivido, não se leva em consideração nenhum fator social, cultural, político ou econômico, a contagem é disparada desde o nascimento e só é encerrada no momento da morte dos indivíduos.
Idade Biológica	A idade biológica, em geral, está muito associada à idade cronológica, mas está mais definida pelas heranças genéticas em relação com o ambiente ao qual as pessoas realizam as suas vidas. Em termos gerais, a idade biológica acompanha as transformações hormonais, bioquímicas, anatômicas e fisiológicas dos organismos vivos.
Idade Social	A idade social está relacionada ao conjunto de normas estabelecida em cada formação social, corresponde a um conjunto de processos que se vinculam diretamente com padrões e comportamentos culturais, políticos e econômicos. A idade social é construída de forma normativa, pois leva-se em consideração os eventos sociais, as crenças e os paradigmas que atribuem características particulares para as pessoas de acordo com a idade e a posição social que ocupam.
Idade Psicológica	A idade psicológica assume um espectro de abrangência muito grande, em grande parte está relacionada com as transformações biológicas ocorridas no processo de envelhecimento. Não obstante, ela também é influenciada pelo conjunto de normas e expectativas elaboradas em âmbito social. As mudanças no curso de vida se expressam nos relacionamentos interpessoais, nas atitudes, sentimentos e no autoconceito dos próprios idosos.

Fonte: Adaptado de Mascaro (2004, p. 39-40).

Não pode prescindir da idade cronológica, pois não se pode negar que a data de aniversário é um marcador socialmente aceito para a definição dos termos do processo de envelhecimento e que indicam, principalmente nas questões jurídicas, os marcos para decisões relacionadas ao tema da velhice.

Com frequência a sociedade considera idosa aquela pessoa que está se retirando do mundo do trabalho, ou seja, está se aposentando. Mas a saúde física e mental, e a dependência de outras pessoas para a realização de suas necessidades básicas ou tarefas cotidianas, é também um indicador de que a pessoa está entrando na fase da velhice (MASCARO, 2004, p. 41).

A construção da idade da velhice passa necessariamente por entender os componentes cronológicos, biológicos, sociais e psicológicos que a conformam, sem esquecer que na modernidade ela, a velhice, só pode ser entendida tentando elucidar as determinações que

atendem a interesses relacionados, grosso modo, com os processo de reprodução ampliada do capital. Sendo assim, não só a velhice e o envelhecimento são capturados, mas a própria definição da idade influencia na construção da base sintagmática.

O mundo atual, convencionou, através de estudos realizados pela ONU, que a velhice é iniciada como etapa de vida a partir dos 60 anos de idade, em sociedade em processo de desenvolvimento (sociedades com processos de envelhecimento tardio). E 65 anos para os países que são considerados industrializados e desenvolvidos (sociedades com processos de envelhecimento prolongado).

A faixa cronológica localizada entre os 60 e 65 anos, em média, é considerada como um marcador da velhice, uma espécie de marco da idade, considerando que “é entorno destas idades que se acentuam as transformações biológicas típicas [... dessa] fase de vida. [Geralmente associada] ao desengajamento social do mundo do trabalho e o descompromisso com alguns papéis tradicionais da vida adulta” (MASCARO, 2004, p. 41-42).

É impossível, mesmo como indicativo ou marco geral, fechar uma conclusão sobre essas idades serem indicadores de velhice. Pois a velhice é completamente diferente se observarmos as condições de classe social, de gênero, ou de dependência, além das relações de trabalho e das relações afetivas, por exemplo. Há que se considerar que não existe uma velhice, senão velhices, no plural e com bastante ênfase a toda essa diversidade que uma construção plural pode abarcar¹⁷⁶.

Com fins didáticos para ajudar no recortes teóricos, faz-se importante tentar diferenciar e discutir um pouco sobre o envelhecimento a partir das dimensões biológica, humana e populacional. O que nos permite adjetivar e selecionar dimensões diferentes de reflexão. Essa diferenciação não se faz como um aprisionamento ou isolamento definitivo, as noções de envelhecimento biológico, envelhecimento humano e envelhecimento populacional interagem dialeticamente e nos permite uma melhor análise da questão da velhice.

¹⁷⁶ “(...) o envelhecimento, a vivência e a situação do idoso é marcadamente diferente se ele é rico ou pobre; se é saudável ou doente; se é dependente ou independente; se mora em sua casa ou em asilo [...] basta olharmos a nossa volta para percebermos a existência de muitos contrastes e portanto de uma grande diversidade de velhices” (MASCARO, 2004, p. 42).

Envelhecimento Biológico, Envelhecimento Humano e Envelhecimento Populacional

A busca por entender as dinâmicas relacionadas à vida e à morte é uma constante na história da humanidade, desde o pensamento filosófico até as ciências mais aplicadas as grandes questões relacionadas à busca do conhecimento humano era entender o que de fato gerava a vida e como essa vida poderia ser prolongada. Há relatos de estudos os mais diversos, muitos chamados de estudos alquimistas, que têm como fundamento encontrar a possibilidade da vida eterna, essa busca vai permear o imaginário humano de várias formas. Em todas as pesquisas e questionamentos o que estava em questão era a tentativa de conter o processo de obsolescência do corpo humano, ou seja, os médicos e todos os interessados em ciências tinham como parâmetro buscar eliminar ou diminuir o declínio¹⁷⁷ das atividades biológicas do corpo.

Essa busca da medicina nem sempre foi entendida como um conhecimento produto da racionalidade humana pura, senão era entendido como um comportamento paranormal, ou seja, quase mágico, principalmente no Egito e na Grécia Antiga. Muitos rituais hoje considerados relacionados ao campo do conhecimento da saúde, de uma forma geral, eram realizados como reflexo religioso ou como prática de magia¹⁷⁸.

Com base nos relatos científicos apresentados por Beauvoir (1990) e Mascaro (2004) é apenas com a figura de Hipócrates que a medicina assume uma centralidade diferente do universo mítico e metafísico e começa a ser entendida como uma prática científica capaz de trabalhar as condições de saúde e doença dos seres humanos. A medicina de Hipócrates estava intrinsicamente relacionada com as quatro substâncias fundamentais (quatro humores): o sangue, a linfa (fleuma), a bile amarela e a bile negra. Estas substâncias deveriam existir em equilíbrio no corpo humano, qualquer alteração em sua composição poderia causar doenças. Para Hipócrates a velhice era o resultado do desequilíbrio destas substâncias, ou seja, o envelhecimento biológico está diretamente associado a quadros de enfermidades.

A contribuição original de Hipócrates também está associada à contribuição sobre a velhice e as descrições sobre a velhice como doença. A exemplo das formulações sobre a idade da velhice estabelecidas no período medieval, Hipócrates, antes destes, já associava o

¹⁷⁷ “(...)no plano biológico, a noção de declínio tem um sentido muito claro. O organismo declina quando suas chances de subsistir se reduzem. Em todos os tempos, os homens tomaram consciência da fatalidade dessa alteração. Sabemos que desde a Antiguidade procuraram suas causas. A resposta dependeu da ideia que a medicina, considerada em seu conjunto, fazia da vida” (BEAUVOIR, 1990, p. 23).

¹⁷⁸ “No Egito e em todos os povos antigos, a medicina se confundiu com a magia. Na Grécia Antiga, ela não se separou logo da metafísica religiosa ou da filosofia” (BEAUVOIR, 1990, p. 23).

tempo de vida humano à ciclos da natureza. Segundo Beauvoir (1990, p. 23) cabe a Hipócrates o título de primeiro pensador “a comparar as etapas da vida humana às quatro estações da natureza, à velhice cabia o inverno. Relacionando essa construção metafórica com os elementos de natureza, Aristóteles diz que a velhice se assemelha ao inverno porque o elemento que move a vida é o fogo, o calor interno a cada indivíduo, sendo a velhice a época da vida em que esse calor é progressivamente diminuído, trazendo ao corpo a sensação de frio.

A sucessão de Hipócrates foi medíocre. Aristóteles impôs seus pontos de vista, que eram fundados na especulação e não na experiência; a condição da vida era, segundo ele, o calor interior, e ele associava a senescência a um resfriamento. Roma herdou noções através das quais os gregos haviam explicado os fenômenos orgânicos: temperamentos, humores, crase, pneuma. Na Roma de Marco Aurélio, os conhecimentos médicos não eram mais avançados do que na Grécia de Péricles (BEAUVOIR, 1990, p. 24).

A medicina do período antigo foi sintetizada através do trabalho de Galeno no século II; neste momento a velhice é colocada em um ponto meio entre dois extremos: a doença e a saúde. Galeno atribui à velhice a condição de redução das capacidades fisiológicas das pessoas.

Foi no século II que Galeno fez uma síntese geral da medicina antiga. Ele considera a velhice como intermediária entre a doença e a saúde. Ela não é exatamente um estado patológico: entretanto, todas as funções fisiológicas dos velhos ficam reduzidas ou enfraquecidas. Ele explica esse fenômeno conciliando a teoria dos humores [Hipócrates] e a do calor interior [Aristóteles]. Este último se nutre dos primeiros: extingue-se quando o corpo se desidrata e os humores se evaporam (BEAUVOIR, 1990, p. 24).

Por mais que houvesse um esforço por compilar todo o conhecimento da antiguidade, o máximo que era indicado para a construção de hábitos que ajudassem a manter uma vida saudável na velhice estava associada à hábitos de higiene. Mascaro (2004) chama atenção para o fato de que os hábitos de higiene no período antigo eram considerados meios preventivos para controlar as doenças. Além de manter os corpos limpos, era fundamental mantê-los quentes e úmidos. Galeno acreditava que para curar ou amenizar os males da velhice, era fundamental que os velhos se mantivessem ativos e que garantissem a regulação das temperaturas do corpo através da ingestão controlada de vinho¹⁷⁹.

¹⁷⁹ “Em sua *Gerocomica*, Galeno dá conselhos de higiene que foram respeitados na Europa até o século XIX. Ele pensa que, segundo o princípio *contraria contrariis*, é preciso aquecer e umidificar o corpo do velho: É

Influenciados pela teoria de síntese apresentada por Galeano as reflexões sobre a velhice e a saúde dos velhos ficaram por muitos e muitos anos restritas à protocolos de hábitos de higiene, sendo, no fundo, a grande maioria dos trabalhos realizados apenas paráfrases.¹⁸⁰

De uma forma geral, com base na sistematização feita por Mascaro (2004), identificamos oito teorias sobre o envelhecimento biológico que conectam os conhecimentos da antiguidade com teorias mais contemporâneas: Teoria do desgaste, Teoria do tempo de vida, Teoria da mutação genética, Teoria da não-compensação homeostática, Teoria do acúmulo de resíduos, Teoria das ligações cruzadas, Teoria da auto-imunidade e Teoria dos radicais livres. A fim de visualizar com clareza didática, vamos apresentar uma síntese de cada uma dessas teorias em um quadro (08) esquemático.

Quadro 08 – Síntese sobre as principais teorias biológicas do envelhecimento.

Teoria do Envelhecimento Biológico	Características
Teoria do desgaste	Esta teoria se baseia numa analogia entre o corpo humano e uma máquina, foi proposta em 1882 pelo biólogo alemão August Weismann. Da mesma forma que uma máquina sofre um desgaste pelo seu uso e por sua idade, o corpo humano também sofreria um desgaste ao longo do tempo prejudicial às atividades bioquímicas que ocorrem nas células, tecidos e órgãos. Houve muitas objeções a essa teoria, uma delas é de que é difícil provar que o trabalho pesado ou o estresse poderiam encurtar a vida. Outro argumento é de que algumas células têm a capacidade de se reproduzirem por toda vida.
Teoria do tempo de vida	É uma variante da teoria do desgaste e foi enunciada pelo fisiologista alemão Max Rubner em 1908 e baseia-se na ideia de que os animais nascem com uma certa quantidade de energia vital. Se a energia for gasta rapidamente, o envelhecimento será acelerado. Caso contrário, o envelhecimento será mais lento e a vida mais longa. Não se conhece a existência dessa substância e não há provas de que aqueles que levam uma vida agitada envelheçam mais rápido e vivam menos que os sedentários.
Teoria da mutação genética	Foi proposta originalmente no final da década de 40, e tentava explicar a causa do envelhecimento pela hipótese da mutação das células. O funcionamento das células é controlado pelo material genético – DNA e, quando há uma mutação genética nas células, eles continuarão a ocorrer até que cada órgão seja afetado pela mutação, resultando em envelhecimento dos órgãos. Pesquisas científicas mostraram que existe

necessário que ele tome banhos quentes, que beba vinho e também que seja ativo. Cita como exemplo o velho médico Antíoco que, aos 80 anos, ainda visitava seus doentes e participava de assembleias políticas, e o velho gramático Telefios, que conservou uma bela saúde até quase 100 anos” (BEAUVOIR, 1990, p. 24).

¹⁸⁰ “Durante séculos, a medicina não fez outra coisa senão parafrasear a obra de Galeano. Autoritário, certo de sua infalibilidade, ele triunfou num momento em que se preferia crer a discutir. Vivía, sobretudo, numa época e num meio no qual o monoteísmo vindo do oriente se afirmava contra o paganismo. Suas teorias estão impregnadas de religiosidade. Ele crê na existência de um Deus único. Considera o corpo como um instrumento material da alma. Os Patronos da igreja adotaram os seus pontos de vista, assim como os judeus e os árabes islâmicos. É por isso que, durante toda a Idade Média, o desenvolvimento da medicina foi quase nulo: consequentemente, a velhice permaneceu muito mal conhecida” (BEAUVOIR, 1990, p. 24-25).

	uma taxa crescente de mutação genética com o aumento da idade. Além disso, se o material genético sofrer prejuízos por elementos externos, como as irradiações, também poderão ocorrer mutações que prejudicarão os órgãos e sistemas.
Teoria da não-compensação homeostática	Coloca como marca-passo do envelhecimento o declínio da eficiência do mecanismo homeostático, que é responsável pelo equilíbrio fisiológico do organismo. Na velhice haveria portanto defeitos homeostáticos, como por exemplo a dificuldade do idoso em manter a temperatura normal do corpo quando exposto ao frio ou ao calor, a dificuldade de regular o nível glicêmico e a incapacidade dos rins em manter a homeostase. Outros sinais de envelhecimento que denotam defeitos no sistema homeostático são o desequilíbrio hormonal, a menor capacidade do sistema endócrino de reagir a tensões – tanto tensões físicas quanto socioambientais – e a degeneração e atrofia das gônadas.
Teoria do acúmulo dos resíduos	Infere que a principal causa do envelhecimento é a intoxicação das células provocadas pelas toxinas e resíduos acumulados no organismo. Na verdade, existem indícios da existência de resíduos que poderiam prejudicar a função celular. Um pigmento que se acumula com a idade, chamado lipofuscina, se deposita em muitos tipos de células, tanto do organismo animal como do ser humano que envelhece. Os pigmentos se acumulam mais nas células nervosas e nas células do músculo cardíaco. Mas ainda não há provas de que esse pigmento possa realmente prejudicar o funcionamento das células normais e causar o envelhecimento.
Teoria das ligações cruzadas	Discute sobre a função do colágeno no processo de envelhecimento. O colágeno é uma proteína importante, encontrada em tendões, ligamentos, ossos, cartilagem e pele. A proteína do colágeno consiste principalmente em moléculas paralelas, como uma escada, unidas por degraus, chamados ligações cruzadas. Nos organismos jovens, as ligações cruzadas estão unidas a apenas algumas “escadas”, e se movimentam livremente, com flexibilidade. Com a idade, as ligações cruzadas aumentam e os tecidos ficam menos flexíveis. A textura da pele ilustra bem esta teoria: a pele jovem é macia e flexível, com poucas ligações cruzadas no colágeno, enquanto a pele da pessoa idosa se apresenta enrugada e envelhecida, em decorrência do maior número de ligações cruzadas. As ligações cruzadas prejudicam o metabolismo do organismo, em decorrência da obstrução do fluxo de nutrientes para dentro e para fora das células. Os defensores dessa teoria acreditam que as ligações cruzadas podem ocorrer também em outras moléculas, como as que compõem os nossos genes.
Teoria da auto-imunidade	Esta teoria fundamenta-se na descoberta de que, com o envelhecimento, ocorre uma diminuição da produção de anticorpos pelo sistema imunológico. Além disso, o sistema imunológico pode produzir anticorpos que irão combater as proteínas normais do organismo. Ou seja, proteínas normais são vistas como “estranhas” pelo sistema imunológico. Como consequência, pode ocorrer a destruição ou o dano de proteínas normais. Esse processo chama-se auto-imunização e aumenta com o envelhecimento. Uma das conclusões dessa teoria é que o aumento da longevidade se relaciona com uma mais lenta produção de anticorpos.
Teoria dos radicais livres	Esta teoria foi desenvolvida pelo bioquímico norte-americano Denhan Harman, em 1956, sugere que a principal causa do envelhecimento seria a existência de um dano celular provocado pela atuação dos radicais livres de oxigênio. Os radicais livres são moléculas incompletas, reativas e muito sensíveis, produzidas pelas reações químicas naturais do organismo, que, liberadas, reagiriam sem controle, danificando as estruturas essenciais das células, como o DNA, o código genético que comanda a reprodução celular. Os cientistas têm realizado pesquisas com um grupo de substâncias químicas que inibem a formação de radicais livres no organismo. Essas substâncias são chamadas de antioxidantes, e sua função é impedir que o oxigênio se combine com outras moléculas e

	formem os radicais livres. Nosso organismo produz vários antioxidantes, como as enzimas chamadas superóxido dismutase, catalase e peroxidase de glutathione.
--	--

Fonte: Adaptado de Mascaro (2004, p. 44-49).

Este quadro síntese apresenta um movimento evolutivo sobre as principais teorias que ajudam a contar a história do envelhecimento biológico. Entretanto, por mais estudado que seja e por mais complexas sejam as pesquisas, o objetivo dos alquimistas ainda não foi alcançado, nem superado, em outras palavras, o processo de envelhecimento do organismo não é reversível, mas estudar esse processo é fundamental para entender o funcionamento do corpo e quais são os elementos que mais influem no ato natural de envelhecer. Ainda assim há neoalquimistas que imaginam construir técnicas antienvelhecimento (uma piada).

O envelhecimento biológico pode ser definido como “o tempo de vida humana que o organismo sofre consideráveis mutações de declínio na sua força, disposição e aparência, as quais não incapacitam ou comprometem o processo vital”. (CARVALHO, 2007. p. 28).

A psicologia do envelhecimento define o processo de envelhecimento não a um estado, senão como um processo que tem como característica um desgaste gradual e diferencial em todos e cada ser.

Ele [o processo de envelhecimento biológico] diz respeito a todos os seres vivos, e o termo natural é a morte do organismo. É impossível assinalar seu começo, pois, o segundo o nível em que nos situamos (biológico, psicológico ou sociológico), a sua velocidade e o seu rigor são extremamente variáveis de um indivíduo para outro (FONTAINE, 2010, p. 18).

Os estudos sobre o envelhecimento biológico ajudam a perceber que há uma parcela significativa de fatores relacionados à hereditariedade genética que produzem condições maiores ou mais restritas de longevidade aos organismos. Sabe-se também que o processo de envelhecimento dos organismos vai variar de organismo para organismo e de espécie para espécie. Até a data do presente, têm-se que a longevidade máxima do homem circula entorno dos 110 aos 120 anos (FONTAINE, 2010).

O que nos faz perguntar: o que é o envelhecimento humano?

Poderíamos ter iniciado o capítulo com essa pergunta, talvez ela ajudasse a organizar mais claramente o conteúdo em debate, mas, tenho a impressão de que, mesmo organizando os conteúdos e os conceitos da maneira mais didática possível em algum momento algumas definições tocariam em outras que influenciariam outras e mais uma vez estaríamos em um percurso complexo e cheio de incertezas. Se entendemos, apenas para início de conversa e

com fins de organização do pensamento, que a velhice do homem faz parte de um ciclo natural da vida, como propõe Mascaro (2004, p. 51), nascer, crescer, amadurecer, envelhecer e morrer. Na mais simples das definições, o envelhecimento humano corresponde a um processo gradual e constante que atinge a todos os seres humanos.

Se aos poucos vamos sofisticando as construções teóricas sobre o envelhecimento humanos, vamos acabar por concordar com Paiva e Del-Masso (2007, p. 53-54), quando propõe que “o envelhecimento humano é uma conquista e está intimamente ligado aos diversos fatores, dentre os quais os familiares, os emocionais, os biológicos, os cognitivos e os socialmente construídos”. Em sendo uma conquista relacionada com os elementos individuais e socialmente estabelecidos, o envelhecimento humano tem a ver com a conquista de condições de longevidade. Por isso, “transformou-se em uma das maiores preocupações do mundo contemporâneo” (PAIVA; DEL-MASSO, 2007, p. 51).

Ao passo que o envelhecimento humano se transformou em uma preocupação de muitas áreas do conhecimento e ganha, progressivamente, espaços de diálogo cada vez mais abertos e menos resistentes a temática, seria mentiroso afirmar que toda essa construção sobre o envelhecimento não se dá sem conflitos de ordem conceitual, metodológica e operacional. As questões epistemológicas que ajudariam a compor a base das pesquisas sobre o envelhecimento humano ainda estão por ser construídas. Mesmo tendo uma tradição nos estudos das ciências da saúde, ainda não há um trabalho epistemológico denso capaz de ajudar na padronização conceitual ou metodológica sobre o tema.

As pesquisas realizadas em diferente âmbitos

(...) sugerem a existência de uma certa imprecisão quando se trata do envelhecimento, termo que nomeia tanto o objeto de estudo como também o campo de intervenção. Consequentemente, parece que um dos aspectos relacionados a essa imprecisão é a falsa impressão de que o envelhecimento é, ao mesmo tempo, objeto e campo de estudo. [...] No entanto, o processo de envelhecimento humano, na qualidade de objeto de estudo, está circunscrito a diferentes ordens de fenômenos [...], essa diversidade imprime um certo grau de dificuldade na hora de defini-lo como objeto de estudo. Por outro lado, em decorrência dessa diversidade, as diferentes disciplinas que tratam do envelhecimento adotam critérios distintos para delimitar seu campo de investigação e intervenção (BASSIT; WITTER, 2010, p. 15).

Essa confusão de abordagens leva a uma grande incorreção quando à aplicabilidade e diferenciação dos estudos de envelhecimento humano e envelhecimento populacional, por exemplo. Apesar de muito próximos, estes estudos compreendem objetivos, noções, conceitos e abordagens totalmente diferentes, mas em quase todas os materiais pesquisados, os autores

misturam essas duas concepções e as tratam como se sinônimo fossem. Obviamente que essa imprecisão conceitual não denigre a qualidade dos estudos, mas dizer que se faz um estudo sobre o envelhecimento humano não é dizer se está realizando um estudo sobre o envelhecimento da população. Em relação mais ou menos simples podemos afirmar que os estudos da população estão considerados dentro do envelhecimento humano e o envelhecimento humano é uma das perspectivas do envelhecimento biológico.

Utilizando-se de uma lógica simples, é fácil perceber que a condição natural e biológica contêm a dimensão humana, uma vez que o homem é natureza, ou seja é uma espécie dentre tantas outras. Assim como o homem, animais, plantas e seres menos complexos têm um tempo de vida associado a um ciclo, o cumprimento desse ciclo que leva à morte contêm necessariamente um processo de envelhecimento. Só que por ser um ser social, o envelhecimento humano assume particularidades que superam as determinações biológicas, como estamos discutindo reincidentemente neste capítulo. Essa variedade de fenômenos que influem sobre o envelhecimento da espécie humana é dotado de grandes particularidades.

O envelhecimento vai se abater sobre cada pessoa de acordo com um conjunto muito amplo de determinações, e essas determinações vão tomar as grandes, pequenas ou médias populações, vai abranger tantos os moradores do norte, quanto do sul, bem como os do leste e do oeste. Quando as características de envelhecimento são percebidas em um número grande pessoas em um lugar ou um conjunto de lugares específicos estamos tratando do envelhecimento de uma população.

Na perspectiva da população “o envelhecimento é principalmente uma questão demográfica” (FONTAINE, 2010, p. 18).

Neste trabalho a preocupação principal é entender os sentidos geográficos do envelhecimento humano na cidade do Recife, localizada no nordeste brasileiro, capital do Estado de Pernambuco. Para realizar esse tipo de reflexão foi preciso então recuperar a característica do envelhecimento populacional brasileiro e chegar, analiticamente, até a cidade. Mas esse recurso de escala não tem como finalidade usar as projeções e dados estatísticos para chegar a respostas fechadas, senão os apresenta como um direcionamento temático geral que ajuda na interpretação de contextos gerais, por isso são meios de análise e não resultados. Ou seja, o envelhecimento populacional aparece como um atributo do envelhecimento humano.

Entendo que o envelhecimento humano se caracteriza como um conjunto de significados produzidos pela própria sociedade, por isso se apresenta como um processo amplo que abarca as dimensões naturais, demográficas, culturais, políticas, econômicas, etc.

Frente a essa condição, o significado da condição do velho pode ser forjado a partir de chaves analíticas as mais diversas.

Aprioristicamente, pode-se elucubrar sobre uma redução na condição de ‘cidadania’ dos velhos quando atingem uma etapa da vida em que a sua força de trabalho, em todos os sentidos, não parece ser mais atrativa ao processo de reprodução do capital. Sendo assim, esse grupo de pessoas em idade mais avançada fica, em termos, subjugado às transformações constantes da sociedade moderna, que em função das flexibilizações das leis trabalhistas se tornam vulneráveis em relação às condições de subsistência. Essa ‘nova’ realidade que se impõe coloca o velho, na contemporaneidade, em condição de perplexidade.

A velhice associada à aposentadoria, em alguns casos, põe em xeque a importância social do indivíduo. O que faz com que o sujeito velho e “envelhecendo” sinta que mesmo com o acesso ao sistema previdenciário a sua participação na sociedade e na família é constantemente diminuída. O abandono da vida orientada para a produção em contraposição com o novo cotidiano imposto sob os auspícios de uma pseudo-ociosidade acaba por massacrar e deteriorar a autoestima do velho.

Em alguns casos, essa condição pode conduzi-lo a uma espécie de isolamento (social e psicológico). A redução do contato com o mundo exterior ao da casa se torna constante, o que faz surgir um sentimento de inutilidade e solidão, o principal vetor que contribui para cenários de depressão que em certa medida podem levar a privação das relações sociais e conduzir à morte (CARVALHO, 2007, p. 68).

Faz-se fundamental reforçar que esse lugar social da velhice nas sociedades modernas e ocidentais não é uma convecção, ele revela um comportamento geral, mas se voltarmos o pensamento para as sociedades antigas, ou para algumas tribos de indígenas ou até mesmo para a sociedade oriental, o velho assume um papel de maior destaque. Em alguns contextos, como nos apresenta Beauvoir (1990), o velho e a velhice estão diretamente relacionados ao conhecimento acumulado do mundo, entendidos como sinônimo de experiência, a eles é atribuída a “condição de sábio”. Se pensarmos a partir da antiguidade, “(...)ser velho conferia uma posição dignificante e todos que atingiam essa etapa eram acatados como sábios” (CARVALHO, 2007, p. 48).

A condição de vida contemporânea é muito desafiadora ao pensamento social, pois, ainda que a celeridade com que o mundo moderno produz caminhos possíveis para a ampliação da participação dos indivíduos no tecido social, esses caminhos são negados a uma parcela social significativamente grande, e em especial os velhos quase não acessam essas novas possibilidades de mediação da vida. Há claramente uma destinação das novas

novidades obedecendo aos esquemas de reprodução da vida dos novos jovens que substituem a força de trabalho dos antigos proletários. Mesmo com toda a tecnologia (será que toda ou apenas os fragmentos dela?) construída e difundida como conquista da humanidade, elas não chegam muito facilmente para os velhos.

Mesmo entendendo o caminho desigual da circulação das tecnologias em forma de mercadoria mediadas pela construção ideológica do fetiche e do fetichismo (propaganda, marketing, designer, etc), é importante resgatar a noção geral de que a sociedade evolui (ou deveria evoluir) na direção do atendimento às necessidades humanas, e, por isso, a base de transformação da vida precisa ser pensada na perspectiva de atender aos padrões de conforto e de possibilidade de mobilidade para todos os grupos sociais e não para um conjunto de pessoas selecionadas pela “sacrossanta” influência do capital¹⁸¹.

A leitura de um mundo igualitário é constantemente ofuscada por uma lógica gananciosa que é conduzida por um mundo guiado pela/ para produção de mais-valia que integra fortuitamente a base tecnológica como elemento de exclusão. Para tanto, a sociedade, como está organizada hoje, é marcada pelos ditames de um modelo de reprodução do capital que se amalgama numa condição de espetáculo¹⁸², e que cria a ilusão de que a felicidade e satisfação pessoal estão condicionadas ao pertencimento ao mundo do dinheiro, afrouxando assim as redes de solidariedade e a alteridade, colocando o outro como um estranho, nesse processo que degrada cada vez mais a vida dos velhos, reproduzindo um local periférico para o direito de envelhecer, aí se localiza o processo de envelhecimento humano na sociedade moderna.

A sociedade, no entanto, compartilha entre os seus, um conjunto de códigos e comportamentos que tendem a esconder as falhas e os defeitos e valorizar apenas o que é considerado socialmente belo, forte, novo. Essa condição de espetáculo monta uma farsa coletiva em que todos compartilham valores alienados e a realidade é cada vez mais relegada a um nível inferior da discussão.

¹⁸¹ Essa condição catalisada pela força das permanências e interagindo com as transformações marca profundamente o movimento demográfico observado. Os avanços da medicina e o peculiar desenvolvimento da indústria farmacêutica, além das políticas para redução da miséria, auxiliaram na configuração contemporânea do envelhecimento e da condição desse envelhecimento.

¹⁸² O espetáculo, compreendido na sua totalidade, é simultaneamente o resultado e o projeto do modo de produção existente. Ele não é um complemento ao mundo real, um adereço decorativo. É o coração da irrealidade da sociedade real. Sob todas as suas formas particulares de informação ou propaganda, publicidade ou consumo direto do entretenimento, o espetáculo constitui o *modelo* presente da vida socialmente dominante. Ele é a afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e no seu corolário — o consumo. A forma e o conteúdo do espetáculo são a justificação total das condições e dos fins do sistema existente. O espetáculo é também a *presença permanente* desta justificação, enquanto ocupação principal do tempo vivido fora da produção moderna (DEBORD, 1991).

A condição do espetáculo social engendrada pela sociedade moderna e denunciada por Debord (1991) precisa encontrar meios de ser urgentemente transformada, claro que não se tem a pretensão ingênua e idealista de propor uma derrubada irresponsável do capitalismo, mas é urgente que a realidade seja, ao nível da vida cotidiana, desvelada, é fundamental que seja amplamente entendido que “o mundo tal como ele é” é reflexo de grandes desigualdades, desigualdades que diariamente condenam uma parcela muito grande de pessoas à morte; nesta sentença condenatória muitos nos nossos velhos morrem antes do tempo.

Faz-se urgente estabelecer reflexões sérias e comprometidas não apenas com a análise do processo de envelhecimento, mas, preocupadas com as necessidades da “sociedade envelhecida” que reivindica cuidados coletivos e responsabilidade do Estado.

O envelhecimento humano, tomado como um conceito referencial que se identifica mais com uma condição social em processo e muito menos com o atingir etapas cronológicas da vida, assume uma condição de centralidade na busca por entender o movimento de totalidade da sociedade. Neste movimento capaz de enxergar as contradições e as alienações que envolvem o processo de reprodução social e assumem um relevo particular na velhice, é possível considerar os elementos biológicos, sociais e demográficos. Por isso, o conceito do envelhecimento humano ajuda a ver com mais acuidade do que o de envelhecimento biológico ou mesmo o de envelhecimento populacional, pois como tratamos na introdução, o estudo populacional tem como característica uma condição estática, em que os dramas humanos são separados das suas significações a partir da construção arbitrária de representações que fragmentam a leitura do todo social.

Não obstante, não se trata de condenar a demografia e os estudos do envelhecimento populacional a uma marginalidade do pensamento: eles têm uma importância significativa para nos aproximar aos fenômenos, tanto que o segundo capítulo desta tese será construído a partir dos dados estatísticos e das interpretações possíveis, configurando uma dimensão fenomênica da construção das reflexões dialéticas.

Entretanto, antes de chegar ao segundo capítulo, vamos dar uma olhada na construção de reflexões relacionadas aos estudos do envelhecimento populacional

Envelhecimento populacional:

Ao passo que para Fontaine (2010), o envelhecimento é essencialmente demográfico, para Coutrim (2010), ficar apenas nas afirmações sobre a materialidade do envelhecimento

populacional não é mais novidade¹⁸³, por isso mesmo novas perguntas e novas abordagens precisam ser estabelecidas para que a questão ganhe profundidade de debate.

Já não é mais novidade afirmar que há uma constante e progressiva elevação na expectativa de vida da população mundial, especialmente aquela dos países em processo de desenvolvimento. Estas transformações relacionadas às permanências dos grupos humanos na vida acabam por atribuir ao fenômeno do envelhecimento populacional uma importância maior do que em qualquer outro tempo histórico. As últimas décadas do século XX associadas com as primeiras do século XXI demonstraram que a questão do envelhecimento em massa assumiu proporções mundiais, ou seja não está restrito apenas a um grupo selecionado de países com condições de industrialização e desenvolvimento humano diferenciado.

Este panorama mundial, se não muda, pelo menos chama atenção à questão da velhice e do processo de envelhecimento humano. Ainda que os estigmas e preconceitos sejam muito fortes e reincidentes, já não podemos afirmar com tanta veemência quanto Beauvoir (1990) afirmou que havia uma indiferença social em relação à velhice, parece-nos próprio da condição atual que os velhos, a velhice e o processo de envelhecimento cada vez mais preencham as pautas de discussões dos governantes, da sociedade e dos movimentos sociais organizados. Se não por uma questão de humanidade, ao menos pela necessidade de se discutir características novas que se impõem como desafio aos sistemas previdenciários.

A situação é, do meu ponto de vista, alarmante, pois, com o envelhecimento das populações, em escala quase mundial, algumas sociedades, como aconteceu no Reino Unido, em agosto de 2008, por exemplo, vão registrar, pela primeira vez na história, o número de aposentados(as) excedente em relação ao de jovens com menos de 16 anos (PAIVA, 2014, p. 147).

A nova condição social, a partir do envelhecimento, propõe rever paradigmas que tocam a todos e por isso força que até os mais jovens reflitam sobre a velhice. Aparentemente esse momento histórico faz enxergar que a velhice é cada vez menos um processo pontual e se apresenta como uma inevitabilidade para todos os seres humanos. Isso não pode passar despercebido em nenhuma esfera da vida. Em palavras mais simples, ainda que exista uma carga pejorativa em relação ao ato de envelhecer, as pessoas se veem obrigadas a não mais ignorar o grupo dos velhos e dos “envelhecentes”, pois, já não são, numericamente, minoria,

¹⁸³ “O envelhecimento populacional tem sido amplamente divulgado e já é de conhecimento do senso comum, porém, ao tratar desse tema – caminho inexorável e cada vez mais certo a ser traçado por todos os seres vivos – muitos questionamentos precisaram ser feitos” (COUTRIM, 2010, p. 43).

ainda que socialmente resistam na condição de grupo minoritário. Para a apresentação desse “novo grupo”, estatisticamente consolidado e em franco processo de crescimento, faz-se necessário estabelecer um novo conjunto de ordem paradigmática que estabeleça novas posturas em relação às interações sociais e inter-geracionais.

A velocidade do processo de envelhecimento populacional tem uma correlação direta com melhoria de taxas sociais e a aceleração do crescimento da população mundial¹⁸⁴.

A humanidade atinge o seu primeiro bilhão de habitantes em 1801, seu segundo em 1925, ou seja, em 124 anos, seu terceiro em 1959, ou seja, em 34 anos, seu quarto bilhão em 1974, em quinze anos, seu quinto em 1986, em doze anos, e doravante a Terra se povoa de um bilhão de habitantes suplementar de dez a doze anos. É possível assim prever que seremos dez bilhões de seres humanos em 2040 (FONTAINE, 2010, p. 18).

Somos muitos, vivemos mais, exploramos cada vez mais os recursos naturais, utilizamos mais tecnologia, por isso, envelhecemos mais e com mais qualidade de vida, parece ser o diagnóstico óbvio desse processo. Essa perspectiva só pode ser entendida se olharmos para a realidade com os olhares da lógica formal que nos impede de ir para além da imediaticidade da leitura fria dos dados. Se olharmos apenas para o fato de que já não morremos de grandes doenças endêmicas ou pandêmicas, podemos pensar que o mundo é um lugar melhor para viver, ou se nos forçamos a observar as maravilhas da farmacêutica, da medicina e das novas tecnologias que nos dão capacidade de criar novos limites de resiliência para doenças e condições insalubres, balela. O acesso às maravilhas do mundo moderno tem portão de controle, um escândalo social coletivo naturalizado na banalização das perversidades.

O mundo atual parece se assemelhar a um lugar de possibilidades construídas pela humanidade. Talvez estes elementos até sirvam para explicar o aumento da quantidade veloz das pessoas e dos sobreviventes ao tempo, mas ele não revela as condições dessa vida, assim, o fato de sobrevivermos mais não significa dizer que vivemos melhor.

Nos novos contextos produtivos, a vida precária não é um impeditivo à vida. Os sistemas públicos de saúde garantem um acesso mínimo a vacinas, programas de controle de

¹⁸⁴ “As causas dessa “aceleração” demográfica, única na história dos primatas, são bem conhecidas. Durante milênios, mortalidade e fecundidade ficaram quase equilibradas, com uma leve vantagem para a vida. Esse equilíbrio foi rompido essencialmente por duas razões, que são as consequências da industrialização. A primeira é a queda vertiginosa da mortalidade infantil pela quase erradicação das doenças infecciosas. A segunda é um aumento, igualmente impressionante, da longevidade. A esperança de vida não parou de crescer desde o século XVIII nos países que conheceriam a grande revolução industrial. Até o século XVIII, a esperança de vida não passava dos 30 anos. Em 1956, ela era de 66 anos nos países desenvolvidos e de 41 nos países em vias de desenvolvimento” (FONTAINE, 2010, p. 18).

doenças, diminuição de doenças vetoriais, mas isso ainda não impede a restrição em relação às condições de acessibilidade e de mobilidade reduzidas, não ajuda na inserção de postos de trabalhos menos precários, como também não garante a qualidade do sistema educacional, além de não garantir meios materiais para a manutenção de vida saudável, todas as observações, reportagens, pesquisas e relatos de experiências não nos deixa mentir.

O avanço técnico e tecnológico (se ele existe, não é compartilhado para todos, nem muito menos da mesma forma), no limite, nos permite apenas a capacidade de sobreviver, mas a vida não se restringe à permanência ou resiliência, estamos todos de acordo, acredito, que o ato de viver contém muito mais que aprisionamentos, que liberdades.

De acordo com Moreira (1999, p. 43) o envelhecimento populacional é entendido como “o crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia a sua participação relativa no total da população”. Tornando o envelhecimento populacional ainda mais distante do drama escondido nos números, Carvalho & Garcia (2003) afirmam: o processo de envelhecimento da população “não se refere nem a indivíduos, nem a cada geração, mas, sim, à mudança na estrutura etária da população, o que produz um aumento do peso relativo das pessoas acima de determinada idade, considerada como definidora do início da velhice”.

Moreira (1999), Carvalho & Garcia (2003), Camarano (1999, 2002, 2005), Fontaine (2010), Coutrim (2010), entre tantos outros, concordam que há um processo intrínseco na observação demográfica sobre os estágios de transição populacional e o processo de envelhecimento da população que revelam dois aspectos particulares em relação ao sentido do processo de envelhecimento da população.

O primeiro estágio do processo de envelhecimento está relacionado a existência de uma diminuição nas taxas relacionadas à fecundidade: “o período de declínio da fecundidade marca o início do processo de envelhecimento populacional pela base¹⁸⁵, sendo típico daqueles países que historicamente tinham altas taxas de fecundidade” (MOREIRA, 1999), essa oscilação, ou seja, diminuição na quantidade de nascidos influi diretamente na relação com os mais velhos, o que faz com que a população assuma um perfil mais envelhecido em relação a momentos anteriores. Entretanto, quando o aumento do número percentual da população idosa acontece independente da diminuição do número de jovens na população, ou seja, por uma conjunção de fatores os mais velhos começam a viver mais tempo, o processo

¹⁸⁵ A ideia do envelhecimento populacional pela base tem como conceito a ampliação do peso relativo da população dos indivíduos acima de 60 anos e como consequência aparece uma redução do grupo etário jovem, com base na queda da fecundidade.

de envelhecimento populacional se dá pelo topo, o que tem uma relação direta com queda das taxas de mortalidade¹⁸⁶ e o aumento da expectativa de vida ao nascer.

Quando as causas do processo de envelhecimento de uma população são atribuídas aos resultados da combinação do envelhecimento pela base e pelo topo, aparecem indícios de que o processo de envelhecimento seja mais definitivo e muito mais complicado de ser revertido. Originalmente este é o perfil do envelhecimento populacional nos países no norte. Contemporaneamente, o Brasil começa a experimentar o fenômeno da redução da taxa de mortalidade associada ao aumento da expectativa de vida da população, o que demonstra que o processo de envelhecimento populacional brasileiro está atingindo muito rapidamente o perfil do envelhecimento da população de alguns países do continente europeu.

Em cenário mundial, o envelhecimento da população assume várias particularidades, e nem sempre está associado apenas a um fator, por exemplo, se em algum país ou região específica for percebido uma redução da taxa de mortalidade, mas ela não for acompanhada do aumento da expectativa de vida, no lugar de um envelhecimento populacional pode ser que tenhamos um processo de rejuvenescimento populacional, pois, em geral, com baixas taxas de mortalidade, a população jovem, geralmente aquela em período produtivo, aumenta. Outro fenômeno para diminuir a taxa de envelhecimento está vinculado ao aumento da taxa de fecundidade e de natalidade, o aumento destas taxas eleva consideravelmente o número dos nascidos, o que faz com que a população receba um incremento significativo de jovens¹⁸⁷.

A atividade migratória também pode contribuir para o rejuvenescimento de uma população ou para o seu envelhecimento. Se considerarmos que em cidades pequenas, fenômeno muito comum nos “pueblos” espanhóis ou nas pequenas vilas da região do sul da França, exista uma migração dos jovens que saem de suas cidades pequenas em busca de estudos ou de melhores condições de trabalho, haverá consideravelmente um aumento da população de pessoas mais velhas pela ausência de pessoas mais jovens. Neste caso, a área

¹⁸⁶ A queda da mortalidade como determinante do envelhecimento pelo topo, define a consolidação do processo de envelhecimento e é próprio das populações que já atingiram a maturidade demográfica, nas quais os níveis de fecundidade já são baixos e os níveis de mortalidade continuam a declinar, concentrando-se, entretanto, entre as faixas etárias mais elevadas, pois os níveis de mortalidade infantil e infanto-juvenil já encontraram os limites possíveis de redução e os da mortalidade adulta estão fortemente associados a padrões de comportamento difíceis de serem mudados (MOREIRA, 1999).

¹⁸⁷ “Na verdade, o declínio da mortalidade, tal como o observado até agora, teve como efeito um rejuvenescimento das populações, e não seu envelhecimento. Isto, por duas razões: (1) proporcionalmente, a queda se concentrou mais nas idades mais jovens, o que, por si só, não teve impacto direto, a não ser em curto prazo, na distribuição etária proporcional; (2) ao propiciar, em cada coorte, um número maior de mulheres sobreviventes até o final do período reprodutivo, o declínio da mortalidade teve como consequência, um número maior de nascimentos, o que, como visto, leva a uma proporção maior de jovens na população” (CARVALHO & GARCIA, 2003, p. 728).

em questão passará por um processo de envelhecimento por fins migratórios. O contrário, gera, logicamente, um processo de rejuvenescimento, o que é menos comum, mas possível.

O envelhecimento populacional, além de se apresentar como um dado de realidade nos países em processo de desenvolvimento, vem se realizando com uma velocidade muito maior do que se deu nos países desenvolvidos, algumas dezenas de anos atrás¹⁸⁸.

Em alguns anos o México e o Brasil, por exemplo, apresentarão quantidade significativa de pessoas velhas em sua estrutura populacional. Essa condição inédita, altera as relações estabelecidas em âmbito interno a estes países, alterando as questões previdenciárias, por exemplo, em escala mundial. Mas também altera todos os planos de realização da vida.

(...)Todos os níveis da nossa sociedade estão relacionados com esse fenômeno [o envelhecimento das populações]. No plano econômico, isto se traduz e se traduzirá em um aumento contínuo do número de aposentados. No plano social, toda a infraestrutura dos sistemas de proteção deve e deverá se adaptar. No plano cultural, profundas modificações aparecem e aparecerão em razão do aumento do tempo de lazer. Nos planos médico, biológico e psicológico, os pesquisadores são e serão levados, por razões tanto teóricas como práticas, a estudar de maneira intensa o envelhecimento a fim de compreender melhor os seus mecanismos. Num plano mais geral, o desafio fundamental é permitir às pessoas não somente morrer o mais velhos possível, mas também viver uma velhice com êxito (FONTAINE, 2010, p. 20).

Associado a estas alterações de várias ordens e em vários planos, em particular nos países de envelhecimento populacional tardio, o envelhecimento da população se nota com maior expressão nas áreas urbanas. Já não é mais novidade afirmar que a população brasileira se concentra majoritariamente em áreas urbanas, como mostram os dados do Censo (2010).

Do ponto de vista urbano, essa condição de grandes números populacionais envelhecetes revela uma fragilidade na estrutura física das cidades; é perceptível que estes aglomerados urbanos não estejam preparados e não estejam se preparando para esse perfil populacional, o que reforça a inacessibilidade e a mobilidade reduzidas, por exemplo.

¹⁸⁸ “Apesar de ser um fenômeno mundial, a aceleração do envelhecimento populacional se torna mais acentuada nos países e regiões de desenvolvimento econômico e social mais recente, como é o caso da América Latina e Caribe, que apresentam uma taxa de crescimento deste contingente populacional em torno de 3%, com tendência a crescer para 4% ainda nas primeiras décadas deste século. Embora com intensidades e temporalidades diferentes, os diversos países da região tiveram diminuídas suas taxas de natalidade e mortalidade e elevado o contingente de pessoas adultas, bem como as maiores de 60 anos. Tais modificações têm produzido um estreitamento na base das suas pirâmides demográficas. Em termos absolutos, em 2025 prevê-se chegar a 62 milhões de pessoas acima de 60 anos na América Latina e Caribe, sendo que em cada quatro pessoas idosas, uma terá mais de 75 anos” (COUTRIM, 2010, p. 44).

Estas dificuldades na acessibilidade e na mobilidade dotam o espaço urbano de barreiras territoriais que constroem a realização da vida cotidiana, principalmente dos velhos. As necessidades eminentes ao processo de reprodução da vida em condição de velhice, quando associada ao fenômeno do aumento progressivo do envelhecimento populacional, podem ser entendidas como grandes questões sociais a serem tratadas, pois além de representar uma parcela significativa dos habitantes da cidade, tem a sua reflexão direcionada a um conjunto de características inerente à condição da velhice.

Percebe-se muito claramente que existe uma incapacidade dos espaços urbanos abarcarem o contingente populacional envelhecido, o que agrava e tira da invisibilidade um conjunto de problemas sociais. Sendo assim, o envelhecimento populacional exige a emergência de uma agenda mundial que envolva as dimensões do público e do privado na busca de novos pactos sociais e na abertura das discussões sobre a velhice e seus processos.

O urbano se apresenta como um texto de grande complexidade, complexo se olhado de longe e por cima e ainda mais complexo se olhado de baixo e por dentro. Os ajustes de escalas que ajudam a pensar os dilemas e trajetórias da reprodução da vida em sociedade chegam até o momento em que o cotidiano e a vida cotidiana aparecem como dimensões fundamentais e possíveis para analisar as sutilezas de um processo que se realiza em diversos níveis, mas, que ganham sentido no lugar de realização da vida e por isso saem daí as possibilidades de ajustar conceitos e ressaltar a força das digressões urbanas.

As conexões da realização da vida em sociedade e, conseqüentemente, os processos de reprodução do espaço assumem perspectivas múltiplas, principalmente quando se pensa que no mundo moderno, a reprodução da vida se dá sempre com uma intencionalidade relacionada à reprodução capital, por isso, só é possível percebê-la como fragmentada, desvinculada, de alguma maneira, de comprometimentos éticos e completamente apropriada pelo processo de busca por lucro e objetivação dos fatores de produção.

Neste contexto, o envelhecimento populacional, tomado como um dos possíveis focos de análise das questões urbanas contemporâneas, faz emergir a velhice como categoria de análise, mas que sob nenhuma hipótese está desvinculada dos pressupostos econômicos, sociais e históricos do entendimento da vida como totalidade. Por isso, a velhice se apresenta não como uma unidade, mas, como um multipolaridade de questões que se aglutinam através de um prisma analítico. “Não há dúvida de que a velhice se tornou mais visível nas últimas décadas, como é certo também, que um novo padrão de conduta desta parcela da população, está sendo criado” (COUTRIM, 2010, p. 48) e com isso os países “veem surgir na velhice um

novo problema social comum, e consequentemente, vêm enfrentando as novas configurações e relações intergeracionais como algo “normal” (COUTRIM, 2010, p. 50).

A vida cotidiana e os processos de reprodução do tecido urbano na contemporaneidade, principalmente no que tange à velhice e aos processos de envelhecimento da população estão completamente associados ao processo de reprodução do capital e com isso surge, inexoravelmente, uma consciência de classe em detrimento de um conflito geracional.

Há uma representação da velhice que foi historicamente construída baseada em um projeto de sociedade que a associa (a velhice) a condições sociais subalternizadas. Mesmo antes de ser considerada um problema social, a velhice assumiu a forma de um problema humanitário, objeto da filantropia.

A vida realizada com moldes urbanos, o projeto de sociedade que se constrói diariamente associado ao processo de reprodução do capital e às imposições por manter a produtividade e o desenvolvimento são associados para construir uma interpretação do mundo capaz de capturar todos os movimentos da vida cotidiana, com o objetivo de mascarar as debilidades e projetar as potencialidades.

É nesse contexto que vejo emergir a partir da gerontologia a ideia de envelhecimento bem-sucedido. No contexto da crise de acumulação do capital, uma parcela dos estudos sobre o envelhecimento, e as implicações sociais dessa condição, parecem apontar para uma lógica cada vez mais cruel que tem como base: classificar e hierarquizar os tipos de seres humanos.

Parece-me que uma das versões é a criação de uma “nova moeda”, neste caso a saúde, ela entra como elemento necessário para a reprodução do modo de produção capitalista, que cada vez mais necessita da força de trabalho capacitada e experiente. A partir daí pode-se aproveitar ao máximo a potencialidade produtiva dos indivíduos, que apesar de serem velhos, podem e necessitam, para alimentar as engrenagens do sistema, gerar lucro e auxiliar na produção de mais-valia, de uma sociedade que ainda se mantém industrial.

Mesmo os especialistas que ajudaram a desenvolver a ideia de envelhecimento bem-sucedido, ao definirem o conceito, têm constrangimentos, assumindo a dificuldade existente em classificar o que é exatamente esse envelhecimento bem-sucedido.

A definição de uma velhice bem-sucedida é uma coisa muito difícil, pois ela apresenta o problema de seus indicadores ou de seus critérios, que são numerosos e às vezes fortemente interdependentes. A abordagem “multicritério” é a mais frequente. Os critérios mais lembrados pelos pesquisadores são a longevidade, a saúde biológica, a saúde mental, a eficácia intelectual, a competência social, a produtividade, o controle pessoal

ou a conservação da autonomia e o bem-estar subjetivo (FONTAINE, 2010, p. 20-21).

Aparentemente, a constituição de uma velhice e um envelhecimento bem-sucedido está baseada em uma leitura de um mundo construído a partir de classes sociais, em que apenas aqueles que têm condições de acumulação é que podem participar deste grupo seletivo.

Em uma sociedade como a brasileira, basear as análises a partir dos parâmetros estabelecidos para um envelhecimento bem-sucedido é no mínimo criminoso. Ao mesmo tempo em que o Estado não participa da construção de um modelo de uma sociedade mais justa, menos desigual, os agentes hegemônicos que são, dentre outros, responsáveis pelo sentido da reprodução da vida coletiva, cada vez mais eliminam a possibilidade de estabelecer lógicas mais horizontais e menos desiguais, o que toca diretamente na qualidade de vida e na impossibilidade de participação social dos velhos no cenário público.

Não estou propondo aqui apelar para um modelo “welfarista” que abarque os velhos, os entendendo como sujeitos em condição de vulnerabilidade e fragilidade social, mas, entendo que a ação política, na verdade, a substituição da política pelos instrumentos econômicos na mediação dos contextos sociais, inibe e impossibilita, em quase toda a totalidade do globo, que exista uma vida que caminhe em direção a uma velhice bem-sucedida para todos os indivíduos.

Menos do que um envelhecimento bem-sucedido, espera-se que minimamente se possa construir práticas urbanas que garantam o direito à vida para todos; o direito à cidade. Obviamente não estamos pensando em um desenho universal ou uma cidade do pensamento único, mais que isso, pensa-se uma cidade que abarque a polissemia.

Neste sentido, é muito importante perceber quais são as digressões urbanas que estão sendo realizadas cotidianamente pelos velhos que resistem ao tempo e resistem às imposições da vida coletiva que tenta constantemente os negar o direito à vida. É preciso reconhecer no repertório das pessoas aquilo que está diretamente relacionado à necessidade de identificar os espaços que garantam as particularidades de cada grupo social.

De acordo com Serpa (2009, p. 181),

digressão significa desvio de rumo ou assunto. Pode significar também um subterfúgio ou uma evasiva, ou ainda um recurso literário utilizado com o fim de esclarecer ou criticar o assunto em questão. [... as] digressões juntas pretendem ampliar como subterfúgio (mas jamais como evasiva), às vezes desviando propositadamente de rumo (mas jamais fugindo do assunto), as discussões precedentes sobre o espaço público na cidade contemporânea.

É essa propriedade de fugir das imposições que geram as impossibilidades de reprodução da vida que a noção de um envelhecimento bem-sucedido é posta em xeque. A reprodução da vida, a materialização das necessidades e a constituição imposta pela lógica de reprodução do capital inviabilizam qualquer possibilidade de levar a sério uma perspectiva de análise que tente obscurecer a leitura da realidade.

Há uma construção ideologicamente construída para associar a velhice a um patologia, como se envelhecer fosse um ato mecânico em que se pode determinar quais elementos serão considerados no processo de senescência, ou seja, no processo de envelhecimento natural. A velhice em si jamais deve ser entendida como uma doença. É fundamental perceber que a condição de saúde e a falta dela criam um limiar muito tênue quando se buscar entender as construções relacionadas à reprodução da vida cotidiana dos velhos, ou seja, até que se abata alguma doença que prive o indivíduo da sua de saúde, não há nada que impossibilite a realização de atividades normais e comuns a seres humanos de qualquer idade.

É apenas quando o processo de envelhecimento vem acompanhado de alguma doença que as condições de vida na velhice são problemáticas e privam o indivíduo de gozar uma vida plena, apresenta-se, então, um processo de envelhecimento patológico que é denominado de *'senilidade'*. A senilidade tem como característica fundamental a privação das capacidades dos velhos realizarem suas tarefas, o que influi na qualidade de vida. Porém, é necessário chamar a atenção que com os estágios evolutivos, biologicamente, o corpo e a mente reagem à nova etapa da vida, sendo assim, as mudanças sofridas ao longo do tempo têm um respaldo científico e estabelecem condições de normalidade¹⁸⁹.

Entre estes parâmetros de normalidade percebemos que esse movimento por uma velhice bem-sucedida, que tem como base a impossibilidade de considerar como bem-sucedido um indivíduo que envelheceu sem as condições e os meios necessários para atingir os estágios daquilo desenvolvido pela sociedade moderna como condição ideal de envelhecimento.

Uma velhice bem-sucedida está ligada à conjunção de três categorias de condições. A primeira é a fraca probabilidade de doenças, em particular as que acarretam perda de autonomia. A segunda é a manutenção de um alto nível funcional nos planos cognitivos e físico, que às vezes denominamos

¹⁸⁹ La psicología evolutiva se ocupa de los cambios psicológicos que tienen lugar en el hombre a través distintas edades, desde el momento del nacimiento hasta el final de la vida. Dentro de ella se estudian los cambios relacionados con la edad y con el paso del tiempo, señalando cuáles son las causas o factores que determinan dicho cambio. Los términos evolución y desarrollo se refieren a los cambios en un sistema a partir de una situación; se trata de cambios cualitativos que afectan al ciclo vital. El término crecimiento es el que se refiere al aumento cuantitativo de las estructuras corporales (FERNÁNDEZ, 2007, p. 62).

velhice otimizada. A terceira é a conservação de um compromisso social e de um satisfatório bem-estar subjetivo (FONTAINE, 2010, p. 144).

Esquemáticamente, poderíamos com base na figura apresentada por Fontaine, representar (figura 08) como funcionaria a representação deste pensamento:

Figura 08: Representação esquemática das condições de uma velhice bem-sucedida
Fonte: Adaptado de Fontaine (2010, p. 144).

Os parâmetros para a elaboração da velhice, parece-me muito difícil de ser alcançado pela maioria da população normal, principalmente se entendermos a quantidade de determinações que envolvem a construção das conexões das pessoas com o espaço geográfico. A velhice bem-sucedida assim posta fica restrita a pessoas que têm acesso a uma variedade de condições sociais e que alcançaram um lugar social que lhe deu a capacidade de construir relações complexas, principalmente no mundo do trabalho, que possibilitaram o aproveitamento máximo de cada condição cognitiva.

De acordo com as reflexões de Fontaine (2010), a primeira condição para que a velhice bem-sucedida seja possibilitada é que a saúde esteja equilibrada, para isso os indivíduos têm que lidar com os fatores intrínsecos, geralmente associadas a fatores hereditários, em seguida os fatores extrínsecos, estes associados ao modo e ao estilo de vida que foi desenvolvido ao longo de cada etapa da vida e particularmente na condição de velhice, e em terceiro lugar o velho precisa buscar elementos que o ajudem a equilibrar os fatores intrínsecos com os extrínsecos, tornando a velhice algo habitual e modulável. A segunda condição é a manutenção de intensas atividades sociais e cognitivas, o que ajuda a gerar a velhice otimizada, os indivíduos devem estar sistematicamente expostos a treinos de ordem física e psicológica, a fim de extrair o máximo das suas capacidades. A terceira e última

condição é a manutenção de compromissos sociais, estes compromissos são mantidos através das relações sociais estabelecidas e do conjunto das práticas produtivas, estas experiências coletivas, mantêm os indivíduos com altos níveis de bem-estar e satisfação de viver. O que Fontaine aponta é que só assim seria possível construir uma velhice bem-sucedida.

De uma forma mais suave e que implica menos estágios obrigatórios, um contraponto a essa loucura do velho bem-sucedido, para que o envelhecimento aconteça de forma processual e natural, encontramos em uma das mais recentes obras de Mirian Goldenberg algumas pistas que ajudam a pensar o processo de envelhecer em meio ao tempo de um envelhecimento populacional generalizado.

A proposta de Goldenberg (2013) é que encontremos todos uma forma de continuar vivos com o passar do tempo, a velhice se desenvolve como reflexo de quem somos com quem podemos ser, suportando todo tipo de estigmas, representações e visões parcelares. Ainda assim é possível inventar uma bela velhice. A proposta da autora é que essa velhice bela seja inventada por cada um e todos, só assim conseguiremos diminuir o impacto negativo de envelhecer no mundo moderno.

Muito menos passos e mais indicações, Goldenberg (2013) constrói seus referenciais de uma bela velhice chamando atenção de que é preciso ter, construir ou encontrar um projeto de vida, algo pelo qual valha a pena imprimir um esforço cotidiano, essa busca pelo projeto de vida é a busca pelo próprio significado de viver, que muitas vezes pode estar abalado pela perda de parentes próximos ou dos referenciais imediatos que caracterizavam a vida adulta.

(...)quero revelar o que cada indivíduo pode fazer para experimentar uma “bela velhice”, como ela pode ser construída ao longo da vida ou mesmo tardiamente. Não trato, no meu livro, das violências, discriminações e preconceitos sofridos pelos velhos. Muitos autores já fizeram isso. Muitos também já escreveram sobre as dificuldades para nomear os que estão na última fase da vida: velho, idoso, terceira idade, melhor idade etc. Apesar de ter consciência de que são inúmeros os problemas relacionados ao envelhecimento e de que existem divergências de nomeação, meu objetivo é outro, e é nele que irei concentrar minhas reflexões. Quero compreender se existe algum caminho para conseguir chegar à última fase da vida de uma maneira mais digna, mais pela e feliz. Meu objetivo é descobrir os passos necessários para construir a minha própria “bela velhice” (GOLDENBERG, 2013, p. 32-33).

Em um movimento existencialista, próprio da concepção de mundo em que a autora está baseada, a construção do projeto de vida passa necessariamente por buscar uma maneira de se libertar das imposições postas pelas construções sociais; é fundamental conquistar a liberdade, como quer que ela se apresente para cada pessoa que tenha como fundamento

almejar a felicidade, ou construir elementos que apontem para a busca da felicidade, não como uma condição eterna de vida, mas como o reconhecimento das conquistas e dos avanços na direção do projeto de vida buscado.

Em muitos dos relatos feitos à Goldenberg, e os reforço em alguns relatos que meus entrevistados me fizeram, um dos parâmetros da felicidade está na companhia dos amigos, muitas vezes os filhos, os companheiros ou os parentes mais próximos não conseguem entender ou respeitar os significados daquilo que o velho está vivendo, geralmente, entre os amigos, a aceitação e o acolhimento ao pensamento é feito sem muitas restrições; essa possibilidade de contar com o outro de se ver no outro ou de ser visto pelo outro é uma das dimensões fundamentais para tentar construir amortecimentos para as determinações da vida. Sendo assim, cultivar boas amizades pode ser um dos caminhos para atingir uma bela velhice.

Viver o presente e aprender a dizer não são outros dois elementos fundamentais para a invenção da bela velhice, em Goldenberg (2013), estes elementos fazem parte da construção da liberdade necessária, sem estas dimensões não há chance do indivíduo se exercer como deve para construir meios de entender a si mesmo e se colocar em sociedade. Para isso é fundamental respeitar as próprias vontades e vencer os medos, permitir-se acertar e errar sem o império da razão e com isso, saber rir de si mesmo e levar uma vida mais leve.

Estes são os principais elementos defendidos por Goldenberg que possibilitam construir uma bela velhice, que não vai sob nenhuma hipótese ser um feita só de bons momentos, mas é preciso extrair os bons momentos que necessariamente irão surgir da relação do possível- impossível inerente à realização da vida.

Longe de querer ter esgotado as possibilidade de definição e ciente de que a organização dos conteúdos não seguiu a uma padronização tradicional, espero ter apresentado o conjunto das preocupações de ordem burocrática, filosófica, prática, social, política, econômica e onírica que contêm o ato revolucionário de envelhecer.

Com a finalidade de retornar aos caminhos da tese, apresento o capítulo 2 desta primeira parte como um exercício de aproximar as questões do envelhecimento humano ao recorte espacial que conduz as reflexões e as observações realizadas.

Capítulo 2 : Envelhecimento - O que mostram os dados?

“Uma pessoa fica sempre sobressaltada quando a chamam de velha pela primeira vez – observa O. W. Holmes. Eu estremeci, aos 50 anos, quando uma estudante americana me relatou a reação de um colega: “Mas então, Simone de Beauvoir é uma velha! Toda uma tradição carregou essa palavra de um sentido pejorativo – ela soa como um insulto”.

Simone de Beauvoir

“Ninguém pode estar na flor da idade, mas cada um pode estar na flor de sua própria idade”

Mário Quintana

Contextualizando o desenvolvimento humano brasileiro¹⁹⁰

As últimas três décadas mostram uma transformação radical nas características sociais brasileiras¹⁹¹, desde a implantação de um conjunto de medidas econômicas que refletiram a emergência do real como moeda, associada a um conjunto de políticas e programas de governos que ao longo dos anos levaram milhões de brasileiros a superar a condição de miséria, o que se materializou com a saída do Brasil dos rankings internacionais de fome, por

¹⁹⁰ “O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate. Desde 2010, quando o Relatório de Desenvolvimento Humano completou 20 anos, novas metodologias foram incorporadas para o cálculo do IDH. Atualmente, os três pilares que constituem o IDH (saúde, educação e renda) são mensurados da seguinte forma: Uma vida longa e saudável (saúde) é medida pela expectativa de vida; O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevaletentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência” Fonte: http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH.

¹⁹¹ Segundo Jorge Chediek, Coordenador residente do sistema ONU no Brasil: “Em 2013, o Brasil foi considerado um país de “alto desempenho” pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do Programadas Nações Unidas para o Desenvolvimento. Por quê? Porque o país apresenta, nas últimas duas décadas, uma trajetória em que o foco de suas políticas públicas tem sido nas pessoas. Os programas de transferência de renda condicionadas, os investimentos no sistema educacional e a universalização dos serviços de saúde são algumas das escolhas políticas que fazem do Brasil um modelo de desenvolvimento com impactos positivos na melhoria da qualidade de vida de seus cidadãos. Escolhas que evidenciam a compreensão dos brasileiros de que crescimento econômico não resulta automaticamente em desenvolvimento de sua sociedade. Se o Brasil é referência de um novo modelo de desenvolvimento para o mundo, os desafios nacionais ainda são muitos. Os avanços são notórios, mas as desigualdades ainda persistem. São vários Brasis dentro do Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013a, prefácio).

exemplo. O perfil da sociedade brasileira não se assemelha em nada àquele anterior ao processo de redemocratização.

Estes trinta anos de transformações econômicas e sociais mostram uma redefinição da vida do país. Ainda que recentemente grandes escândalos de corrupção e desvio de verbas públicas assumam a pauta dos noticiários nacionais, não considerar que estamos em outro estágio da construção da democracia nacional é enviesar a leitura das condições do país em função de perspectivas e filiações ideopolíticas. Obviamente que o país ainda está longe de solucionar os seus problemas, há ainda uma agenda gigantesca que se acumula ao longo dos anos e que recentemente se tornou mais complexa em função da necessidade dos ajustes, cortes e revisões de meta que o governo federal está sendo obrigado a realizar. Não se trata, neste texto, de tentar fazer uma análise de conjuntura do país ou indicar políticas ou medidas, a discussão no momento não caminha para esse sentido.

Chamo atenção para o fato de que o crescimento e o envelhecimento da população brasileira, mais ou menos, se aproxima desse contexto geral em que estamos vivendo. O que pode indicar a emergência de algumas questões e a superação de outras.

É inconteste que as profundas transformações no tecido social brasileiro se devem aos esforços de reorganização da distribuição de renda, ou pelo menos à possibilidade de acesso a um mínimo necessário para a sobrevivência conquistado com um conjunto de programas sociais, que têm início com o Fome Zero e passa atualmente pela revisão e manutenção do Bolsa Família.

A reorganização¹⁹² produtiva acabou por dar a possibilidade a ascensão de muitos brasileiros ao mundo do consumo, esta estratégia de redefinição ao acesso ao mundo do consumo garantiu, por muitos anos, um significativo avanço da economia nacional.

Aliado a este conjunto de transformações sociais, também é possível enxergar uma mudança de postura do país na política internacional, um dos reflexos dessa mudança é o anúncio da participação brasileira na criação de um banco de desenvolvimento¹⁹³, em parceria

¹⁹² “Essas estruturas passam por escolhas do que se quer resgatar ao lado do que se quer impor como novo. O que se quer sustentar e o que não se quer sustentar. E antes de tudo, de que sustentabilidade possível se trata frente às assimetrias da natureza extraterritorial do poder (que, desenraizado é livre para se mudar a seu bel prazer, e, para explorar e abandonar às consequências dessa exploração, e a contínua territorialidade da “vida como um todo”)” (GOMES, 2002, p. 136).

¹⁹³ Em nota veiculada no portal de notícias G1, pode-se ler: “A nova instituição, em princípio chamada de Banco de Desenvolvimento do Brics, foi concebida como uma alternativa desses países ao Banco Mundial (BM) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), explica o diretor do NBD, o indiano Kundapur Vaman Kamath. O banco pretende financiar uma maior cooperação entre os cinco países, que somam 41,4% da população mundial e mais de 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do planeta. E, ao contrário do BM, que determina os votos conforme a participação de capital de cada membro, o NBD permitirá um voto por país, sem previsão de vetos.” Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/banco-de-desenvolvimento-do-brics-entra-em-operacao.html>.

com os demais países membros do BRICS, que tem como meta financiar projetos entre os países envolvidos, apresentando-se como uma alternativa aos empréstimos solicitados ao BIRD e ao FMI.

Estes elementos gerais são fundamentais para compreender que as dinâmicas relacionadas às grandes transformações ao longo das últimas décadas imprimem uma nova organização do espaço brasileiro em relação ao contexto mundial, novas centralidades e novos circuitos de circulação do capital se apresentam como alternativas para as sistemáticas e sintomáticas crises do modelo vigente, o que nos coloca a todos em uma espécie de perplexidade frente ao futuro e às novas reorganizações políticas, econômicas e sociais que se aproximam.

Para entender as condições atuais do Brasil e coloca-las em projeção com as transformações das últimas décadas, selecionamos como ferramenta de aproximação o atlas¹⁹⁴ do desenvolvimento humano do Brasil. Este atlas contém uma compilação de dados em relação aos padrões de renda, educação e longevidade, o que corresponde, grosso modo, às categorias: trabalho, educação e saúde.

As informações colecionadas a partir da década de 1990 possibilitam entender, com base em números, qual tem sido a evolução geral do Brasil em relação aos parâmetros utilizados pela ONU, através do PNUD; a leitura desses indicadores ajuda na caracterização das condições sociais, de um lado, e, de outro lado, ajuda a balizar as reflexões realizadas com a partir da leitura e interpretações dos índices sociais. Recorrendo aos indicadores sobre longevidade, podemos, no limite, indicar características que ajudem a contar um pouco do sentido do envelhecimento da população brasileira.

De 1990 até 2010 houve uma elevação de 47,5% no IDHM do Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013b), a oscilação positiva desse índice é motivada, principalmente, por avanços significativos nas qualidade da educação, e aumentos na renda e na longevidade, o que mostra uma alteração positiva em todas as variáveis que formam o desenvolvimento humano. Entretanto, a maior variação positiva foi percebida no índice de longevidade, o que podemos inferir que em função de melhorias significativas na condição e qualidade de vida, o brasileiro tem vivido mais anos.

¹⁹⁴ O Atlas do desenvolvimento humano brasileiro foi desenvolvido em parceria com o Instituto João Pinheiro e o IPEA, tem como características fornecer a compilação dos dados estatísticos do brasileiro em relação às categorias: renda, educação e longevidade. Estas categorias apresentam índices e variáveis que apontam o grau de desenvolvimento humano de cada um dos municípios brasileiros. É uma excelente ferramenta de aproximação de pesquisa, mas possui dados muito gerais, ou seja, não ajudam a aprofundar, mas em associação aos Sistemas de Informações Geográficas, possibilita a espacialização de um conjunto de dados fundamentais para a caracterização demográfica do país.

Outra característica importante é que as disparidades entre os municípios foram desacentuadas, o que pode nos levar a inferir que houve uma diminuição das desigualdades históricas entre o norte e o sul. Talvez essa transformação no comportamento do desenvolvimento humano brasileiro tenha sido umas das mais importantes, obviamente que a diminuição da distância entre os municípios do norte e do sul não conferem ao Brasil o título de país menos desigual, mas ajuda nesse processo, pode-se observar a variação positiva no nível geral de desenvolvimento humano nas figura 09 e 10.

Figura 09 : Evolução do índice de IDHM do Brasil e suas variáveis, nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013b).

Figura 10 : Espacialização da evolução do índice de IDHM do Brasil e suas variáveis nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013b).

Se compararmos a década de 1990 com a década de 2010, a diferença em todos os âmbitos e em todas as variáveis é gritante, o Brasil saiu quase que totalmente dos níveis muito baixo do IDM. Há uma transformação significativa da qualidade de vida e das possibilidades de suprimento das necessidades básicas, obviamente essas generalizações escondem ainda muita impossibilidade e constrangimentos cotidianos, mas há em poucas décadas uma modificação do quadro geral.

Observamos que em 1991, 85,8% dos municípios eram classificados com o índice de muito baixo de IDHM, em 2010, os dados nos mostram que apenas 0,6% dos municípios brasileiros estão localizados nesta faixa, isso implica dizer que de norte a sul do país as pessoas têm acesso mínimo à educação, os programas de saúde e o cuidado com as condições de saúde, pelo menos na atenção primária, garante que muitos brasileiros deixaram a condição

de desassistidos. Bem como a situação da renda que indica uma nítida melhoria em sua distribuição, muito associada aos programas de transferência de renda organizados em esfera nacional.

O nordeste brasileiro foi a região que mais evoluiu no ranking. O crescimento das regiões como um todo aparece como realidade, mas o que também aparece como resultado do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013a,b,c,d,e) é que a diferença entre as cidades sofreu uma forte diminuição, em termos numéricos a diferença entre as cidades era de 0,577, em 1991 e agora é de 0,344, em 2010. No conjunto das unidades federativas a diferença que era de 0,259, em 1991, passa para 0,193, em 2010. Em ambas as ocasiões a diferença aumentou em 2000, mas sofreu forte queda em 2010.

É preciso, no entanto, não ficar restrito ao reino dos números, as quedas na desigualdade de desenvolvimento humano entre os municípios não revelam uma melhoria profunda da qualidade de vida no país, há uma forte concentração de renda e desequilíbrios latentes entre as regiões, estados e municípios.

Apesar de ser preciso cautela, os dados acima ajudam a entender a dinâmica pela qual o país vem passando e junto a isso é possível refletir, minimamente, acerca das condições de vida que permitem a ampliação das taxas de longevidade do Brasil e particularmente do nordeste brasileiro.

A renda e a educação apresentam um desempenho crescente, entretanto, ainda não atingiram os mesmos níveis que a longevidade. Estes dois indicadores são vinculados a dimensões muito complexas e sua alteração está relacionada a melhorias reais na qualidade de vida e na distribuição da riqueza, o que ainda precisa avançar muito.

A educação, apesar de ser o indicador que mais cresceu nos últimos 20 anos (saiu de 0,279, em 1991 para 0,637, 2010) é ao mesmo tempo e contraditoriamente o que menos contribuiu para a posição final do IDHM brasileiro, o que em uma leitura rápida e simples nos faz perceber que ainda é preciso avançar bastante. A educação é o único subíndice classificado na posição de médio desenvolvimento humano, apesar de ter evoluído aproximadamente 160% nas últimas 02 décadas (ver figura 11).

Em relação a renda, houve um avanço de R\$ 346,21 no computo geral médio da renda do brasileiro, mas ao mesmo tempo existe aproximadamente 11% dos municípios com renda maior do que a média nacional. Estes dados demonstram que, apesar dos avanços e das tentativas de diminuir os desequilíbrios, há uma grande concentração de renda e uma forte desigualdade. Mesmo estando classificado como índice em condição de alto desenvolvimento

se faz necessário investigar maneiras de diminuir as assimetrias da renda, principalmente no tocante à precarização do trabalho e das condições de vida do trabalhador (ver figura 11).

Como dito anteriormente, a longevidade foi a variável que teve melhor desempenho, atualmente o índice da longevidade é de 0,222, enquanto que em 1991 correspondia a 0,377. Este é o indicador em que a diferença interna é menor, há um hiato de apenas 0,184 entre todos os municípios brasileiros, revelando que a população em todo o país tem conseguido uma maior expectativa de vida ao nascer, um dos principais elementos que permitem a apresentação destes dados é a eliminação, em muitos lugares, da pobreza extrema e do acesso aos médicos e programas relacionados à saúde da família, entre outros projetos relacionados à saúde pública (ver figura 11).

Figura 11 : Subíndices do IDHM em Longevidade, Educação e Renda (2010).

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento(2013b).

Em comparação a 1991, houve um crescimento de 14% em relação à longevidade, como pode ser visto na figura 12, o que significa dizer que no Brasil da década de 2010 há uma possibilidade real de se viver nove anos mais do que em 1990. Entretanto, entre os

municípios há uma oscilação de aproximadamente 14 anos, ou seja, dependendo de qual município uma pessoa venha a nascer, ela pode viver uma década e meia a mais ou a menos.

Figura 12 : Crescimento da expectativa de vida no Brasil entre os anos de 1991, 2000 e 2010.
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013e).

É importante observar, nas análises sobre o IDHM que apesar dos avanços gigantescos que levaram a ampliação da longevidade no Brasil, ainda que as diferenças entre os municípios e regiões estejam se estreitando, há no nordeste uma concentração de 56% dos municípios com baixo índice de longevidade¹⁹⁵. Este número está muito acima do esperado, e nos revela, no limite, um estreitamento do tempo de vida das pessoas apenas pelo fato de nascerem geograficamente na região nordeste brasileira. É óbvio também que esse número, ainda alarmante, não pode encobrir as reduções severas que foram historicamente construídas, mas infelizmente a baixa expectativa de vida para uma criança em muitos municípios da região nos obriga a olhar com maior interesse para estes dados, o nordeste apresenta em média, uma longevidade inferior à média nacional e, se comparada com as regiões sul e sudeste, há uma discrepância imensa.

Os melhores dados de longevidade estão localizados na região sul do país. Este já é um comportamento histórico, nas três medições realizadas, o sul aparece como uma área de grande expectativa de vida, com uma grande longevidade associada.

¹⁹⁵ “As Regiões Sul e Sudeste apresentavam, já na década de 1940, níveis de fecundidade mais baixos que as Regiões Norte e Nordeste. Esses diferenciais se acentuam a partir da década de 1960. Em 1970 e 1980, as mulheres da Região Norte tinham, em média, 3 filhos a mais que aquelas que viviam na Região Sudeste. A partir daí, observa-se uma queda da fecundidade nas Regiões Norte e Nordeste, resultando, em 2010, em redução, também, nos diferenciais regionais: o maior nível sendo ainda encontrado na Região Norte, com 2,4 filhos por mulher, e os menores, nas Regiões Sul e Sudeste, onde essa média foi de 1,7 filho por mulher. Mesmo com essa tendência de convergência, a diferença de comportamento reprodutivo entre as regiões segue causando um grande impacto na diferenciação da estrutura etária da população ao longo do tempo” (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015, p. 142).

Esses retratos regionais da longevidade nos provoca refletir que apesar da grande diminuição das desigualdades e do aumento significativo das condições de vida, esses esforços realizados ao longo das décadas ainda não foram suficientes para equiparar o norte com o sul. É preciso investir em mais programas de acompanhamento e monitoramento das condições de saúde coletiva para que os índices continuem evoluindo positivamente, não obstante avanços são percebidos, como pode ser visto na figura 13.

Figura 13 : Evolução do índice de Longevidade nos anos de 1991, 2000 e 2010
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013e).

Apesar de reconhecer a importância, o uso da ferramenta do Atlas de Desenvolvimento do Brasil tem limitações, entre elas a generalidade das informações e a dificuldade por retratar outros elementos que influem na possibilidade de realização da vida,

como por exemplo: as atividades relacionadas à economia, não podemos medir essa área tão fundamental da vida coletiva apenas entendendo as rendas das famílias, esse é um dado muito importante, mas é importante medir o sentido do crescimento de cada área, bem como identificar os pontos fortes e fracos, acompanhando a sua evolução histórica.

Há que considerar os limites de medir a qualidade de vida apenas pelo índice de longevidade, ele já é muito melhor do que aqueles de mortalidade e natalidade, por exemplo, mas não investiga sobre a qualidade dessa sobrevivência, tem o ponto positivo de tratar a população como uma totalidade, mas não reflete sobre a importância dos grupos sociais e não nos dá pistas claras para analisar os dados de envelhecimento humano ou populacional, apenas nos indica se as pessoas sobrevivem mais ou menos ao tempo.

Mesmo frente a essas limitações sou obrigado a concordar com o Presidente do Ipea, quando no prefácio da construção dos primeiros e mais importantes resultados apresentados em 2013, afirma:

Desde 1998, quando foi lançado o primeiro atlas desta série, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) tem sido importante para orientar políticas e está na origem das transferências de renda focalizadas nas famílias e localidades mais pobres do país. [...] Na academia, como pesquisador e professor, tornei-me um usuário dos dados do Atlas desde sua primeira edição [...]. Esses indicadores facilitam o diálogo objetivo, entre usuários de toda parte, sobre diferenças e semelhanças nas nossas jornadas humanas em busca de progresso. É uma satisfação especial participar [...] da produção e entrega à sociedade desta nova edição, que nos valerá mais uma década de consultas, análises, comparações, debates, proposições de políticas públicas e ações privadas para acelerar o desenvolvimento em cada ponto do país. Conforme disse o geógrafo Milton Santos, “O homem não vê o universo a partir do universo. O homem vê o universo desde um lugar.” Eis um instrumento fantástico para localizar a face humana em cada porção do território brasileiro. (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013a, prefácio).

Os dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano mostram com destaque que as condições sociais, gerais, no Brasil melhoraram significativamente nas últimas décadas, o que aponta para um cenário em que as disparidades, ainda que muito grandes e frequentes, estão, paulatinamente, sendo combatidas. Aparece-nos, contraditoriamente, entretanto, que estas melhorias em condições gerais são mais impulsionadas pela inserção de uma maior parte da população brasileira no mundo do consumo.

É-nos claro, porém, que, em um mundo que tem como característica principal a hegemonia do modo de produção capitalista e a naturalização das suas perversidades, em um

plano geral, o acesso aos produtos e aos serviços do mundo moderno traz consigo alterações na forma de organização da vida, o que de forma ampla confere uma alteração aparentemente positiva na percepção de qualidade de vida. Por isso, apesar dos avanços significativos, entendemos esses avanços não como avanços de um projeto de humanidade, mas como uma consequência do projeto de reprodução ampla do capital, que tem como premissa geral a ideia de que mais do que cidadãos, temos que ser “consumidores mais que perfeitos”¹⁹⁶, como nos ensinou o Milton Santos (1987).

Entretanto, os dados do desenvolvimento humano nos ajudaram a perceber, como já discutimos, a grande transformação na longevidade brasileira, são impressionantes 14 anos vividos a mais em apenas alguns anos de observação, o que nos levará ao centro da questão deste capítulo, os brasileiros estão envelhecendo. Vamos ver o que nas últimas décadas os dados vêm nos ajudando a pensar sobre o Brasil.

O crescimento e o envelhecimento da população brasileira.

Não é de agora que os dados ajudam a entender que em termos muito amplos, estamos diante de uma mudança significativa na caracterização da população brasileira. Em notas técnicas e relatórios apresentados ao longo das últimas duas décadas, pelo menos, por vários institutos de pesquisa, como o IBGE e o IPEA, são, sistematicamente, apresentados dados sobre a dinâmica da população brasileira que confirmam que está em curso no país uma desaceleração das taxas de reposição populacional, o que aponta uma desaceleração muito forte no crescimento da população.

Ainda que essa forte desaceleração no crescimento populacional seja nitidamente percebida nas décadas mais recentes, quando observamos os dados e os comparamos em projeção histórica, conseguimos perceber que desde os anos 1960 já se tinha indícios de que poderia haver uma taxa de reposição populacional menor do que a daquela época.

¹⁹⁶ “O consumo, sem dúvida, tem sua própria força ideológica e material. Às vezes, porém, contra ele, pode-se erguer a força do consumidor. Mas, ainda aqui, é necessário que ele seja um verdadeiro cidadão para que o exercício de sua individualidade possa ter eficácia. Onde o indivíduo também é cidadão, pode desafiar os mandamentos do mercado, tornando-se um consumidor imperfeito, porque insubmisso a certas regras impostas de fora dele mesmo. Onde não há cidadão, há o consumidor-mais-que-perfeito. É o nosso caso (SANTOS, 1987, p. 56).

Ao analisar os dados históricos, os relatórios e as projeções apresentadas sobre o crescimento populacional brasileiro, é possível perceber que a mudança da taxa de crescimento populacional gera um impacto muito forte para a totalidade do grupo populacional: enquanto que em 1960 a taxa de crescimento populacional era de 3,04% ao ano, atualmente essa taxa é de 1,44% ao ano¹⁹⁷, com redução na velocidade de crescimento, o que altera as taxas de reposição populacional, vivenciamos um cenário de transição demográfica¹⁹⁸ que tem implicações muito importantes para a dinâmica populacional.

A transição demográfica é a principal característica da alteração do perfil populacional brasileiro, como já apontamos: houve uma redução das taxas de mortalidade e de natalidade/fecundidade, em geral as mulheres em idade fértil passaram dos seis filhos em média, para aproximadamente dois, menos que dois na verdade. Essa condição é associada com a longevidade, ou seja, a ampliação da expectativa de vida levou o país para uma nova configuração populacional, em que a tendência é que o crescimento se estabilize nas próximas décadas e em um período maior, a taxa de crescimento comece a ser negativa.

Além de alterar as taxas de crescimento da população, dependendo da velocidade da queda de cada componente e da sincronicidade entre elas, a transição demográfica acarreta uma alteração da estrutura etária da população, em termos da modificação da participação percentual de indivíduos com diferentes idades, ou seja: há uma redistribuição na proporção de crianças, adultos e idosos na população. O fenômeno tem sido vivenciado há mais de um século em quase todas as regiões do planeta; por isso, é amplamente estudado e debatido pelos estudiosos da população (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015, p. 140).

Os relatórios e estimativas populacionais elaborados pelo IBGE tomam como base que sob esse ritmo de crescimento e se as circunstâncias gerais não sofrerem grandes alterações, até o ano de 2050, ou seja, daqui a 35 anos, a taxa de crescimento populacional será negativa, isso implica revelar um descompasso na transição demográfica acarretando uma diminuição substancial no número de crianças e jovens, e um aumento progressivo no total de adulto e principalmente no número de idosos, levando o Brasil a uma condição demográfica semelhante ou mais forte que a da Inglaterra, por exemplo, em que o número de idosos

¹⁹⁷ Cf. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm, e, <http://countrymeters.info/pt/Brazil>.

¹⁹⁸ “O processo de transição demográfica ou transição vital é uma das principais transformações pelas quais vem passando a sociedade moderna. Ele caracteriza-se pela passagem de um regime com altas taxas de mortalidade e fecundidade/ natalidade para outro regime, em que ambas as taxas situam-se em níveis relativamente mais baixos” (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015, p. 139).

corresponderá ao maior grupo populacional. Estas estimativas apontam para uma taxa de crescimento de -0,291% no ano de 2050.

As projeções são aproximações da realidade que só têm sentido quando se tornam realidade, há uma série de fatores que alteram o curso da história, para tomarmos como exemplo o próprio caso brasileiro, nunca é reincidente apontar que pelas projeções feitas entre as décadas de 1950 e 1960 hoje a população brasileira deveria estar crescendo em um ritmo de 3% ao ano¹⁹⁹.

O cenário dos países de industrialização tardia, e entre eles está o Brasil, aponta para um processo de transição já realizado ou em curso (de extrema velocidade), enquanto os países da Europa ocidental levaram anos para que as taxas de envelhecimento populacional chegassem aos níveis do presente, o Brasil, está experimentando esse mesmo processo em questão de algumas décadas, o que acarreta necessariamente em desequilíbrios do ponto de vista da gestão e da governança.

Cabe ressaltar que, nos países do oeste da Europa, os primeiros a experimentar o fenômeno, as taxas de mortalidade e de fecundidade caíram lentamente, fazendo com que a transição demográfica durasse mais de um século para ocorrer. Por outro lado, em alguns países em desenvolvimento, como o Brasil, esse processo se deu de forma bastante rápida, com as populações sofrendo mudanças bruscas em curtos períodos de tempo (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015, p. 140).

Com base nos dados da PNAD e do Censo demográfico, ambos realizados pelo IBGE foi desenhada a figura 14 em que pode ser analisada o ritmo de crescimento histórico e projetado da população brasileira no intervalo de cem anos, compreendido entre 1950 e 2050.

¹⁹⁹ “Desde os anos 1960 que a taxa de crescimento da população brasileira vem experimentando paulatinos declínios, intensificando-se juntamente com as quedas mais pronunciadas da fecundidade. No período 1950-1960, a taxa de crescimento da população recuou de 3,04% ao ano para 1,05% em 2008. Mas, em 2050, a taxa de crescimento cairá para -0,291%, que representa uma população de 215,3 milhões de habitantes. Segundo as projeções, o país apresentará um potencial de crescimento populacional até 2039, quando se espera que a população atinja o chamado “crescimento zero”. A partir desse ano serão registradas taxas de crescimento negativas, que correspondem à queda no número da população. Vale ressaltar que se o ritmo de crescimento populacional se mantivesse no mesmo nível observado na década de 1950 (aproximadamente 3% ao ano), a população brasileira teria chegado, em 2008, a 295 milhões de pessoas e não nos 189,6 milhões divulgados à época” Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272.

Figura 14: Projeção do crescimento populacional no intervalo 1950-2050.

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeção da População do Brasil*. Comunicação social, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272.

Com base na figura 14 podemos apreender algumas interpretações interessantes. Em primeiro lugar o dado que salta mais aos olhos é que até o ano de 2039, de acordo com esta projeção, o Brasil terá um crescimento populacional positivo, entretanto, com uma taxa de reposição populacional cada vez menor, o que acarretará em um crescimento nulo para o ano de 2040, esse crescimento nulo começará a ser reduzido nos anos seguintes, iniciando um processo de crescimento populacional negativo a partir de 2041 e que seguirá para os anos seguintes.

Como já reforçamos, essa condição é baseada em cenários demográficos e estatísticos de projeção, podendo ocorrer ou não, as variáveis que interferem são muitas e imprevisíveis. No entanto, o que talvez seja mais importante revelar, mais uma vez, é a semelhança do que foi apontado com os dados de longevidade, é que assim posto, parece-nos que o processo de envelhecimento da população brasileira se torna cada vez significativo e inevitável.

Em nota veiculada à imprensa, o IPEA, estabelecendo estudos sobre o crescimento e o envelhecimento da população brasileira apresenta dados que dialogam com aqueles apresentados pelo IBGE. Nos dados apresentado pelo IPEA, a tendência de desaceleração do crescimento populacional também é nitidamente percebida.

Em uma interpretação mais cuidadosa dos dados, as projeções do IPEA, mesmo usando como base os dados do IBGE, chega a conclusão de que o crescimento negativo da população brasileira será antecipado mais ou menos 10 anos em relação às projeções apresentadas pelo IBGE, como pode ser observado na figura 15.

Figura 15: Taxa e projeção do crescimento da população brasileira (1940 – 2035).

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/10/07/ult5772u970.jhtm>, acesso em 28 de set. 2015.

De acordo com a projeção ilustrada na figura 14, já no ano de 2030 será experimentada pelo Brasil a condição de crescimento negativo, o que antecipa em alguns anos grandes transformações na base produtiva e no tecido social. Associado a esse dados, o IPEA informa em sua nota técnica que esse novo cenário tem vinculação forte com uma diminuição significativa na taxa de fecundidade por volta do ano de 2007, por isso a taxa de reposição populacional tem diminuído a cada ano.

Ainda mais recentemente o IBGE apresenta, em seu site, uma ferramenta que estima a população em tempo real, com uma espécie de contador populacional que estima o acréscimo populacional por segundo²⁰⁰. Nas notas técnicas desse estudo, o IBGE define os critérios de

²⁰⁰ Cf. <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>

estimativa e correção das projeções²⁰¹, além de apresenta dois gráficos que compreendem um intervalo de tempo que abrange os anos de 2013 até 2020, nitidamente as projeções atuais compreendem um intervalo de tempo menor, mas com isso aumenta-se a acuidade dos cálculos e das correções, como podemos ver nas figuras 16 e 17.

Figura 16 : Crescimento da população brasileira, projetado e ajustado (2000 – 2020)
Fonte: IBGE (2015).

²⁰¹ O relógio marcador da população “é calculado a partir da nova Projeção de População do Brasil 2013 que apresenta a população residente do Brasil, ajustada a cada segundo, e estimada da seguinte forma: Foram utilizadas as populações projetadas para 1º de julho, cobrindo os anos de 2000 a 2020, extraídas da Projeção de População do Brasil 2013, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas (MCD) para cada uma das 27 unidades da federação, com as seguintes características: População de partida – Estrutura ajustada por sexo e grupos quinquenais de idade para o Censo Demográfico 2000; Mortalidade – oriunda da Projeção da população do Brasil 2013 por sexo e idade para o período 2000 – 2060, utilizando as tábuas construídas para 2000 e 2010; Fecundidade oriunda da Projeção da população do Brasil 2013 por sexo e idade para o período 2000 – 2060, utilizando as taxas específicas de fecundidade construídas para 2000 e 2010; e Migração internacional – oriunda da Projeção da população do Brasil 2013 por sexo e idade para o período 2000 – 2060” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015).

Figura 17 : Taxa de crescimento geométrico da população brasileira (2000 – 2020), projetada e ajustada.

Fonte: IBGE (2015).

A figura 16 ajuda a visualizar que até 2020 seremos, em número absoluto, mais ou menos 213 milhões de brasileiros, mas que apesar desse número parecer muito grande, desde o final da década nos anos 2000 o incremento populacional, ano a ano, é muito mais lento que no começo do milênio. Essa interpretação pode ser reforçada quando se percebe a caída progressiva da taxa de crescimento, apresentada na figura 17. Além disso, é possível perceber que os valores projetados e ajustados são muito próximos um dos outros, o que indica uma confiabilidade no desenvolvimento estatístico. Se o decrescimento continuar nesse ritmo, os dados apontam para um limite estacional por volta dos anos 2030, como tinha sido percebido pelo IPEA em publicação anterior.

Frente aos dados apresentados e as tendências de crescimento da população brasileira, somos levados concordar com Borges; Campos; Silva (2015) e registrar que estamos diante de uma fase de forte envelhecimento populacional, caracterizando um cenário de transição demográfica da população brasileira:

(...)o Brasil insere-se no grupo de países que experimentou uma transição demográfica acelerada, principalmente devido à queda acentuada dos níveis de fecundidade. Isso vem provocando mudanças significativas na estrutura etária da população. O formato triangular da pirâmide populacional, com

uma base larga, vem dando lugar a uma pirâmide etária típica de uma população envelhecida, com a redução da participação relativa de crianças e jovens e o aumento proporcional de adultos e idosos. O Brasil vive um período de acelerado envelhecimento demográfico, com importantes implicações para indivíduos, famílias e sociedade (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015, p. 141).

Estas observações trazidas no fragmento acima ganhama um total significado quando visualizadas em linhas de crescimento populacional por grupos etários, como pode ser visto na figura 18.

Figura 18 : Taxa de crescimento populacional por grupo etário (2000 – 2040).

Fonte: Instituto de Pesquisas Econômica Aplicadas (2012, p. 8).

Na figura 18 são apresentados seis grupos populacionais, como pode ser percebido na legenda, cada grupo corresponde a uma grupo etário da população brasileira. No intervalo dos anos 2000 e 2005 é possível perceber que todos os grupos, a exceção do grupo das pessoas menores que 15 anos, apresentam crescimento positivo. No caminho temporal, entre 2005 e 2010, a exceção dos grupos dos maiores de 60 anos, todos começam um percurso descendente, entretanto, apenas a população de crianças e jovens apresenta crescimento negativo. Com base nas projeções realizadas, o grupo dos adultos, ou seja, aqueles compreendidos entre 30 e 44 anos e entre 45 e 59 anos, perdem muito rapidamente suas taxas de reposição, o que indica que a partir de 2025 os adultos jovens também encontrarão taxas de

crescimento zero e a partir de 2015 o crescimento será negativo. Enquanto que os velhos acima de 60 anos concentrarão cada vez mais um aumento no número de indivíduos.

Essas afirmações descritivas acenam para um quadro de mudanças populacionais que trazem consigo novos desafios para cada grupo etário. No quadro 09, com a ajuda de reflexões elaboradas por técnicos do IBGE, vamos apresentar uma síntese da condição geral e o desafio posto para cada grupo etário em função das projeções de crescimento, para fins de classificação seguimos as definições estabelecidas por Borges; Campos; Silva (2015) de crianças, jovens, adultos e velhos.

Quadro 09 – Mudanças demográficas no Brasil e as implicações sociais para os grupos: criança, jovem, adulto e velho.

Grupo Etário	Implicações Sociais
Crianças	O grande desafio que se coloca para esse grupo, em termos de políticas públicas, está relacionado principalmente à educação, tanto a cobertura quanto a qualidade. Melhorias nos níveis educacionais da população em idade escolar têm sido apontadas como importantes fatores para o desenvolvimento socioeconômico das populações, sendo também uma forma extremamente efetiva de diminuição das desigualdades. Aproveitando o período de transição demográfica, com menor número de crianças entrando no sistema educacional, poderia se investir na qualidade da educação ofertada a essas crianças e menos na oferta de vagas. Além das políticas educacionais adotadas desde a década de 1990, a diminuição do número de crianças contribuiu para o avanço da cobertura escolar. Se, por um lado, essa tendência foi benéfica para a melhoria da cobertura, a baixa qualidade da educação básica continua sendo um dos principais problemas e o maior desafio para as políticas educacionais. O Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Ministério da Educação para vigorar de 2011 a 2020, traz diretrizes objetivas e metas a serem alcançadas. Algumas das metas são a universalização do ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos de idade; a universalização do atendimento escolar da população de 4 e 5 anos de idade até 2016; e a ampliação, até 2020, da oferta de educação infantil, de forma a atender a 50% da população de até 3 anos. No contexto da tendência de descentralização das políticas públicas, que surge da redemocratização política e se acentua a partir da década de 1990, sobressai a necessidade de empenho conjunto, tanto na esfera federal como nas esferas estaduais e municipais.
Jovens	As políticas públicas específicas para esse estrato populacional se dão num contexto de preocupação com as dificuldades da transição da infância e da juventude para a vida adulta, sendo os principais focos demandas por educação, emprego e segurança. Um importante marco de tentativa de incorporação desse grupo a políticas de juventude foi a instituição da Secretaria Nacional de Juventude, o Conselho Nacional da Juventude - Conjuve e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem. Destaca-se, aqui, como uma das principais questões relativas à população jovem: o acesso ao ensino superior de qualidade. Especificamente para a população jovem, deficiências na educação e dificuldades com a transição do sistema educacional para o mundo do trabalho podem ser consideradas também como fatores para a reconhecida realidade em que este grupo está inserido, em posições desfavoráveis no mercado de trabalho. Apesar das taxas de desemprego

	relativamente baixas para o conjunto da população brasileira, entre os jovens, elas são significativamente mais altas. Além disso, persiste um diferencial por sexo, importante, desfavorável às mulheres. A violência entre os jovens tem reflexo direto nas taxas de mortalidade dessa população. Pode-se observar um rápido crescimento da mortalidade a partir dos 15 anos de idade, decorrente, especialmente dos óbitos por causas externas, como homicídios e acidentes de trânsito, dentre outros, ocorrendo com maior frequência entre a população masculina. No grupo de 20 a 24 anos de idade, a taxa de mortalidade dos homens chega a ser mais de quatro vezes a mortalidade das mulheres.
Adultos	O crescimento observado nesse grupo etário tem papel fundamental na discussão sobre bônus demográfico, uma vez que esta população, se incorporada no mercado de trabalho qualificado, pode favorecer o aumento da produtividade do trabalho e do crescimento econômico.
Velhos	O rápido envelhecimento da população tem profundas implicações, trazendo importantes desafios para a sociedade. Esse processo não deve ser considerado necessariamente como um problema, mas exige atenção para a discussão das formas de lidar com o fenômeno. A principal preocupação está na associação entre envelhecimento e dependência. Em relação à associação entre envelhecimento e carga para a família, observa-se que assume, no Brasil, um caráter bidimensional. Ao mesmo tempo em que é natural a dependência do idoso em relação à família, diversos estudos têm mostrado que os idosos proveem parte da renda das famílias, especialmente em virtude dos benefícios previdenciários e assistenciais por eles auferidos. Outro ponto importante a ser tratado é a relação entre a pressão que o envelhecimento populacional exerce sobre as políticas públicas voltadas para esse grupo etário, especialmente as relativas à seguridade social. Como essa população é a que mais demanda benefícios previdenciários e assistenciais e serviços de saúde, estes deverão sofrer um crescimento, podendo afetar os mecanismos de solidariedade intergeracional na população. A previdência social básica no Brasil está baseada no regime financeiro de repartição simples, no qual, em linhas gerais, os trabalhadores em atividade financiam os inativos em um dado período de tempo. Nesse modelo, o impacto das mudanças demográficas é muito grande. Com a perspectiva de crescimento da população idosa em um ritmo mais acelerado que o da população em idade ativa, como já vem ocorrendo, é urgente a discussão sobre formas de equalizar receitas e despesas, tendo em vista não só o panorama demográfico atual como também o prospectivo para médio e longo prazos. Outro importante instrumento voltado aos idosos é o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Prorural (Lei Complementar no 11, de 25.05.1971), que, apesar de ser formalmente previdenciário, guarda características assistenciais, como a não necessidade de contribuição e filiação. Outro componente da seguridade social que merece atenção é a saúde. O perfil epidemiológico dos idosos é bastante diferenciado dos jovens e adultos, exigindo mais recursos, não tanto pelo custo dos procedimentos, mas principalmente pelo maior nível de utilização hospitalar desse grupo. No contexto de fortes e rápidas mudanças populacionais, é premente a discussão sobre o financiamento das políticas sociais, objetivando que, além de os gastos sociais serem redistributivos, a forma de financiamento também o seja, buscando progressividade tributária, atuando, do mesmo modo, no sentido de contribuir para a redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, é primordial o entendimento das mudanças populacionais experimentadas por cada região e a inserção de cada uma delas no complexo processo de transição demográfica brasileiro.

Fonte: Adaptado de Borges; Campos; Silva (2015, p.143-148).

Os contextos demográficos e as particularidade de cada grupo etário, além de terem em se um grau bastante elevando de complexidade, cada contexto regional e local tem que ser entendido e particularizado, ou seja, é importante reforçar que uma macro-análise feita a partir dos dados gerais do Brasil não garantem uma aplicabilidade de desafios locais e regionais; é preciso entender quais são as variações e determinações existentes em cada contexto para poder pensar no conjunto de ações necessárias a cada uma das etapas da vida.

Embora o fenômeno das mudanças populacionais seja generalizado no País, ele acontece em meio a uma conjuntura de desigualdades social e territorial. É necessário, por isso, conhecer os diferenciais territoriais do fenômeno e tentar estimar os impactos localizados das mudanças populacionais, principalmente, em termos de descentralização das políticas sociais. O Brasil apresenta grandes diferenciais econômicos entre as Unidades da Federação. Enquanto os estados da Região Sudeste concentram mais da metade do Produto Interno Bruto - PIB, os 16 estados das Regiões Norte e Nordeste, somados, alcançam menos de 20% do PIB nacional. Tais desigualdades expressam-se em importantes diferenciais regionais demográficos, com as Unidades da Federação atravessando diferentes etapas da transição demográfica (BORGES; CAMPOS; SILVA, 2015, p. 141).

Em outras palavras, ainda que alguns fenômenos apareçam com comportamentos muito significativos e bem definidos em escala ampla – ao nível do Estado, da organização político-administrativa do país – não quer dizer que os mesmos processos irão de repetir em escalas menores, os atributos de um nível de compreensão de uma realidade não são transferíveis para outros níveis diferentes, sem conflitos²⁰². Por isso é fundamental observar com cuidado o recorte territorial e o recorte fenomênico que se está realizando as reflexões, as análises e as inferências.

Com base na busca por cercar o objeto de análise de todos os lados, iremos seguir as orientações de Castro (2000) e buscar entender as variáveis espaciais e fenômeno que revelam o ajuste analítico, definindo uma escala de análise que dê conta de revelar os problemas relacionados ao envelhecimento.

Para ilustrar o que significa a alteração no perfil populacional brasileiro, usando uma das projeções apresentadas pelo IPEA e disponível para consulta em várias páginas de agências nacionais de notícias, podemos observar a evolução dos grupos etários em faixas de

²⁰² “A abordagem geográfica do real enfrenta o problema básico do tamanho, que varia do espaço local até o planetário. Esta variação de tamanhos e de problemas não é prerrogativa da geografia. Os gregos já afirmavam que, quando o tamanho muda, as coisas mudam: a arquitetura, a física, a biologia, a geomorfologia, a geologia, além de outras disciplinas, enfrentam esta mesma situação. Recentemente, as descobertas de microfísica e da microbiologia colocaram em evidência que na relação entre fenômeno e tamanho não se transferem leis de um tamanho a outro sem problemas, e isto é válido para qualquer disciplina” (CASTRO, 2000, p. 118).

cinco anos, em uma evolução histórica entre os anos de 2000 e 2035, é possível perceber como a pirâmide populacional, com as projeções elaboradas, perde a sua condição de pirâmide em função do aumento das pessoas que têm 60 ou mais anos de idade. É a partir da observação dessa mudança da estrutura populacional e do movimento da forma de representação da população que é possível ilustrar o significado da transição demográfica (Figura 19).

Figura 19 : Distribuição etária da população por sexo, 2000 - 2035.
Fonte: Projeção da população brasileira (IPEA, 2015).

Ao interpretar a figura 19, observando que as cores mais fortes correspondem à população em 2000 e as cores mais claras são assignadas para a população projetada para 2031, pode-se entender claramente a transformação significativa e em curso da pirâmide populacional brasileira. Assim como os dados apresentados anteriormente, a primeira transformação que se nota é o estreitamento radical da base da pirâmide.

Segundo estes dados, em apenas 35 anos, percebendo tanto o quantitativo de homens, quanto os das mulheres, há a formação de uma pirâmide invertida se observarmos os dados até a condição de vida adulta. O que nos faz supor que para os próximos 20 anos, ainda que haja uma redução muito forte do número de crianças, há uma concentração e uma pequena alteração na população adulta, que corresponde à maior parte da população em idade produtiva, como observamos no quadro 09. Esse movimento da população brasileira é

entendido como uma janela de oportunidade, ou seja, estamos vivemos um momento de alta concentração das atividades produtivas, o que em termos mais economicistas, pode ser entendido como um período favorável para a acumulação de riquezas, se as oportunidades forem plenamente aproveitadas, capacidade esta posta em xeque pelas definições dos parâmetros da crise atual que se impõe à economia do país.

Em cima dessa pirâmide invertida, se observamos os dados até a faixa etária dos 50 a 54 anos, forma-se uma outra pirâmide em seu formato normal, mas que mesmo assim não é tão geometricamente definida, essa outra pirâmide tendo como base os grupos etários de 55 a 59 anos e atingindo o seu topo com o grupo dos indivíduos com idade superior aos 80 anos, exibe um aumento e uma concentração populacional neste grupo de pessoas mais velhas, que com base nos termos da vida contemporânea já estão fechando os tempos normais de contribuição para os sistemas previdenciários e podem colher o benefício vitalício e se afastar dos meios de produção para seguir a experiência da vida sob novos parâmetros (seguridade social posta em xeque e em constante diálogo com as flexibilizações dos direitos trabalhistas e ampliação do tempo de permanência no mundo do trabalho).

Essa nova condição populacional impõe a nós, brasileiros, estranhamentos e perplexidades de várias ordens, mas talvez uma das perplexidades mais proeminentes é que há pouquíssimo tempo éramos considerados como um imenso país de jovens, o que nos impõe a revisão dessa máxima nos apresentada entre os anos 1980 e 1990. Essa condição fez com que Neri (1991) elaborasse uma pesquisa de doutoramento buscando compreender como é envelhecer em um país de jovens, que consistia em:

[... desenvolver] um estudo com 4.300 brasileiros - 1.550 homens e 2.750 mulheres (de 13 a 18; 19 a 24; 25 a 34 e 35 a 45 anos de idade). [com os objetivos de]: a) avaliar dimensões de significado associadas aos conceitos "O Velho É" e "Quando Eu For Velho Eu Serei", bem como atitudes frente a velhice; b) avaliar a qualidade e a intensidade desses eventos mediadores; c) avaliar relações entre os significados e atitudes, e com as variáveis sexo, idade, nível de escolaridade e região geográfica de residência dos sujeitos; d) avaliar o critério de categorização etária utilizado pelos informantes em relação a velhos, bem como suas relações com os significados e atitudes encontrados e as variáveis dos sujeitos (NERI, 1991, p. 13).

Os resultados encontrados por Neri (1991)²⁰³ em seu estudo sobre o que significa envelhecer em um país de jovens ajuda no entendimento dos mitos e estigmas associados à

²⁰³ “Os resultados foram: a) A análise fatorial sobre os dados de "O Velho É" resultou numa estrutura de 5 fatores: 1. Instrumentalidade-Ineficácia; 2. Autonomia – Dependência; 3. Valorização-Desvalorização; 4. Desejabilidade-Rejeição e 5. Adaptação-Desadaptação; b) Os dois primeiros fatores explicaram a variância dos

velhice, sendo esta entendida como um aprisionamento em categorias que revelam uma imobilidade no contexto da vida cotidiana autônoma.

Entretanto, há uma diferenciação entre o que é ser velho, pensando na condição do outro, e o que é se tornar velho. Os entrevistados apontaram que o envelhecimento deles, em particular, será menos perverso e por isso, no futuro, eles seriam velhos diferentes daqueles que eles tomaram como referência. Neste tudo foi tomada como idade de referência o início da velhice a partir dos 60 ou 70 anos. Em menor proporção foram considerados velhos as pessoas com idade compreendida entre 30 e 50 anos, em geral os entrevistados mais novos relacionaram a velhice a esse grupo etário. Muitos outros indivíduos afirmaram que a velhice não pode ser medida por uma definição rígida de idade, por isso a velhice contaria menos sobre a quantidade de anos vividos e mais sobre uma espécie de “estado de espírito”.

Sob essa perspectiva relativa, o universo da pesquisa realizada por Neri (1991) aponta que a relação entre os sujeitos que envelhecem e a categorização sobre a velhice não tem uma relação direta, sendo o entendimento sobre a velhice diferente do ato de envelhecer. Assim posto, envelhecer compreende muito mais elementos e etapas sociais do que a definição de estágios naturais. Neste novo contexto social, esta pesquisa fica pendente de ser atualizada, sem dúvidas as categorias movimentadas sofreram alterações significativas ao longo dos anos, ao menos é o que as nossas pesquisas e observações para a construção desta tese têm mostrado.

Com base nos dados e nas projeções que temos insistentemente apresentado é possível extrair que até 2025, se a população de velhos continuar crescendo no ritmo que está, teremos no ano previsto a sexta maior população de velhos do mundo, o que não se dá sem conflitos em todas as ordens e grandes e profundas transformações paradigmáticas.

significados de "Quando Eu Ficar Velho Eu Serei"; c) Os sujeitos foram significativamente mais positivos ao avaliar este conceito do que o primeiro; d) A análise fatorial das atitudes frente à Velhice revelou 4 fatores: 1. É possível ser feliz na velhice; 2. A velhice prenuncia dependência, morte e solidão; 3. É melhor morrer cedo do que sentir a angústia e a solidão da velhice e 4. A velhice permite sentimentos de integridade; f) cerca de 65% dos sujeitos, independentemente de sua idade, sexo, nível de escolaridade e região geográfica de residência, localizaram o início da velhice aos 60/70 anos; cerca de 30% a classificaram como um "estado de espírito", e os demais entre 30 e 50 anos; g) não foram encontradas correlações estatisticamente significantes entre as variáveis dos sujeitos e os significados. Os dados foram interpretados à luz dos seguintes princípios: a) os significados (e atitudes) são aprendidos, ao longo da história interacional do indivíduo, em contato com o ambiente sócio-cultural. Seu potencial avaliativo, reforçador e diretivo faz deles importantes mediadores de comportamentos abertos frente a idosos, a velhice pessoal, à velhice enquanto categoria etária, e era relação ao auto-conceito; b) nesse contexto, as formulações científicas e a atuação de profissionais que lidam com velhice são importantes determinantes de predisposições individuais e sociais em relação ao velho e à velhice; c) significados (e atitudes) são eventos multidimensionais; d) o desenvolvimento humano, da infância a velhice e um processo contínuo. A experiência de descontinuidade é fruto de variáveis de contexto, e não de rupturas naturais desse processo ou da mera passagem do tempo e) idealmente, quaisquer providências educacionais em favor do Humano, de veriam levar em conta esses princípios, e incentivar conhecimentos, habilidades e atitudes coerentes com eles. (NERI, 1991, p. 9).

De acordo com os dados mais recentes, quase 8,0% da população brasileira é composta por velhos, o que corresponde, em termos absolutos a quase 15 milhões de pessoas com 60 anos de idade ou mais. As mesmas projeções apontam para que em 2025 esse número superará os 32 milhões de velhos, o que corresponderá a aproximadamente 15% da população.

Em epidemiologia existe uma regra que se qualquer fenômeno de alteração nos quadros de saúde for inferior a 10% do total da população envolvida, esse fenômeno é incidente, ou seja, é registrado como um fenômeno de importância, mas que ainda não se apresenta com um comportamento alarmante, mas se esse fenômeno supera a marca dos 10% da população, então, ele assume características de prevalência e precisa da atenção completa dos profissionais de saúde e dos gestores públicos.

Sem querer estabelecer qualquer relação com o envelhecimento como se fosse um problema de saúde, qualquer aproximação a isso seria incorrer em um retrocesso social e epistemológico; uso este critério apenas para chamar atenção que antes mesmo dos anos 2025, a quantidade de velhos na sociedade brasileira assumirá a condição de prevalência, o que vai exigir um esforço por parte do poder público em ampliar a rede de assistência para suprir as necessidades inerentes à velhice. Seria ingênuo pensar que o envelhecimento da população não traz consigo necessidade de se ajustar os focos dos programas e ações de governo, em todos os âmbitos. Aproximamo-nos, de maneira ampla, a estas questões no quadro 09, apresentado anteriormente.

Nas décadas de 1940, 1950 a expectativa de vida no Brasil era de aproximadamente 40 anos, hoje em dia ela já supera os 70 anos. Como já comentamos anteriormente e agora reforçamos com esses dados, o envelhecimento da população do Brasil se dá pela base e pelo topo, ou seja, diminuímos o número de crianças e aumentamos o número de velhos. Enquanto que em 1980 tinha mais ou menos 16 velhos para cada 100 crianças, em 2000 a taxa era de 30 velhos para 100 crianças. O que faz aumentar a taxa de dependência, ou seja, o número de pessoas que, em tese, necessitam do Estado ou de outras pessoas para sobreviver, em outras palavras, os indivíduos que não são mais ou ainda produtivos, como podemos observar na tabela 01.

Tabela 01 – Participação relativa percentual da população por grupos de idade na população total: 1980 – 2050.

Grupos de Idade	1980	1990	2000	2010	2020	2030	2040	2050
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0 a 14	38,24	35,33	29,78	26,47	25,58	20,07	16,99	13,15
15 a 24	21,11	19,53	19,74	18,11	17,41	16,34	13,27	10,45
0 a 24	59,35	54,96	49,52	44,57	42,99	36,41	30,25	23,60
15 a 64	57,75	60,31	64,78	67,00	67,59	70,70	69,68	64,14
55 ou +	8,71	9,58	11,29	13,36	14,10	19,24	24,60	36,73
60 ou +	6,07	6,75	8,12	9,49	9,98	13,67	18,70	29,75
65 ou +	4,01	4,36	5,44	6,53	6,83	9,23	13,33	22,71
70 ou +	2,31	2,95	3,45	4,22	4,46	5,90	8,63	15,95
75 ou +	1,20	1,45	1,90	2,46	2,60	3,53	5,11	10,53
80 ou +	0,50	0,63	0,93	1,27	1,37	1,93	2,73	6,39

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais, disponível em <http://www.ibge.gov.br>

O avanço da velhice, em termos populacionais, já nos aparece como uma inevitabilidade, entretanto é importante não perder o contexto do período atual. Com base nos dados mais recentes do IBGE e do IPEA, vivenciamos a chamada janela de oportunidades, como já indicamos no quadro 09, ou seja, o número do grupo populacional daqueles que estão em idade economicamente ativa está ampliando e as tendências não mostram um decréscimo acelerado, temos, de acordo com os dados mais atuais, uma participação de aproximadamente 64% da população em idade economicamente ativa.

Em contrapartida, o número de pessoas que pertencem a PIA madura, entende-se por PIA madura o conjunto dos trabalhadores que estão compreendidos na faixa de idade localizada entre os 45 a 64 anos, também aumenta consideravelmente. Sob outros termos, iremos perceber um progressivo aumento de pessoas maiores de 45 anos no mundo do trabalho. Estima-se que até 2035 o número da PIA madura representará 47% de toda a PIA, essa condição irá pressionar uma mudança radical em todas as esferas do mundo do trabalho e nas dinâmicas de contratação de pessoa e de permanência das pessoas no mundo do trabalho, ou seja, a classe trabalhadora será ampliada em tempo e em quantidade, o que vai acontecer associado às revisões e flexibilizações das leis trabalhistas, diminuindo a condição de seguridade social de forma ampliada, essa é a inevitabilidade de nos espera, a todos.

Além desses dados, também é possível perceber que os novos cenários de crescimento populacional brasileiro alteram a razão de dependência²⁰⁴, num primeiro momento, as projeções indicam que até mais ou menos o ano de 2022, a razão de dependência do Brasil será descendente, mas depois dessa data razão irá aumentar, o que, em termos gerais, implicaria uma pressão maior em relação ao sistema previdenciário. Essa variação está diretamente ligada com a ampliação das taxas de envelhecimento, como já comentando algumas linhas acima. Outro dado complementar a essa relação é a alteração para cima da idade mediana. Se observamos os cenários no intervalo de 1980 até 2035, podemos perceber que a idade mediana passa de 20,20 anos para 39,90 anos, se os ritmos de crescimento continuarem parecidos podemos ter um cenário de que a idade mediana da população brasileira atinja o número de 46,20 anos já em 2050. Esses dados e outras inferências podem ser observadas na tabela 01, apresentada anteriormente.

É importante revelar que no Brasil, se analisado os dados nacionais em conjunto, há uma feminilização da população, ou seja, há uma maioria populacional de mulheres, essa tendência se reflete e aumenta em relação ao envelhecimento. Em termos absolutos as mulheres podem supera, estatisticamente, os homens em aproximadamente 7 milhões em 2050, como podemos observar na figura 20.

A superioridade estatística no número de mulheres tem uma trajetória histórica. Ainda por volta de 1980, a cada de 100 mulheres tínhamos aproximadamente 98,7 homens, em 20 anos, houve uma pequena redução nesta proporção e encontramos a relação de 97 homens para cada 100 mulheres.

Atualmente, as mulheres representam 62,4% dos de todo o universo de pessoas velhas, e em muitos casos são elas as responsáveis pela família. A idade média aproximada é de 69 anos, e com aproximadamente 3,4 anos de estudo. Os dados de 2013 revelaram que a renda média dessas mulheres velhas era de R\$ 657,00, o que correspondia ao salário mínimo há época.

²⁰⁴ Entendemos por razão de dependência a quantidade de pessoas economicamente inativas, as crianças e os velhos, em relação ao total da população economicamente ativa.

Figura 20 : Excedente feminino em milhares na população 1980 – 2050.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/>

A observação dos dados do IBGE e as informações associadas a partir dos contextos relacionado às projeções e análises realizadas pelos técnicos do próprio IBGE e do IPEA ajudam a entender o panorama geral da população brasileira, com destaque especial para o envelhecimento da população. Já é lugar comum afirmar que estes dados se tomados de forma irrestrita e se não entendidos no tangente às limitações de abrangência, se não entendidos com as suas limitações estatísticas acabam por provocar análises frias e desconectadas com as realidades sociais que os dados exibem, por isso, o envelhecimento da população como chave de análise e compreensão do fenômeno corresponde apenas a uma primeira aproximação, ajuda a revelar tendências e comportamento e auxiliam na visualização de questões que pareciam invisíveis para a sociedade de forma geral, mas é preciso, como já apontando anteriormente, recuperar o drama contido nos números. Qualquer que seja o nível e a dimensão recortado para fins de análise.

Ainda que visto como um movimento muito tímido e de baixa inserção, não podemos deixar de mencionar as análises realizadas, principalmente, por Camarano, no âmbito dos relatórios e pesquisas relacionadas com a população dos velhos feitas pelo IPEA, há um nítido esforço, ainda que insuficiente, de tentar revelar a organização da vida dos velhos para além da inevitabilidade dos números. Um dos limites destas análises realizadas pelo departamento de população do IPEA é justamente o enclausuramento do fenômeno do envelhecimento em sua vertente populacional, o que dá às pesquisas realizadas por este instituto um viés muito mais econômico e demográfico do que social ou sociológico.

Com base em Camarano (2002), há esforços no IPEA por realizar relatórios e reflexões que indiquem e analisem as condições de saúde, a aposentadoria e os arranjos familiares. Um dos elementos mais interessantes encontrados nestes relatórios gerais do IPEA é a tentativa de desvincular a velhice da classe trabalhadora de uma suposta impossibilidade de resiliência do sistema de seguridade social, umas das chaves de interpretação encontrada é a promoção da saúde como uma estratégia fundamental para melhorar a qualidade de vida da população e assim garantir que a velhice seja estabelecida a partir de condições de saúde melhores desenvolvidas, o que diminuiria substancialmente os gastos públicos com a medicina curativa, mas essa mudança para o investimento em uma medicina preventiva precisa estar associado a uma mudança generalidade nos paradigmas sobre o cuidado com o corpo, mais que isso, exigiria uma preparação coletiva para o envelhecimento. Camarano (2002) afirma que uma vida mais equilibrada resulta em indivíduos mais saudáveis.

A evidência empírica tem comprovado essa pressão. No entanto, essas análises se baseiam, em geral, num ponto no tempo. Não se conhece nenhum trabalho que tenha medido o tipo de repercussão que as melhoras nas condições de vida da população idosa possam ter nesses gastos. Pode-se supor que melhores condições de vida podem levar a uma menor pressão sobre os gastos de saúde e previdenciários, por exemplo. (CAMARANO, 2002, não paginado).

Muito mais do que identificar e responsabilizar os velhos pela construção individual de um envelhecimento bem-sucedido é preciso que se assuma uma responsabilidade coletiva pelo envelhecimento humano, e essa responsabilização precisa ser entendida como um compromisso social com o projeto de humanidade, o que a bem da verdade tem sido sistematicamente comprometido pelos interesses na acumulação das riquezas, próprio do modo de produção capitalista. Sem dúvidas, a relação harmônica entre qualidade de vida e velhice precisa de ser desenvolvida equacionando um conjunto de fatores que repensem os paradigmas da modernidade em relação às condições de trabalho, à renda, à saúde, ao lazer, à educação, entre outros.

O que em termos muito concretos se apresenta como um desafio, uma vez que a reprodução das relações sociais está baseada em uma naturalização de um sistema que concentra riquezas e o faz com o inevitável aprisionamento de um número muito grande de indivíduos em estruturas precárias de realização da vida, pois sob estes incide uma super-exploração de suas capacidades produtivas ao longo da vida e uma desvinculação com um conjunto de responsabilidades coletivas sobre a manutenção da vida. O que faz emergir uma

espécie de velhice aceitável, que é a velhice dos que têm acesso a dinheiro e contribuem com um conjunto espetacularizado de serviços construídos para uma classe específica, o que nos leva a pensar que a velhice inventada pelo mundo moderno só pode ser vivida se as pessoas puderem pagar por ela, senão os velhos são condenados outra vez à invisibilidade social, misturam-se com os condenados da terra²⁰⁵ e ganham uma vida e morte Severina²⁰⁶.

Camarano (2002) aponta que o caráter alarmista e catastrófico apresentado por uma variedade de pesquisadores e por outros órgãos de pesquisa acerca da capacidade de manutenção da previdência social frente aos novos números populacionais de velhos são uma temeridade e resultam mais de uma impostura do que de uma preocupação com o fundo previdenciário. Pois o que está sendo posto de uma forma geral é uma preocupação com o envelhecimento em termos puramente numéricos, quando o que deveria estar sendo refletido e discutido é a condição social dos indivíduos, na busca para a construção de políticas que melhorassem a qualidade de vida e promovessem condições melhores de bem-estar, em termos coletivos²⁰⁷.

O estudo do envelhecimento não se restringir a apenas uma perspectiva da vida, mas está envolvendo a discussão de uma totalidade social, há que se descobrir maneiras de construir pontes inter-geracionais para reduzir as desigualdades entre os diferentes estágios de experiência com a vida, senão, a totalidade fica interrompida e não avançamos na construção de relações menos dessimétricas²⁰⁸. Sob o intercâmbio possível entre as diferentes gerações que co-existem numa mesma temporalidade é fundamental estabelecer parâmetros que tornem a relação menos conflituosa, a revisão dessas posturas e a abertura de novas possibilidades de entender e tratar as questões poderia ampliar o debate sobre o que é a

²⁰⁵ Termo alusivo ao livro de Franz Fanon intitulado “Os condenados da Terra”, vítimas do processo de colonização, sem fazer uma alusão direta, mas tomando livremente a obra de Fanon como uma inspiração, os velhos pobres são os novos condenados das terras urbanas dos países de industrialização tardia e periférica, como o Brasil, por exemplo.

²⁰⁶ Alusão ao auto de natal escrito pelo poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto.

²⁰⁷ “(...)alguns trabalhos de cunho prospectivo chegam a alardear catástrofes, colocando em risco a reprodução da vida social, caso as contribuições e/ ou impostos não aumentem ou o valor dos benefícios sociais não sejam reduzidos, ou, mesmo, a idade mínima para a aposentadoria não aumente. Na verdade, apresentam uma preocupação puramente contábil e politicamente “neutra”. Contraditoriamente, instituições sociais como a aposentadoria, que foram criadas para gerir riscos, são transformadas em fontes de produção de outros riscos como a inviabilização do sistema [Debert (1999)]. Na verdade, a prioridade das políticas públicas deveria ser com a qualidade de vida e o bem-estar coletivo” (CAMARANO, 2002, não paginado).

²⁰⁸ “O processo de envelhecimento é um tema que suscita grandes perguntas, desde a definição exata de que período (biológico, cultural, político, psicológico, social) está se tratando até quais as implicações do processo para a reprodução da vida, e todas as discussões têm que levar em conta as variações culturais e as questões pertinentes a uma conexão intergeracional entre os indivíduos, “especialmente o suporte que tem sido dado pelos idosos às gerações mais novas”” (CAMARANO, 2002, não paginado).

possibilidade de ser produtivo na velhice e isso auxilia na construção de novos referenciais para refletir a relação de dependência²⁰⁹, por exemplo.

Frente ao avançado processo de envelhecimento, as análises estatísticas dão construíram um índice que revela o nível do envelhecimento de um recorte espacial qualquer, por mostrar o nível do envelhecimento, esse índice foi chamado de índice de envelhecimento e tem como conceito a definição do número de pessoas com 60 anos de idade ou mais em relação ao grupo de cada 100 pessoas com idade inferior a 15 anos, em uma espacialidade determinada, em relação a um ano em específico. O índice de envelhecimento proporciona a leitura da quantidade dos grupos etários populacionais extremos, a apresentação de altos níveis no índice de envelhecimento refletem um avançado processo de transição demográfica. O uso desse índice serve para, de acordo com as informações presentes no Datasus²¹⁰:

- Acompanhar a evolução do ritmo de envelhecimento da população, comparativamente entre áreas geográficas e grupos sociais.
- Contribuir para a avaliação de tendências da dinâmica demográfica.
- Subsidiar a formulação, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde e de previdência social.

De uma forma geral, no mundo desenvolvido, os índices de envelhecimento são calculados levando-se em consideração como idade de corte mínimo para ser considerado velho 65 anos, mas no Brasil essa definição é de 60 anos, segundo a política nacional do idoso. Essa divergência sobre a data que inicia a velhice pode gerar distorções e limites se os dados nacionais forem comparados com outros dados do envelhecimento que tenham como parâmetros idades diferentes das consideradas no Brasil, outra limitação está relacionada com as imprecisões no momento da coleta dos dados primários, como, por exemplo, informações equivocadas sobre a idade, ou construção de projeções e estimativas populacionais feitas de forma equivocada.

Com base nos dados censitários divulgados em 2013 pelo IBGE elaboramos uma tabela (02) com o índice de envelhecimento de algumas das principais capitais brasileiras.

²⁰⁹ “Alguns estudos mostram que nas famílias brasileiras as transferências intergerações se dão nas duas direções. Outros estudos — Camarano e El Ghaouri (1999), Saad (1999) e Turra (2001) — falam de um fluxo entre gerações na direção dos mais velhos para os mais jovens. Camarano e El Ghaouri (1999), com base nesse fluxo, questionam a questão da “dependência” dos idosos” (CAMARANO, 2002, não paginado).

²¹⁰ Cf. <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/LivroIDB/2edrev/a15.pdf>

Tabela 02 – índice de envelhecimento de algumas das principais capitais brasileiras para os anos de 1990, 2000 e 2010.

Capital/Brasil	I.E. (1990)	I.E. (2000)	I.E. (2010)
Brasil	4,83	5,83	7,36
Vitória (ES)	4,55	6,18	8,22
Belo Horizonte (MG)	4,69	6,22	8,67
Recife (PE)	5,28	6,51	8,14
Rio de Janeiro (RJ)	7,36	9,11	10,46
Porto Alegre (RS)	6,62	8,25	10,47
São Paulo (SP)	5,18	6,42	8,13

Fonte: IBGE (2013).

As capitais identificadas na tabela 02 foram selecionadas, pois todas apresentam na atualidade índice de envelhecimento maior que a taxa brasileira e todas têm taxas superiores a 10. Dentre as capitais nacionais, Porto Alegre e Rio de Janeiro se destacam em relação a proporção de pessoas mais velhas em suas estruturas populacionais, percebe-se que em relação ao censo anterior Porto Alegre superou o Rio de Janeiro na concentração de pessoas com idades acima de 60 anos em comparação com as crianças com idade de até 15 anos. A capital pernambucana também diminuiu a concentração de pessoas acima de 60 anos em relação às demais capitais selecionadas, antes Recife apresentava a terceira maior taxa no índice de envelhecimento, hoje ocupa a quinta posição, sendo superada por Belo Horizonte e Vitória. Entretanto, ainda assim o crescimento da população da cidade do Recife tem uma progressão crescente no número de velhos em sua estrutura populacional, figurando como a capital nordestina com maior concentração de pessoas classificadas como velhas. Frente às desigualdades e as impossibilidades de realização da vida na cidade do Recife, esse número de indivíduos velhos deverá ser analisado com cuidado.

Crescimento e Envelhecimento da população recifense

Ao apresentar o crescimento e o envelhecimento da população do Recife é necessário caracterizar aos principais fatores de localização (Figura 21). A primeira aproximação se dá pela localização, sendo assim, identificamos a cidade do Recife as coordenadas geográficas de 08° 03' 14" S de latitude e com a longitude de 34° 52' 52" W. Esse endereço geográfico coloca a cidade do Recife geograficamente inserida na região nordeste do Brasil, dentro de Estado de Pernambuco.

A cidade do Recife tem a sua fundação registrado no ano de 1709. Mas antes disso, no século XVI, o território que hoje a cidade ocupa, por causa do formato de uma das áreas de sua costa, foi utilizado pelos colonizadores portugueses como um porto natural²¹¹. Ao longo do século XVII houve um período de ocupação holandesa que define as principais características urbanas deste recorte territorial (Voltaremos à formação da cidade na parte 2 deste trabalho). Desde tempo até o presente, a cidade cresceu, assumiu diversos contornos sociais e políticos e figura entre as dez maiores e mais importantes capitais brasileiras.

Atualmente a cidade possui área de 2 de 217,01 Km², com uma população de 1.537,704 habitantes, de acordo com os dados do Censo 2010, realizado pelo IBGE. A densidade demográfica é de 7.082,32 habitantes por quilometro quadrado, o que revela que a capital pernambucana tem uma alta concentração de pessoas em um território relativamente pequeno. De acordo com as classificações regionais feita pelo IBGE, a cidade do Recife é a principal cidade do Estado de Pernambuco, que exerce sua centralidade em relação a todas as cidades do Estado e tem um papel importante no cenário macrorregional. Em outras escalas regionais, Recife empresta o seu nome para a mesorregião que está inserida, sendo essa mesorregião denominada: Mesorregião Metropolitana do Recife, além de emprestar o nome para a Microrregião do Recife.

Figura 21 : Esquema de localização da cidade do Recife em relação ao Brasil e ao estado de Pernambuco.

Fonte: Adaptado do Google Earth (2015).

²¹¹ “Os arrecifes de coral, aos quais se refere o Farol de Olinda de 1537, são as mais antiga referência que se tem desta povoação do Recife” (REZENDE, 2005, p. 7).

Em relação ao índice de desenvolvimento humano, a cidade está inserida na faixa de alto IDHM, apresentando uma taxa de 0,772. Essa medição do desenvolvimento humano põe a cidade do Recife na posição 210 entre os 5.565 municípios brasileiros. No ranking do IDH a cidade alcançou a maior taxa foi São Caetano do Sul, localizada no estado de São Paulo, como a nota de 0,862, enquanto o índice mais baixa está com a cidade de Melgaço, localizada no estado do Pará, com 0,418 no ranking do IDM brasileiro.

Se comparado com as medições de 1990 e de 2000, o IDHM do Recife sofreu uma oscilação positiva bastante significativa, se confrontarmos com os dados anteriores, o resultado de 0,772 põe a cidade do Recife em uma faixa superior àquela da mediação, anterior. Em 1990 o índice do IDHM era de 0,576 e em 2000 era de 0,660, como pode ser visto na figura 22.

IDHM

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 22 : Variação dos IDHM entre os anos de 1990, 2000 e 2010.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Se acompanharmos a evolução da cidade em relação ao primeiro ano de medição e o último vamos perceber que a distância entre o topo do índice foi encurtada de forma bem expressiva, reduzindo o vazio em aproximadamente 53,77%, o que dá uma taxa de crescimento de aproximadamente 34,03% em duas décadas. Se analisarmos os subíndices, a maior contribuição foi em relação à educação, nesta janela temporal de duas décadas o crescimento foi de 0,289. A longevidade e a renda contribuíram para com o índice geral nesta ordem. Esse crescimento municipal acompanham o crescimento observado para o país, no mesmo intervalo e em relação ao mesmo subíndice.

É interessante perceber as variações em comparação aos períodos de 1990 a 2000 e de 2010 em relação a 2000.

O IDHM passou de 0,660 em 2000 para 0,772 em 2010 - uma taxa de crescimento de 16,97%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 67,06% entre 2000 e 2010. Em ambos os períodos a educação é o subíndice que mais contribui com a mensuração da taxa de desenvolvimento humano. Para o período 2000 – 2010 o crescimento absoluto da educação, em relação ao IDHM, foi de 0,160, seguida das oscilações positivas da longevidade e depois da renda. Para o período de 1990 a 2000 o crescimento percentual foi de 14,58%, o que mostra uma elevação dos níveis de 0,576 em 1990 para o patamar de 0,660 em 2000. A distância para o topo máximo desse subíndice foi diminuída em aproximadamente 80%, o que pressupõe um esforço grande por, pelo menos, ter um número significativo de crianças matriculadas e cursando os diversos níveis de ensino da rede brasileira. Podemos observar essas variações na figura 23, ela mostra um gráfico que acompanha os três momentos temporais, comparados com os municípios de maior e menor pontuação no índice, bem como em relação à média do país e do estado de Pernambuco.

Figura 23 : Evolução do IDMH Recife em comparação com os municípios de maior e menor IDHM, o IDM do Brasil e o IDHM de Pernambuco nos anos de 1990, 2000, 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Quando se observa o comportamento do município de Recife comparado com os demais recortes territoriais, é possível assumir que o comportamento ascendente do IDHM é uma constante em todos os parâmetros de comparação, mas que a ascensão do município de menor taxa é substancial, o que indica que as melhorias em todos os índices não fica restrita a uma porção do país, mas que é generalizada, o que não quer dizer que as divergências e desigualdades estejam perto de ser solucionadas, mas que a distância entre os lugares está tendencialmente sendo encurtada, o que é bastante positivo para o contexto do país. Em relação à cidade do Recife, percebemos que em todas as medições a cidade se encontra acima da média nacional e a diferença em relação ao município de maior taxa de desenvolvimento foi proporcionalmente encurtada, se tomarmos os anos anteriores como parâmetro de comparação.

Tendo em vista as múltiplas variáveis referentes ao subíndice educação, é interessante acompanhar a evolução das variáveis consideradas para medir este subíndice, além de poder ver em número a evolução dos subíndices de fecundidade e renda, por isso, extraímos a figura 24 do Atlas de Desenvolvimento Humano (2013).

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Recife - PE			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,409	0,538	0,698
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	45,67	52,94	66,35
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	65,25	89,72	95,26
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	45,19	58,62	86,10
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	25,04	40,07	58,51
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	19,16	28,25	46,66
IDHM Longevidade	0,676	0,727	0,825
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,57	68,62	74,50
IDHM Renda	0,692	0,736	0,798
Renda per capita (em R\$)	594,62	778,39	1.144,26

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 24 : IDHM do Recife e seus componentes em termos absolutos.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

A figura 24 nos ajudar a ter uma visão de maior acuidade sobre os elementos absolutos que compõem o IDHM e seus subíndices. Quando observamos com mais cuidado os elementos que compõem o subíndice da educação podemos inferir que a grande contribuição para o aumento deste índice se deve a garantia de que uma parcela significativa das crianças e jovens em idade escolar estão matriculados e frequentando o ensino fundamental e do ensino médio. Mesmo esses dados melhorando progressivamente ao longo dos anos, é latente perceber que nem todos os jovens com 18 anos têm o ensino fundamental completo, apesar

desta variável ter melhorado significativamente, ou seja, teve uma variação positiva de mais de 20%, ainda temos quase 40% dos jovens com 18 anos que não terminaram o ensino fundamental. Outra variável considerada é o grupo dos jovens entre 18 e 20 que já terminaram o ensino médio, apesar de que essa variável teve uma das maiores transformações no período compreendido entre 1990 e 2010, ainda é grande o número de jovens que não finalizaram esta etapa dos estudos, o que interfere significativamente no mercado de trabalho, uma vez que esses jovens precisam se inserir em oportunidades de trabalho básica com baixa especialização.

Para visualizar melhor as oscilações durante estes três períodos registrados na cidade do Recife, é importante analisar a, elaborada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano, a fim de perceber o fluxo escolar na cidade do Recife em relação às crianças e aos jovens.

Figura 25 : Fluxo escolar por faixa etária, Recife 1990, 2000, 2010.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Em todos os grupos etários a situação da escolaridade em Recife tem uma variação positiva, o que influi bastante na construção de outras características e dinâmicas internas ao município, a educação é um dos fatores primordiais para que haja transformações significativas no perfil social de uma cidade, as gerações atuais estão, em geral, com bem sincronizadas em relação as séries e o ajuste da idade, o que aparece como um dado

preocupante é o número ainda grande de pessoas que não estão ajustadas com em relação à faixa etária com o grau de escolaridade e o peso que essas pessoas podem exercer no mundo do trabalho, como comentamos anteriormente.

Em relação à escolaridade dos adultos, é importante observar como essa variável sofre alterações no intervalo de tempo em questão, para isso, a figura 26, ilustra bem e nos ajuda a ter uma ideia do perfil geral da escolaridade na cidade do Recife.

Figura 26 : Escolaridade da população recifense para os anos de 1990, 2000, 2010.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Com base na figura 26 podemos interpretar que o percentual de pessoas analfabetas e com ensino fundamental incompleto vem diminuindo ao longo das décadas, apesar de ainda existir 8,5% da população adulta com um nível de escolaridade muito baixo, essa taxa é muito melhor do que aquela de 1990 em que aproximadamente 17% da população recifense não tinha sequer o ensino fundamental. Uma das resistências, contudo está no número de pessoas com 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, como retratado no Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), há uma forte inércia neste indicador em função do peso das gerações passadas e do desinteresse de uma parcela de pessoas deste grupo em procurar programas de educação de jovens e adultos. Em relação ao ensino superior completo, é interessante perceber que entre os anos de 1990 e 2000 a variação deste indicador é muito pequena, a alteração se dá na ordem de 1%, mais ou menos.

Enquanto que no intervalo de 2000 a 2010 houve um acréscimo bem maior que nos anos anteriores, mais de 19% da população de adultos do Recife apresentam formação superior. Estes dados têm relação direta com o conjunto de políticas públicas nacional que ajudaram na inserção dos jovens em universidades públicas ou em universidades privadas,

com financiamentos e apoios significativos para permanência em instituições de ensino superior.

É importante também acrescentar que no ano de 2010 é a primeira vez que o número de adultos com ensino médio completo e ensino superior incompleto é maior que a quantidade de adultos alfabetizados, mas com ensino superior incompleto. Estes últimos dados ainda são muito expressivos, mas só o fato dele ter sido superado por um nível de escolaridade maior, mostra que apesar das resistências, a educação formal tem progressivamente aumentando, o que garante o acesso a melhores condições profissionais e ajuda na formação de cidadãos mais críticos e que podem vir a apresentar níveis de organização social mais complexos, seria interessante que estudos fossem realizados nesta direção.

No que tange a variável de renda, ela tem uma variação absoluta muito significativa do ano de 2000 para o de 2010, o que faz com que a população recifense, em média, tenha uma renda superior ao salário mínimo estipulado no Brasil

Os dados de renda da população do Recife são bastante interessantes, apesar de o número de miseráveis e o pobres terem diminuído consideravelmente ao longo dos anos em análise, a concentração de renda teve uma pequena elevação, elevação medida através do índice Gini²¹² (figura 27).

Renda, Pobreza e Desigualdade - Recife - PE

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	594,62	778,39	1.144,26
% de extremamente pobres	14,51	8,53	4,77
% de pobres	35,70	25,67	13,20
Índice de Gini	0,67	0,67	0,68

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 27 : Renda, pobreza e desigualdade em Recife para os anos de 1990, 2000, 2010.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

Apesar do aumento da renda per capita no ano de 2010, esse aumento médio não significa distribuição de riqueza, quando cruzamos esse dado com o índice Gini percebemos a extrema desigualdade existente na sociedade recifense. Entretanto, como já chamamos

²¹² “O que é Índice de Gini? É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

atenção anteriormente, entre os anos de 1991 e 2010 há uma redução significativa da extrema pobreza e da condição de pobreza²¹³. Enquanto que em 1990 os pobres representavam mais de 35% da população recifense, em 2010 esse dado era um pouco maior que 13% da população local, há uma variação semelhante entre os extremamente pobres, se em 1990 a porcentagem em relação a população total da cidade dos extremamente pobres era de 14,51%, em 2010 esse valor era de 4,77%.

Anotemos, pois que a soma dos extremamente pobres com os pobres, em 2010, perfaz um total de aproximadamente 18% da população recifense. Se consideramos o ano de 1990, o valor total perfazia mais de 50% da população recifense. Em outras palavras em algumas décadas houve uma redução significativa da pobreza absoluta em Recife. Entretanto, antes de comemorarmos estes dados é preciso entender sobre a concentração de renda, que além de ser muito alta, não apresenta tendências de que irá diminuir. A interpretação mais simples para esse fato é de que ao passo que o número de pessoas abaixo da linha da pobreza diminui, há um aumento considerável do número das pessoas mais ricas, o que evidência, em números a manutenção do sistema histórico de classes sociais. Outra interpretação lógica é o aumento virulento da classe média, descaracterizando as definições tradicionais de classe média, tanto para o Brasil, quanto para Recife.

Para entender melhor a concentração de renda é importante analisar a figura 28 com cuidado, os dados apresentados nela divide a renda do recifense em cinco partes ou cinco grupos de concentração, é importante observar a quantidade de dinheiro distribuída em cada uma destas quintas partes.

Figura 28 : Distribuição da renda por quintos da população em Recife (1990, 2000, 2010).
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

²¹³ Para fins de definição, o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013) assume como pobres o núcleos familiares com renda per capita inferior a R\$ 140,00 por mês. Estes valor dos R\$ 140,00 foi definido para o ano de 2010, quando o censo foi realizado.

Outro conjunto de variáveis muito importantes para a elaboração do subíndice renda e o trabalho. A primeira aproximação ao mundo do trabalho se dá com a identificação da composição da população economicamente ativa. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), 64,8% da população em idade economicamente ativa está ocupada, 12,1% da PIA está desocupada e 23,1% da população recifense está em idade de inatividade econômica, como pode ser observado na figura 29.

Composição da população de 18 anos ou mais de idade – 2010

Figura 29 : Composição econômica da população recifense com 18 ou mais anos de idade em 2010.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), Entre 2000 e 2010,

(...)a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,06% em 2000 para 64,78% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 20,37% em 2000 para 12,11% em 2010.

Observa-se nitidamente que apesar da grande concentração de renda, entre 2000 e 2010 a quantidade de pessoal ocupado em alguma atividade econômica sofreu uma alteração positiva bem significativa, o que acompanha as taxas de emprego e ocupação em nível nacional. Ao observamos a figura 30, é possível perceber que a caracterização do mundo do trabalho sofreu algumas pequenas variações, melhorando suavemente a renda dos

trabalhadores, mas que essa melhoria não atinge os salários mais altos, o que justifica o leve aumento da concentração de renda e desigualdade registrada pelo índice Gini. Ou seja, ao mesmo tempo que reduz a quantidade de pessoas que recebem até 1 e 2 salários mínimos, a quantidade de pessoas que recebem acima de 5 salários mínimos quase não sofre variação, o que pode revelar um aumento, não medido por esses dados, mas que pode ser interpretado por raciocínio lógico formal, que houve uma elevação no grupo de pessoas que recebem entre 3 e 4 salários mínimos mensalmente.

Ocupação da população de 18 anos ou mais - Recife - PE

	2000	2010
Taxa de atividade	64,06	64,78
Taxa de desocupação	20,37	12,11
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	59,63	64,69
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	62,73	74,02
% dos ocupados com médio completo	47,31	59,14
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	44,72	17,24
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	68,15	66,07
Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	85,19	84,02

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 30 : Ocupação da população com 18 anos ou mais anos, em Recife (2010).
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2013)

As variáveis de nível educacional se comparada com o pessoal ocupado, revela que de 2000 a 2010 há um leve ampliação no mundo trabalho de pessoas que terminaram o ensino fundamental e o ensino médio.

O subíndice de longevidade também sofreu, ao longo dos anos, uma variação bastante significativa, o que revela que em quase duas décadas, em média, a população da cidade do Recife agregou mais nove anos de vida, o que altera de forma considerável a expectativa de vida e contribui com o aumento nas taxas de envelhecimento populacional.

Ao se refletir sobre o subíndice de longevidade é preciso revelar algumas variáveis para que apareçam as relações sociais escondidas pela ideia genérica da ampliação dos anos vividos. Para poder revelar o sentido da longevidade é importante considerar uma caracterização geral da população recifense. Neste sentido, as primeiras observações dão conta de entender a taxa de crescimento da população da cidade. No ano de 2010 a taxa de crescimento era de 0,78%, enquanto que de 1991 para 2000 a taxa de crescimento da população era de 0,92% (figura 32), observa-se uma tendência de diminuição o ritmo do crescimento populacional, o que acarreta em uma baixa taxa de reposição populacional, o que

leva, ao longo de um intervalo de tempo, a um aumento significativo no processo de envelhecimento populacional²¹⁴.

Além dos totais da população divididos entre homens e mulheres, faz-se fundamental perceber a transição completa da cidade do Recife para a condição de 100% urbana, apesar de ser um dado extremamente complicado de se definir e que provoque reflexões até a data presente²¹⁵, convencionou-se assumir a classificação do IBGE sobre as áreas urbanas e rurais, obviamente, reflexões e aprimoramentos teóricos são necessários e alimentam a tradição geográfica na construção destes conceitos, o que não se faz sem conflitos.

Com essa ressalva, apresentamos a figura 31 com a síntese destes recortes populacionais e de classificação quanto a origem rural ou urbana. Descritivamente, o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), faz as seguintes aferições:

Entre 2000 e 2010, a população de Recife cresceu a uma taxa média anual de 0,78%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 100,00% para 100,00%. Em 2010 viviam, no município, 1.537.704 pessoas. Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 0,92%. Na UF, esta taxa foi de 1,18%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 99,05% para 100,00%.

²¹⁴ “tendencialmente esse número será diminuído, o que revela que a população do Recife dentro de pouco não mais será suficiente para repor a quantidade daqueles que morrem. O casamento da baixa natalidade, associado a diminuição das taxas de mortalidade e o consequente melhoramento das condições de vida faz com que o processo de envelhecimento na cidade seja demograficamente configurado” (NÓBREGA, 2010, p. 94).

²¹⁵ “As perguntas [sobre a existência de um continuum rural-urbano] são iluminadas pela recorrente dedução reproduzida massivamente e ampliada no senso comum sobre o que significaria a ora festejada ora demonizada supremacia do urbano sobre o rural. Essas deduções são efervescidas por polêmicas estimuladas pelas estatísticas oficiais ao apresentarem dados demográficos em séries históricas que apontam uma diminuição da população rural e aumento da população urbana em cerca de 80%, nos últimos cinquenta anos no país. A ausência de análise num contexto maior de transformações socioeconômicas, culturais e políticas tem provocado na sua extremidade reflexões e argumentos apoiados em contrapontos que insistem em afirmar que o Brasil não seria tão urbano como a primeira vista poder-se-ia interpretar. Isto visto que deveriam ser computados os dados de extensão territorial destinadas ou reconhecidas para fins rurais, de acordo com o cadastro nacional do INCRA, ou ainda no que, entre outros aspectos, se refere à atividade cultural produtiva. A esses argumentos são atribuídas relevâncias a utilização e implementação territorial de novas tecnologias e serviços, tais como insumos, ao longo dos marcos históricos. Esse conjunto de argumentos vem sendo devidamente combatidos quando apreciados à luz do materialismo histórico dialético, visto tratarem-se de elementos indissociáveis e mais que tudo, dialeticamente postos num mundo concreto. Sendo assim, exigindo maior empenho na sua análise” (GOMES, 2014, p. 14-15).

População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Recife - PE						
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	1.310.259	100,00	1.422.905	100,00	1.537.704	100,00
Homens	609.353	46,51	661.690	46,50	709.819	46,16
Mulheres	700.906	53,49	761.215	53,50	827.885	53,84
Urbana	1.297.876	99,05	1.422.905	100,00	1.537.704	100,00
Rural	12.383	0,95		0,00		0,00

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 31 : População total do município do Recife por Gênero, e características de classificação entre o rural e urbano.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, (2005).

Nas últimas décadas, o Recife tem passado por um processo generalizado de envelhecimento da sua população, seguindo assim a tendência nacional. No entanto, ainda não atingiu o crescimento negativo da população.

O Recife apresenta uma grande quantidade de pessoas envelhecidas em seu tecido social, ficando, entre a classificação de todas as capitais brasileiras, com a 6ª posição no índice de envelhecimento. De acordo com o índice de envelhecimento nacional, é possível identificar 3 grupos diferenciados em relação a quantidade de pessoas em idade avançada com base no grupo de mil jovens com idade inferior a 15 anos. O primeiro grupo corresponderia a uma população com um número grande de idosos, um segundo grupo compreende as capitais com índices de envelhecimento populacional intermediário, o que corresponde a uma população em processo de envelhecimento, o que corresponde a capitais como Recife, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, entre outras. E um terceiro grupo com baixa incidência de população idosa, a exemplo de Palmas, Boa Vista, São Luís, Teresina, dentre outras (NÓBREGA, 2010, p. 91-92).

Ao analisar a figura 32 que especializa os dados do crescimento da cidade no intervalo de tempo de 1991 até 2000 é possível perceber que a cidade se apresenta como um mosaico complexo, ou seja, os dados, ainda que generalizem um comportamento do crescimento populacional para a cidade, ele não se dá de forma igual, cada bairro, cada totalidade menor compreendida da totalidade cidade irá apresentar comportamentos específicos²¹⁶.

Observando o comportamento do crescimento populacional do Recife na atualidade, ainda insisto no argumento apresentado em 2009, quando observei o que ainda que, em relação ao crescimento populacional em cada bairro, a ritmo da população se apresente de forma desigual e de maneira fragmentada, a cidade do Recife coleciona condições de ser

²¹⁶ “A cidade, então, revela a sua condição de mosaico, representada por descontinuidades e falta de “tendência estatística”. Ainda que o somatório das taxas revele uma condição de crescimento refeeda, a especificidade dos bairros não representa a dinâmica geral da cidade” (NÓBREGA, 2010, p. 94).

inserida no roteiro de cidades que precisam ser observadas em função do seu acentuado processo de envelhecimento (NÓBREGA, 2009). Essa nova condição revela a centralidade do tema, principalmente porque as características da população recifense não pode mais ser sintetizada na máxima dos anos 1990 quando se pensava que vivíamos em uma sociedade de jovens, agora precisamos construir as razões de uma cidade que precisa conviver de forma igualitária com os velhos.

Figura 32 : Taxa de Crescimento populacional da cidade do Recife no intervalo 1991 – 2000.
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, (2005).

A figura 33 também corresponde a uma espacialização que apresenta os dados de 1991 a 2000, está figura mostra como se materializa nos bairros da cidade o índice de envelhecimento. De acordo com atlas do desenvolvimento humano da cidade do Recife (2005), é possível perceber que a exemplo das taxas de crescimento, o Recife também é um mosaico complexo revelando áreas de baixíssimo índice de envelhecimento, enquanto concentra zonas de alto grau da taxa de envelhecimento.

Para a leitura da figura 33 é importante observar que as zonas que estão demarcadas em vermelho correspondem a altos níveis de envelhecimento populacional, enquanto que as zona identificadas com a coloração azul corresponde a zonas de baixíssimo índice de envelhecimento, entre estes dois extremos há as zonas marcadas em verde, amarelo e laranja.

As áreas identificadas com a tonalidade laranja apresenta índice de envelhecimento significativamente alto, enquanto que as zonas em verde apresenta envelhecimento significativamente baixo e as áreas em amarelo apresentam nível de envelhecimento razoável, ou seja, mediano.

Dos 94 bairros da cidade, 19 apresentam um elevado índice de envelhecimento, é sobre esses bairros que as nossas reflexões serão construídas nas partes subsequentes desta tese.

Figura 33 : Índice de envelhecimento de todos os bairros da cidade do Recife no intervalo 1991 – 2000.

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, (2005).

É preciso retornar para a classificação da população recifense, de uma forma geral, a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), pois os dados presentes neste atlas ajudará a revisar as informações apresentadas com base no Atlas de 2005.

Com base na descrição da estrutura da população recifense, podemos considerar, a partir dos dados apresentados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), que ao mesmo tempo que há um aumento da população de pessoas maiores que 59 anos, a razão de dependência não aumenta, senão que sofreu uma leve alteração para baixo (Figura 34). Esse dado nos leva a concluir que apesar o acelerado processo de envelhecimento populacional, em

sincronia com o movimento da população nacional, o Recife ainda vive o período denominado janela de oportunidade, já o apresentamos nas partes iniciais deste capítulo. O que, entretanto, parece um pouco óbvio comentar é que essa janela de oportunidade, com base no comportamento estatístico-demográfico, em pouco tempo se fechará. É preciso, então, preparar a cidade do Recife para o forte processo de envelhecimento populacional.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 48,52% para 41,00% e a taxa de envelhecimento, de 6,51% para 8,14%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 57,21% e 5,28%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

A descrição acima recortada, pode ser facilmente percebida ao observar os dados apresentados na figura 34.

Estrutura Etária da População - Recife - PE						
Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	407.666	31,11	372.240	26,16	322.831	20,99
15 a 64 anos	833.452	63,61	958.039	67,33	1.089.774	70,87
65 anos ou mais	69.141	5,28	92.626	6,51	125.099	8,14
Razão de dependência	57,21	-	48,52	-	41,00	-
Índice de envelhecimento	5,28	-	6,51	-	8,14	-

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 34 : Estrutura da população do Recife, Razão de Dependência e Índice de Envelhecimento (1990, 2000, 2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

As alterações na estrutura da população faz com que, necessariamente, a pirâmide etária seja completamente alterada ao longo do tempo. Ao analisar a evolução da pirâmide populacional do Recife é possível enxergar, principalmente na comparação entre 1991 e 2010, (figuras 35, 36 e 37) o processo de transição demográfica em curso. Observar o movimento da população as alterações no topo e na base da pirâmide ajudam a entender que Recife tem como característica os mesmos elementos da transição demográfica observada para a população brasileira, ou seja, um processo de envelhecimento populacional deflagrado por uma diminuição nas taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade e uma ampliação no índice de longevidade, que reflete um aumento na esperança de vida ao nascer.

Figura 35 : Pirâmide populacional da cidade do Recife (1991).
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

Figura 36 : Pirâmide populacional da cidade do Recife (2000).
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

Figura 37 : Pirâmide populacional da cidade do Recife (2010).
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

Algumas questões ficam muito claras ao comparar as três pirâmides etárias, assim como no Brasil, há uma feminilização da velhice, principalmente quando colecionamos os dados focando nas diferenças de gênero a partir do grupo etário recortado entre os 40 – 45 anos e daí até os dados que mostram a população acima dos 80 anos. Em todas as faixas etárias há uma predominância do número de mulheres em relação aos homens.

Há uma coleção de justificativas²¹⁷ para explicar a maior sobrevivência ao tempo da mulher, entre elas é possível identificar a realização de trabalhos mais extenuantes, fisicamente, a adoção de melhores cuidados com a saúde por parte das mulheres (visitas mais frequentes a médicos generalistas e especialistas), a maior inserção social da mulher através

²¹⁷ O jornal Correio do Estado, do Estado do Mato Grosso, publicou em uma versão online uma matéria em que são apresentadas algumas causas para o fato da mulher viver aproximadamente oito anos a mais que os homens. Mesmo não sendo uma matéria escrita com relação à população recifense, creio que serve como elemento de referencia para pensar a questão: “A principal explicação para a diferença de mais de sete anos de vida entre os sexos no Brasil, segundo o IBGE, é que as mortes violentas ainda atingem com mais intensidade a população masculina. Quando falamos em mortes violentas, temos como exemplos principais os acidentes automobilísticos e homicídios. Devemos lembrar que o abuso de bebidas alcoólicas é um importante fator de risco para a ocorrência das mortes violentas. O IBGE revela que, em 1980, os homens tinham até duas vezes mais chances de falecer aos 22 anos de idade do que as mulheres. Em 2009, esta probabilidade mais que duplicou, uma vez que a relação entre as chances de morte antes de completarem 23 anos de idade foi estimada em uma morte de mulheres para 4,5 mortes masculinas. A pior qualidade da saúde masculina quando comparada à saúde das mulheres, em faixas etárias mais avançadas, pode ser explicada por alguns fatores. Os homens, em geral, adotam menos cuidados com a sua saúde pessoal, negligenciando exames médicos preventivos periódicos, bem como, o tratamento adequado de doenças crônicas. Cf. <http://www.correiodoestado.com.br/noticias/saiba-por-que-as-mulheres-vivem-quase-10-anos-mais-que-os-homens/103750/>

das redes de solidariedade, uma mais flexibilidade por assumir erros e equívocos sem que isso seja um valor de diminuição da sua feminilidade, entre muitas outras possíveis justificativas.

O que nos parece um dado concreto, principalmente na cidade do Recife, apesar da maior resistência feminina, envelhecer não é fácil, principalmente por causa das múltiplas violências sofridas por causa do machismo e da misoginia que são constantemente submetidas, muitas das violências sofridas pelas mulheres são camufladas na vida cotidiana; são consentidas por uma sociedade que não está aberta para sentir a dor delas e tampouco quer se comprometer com uma visão de mundo menos dessimétricas. Se a condição da mulher na sociedade é sempre muito conflituosa, a condição da mulher velha exige cuidado em todos os aspectos e dimensões possíveis. Indico esse tema como de grande interesse para desdobramentos futuros, para questões transcendam estes escritos.

Analogamente à questão da mulher velha também de igual calado e ainda muito menos discutida, que também compõem os estudos de gênero, estão relacionadas com a homossexualidade, a transsexualidade e a bissexualidade na velhice, poucos são os trabalhos sobre esse recorte que foram construídos, ainda mais escassos se considerarmos o ambiente geográfico (já debatemos rapidamente sobre esses temas na introdução desta tese). É preciso assumir que há questões muito fortes relacionadas à espacialidade e à territorialidade destes grupos sociais minoritários, entender e refletir sobre a vida destes nas cidades, no espaço social se apresenta como uma necessidade urgente. Aponto forte interesse em aprofundar estas questões em um possível projeto de pós-doutoramento - questões como estas não aparecem em estudos populacionais, por isso reforço que é preciso entender a diferença entre o que significa estudar o envelhecimento humano e o envelhecimento populacional como pontos diferentes de uma mesma questão, o processo de envelhecimento.

Retornado aos dados o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), ainda é possível identificar um conjunto de dados que nos ajudam a definir o subíndice de longevidade, utilizado como um dos parâmetros do IDHM, como variáveis deste subíndice é importante identificar as taxas de mortalidade, o índice de esperança de vida ao nascer e a taxa de fecundidade (Figura 38).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento (2013), as leituras descritivas dos dados apresentados para a cidade do Recife dão conta de decompor a taxa de mortalidade em dois momentos distintos, aquele relativo ao primeiro ano de vida da criança e depois ao conjunto dos 5 primeiros anos de vida.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 29,8 por mil nascidos vivos, em 2000, para 15,6 por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 42,8. Já na UF, a taxa era de 20,4, em 2010, de 47,3, em 2000 e 62,6, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Recife - PE

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,6	68,6	74,5
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	42,8	29,8	15,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	53,6	32,9	12,5
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2,3	1,8	1,4

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 38 : Longevidade, Mortalidade e Fecundidade (1990, 2000, 2010).
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

Como já indicamos algumas páginas atrás, todas as variáveis apontam para uma redução de suas taxas, se compararmos os dados da década de 90 do século XX com os dados da década de 10 do século XXI, é indiscutível a transformação radical das taxas de mortalidade no primeiro anos de vida das crianças e nos primeiros cinco anos. Claro que se compararmos estas taxas com a de países europeus, o número ainda é relativamente alto, mas no contexto da América Latina, estas taxas são alvissareiras. Entretanto, a diminuição da mortalidade infantil está associada à diminuição das taxas de fecundidade, o que corresponde atualmente por 1,4 filhos por mulher em idade fértil, enquanto em 1991 essa taxa era de 2,3 filhos por mulher em idade fértil, ou seja, em algumas décadas a taxa de fecundidade foi reduzida pela metade em Recife.

O outro dado que falta comentar é o incremento de quase 10 anos em algumas um par de décadas. É óbvio que todas essas alterações neste conjunto de taxas leva a uma diminuição acentuada na taxa de reposição populacional e promove um incremento no número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos.

De maneira associada aos dados densos e estrutura populacional, é importante agregar os dados sobre a qualidade e as características da habitação (Figura 39) da população recifense e os dados de vulnerabilidade social (Figura 40).

Indicadores de Habitação - Recife - PE

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	80,24	87,46	97,45
% da população em domicílios com energia elétrica	99,77	99,92	99,92
% da população em domicílios com coleta de lixo. *Somente para população urbana.	81,40	96,02	97,67

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 40 : Indicadores de habitação na cidade do Recife (1990, 2000, 2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

Ao observar estes indicadores de habitação é fundamental perceber uma ampliação nos serviços de água encanada, de energia elétrica e de coleta de lixo no âmbito da cidade, correspondendo atualmente a quase totalidade das habitações, com os valores de 97,45% das casas com acesso a água encanada, 99,92% das residências com acesso à energia elétrica e 97,67% dos logradouros conectados aos serviços de coleta de lixo. Claro que esses dados revelam um cenário ótimo de funcionamento das redes de distribuição, o que nem sempre vai coincidir com afetividade dos serviços públicos, mas o que nos parece interessante relacionar é que o acesso universal a esses recursos básicos tem interferência direta nos dados de longevidade e de mortalidade, pois, o acesso a esses elementos básicos possibilita a ascensão a um conjunto de elementos técnicos e tecnológicos que quando associados possibilitam uma elevação nos níveis básicos de qualidade de vida, garantindo o acesso mínimo ao modo de vida urbano.

Os dados de vulnerabilidade social são fundamentais para que, associadas a estas condições de acesso a serviços básicos, possamos estabelecer análises multivariadas capazes de apontar para a forma de reprodução da vida cotidiana das pessoas de uma certa localidade.

Alguns dados apresentados na figura 40 chamam a atenção, como por exemplo o altíssimo número de crianças na faixa etária dos 0 aos 5 anos fora da escola. Se tomarmos como base que a idade média para o ingresso no sistema educacional se dá a partir 4 até os 6 anos, o que segundo a legislação brasileira é chamada de pré-escola, isso não isenta de responsabilidade a presença das crianças e creches ou instituições de ensino equivalentes. Toda criança de 0 a 3 anos tem garantido por lei por intermédio do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Nesta faixa etária o sistema educativo não está baseado em conteúdos, senão no direito à diversão e à brincadeira, elementos fundamentais para o processo de socialização secundária, aquele que relaciona a criança com outras pessoas que não a sua unidade familiar (com estes é realizada a socialização primária). No período compreendido entre 0 e 3 anos não há uma obrigatoriedade da matrícula das crianças em creches, mas essa flexibilização não ultrapassa os 4 anos de

idade, se houver crianças com 4 anos que não estejam frequentando creches, o Estado pode ser acionado, segundo a lei. Por isso que os 45% da população de crianças entre 0 e 5 anos fora da escola é tão alarmante.

Outro dado de vulnerabilidade social que chama atenção é a existência de 12,63% de jovens com idade entre 15 e 24 anos que não estudam e não trabalham e por isso são extremamente vulneráveis, do ponto de vista social. A existência de quase 9% de crianças até 14 anos que vivem com renda domiciliar igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais é também alarmante, estas crianças estão vivendo abaixo da linha da pobreza definida pela ONU e esse cenário de vulnerabilidade compromete o processo de formação do indivíduo, gerando marcas indelével nas crianças e nos futuros adultos.

Vulnerabilidade Social - Recife - PE			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	42,82	29,78	15,56
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	56,30	45,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	13,21	4,63	2,95
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	16,53	12,63
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	2,17	3,49	2,76
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	4,77	3,93
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	16,05	16,99	13,47
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,06	3,41	2,70
% de crianças com até 14 anos de idade que têm renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais	21,94	14,40	8,98
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	55,85	47,75	32,91
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	38,25	26,79
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	76,29	83,79	93,42

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Figura 40 : Vulnerabilidade social na cidade do Recife (1990, 2000, 2010).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, (2013).

Com base nas definições de pobreza do Governo Federal e dos órgãos estatísticos, a velhice, por conta dos programas de seguridade social e do “acesso universal” aos sistemas de aposentadoria não é considerada, no Brasil, como uma faixa etária da população que esteja sujeita às condições de vulnerabilidade. É lógico que essa definição é fria, burocrática e não compreende uma infinidade de carências relacionadas à velhice, é preciso que essa compreensão do que é vulnerabilidade seja entendida com um compromisso mais ético e que revelem um maior cuidado para não distanciar as questões teóricas do mundo real.

O que os dados nos contam sobre o cotidiano dos velhos da cidade do Recife?

Com base nos dados do IBGE, coletados com a ajuda do analista da instituição Romero Maia, podemos apresentar, a partir dos questionários realizados em profundidade pelo Censo 2010, os dados gerais sobre a vida dos velhos separado dos outros grupos etários para a cidade do Recife.

A pirâmide populacional, em geral, é realizado mostrando as principais faixas etárias da população, o que acaba inibindo, em função no número cada vez mais reduzido, a quantidade pessoas acima dos 80 anos, com base nessa observação, elaboramos uma pirâmide etária apenas com as pessoas acima dos 60 anos, para estabelecer uma aproximação visual com o comportamento populacional na velhice, como era de se imaginar, a pirâmide revelou, de forma mais acentuada, aquele comportamento geral que já havíamos observado na pirâmide populacional brasileira e nas pirâmides populacionais, dos anos 1991, 2000 e 2010, da cidade do Recife.

A divisão da velhice em duas etapas cronológicas, fica-nos, visualmente, clara com a observação da pirâmide do envelhecimento populacional da cidade do Recife. Entre os 60 e 74 anos há uma concentração muito maior de pessoas velhas, do que no faixa etária dos 75 aos acima de 95 anos. Ao visualizar a figura 41 é impressionante a superioridade em números do gênero feminino, e a proporção da diferença entre a quantidade de homens e mulheres é uma tendência em todas das faixas etárias, ou seja, visualmente, é possível perceber que as mulheres resistem quase duas vez mais que os homens, em relação ao tempo de vida. Apesar de já termos apresentado algumas causas para esse fenômeno, a questão sempre aparece como um tema de grande interessante, a quantidade estatística de mulheres foi comprovada no processo da realização das entrevistas qualitativas. Sobre esse tema, em função da melhor articulação das mulheres com o espaço público e com os espaços de diálogo, na prática, para a realização de conversas e entrevistas, esse número absoluto de mulheres parece ser ainda maior. Essa característica demográfica é ressaltar nas dificuldade que tive de encontrar homens dispostos a participar de entrevistas mais demoradas e com perguntas que demandassem uma maior intimidade.

Figura 41 : Pirâmide etária apenas com as pessoas acima de 60 anos, Recife (2010)
Fonte: CENSO (2010).

As figuras 42, 43, 44 e 45 compreendem a resposta ao mesmo conjunto de perguntas, apenas sistematizamos as respostas em relação aos grupos etários, separados por gênero e por faixa de idade, assim, as figuras correspondem, sequencialmente as faixa etárias de 60 a 69 anos (figura 42), 70 a 79 anos (figura 43), 80 a 89 anos (figura 44) e de 90 a acima de 105 anos (figura 45).

Os dados desta série de figuras (da 42 a 45) foram agrupados, esteticamente, do maior para o menor, relacionando a escolaridade de homens e mulheres, os homens indicados com a cor azul e as mulheres com a cor vermelha, sendo o critério de organização de quantidade baseado no nível de escolaridade das mulheres. Assim fica fácil visualizar qual é o maior nível de formação e qual o menor, o que nos ajuda a entender, de forma ampla qual a escolaridade da velhice, por faixas etárias, da população residente na cidade do Recife.

Ao observarmos a figura 42, a primeira coisa que chama atenção é que não há uma correlação direta entre o maior nível de escolaridade das mulheres e dos homens que estão no grupo etário dos 60 aos 69 anos de idade.

Figura 42 : Maior escolaridade das pessoas compreendidas na faixa etária dos 60 aos 69 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Diferente da composição da escolaridade da população geral da cidade do Recife, percebemos que uma grande porcentagem dos velhos entre 60 e 69 anos tem como maior nível educacional o curso superior completo, na outra extremidade, tanto para mulheres, quanto para homens o menor nível instrucional é o que tem a menor participação. Ou seja, podemos de uma maneira muito geral, assumir que a velhice, Recife, nos seus primeiro 10 anos, é uma velhice letrada, com a grande maioria dos indivíduos com pelo menos o ensino fundamental completo, e uma boa parte com o equivalente ao ensino médio também finalizado, o que nos induz a refletir que a educação formal é uma característica observada neste grupo populacional.

Ao avançar alguns anos mais a frente, no grupo daqueles que têm entre 70 e 79 anos (figura 43) há um aumento das divergências entre homens e mulheres e uma alteração do perfil de escolaridade das pessoas. A primeira grande diferença é que os homens apresentam, em relação às mulheres, um maior tempo de estudos, e quando percebemos os altos níveis de formação, como cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) há uma diferença gritante entre homens e mulheres. Sobre a pós-graduação há um comportamento interessante neste grupo, os homens são a maioria em relação a especializações e doutorados, em relação ao doutorado, as mulheres foram estatisticamente invisíveis, mas quanto ao mestrado, além de haver uma grande participação feminina, há mais que o dobre de mulheres

com mestrado. O que nos permite aferir que os homens que têm mestrado, quase 80% deles, acenderam para o doutorado, enquanto as mulheres interromperam a formação no nível do mestrado, uma das causas possíveis para esse comportamento podem está expressas no perfil do mercado em que o pós-graduação era exigido e que as mulheres, de uma forma abrangente, encurtam a formação por causa da tempo dedicado à família.

Figura 43 : Maior escolaridade das pessoas compreendidas na faixa etária dos 70 aos 79 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

Neste grupo etário, assim como o anterior, a formação básica, ou seja, o ensino fundamental e médio, é estatisticamente, a maior escolaridade adquirida pela maioria dos grupo, quer seja ela realizada de forma normal ou através de estudos supletivos.

A figura 44, mostra o comportamento da população de 80 a 89 anos, a diferença entre homens e mulheres no que tange à educação é ainda maior, a proporção dos homens que têm ensino superior é cinco vezes maior que as mulheres. De acordo com o IBGE nenhuma mulher que terminou o ensino superior e estava em 2010 na faixa dos 80 aos 89 anos havia realizado cursos de pós-graduação, enquanto que os homens com especialização e doutorado têm uma participação importante no grupo. Outro dado importante é a escolaridade das mulheres se concentra com maior ênfase no ensino primário.

Há nitidamente um somatório muito maior dos anos de estudos dos homens em relação. O que pode nos forçar a pensar que as dinâmicas sociais e o acesso à educação entre

as mulheres é uma questão para ser refletida e investigada. E, se confrontarmos os dados de mortalidade com a participação no mundo do trabalho, aparece-nos como hipótese que a sobrevivência dos homens está vinculada a um tipo de formação que permite acesso diferenciado ao mundo do trabalho, garantindo uma qualidade de vida diferenciada.

Figura 44 : Maior escolaridade das pessoas compreendidas na faixa etária dos 80 aos 89 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

A figura 45 revela a maior escolaridade das pessoas que estão na faixa dos 90 até os 105 anos, por que, de acordo com os dados do Censo para o ano de 2010, não foi contabilizado no Recife pessoa com idade superior aos 105 anos de idade. Com os dados apresentados na figura 44 chegamos a ventilar a hipótese de que um maior nível educacional possibilitaria, pelo estilo e qualidade de vida que supõe, uma condição de sobrevivência, principalmente para os homens. Entretanto, ao analisar a figura 45 essa hipótese não se confirma, pois entre todos os indivíduos que chegaram a esse tempo longo de vida, nenhum deles apresenta ensino superior ou pós-graduado. Entretanto, se compararmos os homens com as mulheres, os dados revelam que entre eles os homens apresentam melhores condições de ensino, refletindo a mesma tendência das figuras e dos dados anteriores.

Figura 45 : Maior escolaridade das pessoas compreendidas na faixa etária dos 90 aos 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Ao acompanhar as transformações do perfil da maior formação educacional entre a população compreendida no intervalo etário de 60 a 105 anos, na cidade do Recife, observa-se que a maioria dos indivíduos apresentam educação formal básica, nitidamente os estudos da grande parte dessa população compreende o equivalente ao ensino fundamental atual. Vale, contudo, apontar que há uma parte considerável de indivíduos com ensino superior completo, entretanto aqueles que conseguem terminar o ensino superior, as mulheres apresentam níveis de ensino pós-graduado inferior ao dos homens, muitos dos homens seguem para doutorado, enquanto foi percebida participação das mulheres pós-graduadas terminam a sua participação na formação acadêmica em nível de mestrado.

Sobre a caracterização da população de velhos entre os 60 e 105 anos na cidade do Recife seria importante perceber a estado civil dos homens e mulheres, separados de em grupos etários, como realizado na sequência anterior, cada figura compreende um conjunto etário diferenciados, sendo assim, a figura 46 apresenta o estado civil dos indivíduos que possuem de 60 a 69 anos, a figura 47 aqueles que estão compreendidos na faixa dos 70 a 79 anos, a figura 48 apresenta dados relativos às idades de 80 até 89 anos, e a figura 49 compreende o grupo etário localizando entre 90 e 105 anos, tomados com base no mês de referencia da pesquisa (julho 2010).

A figura 46 revela os dados relativos à população compreendida na faixa de 60 a 69 anos de idade.

Figura 46 : Estado civil entre a população de 60 a 69 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

De acordo com os dados apresentados acima, a maioria das pessoas desta faixa etária estão casados, seguidos da pessoas que estão solteiras, representativamente o terceiro grupo são aqueles que são viúvos, alguns estão divorciados, aqui a uma diferença entre separado e divorciados.

De acordo com o IBGE:

Divórcio é a dissolução do casamento, ou seja, a separação do marido e da mulher conferindo às partes o direito de novo casamento civil, religioso e/ou outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país. A emenda Constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, permitiu a instauração do divórcio no Brasil e a lei nº 6.515/77 o regulamentou²¹⁸.

O desquite e a separação judicial podem ser considerados as etapas que antecedem o divórcio, uma pessoas desquitada não realizou numa ação judicial apenas se separou fisicamente do cônjuge, enquanto que a separação judicial é o início do processo que leva ao divórcio. Desde a separação judicial os parceiros não precisam mais manter os deveres

²¹⁸ Cf. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/divorcio.shtml>

inerentes ao casamento, estando, judicialmente livres de qualquer imputação judicial no que concerne a infidelidade, ao compartilhamento de moradia, etc. No entanto, de acordo com as leis brasileiras, a pessoa só pode casar novamente depois que o divórcio esteja realizado.

Figura 47 : Estado civil entre a população de 70 a 79 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Os dados da figura 48 mostra um aumento considerado de casos de viuvez entre as mulheres, mas ainda percebemos um alto número de casados, os divórcios e os desquites acontecem em menor quantidade que todos as outras variáveis. Ainda que proporcionalmente haja uma equilíbrio entre os elementos das figuras 47 e 48, se desconsideramos o aumento dos dados de viuvez, é importante registrar uma diminuição significativa nos números absolutos.

Se considerarmos uma comparação média entre os dados das figuras 47 e 48 em relação às figuras 49 e 50, perceberemos que há reflexos no estado civil das pessoas, se arbitrariamente dividirmos a velhice em dois grupos, a viuvez é a característica mais marcante para esse segundo grupo, enquanto que o casamento é a comportamento padrão para a primeira velhice.

Figura 48 : Estado civil entre a população de 80 a 89 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

Ao analisar os dados de divórcio e desquite na fase da vida revelada na figura 48 e também na figura 49 já não são representativas de um comportamento social médio, as interpretações dos dados qualitativos levam a considerar que nesta etapa da vida divorciar ou desquitar são atitudes que precisam estar associadas a algum acontecimento muito significativo na vida do casal.

Outro dado é tem uma importância muito grande é a viuvez, ela já aparece como um dado significativo desde os dados apresentados na figura 46 e só fazem aumentar ao passo que se aprofunda mais nas faixas etárias. A viuvez, através dos vários relatos, demonstram um dupla condição, uma primeira relacionada ao luto²¹⁹ e a segunda está relacionada a um novo marco na vida dos viúvos, significa uma outra forma de se realizar no mundo, o que pode gerar perspectivas positivas e perspectivas negativas. Geralmente a não aceitação da condição de viuvez está muito relacionada a casamentos que foram entendidos como casamentos

²¹⁹ “O luto envolve uma sucessão de quadros clínicos acerca das reações a uma perda significativa e ao seu processo de adaptação. No luto observa-se uma desorganização emocional e no idoso podem ocorrer distúrbios da alimentação, do sono, manifestações somáticas, sintomas depressivos e de ansiedade (Oliveira & Lopes, 2008). O luto em idosos está associado a um maior risco de transtorno mental, pior saúde geral, maior mortalidade e uma percepção mais negativa da própria memória (Trentini, Werlang, Xavier & Argimon, 2009). Além disso, os idosos comumente vivenciam situações que podem sobrecarregar o luto, tais como os problemas financeiros e as doenças graves (Kovács, 2008). As mudanças decorrentes da morte do cônjuge são grandes e inevitáveis e requerem esforços adaptativos por parte do viúvo. Nesse momento, os recursos internos são fortemente mobilizados para o enfrentamento da tristeza e para a retomada da funcionalidade no cotidiano” (GALICOLI; LOPES; RABELO, 2012, p. 226).

felizes, em que as pessoas encontram no parceiro uma inspiração para a vida compartilhada, geralmente a viuvez neste cenários é muito perversa e acaba fazendo o parceiro que sobrevive, dependendo da maneira como se entenda no mundo, a entrar em quadros depressivos profundos e em pouco tempo falecendo também. As rodas de conversa familiares, as conversar na rua ou no bairro estão repletas de exemplos que reforçam esse vínculo entre um casal de pessoas velhas e esse tipo de desfecho.

A forma positiva de encarar a velhice está relacionada, em geral, a casamentos infelizes ou que um dos parceiros sentia que tinha aberto a mão de viver coisas diferentes em nome do parceiro, então, a condição de viuvez se torna, depois de superado o tempo de luto, uma possibilidade de reestruturar a vida e viver o que não tinha sido possível até o momento da viuvez.

Independente da maneira de encarar a viuvez, ela sempre se apresenta como uma questão traumática, e sempre está associada a um período de luto.

A morte do cônjuge é um dos maiores desafios emocionais enfrentados na velhice devido ao seu impacto na vida do viúvo e das suas repercussões físicas e emocionais. A perda de pessoas queridas é, usualmente, uma experiência estressante, mesmo que o ente querido esteja doente há algum tempo. Em casamentos longos e estáveis, a morte de um dos cônjuges pode deixar um enorme vazio – é a perda de um amor, um confidente, um bom amigo e um companheiro de longa data. Essa perda também é sentida quando o casamento não foi bom, pois o sobrevivente perde o papel de cônjuge. Para a mulher idosa, que usualmente estruturou sua vida e sua identidade em torno dos afazeres domésticos e dos cuidados do marido, o enfrentamento da perda pode ser, particularmente, muito difícil (GALICIONI; LOPES; RABELO, 2012, p. 226).

Por isso, os dados relativos à viuvez são muito importantes e significativos para a realização da vida a velhice, para as pessoas que foram casadas durante um tempo muito grande da vida, perceber-se só, seu o seu companheiro, quer seja para as características boas, quer seja para as características ruins, é sempre um momento muito delicado e que influi em todo processo de reprodução da vida social, quer seja positiva ou negativamente.

A viuvez é a condição que mais chama a atenção também no grupo populacional dos 90 aos 105 anos de idade.

Figura 49 : Estado civil entre a população de 90 a 105 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

Um fator que se repete como uma tendência populacional em todas as faixas etárias relacionadas ao estado civil da população de velhos na cidade do Recife é a maior participação das mulheres em todas as variáveis relacionadas ao estado civil, obviamente há correção dessa preponderância feminina em função da maioria e mulheres que atingem as idades mais alta, o que, entretanto, parece-nos importante anotar é que frente a estas caracterizações é localizado na mulher grande impactos das perdas, e isso, mais uma vez, marca uma particularidade da experiência de envelhecer para o sexo feminino.

Além das características mais internas, é preciso analisar, por exemplo, a inserção dos mais velhos na dinâmica econômica da cidade do Recife, para isso apresentaremos os dados relativos à renda.

Os dados apresentados nas figuras 50 e 51 irão ajudar a observar a caracterizar os valores dos rendimentos mensais entre os grupos etários, separados por gênero, assim a figura 50 mostra os valores relacionados aos homens e a figura 51 nos revela o perfil das mulheres, ambos os grupos compreendidos no intervalo etário dos 60 aos 105 anos de idade.

Os dados relativos aos rendimento mensal nominal estão organizados sob duas variáveis, a primeira que nos apresenta os rendimentos mensais nominais médios, calculados através a média ponderada tradicional e o valor da mediana dos rendimentos, ou seja, qual o valor mediano que dividido o valor médio no meio. Com o recurso da mediana podemos

perceber, de uma forma geral, se há uma tendência de concentração de renda e qual o nível de ruptura desse valor no meio.

Figura 50 : Valor do rendimento nominal médio e mediano mensal, para a população masculina, separado por grupos etários (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Os dados apresentados na figura 50 mostram que a renda média dos velhos na cidade do Recife têm mais ou menos um comportamento semelhante nas três primeiras faixas etária dos homens, apresentando uma redução de quase 1.000 reais em relação aos rendimentos dos homens velhos localizados entre as idades de 90 a 105 anos de vida.

Não obstante, o valor da mediana nas três primeiras faixas etárias indicam que metade dos velhos recém em média o valor de R\$ 1.000,00 por mês. A mediana sobe um pouco para a faixa etária dos 70 aos 79 anos, o valor aumenta mais ou menos R\$ 400,00 em relação às duas outras faixas, podemos inferir que até aproximadamente os 89 anos de idade há um forte indicativo de concentração de renda, se compararmos com os dados do Gini, percebemos que essa tendência de concentração se confirma. O detalhe da análise está no grupo compreendido entre 90 e 105 anos de idade, na mesma proporção que a renda diminui, os dados de mediana também diminuem, o que pode indicar uma tendência para uma diminuição da diferença de renda entre os mais pobres e os mais ricos na última fase de vida.

Figura 51 : Valor do rendimento nominal médio e mediano mensal, para a população feminina, separado por grupos etários (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

A análise da figura 51 ganha um sentido maior quando comparada com a figura 50, fica muito claro que a tendência de renda nominal média entre homens e mulheres é muito gritante, enquanto a renda média nominal dos homens supera em quase todos os grupos etários o valor de R\$ 3.000,00, a renda das mulheres não ultrapassa R\$ 2.100,00, mesmo assim, o pico de renda entre as mulheres é percebido apenas na faixa etária dos 60 aos 69 anos, o que se justifica pela forte participação das mulheres no mercado de trabalho nesta fase da vida. Ainda assim, é possível perceber que a metade das mulheres desde grupo recebem renda inferior a R\$ 700,00, enquanto que toda a outra metade concentra os salários com teto de R\$ 2.087,00. Nas demais faixas etárias os valores sofrem alteração negativas, não superando em numa das demais faixas etárias os R\$ 1.437,00. É importante perceber que a exemplo dos homens, na última fase de vida (de 90 a 105 anos), a diferença entre os menores e os maiores salários não mudam muito, nesta faixa etária a média dos salários das mulheres é de R\$ 1.437,00 e a mediano é de R\$ 1.255,00.

A figura 52 traz os dados relativos ao rendimento domiciliar com base no mês de julho e 2010, quando foi realizada a pesquisa do Censo do ano de 2010. Enquanto a média é extraída por uma média aritmética, a mediana e o ponto que divide as rendas no meio, mostrando o quanto de renda equivale o ponto médio da amostra, a moda é o conjunto de

valores que mais se repete dentro o universo da amostra. Os valores da moda são coincidentes com o salário mínimo do ano de 2010.

Figura 52 : Média, Mediana e Moda dos rendimentos domiciliares por grupos etários (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Os valores da mediana em todos as faixas etárias revelam que há uma disparidade muito grande entre a metade da amostra que revela um ponto médio na renda domiciliar, e a outra metade de concentra os valores de renda até o teto da amostra, ou seja, que seja analisando os valores de renda nominal, quer seja analisando os valores de renda domiciliar, há uma forte tendência que concentração de renda entre todas as faixas etárias. Ainda que a redução a concentração de renda seja suavemente descendente para a última faixa populacional, a concentração ainda é muito grande, o que nos permite afirmar que há uma grande diferença nos tipos de envelhecimento da população da cidade do Recife, variando de forma muito intensa quanto ao gênero, a classe social e ao conjunto dos anos vividos.

O conjunto de variáveis de renda ajuda a ter uma ideia média do comportamento econômico e das implicações do mesmo para com a velhice na cidade do Recife, além disso, selecionamos algumas variáveis que a pensar a condição da moradia dos indivíduos que têm idades compreendidas entre 60 e 105 anos e que moravam na cidade do Recife no ano de 2010, durante o processo de recenseamento da população.

As primeiras variáveis para revelar as condições da habitação dos velhos no Recife será feita a partir da caracterização dos tipos de material que constituem as paredes externas

dos domicílios recenseados em 2010, para que as informações ficassem mais claras, as figuras com os dados foram organizados a partir de dos grupos etários.

Figura 53 : Espécie do domicílio e caracterização das paredes externas, população entre 60 e 69 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Entre aqueles que têm entre 60 a 69 anos, o tipo de domicílio predominante são as casas tradicionais, que apresentam uma variedade de materiais, a maioria das unidades são feitas de alvenaria com revestimento. Apesar da casa ser a forma predominante das construções, muitos velhos residem em apartamentos.

Figura 54 : Espécie do domicílio e caracterização das paredes externas, população entre 70 e 79 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 55 : Espécie do domicílio e caracterização das paredes externas, população entre 80 e 89 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

As figuras 54 e 55 mostram respectivamente o tipo de moradia e o tipo de material de construção dos domicílios para os grupos populacionais de 70 a 79 anos e de 80 a 89 anos.

Em ambos os grupos a tendência da concentração do tipo de domicílio são as casas, em segundo lugar em apartamentos, em terceiro lugar as casas e/ou apartamentos em vilas ou conjuntos habitacionais. Os apartamentos têm em comum os tipos de materiais, todos são construído de alvenaria e com revestimento, apenas alguns poucos destes domicílios não são revestidos.

Em relação aos materiais, aqueles que são diferente de alvenaria estão todos associados ao tipo casa, os materiais são madeira e taipa, o que na cultura local é associada a habitações de baixa renda e/ou baixíssima renda, geralmente têm as suas ocorrência em zonas de interesse social, notadamente as comunidades de baixa renda. Entretanto a ocupação destas casas por parte dos mais velhos é baixíssimo se comparado com os outros tipos de material e domicílios.

Figura 56 : Espécie do domicílio e caracterização das paredes externas, população entre 90 e 105 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

Dentro do universo da pesquisa, os mais velhos entre os velhos seguem os padrões das outras faixas etárias, em que o tipo habitacional é o de casa, com poucos velhos vivendo em apartamentos. A maior parte destas casas são de alvenaria e com revestimento, mas a taipa e madeira ocorrem em alguns casos particulares.

As figuras 57, 58, 59 e 60 mostram as condições de canalização e abastecimento de água.

Figura 57 : Canalização e abastecimento de água, população de 60 a 69 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 58 : Canalização e abastecimento de água, população de 70 a 79 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 59 : Canalização e abastecimento de água, população de 80 a 89 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 60 : Canalização e abastecimento de água, população de 90 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Apesar de existir abastecimento de água por outros meios que não a rede geral de distribuição, diferente do que eu pensava como hipótese geral, a maioria das casas estão conectadas ao serviço público de abastecimento de água. Mesmo vivendo em uma condição

climática de forte incidência de chuvas, não há registro de nenhuma residência que apresente um sistema de reaproveitamento as águas pluviais. Por conta da dificuldade de acesso à rede de abastecimento, ainda é representativa a quantidade de domicílios que precisam contratar os serviços de carros-pipa para resolver as questões do abastecimento de água. É importante destacar que em algumas residências o consumo e o abastecimento de água é feito através de poços artesianos e da coleta de água por causa da proximidade aos corpos hídricos.

Como elemento de caracterização geral da habitação dos velhos, os dados de média, mediana e moda de cômodos utilizando como dormitório em residências que têm pelo menos uma pessoa acima de 60 anos presente na estrutura familiar são apresentados na figura 61 que segue:

Figura 61 : Média, Mediana e Moda de cômodos como dormitório, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

Estas variáveis exibem uma pequena variação entre as faixas etárias, o que nos dá uma média ponderada de que os velhos vivem em habitações em que pelo 2 cômodos são utilizados como dormitório.

As figuras 62, 63, 64 e 65 ajudam a caracterizar ainda melhor as condições de vida das pessoas acima de 60 anos da cidade do Recife, em especial no que tange ao tratamento sanitário e à destinação do lixo.

Figura 62 : Tipo de esgotamento sanitário e destinação do lixo, população de 60 a 69 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 63 : Tipo de esgotamento sanitário e destinação do lixo, população de 70 a 79 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 64 : Tipo de esgotamento sanitário e destinação do lixo, população de 80 a 89 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 65 : Tipo de esgotamento sanitário e destinação do lixo, população de 90 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

O esgotamento sanitário e a destinação do lixo das áreas em que as pessoas mais velhas estão inseridas demonstra que a maior parte da coleta e da destinação dos dejetos é

atribuída ao sistemas de coleta e estão inseridos nas redes de saneamento básico. Entretanto, os trabalhos de campo nas diferentes zonas da cidade apontam uma situação completamente diferente. Há, principalmente nas regiões de morro, nas comunidades mais pobres e nas zonas especiais de interesse social, um verdadeiro caos quanto à destinação do lixo, muitos bairros ou comunidades, vilas e condomínios têm seu lixo despejado em terrenos baldios e áreas não adequadas, um perfil completamente diferente daqueles que o cenário estatístico tende a mostrar. Obviamente há que se reconhecer que de uma forma geral há um serviço de coleta de lixo, mas a eficiência real deste serviço parece não coincidir com a eficiência virtual impressa nos números do IBGE.

No que tange a rede de esgoto, os dados também causam grande estranheza, principalmente ao observar que muitos dos dejetos correm diretamente para os corpos d'água extremamente contaminados, como o canal Derby-Tacaruna, que corta a cidade em sentido leste-oeste e em uma das porções margeia a região do centro expandido da cidade do Recife, além de que os córregos, arroios e corpos d'água periféricos são altamente contaminados com os efluentes que saem diversos bairros e zonas da cidade, indiscriminadamente se são bairros de classe média ou bairros de classe social baixa. Uma das questões que Recife precisa melhorar as suas infraestruturas é em relação às redes de saneamento e esgotamento sanitário.

O lixo também é um problema a parte, apesar de haver uma rede de coleta, o tratamento não é o mais indicado e muitas áreas que foram reservadas para o acumulo e gestão dos resíduos não atendem às condições de aterro sanitário, sendo no máximo grandes lixões sem um programa duradouro de gestão de resíduos. Não irei me aprofundar nestes temas, pois não estão diretamente relacionados à questão central deste capítulo, mas que a gestão do ambiente tem uma relação direta com a qualidade de vida e as questões relativas à qualidade de vida interessam diretamente ao tema do envelhecimento e a relação dos indivíduos velhos com todos os elementos de funcionamento do lugar que habitam.

Apesar dos dados apresentarem que há uma baixa utilização de valas e fossas, e que as fossas sépticas configuram um dos destinos alternativos mais presentes na cidade do Recife, é preciso reforçar que em uma cidade como Recife, em que o nível geral de base da água é bem próximo aos níveis de cota de terrenos, a gestão da água e dos resíduos e dejetos humanos tem uma relação direta com as questões de sanidade ambiental, principalmente em função da quantidade de doenças que são vetorizadas a partir dos corpos hídricos, é preciso que estas questões sejam tratadas com maior seriedade e assumam a pauta central das discussões da gestão pública, junto com um processo de dotação das infraestruturas necessárias para uma melhor relação sociedade x natureza.

O conjunto os dados que serão apresentados na sequencia tratam da presença de bens duráveis nos domicílios em que há presença dos velhos. Estes bens duráveis são interessantes de serem mapeados, pois revelam não apenas a inserção dos velhos no mundo do através com base na existência de certos objetos técnicos, ou não. Mas, a relação dos velhos com os novos produtos de tecnologia. Se esses produtos fazem parte do cotidiano deste grupo populacional, a probabilidade de se quebrar paradigmas e explorar a relação com a técnica e a tecnologia disponíveis pode ajudar a uma melhor relação destas pessoas com o mundo moderno.

A observação dos dados que serão apresentados na sequencia precisa ser esclarecida em dois pontos:

1) A presença ou ausência de casa um destes bem duráveis foi agrupada por grupos etários, por isso, o número total absoluto dos indivíduos de cada grupo etário interfere no tamanho da proporção apresentada nos gráficos, ou seja, não é porque o grupo etário daqueles que têm de 90 a 105 anos é representado com figuras menores que o grupo dos que têm de 60 a 69 que os bens identificados tenham maior ou menor participação, a tamanho geral de cada grupo é determinado pelo conjunto de pessoas de cada grupo etário, o que apenas revela que quanto mais velhos os indivíduos, menor o número absoluto deles na população geral, como podemos perceber nas figuras sobre a pirâmide populacional;

2) A proporcionalidade da presença ou ausência de cada bem contabilizado só pode ser entendida se comparada em relação a cada faixa etária, a relação de proporcionalidade, com base nas figuras apresentadas, é interna a cada grupo etário.

Abaixo seguiram as figuras 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72 e 73 dizem respeito, cada uma, a um bem durável, segundo a classificação do IBGE, o que eu gostaria de chamar de objeto técnico. Cada um desses objetos técnicos está relacionado e vinculado a redes de diferentes densidades e projeções, algumas redes que revelam características de um tempo diferente do presente, como as redes de radiodifusão, ou redes mais densas e como a rede de internet.

Estes bens duráveis, de uma forma geral, ajudam a entender o perfil socioeconômico das pessoas com idade superior aos 60 anos.

Figura 66 : Presença de bens duráveis – Rádio., população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Em todas as faixas etárias há presença dos aparelhos de rádio, qualquer que seja o grupo etária a proporção de presença desse bem é marcada quase de em sua totalidade pelo mesmo contraste entre os que possuem ou não esse aparelho.

Figura 67 : Presença de bens duráveis – Televisão, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Se a presença do rádio, identificada na figura 67 já parecia hegemônica, a presença do aparelho de televisão é ainda mais marcada, de igual maneira, em todas as faixas etárias. Há que se considerar a importância gigantesca que a população brasileira confere a esse tipo de objeto técnico, o que pode ser entendido como um instrumento que atinge um número muito grande brasileiros.

Na contemporaneidade a presença de celulares e computadores conectados à rede de internet tem diminuído a importância da TV como principal meio de comunicação no Brasil, mas estes dados mostram que a população com mais idades é massivamente acessada através da televisão²²⁰.

Figura 68 : Presença de bens duráveis – Máquina de Lavar Roupas, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

A figura 68 apresenta os dados sobre as máquinas de lavar, talvez este seja um dos bens que mais indicam qualidade de vida e condição socioeconômica, e diferente dos bens como rádio e televisão, a presença deste objeto técnico não é tão difundida. Se associarmos

²²⁰ “Novelas, telejornais, shows de auditório, séries, entre outros programas fazem parte da grade da televisão no Brasil. Mesmo com o advento de tantos outros meios como os canais a cabo, os DVDs, o Blu-ray e a internet - onde o acesso independe do dia e da hora - a televisão continua sendo a maior forma de entretenimento do brasileiro. Com mais de 60 anos no país, esse meio de comunicação continua sendo o maior propagador de diversão, e também da opinião pública. Assim como achavam que a TV acabaria com o rádio e com o cinema, a internet não acabou com a televisão.”

Cf. http://www.sindplan.org.br/report/ago2011/thais201108_10.php

que no Brasil não há a tradição de usar lavanderias, isso implica dizer que uma parte significativa das pessoas mais velhas têm que lavar a sua roupa usando a força física, o que não é uma das tarefas mais fáceis de ser realizada. Pensando nos limites e perdas metabólicas do corpo o exercício de lavar a sua própria roupa para pessoas com mais de 90 anos poder ser um trabalho com uma carga extenuante. O que supõe afirmar que a ausência desse objeto tecnológico, em grande parte, pode estar atrelada a limitações de ordem financeira.

Figura 69 : Presença de bens duráveis – Geladeira, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

A figura 69 acusa que em todas as faixas etárias a presença da geladeira é tão central quando a presença do rádio ou da TV, a presença desse objeto técnico também revela um importante elemento para pensar as condições de saúde e de qualidade de vida, pelos motivos óbvios, conservar os alimentos é uma das dimensões importantes para estabelecer uma dieta equilibrada e poder ter acesso a uma variedade de produtos que precisam de condições específicas de conservação. Como o acesso à geladeira é de acesso generalizado e amplo, a sua presença não pode ser usada como um parâmetro para identificar classe social, mas a sua ausência, frente ao universo total, indica um possível cenário de forte privação econômica.

A figura 70 vai nos mostrar, apesar de ser menos central do que a máquina de lavar roupas, este aparelho técnico está penetrando cada vez mais rápido no cotidiano das pessoas, revelando a centralidade da necessidade de comunicação, o mundo moderno adotou esse

aparelho como o principal veículo de comunicação contemporânea, principalmente quando conectado à rede mundial de circulação de dados.

É importante perceber que até mesmo entre os mais velhos a presença esse objeto técnico contemporâneo assume um papel importante na vida de todas as pessoas.

Figura 70 : Presença de bens duráveis – Telefone Celular, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Em contrapartida, a presença dos telefones fixos parece ter diminuído de importância ao longo dos tempos, muito provavelmente, se buscássemos dados de anos anteriores, perceberíamos uma maior importância deste bem. Se pegarmos aleatoriamente a década de 1980, por exemplo, encontraremos relatos sobre as filas de espera para receber as linhas de telefonia fixa. Mesmo nas décadas seguintes, o telefone fixo sempre foi um bem que marcava condição socioeconômica e status social, uma vez que as pessoas que os possuíam em suas residências deixariam de enfrentar as filas para usar o telefone público, com isso evitariam o constrangimento de ter as suas conversas telefônicas compartilhadas pelos ouvintes presente nas filas de espera para o usar o mesmo aparelho.

Figura 71 : Presença de bens duráveis – Telefone Fixo, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Os dados apresentados nas figuras 72 e 73 são dados vinculados, ou seja, os dados presentes na figura 73 correspondem aos universo daqueles que indicaram que tinham microcomputadores em casa.

Figura 72 : Presença de bens duráveis – Microcomputador, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).
Fonte: CENSO (2010).

Figura 73 : Presença de bens duráveis – Microcomputador e Internet, população de 60 a 105 anos (Recife, 2010).

Fonte: CENSO (2010).

Na figura 72 foi observado que não é a maioria das pessoas acima de 60 anos que possuem microcomputadores, e que a medida que a idade das pessoas vai aumentando o número de pessoas que não possuem esse objeto técnico só aumenta, por esse um produto de preço muito alto, o microcomputador pode ser considerado um elemento que ajuda na classificação de hierarquias socioeconômicas diferentes.

A figura 73 mostra que do universo total de pessoas que possuem microcomputadores em suas residências, a maioria conectam o mesmo através da Internet. Até mesmo entre os mais velhos, aqueles que possuem o microcomputador o utilizam em conexão com a rede mundial de transferência de dados.

Estes dados exaustivamente apresentados e descritos foram utilizados a fim de caracterizar e identificar um perfil geral sobre a vida das pessoas acima de 60 anos, ou seja, quais são as características populacionais que estão relacionadas ao processo de envelhecimento humano, quais as condições de renda, como a educação e os padrões de consumo refletem possíveis comportamentos cotidianos, qual é a caracterização das condições de moradia e como isso pode interferir em análises e perspectivas que nos ajude a entender como se dá o direito à cidade para a parcela envelhescente da sociedade atual do Recife. Com estes registro indicamos a necessidade abrir a parte II desde trabalho, que terá como objetivo revelar um pouco sobre a cidade em que os velhos vivem.

Figura 74 : André Cunha (2011). Recife – Veneza brasileira.

A tela de André Cunha - chamada "Recife-Veneza brasileira", classificada como um trabalho de estilo naïf, que tem como fundamento a criação livre do rigor do uso de técnicas acadêmicas de pintura - dá a tônica do que se compreende como cidade (produção material do urbano): lugar em que a vida se realiza como uma inevitabilidade histórica, não como um produto do modo de produção capitalista; onde a realização da vida como totalidade é garantida a todos os cidadãos; monumento do trabalho humano de celebração à vida (obra); lugar do encontro (de pessoas, pensamentos, conhecimentos...); como o lugar de realização da festa, mas também dos eventos (políticos, econômicos e culturais, em sentido amplo); lugar em que os velhos sejam considerados como humanos (em sentido amplo e profundo); lugar em que a vida seja garantida de se realizar como totalidade, não como um espaço intersticial conquistado nos espaços criados da relação entre o possível-impossível; lugar que abriga a possibilidade.

No entanto...

A Cidade

*O sol nasce e ilumina
As pedras evoluídas
Que cresceram com a força
De pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam
Vigiando as pessoas
Não importa se são ruins
Nem importa se são boas*

*E a cidade se apresenta
Centro das ambições
Para mendigos ou ricos
E outras armações
Coletivos, automóveis,
Motos e metrô
Trabalhadores, patrões,
Policiais, camelôs*

*A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce
A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce*

*A cidade se encontra
Prostituída
Por aqueles que a usaram
Em busca de uma saída
Ilusora de pessoas*

*De outros lugares,
A cidade e sua fama
Vai além dos mares*

*E no meio da esperteza
Internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com
menos*

*A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce
A cidade não pára
A cidade só cresce
O de cima sobe
E o de baixo desce*

*Eu vou fazer uma embolada,
Um samba, um maracatu
Tudo bem envenenado
Bom pra mim e bom pra tu
Pra gente sair da lama e enfrentar os
urubus*

*Num dia de sol, Recife acordou
Com a mesma fedentina do dia anterior.*

Chico Science

A segunda parte desta tese tem como objetivo principal buscar os elementos que apresentam a centralidade dos estudos do espaço urbano e da vida cotidiana como possibilidade de pesquisa e de sistematização do conhecimento sobre o envelhecimento em sentido amplo.

Por isso a figura e a citação da música do Chico Science, o espaço urbano, o espaço da realização da vida da maioria dos velhos do Brasil precisa ser entendido com base nas suas possibilidades; entendido como uma construção histórica que tem como fundamento a busca por recuperar as lógicas da centralidade da vida em coletividade, uma vez que, no período moderno, perde as dimensões de humanidade e se constrói como um campo de forças do modo de produção capitalista, integrando tudo e a todos em um sistema homogêneo, criando uma espécie de cidade do pensamento único que tem o homem produtivo como o único humano possível, desconsiderando toda a pluralidade da construção de tessituras sociais baseadas em relações de solidariedade. O cotidiano aparece como o resultado de lógicas produtivas desenvolvidas para consolidar um consumo de massa, resultado de uma produção de massa. A indústria invade a vida de tudo e de todos, organiza conteúdos, padroniza, cria e aprofunda hierarquias e nega, no limite, o direito à cidade.

Neste contexto, a velhice é construída como um signo da lentidão, do antiprodutivo, tanto as pessoas, como os espaços são pensados e construídos na modernidade como signos do novo e da novidade, desconsiderando as possibilidade do envelhecimento como um processo inerente a tudo o que existe. Neste sentido, a vida cotidiana se apresenta como a possibilidade de enxergar as ilusões construídas pelo modo de produção e materializadas como intensão e caminho necessário para a reprodução do espaço e da vida. No entanto, o mundo do capital lance como horizonte a necessidade dos humanos se realizarem através dos seus fetiches de consumo, o que impõe um ritual constante de renovação e de produtividade.

No núcleo central das construções impostas pelo capital, a produção humana é cooptada pelos esquemas do crescimento e da renovação constantes, levando a execução de um mundo ideologicamente construído com base nas representações da materialidade do que na realidade em si. Vivemos os simulacros como se fossem reais, vivemos a reprodução de um mundo produzido para o consumo. Vivemos na ilusão, essa ilusão reproduz a necessidade da juventude (novo) e da jovialidade (novidade) como dimensão fundamental.

Capítulo 3 : Espaço Urbano e Vida Cotidiana – Chaves para a Geografia do Envelhecimento

“A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que reflui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaíra como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaíra. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades da janela, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras”.

Italo Calvino

“Todo dia eu só penso em poder parar. Meio dia eu só penso em dizer não. Depois penso na vida pra levar e me calo com a boca de feijão. Seis da tarde como era de se esperar ela pega e me espera no portão, diz que está muito louca pra beijar e me beija com a boca de paixão”

Chico Buarque, cotidiano

Como chegamos ao espaço urbano?

Obviamente a questão posta como título desta seção inicial do terceiro capítulo corresponde mais a uma argumentação retórica do que a uma pergunta a ser perseguida através da investigação sobre a história do urbano ou do urbanismo; apresenta-se mais como uma provocação para entender os níveis e dimensões vinculados à pesquisa em questão. Assim posta, a questão sobre o urbano aparece como o plano pelo qual as ações relacionadas à vida estão sendo pensadas; o urbano aparece como o vínculo real concreto em que o pensamento sobre o envelhecimento humano está sendo possibilitado, uma vez que o urbano apresenta um conteúdo, mas evoca uma concreticidade, preenchida de determinações de muitas ordens e se confunde com a sociedade urbana.

O urbano (abreviação de “sociedade urbana”) define-se portanto não como realidade acaba, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele. Para atingi-lo, isto é, para realizá-lo, é preciso em princípio contornar ou romper os obstáculos que atualmente o torna impossível. O conhecimento teórico pode deixar esse objeto virtual, objetivo da ação, no abstrato? Não. De agora em diante, o urbano é um abstrato unicamente sob o título de abstração científica, isto é, legítima. O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre as quais ele se funda: uma prática social em marcha, a prática urbana em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ela se opõem (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

A fim de chegar no espaço urbano há que se considerar, ainda que como sentido hipotético, que houve um caminho, ou como aponta Lefebvre, que há um caminho em curso para a sua realização; o caminho de leva ao urbano (como sociedade e como materialidade – espaço) contém um processo histórico, não necessariamente linear, de constituição. O caminho, a marcha, o movimento de constituição do espaço é, sem lugar a dúvidas, um processo de produção, aqui reside a principal categoria de entendimento teórico e metodológico que aparece como elemento fundamental para a construção de leituras sobre o mundo e como tal, ajuda-nos a revelar a produção da sociedade, o que indica um percurso de constituição de uma prática social e uma prática social que se encaminhará, sob os códigos dos motores construtivos da sociedade moderna, para emergência de uma prática urbana, como apontou Lefebvre no fragmento acima citado.

O entendimento final da existência de uma sociedade-espaço urbano aparece como um ajuste necessário sobre a maneira de entender os processos de construção da humanidade do homem e a constituição do local de reprodução da sociedade e da vida, em sentido amplo, como uma elaboração histórica iniciada no processo de relação do homem com a natureza e do homem com o homem, como já expomos na introdução do trabalho. É o que Carlos (2015, p.14) afirma quando propõe que “ao longo do processo histórico constituidor da humanidade, o espaço se encerra como uma das grandes produções humanas, superando a sua condição de continente”.

Seguindo as pistas postas, principalmente, por Lefebvre (2006), quando propõe pensar o espaço como uma inevitabilidade da vida organizada em sociedade é que estamos pensando a importância central para a construção das reflexões sobre a vida social, que toca a todos e por conseguinte se apresenta como uma inevitabilidade para a realização da vida, mas que não se restringe apenas a uma base física-material-natural onde a vida se dá, junto com o homem e a sociedade o espaço se produz, essa é a principal hipótese aventada por Lefebvre e que foi comprada pela maioria dos geógrafos contemporâneos. Mas até a definição da produção do espaço como uma obviedade geográfica há um caminho a ser percorrido, e entre esse obviedade até a construção de um espaço urbano uma outra grande trajetória é preciso ser construída.

Até aproximadamente 1970, quando Lefebvre escreveu “a produção do espaço” tratar de espaço era tratar de um espaço cósmico, longe da realidade telúrica, quando no máximo as ciências tinham produzido noções de espaço que o tornavam uma realidade categorial qualquer, o espaço era compreendido a partir de noções pictóricas, esculturais e musicais, por exemplo. Sobre espaço incidia sempre uma polissemia que impossibilitava qualquer tentativa

de construir reflexões que pudessem coincidir com um mesmo recorte. Ora a compreensão do espaço revelava uma ilusão, ou seja, era concebido como uma interioridade que apontava para uma exterioridade, por isso resultado inerte dos desejos, como algo fracionado e fracionante, ora compreendido como algo fragmento de acordo com postulados metodológicos agrupados em concepções isoladas de compreensão, restrita a áreas do conhecimento científico, gerando definições parcelares: o espaço geográfico, o espaço sociológico, o espaço matemático... um espaço sem ser compreendido como totalidade capaz de articular a realização vida.

Antes de Lefebvre, o espaço era sempre algo meio vazio, sempre definido por critérios externos: absoluto, ótimo geométrico, euclidiano-cartesiano-newtoniano, definido sempre pela unidade do metro, da distancia, compreendido como o deslocamento entre dois pontos hipotéticos, o espaço assim era entendido sem densidade histórica e social, do ponto de vista das teorias, e do com base na prática espacial, era preenchido de intencionalidade com fins de planificação que tinha como argumento principal a sua modelação, com o objetivo de dotar o espaço selvagem de uma urbanização com o objetivo de dotar os lugares de vantagens competitivas para garantir a extração do lucro com base em melhores condições de circulação dos produtos, agilizando o tempo de transporte da zona produtora até os mercados.

Daí a contradição notável e, ao mesmo tempo, pouco notada entre as teorias do espaço e da prática espacial. Contradição coberta – pode-se dizer sufocada – pelas ideologias que embaralhavam as discussões sobre o espaço, saltando do cosmológico ao humano, do macro ao micro, das funções às estruturas, sem precauções conceituais, nem metodológicas. A ideologia da espacialidade, muito confusa, telescopava o saber racional, a planificação efetiva, mas autoritária, as representações triviais e correntes (LEFEBVRE, 2006, p. 4).

A construção das reflexões sobre o sentido do espaço, o que vai descambar com a inevitabilidade do modo de produção capitalista, como campo de forças produtivo capaz de engendrar determinações que imprimem um projeto (ou um contra-projeto) de homem, de sociedade e de mundo que impõe marcas muito particulares a tudo e a todos; o espaço da modernidade se reduz e se amplia, em um movimento dialético, em que, como definiu Lefebvre 2006, faz-se perceber a existência de um espaço abstrato que tenta se impor como verdade, e, um espaço social (concreto) que revela o movimento e as trajetórias da vida.

Daí o esforço para sair da confusão considerando o espaço (social), assim como o tempo (social), não mais como fatos da “natureza” mais ou menos modificada, nem como simples fato de “cultura”, mas como produtos. O que acarretava uma modificação no emprego e no sentido desse último termo. A

produção do espaço (e do tempo) não os considerava como “objetos” e “coisas” quaisquer, saindo de mãos ou de máquinas, mas como os aspectos principais da natureza segunda, efeito da ação de sociedades sobre a “natureza primeira”; sobre os dados sensíveis, a matéria e as energias. Produtos? Sim, num sentido específico, notadamente por um caráter de globalidade (não de “totalidade”) que os produtos não têm na acepção ordinária e trivial, objetos e coisas, mercadorias (ainda que justamente o espaço e o tempo produzidos, mas loteados, sejam trocados, sem vendidos, sejam comprados como “coisas” e objetos”) (LEFEBVRE, 2006, p. 4).

O espaço e o tempo assumem condição de produtos, mas de acordo com Lefebvre isso não se dá sem dificuldades, o espaço social só poderia ter entendido como um conjunto de relações, por isso ele não se apresenta um superproduto ou como o produto dos produtos, por isso na base da teoria da produção espacial está a necessidade de conceitos de produção, produto e as relações existentes. O espaço, então, do ponto de vista teórico, não pode ser entendido mais como aquele meio vazio, passivo, o que geralmente é interpretado como o palco, o cenário passivo da realização da vida, mais do que uma base material concreta o espaço, junto com a sociedade e as coisas produzidas pelo trabalho social, pode ser trocado, consumido e desaparecer. O espaço entra nas relações de produção, compõe as forças produtivas. Neste sentido, como produto e elemento constituinte da sua produção, o espaço se dialetiza, ou seja, entra como parte fundamental das relações econômicas e sociais²²¹.

Ao se dialetizar, em função do pensamento a partir do método, o espaço poderia ser entendido como se fosse uma superestrutura, mas ao pensar sobre a condição do espaço como algo que pode ser vendido e/ou comprado, ou seja, pela assunção de que o espaço tem em si valor de uso e valor de troca, ele não pode ser aprisionado a estes níveis e concepções de base-estrutura-superestrutura, o espaço social superar, a partir da lógica dialética, essa redução. O que nos implica pensar que ele, o espaço, ao se ele intervém no modo de produção, sendo, ao mesmo tempo, efeito, causa e razão, ele muda com os diversos modos de produção... concordamos com Lefebvre quando ele afirma que isso dota o espaço de uma

²²¹ “A concepção do espaço como produto social avançava sem dificuldades [...]. Não designando um “produto” qualquer, coisa ou objeto, mas um conjunto de relações, esse conceito exigia um aprofundamento das noções de produção, de produto, de suas relações. [...] O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então não tendo outro sentido, como os “produtos”, que o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “sobre o terreno” (LEFEBVRE, 2006, p. 4-5).

história, uma história social do espaço, que já começou a ser escrita, mas que ainda tem muito o que se escrever²²².

O espaço, resultado da construção social, se torna uma síntese de processos complexos: descoberta-produção-criação²²³, que tem como característica fundamental a simultaneidade, ou seja, o espaço não é isso ou aquilo, mas a reunião do isso e do aquilo compreendidos por um conjunto complexo de inter-relações que compreendem as abstrações e as materialidades. Entretanto, ao se entender que o espaço muda de acordo com o modo de produção, isso não significa afirmar que há uma ligação direta e transparente entre o modo de produção e o espaço, é preciso investigar as conexões, é preciso vasculhar as contradições e revelar as determinações que irão possibilitar aproximações com o espaço.

É importante destacar que a modernidade cria um espaço falsificado, ou melhor dito, um espaço expressão do signo moderno, ou seja, a busca pelo novo e belo como artifícios da sociedade do espetáculo e do consumo. Este espaço da modernidade, segundo Lefebvre (2006, p. 6), “tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização²²⁴”.

De um lado há um espaço mental; espaço de representação que tenta através de discursos ideológicos de várias ordens esconder as simplificações e reduções a que a vida está encarcerada, ou seja, que é constituído pela forma e pela tentativa de borrar a compreensão da totalidade do mundo; que se apresenta como um campo abstrato que cinde o trabalho e retira dele a possibilidade de criação da vida e o preenche de impossibilidades condenando à classe trabalhadora a uma morte em vida; um espaço que é capturado por abstrações e que forja, com a legitimação do Estado, um plano de reprodução da vida baseado em princípios que retiram a possibilidade de realização da vida coletiva e aprisiona a capacidade criadora do

²²² “(...)o espaço aparece, se forma, intervém ora a um dos níveis ora a outro. Ora no trabalho e nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto desigualmente, mas por toda parte. A produção do espaço não seria “dominante” no modo de produção, mas religaria os aspectos da prática coordenando-os, reunindo-os numa prática, precisamente. E isso não é tudo. Longe disso. Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se quisermos assim exprimir. Há, portanto, uma história do espaço. (Como do tempo, dos corpos, da sexualidade, etc.). História ainda por escrever” (LEFEBVRE, 2006, p. 5-6).

²²³ “O conceito de espaço religa o mental e o cultural, o social e o histórico. Reconstituindo um processo complexo: descoberta (de espaços novos, desconhecidos, de continentes ou dos cosmos) – produção (da organização espacial própria a cada sociedade) – criação (de obras: a paisagem, a cidade com a monumentalidade e o décor). Isso evolutivamente, geneticamente (com uma gênese), mas segundo uma lógica: a forma geral da simultaneidade, pois todo dispositivo espacial repousa sobre a justaposição, na inteligência e sobre a reunião material, de elementos dos quais se produz a simultaneidade...” (LEFEBVRE, 2006, p. 6).

²²⁴ “Ele tende ao homogêneo por diversas razões: fabricação de elementos e materiais – exigências análogas dos intervenientes -, métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação. Homogeneidade, mas não de plano, nem de projetos. De falsos “conjuntos”, de fato isolados. Pois paradoxalmente (ainda) esse espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas. Em migalhas! O que produz guetos, isolados, grupos pavilhonares e pseudoconjuntos mal ligados aos arredores e aos centros. Com uma hierarquização estrita: espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais etc.” (LEFEBVRE, 2006, p.7).

homem em uma espécie de script leva a uma homogeneização redutora, ou seja, sugere (impõe) um programa roteirizado para o cotidiano social que se materializa através de pilares postos através da cotidianidade. E do outro lado, o espaço social que surge como reflexo necessário do mundo vivido como realidade, como experiência completa, que tem determinações, mas que estas determinações precisam ser investigadas para revelar os sentidos da contradição posta por esses roteiros falsificados, disneyficados, que aprisionam a vida; o espaço social entendido como o campo do possível, que tenta superar os constrangimentos expostos revelando as verdades intencionalidades escondidas nos roteiros programas, fazendo aparecer os conflitos de classe, os conflitos de gênero, de sexualidade, de idade, etc.

Como aponta Ana Fani Alessandri Carlos (2015, p. 14),

(...)o espaço surge como localização das atividades do homem, de um grupo humano, para em seguida compreender que a atividade do homem, além de localizar-se, é capaz de organizar um espaço. Numa abordagem diferenciada, a partir dessa materialidade incontestável da produção do espaço, busca-se os seus conteúdos mais profundos, descobrindo os sujeitos e suas obras, através de sua produção em suas determinações gerais e específicas. A materialização do processo dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares é a dimensão da produção/reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida.

É fundamental reforçar que o processo de produção do espaço, o sentido da produção do homem com base nas chaves de compreensão do método materialista histórico e dialético e no seu movimento regressivo-progressivo, apresentado no capítulo metodológico desta tese, descobriremos que só é possível entender a constituição das condições espaciais do presente quando as observarmos em um processo histórico que tem como base a reprodução da vida.

O que está em questão, ou o que está sendo elaborado como o lugar da crítica sobre o processo de produção do espaço, já está posto desde a leitura marxista da sociedade burguesa e perdura até os dias do presente: a existência de um modo de produção que tem como base, cada vez mais nítida, a construção de relações de produção baseadas na necessidade de acumulação e na busca por lucro constantes captura o sentido da construção coletiva em esquemas cada vez mais complexos em que há constituição de uma classe de trabalhadores explorados ao máximo da sua força de trabalho que são obrigados a entregar o seu tempo de vida em troca de parcelas irrisórias da riqueza produzida e que não possibilitam a reprodução das suas necessidades biológicas e sociais, ou seja, o que está em questão é que a produção da sociedade, do espaço e da vida na modernidade estão capturadas por uma lógica, que cada vez

mais se reinventa e se metamorfoseia na tentativa de se manter hegemônica, que impossibilita que a produção do espaço se dê sob parâmetros mais justos, uma vez que não há justiça nos esquemas postos. O que no limite impõem racionalidades que reproduzem as inequidades e injustiças do modo de produção de forma naturalizada.

Está condição de vida moderna, que é ao mesmo tempo condição social e condição espacial, nega a condição humana; nega a possibilidade de realização da vida como uma totalidade capaz de produzir estruturas sociais menos desiguais. Essas negações, que também são constrangimento e interdições, são formadas, em uma das possibilidades e estâncias de análise, como reflexo da tentativa de construção de homogeneidades do pensamento e da organização da vida. No limite, a lógica formal que instala como condição de organização da vida, do conhecimento e das práticas cotidianas são capturas por esquemas alienadores e redutores que dizem ser detentores racionais de uma forma certa de se estabelecer um espaço verdadeiro, contrapomos a construção desse espaço verdadeiro com a busca pela verdade do espaço, seguindo as indicações deixadas por Lefebvre (2006).

O *espaço verdadeiro*²²⁵ é fruto das construções abstratas do mundo, que não chegam sequer ao nível das abstrações, são o resultado de uma racionalidade preenchida de pensamentos e reflexões sem vida, vazias; o espaço verdadeiro não é construído, senão imposto pela necessidade de definir o que é o centro, qual a centralidade, ele aparece como eliminador das diferenças, como o resultado de abstrações carregadas de assepsia, desprovidas de contradições e definidora dos que pertencem e dos excluídos. Sob essa ótica o espaço verdadeiro sempre é verdadeiro em relação a um jogo de interesses e construções filosóficas e categorias vazias de vida. Entretanto, a filosofia e a ciência que constroem as racionalidades do espaço verdade estão capturadas pelas imposições postas pelo modo de produção, que tem como uma das suas consequências a busca por eliminar as contradições, por eliminar os diferentes e elaborar um pensamento único.

²²⁵ “O espaço verdadeiro, aquele da filosofia e de seu prolongamento epistemológico, sem outro corte/ruptura/ além do abstrato, sob o chapéu da cientificidade, o espaço verdadeiro toma forma e se formula na cabeça do pensador, depois se projeta na “realidade” social e até física. Esforça-se por legitimá-lo com considerações sobre o saber, sobre seu núcleo formal. Nele procede a sua instalação “o homem teórico”, o humano reduzido ao saber, o concebido passando pelo vivido. O núcleo do saber se pretende necessário e suficiente; o centro se quer definido e definitivo. Portanto absoluto. Que a matéria provenha da economia política, da história, da linguística, que a ecologia venha a substituir essa fraqueza, a operação estratégia não varia. Nem o objetivo. Resultados: um supra-dogmatismo, às vezes sem dogma bem seguro, um tom arrogante, que leva ao extremo o velho espírito do sistema dos filósofos. Logo vem o momento da destruição e da auto-destruição. Este espaço mental funciona como redutor do espaço “real” à abstração, como indutor de diferenças mínimas. O dogmatismo serve às empresas mais suspeitas da potência econômica e política. A ciência em geral e cada ciência especializada em particular se põem imediatamente a serviço da administração como da produção no quadro do modo de produção existente (LEFEBVRE, 2006, p. 129).

Em contra partida a *verdade do espaço*²²⁶ não elimina as construções do espaço mental, mas as coloca em relação com o espaço social e tem como base de articulação de sua constituição a prática social como ponto de partida e ponto de chegada das reflexões estabelecidas pela ciência e pela filosofia, a verdade do espaço consiste na descoberta de que o espaço social é o resultado de uma produção. A verdade do espaço se identifica no busca por entender a totalidade, não apenas isso, mas revelar, a partir da totalidade, quais as centralidades construídas e qual o significado real para a sua construção. Os termos da construção do espaço social estão presentes na ideia de que o espaço é produto, meio e condição do realização da vida, por isso que as centralidades construídas revelam quais os caminhos estão sendo postos e sob quais racionalidades estão sendo forjados.

Nesta definição sintética é preciso ter o cuidado de não converter o espaço em uma cristalização, ou seja, entender que o sentido do espaço acionado pelo seu processo de produção seja a construção de um arranjo emaranhado de centros e periferias, ou seja, reduzindo a análise apenas às condições momentâneas da centralidade²²⁷. Essa leitura levaria a uma revisão da lógica formal e faria emergir uma máxima de que o processo de produção do espaço se resumiria a uma sequencia evolutiva de produção, revelando uma hierarquia vazia de sentido, o que conduzia a reduções ainda mais perversas.

Em verdade, de acordo com Lefebvre (2006), o movimento da lógica formal que cria a noção de espaços da racionalidade induzida, ou seja, o espaço abstrato como forma de construção de sociabilidade, faz com que o sentido da “produção” do espaço seja a busca por uma homogeneização, sendo as divergências e as diferenças entendidas como condições periféricas que só conseguem se realizar às margens, numa espécie de exterioridade que aglutina todos aqueles fatores que reduzem o processo de produção capitalista do espaço.

²²⁶ “Ao contrário, no inverso desta tendência dominante e oficializada, a verdade do espaço se reata à prática social de um lado, e de outro a conceitos elaborados e encadeados teoricamente pela filosofia, mas superando-a como tal, precisamente pela conexão com a prática. O espaço social provém de uma teoria da produção, que estabelece sua verdade. A verdade do espaço estabelece assim o que há de comum entre o espaço mental e o espaço social, e em consequência suas diferenças. Não uma separação entre eles, mas uma distância. Não uma confusão, mas um momento ou elemento comum. A centralidade se descobre lugar comum ao conhecimento, à consciência, à prática social. Sem “realidade” sem uma concentração de energia, sem um foco ou núcleo e como resultado sem um movimento dialético: “centro-periferia”, “focalização-perda”, “condensação-irradiação”, “junção-saturação”, “concentração-estouro”, “implosão-explosão”. O “sujeito”? Um centro momentâneo. O “objeto”? Igualmente. O “corpo”? Um foco de energias ativas (produtivas). A cidade? O urbano? Igualmente” (LEFEBVRE, 2006, p. 129).

²²⁷ “As enormes favelas da América Latina (favelas, “bairros”, “ranchos”, etc.) contêm uma vida social muito mais intensa que as partes emburguesadas das cidades. Esta vida social se traduz na morfologia, mais só persiste se defendendo e atacando através de lutas (formas modernas de luta de classes). Apesar da miséria, a disposição do espaço – casas, muros, praças – desperta uma admiração inquieta. A apropriação atinge aí um nível extraordinário” (LEFEBVRE, 2006, p. 122).

As diferenças se mantêm ou começam à margem da homogeneização, seja como resistências seja como exterioridades (o lateral, o heterotópico, o heterológico). O diferente é primeiro, o excluído: os periféricos, as favelas, os espaços dos jogos proibidos, os da guerrilha e das guerras. Cedo ou tarde entretanto, a centralidade existente e as potências homogeneizantes absorvem as diferenças, se elas permanecem na defensiva e não passam ao contra-ataque. Então a centralidade e a normalidade mostram os limites de sua capacidade de integração, de recuperação ou de eliminação daquilo que transgride (LEFEBVRE, 2006, p. 122).

A verdade do espaço consiste em revelar esses processos contraditórios, nela reside a possibilidade de extrapolar as definições impostas por racionalidades distantes que não compreendem os processos de tessitura coletiva das espacialidades; a verdade do espaço passa por uma construção e um entendimento da vida vivida como possibilidade e irrompe até a compreensão do mundo em que a vida está inserida, negando sem excluir a possibilidade entender a verdade sem vida.

A filosofia, antes de ser negada, aparece subsumida no processo de revelar a verdade do espaço, uma vez que a verdade do espaço só pode revelado a partir de uma compreensão dialética que aponta para a construção das formas-conteúdo, ou seja, não há possibilidade do espaço existe como algo dado a priori, ou seja, antes da prática social, nem que ele se restrinja a um chapado vazio em que apenas a aparência e a sua mobilidade (redes e fluxos) o dotem de sentido. A verdade do espaço é sempre uma construção referencial que tem como ponto de partida e ponto de chegada a materialidade da prática social, que também é uma prática espacial. Existe ao mesmo tempo um cotidiano que nega a construção filosófica do mundo, e a Filosofia que nega o cotidiano nas suas reflexões.

O espaço se apresenta como um produto que caminha desde o concebido até o vivido, mas é no vivido que se revela a possibilidade de compreensão da vida. É no sentido da realização da vida que a centralidade surge como uma ferramenta fundamental para entender a verdade do espaço, pois, se a realização da vida é o que alimenta o processo de construção do espaço, somente através das centralidades construídas é que se enxerga o movimento do real, capturado na construção da vida cotidiana. A totalidade, guia da ação e do pensamento, é ressignificada e a centralidade a substitui.

A noção de centralidade se substitui àquela de totalidade. Ela a desloca, a relativiza, a dialetiza. Toda centralidade se constitui, depois se dispersa, se dissolve, estoura: saturação, perda, agressões, etc. O que impede a fixação do “real” e o mobiliza sem tréguas. O que introduz uma figura geral (o centro e o descentramento) que dá lugar ao repetitivo como ao diferencial, ao tempo como à justaposição (LEFEBVRE, 2006, p. 129).

Estas centralidades, apesar de ser facilmente percebidas no espaço resultado do processo de urbanização e industrialização, são anteriores à cidade fruto do modo de produção capitalista. Obviamente, não apareciam com tanta clareza, mas nos momentos anteriores já existia um mecanismo que possibilitava entender que o processo de criação das centralidades são alterados a partir das circunstâncias materiais desenvolvidas ao longo da história.

A *démarche* da produção do espaço como uma inevitabilidade histórica e, por isso, como resultado de um processo que traz consigo a emergência do espaço como produto, condição e meio da realização social, podemos associar o processo de construção da relação dos indivíduos com a natureza que levou a substituição da natureza primeira pela natureza segunda, mudando as configurações dos espaços da ação social, fazendo emergir uma lógica de transformação das materialidades espaciais que indicam um caminho do rural ao urbano, não como um continuum, mas como um processo histórico alimentando pelo sentido capitalista se apropriar a produção do mundo em nome da acumulação da riqueza.

Há um processo de valorização do espaço em estreita correlação com o desenvolvimento das forças produtivas, o que muitas pesquisas puseram em evidência mesmo quando descreveram e fragmentaram o espaço. A questão agora é de pôr em perspectiva a urbanização e recolher os elementos para compreender, sob a ótica do espaço, as estratégias de reprodução da sociedade em todos os seus níveis (SEABRA, 2003, p. 15).

A chave de compreensão para entender os processos desiguais que mantinham o capitalismo como um elemento hegemônico, sem que pra isso ele tivesse que resolver seus conflitos internos, estava na ocupação, mais especificamente na produção do espaço a partir das relações sociais próprias a sua existência, emerge uma prática social, que mais tarde irá possibilitar a emergência de uma prática social urbana²²⁸.

Concordamos com Carlos (2008), quando ela aponta que há um conjunto de elementos que apontam para a inevitabilidade da construção de um arcabouço teórico sobre a produção do espaço. Para além das pistas do pensamento há pistas concretas que conduzem a possibilidade de pensar, por isso, apresentaremos as cinco pistas postas pela autora:

²²⁸ “Sabe-se que Henri Lefebvre refletiu profundamente sobre estas questões e dedicou-lhes, inclusive, mais de uma obra. Movia seu interesse saber por quais meios o capitalismo, como uma formação social em processo, conseguiu atenuar sem resolver, durante um século, as suas contradições internas. Como desenvolvimento das forças produtivas seguiu seu curso. Qual o preço disso? Por quais meios? Foi então que sem hesitar respondeu: “isso sabemos-lo nós: ocupando o espaço, produzindo um espaço”. O espaço integra as relações sociais e vai propiciando unidade teórica e prática ao conjunto social” (SEABRA, 2003, p. 15).

a. a discussão da paisagem como forma de manifestação do espaço geográfico superando a ideia de paisagem considerada como elemento estático; b. a discussão do ciclo do capital como elemento do processo de produção espacial, particularmente o urbano, reforçando a importância do processo de circulação (materializado na rede de comunicações) e o ponto de vista do ato de consumo do espaço (articulado à totalidade das relações de produção e circulação) e, finalmente, a inter-relação entre o ciclo do capital individual e o do capital global; c. a problematização da teoria do valor na discussão da “terra-matéria” gerando renda (como aparece nos textos de Marx) e a “terra como parcela do espaço” dotado de valor; d. o papel dos movimentos sociais urbanos no processo de reprodução espacial, resgatado no cotidiano dos indivíduos, articulado a partir do aprofundamento das contradições em que se produz o espaço urbano; e. finalmente o papel do Estado no processo de produção do urbano através de duas vertentes: de um lado, a de propiciador das condições gerais de reprodução do capital, e de outro, a de “gerenciador” das crises sociais (CARLOS, 2008, p. 15).

Há uma coalizão de elementos concretos que impõem um ritmo e uma densidade às questões espaciais, questões estas postas por um movimento de reprodução do capital que constrói materialidades como possibilidade de superar as crises impostas pelas contradições internas ao capitalismo, como formação social, como nos apresentou Seabra, 2003). Há um movimento de transformação do real que marca um movimento de produção da sociedade moderna; há um movimento de produção do espaço como uma inevitabilidade da realização da vida.

O que se apresenta no campo do possível, frente as condições materiais da análise da realidade, são duas dimensões de organização do pensamento sobre o espaço, nos limites da reflexão, de um lado “regressivo” nos deparamos com o entendimento de uma transformação da relação sociedade natureza²²⁹, ou seja, numa relação baseada na construção, na produção do homem e do seu meio através da realização do trabalho como força transformadora das determinações da vida concreta e sua superação histórica, porém não linear, e de outro, no extremo progressivo do limite de análise, a produção do espaço, como resultado dos termos da relação sociedade e natureza, conduziria as reflexões para a emergência de uma sociedade extremamente territorial e urbana, o que aponta não apenas para um processo de produção do espaço, mas também de reprodução.

Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao processo específico, o segundo considera a acumulação

²²⁹ “Parece-nos que a análise da relação homem-natureza pode ser colocada em outro patamar, a partir da consideração do processo de trabalho, como mediação necessária; o que implicaria a discussão do seu conteúdo social. Desta feita, da ideia de espaço organizado pelo homem, a partir de um novo enfoque metodológico, chegaríamos à de espaço como produto de relações sociais determinadas” (CARLOS, 2008, p. 31).

do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento (CARLOS, 2008, p. 34).

Seria tautológico ressaltar que a reprodução só existe como consequência do processo de produção, mas é, talvez, salutar anotar é que a ideia da reprodução aponta para a totalidade, ou seja, ela ajuda a compreender o sentido da construção das centralidades espaciais e revelar uma relação entre aquilo que faz ressaltar as particularidades do processo de produção do espaço, o que impede as homogeneidades.

Carlos (2008, p. 36) chama atenção para o fato de que “a produção do espaço aparece como produção da existência humana”, por isso nos parece evidente que cada vez mais a construção desse mundo necessário para a reprodução da vida compreende as dimensões econômicas e os circuitos da produção (produção, circulação, troca, consumo), mas também como manifestação das condições sociais, dos conflitos postos, das superações, dos desejos e dos sonhos. A materialidade do mundo moderno é cada vez mais determinada pelos termos impostos pela sociedade do lucro²³⁰, mas também compreende – ainda que seja nos resíduos destas relações, na periferia não captura completamente, nas resistências – a solidariedade como uma dimensão possível da condição humana.

Não obstante, é inegável de que essa possibilidade da utopia da solidariedade tem um lugar periférico no mundo moderno e só existe como condição de resíduo; somos conscientes que “o homem só existe como força de trabalho para o capital, mercadoria, sua subsistência importa como possibilidade de reprodução do capital” (CARLOS, 2008, p. 38). Entretanto, e a história da civilização nos ajuda a entender esse movimento, a redução homem à força de trabalho, entendidas no sentido moderno, não se dá sem resistências, sem estranhamentos, a consciência desse processo impõe lutas, confrontos, insurgências, ainda que a mesma história da humanidade nos evidencie que essa é uma luta desleal, faz-se importante encapar uma batalha para a redução dessa simplificação do projeto de humanidade, que é uma redução do sentido original e emancipador do trabalho²³¹.

²³⁰ “No ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como princípio organizador básico da vida econômica” (HARVEY, 2000, p. 117).

²³¹ “(...)pelo trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano; pelo processo de autoatividade e autocontrole, o ser social salta da sua origem natural baseada nos instintos para uma produção e reprodução de si como gênero humano, dotado de auto-controle consciente, caminho imprescindível para a realização da liberdade [...]. O trabalho se configura como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os nexos entre causalidade e teleologias se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social. É, como a linguagem e a sociabilidade, uma categoria que se opera no interior do ser: ao mesmo tempo em que se transforma a relação metabólica entre homem e natureza e, num patamar superior, entre os próprios seres sociais, autotransforma o próprio homem e a sua natureza humana. E como no interior do trabalho estão

O mundo moderno impõe a subsistência do homem como um meio pela qual o capital se reproduz, como Carlos (2008) nos deixou claro, o que nos parece então importante registrar é que essa subsistência, apesar de ser limitadora e deixar declarada a desigualdade que reside como condição de reprodução do capital nos possibilita pensar que todo o desenvolvimento social – ainda com todas as reduções, constrangimentos e estranhamentos – é a apenas um reflexo daquilo que foi posto como meio necessário para garantir o funcionamento metabólico do capital como sistema e formação social. O urbano, forma mais desenvolvida da produção sócio-espacial, se apresenta no centro dessa condição.

É nesse movimento que encontramos, talvez, uma possível resposta à pergunta inicial: como chegamos ao espaço urbano?

Seguindo as pistas deixadas por Lefebvre (2008) apresentadas em “A Revolução Urbana”, tem-se que as práticas sociais ao longo do processo de produção da sociedade e do seu espaço de ação há uma indicação de que, ainda como um objeto virtual, a sociedade urbana se apresenta, hipoteticamente, como uma inevitabilidade histórica, principalmente, se tomamos como base os sentidos inerentes ao modo de produção capitalista²³². Este é o ponto de partida para pensar o urbano como sendo a organização sócio-espacial que resulta dos processos mais complexos da modernidade, a revolução industrial.

É preciso, contudo, ter muita atenção para não estabelecer confusões de ordem prática, o fenômeno cidade é anterior às organizações sociais, econômicas, políticas e culturais da idade moderna, mas a sociedade urbana e sua inevitabilidade histórica só aparecem com as transformações radicais possibilitadas pela revolução industrial. Por isso que na nota 253 destaco as considerações de Lefebvre sobre os modos de produção que fazem emergir as lógicas de produção do espaço, como apontamos no início do capítulo. Se a prática social aparece como o resultado da ação social, ela só ganha sentido quando se entende as determinações a que está subjugada.

É mister considerar que a sociedade urbana que emerge dos processos de revolução industrial tem como base a transformação completa das relações no mundo agrícola que levam a uma substituição nos elementos que a constitui e o faz no seio das relações postar

pela primeira vez presentes todas as determinações constitutivas da essência do ser social, ele se mostra como sua categoria originária (ANTUNES, 2009, p. 145).

²³² “Partiremos de uma hipótese: a urbanização completa da sociedade. Hipótese que posteriormente será sustentada por argumentos, apoiada em fatos. Esta hipótese implica uma definição. Denominaremos “a sociedade urbana” a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. Essa definição acaba com a ambiguidade no emprego dos termos. Com efeito, frequentemente se designa por essas palavras, “sociedade urbana”, qualquer cidade [...]. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre “sociedades urbanas” que nada têm de comparáveis” (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

entre o rural e o urbano. Entretanto esse movimento não se faz sem conflitos, contradições, sínteses e antíteses, enfim. Por isso, concordamos com Gomes (2014), sobre a relação rural e urbano, quando ela aponta que entender esse processo sempre se dá como um desafio, tanto desafio de entender os contextos produtivos, como um desafio de ordem teórica e metodológica que nos faz sempre avançar na perspectiva de buscar interpretações da realidade dotadas de maior acuidade.

A visão de conjunto é sempre provisória e nunca pode pretender esgotar a realidade a que ela se refere, conforme nos adverte Leandro Konder: A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. Há sempre algo que escapa às nossas sínteses; isso, porém, não nos dispensa do esforço de elaborar sínteses. A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta uma situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto tenta proporcionar - que é chamada de totalidade (GOMES, 2014, p. 21).

Essa correção em busca da totalidade como categoria fundamental para entender a emergência do urbano como resultado de uma produção do mundo moderno não pode ser entendida como um exercício de busca por um *continuum* entre o rural e o urbano com uma clara superioridade histórica do urbano, mas o que se apresenta da obra de Lefebvre são as transformações históricas que revelam e revelaram os conflitos da construção do rural e os processos pelos quais o urbano engoliu o rural e superou a contradição e estabeleceu relações de complementaridade, o que também não se faz sem conflitos.

Neste sentido, muito mais do que isolar a relação rural e urbano em um conflito diádico, em que os termos são escritos através dos códigos econômicos que os relacionam, a relação rural e urbano se revela como parte integrante do processo de produção do espaço social, que tem, obviamente, determinações econômicas, mas não se restringe a isso. Entendemos que os aportes dados por Lefebvre ainda são válidos para ajudar a entender a constituição dessa sociedade urbana, por isso, concordamos em termos com Gomes (2014), ao mesmo em que ela afirma na necessária superação da tensão entre os fenômenos urbano e rural, apenas acreditemos que essa superação não se restringe ao universo econômico, mas se amplia para além dele, e desponta como uma consequência das estratégias de constituição da cidade (e suas relações) como uma forma da materialidade do capital posto em circulação no mundo e materializado como capital fixo, o que dotou a cidade de uma construção histórica diferenciada, pois atraiu para si condições de centralidade, centralidade não absolutamente

demarcadas, mas relacionalmente edificadas e reedificadas ao longo de um processo histórico constante e que ainda hoje se encontra em transformação.

(...) o processo econômico é constituído de quatro momentos distintos, porém articulados, unidos contraditoriamente. Esses momentos são a produção imediata, a distribuição, a circulação e o consumo. Neste sentido, a articulação inexorável entre o urbano e o rural se agiganta processualmente ao longo do tempo e dentro de cada um desses ambientes qualquer esforço de compartimentação, seccionamento não escapa da categoria Trabalho e a sua realização na perspectiva das classes sociais. É nessa perspectiva que se sedimenta a necessidade de se analisar os espaços e tais ambientes para além da pseudo-díade entre o urbano e o rural (GOMES, 2014, p. 19).

Logo após essa reflexão que compartilhamos acima, Gomes (2014, p. 20) segue refletindo que “os restos do passado nunca são totalmente apagados, entretanto o significado é alterado e acrescentado sempre, no presente, ao já posto, ou existente, novos objetos e novas ações próprias de novas etapas”. Concordo com essa condição de palimpsesto para marca o processo de produção do espaço, e essa condição está no nível da dificuldade do diálogo entre perspectivas divergentes, pois, como bem salientou Lefebvre (2008), essas construções em forma de palimpsesto, levam a uma confusão sobre quais são os termos das análises. É preciso se esforçar para construir reflexões que ajudam a situar melhor onde é enxergam as continuidade e as discontinuidades²³³.

Neste sentido, é por entender bem que cada ciência e conhecimento parcelar tenta pôr luz nas questões sobre a caracterização da sociedade ou das várias etapas da sociedade, em especial a etapa em que vivemos:

(...)Pôde-se falar de sociedade industrial e, mais recentemente, de sociedade pós-industrial, de sociedade técnica, de sociedade de abundância, de lazeres, de consumo etc. Cada uma dessas denominações comporta uma parcela de verdade empírica ou conceitual, de exagero e extrapolação. Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: sociedade urbana, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade (LEFEBVRE, 2008, p. 14).

Assumimos, com Lefebvre, que a hipótese da urbanização completa que faz emergir a sociedade urbana tem em si um processo ainda necessário para se materializar, mas, mais que

²³³ “Um importante aspecto do problema teórico é o de conseguir situar as discontinuidades em relação às discontinuidades absolutas sem continuidades subjacentes, sem suporte e sem processo inerente? Reciprocamente, como existiria continuidade sem crises, sem o aparecimento de elementos ou de novas relações?” (LEFEBVRE, 2008, p. 13).

nunca, as transformações mundiais dão sinais cada vez mais fortes dessa urbanização total, que ainda nos aparece como um objeto virtual, mas repleto de determinações que indicam o desdobramento possível. Em um dos argumentos que Lefebvre problematiza, aparece como entrave para pensar a urbanização total da sociedade a existência de países, o que há época ele chamava de subdesenvolvido, que tinham as suas relações econômicas baseadas na produção agrícola, o mundo ainda contabiliza em seus relatórios de produção econômica um número grande países agrários, mas, o a emergência de um mundo das certificações, as relações comerciais, ainda que baseadas em produtos agrícolas, têm como condição um processo complexo de técnicas e tecnologias associadas ao campo que transformaram o mundo agrário em uma indústria agroexportadora, com alto grau de maquinários, insumos, fertilizantes e estruturas produtivas que estão diretamente relacionadas ao processo industrial e um modo de vida muito próximo daqueles realizados nas sociedades urbanas²³⁴.

O mundo da urbanização completa continua em gestação, mas muito mais “desenvolvido” do que na época do pensamento de Lefebvre. A industrialização teve um papel fundamental na emergência do modo de vida urbano, na verdade a industrialização e a crise urbana que ela carrega em si desde a sua gênese provoca as condições materiais necessárias para se abrir como cenário possível a discussão de uma urbanização completa da vida, em um esquema de produção de cidade que não se assemelha sob nenhum aspecto daquele anterior a revolução industrial, a sociedade muda completamente. Ainda na esteira do pensamento lefebvriano, é atual e importante anotar que:

(...) Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e / ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: subúrbios, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de bairros urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicônias da metrópole. É assim que nossa hipótese impõe-se, ao mesmo tempo como ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo e de novos projetos: a urbanização completa. A hipótese a antecipa. Ela prolonga a tendência fundamental do presente.

²³⁴ “Crescimento econômico, industrialização, tornados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio à vida camponesa, a saber, a aldeia, transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza” (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

Através do seio da “sociedade burocrática de consumo dirigido” a sociedade urbana está em gestação (LEFEBVRE, 2008, p. 15).

A emergência de uma prática urbana é o caminho de reflexões e pesquisas que Lefebvre apontou como a noção fundamental para revelar os sentidos constituição de uma sociedade urbana²³⁵. Tratar da sociedade urbana não é, em nenhuma dimensão e nível de análise, pensar nas superações da contradição inerente ao modo de produção capitalista, mas revelar os caminhos pelo qual a produção da sociedade reforça as desigualdades e as aprofunda, ou seja, a sociedade urbana em desenvolvimento não pressupõe um estágio mais justo ou equilibrado da vida social, ela emerge como centro de diferenças e desigualdades, como lugar de confronto, como centro de disputas.

A prática urbana, como sendo a constituição das práticas sociais no âmbito da sociedade urbana em vias de realização se manifesta através de um conjunto revolucionário de ações e questões sociais que tiram do foco central as questões relativas à industrialização e ao crescimento perdem lugar para o conjunto de questões que dominam as agendas públicas, as questões do cotidiano e do pensamento no âmbito da sociedade; esse é o ambiente que faz rebentar o ambiente da urbanização completa da sociedade. Estas revoluções não se dão, nem se darão de forma igual, porquanto, o processo de urbanização completa da sociedade depende dos vários contextos, dos ambientes construídos na base da relação da sociedade com a natureza e a definição dos níveis, densidades, tessituras e abrangência da natureza segunda, que varia de contexto produto para contexto produtivo. Mas isso não inviabiliza o processo, apenas aponta a necessidade constante de estudar as relações que o constitui e a emergência dos temas que assumem a centralidade do pensamento concreto²³⁶.

A busca por entender o fenômeno urbano impulsiona a Lefebvre ir buscar a gênese da relação dos humanos com os modos de produção, assumindo que cada formação social está vinculada às imposições do modo de produzir, com essa clareza e no encaixe do fenômeno urbano se encontra dois pontos extremos na linha de produção do fenômeno, um lado

²³⁵ “A expressão “sociedade urbana” responde a uma necessidade teórica. Não se trata simplesmente de uma apresentação literária ou pedagógica, nem de uma formalização do saber adquiridos, mas de uma elaboração, de uma pesquisa, e mesmo de uma formação de conceitos. Um movimento do pensamento em direção a um certo concreto e talvez para o concreto se esboça e se precisa. Esse movimento, caso se confirme, conduzirá a uma prática, a prática urbana, apreendida ou re-apreendida (LEFEBVRE, 2008, p. 16).

²³⁶ “(...)utilizando-se as palavras “revolução urbana”, designaremos o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano. Entre as transformações, algumas serão bruscas. Outras graduais, previstas, concertadas” (LEFEBVRE, 2008, p. 16-17).

regressivo que aponta para a condição de natureza e um lado virtual que aponta para um processo de urbanização completa. Entre estes extremos são localizados os momentos da relação da sociedade com o meio e como isso gera materializadas particulares, estas materialidades particulares são identificadas como as formas: cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial, esta último aponta para a urbanização completa como um possibilidade de encontro com a zona crítica.

Para ilustrar esses momentos, reproduzirei o eixo traçado por Lefebvre (2008, p. 25), na figura 75.

Figura 75 : Eixo de entre a condição de natureza (0) e a urbanização completa (100) e as transformações na cidade
Fonte: Lefebvre (2008, p. 25).

Os momentos de transformação das relações sociais em busca da materialização do fenômeno urbano permite que coloquemos, segundo Lefebvre, algumas balizas, no ponto zero, ou seja, no momento inicial o que há é a condição de natureza, junto a essa condição de natureza é possível identificar as ações dos homens coletores (caçadores, pescadores, etc.) como as primeira marcas no espaço, estas ações primevas foram as responsáveis por desbravar o mundo, apreender os seus movimentos, nomear as coisas, as primeiras balizas e unidades de referencia foram postas como tentativa de conhecer o mundo que se habitava. Estas primeiras ações correspondem ao que Lefebvre (2008, p. 18) chama de “topias fundamentais”. Estas topias dão fundamento para a criação da primeira grade de referencia humana sobre a terra, que serviram como base e como articulação necessária para que os

camponeses agissem sobre o meio já com alguns pontos de partida conhecidos²³⁷. O que aparece é que a primeira reunião das atividades do trabalho humano, ainda que pouco articulado e pouco transformador dotou os homens que possibilidade de interação com o meio, descobrindo o mundo o homem se apropria das suas imediatezidades e começa a produzir elementos de classificação e reconhecimento. A coleta já não era a solução mais viável para a exploração do mundo, os humanos, cada vez mais gregários e sedentários criam as vilas e aldeias para ser o lugar do acontecimento da vida, institui-se a agricultura como uma prática social que leva a superação das estruturas antigas de coleta, estaria nesse movimento o germe do fenômeno urbano? Para Lefebvre existem duas observações possíveis:

A representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa, teriam lentamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia. Ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição da romanidade (do Império Romano) e da reconstituição das cidades na Idade Média. Pode-se muito bem sustentar o contrário. A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é, administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado (LEFEBVRE, 2008, p. 18-19).

Estas duas posições sobre a criação de um núcleo de comando localizado em um centro “urbano” suscita muitas discussões, principalmente porque os mecanismos descritos na citação acima descreve o comportamento do campo muito mais próximo ao modo de produção asiático, além dessa forma de organização social é possível identificar áreas de práticas seminômades em que a agricultura tem um desenvolvimento muito fraco, o que não permite supor essa organização social posta. No limite da análise só é possível apontar que, apesar das áreas menos desenvolvidas, haviam centros de organização social que apresentavam uma sistematização mais eficiente, daí o germe de transformação das relações sociais com os espaços de natureza. Entretanto, como alerta Lefebvre (2008), os debates sobre as questões relativas ao campo e a cidade estão longe de serem resolvidas.

Independente dos debates suscitados, aparece-nos, não muito claro na linha temporal, a emergência de uma cidade política²³⁸, ou seja, uma organização sócio-espacial, que apesar

²³⁷ “Topologia e grade espacial que, mais tarde, os camponeses, sedentarizados, aperfeiçoaram e precisaram sem perturbar sua trama. O que importa é saber que em muitos lugares no mundo, e sem dúvida em todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia” (LEFEBVRE, 2008, p. 18).

²³⁸ “Arrisquemo-nos, então, a colocar a cidade política no eixo espaço-temporal perto da origem. Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes, “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas” (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

da centralidade das relações de produção do campo, capaz de concentrar e articular centros de comando, seria a gênese de um espaço burocrático e administrativo.

A cidade política não pode ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobrança de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder. Todavia, ela também implica artesanato e trocas, no mínimo para proporcionar os materiais indispensáveis à guerra e ao poder (metais, couros, etc.) para elaborá-los e conservá-los. Consequentemente, ela compreende, de maneira subordinada, artesãos, e mesmo operários. A cidade política administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí a propriedade do solo torna-se propriedade eminentemente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de tributos (LEFEBVRE, 2008, p. 19).

Enquanto as atividades de produção se desenvolviam de forma complexa no ambiente rural, a cidade política resistia como centro de administração e ordem, o que leva a realização de trocas e de encontros, em baixa frequência. Entretanto, ao longo dos séculos de formação e de centralidade do campo, das atividades agrícolas, a cidade política viu surgir cada vez mais forte as trocas de mercadoria como uma das relações possíveis do/no espaço da cidade. De acordo com Lefebvre, estas trocas eram realizadas, num primeiro momento, por estrangeiros, pessoas de fora da cidade política, o espaço da cidade política resistiu a entrada da troca das mercadorias como uma componente possível. A resistência da troca como uma possibilidade no espaço da cidade política gerou a criação de lugares específicos de troca, fora da cidade, assim, foram criadas praças de mercado, e outras formas de organização completamente excluídas da cidade política, como condição, as relações estabelecidas nestes lugares de troca são marcadas por uma forte heterotopia, não sendo possível identificar uma prática hegemônica.

A troca e o comércio, indispensáveis à sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento. A cidade política resiste como toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro) (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

Na busca por entender os caminhos do fenômeno urbano, Lefebvre, lembra que, ao longo dos séculos de existência da cidade política, os comerciantes, os mercadores itinerantes se ocupavam das ruínas fortificada das antigas cidades romanas e dali conseguiam manter os

termos da luta contra os senhores territoriais. Esse processo visto desta perspectiva faz supor que as bases da cidade mercantil foram conquistadas com os descartes da cidade política: “a cidade política, renovada, teria servido de quadro à ação que iria transformá-la” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

Como ajuste temporal histórico Lefebvre (2008, p. 20) lembra que é apenas no final da Idade Média que a mercadoria e o mercado entram de vez na cidade, principalmente através do ocidente europeu. Uma vez invadida a cidade política, progressivamente, o mercado foi ganhando centralidade, a Ágora foi tomada e o encontro deixa de ser aquele político e começa a ter finalidades comerciais. Ao redor destes lugares de comércio e troca de mercadoria, materializada como o novo lugar do encontro e da reunião, reúne poder, a arquitetura da cidade se transforma, principalmente com a chegada da igreja e da prefeitura, ou seja, ao lado do encontro pelas trocas se encontram as sedes do encontro pela fé e do encontro pelas normas de gestão e controle da população. A cidade política sofre uma transfiguração das suas formas, percebe-se mudanças nas funções das antigas formas que permanecem e as estruturas são construídas para o funcionamento cada vez mais efetivo do espaço urbano, surge a cidade mercantil como toda a sua potência.

A cidade mercantil traz consigo uma nova concepção de cidade²³⁹, o espaço urbano ganha status de lugar de trocas comerciais, de encontro de pessoas, ideias, costumes, códigos. A mercadoria, a grande articuladora desse nova reunião, surge soberana, a liberdade conquistada pela burguesia em ascensão cria laços de determinação com um fetichismo emergente, começa-se a introduzir uma linguagem de consumo.

(...)a cidade mercantil tem seu lugar; no percurso, depois da cidade política. Nesta data (aproximadamente no século XIV, na Europa Ocidental), a troca comercial torna-se função urbana; essa função fez surgir uma forma (ou formas: arquiteturais e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova estrutura do espaço urbano (LEFEBVRE, 2008, p. 21).

É a partir do poder de concentração das atividades comerciais e de troca, em sentido amplo, que a cidade comercial assume um tamanho gigantesco na construção de relações materiais, a cidade assume uma densidade nunca vista na história da humanidade. Obviamente até a construção de uma cidade comercial densa as relações entre o campo e a

²³⁹ “O espaço urbano torna-se lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece Liberdade. Luta grandiosa e irrisória. Nesse sentido, houve razão em estudar, dando-lhes um valor simbólico, as bastides do sudoeste, na França, primeiras cidades a se constituírem em torno da praça do mercado. Ironia da história. O fetichismo da mercadoria aparece como o reino da mercadoria, com sua lógica e sua ideologia, com sua língua e seu mundo” (LEFEBVRE, 2008, p. 20).

cidade marcavam uma nítida primazia do campo. Mesmo com a linguagem e os valores impostos pela lógica da mercadoria, a cidade ainda se apresentava como um código heterotópico, reunião de muitos, mas sem um projeto. Lefebvre (2008, p. 21) aponta que em toda relação histórica, até o momento de ascensão da cidade mercantil, que a primazia do campo em relação “à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários)”.

As cidades eram protegidas por muralhas, segregadas da organização do campo, ilhadas em zonas, áreas de reunião de pessoas e mercado. Do seio dessa heterotopia surge, cada vez mais, uma densidade de organização da vida que se pensarmos em uma balança relacional, a cidade mercantil ganha peso e volume e transcende o campo. No eixo, representado na figura 76, o momento dessa inflexão é marcado com a emergência do urbano como concentração de riqueza e de diversidade. Essa inversão da cidade como lugar privilegiado das relações sociais em detrimento ao campo impõe também uma inversão da heterotopia, neste contexto, a cidade resolve o paradoxo com o campo, o campo agora é a zona de heterotópica, a urbana deixa de ser uma ilha cercada de campo.

As pessoas que refletem não mais se vêem na natureza, mundo tenebroso atormentado por forças misteriosas. Entre eles e a natureza, entre seu centro e núcleo (de pensamento, de existência) e o mundo, instala-se a mediação essencial: a realidade urbana. Desde esse momento, a sociedade não coincide mais com o campo. Não coincide mais com a cité. O Estado os subjuga, os reúne na sua hegemonia, utilizando suas rivalidades. Para os contemporâneos, entretanto, a majestade que se anuncia lhes aparece velada (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

A cidade surge com uma racionalidade associada, a razão e o método científico emergem como um princípio que organiza a vida coletiva e a cidade é criadora de um discurso e de um logos, uma racionalidade, ela cresce e se assume como centro de referência de organização da vida, concentra pessoas, mercados, decisões, conhecimento, cultura. A cidade também compreende a dimensão da política, ela se torna o lugar das materializações do poder, das leis e das diretrizes. A cidade começa a ser vista para além da sua imediatividade, surgem as imagens da cidade, que não constituem um planejamento, como adverte Lefebvre, mas que já esboçam uma planimetria²⁴⁰.

²⁴⁰ “Nos séculos XVI e XVII, quando ocorre precisamente essa inversão de sentido, aparecem, na Europa, os planos de cidades e, sobretudo, os primeiros planos de Paris. Ainda não são planos abstratos, projeção do espaço urbano num espaço de coordenadas geométricas. Combinação entre a visão e a concepção, obras de arte e de ciência, os planos mostram a cidade a partir do alto e de longe, em perspectiva, ao mesmo tempo pintada, representada, descrita geometricamente. Um olhar, ao mesmo tempo ideal e realista – do pensamento, do poder,

As tentativas de reprodução da cidade a partir de suas representações, artísticas ou técnicas, dotam a inauguração da centralidade da cidade e do fenômeno urbano na construção de reflexões. Há uma inevitabilidade da cidade a partir das relações do capitalismo comercial, a cidade comercial invade a cidade política e assume o controle da sua trajetória de ascensão, a contradição campo-cidade se acentua, com a primazia da cidade, como já apontamos. O capital comercial, cada vez mais, materializa-se na produção da cidade, o capital fixo produz estruturas e meios de circulação do capital e os núcleos urbanos se tornam cada vez maiores e mais expressivos. Esse movimento aumenta a concentração e a propriedade privada, a cidade começa a ser o reflexo de uma luta de classes e ganha um signo da diversidade e da desigualdade, simultaneamente. A cidade comercial já revela elementos daquilo que vai se caracterizar como marca da cidade industrial, ou seja, a grande concentração de renda, a desigualdade e as relações de troca como mais importantes que as de uso.

É importante destacar, entretanto, que a cidade industrial que se materializará como resultado do capital industrial vai criar relações inéditas e ainda mais perversas em relação aos processos sociais, Lefebvre afirma que na verdade a indústria não produz cidade, senão a não-cidade. A indústria se localiza, inicialmente à margem das cidades e próxima às fontes de energia e de matérias-primas e das reservas de mão-de-obra. Assim como a cidade mercantil se desenvolveu nas zonas lindeiras à cidade política, a indústria e a inevitável cidade industrial surge na periferia das cidades mercantil e política. A indústria nasce com os signos da modernidade e da organização capitalista da sociedade, sendo assim, a indústria a anticidade que ela produz só se aproxima da cidade com interesses na diminuição de custos e das condições diferenciadas de produção e de difusão em consequência da proximidade com os centros urbanos.

Se ela [a indústria] se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento (LEFEBVRE, 2008, p. 23).

A aproximação da empresa industrial à cidade mercantil não se faz sem resistências das classes dominantes dessa cidade que até então se dava como hegemônica, as implicações dessa aproximação, entre tantas outras que estudamos até hoje na Geografia, é a ruptura com

situa-se na dimensão vertical, a do conhecimento e da razão, para dominar e constituir uma totalidade: a cidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 22).

o tamanho, a densidade e a textura dessas cidades, rompe-se um estilo: a arquitetura passa por uma profunda transformação, quer seja com a inauguração de uma arquitetura industrial, quer seja com a forma de se construir os lugares da cidade, o sentido do habitar muda e se transforma no habitat, os lugares da vida mudam de racionalidade, a vida se comprime em espaços cada vez menores e a cidade entra no limite da sua capacidade de organização, a atração de produtos, serviços, comércio e pessoas são geometricamente aceleradas e a cidade rompe com os seus padrões anteriores, ela implode, e essa implosão muda a dinâmica interna das cidades e dos lugares da cidade, coincidindo com um processo de explosão das estruturas gerando a projeção de fragmentos da cidade implodida, criando periferias, zonas fragmentadas, mudando a centralidade e impondo novas centralidades (implosão-explosão)²⁴¹.

É preciso olhar esses processos de transformação com cuidado e de forma não naturalizada, a aproximação da indústria não é natural, muito menos os processos consequentes dessa aproximação, é importante não cair em falácias relacionadas aos continuísmos e ao evolucionismo.

O continuísmo histórico e o evolucionismo mascaram esses efeitos e essas rupturas. Estranho e admirável movimento que renova o pensamento dialético: a não-cidade e a anticidade vão conquistar a cidade, penetrá-la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmensuradamente, levando à urbanização da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências (sic) da cidade anterior à indústria (LEFEBVRE, 2008, p. 23).

As transformações da cidade mercantil impostas à cidade política foram de grande calado, transformando intencionalidades, quebrando tendências e invertendo a lógica da concentração da produção e os códigos da materialidade das cidades, a cidade política perdeu os muros com a emergência da cidade mercantil, perdeu a dimensão de ilha e se tornou mar, implementou a primazia do urbano frente ao rural e o alocou como meio de subsistência para se garantir a vida orgânica no urbano. Não obstante, a cidade comercial floresceu como obra, como possibilidade e monumentalidade, o que fez com que as transformações causadas pela indústria quebrasse todos os referenciais anteriores.

Enquanto a cidade mercantil guardava uma condição orgânica de organização da vida, a cidade industrial impõe a dinâmica do artificial, do inorgânico, dos grandes maquinários, a esteira da produção. A cidade industrial se transforma na mesma velocidade que o novo

²⁴¹ “(...)a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e objetos, de instrumentos, de meios e pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)” (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

momento do capital, a cidade se converte em signo de consumo, e como tal traz em si a inevitabilidade da troca, da circulação e da produção.

(...)a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilizada, perde os traços que a época anterior lhe atribuía: totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade: torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referencia. Ela se lê ora como um rascunho, ora como uma mensagem autoritária. Ele se declara mais ou menos imperiosamente (LEFEBVRE, 2008, p. 23-24).

O processo de implosão-explosão da cidade, patrocinado pela transformação avassaladora da incorporação da atividade industrial vem acompanhada, no percurso histórico de uma concentração urbana gigantesca, essa concentração urbana justificada pelo fenômeno do êxodo rural, deflagra-se uma subordinação do agrário ao urbano, do agrário ao industrial, o código que move o mundo é aquele impresso pelo ritmo da fábrica, o que provoca a extensão do tecido urbano, a concentração de população nas grandes cidades, o fenômeno da urbanização assume o sentido da organização social, os produtos, os objetos, as informações e a formação das ideias, do conhecimento e da ciência ganham uma projeção muito maior com o apoio da cidade e de suas estruturas complexas e de concentração de capital e dos capitalistas. Instaura-se um turbilhão de processos de várias dimensões que antecipam e anunciam uma zona crítica, nos termos de Lefebvre²⁴².

A zona crítica²⁴³ parece anunciar os movimentos, as relações que envolvem o universo do devir, a zona crítica aparece como uma indefinição, aponta para pensar uma organização social pós-industrial, mas sob quais termos? Lefebvre aponta para o fenômeno da urbanização completa como uma possibilidade de construção de novas relações urbanas, entretanto, essa fase que se anuncia não está carregada de uma inevitabilidade universalizante, cada sociedade encontra a urbanização completa através de seus códigos particulares, mas, ao mesmo tempo que cada contexto se apresenta particularizado, tem-se que o fenômeno urbano atinge uma escala universal, está posta a dimensão da contradição, enquanto fenômeno universal o urbano só se define através das determinações locais, o que vai dotá-lo de sentido, revelador das

²⁴² “A realidade urbana modifica as relações de produção, sem, aliás, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política do espaço “exprimem” as relações sociais, mas reagem sobre ela. Bem entendido, se há uma realidade urbana que se afirma e se confirma como dominante, isso só se dá através da problemática urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 24).

²⁴³ “(...)a fase crítica comporta-se como uma “caixa preta”. Sabe-se o que nela entra; às vezes percebe-se o que dela sai. Não se sabe bem o que nela se passa” (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

práticas sociais, na verdade, carregado de práticas urbanas²⁴⁴, ainda que entendidas como virtualidades. Assim como os momentos anteriores o momento que se anuncia não resolve os conflitos da cidade mercantil ou da cidade industrial, cada unidade carrega em si as suas determinações, que se resolvem dentro do processo de totalidade a que estão inseridos.

O urbano se apresenta como o possível que se anuncia na virtualidade, mas ele não está posto, precisa ser construído, precisa que rompa as barreiras do impossível e que consolide através das práticas sociais urbanas. É preciso perceber a dimensão da explosão da cidade antiga e construir reflexões que apontem para as trajetórias desses fragmentos da cidade, exigindo um esforço por buscar os sentidos das formas, das funções e da estrutura desse novo urbano materializado como realidade social.

Não se trata, pois, de criar um sistema epistemológico de discussão do urbano, esse movimento seria completamente improdutivo, uma vez que, como já apontado, a sociedade urbana (o urbano) se projeto, ainda, como virtualidade, ou seja, está carregado de determinações, mas ainda não se materializa como realidade, vivemos na tensão da zona crítica, na explosão dos referências e na incerteza dos elementos que antes nos projetava as maiores certezas. Sabemos, no entanto, que é preciso a todo custo eliminar os caminhos simplificados e homogeneizantes do espaço abstrato, o urbanismo como tentativa de captura dos movimentos da sociedade industrial não nos serve como um caminho para pensar o urbano, pois ele está preso nas representações ideológicas, nas simplificações da forma, criou pra si uma sócio-lógica e um conjunto de estratégias que faz com que o pensamento dialético não se realize, eliminando as contradições no plano teórico e desconsiderando os fenômenos que emergem das práticas sociais.

Sobre esse aspecto de redução teórica presente no urbanismo, Lefebvre nos ensina:

No plano teórico, uma de nossas maiores condenações ao urbanismo como corpo doutrinal (que aliás não existe) é o fato de encerrar uma sócio-lógica e uma estratégia, evacuando o pensamento dialético em geral e os movimentos dialéticos próprios ao urbano, ou seja, as contradições internas, as antigas e as novas (estão agravando e/ou mascarando aquelas) (LEFEBVRE, 2008, p. 154).

O urbanismo provoca um campo cego gigantesco e que impede que o pensamento avance na busca de revelar as estruturas que sustentam os significados da produção do espaço

²⁴⁴ “O conhecimento teórico pode e deve mostrar o terreno e a base sobre os quais ele se funda: uma prática social em marcha, a prática urbana em via de constituição, apesar dos obstáculos que a ele se opõem. Que atualmente esta prática esteja velada e dissociada, que hoje existam apenas fragmentos da realidade e da ciência futuras, esse é um aspecto da fase crítica” (LEFEBVRE, 2008, p. 26).

e o seu percurso inegável até a produção do espaço urbano como um fenômeno planetário²⁴⁵. Além do que é fundamental ter claro que o fenômeno urbano, como nos alerta Lefebvre (2008, p. 150), “recompõe profundamente os dispositivos da produção: forças produtivas, relações de produção, contradições entre forças produtivas e relações de produção”. O urbano revela, sob novos parâmetros, o sentido social do trabalho produtivo e o conflito direto com a apropriação privada dos meios de produção, gerando descompassos muitos significados no processo de reprodução das relações sociais, e do capital, em sentido amplo.

O resultado da busca pelo sentido do urbano através da busca pela trajetória que o compõe como fenômeno e o localiza como uma inevitabilidade das estruturas produtivas, nos revela que o urbano se constitui de um movimento que compreende um processo de complexificação da sociedade que só se revela ao examinar a tríade: rural-industrial-urbano, e que se revela numa construção espacial e temporal, concomitantemente. É preciso tentar resistir ao entendimento do espaço a partir dos códigos elaborados pela dimensão abstrata, aquela que tenta a todo custo promover uma homogeneidade na compreensão dos processos que produzem o espaço. Estamos diante de uma contradição essencial para entender os sentidos da produção do espaço, uma contradição que revela uma dimensão abstrata, de um lado, e uma dimensão concreta de outro.

Observemos como Lefebvre a trata:

Daí resulta um conflito e um curioso mal-estar. Esse espaço, de um lado, tende para um código único, para um sistema absoluto, o da troca e do valor de troca, da coisa lógica e da lógica da coisa. Ao mesmo tempo, ele se torna pelo de subsistemas, de códigos parciais, de mensagens e de significantes que não entram no procedimento unitário que esse espaço estipula, prescreve, inscreve de todas as maneiras (LEFEBVRE, 2008, p. 151).

Obviamente se está encampada uma disputa entre as dimensões da quantidade e da qualidade, o que aponta uma diferença fundamental entre o crescimento e o desenvolvimento do espaço, que não se resolvem como termos separados, mas que se sabe que produzem materialidade de forma individualizada, em outras palavras, apesar de não ser o desejado, é possível que se cresça sem desenvolvimento e que se desenvolva sem crescimento. Ao problematizarmos a questão do urbano, o cenário que se desvela é que ele apresenta a necessidade do desenvolvimento espacial em detrimento do simples crescimento. O que

²⁴⁵ “A sociedade urbana só pode ser definida como planetária. Virtualmente, ela cobre o planeta re-criando a natureza, anulada pela exploração industrial de todos os recursos naturais (materiais e “humanos”), pela destruição de todas as particularidades ditas naturais” (LEFEBVRE, 2008, p. 150).

apresenta as questões do urbano como questões que se aplicam ao planeta e por isso não deveriam ficar restritas a uma redução do lugar. Na verdade aqui se põe uma contradição instigante para o espaço urbano:

A contradição principal se desloca e se situa no interior do fenômeno urbano: entre a centralidade do poder e as outras formas de centralidade, entre o centro “riqueza-poder” e as periferias, entre a integração e a segregação (LEFEBVRE, 2008, p. 153).

O urbano se impõe como um fenômeno daqui e de alhures, simultaneamente, ou seja, ele se coloca como questão central do mundo, através da sua inevitabilidade planetária, mas essa inevitabilidade se materializa no plano do lugar, mais do que isso, enquanto fenômeno mundial, ele também não pode perder as suas vinculações com o processo histórico, ou seja, a historicidade é uma dimensão importante na construção, esta questão está no cerne do que Lefebvre (2008, p. 153) chama a atenção: “essa fase é acompanhada de emergências complexas, as de novas funções e estruturas, sem que, por isso, todas as antigas desapareçam. Daí resulta a exigência de uma análise sempre retomada e afinada concernindo às relações entre forma e conteúdo”. O entendimento do espaço não pode prescindir uma análise dialética, é fundamental revelar as contradições para se aproximar do entendimento do espaço, sem reduzi-lo a uma espaço abstrato.

Essa condição nos impõe entender o espaço como uma totalidade, e como tal, compreender que está sempre em formação e que é impossível se apropriar dele como totalidade, em outras palavras, o espaço urbano só será revelado como processo e em contexto. A totalidade como tal nunca será efetuada completamente, o que nos põe o desafio de buscar a centralidade em questão, como já apontamos algumas páginas atrás, a centralidade toma o lugar da totalidade e nos ajuda a entender os momentos localizados na dimensão do possível-impossível do espaço. Para deixamos nos termos de Lefebvre (2008, p. 154): “a centralidade define o u-tópico (o que não tem lugar e o procura). O u-tópico define a centralidade”. Por isso o urbano, ao mesmo tempo que exige uma leitura total, ele só se encontra no pontual²⁴⁶, ele se localiza, essa localização é o centro.

²⁴⁶ “O urbano é pontual. Ele se localiza e se focaliza. Intensifica-se aqui ou ali. Ele não existe se esta localização: o centro. Assim, o pensamento e a reflexão só têm lugar se propiciam um lugar a si mesmos. A pontualidade do fato, do acontecimento, é uma regra. Consequentemente, uma regulação. Em torno de um ponto tomado como centro (momentâneo), reina uma ordem próxima, que a prática produz e a análise apreende. Isso define uma isotopia. Ao mesmo tempo, o fenômeno urbano é colossal; sua prodigiosa extensão-expansão não pode ser limitada. Englobando a ordem próxima, uma ordem distante agrupa pontualidades distintas, reunindo-as nas suas diferenças (heterotopias). Porém, por toda parte e sempre, a isotopia e a heterotopia se afrontam, se confrontam,

Se o urbano está aqui e acolá, se ele se dá no próximo e no distante, se ele revela isotopias e heterotopias, o urbano só pode existir como reunião, ele tem a capacidade de reunir tudo e a todos, esta reunião é realizada através da prática urbana, mas para captar o seu movimento é fundamental que se supere as ilusões da subjetividade – representação das ideologias – e da objetividade – causalidade, determinações parciais – a fim de revelar os sentidos do habitar, do agir transformando, da realização da vida como trabalho, não o trabalho cindido da indústria, mas o trabalho emancipador, aquele que ajuda a preencher de sentido e de conteúdo as formas existentes (LEFEBVRE, 2008). Entretanto, a reunião do urbano não é, nem poderia ser harmoniosa, ela é contraditória, permite diacronias e sincronias, de todas as ordens, inclusive, revela os conflitos de classe. Ao mesmo tempo que o urbano é o lugar do conflito, ele também é o lugar do desejo, ele acontece como uma realidade material e conflituosa, ele abriga, nos termos de Lefebvre, Eros e Logos, razão e emoção. Neste sentido, o urbano aparece como uma pedagogia, diferente das relações pedagógicas habituais, o urbano concentraria a autoridade do saber adquirido²⁴⁷.

Sob estes termos, as pesquisas sobre a Geografia do Envelhecimento encontram um terreno fértil. Só é possível avançar para além das descrições da dinâmica da população, se, e somente se, a população perca lugar para a sociedade como reflexo da construção coletiva de homem e a construção do homem aponte para a produção e a reprodução do espaço como centralidades do mundo moderno. A sociedade, como totalidade maior, revelando os sentidos, o dilemas e os fragmentos postos e impostos à sociedade dos velhos, que não é diferente da sociedade total, mas que apresenta desafios particulares que precisam ser entendidos como pertencentes ao metabolismo da reprodução da vida, que seja através de reflexões sobre as implicações resultantes do afastamento do mundo do trabalho, quer seja pela discussão sobre a ampliação do tempo de participação das pessoas velhas nos contextos produtivos, quer seja para discutir uma possível condição de exis social. As pessoas que sobrevieram e sobrevivem ao tempo não têm outra opção que continuar vivendo, por mais perversa que sejam as relações sociais impostas a elas. A produção e a reprodução do espaço, do espaço social, do espaço social urbano, tem que em algum momento inserir a discussão da velhice como um fenômeno fundamental ao processo de reprodução da sociedade e da vida. Mais que isso, é preciso

suscitando, assim, o alhures, a centralidade diferente que nascerá, impor-se-á, depois será reabsorvida no tecido espaço-temporal. Assim, toma forma (isto é, descobre-se como forma) o movimento dialético do pontual e do colossal, do lugar e do não-lugar (do alhures), da ordem urbana e da desordem urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 155).

²⁴⁷ “O urbano como via prática, teria paradoxalmente um papel pedagógico bem diferente da pedagogia habitual, construída a partir de uma autoridade, a do Saber adquirido, a do Adulto acabado” (LEFEBVRE, 2008, p. 158).

desvendar os sentidos moderno de velhice e quais as implicações sócio-espaciais dessa velhice realizada no mundo moderno.

Não é possível isolar ou reduzir a dimensão espacial do envelhecimento, por mais que as pistas nos indique que a modernidade trata as pessoas velhas em uma base de relações escandalosa, os velhos não podem evadir da condição espacial da realização da sua vida cotidiana. Aliado a isso, é quase tautológico dizer, o urbano é a forma de organização da vida da maioria das pessoas velhas.

A centralidade do estudo da vida cotidiana para a Geografia (do envelhecimento).

Na epígrafe ao capítulo o fragmento da música de Chico Buarque – cotidiano –, que já é um lugar comum, é utilizada para trazer a referencia do cotidiano como um dos elementos fundamentais para entender as reflexões sobre o espaço no contexto da geografia, no nosso caso especial, da geografia do envelhecimento. Localizada entre o Logos e o Eros, a vida retratada na música já apresenta uma das principais dimensões dialéticas presentes no cotidiano, de um lado ele, o cotidiano, aparece preenchido de tarefas, de um ritmo de realização da vida, revela o mundo do trabalho, a insatisfação com a venda da força de trabalho, mas ao mesmo tempo retrata da inevitabilidade da ação repetitiva para poder justificar a manutenção da vida. E do outro lado, o encontro com a pessoa amada, a espera rotineira, o conforto e a segurança da espera do outro, da casa como um lugar de realização da vida, ponto de partida e ponto de chega, endereço de referencia e de identificação. Eros e Logos, aprisionados no tempo, no ritmo e na cadência da repetição do cotidiano.

Cotidiano, talvez invenção moderna, talvez invenção urbana, talvez uma inevitabilidade do organização social imposta pelo espaço e pelo tempo do capital, não se realiza ou se verifica na reflexão, só é possível de ser entendido através da experiência vivida, ainda que não negue a possibilidade da reflexão ele se apresenta como o par contrário do trabalho filosófico. Se o cotidiano não se apresenta como possibilidade do pensamento, longe de ser um recurso heurístico, ele também guarda em si, contraditoriamente a possibilidade de descobrir coisas, de desvendar ações, de registrar movimentos, trajetórias, tendências, fluxo, movimento; Como agenda, como compromisso, como inevitabilidade da vida moderna, o cotidiano se apresenta como uma sucessão de acontecimentos.

O cotidiano, acontecimento em movimento, como resultado, em última estância, da banalidade e banalização da vida no urbano, materializada pelo ritmo da cidade, apresenta-se como uma imagem, uma representação da cidade. Carlos (2011b), ao apresentar o poema de Teru Tamaki, reflexões urbanas, ajuda a revelar a imposição do ritmo do cotidiano na vida da cidade, de um cidadão padrão, aquele que está bem situado no seio da cidade:

9h. Sexta-feira. Verão. Encontro marcado.
Cruzamento desmarcado do tormento grande da cidade grande.
Semáforos. Passarelas. Poucas velas, sem ruelas. Zebras e Apitos.
Gritos. Grilos. Corridas. Idas. Buzinas.
Hipertensões. Chega. Fica na fila. Espera.
Toma elevador. Sobe. Sala de espera. Uma secretária. Que parada!
Enganada? Informações.
Espera. Cafezinho. Veja. Visão. IstoÉ. 10h15.
Bonitinha. Chama. Entra. Mesa de reuniões.
Papéis, pastas, plantas, contas. Controvérsias.
Desconversas. Acordos e riscos. Carimbos e cafezinhos. Os cigarros e a fumaça. 12h20. Sai.
Espera. Desce. Anda. Corre. Para. Espera.
E empurrado. Trombeteia. Atravessa. Espera.
Vira. Chega.
12h55. Mesa de restaurante. Espera. Chega.
Molho bem salgado. Chope de colarinho. Carne mal passada. Preço bem passado. – Corta.
14h10. No outro prédio. Sobe. Para. Entra.
Pergunta. Tira o paletó. Acende o cigarro.
Telefonemas. Informações. Deformações.
Providências. Evidências. Decisões. Indecisões.
Senões. Obrigações. Fone. “Sua” secretária.
Está bonita. Fornecedores. Especuladores.
Cafezinho. Formalidade. Informalidades. Que cidade! Oh boy! Horas passadas. Assadas.
A secretária se retocando. Fim de expediente.
Um belo relógio. 19h00.
Nova corrida. Grevistas na rua. Grevistando.
Avisando. Reivindicando. Esposa no cabeleireiro.
Um casamento do filho do Severino.
Sujeito fino. Bom companheiro. Três vezes assaltado, infelizmente. Buzinas tocando.
Povo dançando – corta.
22h30. VT. Seriado. Colorido. O crime não compensa – corta.
23h50. Hora de descansar. Filosofar. Amanhã é sábado. Tempo bom. Nublado. Sujeito a chuvas e trovoadas. Índice de poluição 947.3.
Temperatura a de sempre. – corta.
9h37. Sábado!!
- Santos Guerreiros!
- Aonde vou? Estou?
- Corta.
9h39
- Bem... qualquer dia vou visitar o neto do Severino... no próximo verão...
- Corta. (CARLOS, 2011b, p. 15-16).

A cidade e a vida na cidade se misturam, repete-se os signos, os jeitos, os roteiros a trama, mas nem tudo é exatamente igual, nem pra todos, nem para um em particular, mas há, sem lugar a dúvidas, um ritmo, um roteiro, uma agenda, um programa. Quem programou? Quem criou um códigos e os papéis? Qual o limite entre as faculdades possíveis e as faculdades utilizadas, o cotidiano afoga, impermeabiliza, condensa, homogeneiza. O poema apresentado acima, revela um dia, o curso de um dia alucinante, revela a cotidianidade, revela o homem da modernidade, da cotidianidade, aquele que é ativo, que obedece a um ritmo frenético que toda em muitos elementos na vida cotidiana, mas que não se deixa, nem pode, se deixar absorver por nenhum deles, está aqui e alhures, mas sempre em uma experiência fragmentada, é um fruidor, mas nunca permanece. Esta parece ser a condição imposta no âmbito do cotidiano.

O homem da cotidianidade é atuante e fruidor, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absorver inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (HELLER, 2008, p. 31).

Luiza²⁴⁸, brasileira, moradora do bairro do Ipsep, zona sul da cidade do Recife, solteira, 72 anos e voluntária da AACD²⁴⁹, unidade Recife, há 16 anos. Sai todos os dias de casa por volta das 6h30 da manhã, para isso acorda por volta das 4h30, mas sempre fica 15 minutinhos a mais na cama, confessa. Faz o seu próprio café da manhã, todos os dias, põe a comida do cachorro, vai caminhando até o ponto do ônibus, geralmente lotado, procura, logo ao subir no transporte, por uma das cadeiras reservadas para os mais velhos, geralmente não encontra os lugares disponíveis e quase sempre se depara com alguma pessoa ocupando uma das vagas, mas que não precisa: *“a essa hora da manhã, meu filho, tem muita gente indo ao trabalho e que ainda nem acordou direito, eu já não me aperreio mais em pedir pra sentar, ainda mais que tenho que saltar poucas paradas depois para trocar de ônibus, todos os dias é a mesma história”*. Desce do primeiro ônibus, anda mais um pouco, espera o ônibus chegar, conversa sempre com algum conhecido que espera o mesmo ônibus, entra no ônibus. Este

²⁴⁸ Nome fictício, artifício usado como recurso para manter em sigilo uma das depoentes entrevistadas para a realização deste trabalho. História extraída da entrevista realizada em abril /2015.

²⁴⁹ “AACD/ Centro de Reabilitação Eng. Clóvis Scipilliti - O Centro foi construído com recursos do Teleton de 1998 e inaugurado em maio de 1999. Ocupa uma área total de 15.404 m² com 3.175 m² de área construída. Responde pela segunda maior quantidade de atendimentos da Associação. Em 2013, foram 203.768 atendimentos com uma média de 828 atendimentos por dia útil. A AACD Recife conta com 215 profissionais e 267 voluntários em seu quadro. Atende oito patologias em cinco especialidades médicas e odontológicas. Centro de Reabilitação Eng. Clóvis Scipilliti | Av. Advogado José Paulo Cavalcanti, 155 – Ilha Joana Bezerra – Recife – PE – CEP: 50080-810 | Tel.: (81) 3419-4000”
Cf. <https://aacd.org.br/unidade/recife-pe/>

geralmente é mais tranquilo que o outro. Chega na parada de destino, faz a solicitação de parada, agradece ao motorista pela viagem segura e o deseja um bom dia de trabalho, chega na AACCD antes da hora solicitada, abre a lojinha de presentes que toma conta já há 16 anos, organiza os produtos, limpa, tira o pó, organiza todos os detalhes e espera as demais voluntárias chegarem. Atende clientes, acompanha o movimento do caixa, mesmo sem poder, por causa da catarata no olho, volta pra casa, mesma rotina dos ônibus, só que no sentido contrário, chega em casa, organiza os afazeres domésticos, cuida do cachorro, vai dormir, para no outro dia começar tudo outra vez.

Ritmo parecido com o poema do Tamaki, dona Luiza, separada pela idade, pela cidade e, talvez, pela condição social, vive o espaço e o tempo da cidade sob o mesmo signo do hipotético cidadão da metrópole paulistana. Guardada as diferenças e as particularidades, o cotidiano é dialeticamente universal.

A oitenta milhas de distância contra o vento noroeste, atinge-se a cidade de Eufêmia, onde os mercadores de sete nações convergem em todos os solstícios e equinócios. O barco que ali atraca com uma carga de gengibre e algodão zarpará com a estiva cheia de pistaches e sementes de papoula, e a caravana que acabou de descarregar sacas de noz-moscada e uvas passas agora enfeixa as albardas para o retorno com rolos de musselina dourada. Mas o que leva a subir os rios e atravessar os desertos para vir até aqui não é apenas o comércio das mesmas mercadorias que se encontram em todos os bazares dentro e fora do império do Grande Khan, espalhadas pelo chão nas mesmas esteiras amarelas, à sombra dos mesmos mosquiteiros, oferecidas com os mesmos descontos enganosos. Não é apenas para comprar e vender que se vem a Eufêmia, mas também porque à noite, ao redor das fogueiras em torno do mercado, sentados em sacos ou em barris ou deitados em montes de tapetes, para cada palavra que se diz – como “lobo”, “irmã”, “tesouro escondido”, “batalha”, “sarna”, “amantes” – os outros contam uma história de lobos, de irmãs, de tesouros, de sarna, de amantes, de batalhas. E sabem que na longa viagem de retorno, quando, para permanecerem acordados bambaleando no camelo ou no junco, puseram-se a pensar nas próprias recordações, o lobo terá se transformado num outro lobo, a irmã numa irmã diferente, a batalha em outras batalhas, ao retornar de Eufêmia, a cidade em que se troca de memória em todos os solstícios e equinócios (CALVINO, 2006, p. 38-39).

Em Chico Buarque através da letra da música Cotidiano, no Poema de Tamaki, no Relato de Luiza, na crônica realista-fantástica de Calvino, mas não só nestes, no movimento concreto da vida, no acontecer do mundo. O cotidiano imprime programa, mas guarda possibilidades, todos estes relatos dão conta de pessoas em movimento, todos exercem um trabalho, realizam uma tarefa, cumprem uma agenda, múltiplas agendas, do tempo e espaço

da casa, da firma, do escritório, da rua, do transporte público, da cidade, das trocas, das histórias.

O cotidiano se apresenta como um lugar, um lugar reflexo que apresenta os os signos do moderno. Cotidiano e Moderno²⁵⁰ se confundem, entrelaçam suas condições, suas representações. Entretanto, o Cotidiano só se faz sentir em contraposição ao não cotidiano, ao que rompe o programa, rasga o texto e se realiza como um dia anormal dentro da normalidade imposta.

Enquanto cotidiano e moderno se identificam, o primeiro construído através da insignificância, da banalidade, como movimento impensado e desarticulado de uma reflexão filosófica, como o reino do vivido, o segundo como representação, como sentido, como ideia organizadora, como princípio de ação e ideológico pelo qual a sociedade se revela, como unidades do movimento de determinação da vida, da prática banal e banalizada, naturalizada e esvaziada de sentido que ao mesmo tempo que se perde aos referenciais do homem comum, justifica, contraditoriamente, como condição da sua existência, a definição dos parâmetros ideológicos que o constitui.

Ao tratar do cotidiano, necessariamente ajustamos o pensamento para tratar da cotidianidade, sem que, como já alertamos anteriores, essa cotidianidade seja reflexo ou trate necessariamente do cotidiano, a cotidianidade existe no âmbito da racionalidade, assim como tal, ela revela o movimento racionalizado do cotidiano e sobre o cotidiano. Se o cotidiano está para o moderno, a cotidianidade está para modernidade.

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura). (LEFEBVRE, 1991, p. 35).

A cotidianidade e o cotidiano não se auto-definem, como já apontamos, na verdade, a cotidianidade emerge de um posicionamento filosófico que olha e classifica aquilo que não é filosofia. A cotidianidade não é, não emerge e não reflete o cotidiano, ela é o esforço do pensamento filosófico para entender o movimento do cotidiano. Por isso, a apreensão da

²⁵⁰ “Ao cotidiano, conjunto do insignificante (concentrado pelo conceito), responde e corresponde o moderno, conjunto dos signos pelos quais essa sociedade se significa, se justifica, e que faz parte da sua ideologia” (LEFEBVRE, 1991, p. 30).

cotidianidade não se dá como uma faculdade do homem cotidiano, ela só como produto do raciocínio do homem filosófico, daquele que enxerga o mundo concreto de cima e de longe, que não se envolve nas suas determinações e não se realiza através da vida cotidiana, ou seja, a cotidianidade é uma faculdade inerente ao homem, ela só seria possível de ser uma categoria de reflexão humana, se, e somente se, houve a possibilidade de uma vida fora da vida concreta.

Sendo assim, a cotidianidade seria vazia, por isso ela não pode se restringir ao puramente filosófico, senão que é a reflexão filosófica sobre o não-filosófico. Por isso, o cotidiano não se revela no seu processo de observação, ele na verdade escapa. O cotidiano só existe como um conjunto de práticas banais, não se resume apenas a uma condição inferior do mundo vivido, ele traz em si a possibilidade de repetição, de naturalização, de aplicabilidade das forças de criação, ele é o lugar da realização de uma forma viver. A cotidianidade só existe como momento, como condição da modernidade, como diz Lefebvre (1991, p. 30): “a cotidianidade e a modernidade. Esta é uma auréola daquela e a encobre, ilumina e esconde. São as duas faces do espírito do tempo”.

O cotidiano, no limite da reflexão, revela o que tem de mais próprio, ou naturalizado da atividade criadora, não tem como escapar da reflexão provocativa feita por Lefebvre:

O cotidiano, como conjunto de atividades em aparência modesta, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos (plantas, animais, oriundos da *Physis*, pertencentes à Natureza), não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. Não constituiria ela uma primeira esfera de sentido, um domínio no qual a atividade produtora (criadora) se projeta, precedendo assim criações novas? Esse campo, esse domínio não se resumiria nem a uma determinação da subjetividade dos filósofos, nem a uma representação objetiva (ou “objetal”) de objetos classificados em categorias (roupas, alimentação, mobília etc.). Seria algo mais: não uma queda vertiginosa, nem um boqueio ou obstáculo, mas um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidade, trabalho, diversão – produtos e obras – passividades e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis) (LEFEBVRE, 1991, p. 19-20).

Estes diálogos com Lefebvre provocam a reflexão de que o cotidiano, apesar da repetição, do aprisionamento, do programa e da definição inerentes à sua condição de ação sem reflexão, de exercício prático sem o deslocamento filosófico, contém em si a possibilidade de revelar os desafios, os dramas, os contextos e enredos que alimentam a vida social, neste sentido, o cotidiano, revelaria uma vida cotidiana, uma forma de ser e agir no espectro da realização diária de necessidades e da construção constante de sonhos, desejos,

táticas e estratégias armadas, dentro do limite da velocidade do acontecimento, capazes de subverter as imposições programáticas características da modernidade. A vida cotidiana guarda em si uma potencia transformadora, que está aprisionada na repetição naturalizada, por isso, não é a repetição que importa na análise, mas o que provoca a sua existência.

O que esse movimento entre o cotidiano e o moderno, entre a cotidianidade e a modernidade faz emergir a potencialidade da vida cotidiana, mas ela só aparece como um ato importante para a reflexão quando entendemos o papel central que ela tem para revelar e desvelar os sentidos da sociedade em que vivemos, a vida cotidiana em movimento revela os sentidos da reprodução da vida, em sentido amplo. A sociedade e suas práticas, o urbano e sua condução de urbanidade revelam-se através da observação do comum, do corriqueiro. Toda novidade do mundo encontra-se diluída na ação banal, a repetição automática dos gestos, das formas, dos entendimentos sobre o mundo é o reflexo de um processo anterior que revela o caráter revolucionário do banal. Não é a toa que a compreensão da segunda natureza é tão central na concepção marxista de mundo, ela revela a tendência a naturalização e a banalização das produções humanas como se os novos estágios de desenvolvimento ocultassem o estágio anterior. A natureza, os códigos primitivos, a mais antigo, o atrasado fica subsumido do processo em relação o novo, o rural se torna subsumido no urbano. As normas, os códigos, os avanços do processo civilizador ficam subsumidos no estágio atual do desenvolvimento, criando novos pontos de partida social, novas zonas críticas para reflexão, legando o trabalho antigo, o trabalho morto à condição de novo ponto de partida, de nova condição de natureza, ou seja, as novas banalidades estão naturalizadas no cotidiano, na vida cotidiana.

Na esteira destas reflexões do parágrafo anterior é possível entender que as transformações e grandes revoluções naturalizadas e banalizadas impõe uma dimensão muda da vida, ao mesmo tempo que a vida cotidiana, como elemento positivo revela uma inexorabilidade para tudo e para todos, do outro lado, no possível movimento negativo de sua totalidade, ela revela os interditos.

Por definição, a vida cotidiana é a vida de todos os homens e do homem todo; do homem inteiro, como nos faz pensar Heller. Nem eu, nem você, nem nenhum ser que vive consegue evadir à condição de ser que se realiza através de um cotidiano. A vida cotidiana, campo da possibilidade, acontece como uma inevitabilidade. Todos moramos, todos nos movemos pelo espaço, vestimo-nos, encontramos pessoas, comemos e nos comunicamos, essa trivialidade do ato operacional de viver nos demanda reações biológicas, sociais, psicológicas. A vida cotidiana nos absorve completamente, física e psicologicamente, mas,

essa absorção jamais revela a intensidade e a exclusividade de nossas funções. Essa ação genérica, demandante e não exclusiva é uma das características fundamentais que nos possibilita, quando postas à análise complexa, revelar comportamentos, sentidos, nexos e transcender ao ambiente imediato.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. [...] A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa da vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se em “funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que toda as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade (HELLER, 2008, p. 31).

A vida cotidiana, como realidade imposta a todos os homens e ao homem todo, não se efetiva, não se estrutura, sem que sejam construída sem *espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação*, de acordo com as definições de Agnes Heller (2008). Esses elementos revelam uma espécie de estrutura da vida cotidiana, que é fundamental que sejam entendidos como uma estrutura aberta, ou seja, não se dão como elementos fechados e de condições intransponíveis, eles revelam o sentido posto a partir da reflexão sobre a vida cotidiana. Estes elementos têm que funcionar como um mínimo de mobilidade de realização, podendo-se assim, revelar que a vida em sua dimensão cotidiana reflete um comportamento que é ao mesmo tempo construído pela coletividade (inclusive com imposições programáticas das instituições, do mercado, do consumo, do Estado), mas guarda em si uma possibilidade de inovação, de indeterminação proporcionada pela ação livre dos sujeitos (uma liberdade possível de ser discutida, examinada e contestada, principalmente no contexto da modernidade).

Agnes Heller nos propõe que existe duas condições de ação do sujeito, uma primeira relacionada ao humano genérico e uma segunda que indica o particular-individual. Estas duas denominações servem para revelar duas dimensões inerentes ao mesmo sujeito, o humano genérico é aquele que existe em ato, em construção coletiva, aquele que orienta a sua vida em relação aos princípios e valores da coletividade, ou seja, um sujeito que estabelece as suas relações com o mundo a partir no nós, relegando o eu a um momento posterior. O homem genérico é a base do sujeito social, aquele que se entende e entende o outro a partir da relação dialética estabelecida como pacto social, como projeto coletivo, assim posto, a constrição do

homem genérico é uma excepcionalidade, não compreende um estado constante do homem em si, senão é o resultado de uma homogeneização. É o homem da homogeneização, do pensamento abstrato, das categorias filosóficas. Em oposição, o particular-individual.

A homogeneização em direção ao humano-genérico, a completa suspensão da particular-individual, a transformação em “homem inteiramente”, é algo totalmente excepcional na maioria dos seres humanos. [...] A homogeneização em direção ao homem-genérico só deixa de ser excepcional, um caso singular, naqueles indivíduos cuja paixão dominante se orienta para o humano-genérico e, ademais, quando tem a capacidade de realizar tal paixão (HELLER, 2008, p. 45-46).

Em oposição ao homem-genérico, o individual-particular é o homem da implicação das coisas, é o homem do eu em relação ao meio, o homem da ação individual, particularizada, o homem que tem como impossibilidade escapar do cotidiano, aquele que está inserido no universo do possível em que a impossibilidade põe os limites da sua ação. Para recuperar os termos apresentados por Heller, é importante destacar o individual-particular, através da sua inevitabilidade de ação a partir e para a vida cotidiana:

Na vida cotidiana, a esmagadora maioria da humanidade jamais deixa de ser, ainda que nem sempre na mesma proporção, nem tampouco com a mesma extensão, muda unidade vital de particularidade e genericidade. [...] O fato de que os homens assumem como dados as funções da vida cotidiana e as exercem paralelamente (HELLER, 2008, p. 38).

Os dois extremos da ação do homem não se realizam como ação exclusiva, mas se inter-relacionam, sem que isso marque uma inevitabilidade de ações, ou seja, apesar do homem individual-particular estar preso na cotidianidade e o homem-genérico se realizar em outras esferas de ação, que não as imediatas, estes dois modelos não se tornam consciente ou se enxergam na vida cotidiana, eles na verdade coexistem e se realizam dentro das circunstâncias a que estão vinculados. Além disso, não se pode afirmar que a ação da vida cotidiana só se dê no campo do individual e particular, a vida cotidiana pode e tem, através das práticas sociais, elementos reflexo de uma ação coletiva, de um projeto social, a questão está em que essas noções genéricas, na modernidade, estão vinculados majoritariamente a capturas direcionadas para o código de funcionamento da sociedade do consumo, que tem no interior de suas relações, o desenvolvimento da sociedade urbana.

A vida cotidiana abriga uma possibilidade ampla de escolhas e alternativas, ela está preenchida de possibilidade, ela contém em si uma coparticipação e uma coexistência de

particularidades e generalidades, a vida cotidiana se apresenta como um híbrido construído entre as questões de ordem do indivíduo e da sociedade. Concordamos com Lefebvre (1991), quando ele constata que a vida cotidiana, como expressão de uma forma de ser no tempo e no espaço, marca o sentido universal e assume uma fonte riquíssima de possibilidades.

A vida cotidiana universal da época, segundo a expressão de Hermann Broch, é o inverso da modernidade, é o espírito do tempo. Seus aspectos ou facetas são, a nosso ver, tão importantes quanto o terror atômico e a conquista do espaço (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

A vida cotidiana é, em si, uma complexidade de elementos, ela revela muito mais do que o passo necessário para sobreviver, ela revela os sentidos da sobrevivência, anuncia e pressupõe os sentidos do espaço do consumo e do consumo do espaço. Reflexo do campo de luta presente no espaço de ação, a vida cotidiana se apresenta como caminho criativo, e no limite da sua definição, apresenta-se como lugar de resistência; como zona de materialização das táticas em resposta às estratégias impostas de cima, a vida cotidiana só se enxerga de perto e de dentro, ela não supõe representação, ela é a síntese do vivido que emerge como consequência, como resposta involucrada, e indissociável, no/do percebido e concebido.

É fundamental revelar as dimensões que estruturam a vida cotidiana para melhor enxergar seus processos, suas conduções. Para tanto, vamos ter que aprofundar um pouco na compreensão já apresentada, superficialmente por Agner Heller (2008), e revelar os códigos estruturais da espontaneidade, pragmatismo, economicismo, analogia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação presentes na vida cotidiana.

Seguindo as pistas de momentos da estrutura da vida cotidiana, a espontaneidade é a característica mais dominante. Não há dúvidas quanto a isso, o caráter de banalidade e repetição que representa a dimensão do cotidiano, revela, sem dúvidas, os traços fundamentais da vida cotidiana, mas o programa, o roteiro, o script ensaiado por todos não é escrito como uma determinação, ele contém a universalidade do mundo, a aparente urbanidade e urbanização completa do espaço e da sociedade, o que põe esteios, pontos de apoio, mas não define a ação em si, não compreende os desvios e os descaminhos. Essa dimensão do inusitado só é possível se entendermos a espontaneidade como parte do repertório da vida cotidiana.

É evidente que nem toda atividade cotidiana é espontânea no mesmo nível, assim com tampouco uma mesma atividade apresenta-se como identicamente espontânea em situações diversas, nos diversos estágios de

aprendizado. Mas, em todos os casos, a espontaneidade é a tendência de toda e qualquer forma de atividade cotidiana (HELLER, 2008, p. 47).

A espontaneidade se fixa como uma condição necessária para a realização da vida cotidiana, principalmente quando assumimos uma impossibilidade de reflexão constante sobre todas as ações em todos os momentos da vida cotidiana. Há no ato de viver cotidianamente uma espontaneidade fundamental, um desenraizamento necessário sobre a verdade da vida, quer seja em sua dimensão formal, quer seja em sua dimensão dialética, quanto a isso não há conflitos. Associado a isso, há uma efemeridade no jogo das decisões da vida cotidiana, todo processo de escolha cotidiana é provisório, as motivações que acionam a vida cotidiana não entram no campo da racionalidade profunda, elas refletem posições momentâneas e por isso em constante estágio de mutação.

A espontaneidade como condição da vida cotidiana, como recurso provisórios de responder a estímulos rápidos se potencializa quando pensamos na dimensão pragmática e objetiva da vida cotidiana, como lembra Agnes Heller (2008, p. 48): “o homem atua sobre a base da probabilidade, da possibilidade: entre suas atividades e as consequências delas, existe uma relação objetiva de probabilidade. Jamais é possível, na vida cotidiana, calcular com segurança científica a consequência possível de uma ação”. A ação cotidiana não calcula os riscos, não mede a ação da probabilidade, assim o que está em questão na vida cotidiana é o comportamento padrão, o ponto médio entre os extremos, a ideia de segurança possível²⁵¹. Do outro lado do pragmatismo também é preciso avaliar e saber correr riscos, o julgamento sobre o que é zona de segurança e sobre a validade de correr o risco já associada a uma construção de valores probalísticos, o risco que se corre nunca é um risco individual, fruto de uma decisão particular, mas o risco de fundamental para se lançar à vida, o risco de todos correremos e o assumimos ao acordar e realizar a ação, diária e repetidas vezes.

O calculo involuntário e não milimetricamente elaborado, as bases do sentido do pragmatismo só é possível de acontecer se assumimos que a vida cotidiana ocorre com economicismos, estes ocorrem a medida em que as coisas são postas a prova, mas ocorrem longe da consciência, as dimensões do permitido e do interdito surgem como um juízo de

²⁵¹ “Os conceitos de caso “médio” e segurança “suficiente” apresentam, nesse contexto, a mesma importância. O primeiro indica o fato de que são perfeitamente possíveis casos em que fracassam as considerações probabilísticas. Nesses casos, podemos falar de catástrofes da vida cotidiana. Considerações probabilísticas utilizamos, por exemplo, ao cruzar a rua: jamais calculamos com exatidão nossa velocidade e aquela dos veículos. Até agora nunca fomos parar debaixo de um carro, embora isso possa ocorrer; mas se, antes de atravessarmos, resolvêsemos realizar cálculos cientificamente suficientes, jamais chegaríamos a nos mover” (HELLER, 2008, p. 48).

valor provisório que fundamenta o sentido da ação, que dá a possibilidade de se realizar uma atividade.

Toda a categoria da ação e do pensamento manifesta-se e funciona exclusivamente enquanto é imprescindível para a simples continuação da cotidianidade; normalmente, não se manifesta com profundidade, amplitude ou intensidade especiais, pois isso destruiria a rígida “ordem” da cotidianidade (HELLER, 2008, p. 49).

Sem querer elevar a condição da vida cotidiana para um lugar filosófico em que ela não pertence, porque não precisa pertencer, não por um interdito da filosofia, por mais que haja, a vida cotidiana e o pensamento cotidiano está orientado para a realização das atividades cotidianas, ela não está interessada em questionar ou validar as questões ontológicas ou gnosiológicas, muito menos põe problemas epistemológicos para serem resolvidos ou considerados, por isso, o pensamento e a ação no cotidiano se refere a uma dimensão imediata, que tem como foco central a busca de soluções para a dimensão e a ordem do agora. Por isso, o pensamento cotidiano, sobre a vida cotidiana é um pensamento que opera por comparações, pela busca rápida pelos padrões que autorizam o pensamento a buscar atitudes que sejam consideradas corretas, por aproximação, por comportamento padrão.

O pensamento cotidiano apresenta-se repleto de pensamentos fragmentários, de material cognoscitivo e até de juízos que nada têm a ver com a manipulação das coisas ou com nossas objetivações coisificadas, mas que se referem exclusivamente a nossa orientação social. Na manipulação das coisas e de nossas objetivações coisificadas, a identificação espontânea do “correto” e do “verdadeiro” é a problemática (pelo menos no plano da vida cotidiana, pois aqui não falamos da ciência). Mas essa aproblematicidade termina quando utilizamos o “correto” para avaliar a possibilidade de nos movermos num meio determinado e de movermos esse mesmo meio determinado (HELLER, 2008, p 50).

A definição paramétrica do que se apresenta como verdadeiro ou como correto só tem validade enquanto as definições estabelecidas puderem fazer a vida cotidiana seguir seu curso sem chocar os outras ordens ou definições, quanto menor o atrito causado na execução da vida inserida nos termos da cotidianidade mais precedentes são estabelecidos para a construção de um pacto comum, menos interditos e constrangimentos são estabelecidos. Para acompanhar as definições de Agnes Heller, podemos reafirmar, através da autora, que não há

vida cotidiana sem imitação, os precedentes ajudam a compor o cenário mimético²⁵² ao qual a vida cotidiana está mergulhada.

Os precedentes estabelecidos para definir o que é correto, não necessariamente é verdadeiro, os juízos não verdadeiros podem atingir o estado de corretos quando avaliados e legitimados por uma classe social ou quando representarem os interesses de um grupo específico. A verdade científica e os valores morais e éticos, como princípios filosóficos, pouco têm a ver com as definições estabelecidas na vida cotidiana. É importante notar que, mais do que em qualquer outra esfera da vida, na vida cotidiana a fé e a confiança são categorias que têm importância fundamental, elas têm a capacidade de construir esquemas valorativos e mudar construções consolidadas, de acordo com cada contexto e experiência vivida²⁵³.

A fé, a confiança, a definição sobre o que e como acreditar, a busca pela experiência coletiva da verdade e a validação do que seja verdadeiro e correto através do ato de crer põe relevo nas questões relativas aos precedentes sociais conquistados como fundamento necessário para autorizar a ação e para a definição de juízo de valores, ainda que provisórios, principalmente porque não são postos à prova, apenas utilizados como parâmetros imediatos de definição de verdade e de certeza, eles são factíveis a construção de preconceitos, como ideia pré-concebida, pré-julgada e provisória, os preconceitos são parte integrante das ultrageneralizações realizadas no âmbito da vida cotidiana. É aquilo que Heller chamou de manejo grosseiro do singular²⁵⁴.

O manejo sobre as singularidades, a verificação e o enquadramento dessas singularidades em esquemas já conhecidos são operados, na vida cotidiana, através da busca por unidades já conhecidas, por parâmetros já testados e comprovados, por analogia, a vida cotidiana constrói as suas ultrageneralizações, as ações cotidianas conhecem o fenômeno antes da comprovação de fato, opera por dedução e depois confirma ou refuta o conhecido a priori, se lhe for facultado a possibilidade, não há porque buscar a verdade última das coisas, esse pensamento não é próprio do homem que se realiza através da vida cotidiana, pensar o

²⁵² “Na assimilação do sistema consuetudinário, jamais procedemos meramente “segundo preceitos”, mas imitamos os outros; sem mimese, nem o trabalho nem o intercâmbio seriam possíveis” (HELLER, 2008, p. 55).

²⁵³ “Os homens não podem dominar o todo com um golpe de vista em nenhum aspecto da realidade; por isso, o conhecimento dos contornos básicos da verdade requer confiança (em nosso método científico, na cognoscibilidade da realidade, nos resultados científicos de outras pessoas, etc. Na cotidianidade, o conhecimento se limita ao aspecto relativo da atividade, e, por isso, o “espaço” da confiança e a fé é inteiramente diverso (HELLER, 2008, p. 51-52).

²⁵⁴ “Sempre reagimos a situações singulares, respondemos a estímulos singulares e resolvemos problemas singulares e resolvemos problemas singulares. Para podermos reagir, temos que subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos que resolver o problema” (HELLER, 2008, p. 54).

pensamento, pensar a condição da vida e revelar a essência das coisas é um trabalho filosófico que não está contido, necessariamente na ação e realização da vida cotidiana.

A linguagem e a comunicação apresentam-se como condições fundamentais para viver cotidianamente, não há vida cotidiana sem a troca, muito mais apressurada e pouco refletida, a troca da vida cotidiana se dá como materialidade, mas é entendida como símbolo, como signo de algo que a acompanha, mas não precisa a definir.

O aparecimento de um indivíduo em dado meio “dá o tom” do sujeito em questão, produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo. A pessoa que não produz essa entonação carece de individualidade, ao passo que a pessoa incapaz de percebê-la é insensível a um aspecto importantíssimo das relações humanas (HELLER, 2008, p. 56).

A entonação, pois, fundamenta-se como uma condição essencial para a realização da vida cotidiana, ela funciona como um duplo que media a relação em sociedade, ao mesmo tempo que serve como reflexo do tipo de atividade de pensamento realizada como reflexo do acionamento dos códigos sociais, como serve também de parâmetro para que os outros nos avaliem. O tom, que é muito mais do que a força empregada às pregas vocais, ajuda na construção dos roteiros, das inserções, das permissões e também dos interditos sociais. Ele ajuda a regular a ação ultragenérica da vida cotidiana em movimento.

Seguindo estas pistas postas por Agnes Heller (2008, p. 57), deparamo-nos com a máxima de que: “a vida cotidiana, de todas as esferas da realidade, é aquela que mais se presta à alienação”. Apesar de termos caminhando, nas últimas páginas, por uma via que nos leva a identificação de um perfil de baixíssima verificação científica, com uma forte inclinação para a fé e para a credulidade, construídas a partir de ultrageneralizações incapazes de verificar o sentido último das coisas, apesar da rapidez e da inconsistência do estatuto cotidiano dessa dimensão da vida real, a vida cotidiana jamais pode aparecer como um centro de alienação a priori, o que também não a nega. É preciso entender que a alienação sempre é em relação a algo, neste sentido, ela pode estar presente em qualquer esfera da vida. Entretanto, parece-nos fundamental destacar que a vida cotidiana do mundo moderno indica um caminho de alienação, não pela condição de cotidiana, mas pela dinâmica de funcionamento do sistema capitalista.

O mundo moderno, que é o mundo do cotidiano, só se apresenta através da sua condição de modernidade, que é o outro da cotidianidade, ao entender o movimento da cotidianidade, percebemos que ela foi capturada pelas lógicas de produção do capital que são o germe da possibilidade do mundo moderno acontecer, os movimentos do cotidiano do mundo

exibem, sistematicamente, práticas sociais que refletem uma ordem alienadora, o mundo da mercadora se impõe ao mundo social, rompe-se um estilo, quebra-se os referenciais, a obra humana é substituída pelo produto, o trabalho é esfacelado, cada parte do trabalho segue um padrão industrial, assume um lugar na esteira da fábrica.

As relações de produção, do interior das fábricas, do chão de fábrica, tornam-se relações sociais de produção e a lógica produtiva invade o mundo através do consumo de massa, proporcionado pela indústria de massa. Acentua-se a divisão social do trabalho, amplia-se as classes sociais, as inserções ao mundo se dão através do passaporte da mercadoria, muda-se completamente o sentido da vida cotidiana, muda-se o programa coletivo, o programa coletivo é capturado, não mais a fábrica assume uma racionalidade de produção, mas as cidades, lugar de realização e de encontro dos operários, dos comerciantes, dos usuários, são produzidas à imagem e semelhança do capital industrial. A carta de Atenas, a ação de Le Corbusier, o urbanismo e a arquitetura dos modernistas apresentam um novo jeito de pensar e viver a cidade: zonas de compra, de lazer, de indústria, de serviços: educação, saúde, miudezas. As cidades crescem, impõe um ritmo, um texto e uma narrativa. A realidade não aquece as pressões de todas as ordens: de quantidade, de crescimento, de transformação. A vida cotidiana é capturada: a música de Chico, o texto de Tamaki, o relato de Luiza, a cidade de Calvino. Tudo se transforma, a experiência do homem com o mundo (espaço, lugar, cidade, bairro, casa), o espaço habitado da modernidade só se entende e se enxerga em si mesmo, o velho é abandonado em relação ao novo, a prática social se esvazia para emergir em seu lugar uma cidade abstrata, o mundo real agoniza, mas ainda sobrevive.

As dimensões da vida cotidiana são múltiplas, a cidade e a vida se tornam dimensão caleidoscópica, tudo se transforma tão rápido e tão constantemente que se perde os referenciais, a forma é esvaziada de conteúdo, as funções se transformam. Qual a vida cotidiana possível? Com toda certeza não mais aquela do morar, do existir, do sentir... não se mora mais, habita-se, não como poesia, mas como reprodutibilidade técnica, como adequação a uma necessidade básica, as pessoas, as famílias, principalmente na cidade moderna, não mais vivem a casa como célula de manifestação da vida, ela, a casa, agora é alojamento. Longe do local de trabalho, vendida por m² empilhado em 30 ou 40 andares, na cidade do Recife o mais alto tem 55 pavimentos à beira do rio, não representa mais a conexão do homem com a natureza ou com sua natureza, mas agora a conexão é com a natureza da cidade.

A vida cotidiana é programa, como já anunciamos anteriormente. Não se vive mais em casa, empilham-se as pessoas em uma nova forma de viver, força-se, contraditoriamente uma

vida em proximidade que é negada no roteiro cotidiano. Uma família em 57m² ou em 80m², quanto você pode pagar é o quanto você tem de espaço disponível. A disposição da mobília já vem anunciada no “visite o apartamento decorado”, o lugar do sofá, da mesa. Os móveis são planejados para caber tudo, quem os planeja? Planeja a partir das necessidades de quem? A vida cotidiana supõe um cidadão cotidiano comum, médio, padrão, nem com mais, nem com menos, as arestas não cabem no modelo. O aprisionamento se torna fetiche e se paga caro por isso, Vejamos um anúncio (figura 76 e 77).

SOBRE O IMÓVEL

Clique aqui e conheça o:
AURORA TREND

Localizado na Rua Dois de Julho, no bairro do Santo Amaro, Recife. O Aurora Trend é composto por três torres, um empreendimento perfeito pra você na zona norte, um bairro central com fácil acesso a toda a cidade onde a diversão é garantida, é você cercado por vários mundos. Apartamentos de 57 a 80m², 2 ou 3 quartos, 1 suíte, 1 ou 2 vagas. Área de lazer entregue equipada, como Petplay, piscina adulto com raia, mini campo com arquibancada, salão de jogos, fitness. Um empreendimento com toda a qualidade Moura Dubeux.

APARTAMENTO 73M ² - TERMINAÇÃO 01 E 02	APARTAMENTO 57M ² - TERMINAÇÃO 03 A 08
Lazer <ul style="list-style-type: none"> ▲ Piscina Infantil ▲ Piscina Adulto ▲ Churrasqueira ▲ Salão de Festas ▲ Salão de Jogos ▲ Mini campo / campo ▲ Sauna ▲ Prainha ▲ Deck molhado ▲ Fitness Externo ▲ Solário ▲ Fitness 	Apartamento 57m² - Terminação 03 a 08 <ul style="list-style-type: none"> ▲ Área útil: 57m² ▲ Quartos: 2 ▲ Suíte: 1 ▲ Banheiro: 1 ▲ Garagem: 1 ▲ Sala de Estar ▲ Sala de Jantar ▲ Cozinha ▲ Área de serviço

Figura 76 : Anúncio de venda de apartamentos de classe média da cidade do Recife.

Fonte: <http://www1.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pe/recife-santoamaro-apartamento-2quartos-57m-1vagas-auroratrend-torreb.html?lat=-8.02665&lng=-34.90785>

Figura 77 : Planta baixa dos apartamentos do anuncio feito na figura 77 (57m², 77m² e 80m²).

Fonte: <http://www1.mouradubeux.com.br/md/imoveis/pe/recife-santoamaro-apartamento-2quartos-57m-1vagas-auroratrend-torreb.html?lat=-8.02665&lng=-34.90785>

Ilustrações escolhidas de forma aleatória para representar como o aprisionamento do ato revolucionário de morar e habitar tornou-se negócio, a cidade aparece como negócio, a venda do solo urbano está associada a uma lista de raridades no espaço urbano, criadas ou identificadas, para agregar valor à venda da parcela do solo. Assim se seduz e se informa que a grande empresa imobiliária está pronta para atender a necessidade mais básica de todas. Primeiro se anuncia as condições gerais do empreendimento, como pode ser percebido na figura 77, ou seja, onde está localizado, em qual bairro e em qual zona da cidade, mesmo que muito mais centro que norte, vende-se a possibilidade de disfrutar a possibilidade de morar em uma das zonas mais tradicionais da cidade, depois apresenta sobre quais condições, quais os tamanhos dos apartamentos e qual a faixa e o nível de pessoas que se admite, quais as áreas comuns e depois qual a marca que garante a qualidade de tudo isso, em tese, nenhum recifense pode resistir a morar em um Moura Dubeux:

Localizado na Rua Dois de Julho, no bairro do Santo Amaro, Recife. O Aurora Trend é composto por três torres, um empreendimento perfeito pra você na zona norte, um bairro central com fácil acesso a toda a cidade onde a diversão é garantida, é você cercado por vários mundos. Apartamentos de 57 a 80m², 2 ou 3 quartos, 1 suíte, 1 ou 2 vagas. Área de lazer entregue equipada, como Petplay, piscina adulto com raia, mini campo com arquibancada, salão de jogos, fitness. Um empreendimento com toda a qualidade Moura Dubeux.

Retornamos para aquele ponto perdido em uma nota de rodapé no início da apresentação dessa tese: há claramente um processo de disneyficação da sociedade, neste caso, uma disneyficação da cidade e do ato de morar. Será possível ter cachorro, nadar na piscina, realizar atividades esportivas, recreativas e lúdicas, também é possível cuidar do corpo (dimensão fundamental da sociedade atual).

Em seguida, na figura 77, então, assume-se que toda essa experiência maravilhosa de morar, se divertir e cuidar do corpo num fragmento fechado do espaço pode ser vivido por pessoas de condições sociais diferentes, que terão a experiência de ocupar um fragmento desse espaço de forma diferenciada, o centro da planta é ocupado pelos apartamentos maiores, acesso mais rápido às rotas de fuga, conexão quase privativa aos elevadores, em seguida as laterais, uma lateral para ser ocupada por um família com um pouco menos de renda e uma terceira possibilidade para aqueles que não abrem mão de ter todos os confortos das áreas comuns privativas, mas que conseguem morar com bem menos espaço. Assustadoramente, em todas as possibilidades de tamanho cabem a estrutura de concepção do morar: a mesma quantidade de quartos, de banheiros e de áreas comuns, o que muda é a proporção de espaço

disponível, viver mais ou menos apertado é uma escolha que depende do poder de compra. Apresenta-se uma das formas de controle, de padronização, homogeneização e confinamento da vida cotidiana.

Estamos diante de um dos fenômenos da alienação, que é muito mais abrangente, mas que neste caso aliena a forma de viver, talvez uma das mais graves alienações da contemporaneidade, se olharmos para a história da habitação no Brasil a trajetória da alienação do morar tem um percurso histórico e para as classes mais baixas está associado ao processo de urbanização periférica proposta pela COHAB, ou em escala mundial as conferências da ONU para pensar o habitat. Com pena de eliminar a potencialidade criadora, a vida cotidiana não pode ficar relegada a fragmentos autorizados ou não pelo não-cotidiano. Há um apelo imperioso pela necessidade de garantir condições menos desiguais e menos patronizadas de reprodução da vida, desde os mais ricos até os mais pobres.

Sobre a alienação e cotidiano resgatamos algumas palavras de Lefebvre:

(...)a alienação adquire um sentido profundo. Ela afasta o cotidiano de sua riqueza. Dissimula esse lugar da produção e da criação humilhando-o e recobrindo-o com o falso esplendor das ideologias. Uma alienação específica transforma a pobreza material em pobreza espiritual, impedindo que a riqueza seja libertada das relações constitutivas do trabalho criador conectadas diretamente com a matéria e com a natureza. A alienação social transforma a consciência criadora (incluindo os filhos de criação artística latentes na “realidade”) numa consciência passiva e infeliz (LEFEBVRE, 1991, p. 40-41).

A alienação se configura como o germe da crítica da vida cotidiana, como um processo primeiro de busca por nexos, sentidos e densidades. No ventre da alienação é possível recuperar as diferenciações sociais, as lutas de classe, o sentido dado e a posição ocupada em relação à estrutura social. Os estranhamentos e o mal-estar se desenvolvem com base na constituição de diferenciações de seres humanos, diferenciações não apenas localizadas no somatório dos vencimentos mensais, mas no regime que instaura esses vencimentos, na natureza da venda da força de trabalho, a temporalidade, que contem a periodicidade e o intervalo dos rendimentos. A vida cotidiana dos burgueses, dos assalariados, dos que vendem a força de trabalho material e daqueles que sobrevivem da venda da força de trabalho imaterial não coincide. As inserções no mundo do moderno se dão por chaves diferenciadas, as portas dos lugares da e na cidade não se abrem de forma igual, algumas não se abrem. A vida cotidiana é acionada pelo conjunto referencial daqueles que a vivem como inevitabilidade.

A sociedade do consumo, abreviação da sociedade burocrática de consumo dirigido, é constituída como um processo inevitável, relacionado ao movimento de industrialização e urbanização das sociedades. Neste momento, concordam Lefebvre (1991) e Agnes Heller (2008), a alienação se aprofunda e transforma o horizonte imposto à realização da vida cotidiana. As várias imagens da sociedade, privilegiadamente do urbano, mudam a perspectiva de apropriação e de interação com o espaço de realização da vida, as fronteiras se transformam e os códigos sociais passam por uma revolução. A prática social, cada vez mais convertida em uma prática industrial, encontra a sua dispersão e recuperação em um projeto de sociedade urbana. Institui-se tempo e norma para a organização da vida, o tempo do relógio se agudiza, disciplina e encarcera, o tempo do ócio, como possibilidade de se realizar como o não-cotidiano, como o tempo da pausa, começa a ser negociado com a emergência da obrigatoriedade das férias, o cotidiano alienador e massacrante exige que se negocie formas de financiar o lazer, para dele escapar e a ele retornar.

O mundo observa as profundas transformações ocorridas depois da segunda guerra mundial, a vida cotidiana se transforma em consumo dirigido e direcionado pela necessidade do consumo de massa imposto pelo fordismo, que se reinventa em um toyotismo e na emergência de uma estado de bem-estar social que não se sustenta por muito tempo e faz emergir uma sociedade de acumulação flexível, com fortes tendências ao consumo, mas que vive eminentemente nos espaços urbanos herdados e em construção. Impõe-se o ritmo da mercadoria.

A cidade explodida e implodida transfere sua condição perplexa para a vida cotidiana, que começa a ser vivida e apreendida por fragmentos, única possibilidade de *viver a cidade e sobreviver ao tempo*. A essa definição recorreremos ao pensamento de Lefebvre:

Os fragmentos da vida cotidiana se recortam, se separam em seu próprio “terreno” e se acomodam como as peças de um quebra-cabeça. Cada um deles pressupõe um soma de organizações e de instituições. Cada um deles – o trabalho, a vida privada e a vida familiar, os lazeres – é explorado de maneira racional, incluindo-se aí a novíssima organização (comercial e semiplanificada) dos lazeres (LEFEBVRE, 1991, p. 67).

A vida cotidiana, em seus vários fragmentos e fractais, se apresenta em um duplo movimento, ou uma dupla condição, que caracteriza um lugar social: de um lado aparece como um resíduo que se pode identificar a partir de todas as atividades determinadas e parcelares que se pode abstrair e considerar com base na prática social, e de outro lado, como um produto, como o resultado da produção social. É contraditoriamente o lugar do equilíbrio

e lugar onde se realiza o desequilíbrio (LEFEBVRE, 1991). Nesta cidade caleidoscópica de múltiplas imagens e texturas as imagens se transformam, são feitas e refeitas, mas os olhares permanecem.

A vida cotidiana acontece num lugar e este lugar é um cotidiano compartilhado entre muitas realidades: a do trabalhador, a dos agente econômicos, a dos produtores imobiliários, a da classe média, aos abastados e a uma parcela de indivíduos subalternizados – pobres, mulheres, velhos, etc. Cada um destes e tantos outros vivem o cotidiano da cidade (o lugar) sob suas particularidades, cada um, enquanto grupo e enquanto sujeitos sociais, revelam os seus dramas e os seus conflitos, os constrangimentos e as impossibilidades.

O lugar aparece como condição de realização da vida cotidiana, o que envolve uma articulação espaço-tempo através dos usos do lugar. A relação entre habitante e a cidade através da vida cotidiana se realiza enquanto ação relacionada às possibilidades e aos limites do uso do lugar, num determinado momento histórico (CARLOS, 2001, p. 28).

Inequivocamente os estudos da geografia do envelhecimento têm que considerar essa dimensão de análise, enquanto o estudo da população só garante a apreensão parcial do fenômeno do envelhecimento e da velhice, a descoberta da produção do espaço e a emergência do cotidiano como dimensão de análise conferem à vida cotidiana um destaque importante para entender as inserções deste grupo social no espaço-tempo da cidade, neste caso, da cidade do Recife.

Os códigos da reprodução do espaço e da sociedade impõem dimensões econômicas e políticas muito fortes de um lado, mas de outro lado apresentam as dimensões da necessidade de inexorabilidade de reprodução da vida. A reprodução da vida não pode, sob nenhuma hipótese, ser reduzida à análise das determinações econômicas como se estas fossem superestruturas.

Só se vive a cidade, com todas as dimensões do urbano que ela abarca e materializa, através dos fragmentos da cidade e da vida possível na cidade. A vida possível para a maioria esmagadora das pessoas que habitam as cidade se dá através da sua realização banal, ou seja, através da vida cotidiana. Acompanhemos mais uma reflexão de Carlos:

A construção da cidade, hoje, revela a dupla tendência entre a imposição de um “espaço que se quer moderno”, logo homogêneo e monumental, definido, ou melhor “desenhado” como espaço que abriga construções em altura associadas a uma rede de comunicação densa e rápida e de outro “as condições de possibilidade”, que se referem a realização da vida (que se acham a espreita, de modo contestatório) revelando uma luta intensa em

torno dos modos de apropriação do espaço e do tempo – um processo que ocorre de modo, profundamente, desigual revelando-se em seus fragmentos (CARLOS, 2001, p. 28).

O corpo é a primeira chave de compreensão e de apropriação do espaço, a vida cotidiana é vivida pela apropriação através do corpo, mas o corpo não entendido como peso material e físico, mas como centro de controle dos sentidos e das sensações; entendido como capacidade sensorial responsável por ajudar as pessoas a se conectarem com a cidade e com as questões postas a partir de pela cidade. É o corpo que nos possibilita o acesso ao mundo. O corpo, em análise relacional, aparece como um elemento espacial, ao mesmo tempo que fisicamente separado, o corpo e a corporeidade que ele evoca, acionam os elementos do espaço, possibilitam a conexão do indivíduo com o lugar, da sociedade com o espaço; o corpo é extensão da vontade; é meio para experimentar o mundo. Como tal, o corpo é parte constitutiva e fundamental para a formação da prática sócio-espacial.

A análise da vida cotidiana envolve o uso do espaço, pelo corpo, o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas: as relações de vizinhança o ato de ir as compras, o caminhar, o encontro, os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido em uma prática vivida / reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante – habitante e habitante – lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição de vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites). Trata-se, portanto, de um espaço palpável, real e concreto (CARLOS, 2001, p. 29-30).

É o espaço real e concreto, palpável, mas ao mesmo tempo polimorfo, e polifônico que é preciso capturar. Inegavelmente esse espaço existe como materialidade produzida, ou seja, como determinação social, econômica, política e cultural, mas ele só pode ser capturado, na contemporaneidade, pelo fragmento do seu movimento, sempre considerando a sua condição de totalidade, mas resgatando a dimensão sensível da sua constituição. Esse é o lugar que queremos revelar através dos fragmentos da vida cotidiana dos velhos da cidade do Recife.

A vida cotidiana mais do que um caminho aleatório e banal é considerava a conexão possível com o mundo real e concreto. Ela revela a abertura objetiva e subjetivo da espaço, concentra as imposições materiais da vida na modernidade, ao mesmo tempo que abre a possibilidade de descobrir os resíduos, ou seja, aquilo que escapa às imposições economicistas. A condição da velhice e da vida dos velhos, analisadas a partir da geografia do

envelhecimento precisa ser observadas com base nos mecanismos e estruturas que se revelam como fundamentais para a reprodução da vida na modernidade.

É inegável que toda a construção contemporânea reforça visões buscando reproduzir as imposições etéreas e homogêneas do espaço abstrato, ou seja, aquilo que se constrói como imposição, não como o resultado de práticas sócio-espaciais. A condição contemporânea múltiplos desafios ao acontecer da vida, cada vez mais fragmentado e particularizado. Ao mesmo tempo que a sociedade se amplia e o número de pessoas aumenta em quantidade e demanda mais qualidades relacionais construídas com base em um projeto que evoque as dimensões coletivas, contraditoriamente a vida se encapsula em ordem, ritmo e questionamento privados e privativos. É nessa chave que a vida cotidiana revela a necessidade de se construir relações em conjunto, o espaço da realização da vida só é possível de ser entendido como reunião, como encruzilhada de todas as vidas. Por isso, as questões relacionadas ao envelhecimento humano precisa ser discutidas na esfera coletiva, no espaço público, com a responsabilidade compartilhada.

Capítulo 4 : As representações do urbano – o espaço abstrato impondo limites à compreensão do envelhecimento.

“Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zara definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo.”

Italo Calvino

“Evitem dizer que algumas vezes cidades diferentes sucedem-se no mesmo solo e com o mesmo nome, nascem e morrem sem se conhecer, incomunicáveis entre si. Às vezes, os nomes dos habitantes permanecem iguais, e o sotaque das vozes, e até mesmo os traços dos rostos; mas os deuses que vivem com os nomes e nos solos foram embora sem avisar e em seus lugares acomodaram-se deuses estranhos. É inútil querer saber se estes são melhores do que os antigos, dado que não existe nenhuma relação entre eles, da mesma forma que os velhos cartões-postais não representam a Maurília do passado, mas uma outra cidade que por acaso também se chamava Maurília”

Italo Calvino

As ilusões das representações

Na língua portuguesa a palavra representação²⁵⁵ assume muitos significados, indo desde a dimensão da busca descritiva por algo ou alguma coisa até a definição do estado de algo ou de alguma coisa através de uma imagem psicológica, passando pela definição do poder jurídico de se fazer presente na ausência, ou mesmo o ato de ser outra pessoa ou outra coisa, quer seja no teatro ou na vida social. O que nos parece claro é que em todas as acepções da palavra, em qualquer seja empregado o seu uso substantivo, a ideia de representação aparece como o recurso que substitui o real, que tenta reproduzir as suas construções, suas relações de poder, densidades, intencionalidades, formas e texturas, mas que é o resultado de um processo de elaboração mental sobre o concreto; uma tentativa de tornar o ausente presente, como já comentamos nas linhas anteriores.

²⁵⁵ O dicionário Houaiss da língua portuguesa atribui pelo menos vinte e uma definições para o uso da palavra representação: “1 ato ou efeito de representar(-se); 2 exposição escrita ou oral de motivos, razões, queixas etc. a quem de direito ou a quem possa interessar; 3 aquilo que se representa /4 ideia ou imagem que concebemos do mundo ou de alguma coisa, 4.1 (filosofia) operação pela qual a mente tem presente em si mesma a imagem, a ideia ou o conceito que correspondem a um objeto que se encontra fora da consciência; 5 qualidade necessária, fundamental; 6 posição de expressão social; 7 o total daqueles representantes que geralmente trabalham de maneira conjunta, coordenada; 8 (teatro) encenação ('espetáculo'); 9 (cinema, teatro, televisão) ato de representar papéis em espetáculos teatrais, cinematográficos etc.; atuação; 10 reprodução por meio da escultura, da pintura, da gravura; 11 reclamação ou protesto a uma autoridade; 12 trabalho desempenhado em nome de uma firma, de uma empresa; 13 (jurídico) fato de realizar um ato jurídico em nome e por conta de outrem, em virtude de poder legal ou convencional, e com o efeito de criar para a pessoa representada uma obrigação ou um direito; [...]21 (psicologia) imagem intencionalmente chamada à consciência e mais ou menos completa de um objeto qualquer ou de um acontecimento anteriormente percebido”.

As representações sempre apresentam em si uma dimensão e carga ilusionista, uma vez que tenta convencer que através da imitação da coisa, saberemos a coisa em si. Um dos mestres da representação como ilusão, o artista e cientista holandês Maurits Cornelis Escher²⁵⁶, provoca e instiga a reflexão sobre a concreticidade do mundo, a sua obra provoca pensar sobre os limites e as dimensões esdruxulas do real, através de ilusões de ótica matematicamente calculadas e geometricamente pensadas para transpor os limites do possível-impossível da realidade concreta. Os desafios da representação gráfica tradicional, por exemplo, está em transformar a realidade que é, por convenção, tridimensional em algo que pode ser seu equivalente em uma dimensão bidimensional. Pensando que o espaço contém movimento, vida, transformações, pode-se discutir sobre outras dimensões do espaço, quartas, quintas ou sextas dimensões, o que dificulta ainda mais o exercício de representar com fidelidade as coisas do e no espaço.

Como já comentamos anteriormente, a arte e a ciência são discursos, de múltiplas ordens, que tentam contar, explicar, decodificar e analisar as trajetórias do real, no limite, alguns destes discursos também se tornam intervenção, querendo-se construtor de realidades no lugar do trabalho.

Para ilustrar a forma de representação e ilusão que estão contida na obra de Escher, segue uma sequência de três imagens que representam, em alguma medida, o que estamos tratando (figuras 78, 79 e 80). A realidade sempre em construção no campo da vida efetiva e nas representações consequentes propõem um desafio ao pensamento, o que acontece em realidade é a preparação mental para que o mundo aconteça como tal, ou é uma construção progressiva localizada no âmbito da relação do possível-impossível do mundo real e concreto? Creio que já é-nos claro que a concepção de mundo a que compartilhamos entende o mundo como um conjunto material que inspira a possibilidade de pensar, mas que a materialidade é o ponto de chegada e o ponto de partida do pensamento.

²⁵⁶ Escher é considerado um dos mais geniais artistas holandeses, a sua obra, com um vínculo muito forte com os estudos da forma geométrica e da matemática têm como princípio provocar ao observador um estranhamento e ilusões de ordem visual a partir de posicionamentos de linhas, curvas e ideias de refração, o trabalho, fabuloso, do Escher, é uma das mais, entre tantas, latentes expressões de como a representação do mundo e a construção de referências mentais podem causar uma compreensão pouco real do espaço. Apesar da representação não constituir o retrato fiel do real, ainda nos deixamos enganar pelos traços intencionais construídos como “aprisionamentos” ou pensamento, desvirtuando a leitura do real, de um lado. Do outro lado, porém, percebe-se como a dimensão do pensamento e do abstrato existem como uma possibilidade de formação do real, não tão concreto como as coisas do mundo, mas ajudando a desvendar as interpretações do mundo vivido.

Figura 78 : Still life and Street (1937).

Fonte: <http://www.mcescher.com/gallery/most-popular/>

Figura 79 : Relativity (1957)

Fonte: <http://www.mcescher.com/gallery/most-popular/>

Figura 80 : Print Gallery (1956)

Fonte: <http://www.mcescher.com/gallery/most-popular/>

E o que as representações de Escher têm a ver com as representações do urbano e da velhice? A resposta está nas ilusões, na categoria ilusionista que reside na representação.

Qualquer representação irá representar o esquema da percepção de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos em relação ao mundo real e concreto; sempre será influenciada por elementos subjetivos que expressão uma dupla compreensão da realidade: a libertação da opressão concreta ou o aprisionamento ideológico do e no mundo, mas nunca irá traduzir a verdade completa, até porque a verdade completa não existe, a verdade, assim como o conhecimento, assim como a ação, assim como todos os elementos que têm existência só existem em relação a algo ou alguma coisa; ou seja, sempre responderá e corresponderá a um processo que em si contém as suas determinações, as suas razões. O movimento do pensamento e a busca científica sobre o movimento do mundo tenta, sem sucesso, construir uma imagem da realidade, uma imagem refratária, essa imagem só existe como ilusão.

A ilusão causada por Escher nada mais é do que a materialização de movimentos mentais que possibilitam a distorção, a reconstrução, a visão parcelar ou desnaturalizada, se de um lado ela contribui com um processo de descolonização das interpretações do mundo, ao mesmo tempo ela aprisiona o pensamento nas possibilidades distorcidas e extravagantes, foca nas disjunções que a realidade permite, mas afasta o concreto e põe no lugar a sua representação.

Se assumimos que o mundo é construção social, se o espaço é o reflexo desse mundo produção em sociedade, a compreensão desse mundo só será possível com a redução das ilusões que embaçam a possibilidade de conceber as dimensões concretas do mundo. Primeiro se permite a construção da relação com o objeto real e os limites inexoravelmente vinculados a ele, para depois se agir sobre as representações possíveis, o mundo vivido é o mundo real e concreto, o mundo construído, aberto, vasculhado e usado pela ação do homem, a dimensão das práticas sociais, sócio-espaciais, urbanas. A ação regulada pelas representações conduz a uma representação do mundo e do espaço e a naturalização dos espaços da representação, ou seja, perde-se a dimensão do vivido e atinge-se as dimensões do concebido e do percebido.

Na investigação sobre essas relações que confundem a ordem do real, parece-nos inevitável trazer ao debate as construção das ilusões da transparência e realísticas, apresentadas por Lefebvre (2006) como uma pistas possíveis para ajudar na superação das alienações e das distorções construídas no âmbito do espaço abstrato como tentativa de substituição do espaço concreto e real. A superação as ilusões presentes nas representações montadas como expressão do espaço abstrato ajuda a entender que o espaço social, ou seja, o espaço das relações sociais não consiste em um simples agrupamento de coisas, como se fosse uma estratégia ou uma condição de preenchimento dos vazios. Essa noção generalizada e generalizante é redutora, tende à homogeneidade e a simplificação. Não obstante, é aquela

que ao longo dos anos tem se consolidado como estratégia de reprodução do capital e manutenção do capitalismo e a que maior aderência tem no âmbito do senso comum. O opaco e o transparente se assumem como ilusões espaciais que negam a produção social do espaço, no limite.

A transparência como ilusão se realiza como uma dimensão ingênua que concebe que o espaço como refletor de toda a sua densidade e dimensão, assim, tudo o que for escondido, escuro, e não-translucido é combatido como se fosse o lugar do perigo, da violência, do oculto. A ilusão da transparência do espaço impõe como condição a iluminação de tudo, como se fosse possível aos indivíduos e ao pensamento reconhecer tudo e todos em um lance de olhar; como se a alma fosse dotada de uma capacidade refletiva e que ao nível do espaço só se realizasse como um desígnio, ou seja, como uma condição inevitável e reflexo de um pensamento ordenado e ordenador, negando a prática sócio-espacial e reduzindo a ação ao reflexo do pensamento.

A ilusão da transparência se confunde com aquela de uma inocência do espaço: sem ciladas, nem esconderijos profundos. O dissimulado, o oculto, portanto o perigoso, se opõem à transparência, apreensível por um lance de olhar do espírito que ilumina o que contempla. A compreensão faria passar, sem obstáculos intransponíveis, o que ela percebe, seu objeto, das regiões obscuras às regiões iluminadas; ela deslocaria o objeto, seja atravessando-o com um raio penetrante, seja metamorfoseando-o, com algumas precauções, de sombrio a luminoso (LEFEBVRE, 2006, p. 28)

O espaço assim compreendido seria revelado apenas com a palavra, com a categorização e com a descrição dos seus elementos. Por muito tempo os estudos geográficos entendiam que a reflexão sobre o meio se dava pela descrição completa e extenuante de suas características, somente com as descrições, primeiro da paisagem e depois do espaço, é que o geógrafo seria capaz de entender os contextos e concatenar os sentidos da organização espacial. Uma ilusão que permaneceu vigente nos estudos geográficos por séculos, e ainda hoje resiste como tradição em alguns trabalhos. A descrição através da decodificação dos signos presentes no espaço através da compreensão completa do pensamento fazia com que a representação fosse tomada como a realidade, como se ao descrever algo ou, por exemplo, desenhar em forma de mapas os territórios, fosse o suficiente para garantir a leitura do movimento da realidade. Ilusão das ilusões, redução completa da dinâmica da vida, resiste como tentativa de explicar o mundo, mas só consegue dar conta de uma das suas dimensões, só revela a forma, sem entender o conteúdo, sem revelar as suas funções e estruturas e desconsiderando os processos ao qual todos os elementos estão submetidos. Com os temas de

Lefebvre (2006, p. 28-29), “a ilusão da transparência revela-se uma ilusão transcendental [...]: como um engodo, funcionando por sua própria potência quase mágica, mas remetendo assim e no mesmo movimento a outros engodos, seu álibis, suas máscaras”.

Na outra ponta das ilusões, temos a ilusão da opacidade, ou a ilusão realística. De acordo com Lefebvre essa é a ilusão da ingenuidade dos ingênuos, ou seja, é aquela que revela que o senso comum sempre acha que as coisas têm mais existência que os sujeitos. Essa ilusão, a revelia dos filósofos, tem uma conexão direta com a ilusão dos da transparência, pois a negação dessa ilusão rebota necessariamente a credulidade de que o espaço seja transparente.

A ilusão da substancialidade, da naturalidade, da opacidade espacial, sustenta sua mitologia. O artista do espaço opera numa realidade dura ou espessa diretamente oriunda da Mãe Natureza. Escultor mais que pintor, arquiteto mais que músico ou poeta, ele trabalha sobre a matéria que resiste ou foge. O espaço, se não depende do geômetra, possui as propriedades e qualidades físicas da terra (LEFEBVRE, 2006, p. 29).

Enquanto a ilusão da transparência do espaço remete a uma ilusão filosófica, ou seja, a uma ideia de que apenas o pensamento filosoficamente orientado seria capaz de revelar a essência do espaço, pois, no limite, o espaço seria produzido a “imagem e semelhança” da racionalidade e do pensamento humano, a ilusão da opacidade do espaço seria aquela mais próxima aos materialistas, aquele que guarda nas coisas o sentido máximo. No entanto, as ilusões não se combatem uma a outra, elas se conectam e se relacionam, uma contém a outra²⁵⁷, a natureza como dimensão fundamental e princípio das coisas é completamente preenchida por pensamentos, por retornos a condições anteriores e o próprio pensamento esbarra nas naturalizações construídas como homogeneidades ao longo da história. As ilusões, ambas, negam a prática sócio-espacial.

O que promove as ilusões de Escher e propõe a confecção de novas dimensões de percepção do real ao nível da consciência? É a possibilidade da racionalidade e conhecimento dominar as dimensões do real e com isso poder subverter as dimensões postas como absolutas, ou é simplesmente uma condição de natureza que se impõe sobre novas perspectivas demonstrando as limitações da racionalidade humana e provocando distorções no

²⁵⁷ “Os simbolismos vindos da natureza obscurecem a clareza racional que provém, no Ocidente, de sua história, da dominação conquistada sobre a natureza. A aparente translucidez tomada por obscuras forças históricas e políticas em seu declínio (o Estado, a nacionalidade) reencontra imagens vindas da terra e da natureza, da paternidade, da maternidade. O racional se naturaliza e a natureza se cobre de nostalgias que suplantam a razão (LEFEBVRE, 2006, p. 29).

pensamento e na compreensão de mundo? O que contém o quê? O que determina a construção do real, antecede ao real ou procede dele? Sem querer evadir das respostas às perguntas suscitadas, parece-nos suficiente entender que independe da ilusão posta sobre a concepção do mundo, é fundamental entender que a base pela qual o pensamento é construído é uma base material e concreta, que ela não brota de uma pensamento superior a existência humana; as distorções provocadas pelas representações só são possíveis porque o pensamento não existe como ordem superior, senão como uma construção proporcionado pelo entendimento do mundo real e concreto. Qualquer distorção só existe como uma ferramenta do pensamento delirante, fundamental para as artes, mas que não ajuda para revelar as contradições concretas do mundo. Em outros termos, acreditamos que como vemos o mundo e como o mundo é visto são apenas dimensões da concreticidade do mundo, se abirmos mão da prática sócio-espacial e ficamos apenas com as representações recaímos numa pseudoconcreticidade²⁵⁸, aquela discutida por Karel Kosik.

As representações como pseudoconcretidades, ao passo que revela os sentidos praticados nos grupos sociais, também revela uma visão parcial da realidade, turva e preenchida por muitas dimensões ideologicamente orientadas e que confundem a observação real dos movimentos da vida. Ao mesmo tempo que as representações revelam as ilusões, elas possibilitam a observação. A realidade e as representações da realidade coexistem e relacionam-se, mas é preciso ter cuidado ao naturalizar as visões do mundo sem uma investigação profunda. O que Kosik chamou de pseudoconcreticidade, contém o que, estamos, neste trabalho, chamando de ilusões da representação, pois, elas conduzem a uma visão parcial do mundo produzido (concebido, percebido, vivido) pela sociedade, como totalidade.

As confusões provocadas pelas ilusões da representação contém algumas dimensões de compreensão de mundo que busca respostas em fenômenos externos, que não diferencia o mundo das manipulações, que considera verdade as representações comuns e a ideia de uma precedência do objeto como construções naturais, os tornando elementos naturalizados. Estes pontos foram destacados por Kosik (2011, p. 15):

²⁵⁸ “O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com a sua regularidade, imediatismos e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. [...] O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.

- o mundo dos fenômenos externos, que se desenvolvem à superfície dos processos realmente essenciais;
- o mundo do tráfico e da manipulação, isto é, da práxis fetichizada dos homens (a qual não coincide com a práxis crítica revolucionária da humanidade);
- o mundo das representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da práxis fetichizada, formas ideológicas de seu movimento;
- o mundo dos objetos fixados, que dão a impressão de ser condições naturais e não são imediatamente reconhecíveis como resultados da atividade social dos homens.

As ilusões fruto das representações conduzem a uma limitação da concreticidade ao mesmo tempo que impõe uma agenda coletiva que não coincide com o sentido da prática social. As representações e a prática se misturam na condição atual das relações naturalizadas pelo capital e o seu modo de produção. É sob a égide do tempo e do espaço do capital que Lefebvre (2006) indica uma espécie de embaralhamento de três níveis de compreensão do espaço social: *i*) a reprodução biológica, *ii*) a reprodução da força de trabalho, *iii*) a reprodução das relações sociais de produção. Estes níveis nos põe na ordem da produção e da reprodução do espaço e suas representações²⁵⁹.

O dilema posto é que se a produção do espaço social é uma condição da reprodução da vida e por isso traz consigo as várias representações possíveis e inerentes ao processo de produção, também não pode negar a dimensão da prática, como atividade criadora, sendo um elemento muito importante nessa construção relacional. Frente a essa condição, concordamos, outra vez, com Lefebvre (2006), quando propõe que a triplicidade da atividade produtora do espaço social baseada na prática espacial, nas representações do espaço e nos espaços de representação.

- a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão. Essa coesão implica, no que concerne ao espaço social e à relação de cada membro de determinada sociedade com o seu espaço, ao mesmo tempo uma competência certa e uma performance.
- b) As representações do espaço, ligadas às relações de produção, à “ordem” que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações “frontais”.

²⁵⁹ “As representações das relações de reprodução consistem em símbolos sexuais, do feminino e do masculino, com ou sem os das idades, juventude e velhice. Simbolização que dissimula mas do que mostra, visto que estas relações se dividem em relações frontais, públicas, declaradas e, portanto, codificadas – e relações veladas, clandestinas, reprimidas e definindo desde então transgressões, em particular no que concerne não tanto ao sexo como tal, quanto à fruição sexual, com suas condições e consequências (LEFEBVRE, 2006, p. 31).

c) Os espaços de representação, apresentando (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também à arte, que eventualmente poder-se-ia definir não como código do espaço, mas como código dos espaços de representação. (LEFEBVRE, 2006, p. 31).

Ainda que utilizadas como recursos fundamentais para a compreensão da produção do espaço social, e, conseqüentemente como vínculos necessários para a reprodução da vida em sociedade, faz-se fundamental que as representações sobre a realidade e as realidades construídas como representações sejam entendidas num processo de totalização, um movimento que entenda os sentidos não apenas da reprodução social, mas da reprodução da vida, o que revela as necessidades e os sentidos materiais e abstratos da compreensão do mundo em movimento.

No limite, o mundo como representação é o mundo pensado pelos agentes hegemônicos, pelo Estado, é um mundo visto a partir das relações estabelecidas em uma ordem distantes; o mundo do homem comum, das relações cotidianas é o mundo como prática, como ação, como possibilidade de transformação.

O mundo como se vê, ou seja, o mundo fruto da representação comum é uma ilusão que impede a compreensão completa, que limita a ação e a aprisiona em mera observação, em passividade, em falta de protagonismo social, engessa e impossibilita uma noção clara de si mesmo, do ser em sociedade e do resultado material da produção da sociedade (o espaço, a cidade). Possuir a técnica do controle das imagens, de efetivação das imagens (uma forma de representação) em plano mundial, a possibilidade técnica de tudo filmar, de se observar de cima e do alto não garantem um entendimento do mundo, que só se abre como possibilidade quando é vivido na escala daquilo que é próximo e visto por dentro. A racionalidade pode contemplar o mundo, mas a vida e o movimento não se dão na contemplação.

A representação do mundo cria necessariamente a construção de uma ideologia de representação das coisas e de coisas representadas, o que então abre campo para que a vida seja vivida pelos instrumentos que possibilitam uma mediação segura e fiel à realidade, levando, no limite a abnegação do mundo real e concreto. O mundo das simulações seguras, dos simulacros verossímeis tenta consolidar um projeto de sociedade que se realiza através da técnica. Essa concepção vai na contramão da produção material da cidade; carrega em si uma ideologia alienadora que faz com que as pessoas naturalizem a perda do lugar da ação e da luta.

Os termos da revolução se perdem e a inércia social se naturaliza, gera a imobilidade e, em última análise, a suplantação completa de um projeto coletivo de sociedade,

aprisionando as pessoas, os ações, os pensamentos, a possibilidade de insurgência em objetos técnicos criados para assumir as simulações seguras. Perde-se com isso a dimensão do outro, as características inerentes ao tempo da vida são borradas do horizonte social, há uma pseudocerteza de que a vida pode se perpetuar no virtual, como se o virtual negasse o espacial, ingênuo e ledô engano da sociedade moderna.

Se a sociedade fosse uma sociedade técnica, qual seria o espaço correspondente? Um espaço técnico, fruto de abstrações, um espaço técnico-abstrato? Transparente e resultado de uma linguagem técnica de programação?

O objeto técnico com sua dupla constituição, funcional e estrutural, perfeitamente analisável e “transparente”, não recebe um estatuto determinado. Ele invade a prática social inteira: uma cidade, por exemplo, torna-se objeto técnico; uma caixa de música obtida mediante uma técnica aperfeiçoada fornece um elemento musical. Uma sequência de imagens tecnicamente notáveis (qualidade das fotos, cortes e montagem) torna-se um fragmento de filme. Um automóvel um pouco modificado passa por uma escultura, e três ou quatro pedaços de objetos técnicos passam por um “espaço plástico” (LEFEBVRE, 1991, p. 56-57).

A ação social, sob a inevitabilidade um mundo técnico, um mundo construído como representação dos avanços do conhecimento científico, apenas, seria um mundo da redução da prática social a um protótipo, a um projeto técnico de intervenção dos homens no mundo.

Representação de representações o mundo se tornaria um espetáculo (talvez ele tenha, em parte e para alguns se convertido nesse espetáculo). Seguindo o fluxo do pensamento lefbvriano este mundo como meio técnico só faz sentindo se a sociedade se converte em reunião de tecnocratas, sendo que os tecnocratas só agem por meio de representação de uma institucionalidade, isso não os nega como grupo, mas revela a impossibilidade de mundo ser reduzido a essa perspectiva de análise²⁶⁰.

Apesar da técnica ser refutada como possibilidade de pensar a constituição de uma sociedade, ela é, ao mesmo tempo um elemento inserido do processo de representação e compreensão do mundo, por isso, que ela levou muitos pensadores a refletir sobre ela como uma condição da vida, ela fornece os álibis de uma sociedade baseada em estratégias que

²⁶⁰ “Tal fator só pode se constituir e agir por meio e uma “camada” social que tende a se tornar casta ou classe: os tecnocratas. A denominação se modifica e convém dizer: “sociedade tecnocrática”. Porém os tecnocratas só agem pelo caminho da organização e da instituição. Sua racionalidade tecno-burocrática, o que anula todo o prestígio da definição. Ela não perde apenas a sua nobreza; também manifesta a falsidade. Com efeito, nessa sociedade, que podemos observar cada dia, o que impressiona a análise crítica é a fraqueza da tecnicidade. O primeiro e maior erro da tecnocracia é que ela não existe: não passa de um mito e de uma ideologia” (LEFEBVRE, 1991, p. 58).

possam garantir a buscar internacional sobre o lucro, sobre a ideia do crescimento constante e progressivo. O que, no entanto, aparece é que a sociedade contemporânea não se constrói como um reflexo de uma inevitabilidade técnica, senão que se aproveita apenas das sobras da técnica, de uma pequena porção que é utilizada para construir e garantir a construção de mediações e simulações seguras. Assim posta, as técnicas aparecem como elementos que ajudam na construção dos álibis para a reprodução capitalista das sociedades, que seria o equivalente a pensar em uma produção capitalista do espaço e, por conseguinte, da cidade.

A técnica em si todo a empresa tecnológica e científica apareceriam como uma dimensão das ilusões da representação, da transparência e da opacidade do espaço. Essa ilusão, por exemplo, inebriou o pensamento de Milton Santos (2002) e o fez refletir que na história da relação dos “homens com a natureza” e as posteriores relações “sociedade natureza” e “homem homem” são o resultado de uma inevitabilidade da técnica como a única mediadora das relações sociais, o que percebemos como um equívoco de interpretação e de sentido da produção da sociedade e do espaço.

O meio técnico em Santos é um caminho trilhado, na história da humanidade, que leva a uma sociedade da técnica, da ciência e da informação. A manutenção dessa condição se dá pela construção de uma tecnoesfera em diálogo com uma psicosfera, mas ela reduz a produção da vida a uma dimensão de circulação, discutindo sobre a organização da vida sob uma lógica de fixos e de fluxos.

A geografia dos fluxos depende, assim, da geografia dos fixos. A técnica comparece como um verdadeiro universo de meios no espaço utilizado pelos homens. [...] Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicosfera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar de produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicosfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas (SANTOS, 2002, p. 255-256).

A definição dessa geografia do fixo e dos fluxos retém a vida em parâmetros abstratos, em que parece que a circulação e a produção estão desconectadas do consumo e da difusão (distribuição), apresenta a construção do mundo pelo homem como uma prótese, não como obra, achata a construção em apenas um momento possível, sendo prótese, perde o sentido de

reprodução da vida, ou limita a vida a uma condição estrutural e teleológica, diminuindo a potencialidade da interpretação da dinâmica sócio-espacial. Não obstante, não se chega a importante desses elementos tecnocrático para entender os vários momentos da produção espacial. Trazendo essa discussão para as representações sobre o espaço é possível entender os processos de obsolescência como uma marcação técnica da produção do espaço.

O mundo como se vê: as representações do urbano através da técnica.

A técnica é definida como a capacidade de fazer e transformar as coisas do mundo; é aquilo que torna a vida humana uma criação, uma obra dele próprio. Nesta direção, a técnica não reflete algo burocrático e reflexo de um processo ideológico ou ideologizado, ela é a possibilidade de que a *physis* seja transformada pelos homens que se elevam da condição de natureza e transformam a si mesmo e o mundo que os cerca, essa possibilidade de fazer o novo é o que entendemos como *poièsis*, ou seja, é a condição de transformar o mundo através do trabalho, em sentido amplo, em sua dimensão libertadora e não alienante. O homem só habita o mundo como *poièsis* e essa condição dá uma sentido completamente revolucionário, se pensarmos para além das determinações da técnica e da produção dos objetos técnicos no tempo e no espaço do capital contemporâneo.

(...)a partir d[a ideia do] “fabricar” material, [surge] o conceito de criação (*poièsis*) ao qual [...] Aristóteles ligará a *technè* [...] Platão é quem primeiro dará a plena determinação da *poièsis*: “causa que, qualquer que seja a coisa considerada, faz passá-la do não-ser ao ser” de tal modo que “os trabalhos que dependem de uma *technè*, qualquer que seja, são *poièsis* e seus produtores são todos poetas (criadores) (CASTORIADIS, 1997, p. 296).

A vida e o trabalho se realizam como poesia, os homens só habitam como poetas, ou assim o deveria ser. Como já reincidente discutimos, o mundo moderno, que é o mundo do capital, nega a possibilidade do homem agir como um poeta. É na esteira dessa condição que o sentido da *technè*, que nada mais é do que a técnica em seu sentido original, é completamente captura. A técnica como poesia impõe ao homem poeta a possibilidade de construir e abrir caminho, o que vamos identificar como a capacidade de produzir o mundo em que vive se produzindo ao mesmo tempo, em outras palavras, a produção do mundo mediada pela técnica, condição fundamental para a realização de um trabalho, dá ao homem a

capacidade de transformar algo bruto em uma obra/produto melhor elaborado e com uma finalidade objetiva.

(...)como diz Aristóteles a respeito da *technè*, a única revelação de que pode ser questão é a revelação do produtor enquanto origem do ser e do advir. É mais ou menos o que Marx dirá vinte e três séculos mais tarde. [...] A ideia de criação, *poièsis* e *technè*, permanece ambígua e enigmática; a *technè* (...) arremata (*èpitèlei*) o que a natureza não tem condições de elaborar até o fim (*apergazesthai*). Em todo caso, o fazer criador fundamenta-se em dois pressupostos: há o possível [...] e há o logos *alèthès*. Esses dois pressupostos estão longe de não serem relacionados: é evidentemente o logos *alèthès* que percebe que uma coisa poderia ser ou não ser, advir ou não, e num outro nível, que conhece não só o o-quê mas o por-quê, permite que o agir que esclarece coloque na relação apropriada os antecedentes e os consequentes, cujo modelo, ao mesmo tempo geral e específico da produção, encontra-se na *physis*. Mas, se a *technè* efetua o que a natureza está na impossibilidade de realizar, portanto, está é uma atualização não natural do possível, que não pode, jamais, não ser natural, por intermédio de um agente particular, o homem, cuja *physis* própria contém precisamente a virtualidade de atualizar o virtual da *physis* em geral. (CASTORIADIS, 1997, p. 298-299).

O que está posto por Castoriadis é que é condição da natureza da espécie humana transformar o mundo em que vive, criando com isso novas condições de natureza. A gênese do pensamento dialético e materialista antecede o pensamento de Marx em alguns séculos, mas obviamente que o mundo evoluiu em um concepção idealista das relações e essa base comum foi desvirtuada ao longo do tempo (hipótese). Até aqui tudo transcorre bem, o problema se dá quando a técnica, ao longo do tempo, é apropriada de forma diferencial pela lógica do modo de produção capitalista da sociedade. A compreensão de Castoriadis apresenta como definição de técnica é completamente diferente daquela apresentada por Milton Santos, se não observarmos as diferenças na compreensão dos sentidos, acabamos tomando como igual coisas completamente diferentes.

Quando Milton Santos (2002, p. 171) escreve que “as características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas”, ele não está, obviamente, se referindo a uma atividade criadora, transformador da essência do mundo, ele se refere a uma quadro momentâneo da evolução do conhecimento científico, o que ele chamará, na sua obra sobre a natureza do espaço, de momento técnico-científico-informacional da produção do espaço. A técnica é entendida como um meio material que possibilita as transformações dos padrões tecnológicos, como tal, mais do que uma potencialidade criadora, a técnica se torna uma representação concreta do mundo, que revela as suas dimensões mais superficiais. O quanto de engenharia

está dissolvida em um território produtivo, o quanto de capital está aplicado na construção das formas urbanas, etc.

A técnica é entendida como objeto técnico, como tal ela só funciona se conectada a uma rede que dá sentido aos objetos produzidos e que marca uma história técnica e tecnológica do mundo. Um dos principais exercícios possíveis de ser realizados através da compreensão dos sistemas técnicos é entender o funcionamento e a articulação de todos esses sistemas técnicos com o território ao longo do tempo, podendo revelar a sucessão dos eventos²⁶¹.

Como um sistema de representação da organização do mundo, junto a Santos (2012) foi possível construir um quadro (10) sintético e simplificado que ajuda a pensar os termos das transformações das relações dos humanos com as suas possibilidades de intervenção e de projeção de projetos de sociedade. Ao observar o quadro, mesmo eles coincidindo em uma perspectiva triádica de classificação dos períodos técnicos, os conteúdos e as divisões são diferentes em si, o que nos conduz a refletir que o processo de construção das relações dos humanos com o meio (espaço) que vivem não se dar de forma linear e por isso não se apresenta como uma inevitabilidade.

Quadro 10 - Evolução dos períodos técnicos ao longo da evolução da sociedade (simplificado).

Autores	J. Attali (1982); J. Rose (1974)	Ortega y Gasset (1939)	L. Mumford (1934)
Períodos técnicos	Técnica do corpo – revolução neolítica	Técnica do acaso – não há método (técnica dos antigos (Heidegger) – não ciência).	Técnicas intuitivas – utilizam “água e vento” até 1750.
	Técnica das máquinas – revolução industrial	Técnica do artesão – pouca coisa consciente; destreza e não ciência.	Técnicas empíricas – utilizam “ferro e carvão” até 1900.
	Técnica dos signos – revolução cibernética	Técnica do técnico ou do engenheiro – tecnologia; estudo consciente; técnica dos mais modernos – nascimento do método analítico moderno.	Técnicas científicas – eletricidade e ligas metálicas até hoje

Fonte: Adaptado de Santos (2002, p. 172).

²⁶¹ “(...)cada período é portador de um sentido, partilhado pelo espaço e pela sociedade, representativo da forma como a história realiza as promessas da técnica” (SANTOS, 2002, p. 171).

Ao mesmo tempo que a técnica se desenvolveu e ajudou a construir as relações com o mundo construído, emergia junto as sociedades e as cidades alinhadas ao modo de produção, o que na fase industrial revela uma concentração muito significativa das ações de produção social e do espaço para parâmetros mais urbanizados, o vai nos apontar, com o apoio do pensamento lefebvriano, a emergência dos germes de uma sociedade urbana. Ao passo que mundo estava entrando em um movimento de complexificação dos esquemas e processo produtivos, implicando transformações profundas na sociedade, as transformações técnicas podem ser entendidas em um movimento em uma tríade baseada na relação ferramenta-máquina-autômato.

A maioria dos pensadores modernos enxerga à evolução da sociedade e das técnicas apresentadas em três níveis bem claros e que tomam como ponto de partida a revolução industrial, assim a tecnologia é, inicialmente, marcada pelo advento da máquina a vapor, o que causou uma reforma em todos os processos de relação dos humanos com os sistemas naturais, em seguida apresenta-se o estágio da eletricidade e mais recentemente a automação.

Como uma estratégia de existência ou até mesmo como condição do meio ao qual a técnica é desenvolvida, é necessário que elas sejam encadeadas num sistema que funciona de maneira integrada, o que revela a solidariedade dos sistemas e essa solidariedade exibe uma ordem sistêmica de organização das ações que revela traços de um tecido cultural e cronológico. Conjuntos de técnica aparecem em um dado momento, mantêm-se como hegemônicos durante certo período, constituindo a base material da vida da sociedade, até que outro sistema de técnicas tome o lugar. É essa a lógica de sua existência e de sua evolução (SANTOS, 2002).

A característica marcante do sistema técnico atual, de acordo com Harvey (2000), é que ela transforma os objetos técnicos rígidos em objetos técnicos e tecnológicos mais flexíveis e de uso flexibilizados, acompanhando o sistema flexível de acumulação, que abre espaço para um novo momento do modo de produção capitalista da sociedade.

O mundo moderno é marcado por uma celeridade no processo de transformação na produção, a absorção do produtos e os esquemas de difusão e realização do produto através do consumo são acelerados, o que põe um ritmo diferenciado na dinâmica da sociedade de consumo, é importante perceber que esses esquemas de produção alterados pelos objetos e inovações técnicas e tecnológicas catalisam as lógicas de produção, mas não introduzem ao universo urbano as técnicas em si, como podemos perceber no quadro 11.

Quadro 11 – Velocidade de difusão dos objetos técnicos .

Implantação da inovação tecnológica	Aceitação pública (inovação – difusão)
Início do século XX	37 anos em média
Entre as duas grandes guerras	24 anos em média
Depois da segunda guerra	14 anos em média

Fonte: (SANTOS, 2002, p. 178).

A velocidade da difusão dos objetos técnicos criam uma imagem, um esquema de representação do mundo, que cada vez mais é um mundo urbanizado, o urbano se enxerga através da história das técnicas e dos objetos técnicos, em uma perspectiva de homogeneização. Através da imposição da história das técnicas se perde a dimensão humana, o sentido social da produção do espaço e do urbano.

Cria-se um parâmetro de verdade construída através da objetificação das técnicas, simula-se que o urbano seja o reflexo dos avanços técnicos e tecnológicos incorporados ao território. O processo de leitura e representação do espaço através das técnicas reforça a dimensão do espetáculo social. Estes parâmetros postos pelos sistemas técnicos impõem uma racionalidade de que o mundo e a sociedade apresentam-se como algo extremamente grandioso e que há uma inevitabilidade positiva da sua constituição. Fundamenta-se uma imagem alienada do espaço e repete-se as máximas de que o progresso técnico leva a uma sociedade em que o que aparece é bom e o que é bom aparece (DEBORD, 1991).

O espaço abstrato se impõe, o urbano é capturado como espaço da racionalidade, do crescimento e do desenvolvimento. Cria-se uma imagem de que estes espaços carregam em si a inteligência do mundo, hoje já se fala em smartcities como a expressão mais atual da construção de um espaço abstrato e homogêneo que tenta eliminar a diversidade da vida social em nome das ditas inevitabilidades técnicas, estas inevitabilidades que são compartilhadas em forma de fragmentos com a sociedade em geral. Afinal de contas para o espetáculo ser montado ele precisa de bases sólidas e os instrumentos têm que obedecer às reivindicações mais urgentes do imaginário social de tecnologia e avanço técnico.

Ainda que a lógica das técnicas tentem imprimir um mundo abstrato onde as diferenciações sociais, a pobreza, a miséria e as desigualdades sejam postas para debaixo das representações, o desenvolvimento e a velocidade de transformação da base tecnológica impõe, em algum momento, uma condição de obsolescência dos materiais, o que revela uma

dimensão do envelhecimento. Estes elementos indicam uma transformação na representação das coisas, reproduzindo por extensão um valor atribuído à idade e à vida útil dos objetos²⁶².

A denúncia que se faz é que a condição do sistema técnico atual é portadora de uma fetichização do novo em detrimento ao velho, ainda que o velho tenha a capacidade plena de exercer a função para qual foi designado. Assim, o quadro de alienação é configurado, porque as coisas não são mais utilizadas com base no seu valor de uso, senão que se monta um quadro referencia que estabelece para as coisas e até para as pessoas, o valor de troca como símbolo principal das relações com o espaço abstrato.

Os objetos preexistentes vêm-se envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superior. Desde modo, cria-se uma tensão nos objetos do conjunto, paralela à tensão que se levanta, dentro da sociedade, entre ações hegemônicas e ações não-hegemônicas. A situação é diferente daquela do passado, onde as ações de um nível inferior não eram obrigatoriamente hegemônicas. Agora há uma clara hierarquia daquelas ações que se instalam em objetos igualmente hierarquizados. Mas esse processo não é técnico, ele é histórico (SANTOS, 2002, p. 222).

A questão do envelhecimento dos objetos está indiscutivelmente relacionada à dimensão do valor social atribuído aos objetos técnicos, ao envelhecimento das estruturas e das formas existentes e a superação de padrões tecnológicos.

O que conduz o envelhecimento rápido do patrimônio técnico que nos cerca é a doutrina e a prática da competitividade. Esta induz a um uso acelerado, e rapidamente substituído de novos “novos-novos” objetos, de novas “novas-novas” formas de organização. Esse resultado imperativo da competitividade faz com que equipamentos e lugares se tornem rapidamente envelhecidos e sejam declarados incapazes ou insuficientes para tornar novos esforços úteis (SANTOS, 2002, p. 222).

Essa concepção do mundo, do espaço urbano e da produção material da cidade ter períodos, datas, quase que leva a definição de um prazo de validade para o mobiliário urbano. As coisas do e no espaço são datadas, e como as datas correspondem a períodos de desenvolvimento técnico e tecnológico, cria-se, no âmbito do espaço abstrato maquiado de concreticidade, a necessidade do novo. Sob estas coordenadas, o processo de envelhecimento

²⁶² Uma outra história, menos preocupada com a velocidade e com a rapidez das mudanças, permitiria que a vida útil – do ponto de vista econômico e social – dos objetos fosse maior. Não é a técnica em si que leva ao envelhecimento rápido das situações, mas a política. Desse modo, podemos conceber como velhos, objetos recentes e que instalamos recentemente (SANTOS, 2002, p. 222).

do espaço urbano nada mais é do que a presença material de um tempo técnico, forçadamente chamado de tempo social, anterior ao atual.

Essas dinâmicas, vetorizadas pelas ações da inovação, elaboram um mundo sistêmico em que a vida se estabelece com prazos de validade; em que a técnica marca a idade dos objetos e do mundo construído, e os humanos, em consonância com as diretrizes elaboradas e impostas por esse sistema, elaboram estruturas mentais de valor, hierarquia e desenvolvimento que são abastecidas pelo ideário do progresso ilimitado mediado pela força de inclusão concatenada pelo poder do capital e pelos processos metabolizados a partir dessa lógica, o que cria forte tensão social (NÓBREGA, 2010, p. 132).

Essa lógica criada e que desvincula a questão central da produção naturaliza os espaços da exclusão como se fossem uma inevitabilidade imposta pela materialização particular e desigual dos sistemas técnicos, transfere-se para uma exterioridade as relações que são produzidas como núcleo central dos processos de alienação e de obliteração da capacidade criadora e revolucionária da ação social.

O resultado desse processo de imposição de uma lógica dos objetos e sistemas técnicos é a normalização de estruturas fragmentadas, do ponto de vista do espaço concreto, que obedecem aos sistemas de divisão do trabalho e da divisão das classes sociais (extensão da divisão social do trabalho).

O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação — uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente o lugar e produz-se o estranhamento do lugar através da perda das referências (CARLOS, 2007b, p. 36).

Esse movimento de estranhamento causado pela perda de referências indicados por Carlos, é o resultado de uma produção do espaço que não é construída respeitando os signos da humanidade, senão que obedece ao tempo e ao espaço do capital contemporâneo, uma das hipóteses que se aprofundam é que essa desconstrução das identidades desencambadas através da perda progressiva dos referências é impulsionada pela necessidade de adequar os espaços a melhor formatação possível a fim de garantir a manutenção da cidade como negócio.

A cidade como negócio se vende como área produtiva, vende-se como território do fetiche e fetichizado, por isso, um dos projetos inerentes a essa lógica de cidade negócio é a

eliminação das barreiras e dos entraves à circulação e ao consumo criadas pela existência de sistemas técnicos obsoletos na estrutura da cidade. Está em curso uma política de eliminação das obsolescências. O problema é que as obsolescências se confundem com o velho, o velho acaba se tornando o alvo daquilo que precisa ser eliminado, ou renovado, a cidade assim perde os seus referências, criando uma imagem de velhice dos espaços associadas a não funcionalidade.

O urbano, no limite, reflete necessidade de inovações e mudanças, o que acarreta na eliminação das formas do passado. O espaço urbano vai sendo construído com a tendência de eliminar as coexistências entre o que aparece como símbolo do progresso e aquilo que revela representações do passado.

A cidade do Recife, como toda cidade de porte metropolitano, exhibe em seu tecido urbano evidências destes conflitos constantes entre o velho e o novo.

O espaço como vê: A cidade do Recife

Ao acionar o tempo histórico que anima a trajetória que confere urbanidade ao Recife e a preenche de conteúdo, percebemos claramente que as representações acompanham o desejo e o imaginário humano por trocar o real por sua representação. Pensar a cidade, quase sempre, esteve associado a construir imagens sobre aquilo que se vê. O pensamento humano e a noção de controle e gestão está fortemente relacionada com a tentativa de um olhar panóptico sobre o mundo; uma tentativa frustrada de captura a totalidade. Sob este aspecto a técnica, na concepção de Santos (2012), tornou-se uma grande aliada desta busca por lançar um olhar generalizador, levando a uma captura da paisagem como se espaço fosse.

Ao longo dos séculos, desde o processo de colonização (porque estamos pensando na cidade do Recife) até o tempo presente as técnicas que possibilitavam essas visões gerais foram sendo radicalmente transformadas.

Em um primeiro momento estas técnicas recuperavam o sentido poético de criação, pois, através da pintura e do desenho, tentavam capturar a essência dos lugares com a mediação da percepção do artista que controlava os traços, os contornos, a iluminação, o risco, a força e densidade daquilo que iria compor o quadro paisagístico retratado, como podemos observar nas figuras 81 e 82 que seguem:

Figura 81 : Ilha de Santo Antônio, em primeiro plano e bairro do Recife, ao fundo.
Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco.htm>

Figura 82 : Vista do porto, (bairro do Recife) em primeiro plano e Ilha de Santo Antonio, ao fundo.
Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco.htm>

Ambas as imagens são atribuídas ao pintor holandês, Frans Post, que acompanhou a equipe da companhia das índias ocidentais comandadas por Maurício de Nassau e que levaram a ocupação da capitania de Pernambuco, tirando-a do controle da coroa portuguesa e que provocou transformações profundas na concepção de cidade e gerou um desenvolvimento muito forte para o Recife, elevando-o a condição de cidade. O trabalho de Frans Post, junto

com Albert Eckhout, era de registrar as mais diversas paisagens do novo mundo, principalmente o modo de vida e as peculiaridades no nordeste brasileiro, o que acarretou um fabuloso acervo sobre a capitania de Pernambuco e as cidades de Recife e Olinda no século XVII.

Estes trabalhos de representação tinham um forte viés artísticos, e, talvez, por isso, é possível identificar elementos que não são típicos da região tropical, mas que aparecem como elementos representados, por exemplo, as cores e a iluminação do céu, aqui muito mais claro e luminosos do que os representados, que pareciam mais cópias de um possível céu holandês.

Mesmo como arte, o que se vê, se vê influenciado por um conjunto de determinações ou mesmo limitações do conhecimento, da técnica ou do sentido que sempre produzem algum tipo de interpretação sobre o mundo, nunca a sua reprodução exata. Como nesta gravura elaborada para o livro de Barlaeus com base em telas elaboradas por Frans Post, com a finalidade de retratar a vista para a cidade Maurícia (nome dado à cidade do Recife sob a regência de Maurício de Nassau, durante o período de ocupação holandesa). Nesta gravura, apresentada na figura 83, a cidade quase não se vê, ela é apenas uma mancha ao fundo, o que aparece em primeiro relevo são as embarcações, as águas e a ponte que conecta duas unidades territoriais. Com base nessa representação, a cidade do Recife poderia ser reduzida a estes elementos.

Figura 83 : Vista da cidade Maurícia, elaborada para o livro de Barleaus.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco.htm>

Os séculos XVI, XVII e XVIII configuraram-se como o tempo de formação no núcleo urbano do Recife, a lingueta de terra que formava um istmo entre Olinda o que viria a ser o porto e o bairro do Recife foi densamente ocupada, as pessoas foram se concentrando entre os largos, as ruas tortuosas e estreitas. Ainda que com baixa racionalidade técnica, em alguns pontos, o Recife conviveu e convive com sua condição de cidade anfíbia em que as terras eram o resultado de um encontro nada casual dos sedimentos do mar e do rio formando uma planície repleta de áreas de mangues e alagados.

A sítio ao qual a cidade do Recife se desenvolveu, antes de chamar a atenção por seus contornos urbanísticos semelhantes a certos lugares na Europa, gerou grande estranhamento aos portugueses que aqui se instalaram, como relata Gomes (2007):

Os ventos alísios, soprando em direção à costa ou com ligeiros desvios, reforçam as vagas marinhas com seu transporte de areia na plataforma continental, em direção às praias do Recife, a partir do que, novamente os ventos depositavam a areia em direção ao continente. Esse conjunto de fenômenos atuando ciclopicamente culminaram por trabalhar com enchimentos a baía e a enseada, que ganhou a denominação de Baía Entulhada. Esses fatores o sítio urbano primitivo do Recife, preterido inicialmente pelos portugueses que, por razões de segurança, instalaram-se na vizinha colina de Olinda (GOMES, 2007, p. 62).

A baía entulhada a que Gomes faz menção é apresentada por Josué de Castro em sua tese sobre os fatores de localização da cidade do Recife, e essa condição natural, que podemos observar na figura 84, parece, metaforicamente, anunciar a trajetória de crescimento da cidade que nos durante dos séculos XVII, XVIII e XIX tem o seu território completamente modificado pelos sucessivos aterros que transfiguraram os contornos físico-naturais da cidade e que consequentemente alterou os contornos urbanos e os agrupamentos populacionais.

Figura 84 : Baía entulhada do Recife, por J. C. Branner.

Fonte: Gomes (2007, p. 63)

A imagem da baía entulhada do Recife, muito mais que uma ilustração que revela a condição de natureza e as características do sítio onde a cidade foi construída, conta-nos muito sobre o processo de ocupação e as necessidades de transformar o ambiente natural e um território habitável para a população que já não cabia mais no estreito bairro do Recife, conhecido, naquela época, como arrabalde dos navios e que hoje é a porção mais antiga da cidade. O processo de construção da cidade vai sendo elaborado com consonância com os signos do progresso, aplicando ao território da cidade as condições técnicas mais desenvolvidas para a época²⁶³.

²⁶³ “são iniciados os sobrados na Cidade Maurícia, acenando para expansões futuras. [...] pontes, canais e construções de sobrados em meio às obras de engenharia hidráulica, legados da dominação holandesa, viriam a inspirar comparações nos séculos seguintes com a Europa. [...] No século XIX, muitos viajantes expuseram suas observações sobre a cidade do Recife. Na maioria de seus relatos, ocorria o exercício de comparação do Recife com Amsterdã. [...] As referências comparativas com Veneza foram as que mais inspiraram os poetas. [...] Os núcleos de povoamento “Arrecife dos Navios” e “Ilha de Antônio Vaz”, consolidados como bairros em expansão na direção Boa Vista, no século XIX, expressavam combinações do legado holandês, nas obras de engenharia, e guardavam testemunhos portugueses, principalmente na arquitetura” (GOMES, 2007, p. 79-95).

Técnica, arte e cultura configuravam a cidade do Recife como uma novidade, as adequações que vão sendo construídas na cidade a colocam em dias com os ares de modernidade, principalmente no início do século XIX, a imagem 85 é bem significativa dessas transformações.

Figura 85 : Vista do bairro do Recife a partir do balcão do teatro de Santa Isabel.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco.htm>

Ao mesmo tempo que os signos do novo eram impressos na cidade, as marcas dos séculos foram sentidas, as técnicas e a tecnologia já havia sofrido grandes transformações, a cidade já crescia para além do bairro central do Recife e dos bairros de Santo Antônio, São José e Boa Vista. A modernidade precisava ser garantida e a cidade sofre intervenções urbanísticas de grande porte. É a partir do final do século XIX e nos primeiros anos do século XX que todos os avanços conquistados até o terceiro quartel do século XIX começam a encontrar condições de obsolescência. Daí temos o início da construção dos conflitos dialéticos entre o novo e o velho.

Alguns símbolos da cidade vão ser perdidos, e uma segunda perspectiva técnica se apresenta. Ao mesmo tempo que as representações sobre os espaços vão registradas através de técnicas mais desenvolvidas, como a fotografia, os espaços de representação também vão seguir os signos do progresso. Percebe-se muito claramente que a construção do ideário de desenvolvimento está fortemente relacionado com a ideia de novo. Guardada as devidas

proporções, instalam-se no Recife verdadeiras operações urbanas para dotar os territórios de condições técnicas suficientes para garantir a circulação dos produtos agrários produzidos (notadamente a circulação do açúcar, principal produto da economia local, e, a abertura de caminhos para os produtos, uma vez que o declínio da sociedade do açúcar já era latente) e a conexão de Recife com as principais rotas de circulação de mercadorias.

A cidade que cresceu originalmente em um duplo vetor econômico, o primeiro aquele do centro e da centralidade do porto (leste-oeste), e o segundo, através dos engenhos de açúcar e toda a organização do nordeste açucareiro que teve no Recife a sua maior expressão (oeste-leste).

Sobre o processo de crescimento do núcleo central da cidade, o bairro portuário que recebe o mesmo nome da cidade, o bairro do Recife, o crescimento se deu necessariamente através dos vários aterros sucessivos, num movimento de ocupação realizado em todos os sentidos, primeiro no sentido sul-norte, mas com uma forte concentração leste-oeste. Como podemos observar na coleção de oito imagens (figuras 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92 e 93) que mostram o processo de uso e ocupação do espaço do bairro do Recife entre 1631 até 1906, atravessando quatro séculos de história.

O início do século XX irá compreender uma transformação completa no traçado dos arruamentos e nos edifícios do bairro. Compreendendo o momento de implosão-explosão da cidade e a constituição de uma cidade com um perfil fragmentado.

Figura 86 : Bairro do Recife em 1631, organizado por José Luiz da Mota Menezes.
Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Figura 87 : Bairro do Recife em 1637, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Em seis anos, no intervalo entre 1631 – 1637, é possível perceber as primeiras ações de aterramento na ponta sul do Istmo que conecta Recife a Olinda, a ponta sul, no ano de 1631 se destaca a presença da igreja de Santelmo, uma capela que vai acompanhar as transformações no bairro ao longo de 4 séculos, mas que não irá resistir às transformações urbanas implementadas no começo do século XX. Destaca-se essa capela pela centralidade religiosa que ela exercia, tanto para os marinheiros que atracavam no porto da Cidade, quanto para a população do Recife. A mística entorno dessa capela tem origem com a própria concepção do porto, uma vem que Santelmo é o santo protetor dos navegantes e os ajuda, segundo a mitologia religiosa, a atracar em lugares seguros, identificando os portos naturais com a aparição hierofânica de uma luz azulada que indica, como um farol, onde é o lugar correto e seguro para que as embarcações se fixem.

Figura 88 : Bairro do Recife em 1648, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Figura 89 : Bairro do Recife em 1733, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Entre 1648 e 1733 as características urbanas são bastante parecidas, é possível perceber uma resistência à ocupação da porção mais ao norte do Istmo, sendo realizados uma porção de aterros, o que faz com que a Igreja de Santelmo, agora já Igreja do Corpo Santo (figura 95), em vez de ocupar a margem do Istmo se encontra quase no centro da porção sul. Além disso, os arrumamentos já são muito mais densos e aparecem lugares importantes para a história da cidade, como por exemplo, o largo do pelourinho.

Figura 90 : Bairro do Recife em 1766, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Figura 91 : Bairro do Recife em 1808, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

O processo de crescimento iniciado em 1733 se consolida e o bairro se desconcentra em relação à porção sul e vai se expandindo em relação ao norte, ocupando as porções centrais do Istmo, o que vai ocasionando os processos de aterramento também ao norte do bairro do Recife, eliminando arroios, zonas de mangue e regiões que naturalmente correspondia aos alagados, característicos do condição natural original da cidade. Notadamente em 1808 o porto e as estruturas portuárias já aparecem de forma mais transformadora da paisagem do bairro do Recife.

Figura 92 : Bairro do Recife em 1854, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Figura 93 : Bairro do Recife em 1906, organizado por José Luiz da Mota Menezes.

Fonte: <http://www.longoalcance.com.br/brecife/mapas.htm>

Os aterramentos seguem junto com o crescimento do bairro e o aumento da importância do porto para a cidade e para o bairro, o que se nota particularmente nos anos e 1854 e 1906.

Antes da virada para o século XX algumas obras importantes são realizadas no âmbito da cidade, e, o Recife passa por transformações, principalmente em sua zona central, como destacaremos um pouco mais pra frente deste capítulo com a organização das reformas e intervenções urbanas em quatro tempos diferentes, mas também nas zonas norte, oeste e sudoeste. Entretanto, em trabalho realizado sobre o Recife, Alves (2009) apresenta um mapa

síntese que nos ajuda a localizar as transformações realizadas até o fim do século XIX, que apresentamos na figura 94.

Figura 94 : Algumas obras ocorridas no final do século XIX.

Fonte: Alves (2009, p. 52).

As pontes Princesa Isabel e Buarque de Macedo, no centro, e as pontes da Madalena e da Capungam na zona oeste, figuram, sem dúvidas, entre as mais importantes obras realizadas no final do século XIX, fundamental não apenas para a circulação imediata, mas para dar à cidade condições de crescimento e contiguidade, fundamentais para a ampliação do tecido urbano. Os arruamentos que conectam o centro com a zona oeste (rua formosa, rua da boa vista, avenida conde da boa vista) e introduzem mais ao interior da zona oeste com a estrada da Caxangá, além da estrada dos remédios, na porção mais sudoeste da cidade.

Em 1906, a cidade apresenta os contornos territoriais (físico) que guarda até hoje. O que será radicalmente modificado nos anos vindouros é a caracterização urbanística, os arruamentos e os edifícios serão modificados para tornar as atividades comerciais e de circulação mais facilitada, o espaço será revestido de uma racionalidade abstrata, eliminando

a dimensão do crescimento espontâneo, tornando-se reflexo de uma lógica capitalista de produção.

Figura 95 : Igreja do Corpo Santo, demolida na reforma urbana no início do século XX.

Fonte: [http:// www.longoalcance.com.br/ brecife/ banco.htm](http://www.longoalcance.com.br/brecife/banco.htm)

Além da Igreja do Corpo Santo todo o arrumamento do bairro do Recife foi ampliado ou modificado para atender a uma racionalidade de circulação, o mesmo tinha sido feito em Paris com pelas obras do Barão de Haussman e no Rio de Janeiro, coordenadas pelo prefeito Pereira Passos, que aqui foi seguida de perto com o projeto desenvolvido pelo engenheiro Saturnino de Brito.

Estas reformas e transformações, em nome da modernidade, marcam significativamente o imaginário do recifense, tornando clara a luta pela renovação, destruindo, demolindo e apagando da geografia da cidade os vestígios iniciais de sua produção.

Um traçado urbano, merecedor de elogios por um lado, tornou-se deveras condenável, por outro. Decretada a destruição das magníficas, históricas e artísticas construções, como a Igreja do Corpo Santo, e os Arcos, para só citar as principais – que inteligentemente poderiam ser preservadas, com desvios e outras soluções arquitetônicas – encheu de negras manchas as brancas plantas organizadas para tão louváveis transformações. Entre os prédios demolidos se destacam o Arco da Conceição, construído em 1740 e demolido em 1913, situado na cabeceira da antiga ponte Maurício de Nassau, ou seja, nas cercanias da atual ponte que substituiu a antiga (GOMES, 2007, p. 111).

Apesar das transformações do começo do século XX estarem localizadas na zona central da cidade, a cidade do Recife já era muito maior que o bairro do Recife, ou mesmo os

bairros de São José, Santo Antônio e Boa Vista, a cidade já estava se desenvolvendo nos seus limites mais a oeste, norte e sul. Obviamente, as áreas mais afastadas do centro guardavam uma condição de áreas periféricas com grandes espaços sem uso, principalmente as regiões de morro ou com zonas de terras com extensão quase rural, que coincidiam com antigos engenhos e casas de grandes proprietários de terra, como as da zona oeste e de uma porção da zona norte.

É possível ter uma ideia da mancha urbana da cidade ao observar a planta dos anos de 1906 e 1907, que está representada na figura 96.

Figura 96 : Planta da cidade do Recife 1906 / 1907, elaborada por Douglas Fox
Fonte: Menezes (1988, p. 45).

Coincidindo e dialogando com o posto por Gomes no trecho citado anteriormente, o arquiteto José Luiz da Mota Menezes (1988), conta que a produção do espaço recifense, além de ter encapado um conflito entre o novo e o velho, constitui-se também a partir de uma

tessitura dialética entre secos e molhados. Há nitidamente dois momentos na construção da cidade.

O crescimento urbano do Recife se dá em dois grandes momentos. O primeiro, envolvendo os quatro primeiros séculos, se efetiva através de conquistas lentas de terras secas, aproveitando os assoreamentos e ampliando o arruamento primitivo com novas ruas. O segundo vem se concretizar depois de 1907, quando Douglas Fox conclui o grande mapeamento da cidade e imprime em Londres um mapa litografado, colorido, do Recife. Neste segundo momento, abrem-se grandes avenidas e se mutila o Recife, rompendo o equilíbrio antes existente. A primeira mutilação se dá após as obras do Porto e como decorrência, a abertura, depois da destruição do Recife mais antigo, o núcleo original desde a Igreja do Corpo Santo, das atuais avenidas Rio Branco e Marquês de Olinda. Depois é a vez da Avenida Guararapes, no Bairro de Santo Antônio, e finalmente a Avenida Dantas Barreto, no São José. O mapa de Douglas Fox marca no Recife a consolidação das quadras do trecho antes de Fora Portas, além de outras obras no trecho antigo (MENEZES, 1988, p. 45).

É inegável que o processo de transformação da cidade do Recife quanto encontrou os sentidos e as velocidades do processo de produção capitalista em sua vertente industrial rompeu com a possibilidade de entender a cidade através de um estilo ou como uma obra da ação humana. Mesmo a cidade do Recife tendo a sua origem como um lugar de trocas, de trocas das mercadorias vindas além-mar e dos encontros realizados pelo comércio e pela constituição de um poder político, que se mostrou construtor de um projeto coletivo com ênfase no período de ocupação neerlandesa.

Em quatro séculos a produção rural foi observada de perto por uma cidade com forte caráter político que em seguida e ao mesmo tempo foi transformada em uma cidade mercantil, estas relações construíram ocupações diferenciadas, a cidade cresceu entre sobrados e mocambos (figuras 97 e 98), mas dentro de sua contradição, encontrava-se uma espécie de identidade, de marca própria. A Veneza brasileira, como alguns reportavam. Com a entrada no século XX toda essa história foi desconstruída em nome de uma representação do espaço que se concebia como irremediavelmente estéril, homogêneo, espaço de circulação, que tinha como princípio eliminar as barreiras e os entraves.

Enquanto os sobrados abrigavam a elite pernambucana, a classe média da época, os mocambos eram a proto-versão dos barracos das favelas contemporâneas. Ainda que a diferença entre pobres e ricos fosse muito grande, é inegável que a retirada dos mocambos, a negação do homem-caranguejo²⁶⁴, tipo de homem desenvolvido apenas no Recife e definido por Josué de Castro, foi um processo de eliminação da reprodução da vida como espontaneidade, foi eliminação radical de uma prática social de resistência e sobrevivência.

Figura 97 : Sobrado típico do Recife anterior às reformas urbanas do século XX (velho sobrado na rua do apolo.

Fonte: Sales (2014, p. 97).

²⁶⁴ “A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois, a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos. Só muito depois é que vim a conhecer a outra sociedade dos homens – a grande sociedade. E devo dizer com toda a franqueza que, de tudo o que eu vi e aprendi na vida, observando estes vários tipos de sociedade, fui levado a reservar, até hoje, a maior parcela de minha ternura para a sociedade dos mangues – a sociedade dos caranguejos e a dos homens, seus irmãos de leite, ambos filho da lama. [...] Sociedade que, economicamente, também é anfíbia, pois que vegeta nas margens ou bordas de duas estruturas econômicas que a História até hoje não costurou num mesmo tecido: a estrutura agrária feudal e a estrutura capitalista. Estruturas que persistem no Nordeste do Brasil, lado a lado, sem se fundirem, sem se integrarem até hoje num mesmo tipo de civilização (CASTRO, 2007, p. 13-14).

Este velho sobrado marca uma época muito particular da cidade do Recife, obviamente esse que está representado na figura 97 não é o típico representante de todo o luxo possível na época, mas, ele marca um estilo, uma forma de construção, por isso o escolhemos como um dos prédios que reproduz um pouco a dinâmica da cidade à época.

Figura 98 : Mocambos típicos da cidade do Recife até o começo do século XX
Fonte: Sales (2014, p. 89).

A contradição entre os sobrados e mocambos, entre os secos e os molhados, entre uma elite ascendente e uma pobreza concentrada e generalizada na paisagem da zona central da cidade levou a uma necessidade de repensar os sentidos do planejamento da cidade, a planta de 1918 (figura 99) elaborada pela secretaria de urbanização da cidade foi o ponto de partida para se realizar toda a transformação urbana que estava em vias de se materializar.

O conjunto de transformações para a cidade do Recife começa a ser construída no segundo quartel do século vinte, mas é na década de trinta que toma a maior proporção, tendo como base as etapas anteriores do movimento reformista. Podemos identificar quatro momentos distintos dos processos históricos de reformas urbanas.

O primeiro se dá em meados do século XIX, ainda, muito tímido, mas fundamental para justificar os processos de transformação. Nesta primeira ocasião, o Conde da Boa Vista é considerado o articulador de transformações no que se constituiu como uma das principais avenidas da zona centra da cidade (Avenida Conde da Boa Vista), realizando umas das etapas

dos aterros da cidade e rasgando uma avenida que dava a possibilidade conexão da zona central com a zona oeste da cidade.

A segunda intervenção urbana é aquela que já mencionamos anteriormente e tem como articulador o engenheiro Saturnino de Brito, essa vai se realizar no começo do século XX e tem a ver com a modernização da zona portuária, a demolição de muitos edifícios e equipamentos históricos da cidade, tem também uma finalidade higienista, retirando da área portuária uma parcela considerável de pessoas de baixo poder aquisitivo.

A terceira intervenção é realizada pelo governo de Sergio Loreto que tem como símbolos a urbanização da região da campina do Derby, hoje considerada uma região que limita o centro expandido da cidade, além de ter feito obras de urbanização em praças e espaços públicos e a construção da Avenida Boa Viagem. Aqui a cidade já implodida e explodida se reorganiza em sua nova periferia e constitui novas centralidades.

A quarta reforma urbana se dá no âmbito do estado novo e tem como principal objetivo a eliminação dos mocambos, ampliando as ideias de higienização, o que vai gerar a expulsão da população pobre das áreas próximas ao centro e os levará para os terrenos de baixo valor, localizados na região dos morros da cidade, que estão inseridos na zona norte.

É inegável que o processo de transformação na cidade, traz consigo uma alteração significativa na forma como a cidade é vivida, se as alterações caminham para uma construção que ajuda a diminuir as contradições e as desigualdades, a realização da vida caminha para formas solidárias, em que as pessoas conseguem entender o seu lugar no interior os contextos sociais, consegue se realizar de forma menos competitiva, pois entende que há uma possibilidade de sobrevivência sem que a todo momento tivessem que provar algo, ou ir além das suas condições humanas para superar os desafios. Enquanto que a produção de contextos mais instáveis, o estímulo por um ambiente de competição e a ampliação das misérias, coloca as pessoas sempre em estado de alerta, o outro sempre será um concorrente, um perigo em potencial. Esse é o ponto em que me parece que as definições contemporâneas do modo de produção colocam os indivíduos, todos carregam em si potencialidades de vitimar o outro. Talvez, por isso, o envelhecimento e a velhice assustem tanto e sejam constantemente negados, pois as pessoas transferem para as relações sociais as relações de produção. A ideia do que é improdutivo não serve acompanha as definições históricas de que a velhice é a etapa mais improdutiva da vida do homem (como já discutimos na parte I deste trabalho).

Essa é a representação que aprisiona, tanto espaços como pessoas, por isso, o tempo todo se busca a revitalização, renovação, reestruturação, requalificação e todas essas possibilidades de trazer o novo, de novo.

Figura 99 : Planta da cidade do Recife de 1918, base para os processos de reforma urbana do século XX

Fonte: Menezes (1988, p. 113).

As reformas urbanísticas e todas as modificações feitas na cidade foram construídas na esteira da lógica da circulação, dando ao Recife uma malha viária radial-concêntrica, com a zona de concentração no bairro de São José, de forma específica, mas tendo o nódulo central no centro expandido da cidade. Essa concentração da malha viária indica os caminhos para onde os investimentos urbanos estavam sendo canalizados. Ainda sob essa perspectiva, a zona sul da cidade, tornou-se uma segunda centralidade da cidade, evidenciando a construção de uma metrópole periférica binucleada.

Sobre as transformações na cidade, resgatamos algumas observações feitas por Gomes (2007):

As intervenções foram implementadas, definindo a estrutura espacial e o sistema viário configuradores do padrão rádio-concêntrico atual da cidade do Recife. Tendo no bairro [de Santo Antônio] o seu espaço nodal da malha viária. As radiais e perimetrais previstas na década de 30, configuram os principais corredores da cidade do Recife, articulando-a intra e interespacialmente aos demais espaços urbanos metropolitanos. Assim, situam-se a Avenida Norte, articulando o centro à zona norte da cidade, a I Perimetral, Avenida Agamenon Magalhães, representando o eixo de ligação norte-sul metropolitano, e a Perimetral II que adentra aproveitando velhos corredores, com ampliações, para articular espaços noroeste e sudoeste da cidade. Com a abertura da Avenida Guararapes irradia-se, através da Avenida Conde da Boa Vista a ligação oeste-centro. Cruzando esta Avenida, foi aberta a Avenida Dantas Barreto, fazendo a ligação centro-sul. Concebida inicialmente como via diametral, a BR-101, compõe mais um eixo viário da estrutura urbana metropolitana do Recife (GOMES, 2007, p. 114).

Figura 100 : Planta da cidade do Recife de 1951
Fonte: Gomes (2007, p. 119).

Através da descrição detalhada de Gomes sobre o resultados dos diversos planos urbanísticos, a imagem da cidade que se constrói é uma cidade pra ser usada e acessada através do carro, a dimensão humana vai sendo projeto atrás de projeto relegada a áreas

periféricas da cidades. Monta-se a cidade como uma grande estrutura que fundamental a circulação dos negócios e a reprodução dos negócios.

A cidade do Recife se expande e se torna uma metrópole em processo de metropolização por todas as zonas de expansão possíveis, o que consolida a mancha urbana, como demonstrado na planta da cidade de 1951, como é possível observar na figura 100, acima apresentada.

O resultado da construção do planejamento urbano baseado numa ideia de circulação de automóveis coloca ao Recife uma dupla condição, problemática, ressalto. Primeiro que a substituição do pensamento da cidade como uma totalidade por uma cidade pensada para o carro tem implicações sociais de múltiplas ordens, segundo que leva a uma condição de imobilidade nos dias atuais, que nunca teve precedentes, fazendo com que a cidade seja considerada como uma das mais congestionadas no país²⁶⁵.

Atualmente a malha de transporte público da cidade, quando analisa com base na densidade de linhas de ônibus apresenta uma densidade bastante elevada na região central e uma baixa densidade na periferia da cidade, como pode ser percebido com a ajuda da figura 101.

Uma das questões que está na ordem do dia sobre o transporte público da cidade do Recife é discutir qual o motivo da malha ferroviária representar uma parcela tão pequena do transporte público e massivo da cidade. A configuração do transporte na modalidade ônibus contribui negativamente com o trânsito, principalmente por causa das vias estreitas e a necessidade de uma demanda tão grande. Outra questão que se coloca é a falta de uso da rede dos canais fluviais como uma possibilidade de transporte e de rotas alternativas às vias já tão congestionadas. Projetos são sucessivamente apresentados, mas a questão da melhoria da qualidade do transporte público segue todavia em debate e não se resolve. Obviamente, a opção pelo transporte rodoviário passa por questões que indicam um pensamento construído e cristalizado sobre a cidade e sua mobilidade.

²⁶⁵ Com base em nota veiculada pelo jornal Diário de Pernambuco em 01 / abril de 2015, o Recife é a capital mais lenta do Brasil em relação ao tempo no trânsito no horário de rush do fim da jornada laboral. “Em um ano, o motorista chega a gastar 94 horas a mais do que deveria atrás do volante, na volta para casa após o trabalho”. Cf. http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/04/01/interna_vidaurbana,569176/recife-e-a-mais-lenta-do-brasil-na-volta-para-casa.shtml

Figura 101 : Densidade de linhas de ônibus nas principais vias da cidade do Recife

Fonte: Recife (2008).

Em outra figura 102, a Prefeitura do Recife, através do plano de mobilidade, apresenta, de forma espacializada, as zonas centrais da cidade, mostrando uma hierarquização urbana que transcende a polarização zona central e zona sul. Estas centralidades, de uma forma geral, já estão postas desde as décadas de 70 e 80 do século passado, ou seja, têm pelo menos 40 anos de consolidação.

De acordo com Alves (2009, p. 74), podemos dividir as centralidades da cidade do Recife em pelo menos 3 níveis diferentes: O primeiro nível revela a antiga e constante polarização entre o centro e a zona sul. Em primeira dimensão, a região central, ou o antigo centro, é caracterizado como uma zona de negócios e tem total autonomia em relação às demais áreas da cidade, apresentando uma diversidade de serviços e comércios de especializados. A zona sul como centralidade compreende o bairro de Boa Viagem e mais recentemente o bairro do Pina, em função da implementação do Shopping RioMar e o complexo de edifícios empresariais vinculados ao shopping, além das atividades de gastronomia e escritórios de serviço. A centralidade formada entre Boa Viagem e Pina

assumem um perfil de autonomia em relação ao centro de negócios e com atividades de consumo voltados para os estratos de renda mais elevada.

Figura 102 : Centralidades da cidade do Recife.

Fonte: Recife (2008).

O segundo nível é compartilhado entre os bairros de Casa Amarela, Encruzilhada e Afogados. O bairro de Casa Amarela apresenta uma grande diversidade de produtos, entretanto, esse bairro é tradicionalmente um bairro popular e a diversidade de produtos estão relacionada ao nível do atendimento, não se configurando como uma área independente da área central, por exemplo. O mesmo ocorre com o bairro da Encruzilhada, que por uma proximidade maior com outros bairros de condição de renda elevada apresenta um nível maior de especialização. Enquanto que Afogados tem um perfil notadamente popular, com uma grande diversidade de produtos, principalmente do gênero alimentício.

Classificados como um terceiro nível de centralidade, que podem ser divididos em dois outros níveis, encontram-se, notadamente, os bairros de Engenho do Meio, Ibura, Imbiribeira, Mustardinha, Tejipió, Várzea, etc. Estes bairros são absolutamente dependentes

do centro de negócios, apresentam uma reduzida autonomia funcional e baixa complementariedade entre si.

Atualmente as intervenções em curso na cidade continuam reproduzindo uma imagem de que a cidade tem que ser pensada como um negócio e que a promoção das condições econômicas possibilitam uma melhoria da qualidade e da condição de vida das pessoas, o que é entendido como uma falácia urbana, já tradicional no discurso político, que em geral está associada aos interesses econômicos.

Com base na tese de doutoramento de Serafim (2012), a cidade do Recife apresenta quatro eixos de intervenções ativas: O porto digital, o sistema viário da cidade, os projetos de intervenções culturais – programa monumenta, o plano recife novo centro, o viva o centro e o viva o recife antigo –, e o projeto do porto novo. E cinco projetos não ativos, ou aqueles que foram planejados e ainda não executado, ou aqueles que ainda estão em fase de construção: O projeto turístico-cultural-Recife-Olinda, o projeto de navegabilidade dos rios Capibaribe e Beberibe, o projeto Capibaribe melhor e o projeto novo Recife.

No eixo das intervenções ativas na atualidade vamos descrever um pouco as principais ações e os principais programas:

O porto digital é uma empresa resultado de uma parceria público-privada a partir do governo do Estado de Pernambuco. De acordo com Serafim (2012), com a privatização da Companhia de Energia Elétrica de Pernambuco (CELPE) o Estado realizou os primeiros investimentos no projeto, além dos valores iniciais, foram investidos, através de empréstimo realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), R\$ 10 milhões que foram somados aos investimentos da ordem de R\$ 11 milhões realizados por empresas privadas. Do total investido, R\$ 1 milhão foi investido em infraestruturas. A primeira e principal empresa a compor o projeto do Porto Digital do Recife foi o C.E.S.A.R (Centro de Estudos Avançados), que foi criado como uma empresa júnior do Centro de Informática da Universidade Federal de Pernambuco.

Para a realização das atividades do Porto Digital foram realizadas obras de reestruturação dos prédios destinados para a sua realização. Como a ideia do projeto era resgatar uma tradição do Recife como cidade de trocas, no estágio atual da modernidade, essa vocação seria resgatada com um porto digital, por isso a região escolhida para o funcionamento da empresa coincidia com as antigas estruturas urbanas construídas para o porto original da cidade, que ao longo dos anos entrou em um processo acelerado de obsolescência.

No início do projeto, a demanda era por pequenos espaços transformados em escritórios

e salas ou pequenas unidades, com o passar o tempo o projeto se desenvolveu bastante e junto com a ampliação das relações comerciais e de serviço, o bairro do Recife (o bairro desenvolvido tradicionalmente pela atividade portuária clássica) foi sendo requalificado, além do uso relacionados às empresas, a empresa Porto Digital é mantenedora de projetos sociais e projeções de estímulo e melhoria da educação pública, organizando, por exemplo, a escola do Porto Digital, que é considerada uma das escolas modelo e de excelência na cidade. Tudo funcionando no bairro do Recife.

As atividades do Porto Digital estão diretamente relacionadas com propostas de intervenção urbana na cidade-, utilizando o bairro do Recife como zona piloto para a implementação de projetos de amplo aspecto, como o projeto das bicicletas de aluguel, em 2012/ 2013 e os projetos do aluguel de pequenos veículos elétricos para a locomoção na zona central da cidade (em processo de implantação).

Além da transformação causada pelas ações da empresa, o Porto Digital se converteu em um centro de atração para outras empresas complementares, causando uma dinamização no mercado imobiliário local e a consolidação do bairro do Recife como uma zona de serviços: cultura, lazer, tecnologia, alimentação.

Serafim (2009) reforça que , para auxiliar na atração das atividades para a zona, são oferecidos incentivos fiscais de ordem municipal, estadual e nacional, como a isenção de impostos, por tempo pré-estabelecido, sobre a transmissão de bens imóveis, as taxas de licenciamento, predial urbano, a redução do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços, ou aquelas isenções derivadas da lei de informática.

O sistema viário da cidade, como em toda a história do urbanismo do Recife, está passando por transformações. Entretanto, as atividades realizadas ao longo dos séculos não conseguiram resolver o problema da mobilidade e da circulação na cidade, o que vem a cada ano só aumentando a imobilidade e a impossibilidade de manter um modelo de cidade baseada em transporte individual, com uma baixíssima qualidade do transporte público, o que revela um projeto de sociedade baseada no automóvel, o que leva, inevitavelmente a uma impossibilidade de realização da vida.

Na atualidade dois projetos viários estão em desenvolvimento na cidade, vale ressaltar que com as obras atrasadas e com indicativos de que ainda demorarão muito tempo para serem realizadas: A via mangue, uma via expressa que tenta solucionar o problema do congestionamento da cidade no eixo centro-zona sul (as duas zonas de maior centralidade da cidade e que por isso têm um grande problema de circulação e mobilidade) voltada para veículos de particulares. E o corredor de transportes do BRT (projeto que deveria ter sido

entregue nos anos de 2013 e 2014 com a finalidade de possibilitar o transporte dos passageiros para a cidade da Copa do Mundo de futebol da FIFA e que legaria aos cidadãos da região metropolitana melhores condições de mobilidade, com um transporte público de qualidade e com faixas de rolagem exclusivas, o que iria possibilitar um trânsito contínuo, possibilitando uma conexão mais eficiente tanto no sentido norte-sul da região metropolitana, quando na extensão leste-oeste.

Os terminais do BRT, já passada a copa do mundo, não foram totalmente entregues, alguns ramais de conexão não foram realizados completamente, algumas obras foram interrompidas sem ser concluídas e o trânsito misto em muitos trechos da estrutura proposta descaracterizam o projeto do BRT em Recife e coloca a população em grande de perplexidade.

A via mangue, apesar de entregue no limite o prazo indicado pelo início das obras, apenas terminou um sentido de acesso (centro-sul), mas as pistas de retorno (sul-centro) ainda estão em obras e com revisões constantes de prazo de entrega.

Além dessas duas obras principais a cidade tem um sistema de trens urbanos que serve apenas para uma parcela da população, pois, o seu traçado não contempla nenhum bairro da zona norte da cidade, apresenta duas estações, apenas, no centro expandido da cidade, sendo que uma destas é localizada na zona central da cidade e a outra na borda extrema do centro expandido, já na região de contato com a zona sul da Cidade. Originalmente o traçado do MetroRec, como é chamado o consórcio da cidade, conectava a cidade com o terminal rodoviário de passageiros, uma vez que o terminal, inaugurado em meados da década de 1980, está localizado no extremo Oeste da cidade, o que provocou uma conexão do metrô com os bairros periféricos. É notada uma ineficiência e insuficiência do sistema.

Ainda no eixo dos projetos em atividade, Serafim (2012, p. 154) que essas atividades estão em sua maioria associadas a resgatar uma cultura do espaço urbano, principalmente associada “a revitalização de áreas históricas [como] estratégia de desenvolvimento local. As áreas decadentes vão ser apropriadas pelos público e privado. [Tornando] a cultura em um captador de investimento, tornando-a mercadoria”.

Nesta lógica de projetos que trabalham com a dimensão da Cultura concordamos com Serafim que os principais são: O programa Monumenta e o Plano Recife Nosso Centro e Recife Viva o Centro/ Viva o Recife Antigo.

O programa Monumenta, que é desenvolvido em escala nacional com o apoio do BID, da UNESCO através das ações organizadas pelo Ministério da Cultura. O objetivo principal desse programa é financiar projetos de conservação, preservação e restauração do patrimônio

material de áreas urbanas, ajudando na manutenção da memória através de ações arquitetônicas e urbanísticas. O primeiro projeto realizado neste âmbito, na cidade do Recife, foi a requalificação do polo Alfândega/Madre de Deus iniciado no ano de 2000. Estes trabalhos de requalificação dotam essa pequena região, localizada no bairro do Recife, de novas estruturas adaptadas para o projeto de transformação cultural da centro antigo da cidade, requalificando ruas, monumentos históricos, praças e pontes localizadas na área. Durante os anos, alguns projetos, por dificuldades de execução, tiveram as suas ações atrasadas, como a restauração das fachadas e a requalificação do edifício Chanteclair, localizado na esquina da Rua Marquês de Olinda. Obra ainda em execução e parcialmente finalizada. Outra grande obra no cais da Alfândega foi a requalificação do prédio Paço Alfândega, transformando-se em uma espécie de Shopping Center de alto padrão, a essa área foi incorporado um prédio moderno que serve de abrigo para a Livraria Cultura e para um estacionamento vertical, o que indica uma tentativa de transformar essa zona da cidade em um polo de cultura. Essa tendência revela uma das possíveis ocupações que serão dadas ao prédio do Chanteclair depois de inaugurado, uma vez que teria condições de funcionar como uma galeria de arte, com teatro e cinema e espaço para convenções.

Em uma proposta mais ampla, o plano “Recife Nosso Centro” e o projeto Recife Viva o Centro / Viva o Recife Antigo, têm como base a promoção da requalificação integrada do centro do Recife, ou seja, expandindo-se para além do bairro do Recife e da zona portuária.

De acordo com Serafim (2012, p. 163), a estratégias destes projetos é de “consolidar o centro do Recife como referência de uma economia terciária moderna em turismo e cultura, TIC e indústrias criativas. Também visa tratar as atividades tradicionais de cada território e dotar os territórios de atividades complementares adequadas às suas características”.

Entre as ações realizadas no âmbito destes projetos, podemos identificar a requalificação da comunidade do Pilar; as sinalizações turísticas; a construção do centro cultural da caixa econômica; a recuperação das calçadas e do sistema de iluminação das ruas, realizada com recursos compartilhados entre a prefeitura do Recife e o projeto monumenta; a requalificação de áreas portuária; a construção de roteiros e trilhas turísticas acerca do patrimônio; a melhoria do acesso ao Parque das esculturas e a implantação do Paço do Frevo. Algumas outras atividades como projetos de converter o bairro do Recife em uma zona peatonal aos fins de semana, a transformação de uma das ruas do bairro em bulevar, além de atividades culturais realizadas no espaço público são ações realizadas em conjunto com a prefeitura da cidade e o pessoal relacionado ao plano Recife Vivo.

Outro projeto que transformar as características da cidade é encapado pelo Governo do

Estado e Prefeitura da cidade, chamado de Porto Novo. Esse projeto está associado a um projeto anterior denominado Frente Atlântica, que tem como objetivo transformar algumas áreas centrais da cidade que estão em contato direto com as águas do oceano atlântico, não só transformando o uso em alguns prédios abandonados, mas com a proposta de construir uma nova ideia de bairro, principalmente nas regiões de Cais de Santa Rita e do Cais José Estelita. As primeiras ações nesse sentido estão relacionadas à construção de duas torres residenciais que mudaram o gabarito da região, a construção destas torres estão inseridas num espaço, que está em litígio, que tem como ideia central derrubar antigos armazéns de cereais e transformar a região com implantação de torres habitacionais com propostas de serviços e comércios destinados a uma parcela privilegiada na sociedade recifense, estimulado pelo poder privado (as empresas do setor imobiliário).

Ao mesmo tempo que o Estado negocia essas terras e estes projetos com o poder privado, começam um conjunto de transformação nos antigos armazéns que ficam no Cais do Porto, sendo estes armazéns transformados em bares e restaurantes, com indicações para a construção de uma rede hoteleira e um conjunto de equipamentos urbanos relacionais à cultura, mas também ao comércio e os serviços.

A cidade se transforma em canteiro de obras, como resultado de uma proposta de produção capitalista do espaço que contém em si uma representação do espaço como um recorte vazio de contradições e com tendências a homogeneidade, estas áreas assim concebidas eliminam a dimensão da vida e reproduzem as relações de consumo como práticas de uso. São espaços concebidos para serem usados numa perspectiva de trocas, não como uma área ad uso espontâneo.

A cidade vai se reproduzindo para uma parcela das pessoas que a habitam, não para a totalidade, criando um espaço privilegiado para indivíduos jovens adultos, com poder de compra e de consumo. Negando o espaço como uma construção social.

PARTE 3

Sobre a Cidade e os Velhos

Figura 103 : Charles Edward Wilson (1889 – 1929?). Representação uma velha e uma criança em casa urbana

A pintura de Charles Edward Wilson retrata um dia comum na vida cotidiana de uma velha e uma criança no final do século e começo do século XX na Inglaterra, traz em si uma imagem de velhice relacionada com a cidade que há muito tem sido combatida e desnaturalizada, eis um desafio gigantesco, desnaturalizar o lugar dos velhos na sociedade contemporânea e ressignificar os lugares sociais da velhice, não apenas no urbano, mas tomando o urbano como referência.

- *Vô, vamos tomar um sorvete no shopping? Vamos logo, não demore! Nem pensei duas vezes para aceitar aquele convite da neta. Era tão inusitado, um convite, assim de repente. Nem lembro da última vez em que isso aconteceu. Fomos ao shopping, estacionamos o carro dirigido por minha neta e entramos naquele castelo fazedor de sonhos e consumo. Margarida entrava nas lojas, pedia para ver muitas roupas, provava algumas e finalmente comprou um biquíni – “invenção francesa dos anos quarenta, do estilista Louis Réard” – refletia eu, sem reparar muito no entusiasmo da neta, que logo seguiu para outra loja, sempre me pedindo que aguardasse nalgum banco do lado de fora. Sentado, apreciava o desfile da mocidade e das dondocas, e foi então que percebi o acentuado aumento da frequência dos idosos naquele local. Minha neta, depois de muito andar, não se fez de esquecida nem de rogada e ofereceu-me o sorvete prometido. Era um desses que se vende nos quiosques do hall do shopping. Escolhi um misto; ela pagou um real pelo sorvete. Foi um único sorvete, pois ela dizia que estava de regime. Sentei-me no banco para degusta-lo enquanto ela, rápido, encontrava fôlego para uma loja mais, cartão de crédito à mão, atraída pelo prazo de pagamento a perder de vista. Assim, estivemos por uma boa trinca de horas, percorrendo as instalações daquele centro comercial, ficando eu preocupado com tantas aquisições que se acumulavam nos braços da menina e também pelo tempo que estávamos a gastar no estacionamento. Ao passarmos em frente a uma farmácia, lembrei-me de comprar o remédio para diabetes. Quando estava no caixa, Margarida chegou com alguns pacotes de absorventes e pediu-me para incluí-los em minhas compras. Assim o fiz. Paguei tudo. Restava agora a partida. Nos dirigimos ao caixa do estacionamento. Minha neta, portando o tíquete, logo me pediu a carteira de identidade, a qual, antes de sair de casa, tanto me havia recomendado. Entreguei-lhe o documento e ela se dirigiu à moça do caixa indagando: - É aqui que se tira a isenção do pagamento do estacionamento para “velho”? Diante da afirmativa do caixa, logo entregou minha identidade e eu preenchi uns dados no formulário, confirmando com este ato, a isenção do pagamento para pessoas acima de 60 anos. O caixa acrescentou: - Se fosse pagar, seria quanto e cinquenta! Saímos satisfeitos do shopping. Minha neta cheia de compras e eu com o gostinho do sorvete. A partir daquele dia fiquei sendo constantemente convidado para ir ao shopping e até para o aeroporto. Comigo no carro, ninguém mais paga para estacionar.*

Luiz Barreto

A terceira parte deste trabalho tem como objetivo central reunir os fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, revelando as relações entre o processo de envelhecimento, conseqüentemente, serão reveladas parcelas da velhice construída na modernidade. O que está em foco, como intencionalidade principal, é a tentativa de revelar as contradições entre a dimensão formal e informal, tanto no trato da velhice e do envelhecimento, quanto na compreensão da cidade como lugar de realização da vida.

Para a realização desta parte foram realizadas revisões da legislação brasileira relacionada ao envelhecimento humano e os principais programas e normas que revelam uma preocupação coletiva com o ato de envelhecer. Preocupação esta que atinge uma dimensão cada vez maior quando se percebe que no mundo atual o envelhecimento humana deixa de ser uma condição de uma minoria e se projeta como uma tendência populacional, o que revela a necessidade um volume maior de reflexões e tentativas de compreender essa fase particular da vida humana. Também foram realizadas entrevistas com pessoas acima de 60 anos, moradores da cidade do Recife, optamos por trabalhar com uma velhice localizada em condição de pobreza, uma vez que entendemos que a condição de classe impõe particularidades ao processo de reprodução da vida de uma forma ampla, e, que na velhice esta condição é ainda mais fundamental para entender as limitações, as virtualidades, as resistências e as possibilidades e entender a velhice e o envelhecimento em condição urbana de uma maneira mais real, mais conectada com os sentidos da reprodução da vida da classe trabalhadora, ou melhor, daqueles que vivem e viveram tendo o trabalho como centralidade, por isso, os bairros selecionados (apontados na metodologia da tese) coincidem com as zonas de maior concentração de pobreza na cidade do Recife.

A dimensão material das reflexões não seguirá a construção de histórias de vida, mas tentará compor os fragmentos da vida cotidiana através da identificação de oito eixos centrais para a reprodução da vida cotidiana na cidade: i) espaço público x espaço privado; ii) transporte; iii) moradia; iv) participação social; v) inclusão social; vi) emprego; vii) comunicação e os viii) serviços de saúde. Estas oito dimensões foram baseadas no trabalho: Guia da cidade amiga do idoso, elaborada pela ONU sob a coordenação do pesquisador brasileiro Alexandre Kalache.

Acredito que esta abordagem, ainda que contenha imprecisões e ajustes a serem realizados, ajuda a compreender os sentidos da construção de uma geografia do envelhecimento, que não se pretende um capítulo inovador, mas tenta integrar os estudos geográficos com os estudos de envelhecimento humano.

Capítulo 5 : Direito ao envelhecimento - um olhar sobre os principais elementos legais.

“- Ela estava pesquisando... Não, ela não estava pesquisando nada, ela estava obcecada com Orciny. Ele estava olhando com cautela pra mim, então não fiz nada, a não ser estreitar os olhos. Mas fiquei surpreso. Pelo jeito como não se moveu, estava claro que Corwi não sabia o que era Orciny. Falar disso ali poderia tirar a autoridade dela, mas no que hesitei ela já estava explicando. Era um conto de fadas. Foi o que ele disse. – Orciny é a terceira cidade. Fica entre as outras duas. Fica no dissensi, nas zonas disputadas, lugares que Beszél acha que são de Ul Qoma e Ul Qoma acha que são de Beszél. Quando a velha comuna se dividiu, ela não se dividiu em duas, mas em três. Orciny é a cidade secreta. Ela dirige as coisas”.
China Mieville.

Preâmbulo (metáfora de vários mundos ou de apenas 1, desigual)

Orciny, Ul Qoma e Beszél são três cidades que coexistem em um mesmo território, elas são cidades que residem na ficção do autor britânico China Miéville. Cada uma destas cidades funcionam de forma independente e os seus habitantes são treinados para não ver e/ou desver as realidades paralelas, as ruas são povoadas por pessoas das três cidades que não se encontram, não se conhecem, não vivem sob os mesmos códigos. As formas têm conteúdos diferentes de acordo com que cidade paralela se vive, cidade das leis, cidade da informalidade e cidade de controle das cidades, as três realidades paralelas da obra de Miéville bem que poderiam ser a realidade compartilhada nas cidades brasileiras. Em Recife, por exemplos, podemos perceber um pouco de Beszél, de Ul Qoma e de Orciny dependendo de que parte da cidade se vive, é possível habitar, coabitar a mesma cidade sem compartilhar dos mesmos sentidos; é possível ter acesso a cidades diferentes de acordo com cada código social compartilhado.

Beszél, Ul Qoma e Orciny correspondem a fragmentos de uma mesma realidade que foi fragmentada e homogeneizada em núcleos, núcleos que não se restringem a unidades territoriais contíguas, cidade e sociedade vivida através das redes, das teias e das conexões possíveis, criadas para alimentar uma lógica de reprodução sócio-espacial complexa. Ao mesmo tempo que pensamos nas diversas Recifes, também podemos pensar que as experiências com estas cidades que coexistem em uma mesma cidade pode variar de acordo com os elementos que mediam a relação das mesmas com a realidade. Ser criança, jovem, adulto ou velho pode coabitar o mesmo entendimento de cidade, como também podem marcar diferenças profundas na maneira de viver a cidade.

Os fragmentos da vida cotidiana de cada grupo social autoriza ou nega as experiências com a cidade, a mesma materialidade pode ser percebida e vivida de maneira diferente, os nexos que promovem a tessitura do real estão significados através da condição material de existência, os níveis de dependência e as formas de apreensão do mundo.

A cidade e a cidade coexistem, relacionam-se. A formalidade das leis e as informalidade completa se realizam através do possível, um meio entre dois extremos, a realidade se constitui como um híbrido, resultado do roce entre o possível e o impossível, ela é o terceiro elementos.

Nestes termos, a vida se relaciona com a constituição dos espaços abstratos, em uma espécie de matriz que contém os signos do real. Aproxima-se à ideia de uma condição urbana resultado da mediação de um nomoespaço²⁶⁶ e de um genoespaço²⁶⁷, ou seja, a vida é construída como um resultado de interações complexas que estão reguladas entre um espaço de normas e um espaço de ação, entre uma racionalidade e uma ação de apropriação pelo corpo, pelas possibilidades de compreensão e realização da vida com base nas experiências, de construções horizontais. Verticalidade e horizontalidades preenchem a condição de reprodução da vida.

A organização social põe em debate os sentidos que a regulamenta, por isso, o retorno ao pensamento de Gomes sobre a matriz territorial do nomoespaço e do genoespaço.

É preciso ter cuidado para não utilizar estas dimensões de modo equivocado, mais do que marcar uma diferença entre modelos de construção social, o genoespaço e o nomoespaço funcionam como ferramentas de verificação das estruturas que constroem cada condição particular, toda organização social pressupõe normas e princípios de ação coletiva, todos os

²⁶⁶ Ao estudar as necessidades de precisão sobre as delimitações do espaço dos feudos nos estudos sobre o período medieval, Gomes (2002) percebeu que a definição espacial tem uma dimensão normativa, a isso ele denominou de nomoespaço: “percebemos a relevância desse processo de delimitação e classificação normativa do território como definidora de uma dinâmica própria e singular que estamos aqui chamando de nomoespaço. [...] O espaço é hierarquizado, assim como os poderes que sobre ele são exercidos. Sua estrutura é complexa, assim como o são as disposições formais (da lei) que o regem e controlam a sua dinâmica. A esse tipo de relação social com o território demos o nome de nomoespaço, ou seja, uma extensão física, limitada, instituída e regida pela lei. Trata-se de um espaço definido por uma associação de indivíduos, unidos pelos laços de solidariedade de interesses comuns e próprios, e pela aceitação e aplicação de certos princípios logicamente justificados” (GOMES, 2002, p. 36-37).

²⁶⁷ “Na segunda forma de relação com o espaço, o que estamos chamando de genoespaço, o tipo de agregação social que qualifica o território é o grupo ou a comunidade. [...] O discurso que funda a identidade de uma comunitária é o da diferença. [...] Sublinhar um nível de diferença significa que, a despeito do infinito patamar de diferenciação teoricamente possível, um limite será privilegiado, aquele que distingue o grupo dos demais. A unidade pode ser construída por meio de traços étnicos, familiares, culturais, históricos, morfológicos, comportamentais ou alguns desses considerados simultaneamente. Indiferentemente o que esses elementos vão legitimar é uma identidade comum e própria. A identidade é antes de mais nada um sentimento de pertencimento, uma sensação de natureza compartilhada, de unidade plural, que possibilita e dá forma e consistência à própria existência” (GOMES, 2002, p. 60).

grupos humanos guardam si as dimensões normativas e genéticas; essa é a dinâmica que possibilita as transformações e as particularidades sócio-espaciais.

(...) Não há uma evolução que se dirija do genoespaço ao nomoespaço e não há distinções globais no tempo ou no espaço que regularizem a existência dessas duas formas. Elas encontram evoluções diferentes, não podendo uma ser reduzida à protoforma da outra, sob pena de vermos em alguns movimentos recentes das histórias moderna e contemporânea simples “testemunhos” de tempos passados, defasados e condenados ao desaparecimento, perspectiva sedutoramente abrangente, mas explicativamente falsa. Esses dois tipos descritos correspondem a duas formas de-ser-no-espaço e são simultaneamente duas formas de-ser-do-espaço. Na primeira, o espaço é uma condição para a ordem formal; ele se constitui na verdade em um classificador das coisas e das ações que nele se passam, e a forma de organizá-lo ou produzi-lo é solidária à forma da organização e da reprodução social e vice-versa. A segunda estabelece uma relação ontológica entre um grupo e o local, ou melhor, uma identidade ontologicamente fundada em um local (GOMES, 2002, p. 81-80).

Assim como Beszél, Ul Qoma e Orciny existentes simultaneamente no pensamento de Miéville, os espaços existem simultaneamente como o resultado de um conflito entre as normas e as definições homogêneas e próprias de um grupo, o nomoespaço e o genoespaço se resolvem na condição urbana no mundo moderno.

O mundo das normas e o mundo das ações sociais coexistem como elementos que ajustam a realização da vida cotidiana, como no depoimento do senhor Luiz Barreto, o desejo da neta por sua companhia em um passeio seduzido por um sorvete de R\$ 1,00 se resolve como uma armadilha para se aproveitar de normas e convenções que conferem gratuidade de estacionamento para pessoas de mais de 60 anos, o mundo real como uma reunião, o espaço social como o encontro, não apenas o encontro de pessoas, não apenas a reunião física, mas a reunião e o encontro de todas as formas de sistematização da vida, acionada por materialidades que se confundem com desejos, com sonhos, com imaginários, com percepções, etc.

O mundo concebido como representação e vontade legal geralmente não coincide com o mundo real concreto, resultado das determinações, das desigualdades e das relações dissimétricas. O mundo das normas criadas para regulamentar e garantir uma inserção dos velhos da cidade não se constitui como uma aplicabilidade definitiva, não coincide com as barreiras reais, com os confrontos, conflitos e constrangimentos encontrados nos fragmentos de vida cotidiana. Viver a cidade se dá, inegavelmente, através das práticas, e por mais que vivamos em uma sociedade burocrática, nem sempre as burocracias das normas garantem uma aplicabilidade do programa legal.

Os depoimentos, as histórias, as narrativas e desabafos dos velhos sobre estes fragmentos da vida cotidiana que se revelam como a inevitabilidade de viver a cidade, mas que impõem desafios à tentativa de sobreviver ao tempo.

O primeiro movimento é por recuperar os direitos da velhice para poder identificar aqueles que são postos apenas como direitos de papel e aqueles que são direitos reais.

Direito ao envelhecimento

Os debates relacionados envelhecimento e as possíveis implicações políticas e legais são fortemente desenvolvidos no continente Europeu, há um conjunto de medidas sociais balizadas pela necessidade de pensar sobre a velhice e sobre o envelhecimento que assumiu a pauta de discussões privilegiadamente na Europa, porque lá o processo de envelhecimento se agudizou e implicou em um nítido processo de envelhecimento populacional, o que exigiu dos governos uma preocupação sobre os futuros gerais da sociedade europeia, fundamentalmente ampliado pelas incertezas em relação às implicações desse processo em relação ao mundo produtivo.

Diferente do que vem acontecendo nos países de urbanização e industrialização tardia, como os países asiáticos e latino-americanos, o processo de envelhecimento em alguns países centrais da Europa foi sendo processado gradativamente, o que facultou a possibilidade de entender os sentidos de se viver mais em uma construção mais lenta, acontecendo como uma condição natural das sociedades com melhores e maiores condições de vida, mesmo os países menos desenvolvidos, no contexto europeu, envelhecer significa viver melhor, o que não se transfere para os países periféricos.

Por isso, ao estudar a bibliografia europeia sobre o envelhecimento é preciso ter bastante cuidado para não transladar reflexões que não podem ser transladas, o cenário brasileiro nos impõe o desafio de pensar o envelhecimento com condições de qualidade de vida de baixíssimo padrão, as contradições postas na vida social brasileira nos impede de realizar definições muito genéricas sobre a qualidade de vida, mesmo observando os dados básicos de saúde. Em outras palavras, não podemos realizar reflexões gerais como a de Abellán e Pérez (2010):

(...) se plantea otro interrogante sobre la salud en estos años ganados a la muerte. Tres décadas atrás se extendió el miedo a una pandemia de enfermedades seniles, e incluso la OMS promovió la estrategia de dotar a la vejez de una mejor salud. Existen indicios de que la mala salud se comprime en el final de la vida en vez de extenderse en el tiempo ganado a la muerte, es decir, que se vive más porque se vive mejor. Sin embargo, las conclusiones sobre compresión o expansión de la morbilidad no son rotundas en todos los países (ABELLÁN e PÉREZ, 2010, p. 47-48).

A garantia de melhores condições de saúde é apenas um dos elementos que compõem a possibilidade de uma vida com qualidade de vida melhor, talvez a saúde seja a questão mais importante, não vamos discutir isso agora, mas ela não é a única garantia para uma vida melhor, principalmente em contextos de tão alta vulnerabilidade social, como o brasileiro.

Estes elementos precisam ser resgatados no debate sobre o espírito e o propósito das leis, principalmente quando se tenta efetuar construir um conjunto legal que sirva para o conjunto social quem tem idade acima de 60 anos.

O caminho para as construções de reflexões que gerem políticas, planos e ações é muito longo e tortuoso e concentra esforços e trabalhos realizados em dimensões espaciais e temporais as mais complexas. Como já foi trabalhado na primeira parte deste trabalho, as discussões sobre a velhice, suas implicações, os sentidos e comportamentos relacionados ao tema remontam à antiguidade, entretanto, pensar um conjunto de leis, normas e códigos sociais é algo muito recente, que já figura no final do século XX. O que demonstra que a preocupação mundial coletiva sobre o tema do envelhecimento não era representativa, o que não quer dizer que o tema não fosse pensado, mas confere a ele uma marginalidade no temário político internacional, o que vai refletir em um processo lento de construção de políticas e legislação sobre as condições mínimas necessárias para que as pessoas mais velhas vivam com dignidade. A construção de um entendimento coletivo sobre as questões do envelhecimento humano estão longe de ser definidas e muito longe de serem aplicadas como uma certa naturalidade na vida cotidiana, há uma tendência a reprodução de preconceitos historicamente consolidados, há claramente um trabalho enorme por ser feito.

As primeiras reuniões internacionais²⁶⁸ para pensar o envelhecimento ocorrem há menos de 35 anos. O que dá ao debate sobre o envelhecimento uma condição muito recente. É

²⁶⁸ “(...)a questão do idoso não era focalizada pela Assembleia Geral nem pelas agências especializadas da ONU. O tema era referido de maneira marginal na OIT, na OMS e na Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura da ONU (UNESCO), como parte de suas atividades especializadas, sem, contudo, ocupar em qualquer desses foros um lugar central. Foi naquele ano que o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) adotou a resolução 32/132, pela qual convidava os Estados Membros a examinar a conveniência de se convocar uma assembleia mundial sobre envelhecimento. Um ano mais tarde, a Assembleia Geral da ONU, em sua 33ª Sessão, adotou a resolução 33/52, pela qual decidiu convocar uma Assembleia Mundial com vistas a servir de foro para a

apenas em 1982 que a cidade de Viena, na Áustria, abriga a primeira grande ação internacional sobre o envelhecimento.

Esta reunião foi organizada e convocada pela ONU e foi chamada de Primeira Assembleia das Nações Unidas sobre o Envelhecimento. Este primeiro encontro mundial acerca do envelhecimento humano esteve mais centrado em como as sociedades estavam implicadas como o processo de envelhecimento humano, particularmente notado pelo acelerado perfil de envelhecimento da população mundial.

Naquela ocasião estava sendo deflagrado o estopim para um processo de envelhecimento generalizado, pela primeira vez na história as projeções de crescimento populacional indicavam que os países em processo de desenvolvimento estavam caminhando para que ao fim do milênio o envelhecimento já se configurasse como um tema importante. O envelhecimento deixava de ser um questão regional e se tornava uma tema para ser debatido internacionalmente²⁶⁹.

Uma vez que o tema relacionado ao envelhecimento humano e populacional ainda era novidade para muitos países, a primeira assembleia internacional sobre o envelhecimento foi marcada pela troca das experiências dos governos dos países europeus que já lidavam com o envelhecimento da população há algumas décadas. Outra característica fundamental dessa assembleia foi que os estudos apresentados e as discussões estabelecidas gravitaram sobre a preocupação central com o processo biológico do envelhecimento: porque as pessoas envelhecem, como envelhecem, se é possível retardar os efeitos do envelhecimento; sobre os impactos do envelhecimento generalizado nos sistemas de previdência social; e, como tratar as doenças que acometem, tradicionalmente, as pessoas com idades superiores a 60 anos.

Estas questões centrais entravam na pauta de quase todos os países do mundo, entender o envelhecimento se tornou um dos objetivos centrais da sociedade contemporânea, principalmente estimulada para pensar as condições econômicas de um mundo em franco processo de tornar-se velho. Como resolver as questões econômicas e sociais que pululavam ser respostas? Não houve consenso, nem uma agenda internacional muito clara. Depois da

consideração do tema do envelhecimento e para elaborar um plano de ação internacional com o objetivo de garantir a segurança econômica e social do idoso, bem como a identificação de oportunidades que contribuiriam ao desenvolvimento nacional” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2004, p. 2).

²⁶⁹ “Cento e vinte e quatro Estados se fizeram representar à primeira Assembleia Mundial sobre Envelhecimento. Em verdade, o tema do envelhecimento adquirira importância crescente a partir do momento em que se percebeu, pela projeções das estatísticas, que em cinquenta anos o número de idosos superaria a marca do bilhão, sendo que três quartas partes daquele total pertenceriam a países em vias de desenvolvimento. Já naquela época dizia-se que essa tendência era o resultado dos controles de natalidade, da redução da mortalidade infantil, bem como da diminuição da incidência nefasta de uma série de doenças infecciosas. A importância do fenômeno demográfico-social parecia deslocar-se, assim, dos países desenvolvidos para os países em vias de desenvolvimento” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2004, p. 2).

assembleia, metaforicamente, retornamos ao silêncio internacional sobre o envelhecimento e sobre a velhice, aparentemente os países estavam mais preocupados em observar as transformações que poderiam surgir em função da Guerra Fria entre os EUA e a URSS, a busca pela consolidação de sistemas de organização social e as formas do crescimento econômico como o centro das preocupações ocupavam as discussões centrais do mundo, os direitos humanos ainda não haviam sido discutidos e as questões sociais tinham um viés voltado para a garantia de condições econômicas.

O tema do envelhecimento só começa a provocar novas inquietações 20 anos depois de Viena. É quando tem lugar a segunda reunião internacional sobre o envelhecimento em Madri, na Espanha. O ano é 2002 e se tornou o ano emblemático das preocupações mundiais sobre o envelhecimento do mundo inteiro, com uma agenda internacional muito clara do que aquela construída em Viena.

Entre uma reunião e outra se nota uma profunda diferença na elaboração das questões voltadas ao processo de envelhecimento e a velhice em si,

(...) o período de vinte anos que separa uma da outra ressalta os contrastes das circunstâncias históricas em que ocorreram. Com efeito, a primeira das Assembleias teve lugar num tempo marcado, no plano internacional, pelas tensões da Guerra Fria e, regionalmente, pela prevalência de regimes de exceção, a segunda acontecera num horizonte caracterizado pelo fim do sistema bipolar, pelo progressivo fortalecimento das democracias e pelo fenómeno da globalização (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2004, p. 4).

Estas diferenças do contexto internacional que influenciam os contextos gerais que marcam a diferença entre as duas assembleias internacionais sobre o envelhecimento marcam mais do que temporalidades diferentes, mas revelam condições políticas, econômicas e sociais completamente diferentes, o fim da guerra fria e o afastamento dos cenários de uma possível guerra mundial, a inexorabilidade do processo de globalização e o fortalecimento da ideia de democracia através do estado social de direito marcam um novo caminho posto pela humanidade, agora sim, os direitos humanos já haviam entrado no ambiente intelectual mundial e com isso ressurgem as preocupações com o envelhecimento e seus desdobramentos sociais.

(...)o tratamento das questões voltadas para o processo de envelhecimento está centrado em questões que não obedecem a uma linha evolutiva coerente, pois, o pensamento acerca do tema, em relação à projeção internacional, foi

estabelecido em unidades conceituais e contextuais diversas, sofrendo assim de um desgaste paradigmático muito forte. Notadamente porque com o avanço da base tecnológica, avança-se também na perspectiva da modernização do circuito produtivo, desta maneira, questões são, constantemente, apresentadas, ao passo que as respostas não são produzidas obedecendo à mesma velocidade argumentativa. Esse fato apresenta, então, uma temporalidade discordante entre os temas, as discussões e as soluções. No entanto, é preciso assumir os esforços na tentativa de resgatar o tempo perdido em relação à própria condição de vida dos idosos (NÓBREGA, 2010, p. 65).

Diferente do plano pouco comprometido resultado do final da primeira assembleia sobre o envelhecimento, a assembleia realizada em Madri tem uma projeção e uma aderência muito maior. Os países envolvidos na assembleia aceitam o convite da ONU e assumem uma agenda voltada para a construção de políticas e programas relacionados ao envelhecimento. Na América Latina a CEPAL assume um papel importante em estimular e produzir estudos que entendam a velhice como um das categorias centrais dos estudos sobre a sociedade na contemporaneidade, os estudos cepalinos são orientados pela política e compromisso assumido pelos países presentes na reunião da ONU.

Obviamente a que se ressaltar que os estudos promovidos pela CEPAL entendem o envelhecimento a partir da sua dimensão populacional com uma aplicabilidade voltada para entender os contextos econômicos, dimensão central dos estudos dessa comissão. Inequivocamente, ainda que aplicadas de forma parcial e segmentada, a assembleia de Madri provocou uma verdadeira revolução no ambiente acadêmico e governamental de estudos sobre o envelhecimento e suas implicações no mundo moderno.

Ainda que as preocupações de fundo sejam construídas com base na dimensão econômica, o que é realmente diferente da primeira assembleia é a dimensão humana e a tentativa de construir diretrizes para fundamentar políticas e legislações sobre o direito ao envelhecimento. A ONU, alguns meses depois, publicou a declaração política e o plano de ação internacional de Madri sobre o envelhecimento.

Na versão publicada em Espanhol (ONU, 2003), no prólogo do documento, o então Secretário Geral da Organização, Kofi Annan²⁷⁰, declara que a declaração e o plano de ação

²⁷⁰ “El Plan de Acción de Madrid constituye un nuevo y ambicioso programa para encarar el reto del envejecimiento en el siglo XXI. El Plan de Acción se centra en tres ámbitos prioritarios: las personas de edad y el desarrollo, el fomento de la salud y el bienestar en la vejez y la creación de un entorno propicio y favorable, sirve de base para la formulación de políticas y apunta a los gobiernos, a las organizaciones no gubernamentales y a otras partes interesadas las posibilidades de reorientar la manera en que sus sociedades perciben a los ciudadanos de edad, se relacionan con ellos y los atienden. Es también la primera vez que los gobiernos han aceptado vincular las cuestiones del envejecimiento a otros marcos del desarrollo social y económico y de los

foram construídos com base em três eixos centrais: As pessoas idosas e o desenvolvimento; o fomento à políticas de saúde e bem-estar na velhice; e, a criação de um ambiente propício e favorável. Estes três eixos apresentam o desafio para o envelhecimento no século XXI.

Ainda sobre as declarações de Kofi Annan, parece-me extremamente importante resgatar o seu discurso na abertura das atividades da segunda assembleia das nações unidas sobre o envelhecimento. No discurso proferido a questão da mudança paradigmática sobre o processo de envelhecimento e sobre a velhice marcam o sentido das políticas decorrentes das discussões realizadas em Madri.

Na África se diz, quando morre um ancião, que desaparece uma biblioteca. Talvez o provérbio varie de um continente a outro, mas seu significado é igualmente certo em qualquer cultura. As pessoas idosas são intermediárias entre o passado, o presente e o futuro. Sua sabedoria e experiência constituem verdadeiro vínculo para o desenvolvimento da sociedade. Reunimo-nos hoje para homenagear os idosos por sua contribuição e para formular uma estratégia que os ajude a viver com a segurança e a dignidade que merecem. Nesse sentido, esta Assembleia é para eles. [...] Passaram-se 20 anos desde que nossos antecessores se reuniram para aprovar o primeiro documento mundial que serviria de guia para as políticas sobre o envelhecimento. Desde então, o mundo mudou de tal maneira que é quase irreconhecível. Nosso objeto fundamental é que não mudou: construir uma sociedade apropriada para todas as pessoas, de todas as idades. Hoje temos razões fundamentais e imperiosas para voltar a refletir sobre a questão. O mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes. Até 2050, o número de idosos aumentará em aproximadamente de 600 milhões a quase 2 bilhões. No decorrer dos próximos 50 anos haverá no mundo, pela primeira vez na História, mais pessoas acima de 60 anos que menores de 15 (...) (ONU, 2003, p. 13).

Essa primeira parte do discurso de Kofi Annan nos apresenta o tamanho da responsabilidade coletiva que o mundo tem que assumir em relação ao envelhecimento. Não estamos lidando apenas com um acréscimo populacional qualquer, estamos diante de uma transformação significativa na forma de ser-no-mundo, todo o conhecimento sobre as transformações da vida coletiva, as saídas e superação de conflitos acumuladas por parte significativa da pessoas que compõem a sociedade pode nos levar para outros caminhos no desenvolvimento técnico, científico e humano. Cuidar da velhice se apresenta como um desafio, mas ao mesmo tempo reflete a necessidade de cuidar da sociedade inteira. Seguimos com a fala transcrita de Kofi Annan:

(...) Talvez o mais importante é que o aumento do número de idosos será maior nos países em desenvolvimento. Está previsto que, nos próximos 50 anos, a população idosa do mundo em desenvolvimento será quadruplicada. Trata-se de um fenômeno extraordinário com consequências para cada comunidade, cada instituição e cada pessoa, jovem ou velha. Definitivamente, o envelhecimento já não é apenas um ‘problema do primeiro mundo’. O que era de importância secundária no século XX tende a se converter em tema dominante no século XXI. Semelhante revolução porá desafios formidáveis em um mundo que já está se transformando, em virtude da globalização, da migração e das mudanças econômicas. Gostaria apenas de mencionar alguns desafios que nos são feitos hoje (ONU, 2003, p. 13).

Neste segundo trecho da fala feita pelo secretário geral da ONU, as questões do envelhecimento em dimensões mundiais em países que não estão estruturados para receber esse envelhecimento é parte fundamental do discurso, a questão do envelhecimento se apresenta como um tema de todos, mesmo os países em processo de desenvolvimento, destes, com maior atenção, inclusive, uma vez que o ritmo e a velocidade do envelhecimento serão avassaladores, grandes transformações na base de reprodução da vida estão em curso.

Com base no discurso de Kofi Annan, percebe-se que ao mesmo tempo que o envelhecimento das pessoas em escala mundial é algo pra ser comemorado, tem-se que pensar nos desafios e nas particularidades inerentes a cada contexto. É preciso dar aos estudos do envelhecimento uma importância central, em todas as dimensões e sentidos.

No próximo trecho do discurso feito, serão apontados alguns destes desafios:

(...) À medida que aumenta o número de pessoas que se mudam para as cidades, as pessoas idosas perdem seus relacionamentos sociais e o tradicional apoio familiar e se veem, cada vez mais, expostas à exclusão. Nos países em desenvolvimento, a crise da AIDS está obrigando muitos idosos a cuidar de crianças que perderam seus pais por causa desse flagelo, que são mais de 13 milhões em todo o mundo. Em muitos países desenvolvidos, está desaparecendo rapidamente o conceito de seguridade desde até o nascimento até a morte. Devido à redução da população ativa, aumenta o risco de pensões e a assistência médica serem insuficientes. Com o aumento da população idosa, multiplicar-se-ão esses desafios. É preciso que comecemos a nos preparar para enfrenta-los desde agora. Devemos elaborar um novo plano de ação sobre o envelhecimento, adaptado às realidades do século XXI. Permitam-me mencionar alguns objetivos primordiais (...) (ONU, 2003, p. 14).

Os desafios postos por Kofi Annan só tangenciaram as questões relativas ao envelhecimento, além das contradições postas entre o envelhecimento nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, é preciso pensar nos temas em comum, aqueles que estão conectados pela realização da vida cotidiana, das questões relativas ao desenvolvimento

das atividades diárias sem que isso comprometa a autonomia ou gere constrangimentos aos indivíduos. As questões da vida urbana impõe um ritmo diferenciado à realização da vida do velhos. É importante também destacar que a velhice nos países em desenvolvimento não está, necessariamente, estabelecida em lugares rural, e a migração do campo em direção à cidade não é uma exclusividade dos jovens, apesar de que na velhice a migração seja um tema delicado. É fundamental entender que a velhice dos países periféricos não é mais ou menos urbana que aquelas dos países centrais. O que muda não é muito a forma, mas o conteúdo relacionado ao envelhecimento.

Inequivocamente o envelhecimento da população mundial impõe alguns desafios, vejamos aqueles identificados pelo Secretário Geral da ONU:

(...) Devemos reconhecer que, sendo maior o número de pessoas que recebem melhor educação e desfrutam de longevidade e boa saúde, os idosos podem contribuir mais do que nunca para a sociedade e, de fato, assim o fazem. Se incentivarmos sua participação ativa na sociedade e no desenvolvimento, podemos estar certos que seu talento e experiência inestimáveis. Os idosos que podem e querem trabalhar devem ter oportunidade de continuar aprendendo ao longo vida. Se criarmos redes de apoio e ambientes propícios, poderemos conseguir que a sociedade em geral se interesse por estreitar a solidariedade entre grupos de gerações e combater o abuso, a violência, a falta de respeito e a discriminação de que são vítimas os (...) (ONU, 2003, p. 14).

As transformações na seguridade social, as mudanças no mundo do trabalho e a incapacidade do Estado continuar sustentando os esquemas de previdência social nos parâmetros que são postos na contemporaneidade, impõe novas maneiras de incorporar os indivíduos envelhecidos no tecido produtivo da sociedade. A questão já estava posta no trecho selecionado anteriormente, mas é nesta parte do discurso que o sentido da ampliação do tempo de participação das pessoas no mundo do trabalho é assumida como uma necessidade. Entretanto, é preciso que as pessoas envelheçam capazes de participar de forma ampliada ao mundo do trabalho, por isso, que no discurso há uma ressalva à participação dos velhos ao mundo do trabalho relacionadas à vontade e à condição para se inserirem de forma produtiva. É neste trecho também que a ONU deixa claro a necessidade de aproveitar as capacidades desta parcela da sociedade, a proposta dissolvida no discurso é de que o conhecimento dos idosos seja considerado como uma espécie de capital diferencial.

O desafio posto é sobre a condição de saúde dos mais velhos, para isso, os governo têm que assumir um compromisso com a melhoria na promoção de saúde, essa ideia fica muito clara no próximo trecho do discurso elaborado por Kofi Annan:

(...) Se dispensarmos atenção à saúde, e a um custo razoável, inclusive com medidas de saúde preventiva, poderemos ajudar os idosos a se manterem independentes o maior tempo possível (...) (ONU, 2003, p. 14).

Além de indicar que uma política de saúde é necessária, a fala de Kofi Annan indica que criar um sistema de saúde que considere a prevenção antes da cura pode ser uma das soluções para que os gastos públicos sejam diminuídos, é preciso junto com a transformação paradigmática relacionada ao envelhecimento generalizado, outros paradigmas também sejam rompidos, o da saúde é um deles e isso é um compromisso pro presente e não apenas para o futuro.

(...) Nos últimos 20 anos, abriram-se inumeráveis oportunidades que deveriam nos ajudar a alcançar esses objetivos. Nas conferências celebradas na década de 1990, foram formulados novos compromissos internacionais que culminaram nos Objetivos de Desenvolvimento da Assembleia do Milênio. Considerados em seu conjunto, constituem um plano básico para melhorar a vida das pessoas. Contribuir para que o idoso viva melhor deve ser parte integrante desse programa (...) (ONU, 2003, p. 14).

A contemporaneidade se põe como um campo de múltiplas possibilidades, principalmente se comparadas com o mundo da assembleia anterior, Annan indica que grandes transformações e esforços foram construídos para que a humanidade conseguisse aumentar as condições de qualidade vida, não apenas na saúde, mas em todos os parâmetros da vida coletiva. Um dos esforços mais notáveis foi o compromisso assumido pelos principais países do globo em compartilhar uma agenda de desafios para o novo milênio, esta agenda impõe transformações radicais em muitos âmbitos da vida, desde os elementos relacionados à preservação da natureza até a melhoria as condições de vida, de acesso a educação, programas de saúde, etc.

O que está em questão é um mundo melhor para todos e não apenas para uma parcela da população. É urgente entender que os mais velhos compõem essa totalidade, há um compromisso mundial por um projeto de sociedade mais justa. Por isso, as melhorias nas condições de vida devem envolver e garantir o direito ao envelhecimento.

(...) Produziu-se uma revolução mundial quanto ao uso da tecnologia da informação e à potenciação da sociedade civil. Isso nos permite estabelecer os vínculos de colaboração necessários para construir uma sociedade para todas as idades. Sendo os governos os principais responsáveis pelo bem-estar da população idosa, devem realizar seu trabalho mediante alianças eficazes com todos os interessados: das organizações não governamentais ao

setor privado, das organizações internacionais a educadores e profissionais de saúde e, certamente, as associações que reúnem os próprios idosos (...) (ONU, 2003, p. 14)

O desafio do envelhecimento é uma questão coletiva, como tal é de responsabilidade dos governos, mas também dos setores envolvidos e interessados, assim, Annan faz um chamado para que todos trabalhem em conjunto a fim de garantir melhores condições de vida para os mais velhos, a condição atual exige múltiplos esforços quem não podem ficar restritos a uma frente de atuação apenas, sem negar a obrigação primeira do Estado em garantir condições de bem-estar.

Já se dirigindo para o final de sua fala, o Secretário geral da ONU apontava o sentido central da assembleia, evidenciando que um dos grandes méritos do encontro foi estabelecer contatos e vínculos para efetivar os compromissos estabelecidos.

(...) Esta Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento deu-nos oportunidades extraordinárias de estreitar esses vínculos de colaboração, graças ao fórum paralelo das organizações não governamentais celebrado aqui em Madri e o fórum científico internacional que acaba de se encerrar em Valência. [...] Tendo em vista os desafios e as oportunidades que se nos apresentam, confio em que porão todo seu empenho em levar a bom termo as negociações sobre o documento final desta Assembleia (...) (ONU, 2003, p. 15).

Além de ressaltar a importância dos encontros possíveis estabelecidos na assembleia, a fala final de Kofi Annan reforça o pedido por não deixar, como há 20 anos atrás, que os temas relativos ao envelhecimento se percam ou sejam diluídos por outras pautas e outras questões. O tema do envelhecimento é de suma importância para o mundo contemporâneo, ademais, o envelhecimento é a única condição possível em contraposição a uma morte prematura, se não queremos morrer jovens, temos que cuidar do nosso envelhecimento, ao mesmo tempo ele é individual e coletivo e tocará a todos.

(...) Espero também que enviem ao mundo uma mensagem mais geral: que as pessoas idosas não são uma categoria à parte. Todos envelheceremos algum dia, se tivermos esse privilégio. Portanto, não consideremos os idosos como um grupo à parte, mas, sim, como a nós mesmos seremos no futuro. E reconheçamos que todos os idosos são pessoas individuais, com necessidades e capacidades particulares, e não um grupo em que todos são iguais por que são velhos. Finalmente, quisera lhes confessar algo. Completo hoje 64 anos. Portanto, considero-me em condições de citar a canção dos Beatles e perguntar, em nome de todos os idosos: Precisarás ainda de mim, me alimentarás ainda quando tiver 64 anos? Confio que a resposta seja sim:

no século XXI ofereceremos aos idosos o que necessitam e deles precisaremos (...) (ONU, 2003, p. 15).

A últimas considerações postas por Kofi Annan são entendidas como uma forma de mostrar que todo o discurso tem uma aplicabilidade real, não se trata apenas de uma discussão teórica, é possível pensar o envelhecimento para além daquelas ideias antigas de subalternidade e aposentadoria, ele próprio se põe como um velho ativo e atuante, qual seria o lugar da velhice? Como não aproveitar todo o potencial relacionado a um grupo de pessoas que têm mais experiência que os demais e que podem auxiliar significativamente na transformação do mundo em um lugar menos desigual.

As palavras propositivas de Kofi Annan são o termômetro ideal para entender os sentidos da assembleia internacional da ONU sobre o envelhecimento, naquela ocasião era urgente formular princípios que apresentassem as necessidades dos velhos para o mundo. O que será formulado como política e como plano de ação dá subsídios fundamentais para pensar políticas públicas que conduzam a um processo de envelhecimento que revele a potencialidade dos velhos e que reinstitua a eles o direito de envelhecer em sociedade.

Ao tratar da Segunda Assembleia para o Envelhecimento acabo que tendenciosamente tratando o tema do envelhecimento humano como se compreendesse um hiato completo, mas é importante ressaltar que aqueles envolvidos com a realização da assembleia, bem como a intelectualidade mundial, não abandonaram a velhice a um vazio total, o que tento destacar é que na construção de políticas e estruturas legais que sustentam a discussão coletiva sobre o envelhecimento e a velhice caminham a passos muito lentos. Não obstante, há um trabalho árduo e de grande vigor por aqueles que encampam o desafio de atualizar os termos relacionados ao envelhecimento e construir reflexões que superem os preconceitos e as ideias mal formuladas. Ao entregar o plano de ação internacional de Madri para o envelhecimento, em sua versão em espanhol, essa é uma das observações postas por Kofi Annan que ajudam a registrar essa correção para com o tema.

Los documentos trascendentales que se presentan en esta publicación son resultado de años de duro trabajo y del genuino espíritu de cooperación demostrado en Madrid. La Asamblea, organizada con generosidad y eficacia por el Gobierno de España, mostró a las Naciones Unidas en el desempeño de su función esencial, a saber, incluir entre las cuestiones candentes de actualidad los problemas que se vislumbran en el horizonte. Con todo, el principal obstáculo consistirá en llevar a la práctica ese programa. Todos y cada uno de nosotros, jóvenes y ancianos, tenemos algo que aportar al mismo con el fin de promover la solidaridad entre las generaciones, combatir la discriminación de las personas de edad y construir para las personas de

todas las edades un futuro de seguridad, oportunidad y dignidad. Insto a los Estados Miembros y al mundo entero a que se tomen este problema en serio y den muestras de audacia en la búsqueda de un planteamiento adecuado para abordar el que será, sin duda, uno de los temas más destacados de este siglo (ONU, 2013).

Os documentos (declaração política e plano de ação de Madri sobre o envelhecimento) são os dois documentos de projeção mundial de maior importância para entender a construção do direito ao envelhecimento.

A declaração política contém 19 artigos em que dão conta das dimensões discutidas sobre o envelhecimento e quais as posturas esperadas para a definição dos programas e projetos realizados sobre a condição da velhice e do processo de envelhecimento, se replicados, esses elementos garantem minimamente ações que promovem o entendimento da velhice naqueles três eixos já apontados anteriormente: Idosos e desenvolvimento; promoção da saúde e bem-estar na velhice; e, a criação de um ambiente propício e favorável. Enquanto que o Plano de Ação de Madri para o envelhecimento é composto pela mesmas três orientações prioritárias, sendo que cada orientação prioritária se desdobra em temas particulares.

Apresento em seguida dois quadros (12 e 13) sistemáticos que apresentam sinteticamente as principais questões apresentadas em ambos os documentos.

Quadro 12 – Artigos da Declaração Política sobre o envelhecimento

Artigos da declaração Política	Principais elementos
Artigo 1º	Trata dos principais elementos apresentados no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, correspondendo ao apelo por assumir todas as oportunidades e os desafios relacionados ao envelhecimento da população do século XXI, com o objetivo de promover o desenvolvimento de uma sociedade para todas as idades.
Artigo 2º	Celebra o aumento da expectativa de vida em muitas regiões do mundo como uma das maiores conquistas da humanidade. Reconhece que o mundo está passando por uma transformação demográfica sem precedentes e que daqui a 2050, o número de pessoas acima de 60 anos aumentará de 600 milhões para 2 bilhões. Essa transformação demográfica apresentará para toda a sociedade o desafio de aumentar as oportunidades das pessoas, particularmente as oportunidades de os idosos aproveitar ao máximo suas capacidades de participação em todos os aspectos da vida.
Artigo 3º	Reitera o compromisso assumidos nas principais conferências e cúpulas das Nações Unidas e na Declaração do Milênio, com respeito à promoção de ambientes internacionais e nacionais que promovam o estabelecimento de uma sociedade para todas as idades. Reafirma os princípios e as recomendações contidos no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, feito pela Assembleia das Nações Unidas, em 1982, e os princípios das Nações Unidas em favor dos idosos aprovados pela Assembleia Geral, em 1991, que deram orientação sobre as questões da independência, e a participação, dos cuidados, da auto-realização e da dignidade.

Artigo 4º	Destaca a melhoria da cooperação internacional como dimensão essencial para complementar os esforços nacionais para aplicar os compromissos solicitados no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002. Estimula a comunidade internacional a continuar promovendo a cooperação entre todas as partes interessadas.
Artigo 5º	Reafirma o compromisso de não limitar esforços para promover a democracia, reforçar o estado de direito e favorecer a igualdade entre homens e mulheres; Promove e protege os direitos humanos e as liberdades fundamentais, inclusive o direito ao desenvolvimento. Compromete-se em diminuir e inibir todas as formas de discriminação, entre outras, a discriminação por motivos de idade. Reconhece que as pessoas, à medida que envelhecem, devem desfrutar de uma vida plena, com saúde, segurança e participação ativa na vida econômica, social, cultural e política de suas sociedades.
Artigo 6º	Assume que o mundo moderno possui riqueza e capacidade tecnológica sem precedentes e que isso dá extraordinárias oportunidades: capacitar homens e mulheres para chegar à velhice com mais saúde e desfrutando de um bem-estar mais pleno; buscar a inclusão e a participação total dos idosos nas sociedades; permitir que os idosos contribuam mais eficazmente para suas sociedades e para o desenvolvimento de suas sociedades; melhorar constantemente os cuidados e o apoio prestados às pessoas idosas que deles necessitam. Reconhece a necessidade de transformar as oportunidades e a qualidade de vida de homens e mulheres, à medida que envelhecem e assegurar o sustento de seus sistemas de ajuda, construindo assim o fundamento de uma sociedade para todas as idades. Quando o envelhecimento é aceito como um fim, é o recurso a competências, experiências e recursos humanos dos grupos idosos é assumido com naturalidade como vantagem para o crescimento de sociedades humanas maduras, plenamente integradas.
Artigo 7º	Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento, particularmente os menos adiantados, assim como alguns países de economias em transição, precisam ainda vencer numerosos obstáculos para se integrarem mais e participar plenamente na economia mundial. A menos que as vantagens do desenvolvimento social e econômico cheguem a todos os países, um número cada vez maior pessoas, sobretudo idosos de todos os países e mesmo de regiões inteiras ficarão à margem da economia mundial. Por esse motivo, reconhece a importância de incluir o tema do envelhecimento nos programas de desenvolvimento, assim como nas estratégias de erradicação da pobreza e de cuidar que todos os países consigam participar plenamente no desenvolvimento da economia mundial.
Artigo 8º	Compromete-se em levar a cabo a tarefa de incorporar eficazmente o envelhecimento nas estratégias, políticas e ações socioeconômicas, cientes de que as políticas concretas variam em função das condições de cada país. Reconhece que a perspectiva de gênero deve incorporar-se em todas as políticas e programas com vistas às necessidades e experiências tanto de mulheres como de homens idosos.
Artigo 9º	Compromete-se em proteger os idosos e lhes dar assistência em situações de conflito e ocupação estrangeira.
Artigo 10º	O potencial dos idosos constitui sólida base para o desenvolvimento futuro. Permite à sociedade recorrer cada vez mais a competências, experiência e sabedoria dos idosos, não só para tomar a iniciativa de sua própria melhoria, mas também para participar ativamente na de toda a sociedade.
Artigo 11º	Destaca a importância das pesquisas internacionais sobre envelhecimento e questões relacionadas com a idade, como importante instrumento para a formulação de políticas relativas ao envelhecimento, baseadas em indicadores confiáveis e uniformes, preparados, entre outras entidades, por organizações de estatísticas nacionais e internacionais.
Artigo 12º	As expectativas dos idosos e as necessidades econômicas da sociedade exigem que possam participar na vida econômica, política, social e cultural de suas sociedades. Os idosos devem ter a oportunidade de trabalhar até quando queiram e de serem capazes de assim o fazer, no desempenho de trabalhos satisfatórios e produtivos e de continuar a ter acesso à educação e aos

	programas de capacitação. A habilitação de idosos e a promoção de sua plena participação são elementos imprescindíveis para um envelhecimento ativo. É preciso oferecer sistemas adequados e sustentáveis de apoio social a pessoas idosas.
Artigo 13º	Destaca a responsabilidade primordial dos governos de promover e prestar serviços sociais básicos facilitando seu acesso, tendo presentes as necessidades específicas dos idosos. É importante trabalhar com as autoridades locais, a sociedade civil, incluídas as organizações não governamentais, o setor privado, os voluntários e as organizações de voluntários, os próprios idosos e as associações de idosos dedicadas a eles, bem como com as famílias e as comunidades.
Artigo 14º	Reconhece a necessidade de conseguir progressivamente a plena realização do direito de todos de desfrutar do mais alto grau de saúde física e mental que possam obter. Reafirma a meta de alcançar o mais alto grau possível de saúde como um objetivo social de suma importância no mundo inteiro, e para que se torne realidade, é preciso adotar medidas em muitos setores sociais e econômicos fora do setor da saúde. Compromete-se em proporcionar aos idosos acesso universal e em condições de igualdade à assistência médica e aos serviços de saúde, tanto de saúde física como mental, e reconhece que as necessidades de uma população que envelhece têm aumentado, por isso é preciso adotar novas políticas, especialmente em matéria de assistência e tratamento, promovendo meios de vida saudáveis e ambientes propícios.
Artigo 15º	Reconhece a importância da função das famílias, dos voluntários, das comunidades, das organizações de idosos e outras organizações de base comunitária para prestar aos idosos apoio e cuidados informais complementares aos proporcionados pelos governos.
Artigo 16º	Reconhece-se a necessidade de fortalecer a solidariedade entre as gerações e as associações intergeracionais, tendo presente as necessidades particulares dos mais velhos e dos mais jovens e de incentivar as relações solidárias entre gerações.
Artigo 17º	Os governos são os principais responsáveis pela iniciativa das questões ligadas ao envelhecimento e à aplicação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002; mas é essencial a existência de colaboração eficaz entre os governos nacionais e locais, organismos internacionais, os próprios idosos e suas organizações, outros setores da sociedade civil, incluídas as organizações não governamentais e o setor privado. A aplicação do Plano de Ação exigirá a colaboração e a participação de várias partes interessadas: organizações profissionais, empresas, trabalhadores e sindicatos, cooperativas, instituições de pesquisas, universidades e outras instituições educativas e religiosas e os meios de comunicação.
Artigo 18º	Ressalta-se a importante função do sistema das Nações Unidas, especificamente das comissões regionais, de ajudar os governos, a pedido deles, a aplicar e acompanhar a aplicação do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002, levando em conta as diferenças existentes entre os países e as regiões do ponto de vista econômico, social e demográfico.
Artigo 19º	Convida-se todas as pessoas, de todos os países e de todos os setores sociais para que, a título individual e coletivo, juntem-se a nosso compromisso, com uma visão compartilhada da igualdade para as pessoas de todas as idades.

Fonte: ONU (2003, p. 19 - 23)

Os 19 artigos apresentados pelos representantes dos países reunidos em Madri no ano de 2002 possibilitam que o envelhecimento seja trabalhado como uma questão coletiva, essa compreensão é fundamental para tirar o tema do seu aprisionamento da vida privada, ainda que a questão do envelhecimento se dá de forma individual e que as implicações sejam diretamente vinculadas aos indivíduos velhos, não é verdade supor que as problemáticas

concernentes ao envelhecimento sejam de domínio privado. As implicações sociais, as determinações construídas em sociedade, as implicações coletivas sobre a organização da vida e a realização da vida são elementos mais que fundamentais para que o Estado seja implicado na construção de condições e garantias de um processo de envelhecimento saudável e uma velhice minimamente orientada para um projeto social que não seja o do mercado e da sociedade de consumo.

A produção do espaço tem uma relação direta com a produção biológica e social, como discutimos na parte II deste trabalho. Se associarmos estes elementos à matriz territorial apresentada por Gomes (2002) em que o espaço contém elementos de uma normatização das relações sociais, ao mesmo tempo que é reflexo e condição da ação de grupos que se apropriam de fragmentos do espaço e impõe a ele formas de funcionamento que superam a definição normativa, entenderemos que a construção de pactos sociais, de políticas funcionam como base de mediação das pessoas com o seu ambiente, essa relação passa por processos de muitas ordens e níveis de reflexão. Os esforços coletivos por assumir compromissos e causas coletivas recuperam o sentido de se viver em sociedade.

Obviamente que os interesses coletivos, principalmente na moderno, têm como mediação fundamental resolver os problemas da acumulação e da busca pelo lucro, mas quando estes ideários são revisitados com racionalidade considerando a vida humana mais importante que o ritmo de crescimento e reprodução do capital, acende-se uma luz de esperança no fim do túnel.

Neste contexto, apresento, de forma sintética e sistematizada, em forma de quadro (13), as orientações constantes no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, seus principais e temas e objetivos.

Quadro 13 – Síntese do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento

Orientação Prioritária	Temas	Objetivos
1. Pessoas Idosas e o Desenvolvimento	Tema 1: Participação ativa na sociedade e no desenvolvimento	Objetivo 1: Reconhecimento da contribuição social, cultural, econômica e políticas das pessoas idosas
		Objetivo 2: Participação de idosos nos processos de tomada de decisões em todos os níveis
	Tema 2: Emprego e envelhecimento da força de trabalho	Objetivo 1: Oferecer oportunidades de emprego a todas as pessoas idosas que desejem trabalhar
	Tema 3: Desenvolvimento rural, migração e urbanização	Objetivo 1: Melhoria das condições de vida e da infraestrutura das zonas rurais
		Objetivo 2: Diminuição da marginalização de pessoas idosas nas

		zonas rurais
		Objetivo 3: Integração dos migrantes de idade avançada em suas novas comunidades
	Tema 4: Acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação	Objetivo 1: Igualdade de oportunidades durante toda a vida em matéria de educação permanente, capacitação e reabilitação, assim como de orientação profissional e acesso a serviços de inserção no trabalho
		Objetivo 2: Plena utilização das possibilidades e dos conhecimentos de pessoas de todas as idades, reconhecendo os benefícios frutos de uma experiência adquirida com a idade
	Tema 5: Solidariedade intergeracional	Objetivo 1: Fortalecer a solidariedade mediante a equidade e a reciprocidade entre as gerações
	Tema 6: Erradicação da pobreza	Objetivo 1: Redução da pobreza entre as pessoas idosas
	Tema 7: Garantia de rendimentos, proteção social e prevenção da pobreza	Objetivo 1: Realização de programas que permitam a todos os trabalhadores terem uma proteção social / seguridade social básica que compreenda, quando for o caso, pensões, seguro invalidez e assistência à saúde
		Objetivo 2: Renda mínima suficiente para idosos, com especial atenção aos grupos em situação social e econômica desvantajosa
	Tema 8: Situações de emergência	Objetivo 1: Igualdade de acesso de pessoas idosas à alimentação, à moradia, à assistência médica e a outros serviços durante e depois de desastres naturais e outras situações de calamidade pública
		Objetivo 2: Possibilitar que as pessoas idosas contribuam mais para o reestabelecimento e a reconstrução das comunidades e do contexto social depois das situações de emergência
2. Promoção da saúde e bem-estar na velhice	Tema 1: Promoção da saúde e do bem-estar durante toda a vida	Objetivo 1: Redução dos efeitos acumulativos dos fatores que aumentam o risco de sofrer doenças e, em consequência, a possível dependência na velhice
		Objetivo 2: Elaboração de políticas para prevenir a falta de saúde entre as pessoas idosas
		Objetivo 3: Acesso de todos os idosos à alimentação e a uma nutrição adequada
	Tema 2: Acesso universal e equitativo aos serviços de assistência à saúde	Objetivo 1: Eliminação das desigualdades sociais e econômicas por razões de idade ou sexo ou por outros motivos, inclusive barreiras linguísticas, a fim de garantir que os idosos tenham um acesso universal e em condições de igualdade à assistência à saúde
		Objetivo 2: Desenvolvimento e

		fortalecimento dos serviços de assistência à saúde para atender às necessidades de idosos e promover sua inclusão no processo
		Objetivo 3: Instituir um atendimento contínuo à saúde para atender às necessidades de idosos
		Participação de idosos no desenvolvimento e fortalecimento dos serviços de atenção primária de saúde e atendimento a longo prazo
	Tema 3: Os idosos e a aids	Objetivo 1: Melhorar a avaliação dos efeitos da aids sobre a saúde dos idosos, tanto para os infectados como para os idosos que cuidam de familiares infectados ou sobreviventes
		Objetivo 2: Dar informação adequada, capacitar para a prestação de cuidados e proporcionar assistência médica e apoio social a idosos infectados pela AIDS e a quem lhes dão assistência
		Objetivo 3: Fortalecimento e reconhecimento da contribuição de idosos para desenvolvimento quando cuidam de crianças com enfermidades crônicas, inclusive a aids, e quando substituem aos pais
	Tema 4: Capacitação de prestadores de serviços de saúde e de profissionais de saúde	Objetivo 1: Melhorar a informação e a capacitação de profissionais de saúde e de serviços sociais quanto às necessidades de idosos
	Tema 5: Necessidades relacionadas com a saúde mental de idosos	Objetivo 1: Desenvolvimento de amplos serviços de assistência à saúde mental que compreendem desde a prevenção de uma intervenção oportuna à prestação de serviços para o tratamento e gestão dos problemas de saúde mental de idosos
	Tema 6: Idosos e Incapacidades	Objetivo 1: Manutenção de máxima capacidade funcional durante toda a vida e promoção da plena participação dos idosos portadores de incapacidades
	3. Criação de ambiente propício e favorável	Objetivo 1: Promover o envelhecimento na comunidade em que se viveu, levando devidamente em conta as preferências pessoais e as possibilidades no tocante à moradia acessível para idosos
		Objetivo 2: Melhoria do projeto ambiental e da moradia para promover a independência de idosos considerando suas necessidades, particularmente dos que apresenta incapacidades
		Objetivo 3: Melhorar a disponibilidade de transporte acessível e economicamente exequível, para os idosos
		Objetivo 1: Oferecer assistência e serviços contínuos, de diversas fontes, a idosos e às pessoas que prestam

		assistência
		Objetivo 2: Apoio à função assistencial que desempenham pessoas idosas, principalmente mulheres idosas
	Tema 3: Abandono, maus-tratos e violência	Objetivo 1: Eliminação de todas as formas de abandono, abuso e violência contra idosos
		Objetivo 2: Criação de serviços de apoio para atender aos casos de abuso e maus-tratos a idosos
	Tema 4: Imagens do envelhecimento	Objetivo 1: Maior reconhecimento público da autoridade, sabedoria, produtividade e outras contribuições importantes dos idosos

Fonte: Adaptado de ONU (2003).

O princípio fundamental que rege as normas construídas no plano de ação internacional sobre o envelhecimento é a promoção de condições de igualdade social para os indivíduos mais velhos, garantindo direitos básicos e os protegendo contra as violências impostas a estes; também figura no núcleo central do espírito desta normativa a busca por eliminar as visões preconceituosas e a construção de uma relação sujeitos velhos com o ambiente construído.

As orientações postas em debate a partir dos temas e dos objetivos funcionam como subsídio fundamental para a elaboração, aplicação e acompanhamento de políticas voltadas para o envelhecimento, tomando como referência as dimensões da reprodução da vida na sociedade moderna.

Estas normativas trazem em si um a dimensão de apelo social que se junto às entidades, às empresas e aos grupos sociais para que seja percebida a necessidade de que os sujeitos que envelhecem tenham bases políticas, sociais e econômicas para que consigam efetivar suas necessidades cotidianas.

As questões apresentadas ainda ganham maior centralidade e destaque quando se leva em consideração que em poucos anos o grupo das pessoas com idade superior a 60 anos representará uma parcela gigantesca da sociedade mundial, em especial em países como o Brasil, por isso as políticas públicas precisarão ser construídas de maneira consistente.

O Direito ao Envelhecimento no Brasil

Diversos movimentos no sentido de garantir, reconhecer e valorizar os direitos fundamentais da pessoa envelhecer foram e estão sendo construídos na perspectiva de alinhar a legislação brasileira aos movimentos internacionais, não por acaso o estatuto do idoso nasce pouco depois da segunda assembleia internacional sobre o envelhecimento, ainda que timidamente construído, os referenciais brasileiros sobre o envelhecimento apresentam uma discussão de alto nível, o que não está claro é se esses direitos são apenas direito de papel ou se constituem como prática, ou seja, se conseguem ser aplicados de forma a garantir que o direito ao envelhecimento e à velhice sejam reais.

Seguindo à tradição jurídica brasileira, toda a construção teórica do direito tem uma articulação e uma base bastante profunda, quer seja pela representação social que o direito teve e tem no país, quer seja por um corpo de profissionais relativamente extenso, as legislações brasileiras não são em si um problema, a execução e a fiscalização sobre o que rege a lei é que é o nosso ponto fraco. Por isso, é importante destacar que, apesar dos atrasos, a legislação brasileira sobre o envelhecimento e a velhice vem avançando, e é notório que esse movimento é o resultado de múltiplos esforços conjuntos na busca de novas formas de compreensão sobre a velhice e o envelhecimento humano.

É fundamental reconhecer que neste processo várias entidades estão e estiveram empenhadas - através de lutas e conquistas em prol da pessoa velha, seja no desenvolvimento de conhecimentos, na formação de uma consciência, sensibilização, desenho de instrumentos – na construção de estratégias e ações voltadas à questão relacionadas a edificação do direito à velhice.

Ainda que os cenários internacionais, como aquele realizado em Madri (em 2002), apontem para uma necessária adequação dos países às diretrizes postas para ação, a carta magna brasileira, de 1988, já apresenta alguns elementos que apontam para o cenário de uma política sobre as pessoas velhas. É-nos também muito claro que a constituição de um inventário legal sobre as necessidades dos mais velhos não é muito diferente daquilo pensado para os mais grupos sociais, na verdade, assim como a infância, a juventude e a vida adulta, a velhice compõe parte fundamental da vida humana, por isso não se trata de entender os velhos como um grupo social separado da sociedade, mas que compõe a totalidade sociedade que é naturalmente composta por momentos específicos da vida, a velhice é uma delas, então, toda

a construção sobre a promoção de direitos que foram apresentados para todas as pessoas de forma ampla, também são garantidos para as pessoas acima de 60 anos de idade.

A constituição de 1988, como a principal referencia legal do Brasil, é um importante instrumento por reunir e condensar normas essenciais para a organização social. Normas essas voltadas para a limitação do poder como condição da afirmação dos direitos fundamentais, ou seja, a carta magna é a instrumentalização da garantia dos direitos. Entretanto, é imprescindível que as noções de direito político e de direitos individuais sejam respeitadas e não anuladas, e que a sociedade e os cidadãos tenham desenvolvido a consciência de que os direitos precisam ser levados a sério, em outras palavras, é preciso transformar os direitos constituídos em direitos de fato; é fundamental que as pessoas se apropriem de todo o arsenal que lhes foi garantido na carta magna, o desconhecimento dos direitos e dos deveres inerentes a todos os cidadãos brasileiros coloca os indivíduos em posições de fragilidade que poderiam, legalmente, ser evitadas.

Apropriados desse princípio de tomada de consciência em relação aos direitos, o papel do cidadão, torna-se fundamental no processo de organização sócio-espacial. Mais do que a simples organização, o empoderamento dado pelos instrumentos legais pensando para a garantia de direitos sociais dão a possibilidade de que os grupos sociais se tornem forças de resistência, ou seja, através da garantia dos direitos e o seu cumprimento são postas as condições mínimas necessárias para que se organizem estruturas e condições básicas que tornam os indivíduos como serem atuantes no processo de produção do espaço.

Uma parte importante dessa discussão foi oportunizada por Milton Santos há época dos debates nacionais realizados no momento de elaboração do texto da constituição, que foi aprovado em 1988. Como resultado das contribuições do pensamento de Santos, ele escreveu um livro chamado espaço do cidadão que fundamenta as discussões mais importantes daquela época e como essas discussões influenciam a construção de lógicas espaciais.

Em termos bem amplos, Santos (1987) reflete que o simples fato de um indivíduo nascer o investe de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada um portador de prerrogativas sociais. Direito a uma moradia, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries, direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna. O respeito ao indivíduo é a consagração da cidadania, pela qual uma lista de princípios gerais e abstratos se impõe como um corpo de direitos concretos individualizados.

(...) a cidadania é uma lei da sociedade que, sem distinção, atinge a todos e investe cada qual com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é dádiva, mas uma conquista, uma conquista a se manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. Para ser mantida pelas gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fonte de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido (SANTOS, 1987, p.20).

Ao ler o fragmento do pensamento de Milton Santos fica claro que só pode haver a construção de uma cidadania efetiva só é possível através da construção de um ambiente que permita a promoção dos direitos constituídos como princípio. Inequivocamente a construção da vida social tem que ser baseada em parâmetros reais e concretos, a mais idealista das normas não se sustenta sem uma materialidade inspiradora e receptora daquilo que foi pensando. Só pode ser criada uma sociedade democrática que valorize o cidadão em seu sentido pleno, se, e somente se, existam práticas sociais que conduzam à aplicabilidade dessa sociedade. A única forma de uma construção abstrata anteceder a dimensão real é se houver uma ação coercitiva e violenta, que limite a possibilidade da ação espontânea, que doutrine, vigie e puna aqueles indivíduos desviantes. Em tese, só há a construção de leis aplicáveis se houver garantia de liberdade.

O indivíduo, para exercer o papel de cidadão, deve reconhecer os seus direitos e deveres, sem que isso seja construído como uma violação das liberdades possíveis, deve pensar no conjunto de valores e práticas que constitui a sua vida cotidiana. Essas prerrogativas devem estar atreladas a um componente territorial, somados aos elementos concretos e abstratos distribuídos no espaço e relacionados. A discussão tem que ser realizada no sentido de possibilitar o entendimento de que os direitos fundamentais conquistados foram decorrentes de lutas históricas, lutas que muitas vezes com o passar do tempo são naturalizadas, gerações consequentes não sabem dos conflitos, das lutas, do entraves, das ameaças e das resistências realizadas no âmbito das sociedades precedentes, há uma banalização da luta, das trajetórias, dos contextos.

A conquista dos direitos não é batalha ganha definitivamente, ela precisa ser travada, lembrada, reestabelecida a todo o momento, em processo de revisão, ampliação, de manutenção e atualizações perpétuas. O preço político que se pode pagar por naturalizar questões artificiais é muito alto e a consequência pode ser sentida com uma precarização e

perda de direitos históricos (Vivenciamos cotidianamente estas lutas e as supressões dos direitos históricos, principalmente no ano atual estamos em condição de perplexidade com as decisões vindas da Câmara dos deputados brasileira).

As decisões e criações de normas, leis e condutas do ponto de vista jurídico têm uma conexão direta com os contextos políticos, em sentido amplo, entendida na chave de que a política é a ação em prol de uma coletividade, não aquela praticada cotidianamente pelos políticos, através de desvios, acordos, conspirações, etc. Entretanto e apesar dos múltiplos movimentos que compõem a construção das normas e códigos sociais, é fundamental ter a clareza, como já indicamos em vários momentos, que as leis nascem posteriormente ao fato social, elas são o resultado da construção humana, por isso, não antecedem a experiência concreta, ou seja, a elas corresponde sempre o esforço de compreensão das transformações da vida em coletividade. Não obstante, o direito não pode ser considerado letra morta, a condição dele se dar sempre a posteriori não o coloca numa condição de engessamento e de atraso, ele precisa ser considerado em elemento “vivo”, o que o dota de uma condição de transformação constante. Para isso, as ações precisam conferir-lhe vida e a vida se imprime e exprime através da prática social.

A cidadania, a construção de códigos e valores, critérios e jugos precisam estar conectados com o espírito do tempo, a sociedade precisa tratar de garantir a todo momento a pertinência e a manutenção dos códigos de conduta social, com pena de perder a unidade, se pensarmos em sociedades baseadas, fundamentalmente, na construção de um espaço normativo. É preciso, pois, o cuidado e a correção apontada em Gomes (2002) para que a consolidação de uma lógica de compreensão no nomoespaço não descaracterize as tessituras relacionadas ao genoespço, vivemos em uma base social que orienta as vida em uma perspectiva nomoespacial, mas que estabelece relações genoespaciais, a ação dos grupos, que antecede a formulação das leis, também cria hábitos e organiza a sistematização da vida em termos mais cotidianos. As leis criadas servem como princípios norteadores que garantem a construção de pactos coletivos.

Ramos (2005, p.88) nos ajuda a refletir um pouco mais sobre a definição do que sejam esses direitos fundamentais, segundo a autora eles são,

(...)elementos constitutivos do avanço do processo civilizatório, na medida em que trazem consigo a consciência de que os homens, todos os homens, são sujeitos de direito; portanto, credores de condições mínimas de existência capazes de assegurar sua dignidade, elemento essencial de identificação dos homens como seres do momento histórico ao qual pertencem. Por sua vez, os homens de hoje só serão seres do seu tempo, ou

seja, do seu contexto civilizatório, se lhes forem dadas condições para que possam gozar de tudo aquilo que a sociedade é capaz de produzir para beneficiar e facilitar as suas vidas. Vários são os recursos atualmente disponíveis para cumprir esse papel, dentre os quais devem ser citados os avanços tecnológicos, que podem ser aplicados [...] para oferecer condições de autonomia a um número cada vez mais amplo de pessoas.

A compreensão sobre os direitos fundamentais pode ser considerado como o ponto de partida para toda e qualquer organização social, não há construção de um código que possa ser minimamente compartilhado pelas pessoas, se não há a construção de uma base fundamental de direitos, os direitos fundamentais flutuam entre as garantias históricas e as necessidades futuras, ou seja, funciona como um ponto médio para a realização da vida, por isso fundamentais para manter o curso do processo civilizador.

Cada grupo social constrói a sua base referencial influenciada pelas determinações a que está subjugado, as leis das sociedades humanas não são traçadas com a mesma linha que define os limites das ciências naturais ou exatas; é fundamental ter claro que a definição dos códigos são construídos com base em cada conjunto social complexo. A construção de instrumentos que regulam e disciplinam comportamentos só se justifica quando as definições são elaboradas para garantir ao indivíduo a sua condição inalienável de estar inserido em um contexto histórico, de compartilhar códigos, usufruir dos recursos existentes e de estabelecer as suas relações em sociedade.

De uma forma geral, concordo com Ramos (2005) quando apresenta que esses são elementos e princípios fundamentais para a construção da autonomia dentro do contexto social, já que os direitos fundamentais são uma forma de criar e manter condições de autonomia dos homens. Para que os direitos fundamentais sejam afirmados, reconhecidos, valorizados e levados a sério, a concepção de democracia deve aprimorar-se na sociedade (se estamos pensando na manutenção dos termos atuais, no limite há que provocar a ruptura com o status quo e com as imposições de uma lógica de reprodução da vida que é muito mais perversa do que solidária), pois vai caminhar conjuntamente com a afirmação desses direitos, podendo-se inclusive inferir que a democracia é o ambiente dentro do qual os direitos fundamentais brotam, espraiam-se e garantem-se.

A democracia, por meio da implementação e respeito aos direitos fundamentais, [age como possibilidade de que] as pessoas se tornem autônomas, ou seja, capazes para conduzir o seu próprio destino, contribuindo decisivamente para elaboração das leis que irão regê-las. Sendo a autonomia ingrediente essencial da democracia, todos são chamados [em tese] a elaborar leis que governarão a sociedade. Portanto, excluir qualquer

segmento social ou parte dele do contexto de decisão, traduz-se a negação do próprio espaço democrático e, por consequência, dos direitos fundamentais, dos quais todos são titulares. (RAMOS, 2005, p. 89).

Todo o indivíduo deve se permitir a participar dos processos de decisão que estão implicados e com isso ter a oportunidade de acesso a todas as possibilidades disponíveis. Para isso são necessários elementos que lhes assegure a participação nos contextos sociais. A participação só pode existir como uma construção, jamais como uma imposição ou como uma definição vazia de sentido. Se a participação social se dá como construção, como algo que tem que ser regido, edificado, o conhecimento é parte fundamental para garantir a conexão aos processos socialmente construídos.

A inserção nestes processos consolida-se como base fundamental para gerar a liberdade de ação e intervenção sobre a realidade partilhada. Ou seja, os mecanismos de inclusão e as condições mínimas para que o indivíduo atue em sociedade são dadas como elementos indispensáveis para o seu pleno desenvolvimento, principalmente, no âmbito do seu preparo para o exercício da cidadania.

Seguindo estas dimensões expostas como fundamentais para que as pessoas, independentes de sua condição, sejam inseridas nos contextos sociais, podemos tratar dos caminhos legais em que a política brasileira vai sendo construída e como ela pode ajudar no entendimento relativo às questões do envelhecimento, ou seja, estas condições postas são indispensáveis para debater sobre os avanços e os desafios da questão do envelhecimento na agenda pública brasileira.

As políticas e os instrumentos referentes ao envelhecimento, na perspectiva de pensar a promoção dos Direitos Humanos sob a ótica do dever Estatal e da responsabilidade social, assumem particularidades que demonstram um percurso de elaboração intensa e isso não se deu sem conflitos. Os precedentes foram postos e estão contextualizados à luz das discussões relacionadas à constituição brasileira de 1988, apesar dos germes da questão está lá posto, são apenas introduções, uma vez que as questões do envelhecimento só assumiram centralidade a partir de 2003.

Entretanto, o envelhecimento, como apontamos acima, é, antes de tudo, um direito humano que precisa ser solidamente pensado. Destacando assim, o compromisso de todos por um envelhecimento digno (saúdável, ativo, bem-sucedido?), à medida que ele será o resultado da relação construída entre os limites do possível e do impossível, revelando as transformações da sociedade, no entendimento sobre o envelhecimento e nas condições relativas ao ato de envelhecer.

As transformações nas questões relacionadas ao envelhecimento humano são bastante profundas e revelam mediações de muitas ordens, questões colocadas em esferas que originalmente não estariam conectadas apresentam-se vinculadas, mas que exigem uma construção complexa. Inequivocamente as questões relacionadas ao envelhecimento revelam contradições também no âmbito das relações entre o público e o privado. Os direitos conseguidos, os direitos ainda a conquistas e as lutas para a manutenção dos mesmos não são feitas de forma linear, nem muito menos como o resultado de um processo pacífico e simples. A luta pelo direito ao envelhecimento está longe de assumir elementos passivos, exige protagonismos de muitas ordens.

As lutas e as conquistas relacionadas aos direitos da velhice estão longe de ser naturalizadas, se seguirmos as pistas de Teixeira (2003), ao regressarmos 50 anos na história, perceberemos que as questões sobre a velhice estão completamente ocultadas pela dimensão da vida privada, quando muito, a velhice, era tema para ser discutido em família, mas não em todo núcleo familiar, apenas os parentes mais próximos falavam abertamente sobre as questões relativas a esta etapa da vida, como conseguinte, não havia nenhuma política de Estado capaz de amparar as pessoas na velhice.

É apenas a partir dos anos 1960, no Brasil, que o tema passa assumir importância relativa na pauta social, transformando-se em um tema de importância política no mundo contemporâneo, apenas. E devido às pressões exercidas por grupos de velhos socialmente organizados e através da ação de alguns grupos e organizações da sociedade civil que assumem a luta pelo direito dos velhos. Além destes núcleos locais, a organização de instituições e grupos multilaterais em âmbito internacional constituem-se como grupos de pressão, elementos importantíssimos na transformação da questão do envelhecimento em tema presente na agenda pública²⁷¹. A ONU tem um importante papel na emergência do envelhecimento como tema coletivo e público.

A inserção das políticas públicas na agenda do Estado é um tema que demanda muita maturação e que só ganha forma e força quando consegue estourar a bolha dos particularismos e regionalismos e se apresenta como centralidade, ou seja, quando se tornam, utilizando os termos de Teixeira (2003, uma demanda socialmente vocalizada. Isto é, quando grupos da sociedade civil organizam-se em torno desta demanda, focalizam-na e agem sensibilizando e mobilizando outros segmentos societários em torno dela. Há um trabalho

²⁷¹ A Agenda Pública baseada na redefinição dos limites do espaço público e do alcance das políticas governamentais (TEIXEIRA, 2003).

muito grande até que uma política social emergja como significativa para o debate público institucionalizado.

O caso do envelhecimento é um exemplo bem característico dessa constituição lenta de uma demanda. Enquanto processo o envelhecimento acompanha o tempo de existência da vida na terra, mas somente na contemporaneidade se torna uma questão de interesse difuso, mesmo assim, depois de constantes pressões sobre a temática e a construção de diversas justificativas que relacionam diretamente o envelhecimento com o processo de reprodução da vida (econômica, social, política, etc.), entendido em uma escala populacional e não como uma escala individual.

Entretanto, é fundamental apontar que quando as questões assumem um lugar nas políticas de Estado, há imediatamente, por meio das forças de funcionamento e das estruturas de controle e poder, um adensamento das questões políticas no entorno ao tema, criando um adensamento nas definições de forças, estabelecendo pressões de várias ordens, interesses de vários outros grupos e setores, transformado a temática em prioridade, introduzindo-a no campo da disputa política, tornando-a prioridade efetiva e, não apenas, dos grupos organizados da sociedade.

Sobre esses processos que dão particularidade ao ambiente de disputa na construção dos referenciais legais relacionados ao envelhecimento, vale a pena resgatar um pouco a constituição da questão no Brasil. Assim, como no movimento em escala mundo, os processos legais relacionados ao envelhecimento no Brasil têm como marca uma constituição lenta e conflituosa ao longo da constituição do Sistema de Proteção Social Brasileiro, como destaca Teixeira (2003).

As particularidades e os conflitos se dão na definição de construções de tendências e de pensamentos diferentes, estas diferenças estão relacionadas aos sujeitos, aos diferentes grupos de pressão envolvidos na luta pelos direitos dos anciões, e são conflituoso também no que tange às respostas dadas pelo Estado e quanto aos significados do envelhecimento, compondo um cenário complexo com várias determinações.

Os estudos realizados por Teixeira (2003) sobre as relações estabelecidas entre o processo de envelhecimento e as definições dos programas de seguridade social no contexto da classe trabalhadora dão conta de apresentar, pelo menos, dois grandes momentos fundamentais que marcam a emergência das lutas travadas pelos trabalhadores para garantir o reconhecimento, por parte do Estado, dos problemas que enfrentados para a realização da vida e a necessidade de regulamentações na seguridade social que possibilitassem o envelhecimento minimamente viável economicamente para a classe trabalhadora aposentada.

Problemas que não se restringiam apenas a questões puramente sociais, mas que tinham um desdobramento de ordem política e econômica, decorrentes, fundamentalmente, das desigualdades e dessimetrias sociais típicas das relações do modo capitalista de produzir. As tensões, conflitos e disputas resultantes dessas relações culminará com as primeiras medidas de proteção a velhice. Os momentos definidos por Teixeira (2003) são:

i) O primeiro momento está baseado no processo em que a velhice, pobreza e aposentadoria são entendidas como sinônimos, as construções sobre a velhice pressupunham a necessidade de que grandes transformações fossem postas em prática, os preconceitos e visões parcelares da questão eram reincidentes. Efetivamente a situação do trabalhador aposentado era muito delicada, em geral, entendido como marginal à organização social, o que estava sendo realizado na ordem da vida cotidiana era a necessidade de que o trabalhador aposentado encampasse uma luta constante contra a pobreza. O contexto de instabilidade política e econômica no país exigia que fossem estabelecidos diálogos mais consistentes sobre a não redução dos valores recebidos. Neste primeiro momento a aposentadoria em si já se configurava como a entrada em um campo de disputas, a velhice e o envelhecimento estavam fora da agenda pública, neste momento.

ii) O segundo momento é marcado pela emergência da questão velhice e do envelhecimento como temas importantes para a agenda pública; o período em questão compreende as décadas de 1980 e 1990. A velhice, o envelhecimento e os temas relacionados emergem como problemas sociais específicos. Este segundo momento nas relações em torno do sistema de previdência social é caracterização pela possibilidade do diálogo. A legitimidade dada à questão do envelhecimento se justifica, em parte, pela constatação estatística de que nas décadas seguintes poderia haver uma transformação nas relações demográficas e o envelhecimento se configurar em um tema central. Esse novo cenário é, de acordo com Teixeira (2003, p. 115) a “expressão da transição demográfica mundial e brasileira, tornando-se uma ameaça à ordem, em especial ao sistema previdenciário e à assistência médica”.

Estes dois momentos, o primeiro marcado pela impossibilidade do diálogo horizontal e o segundo marcado por fortes processos de resistência e de abertura de campos de diálogos, estavam fortemente caracterizados pelo despertar das questões relacionadas ao envelhecimento, por isso é indispensável acrescentar a essa caldeirão fervente todas as pressões relacionadas ao expoente movimento de articulação e mobilização dos velhos trabalhadores, a pressão exercida pela sociedade civil organizada em prol da luta sobre o

direito ao envelhecimento, além das pressões das organizações mundiais e todas as ações e diretrizes encampadas pelas organizações não-governamentais.

(...)a difusão da velhice em cena pública com grande expressividade é marcada por uma revolução demográfica e cultural. A primeira responsável pela longevidade, e a segunda, marcada pela criação de novos valores culturais, sociais acerca da velhice, contrários aos estereótipos de pobreza e miséria, cujas expressões como “terceira idade”, “melhor idade”, “maturidade”, ou “envelhecimento ativo”, “saudável” cunhado pelas organizações internacionais, são significativas dessa mudança, de uma nova sensibilidade em relação à vida adulta e à experiência de envelhecimento (TEIXEIRA, 2003, p. 115).

Como estamos identificando ao longo deste capítulo, as questões relacionadas ao direito das pessoas velhas só ganha a centralidade no debate público brasileiro na década de 80 do século XX. No entanto, em contextos anteriores às lutas e reivindicações operárias, há registros da trajetória de estruturas mínimas de proteção social ainda no período colonial, claro que estes traços encontrados por Haddad (2003) não refletem a uma política pública extensiva de direitos sociais, mas indicam um caminho de construção que foi evoluindo ao longo do tempo. Havia nestas propostas um caráter assistencialista, que é completamente diferente da luta por direitos relacionados ao sistema de previdência social. Essas práticas foram, durante um determinado período, às primeiras formas de proteção social a velhice. Haddad (2003, p.108), reportar a época do Quinhentismo, e afirma que:

(...)o Estado patrimonial português incorporou a seu projeto de colonização práticas assistencialistas, não apenas com o objetivo de penetrar no território, mas, sobretudo, com a intenção de dominar a população nativa; daí a criação de uma legião de repaganizadores, dos quais as Santas Casas de Misericórdia, transplantadas com êxito de Portugal para a Colônia, constituem o exemplo mais notável. Espalhadas ao longo de toda a costa brasileira, não só resistiram ao movimento que impulsionou a criação da sociedade nacional, como também às sucessivas transformações da economia, da sociedade e do Estado, no Brasil, no curso de todo o século XIX. Inspiradas no modelo das Santas Casas de Misericórdia, foram criadas outras obras de assistência social, sobretudo com o advento de correntes migratórias na segunda metade do século XIX (HADDAD, 2003, p. 103).

A assistência social realizada durante o período colonial não tem relação com o sentido do que se entende contemporaneamente com a assistência social, hoje alguns desses elementos pensando como assistencialismo figuram como condições mínimas dentro dos direitos sociais, principalmente que a organização da vida social está relacionada com o pagamento de tributos que precisam ser convertidos em benefícios sociais, o que não faz com

que elementos indispensáveis para a manutenção da vida não possam ser considerados como uma benevolência assistencialista do Estado, senão como uma obrigação social em função dos vínculos estabelecidos.

Há no Brasil, de dadas muito remotas, confusões quanto as práticas assistências fundamentais para a reprodução da vida e aquilo que é considerado assistencialismo. O assistencialismo entra na conta daquilo que é feito como exemplo de caridade, o que vai nomenclaturar a assistência de saúde como centros e casas de misericórdia, só que muito menos que misericórdia, as políticas relacionadas à saúde dão uma obrigação do Estado e da gestão pública.

O que nos fica claro e que nos faz concordar com Haddad (2003) é que as políticas assistencialistas no Brasil não se apresentam como novidade, senão o que é novidade, ou seria novidade, diz respeito a uma possibilidade de incorporar esses elementos essenciais, ditos como assistencialistas, nas práticas sociais e na incorporação destes benefícios na construção das políticas públicas e de governo do Estado brasileiro. Se observarmos as políticas elaboradas no período da primeira república os cenários sociais não são alvissareiros, percebe-se que os investimentos nos programas sociais era os menores possíveis, criando um recrudescimento das condições precárias de sobrevivência, as baixas iniciativas de proteção social aos trabalhadores, associadas a salários baixos e as condições baixas de infraestrutura pública e a inadequação dos serviços apareciam como condições sociais que indicavam um contexto de pressões e reivindicações sociais já anunciado. Mas é apenas século XX que a sociedade vai conseguir reivindicar seus direitos de forma mais articulada, o que vai culminar com a elaboração da constituição de 1988, no final do século.

Não obstante, é relevante ressaltar que antes da elaboração do principal e mais completo constitucional elaborado no Brasil algumas conquistas, resultado do conjunto de reivindicações dos movimentos sindicais, no início do século foram realizadas. Entre estas conquistas de início de século é fundamental destacar a melhoria em alguns índices salariais, a tão disputada redução da jornada de trabalho, a incorporação do direito a férias remuneradas, a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, e, a tão importante conquista da aposentadoria, estabelecendo condições bem melhores para a classe trabalhadora, reforçando que essas conquistas foram o resultado de um ambiente marcado por muitas lutas, de diversas ordens.

Em relação aos cenários de conflito,

(...)deve-se ressaltar que é assente na literatura sobre a gênese dos sistemas previdenciários no mundo terem eles surgidos principalmente, como resultado das lutas dos trabalhadores que coletiva e solidariamente buscaram encontrar saídas para as péssimas condições de vidas e de trabalho que lhes foram impostas pelo capital, pressionando o Estado e a Sociedade. Logo, direitos previdenciários e políticas sociais destinadas ao segmento idoso seguem uma trajetória de luta de classe trabalhadora à qual o Estado procura atender de acordo com as forças presentes nas diversas conjunturas. Todavia é necessário destacar que as minorias sociais como os idosos, crianças, deficientes, desvalidos sempre foram alvo de filantropia empresarial e da sociedade civil; que a velhice se marca como expressão da questão social pela ruptura com a lógica do cuidado familiar e filantrópico, para ser alvo de políticas públicas; e que sua emersão à cena pública se dá através das lutas operárias (TEIXEIRA, 2003, p. 114).

As conquistas sobre o direito a envelhecer não podem ser consideradas em outra chave de análise senão aquela que entende as relações construídas no seio da classe trabalhadora, ou seja, o que nos parece fundamental discutir são os percalços que os indivíduos encontram para garantir condições mínimas para envelhecer. Os sistemas de seguridade social e a estrutura previdenciária revela, através das lutas históricas para a sua constituição, os sentidos postos para a condição da velhice. Por isso que o envelhecimento não é um tema restrito aos velhos, senão ele é de vital importância para todos os indivíduos, uma vez que o envelhecimento é a única saída para não se morrer jovem.

A história de parte do conflito estabelecida na definição dos termos da luta de classes, ou seja, a luta da classe trabalhadora para a construção e manutenção de direitos conquistados no mundo do trabalho e a necessária implicação do pagamento dos benefícios fundamentais para a sua sobrevivência por parte dos detentores dos meios de produção, no sistema capitalista, revelam a luta que vai possibilitar a construção de normas e leis que garantam um envelhecimento minimamente protegido, socialmente. Revelam-se momentos distintos na construção de posturas e comportamentos sociais sobre a velhice e sobre o processo de envelhecimento.

Num primeiro momento a velhice extrapola a lógica do cuidado familiar e privado para a agenda pública através das lutas operárias, constituindo-se a aposentadoria e os sistemas de seguros, numa das primeiras formas de intervenção social. Num segundo momento o idoso ascende à cena pública como sujeito político, fortalecido por uma rede mundial e nacional de organizações da sociedade civil, lutando por políticas nacionais para seu segmento. As transformações demográficas são marcadas por mudanças nas concepções de envelhecimento, na luta contra a “conspiração do silêncio” que denunciava o abandono e a pobreza dos idosos brasileiros – em função do fato da aposentadoria ter inaugurado a identificação simbólica entre a velhice, incapacidade e pobreza. Tal situação prevaleceu até a década de 80,

quando passou a conviver com as concepções modernas, em que a velhice esta associada a uma nova categoria etária, a Terceira Idade, uma construção social cujos gestores são: a interlocução entre o fenômeno da longevidade, as organizações internacionais, o discurso gerontológico, os movimentos organizados dos idosos, as ONG's e as políticas públicas e privadas para o envelhecimento (TEIXEIRA, 2003, p.132-133).

Estas definições, conflitos e campo de disputas travados pela classe trabalhadora são fundamentais para que o ser que envelhece e que já se encontra na velhice apareça na arena pública como um sujeito político, como indicado por Teixeira (2003), a emergência desse sujeito político que tem o direito à velhice e a envelhecer muda completamente o campo das discussões sociais sobre a reprodução da vida sob noções ampliadas, estas características vão marcar o padrão de proteção social brasileiro. Sendo importante compreender que o processo de ascensão do envelhecimento à cena pública foi diferenciado conforme as conjunturas históricas e as lutas sociais estabelecidas.

Alguns compromissos governamentais estão materializados na Legislação Brasileira, todavia o processo de efetivação é lento e contraditório, uma vez que existe uma legislação que legitima os direitos humanos fundamentais, ao mesmo tempo, em que existe a adoção de diretrizes neoliberais pelo governo. No quadro 14, seguem alguns momentos significativos que possibilitaram a entendimento de discussões que tratam do envelhecimento na agenda pública brasileira.

Quadro 14 - Referências significativas sobre o envelhecimento na Agenda Pública Brasileira

Ano / Período	Fato / Legislação	Descrição
1923	Lei Elói Chaves - Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923	Institui as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) – a princípio atende a categoria dos Ferroviários, se estendendo posteriormente a 183 categorias em 1937. CAPs eram sociedades civis e, somente de 1930 e 1938, a cobertura previdenciária foi se ampliando e se tornando objeto de atenção do Estado, com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs).
1930 - 1937	Enfrentamento da questão social	Marcado pelo enfrentamento da questão social e por intensas lutas em torno da conquista de direitos sociais e políticos - momento importante de flexão nas relações entre a ação do Estado e as práticas assistenciais.
1946 - 1964	Perfil das políticas públicas	Delineamento do perfil das políticas públicas de assistência social para que o Estado promovesse programas sociais e atuasse como mediador de conflitos.
1960	Lei Federal nº 3.807, de 26 de agosto de 1960	Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS). Uniformiza o direito de todos os assegurados, ampliando os benefícios segundo o padrão IAPs para todos os trabalhadores regulados pelas leis do trabalho (CLT).
1966	Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966	Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).
1971	Lei Complementar nº	É criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

	11 de 25 de maio de 1971	(PRORURAL), estendendo a Previdência Social aos trabalhadores rurais através do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL).
1973	Estudo elaborado pelo Ministério da Previdência Social	Estudo exploratório que comprova o aumento da população de velhos que serve como base para a criação de leis, programas, e projetos voltados para o envelhecimento, tais como: Programa de Assistência ao Idoso (PAI); Projetos de Apoio à Pessoa Idosa (PAPI).
1974	A Lei Federal nº 6.036, de 1 de maio de 1974	Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social.
1974	Portaria nº 82, de 04 de julho de 1974	Foi assinada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social a primeira medida normatizadora da assistência aos velhos, restrita aos beneficiários do sistema previdenciário.
1974	Lei Federal nº 6.179, de 11 de dezembro de 1974	Aprova o amparo da Previdência Social para os velhos carentes com mais de 70 anos e para os inválidos, no valor de um salário mínimo, desde que cumpram os requisitos de não exercer atividade remunerada, de não ser mantido por outra pessoa e de não ter outro tipo de subsistência.
Década de 70	Intensificação dos Movimentos, Programas e ações voltadas para os Idosos	O Serviço Social do Comércio (SESC) adota programas para a terceira idade; A Legião Brasileira de Assistência Social (LBA) desenvolve programas para idosos carentes, entre outros; A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia organiza vários eventos distribuídos no território nacional.
1977	Política Social do Idoso	Criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS) pelo Ministério da Previdência Social e Assistência Social, com os seguintes tópicos: implantação do sistema de mobilização comunitária; atendimento institucionalizado; atendimento médico-social; programas de pré-aposentadoria; treinamento de recursos humanos.
1979	Portaria nº 25/1979	Portaria nº 82/74 foi revogada pela de nº 25, quando, então, os idosos não previdenciários passaram também a contar com a assistência social. A Portaria nº 25/79 objetivava propiciar a integração social do idoso.
Décadas de 80 e 90	Envelhecimento como questão social e política	Programas desenvolvidos a partir dos dados demográficos do IBGE, com o aparecimento do fenômeno da longevidade. Existência de grupos de pressão na mídia, no movimento dos aposentados e pensionistas, diversas organizações da sociedade civil organizada, organismos internacionais.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988	É a Constituição de lei maior que organiza o Estado brasileiro. Nela são definidos os direitos dos cidadãos, sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos; e são estabelecidos limites para o poder dos governantes. Nela o Movimento dos Aposentados e Pensionistas viu materializadas suas principais reivindicações, entretanto posteriormente seria marcado por uma luta pela pelo cumprimento da legislação. A Constituição Federal introduziu, com a denominação de seguridade social, um conceito alargado de proteção social, compreendendo “um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e à assistência social” (art.194).
1993	Lei Federal nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993	Organização da Assistência Social.
1994	Lei Federal nº 8.842 de 4 de janeiro de 1994	Política Nacional do Idoso (PNI) e cria o Conselho Nacional do Idoso (CNI). Essa Lei prevê, para a implementação da PNI, ações governamentais nas áreas de promoção e assistência social, saúde, educação, trabalho e previdência social, habitação e urbanismo, justiça e cultura,

		esporte e lazer.
1996	Decreto-Lei nº 1.948, de 3 de julho de 1996	Regulamenta a PNI. Esse decreto estabelece as competências dos órgãos e entidades públicas na implementação da PNI, atribuindo competência ao Ministério da Previdência e Assistência Social de coordenar as ações relativas a essa política e de promover articulações inter e intraministeriais necessárias à sua implementação, além de intensificar as relações entre organizações governamentais e não-governamentais na prestação de serviços a população idosa.
1999	Portaria nº 1.395/GM, em 10 de dezembro de 1999	Aprovação da Política Nacional de Saúde do Idoso.
2003	Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003	Estatuto do Idoso.
2006	Portaria nº 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006	Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido Pacto.
2006	Portaria nº 2.528, de 19 de outubro de 2006	Aprova e atualiza a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.
2007	Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007	Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

Fonte: Adaptado a partir de Teixeira (2003) e Haddad (2003), complementado com notícias oficiais, publicadas nos veículos de comunicação social.

Este quadro que remonta a atividades da segunda década do século XX e chega as duas primeiras décadas do século XXI, como já mencionamos, a construção de políticas públicas demanda um tempo lento e as conquistas são gradativas, o século XX, se o classificarmos de forma apressurada, é o século das lutas e das grandes transformações quando ao entendimento do envelhecimento e a construção paulatina de instrumentos legais que vão garantindo condições de pensar o envelhecimento e a velhice como parte da totalidade social. Entretanto, é apenas no século XXI que as políticas construídas de forma lenta e gradual irão ser sistematizadas e, do ponto de vista jurídico, a velhice será garantida para todos os cidadãos brasileiros

Percebe-se que o exercício de conquistas derivadas da luta pelo direito e da tentativa de regulação da vida é cada vez mais presente em uma sociedade universal. Segundo Debert (1997) a perspectiva da miséria foi, sem dúvida, fundamental para a transformação das pessoas velhas em um atores políticos, a emergência da questão da velhice e as investidas para que se comesçassem a pensar o tema do envelhecimento como uma questão de interesse difuso despertou à sociedade brasileira para uma questão relativamente nova em sua pauta de discussões, até muito pouco tempo erámos uma sociedade de jovens em que os velhos apareciam apenas como resíduos, como uma parcela muito pequena da população e por isso

não tinham as suas questões postas em discussão coletiva, longe e serem sujeitos políticos, os velhos eram os pais dos pais e por isso os avós que precisavam ser cuidados pela família e a única questão relativa a sua sobrevivência era dar condições para que eles esperassem a morte enquanto os filhos lhes proviam das necessidades básicas.

A construção dos debates sobre as normas e as ações coletivas, de uma forma generalizada tornou a sociedade brasileira um pouco mais sensível aos problemas relacionados com o envelhecimento e com a aposentadoria, entretanto é preciso que as discussões sobre o tema sejam ampliadas, os esquemas do pensamento têm que compreender novas dimensões para que a construção do sistema legal que insere os velhos na dinâmica da sociedade burocrática sejam constantemente atualizados, a formação de um novo conceito sobre a velhice e sobre o envelhecimento põe a atenção em uma questão dupla, como indivíduos inseridos na agenda pública os velhos agora ganham mais visibilidade e as questões relacionadas às necessidades de reprodução de suas vidas em sociedade não ficam mais marginalizadas, mas, ao mesmo tempo, a criação de sistemas públicos de seguridade social, associados a uma renda mensal, coloca os velhos em uma posição dentro do sistema de reprodução do capital, da sociedade burocrática de consumo dirigido ninguém escapa, ainda que seja para ser inserido de forma precária.

Retornando às interpretações de Debert (2007), a criação dos velhos como atores políticos vem conectada com o estabelecimento de laços simbólicos capazes de forjar uma identidade entre indivíduos que, sob uma série de outros aspectos, são heterogêneos, o que implica reforçar que nenhuma norma sobre o envelhecimento pode considerar as questões da velhice como viés de homogeneidade.

Na esteira das relações sociais iniciadas no final do século XX o movimento social dos aposentados e pensionistas foi instituído e se comportou de forma bastante importante, até a promulgação da política do idoso em 2003, esse movimento social se fortaleceu e conseguiu impor bastante pressão nas discussões sobre os caminhos legais do envelhecimento no Brasil. De acordo com Teixeira (2003, p. 123), esse “foi [um movimento] essencial durante a Constituinte, e depois, posto que continuaram participando ativamente dos embates judiciais e de atos públicos contra a política de arrocho nas aposentadorias e pensões”.

As discussões e construções coletiva que colocaram em relevo as questões da velhice na esfera pública acabou por revelar uma noção e representação da velhice que não coincidia com as perspectiva que as pessoas tinham sobre o envelhecimento como um processo que instituíra uma pessoas extremamente frágil e indefesa. O que Teixeira (2003) chamou de uma visão marcada pelo conformismo, apatia e resignação.

A ressignificação dos termos da velhice romperam com a ideia de uma velhice historicamente associada à inatividade e passividade, transformando-as em respeitabilidade e reconhecimento. Estes são os elementos fundamentais na construção dos velhos como sujeitos políticos, os termos atuais do envelhecimento não restituíram uma condição completa de prestígio social, as ajudaram na interlocução de novos elementos na construção uma velhice condição da modernidade, os termos da socialização foram alterados, o que não significa que já tenhamos construído todos os patamares dessa nossa sociabilidade dos velhos, mas há uma transformação radical se compararmos com as definições da velhice no período colonial ou de algumas décadas atrás.

A mobilização das organizações da sociedade civil foi imprescindível na luta da defesa da velhice como direito humano fundamental, o que foi alcançado através de encaminhamentos ao governo de propostas e diretrizes para a política do idoso. O envolvimento do empresariado, como a participação do Serviço Social de Comércio (SESC), abre espaço para o trabalho com o idoso através dos grupos convivência, voltados para o lazer e a ocupação do tempo livre (TEIXEIRA, 2003).

Esses programas influenciaram a criação de diversos outros programas em instituições governamentais e não-governamentais, cuja tônica é a tentativa de rever estereótipos e preconceitos por meio dos quais se supõe que a velhice seja tratada na sociedade. Revertendo posições, difundem a nova imagem do envelhecimento, associada à expressão Terceira Idade e a outras expressões modernas usadas para indicar o envelhecimento ativo, saudável, como novo estágio da vida propício à satisfação pessoal, ao prazer, à participação e à autonomia (TEIXEIRA, 2003, p. 126-127).

As organizações internacionais intensificaram a influencia na agenda social brasileira, durante as décadas de 1980 e 1990, em relação ao envelhecimento. Destacam-se neste cenário, a OMS e a ONU, como já discutimos no início deste capítulo a OMS patrocinou as conferências internacionais sobre o envelhecimento e teve um papel fundamental na construção de políticas sobre a velhice e que colocam os velhos como sujeitos políticos. Outro importante marco foi à aprovação pela Assembleia da ONU, em 16 de dezembro de 1991, dos princípios das Nações Unidas em favor das Pessoas Idosas com a recomendação de serem incorporadas o quanto antes aos programas nacionais de direitos humanos, a fim de priorizarem questões como independência, autonomia, participação e assistência social ao idoso. A ONU também promoveu, durante as últimas décadas, eventos com foco na discussão do envelhecimento no contexto mundial, oferecendo diretrizes, princípios, fundamentos teóricos sobre o envelhecimento e alternativas para as políticas públicas.

O exemplo da força dos organismos internacionais, como a OMS, foi o patrocínio, juntamente com o governo brasileiro, para o Encontro Internacional sobre o Envelhecimento, em Brasília, em julho de 1996, culminando com a chamada Declaração de Brasília, de que resultou uma agenda para o restante do século XX, e mais além, e a assinatura do Decreto-Lei, pelo governo brasileiro, que implementou a Política Nacional do Idoso (TEIXEIRA, 2003, p. 128).

A declaração de Brasília junto com todos os impulsos dados pela segunda assembleia internacional sobre o envelhecimento foram fundamentais para alinhar a política nacional de vez com o tema do envelhecimento, a declaração de Brasília se tornou uma força definidora de muitas políticas em âmbito nacional e no contexto da América Latina com o intermédio da CEPAL.

A continuação serão destacados principais pontos relacionados à constituição de 1988, ao plano nacional do idoso e ao estatuto do idoso.

A Constituição Federal Brasileira de 1988

A Constituição brasileira de 1988 consagrou como princípio básico a igualdade, pilar de qualquer Estado Democrático de Direito. Este princípio é visto conforme o aspecto formal e material, sendo o primeiro consistindo na igualdade de todos perante a lei, enquanto o segundo diz respeito à igualdade na lei. A constituição, conceituada como um processo de redemocratização estabeleceu através dos seus dispositivos legais, a proteção da pessoas com idade maior que 60 anos, objetivando com isso a garantia da dignidade enquanto pessoa humana, a qual deve ser preservada em todas as fases de vida do indivíduo.

Como a discussão em torno da constituição teve como referência Cabe destacar, que a proteção à velhice já era reconhecida na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, em seu artigo XXV, que estabelece:

Art. 25 – I Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

O texto da constituição brasileira de 1988²⁷² é considerado um instrumento bastante sofisticado que tem como base a ampliação dos direitos humanos; ela se fundamenta como o reflexo de um Estado e sociedade fundamentada em princípios de igualdade e democracia, garantido a todos os cidadãos brasileiros condições de bem-estar social e de cidadania. A constituição trouxe para o contexto da sociedade o que tinha de mais moderno e avançado à época, funcionando como uma das mais modernas e fundamentadas cartas magnas na contemporaneidade.

A constituição surge em um ambiente de redemocratização, tanto os seus debatedores e redatores, quando a sociedade civil estavam ansiando pela instituição dos direitos fundamentais que ajudassem a varrer da memória coletiva os tempos da ditadura militar. A implementação das cláusulas pétreas dá ao texto uma condição de estabilidade e uma sensação social de que os direitos fundamentais serão mantidos em momentos posteriores, uma vitória sem dúvidas de toda a democracia brasileira.

Os direitos fundamentais e as cláusulas pétreas apresentadas no contexto da constituição de 1988 elevou a dignidade humana ao núcleo do sistema e centro do sistema no qual se inserem as normas jurídicas, dando ensejo à efetivação de uma ampla esfera de direitos fundamentais como a condição para a concretização do seu fundamento constitucional. No âmbito da ampliação dos direitos fundamentais é que percebemos uma ampliação e consolidação dos direitos relacionados às pessoas mais velhas, notadamente aqueles que têm mais de 60 anos e que pertencem, fundamentalmente à classe trabalhadora, mas mesmo aqueles sujeitos que envelheceram e não conseguiram contribuir com os fundos de pensão, e demonstram a impossibilidade de se auto-sustentar, têm garantido o acesso a sistemas de pensão não contributiva a fim de livrar os mais velhos da condição extrema de pobreza.

É muito importante destacar que até 1988 não havia nenhuma garantia de proteções para os anciões, é só com a promulgação da carta magna de 1988 que é dada condição de proteção jurídica aos velhos, no âmbito das determinações legais, a família, a sociedade e o Estado são conclamados e imputados ao dever de amparar as pessoas mais velhas. É mister

²⁷² A Constituição brasileira de 1988 é classificada como uma das mais avançadas do mundo. Representa formalmente um Estado democrático, com grande inclinação social, conferindo maior destaque ao elenco de direitos fundamentais que ostenta e que haviam sido cortados nos períodos ditatoriais; incorpora, inclusive, aqueles direitos de última geração – os direitos de solidariedade. É excessivamente minuciosa e detalhista, o que, com certeza, demonstra o anseio da sociedade civil em inscrever, na Carta Magna, os direitos que lhe foram sistematicamente sonogados pela elite dominante; engloba, no texto, todos os temas de interesse nacional e lhes assegura perenidade e certeza, com a eleição, inclusive, de cláusulas pétreas (LACERDA, 1995 apud SANTIN, 2009, p. 511).

anotar que não existia no Brasil uma política nacional para os velhos, tínhamos um conjunto de iniciativas e movimentos que foram organizados e constituídos de forma fragmentada em anotações, artigos, parágrafos e rodapés de fragmentos legislativos ordenados em programas e ações, realizadas por instituições não governamentais e alguns programas fragmentado de governo.

Entre os direitos fundamentais assegurados na Constituição de 1988, Teixeira (2003, p. 129-130) destaca:

- a) O conceito alargado e proteção social com a denominação de Seguridade Social – compreendendo um conjunto integrado de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e assistência social;
- b) A irredutibilidade do valor dos benefícios e caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial dos trabalhadores, empresários e aposentados;
- c) A garantia do reajustamento dos benefícios pelo salário mínimo;
- d) A diminuição da idade para aposentadoria por velhice, para o trabalhador rural de 60 anos para homens e 55 para mulheres, para o trabalhador urbano 65 para homens e 60 para mulheres;
- e) E o reajuste da pensão vitalícia para o valor de um salário mínimo, dentre outras.

Sem nenhum lugar a dúvidas o texto da constituição de 1988 é um instrumento fundamental para garantir a estrutura básica do programa de seguridade social brasileiro, ampliando o guarda-chuva que abarca as dimensões sociais que são fundamentais para que as necessidades básicas dos indivíduos sejam garantidas, reforçando a condição de centralidade das condições de saúde, revelando a importância dos sistemas de seguridade e de assistência social.

As definições da constituição garantem um princípio de estabilidade econômica, conferindo aos velhos condições de inserção na sociedade que se configura cada vez mais como uma sociedade de consumo, estabelecendo os vínculos necessários para sustentar a efetivação e realização da vida em sua dimensão cotidiana, garantindo conquistas sociais fundamentais, uma das ferramentas fundamentais para a realização da vida dos mais velhos foi a fixação de valores mínimos e impossibilitando as reduções das conquistas econômicas agregadas.

Além das garantias econômicas, a constituição atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar os mais velhos, assistindo-lhes preferencialmente em seus lares,

assegurando-lhes a participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, seu direito à vida, bem como, concede às pessoas maiores de sessenta anos a gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

Destacamos os capítulos II e VII da constituição, uma vez que eles são primordiais discutir as dimensões da seguridade social e da inserção dos idosos no âmbito da família e das etapas da vida dos indivíduos:

CAPÍTULO II - DA SEGURIDADE SOCIAL

Seção IV - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
[...] III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

[...] V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. [...]

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;

II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis [...]

CAPÍTULO VII - DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO JOVEM E DO IDOSO (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

[...] Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

Uma das questões que mais causam estranheza é a consideração de que, no capítulo que trata da seguridade social, os velhos são classificados como um grupo social em condição de risco, de vulnerabilidade. Ao mesmo tempo que essa consideração é fundamental para inserir os velhos no sistema de proteção social a partir do sistema previdenciário brasileiro, ela impõe uma redução na possibilidade de entender os velhos como pessoas produtivos, livres, autônomas e carregadas de possibilidades de enfrentamento das adversidades da vida

em sociedade. Há que se considerar a possibilidade de incluir os velhos e a garantir elementos legais para a realização da sua vida cotidiana sem que isso implique em redução da sua condição de seres humanos completos e totais, é inegável a necessidade de garantir a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada sem que isso seja um limitante para a sua condição de seres sociais, os velhos como sujeitos políticos, que emergem no seio dos debates constitucionais, têm a sua condição política desconecta da possibilidade de liberdade e libertação.

O sistema previdenciário brasileiro tem as suas diretrizes dadas pela constituição de 1988, mas 10 anos depois alguns artigos foram reescritos com a finalidade de ajustar e atualizar aquilo posto em 1988, sendo assim, ficou mantido o entendimento de que a previdência é um sistema contributivo, que tem como necessidade fundamental a filiação do trabalhador e a adequação ao sistema de contribuição, estabelecido por faixas de contribuição. O texto corrigido de 1998 agrega a noção de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial com base nos termos da lei, bem como estabelece que a cobertura do sistema será garantida em casos de doença invalidez, morte e idade. Como pode-se ser conferido na seção III, artigo 201.

Seção III - DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

[...] Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998) (BRASIL, 1988).

No capítulo que trata da Educação, cultura e do desporto, a educação é considerada um direito de todos e dever do Estado, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Neste capítulo é estabelecido a seguridade da oferta do ensino da educação básica às pessoas velhas que não tenham dito a oportunidade de cursar no tempo correto.

CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

Seção I - DA EDUCAÇÃO

[...] Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a

ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009). (BRASIL, 1988).

Alguns direitos dos idosos foram assegurados na Constituição de 1988, sinalizaram para uma nova organização das políticas de previdência, saúde e assistência social que, concretizadas, representariam um avanço na qualidade de vida das pessoas com idades maiores que 60 anos.

A despeito de toda a transformação social gerada pela a garantia dos princípios constitucionais e toda a implicação gerada pela a inclusão dos mais velhos em vários sistemas e aparatos de promoção de direitos, desde a definição de uma seguridade financeira até a construção de políticas e propostas que garantissem o acesso às condições de saúde e mobilidade ainda era possível sentir um espírito assistencialista e redutor das condições de humanidade das pessoas mais velhas, do ponto de vista da promoção de noções mais amplas e fundamentais para a mudança de paradigmas e estigmas carregados de preconceito para com o velhos. Podemos classificar os avançados constitucionais como salutareis, mas em certa medida um pouco acanhados.

Além da constatação das fragilidades e pouca profundidade do texto constitucional, o ambiente de extrema privação de liberdade de tinha sido dado pelas ações do período militar com a suspensão da República fazia com que o ambiente geral fosse de incredulidade acerca do texto constitucional, pois, ao mesmo tempo que os direitos e deveres foram escritos com princípios e elementos democráticos e revolucionários, as práticas econômicas e as ações do Estado brasileiro revelavam posturas neoliberais bastante agudas, o que anulava, em termos, as belas definições estabelecidas no papel constitucional.

Sobre a velhice é importante destacar que, desde a sua gênese como elemento tratado e garantido através de leis e decretos presidenciais na constituição de 1988, enfrenta problemas para ser compreendida sem crises, a todo tempo a instabilidade econômica, as incertezas laborais, as redefinições propostas por um modelo de acumulação flexível e pela realização de um modo de produção muito mais aproximado de mecanismos virtuais de reprodução do capital a partir de lógicas financeirizadas, e, a diminuição dos postos de trabalhos associadas à rupturas nas jornadas de trabalho, no tipo de remuneração e na flexibilização das leis e acordos trabalhistas, põem em xeque a garantia dos direitos estabelecidos constitucionalmente, a velhice, assim como o capital, encontra-se completamente preenchida de questões relacionadas aos contextos de crise: econômica, social, política, ética, etc.

(...)logo após a promulgação da Constituição, já se temia pelo seu não-cumprimento. Nesse momento, a distância entre o discurso do governo e a prática neoliberal evidenciavam a ausência de perspectiva de uma política social mais justa. As pressões do Movimento de Aposentados e Pensionistas no Legislativo e Executivo, as tentativas de atrair as centrais sindicais, num momento em que o desemprego é o monstro que amedronta a todos, e as manifestações para sensibilizar uma opinião pública voltada para seus próprios problemas não conseguiram trazer, para um primeiro plano, os debates sobre o direito à vida e, consequentemente, sobre o direito à dignidade na velhice. Com a precarização do mercado de trabalho e milhões de desempregados no país, o recolhimento para a Previdência vem diminuindo (HADDAD, 2003, p. 114) .

A Política Nacional do Idoso

Em 1994, foi estabelecida a Lei Federal nº 8.842 que criou o Conselho Nacional do Idoso e instituiu a Política Nacional do Idoso, determinando normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Essa lei foi regulamentada, posteriormente, pelo Decreto nº 1.948/1996. A Política Nacional do Idoso é regida por cinco princípios básicos:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei.

O Programa Nacional do Idoso tem uma relação bastante próxima com as diretrizes estabelecidas pela ONU na primeira assembleia internacional sobre a velhice, aquela que ocorreu na cidade de Viena e que comentamos rapidamente sobre ela no início deste capítulo, as diretrizes elaboradas em 1982, apesar de uma inserção bastante fraca e de aplicabilidade restrita acabou, ainda assim, sendo um documento base e de referência para se estabelecer programas, políticas, planos e ações relacionadas ao envelhecimento, este documento só perde o alcance a partir de 2002, quando é realizada a segunda assembleia em Madri e um novo plano uma declaração política são realizados, como a abrangência destas novas medidas.

Além das proximidades com as diretrizes da ONU, A PNI também é muito próxima à pauta defendida pelos movimentos sociais de proteção aos direitos dos anciões. É a Política Nacional do Idoso que estabelece a marca etária de 60 anos para que uma pessoa seja considerada velha no Brasil, o que é reflexo das orientações da ONU para ser considerado como ponto de corte para a entrada da velhice em países em processo de desenvolvimento. Em países desenvolvidos a marca é 65 aos.

Outro aspecto importante da PNI, de certa forma um negativo, diz respeito ao primeiro princípio ou diretriz estabelecida, que tem como direcionamento a flexibilização e a transferência de serviços do Estado para outros segmentos sociais, estas medidas estão alinhadas com práticas e políticas neoliberais de desobrigação do Estado e a consequente terceirização da gestão social, estabelecendo uma lógica e uma agenda para os países periféricos²⁷³.

Uma marca indelével do processo de construção de práticas neoliberais é a transferência da responsabilidade do cuidado com a pessoa velha para a família e parentes, isso reforça de um lado a transferência das responsabilidades do setor público para o setor privado, principalmente para as questões relacionadas à saúde, e de outro lado reforça a compreensão assistencialista em relação aos direitos, apenas direcionando as obrigações do Estado para os indivíduos pobres, como se as questões ainda seguissem relacionadas a uma noção de políticas de misericórdia e benevolência do Estado e não uma obrigação constitucional.

O que nos termos da lei aparece como uma transformação da compreensão e uma ampliação da rede de direitos relacionados à velhice, na prática se evidencia como uma estratégia, em certa medida, perversa de flexibilização das responsabilidades sociais. Se os serviços oferecidos pelo Estado garantissem um nível mínimo de qualidade a priorização ao atendimento dos sujeitos pobres seria justificado, mas, principalmente no ano que foi estabelecido, os serviços mal executados, as longas filas de atendimento, os tempos longos de espera para serviços especializados e a incerteza quando a qualidade do atendimento obriga os velhos pobres a se submeterem a condições perversas de atendimento ou se endividarem além da sua capacidade financeira para serem atendidos pela rede privada.

²⁷³ “Deve-se destacar que, em países em desenvolvimento, esse processo tem sido responsável pela desresponsabilização do Estado frente aos direitos sociais, transferindo obrigações do Governo Federal para as esferas estaduais e municipais, sem condições financeiras de garantir universalidade e qualidade no atendimento, assim como prestação de serviços para organizações não governamentais e organizações privadas” (TEIXEIRA, 2003, p. 133).

A Política Nacional do Idoso materializa as concepções, difundidas internacionalmente ao basear-se nos ideais de participação, autonomia e independência do idoso, ao abrir o leque de intervenções para as áreas de educação, lazer, cultura, esporte, previdência, assistência, saúde; a priorizar o atendimento não-asilar, em centros de convivência, centros de cuidado diurno, casa-lar, oficina abrigada de trabalho e atendimento domiciliar; ao incentivar os programas na área de educação como as Universidades Abertas à Terceira Idade, dentre outras iniciativas (TEIXEIRA, 2003, p. 133).

Aliada às orientações sobre a velhice e as condições legais facultadas às pessoas velhas seria necessário um conjunto de programas, ações, estratégias e intervenções que garantissem a construção de práticas inclusivas que promovessem a participação, que estimulasse o princípio da autonomia e da independência das pessoas velhas, além de programas que inserção social para promover o acesso à educação, lazer, cultura, esporte, etc. Estas questões estão postas em forma de diretrizes na PNI, mas precisam, ainda, buscar meios de se efetivar.

Quanto às diretrizes da Política Nacional do Idoso destacamos:

SEÇÃO II - Das Diretrizes

Art. 4º Constituem diretrizes da política nacional do idoso:

I - viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso, que proporcionem sua integração às demais gerações;

II - participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos;

III - priorização do atendimento ao idoso através de suas próprias famílias, em detrimento do atendimento asilar, à exceção dos idosos que não possuam condições que garantam sua própria sobrevivência;

IV - descentralização político-administrativa;

V - capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços;

VI - implementação de sistema de informações que permita a divulgação da política, dos serviços oferecidos, dos planos, programas e projetos em cada nível de governo;

VII - estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento;

VIII - priorização do atendimento ao idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviços, quando desabrigados e sem família;

IX - apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento.

Parágrafo único. É vedada a permanência de portadores de doenças que necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanente em instituições asilares de caráter social (BRASIL, 1994).

As diretrizes apresentadas pela PNI são bastante amplas e apesar de desobrigar o Estado de garantias amplas para todos o qualquer cidadão brasileiro que chegue à condição de

velhice, garante, minimamente, a atenção às pessoas mais carentes, estabelecendo uma série de elementos que possibilitam uma ampliação social da rede de cuidado às pessoas velhas. Não obstante, esses avanços propostos ficaram apenas no papel e não se materializam na vida cotidiana das pessoas. A maioria dos anciões desconhecem o texto da PNI e não cobram do governo os direitos que foram destinados, esta desinformação e ineficácia de cumprimento das diretrizes precariza as condições dos velhos mais fragilizados, daqueles quem em geral possuem um nível mais baixo de instrução, que não participa ativamente do debate público. O problema se agrava quando se percebe que estes indivíduos fragilizados são os que mais precisam do apoio do Estado.

A velhice pobre, frágil e vulnerável é a condição de velhice mais desassistida, esta sim pode ser definida como uma velhice invisível, não apenas o Estado não vê, como a sociedade e os familiares também deixaram de enxergar. Não são raros os cenários de abandono²⁷⁴.

O conhecimento mínimo das condições de vida no Brasil, e a nossa observação se faz com base na realidade recifense, já deixa claro que a PNI não funciona, nem funcionou. As estruturas que estão em funcionamento são incapazes de promover as diretrizes estabelecidas na política.

A estrutura que está posta a serviço dos velhos é a mesma que é destinada a todas as parcelas da sociedade, a mesma lógica de acúmulo de demandas, de incapacidade de gerenciamento e de precarização da vida. Está muito claro que a visão segmentada reflexo de um movimento ideal não consegue se materializar com efetividade. As questões relativas à velhice não são questões de um segmento, mas de toda a sociedade, as estruturas que irão atender ao grupo dos velhos não será construída para eles de forma especial, então, é preciso dotar as políticas, leis, programas e planos de ação de uma materialidade e concreticidade fundamentais. A política do Idoso há muito deixou de ser apenas uma política destinada para

²⁷⁴ Dessa forma, a Política Nacional do Idoso não conseguiu firmar-se no âmbito dos direitos sociais, conquanto os estudos demográficos apontem o envelhecimento da população brasileira em ritmo acelerado, decorrência da diminuição da fecundidade das mulheres e da elevação da expectativa média de vida. Em outras palavras, ainda que a esperança média de vida tenha se elevado e pelo Estado se proponham medidas legais de assistência aos idosos (as quais, por sua vez, movem-se nos limites e contradições que caracterizam as políticas sociais), não vêm melhorando as condições objetivas de vida da maior parte da população, portanto, a dos idosos desfavorecidos; ao contrário, o crescimento demográfico das pessoas com 60 anos ou mais evidencia uma outra questão: o empenho do Estado brasileiro em diminuir suas responsabilidades materiais com os idosos, defendendo a privatização da previdência e incentivando, cada vez mais, a medicina privada. Prova disso é o fato de que, para honrar os compromissos assumidos com o grande capital financeiro internacional, não destinou recursos para a implementação da Política Nacional do Idoso. O centro de ataque do programa neoliberal no Brasil tem-se voltado para as políticas sociais que atingem diretamente os idosos, quais sejam, a previdência social e a saúde, das quais decorre a ampliação do contingente de idosos desassistidos. Não bastasse serem reduzidos os benefícios, muitos são os programas sociais eliminados, isto é, assiste-se a uma significativa redução desses gastos (HADDAD, 2003, p.116-117).

o idoso, por isso, ela necessita ser compreendida como uma política do interesse de todos, principalmente porque afetar todas as fases do ciclo da vida. A indefinição das responsabilidades governamentais, o estabelecimento acerca dos níveis de competência, a definição do papel governamental na construção de ações concretas destinadas ao estabelecimento da reprodução da vida dos velhos e a inexistência de destinação orçamentária para a política dos idosos figuram como dimensões importantes a serem consideradas e trabalhadas para garantir melhores condições para os mais velhos.

O Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso é o resultado de uma construção coletiva e, depois de quase 10 anos da definição da política nacional dos idosos, reconhecido como a maior conquista da sociedade brasileira. Tendo como a base as tentativas frustradas da PNI e oxigenado pelas discussões elaboradas pela Carta de Brasília, além de animado pelas discussões, declaração política e plano de ação realizados no âmbito da segunda assembleia internacional sobre o envelhecimento, o estatuto do idoso incorpora elementos que indicam a velhice como parte da totalidade e conectada a elementos sociais complexo, engloba orientações que garantem os direitos à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à profissionalização, à previdência, à assistência, à habitação, ao transporte, à cidadania, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Obviamente estamos diante de um instrumento legal fruto das discussões mais atuais sobre os direitos humanos em dimensão ampla e o entendimento de que não se pode estabelecer diretrizes e elementos norteadores para um segmento social sem o colocar em contato com a totalidade, frente a estes ajustes, o estatuto do idoso brasileiro se configura como um marco para a política e para as definições jurídicas do país, configurando-se como um importante instrumento, produto de um processo voltado à construção de um espaço em que a dignidade da pessoa humana fique em evidência.

Diferente de todos os instrumentos políticos e peças de direito elaborados com uma orientação para os velhos, o Estatuto do Idoso é reflexo de uma transformação real na estrutura populacional, ainda não estamos diante da transição demográfica no Brasil quando da sua promulgação, mas em vias de que aconteça. O ambiente político, econômico e as discussões sociais são completamente diferentes daqueles que abrigaram as definições do PNI; no âmbito populacional estamos diante de uma revolução nos níveis de fecundidade, com taxas em franco processo de decrescimento, o mesmo é acompanhando pelas taxas de

mortalidade (geral e infantil) e de natalidade, além de uma ampliação na expectativa de vida. Além de tudo isso, as pessoas velhas, diferente daquele ambiente da década de 1980, já estão muito mais organizados e conscientes das demandas locais, nacionais e internacionais para o envelhecimento na contemporaneidade. É nesse cenário que a questão do envelhecimento vai se consolidar, definitivamente, como uma questão pública.

Com este novo contexto e com os volumes e densidades de discussões, referenciais, pesquisas e necessidades construídas e colecionadas nas últimas décadas é que as discussões serão construídas para que seja apresentado no congresso um projeto de lei que amplia o antigo PIN, sendo chamado do Estatuto do Idoso. Depois de debates, ajustes e as devidas correções, o estatuto é aprovado, influenciado pelos compromissos firmados junto à ONU.

Em 2003, então, foi criada a Lei Federal nº 10.741 que estabeleceu o Estatuto do Idoso. Esse instrumento apresenta os direitos básicos das pessoas velhas que vivem no Brasil, além disso remodela e lança novas diretrizes para o tratamento da pessoa velha. Ao longo dos seus cento e dezoito artigos apresentados é identificada uma legislação que tem como fundamento e finalidade avançar com profundas mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas, apontando para a ideia do bem-estar das pessoas com idade superior a 60 anos e residentes no território nacional.

Diferente dos documentos anteriores que podem ser considerados esboços normativos, o Estatuto do Idoso se define como um documento que estabelece como prioridade absoluta o estabelecimento de normas de caráter protetivo, resguardando às pessoas velhas as condições fundamentais para envelhecer da melhor forma possível (envelhecimento ativo, envelhecimento bem-sucedido, envelhecimento saudável, envelhecimento normal?, etc.).

O Estatuto do Idoso foi desenvolvido a partir de sete grandes dimensões que são definidas como títulos, estas partes abarcam vários aspectos relacionados à proteção dos indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos.

O primeiro título é dedicado às disposições preliminares, reiterando os princípios internacionais, principalmente aqueles identificados e apresentados no plano internacional sobre o envelhecimento construído da reunião de Madri organizada pela ONU. Apesar dos inúmeros avanços encontrados no estatuto do idoso, verifica-se a permanência do critério cronológico como marcador das políticas de proteção aos indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, repetindo as definições apresentadas no PNI e apoiada nas orientações estabelecidas pela ONU.

A manutenção desse marcador cronológico ainda resiste como parâmetro de envelhecimento, apesar dos avanços em todas as direções que concordam que a idade da

velhice é muito difícil de ser definida e que na maioria das vezes não é coincidente com a simples contagem dos anos vividos, o envelhecimento é uma construção social, mas que se particularidade em cada pessoa. Entretanto, entendo que esse corte abstrato é muito mais uma convenção do que uma definição restritiva, refere-se a uma objetividade necessário para as orientações gerais que se propõem os instrumentos legais.

A obrigação compartilhada entre o poder público, a família e a sociedade acerca da garantia dos direitos relacionados aos idosos continua sendo uma marca da legislação brasileira, que acompanha a orientações internacional, todos os elementos positivos e negativos associados a essa responsabilização compartilhada foi apresentado no contexto da PNI, as perspectivas não se alteram no cenário construído no contexto do Estatuto do Idoso, apesar do Brasil ter passado por reorientações importantes da política nacional, ainda está presente no cenário os contextos neoliberais, menos fortes que no momento anterior, mas ainda importantes demarcadores das dessimetrias sociais.

TÍTULO I - Disposições Preliminares

Art. 1 É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2 O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3 É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

Este primeiro título tem como dimensão central a manutenção e a definição dos direitos básicos fundamentais das pessoas envelhecidas. A obrigação da família, da sociedade e do Poder Público sobre a construção das condições de bem-estar dos velhos não podem negar a busca por garantir todas as oportunidades e facilidades que possibilitem o cuidado ao que tange a saúde física e mental dos velhos, bem como a construção de meios possíveis para o estabelecimento das condições morais, intelectuais, espirituais e sociais na busca por condições de liberdade e dignidade.

O segundo título elenca os direitos fundamentais que vão construir o arcabouço jurídico a ser protegido, iniciando pelos direitos à vida e à saúde, passando pelas questões da liberdade, do respeito, da dignidade, dos alimentos, da educação, da cultura, do esporte, do

lazer, da profissionalização, do trabalho, da previdência e assistência sociais, da habitação e do transporte. Ressalta-se mais uma vez a influência na legislação brasileira dos organismos e instrumentos internacionais, aqui concretizados a partir da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1948, da Assembleia Geral da ONU. Nesta ocasião, entendidos como Direitos Humanos das pessoas idosas.

No capítulo do direito à saúde é assegurado o acesso universal à saúde plena das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, garantido pelo SUS através das suas ações específicas e pelo conjunto dos serviços estabelecidos para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde. Além do funcionamento padrão do sistema de saúde brasileiro, de acesso garantido para todo e qualquer brasileiro, o SUS ainda destina atenção especial às doenças e aos cuidados que estão diretamente relacionados ou são potencializados para a parcela da população que consegue sobreviver ao tempo.

De acordo com as definições presentes no estatuto do idoso, o Poder Público tem o compromisso de fornecer, gratuitamente, os medicamentos que ajudam no combate às doenças que são típicas dessa parcela da população, especialmente quando estes remédios são de uso continuado. Além destes são consideradas como prioridades para serem atendidas pelo SUS as próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação. Ainda de acordo com os termos do estatuto do idoso é garantido o atendimento especializado aos idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante.

O estatuto do idoso também estipula que as instituições de saúde devem, necessariamente, atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo, constantemente, o treinamento e as estratégias de capacitação dos profissionais de saúde que lidam diretamente com os pacientes velhos, além dos médicos devem ser facilitadas capacitações e a transmissão de orientações aos cuidadores familiares e aos grupos de autoajuda, uma vez que estes estão em contato direto com os velhos e precisam ser absolutamente bem formadas, capacitadas e recicladas.

No que tange aos princípios básicos da educação, cultura, esporte e lazer o estatuto do idoso deixa expresso e forma direta e objetiva que é preciso criar instrumentos capazes de dar garantias de acesso às pessoas mais velhas a todas as instituições que promovam a realização destes produtos e serviços.

Faz parte de um movimento internacional que é seguido pelo estatuto do idoso a busca por criar oportunidades de acesso do idoso ao sistema educacional, criando ofertas com base nas necessidades do grupo de pessoas mais velhas, buscando adequar os currículos, as metodologias e o material didático às necessidades especiais e particulares dos indivíduos

velhos, criando uma linha de produtos, programas e projetos educacionais destinados à velhice. É neste âmbito que surgiram as propostas muito exitosas de Universidades Abertas à Terceira Idade (o nome é péssimo, mas a ideia é maravilhosa).

Faz-se fundamental garantir a incorporação dos temas relacionados à velhice, criando discussões em torno do processo de envelhecimento, estimulando a construção de posturas e comportamentos sociais que construam relações de respeito e de valorização das pessoas velhas. É importante construir nestes contextos propostas que ajudem a transformar as imagens preconceituosas que são tradicionalmente relacionadas às pessoas velhas, buscando eliminar das relações sociais essa visão parcial e inverídica da velhice e das pessoas velhas.

Todas as propostas relacionadas à educação precisam ser incluídas nos currículos formais de todas as redes e níveis de ensino no Brasil.

Cabe destacar ainda que no âmbito da profissionalização e das relações associadas ao mundo trabalho, o estatuto do idoso estimula a criação de possibilidades para inserir às pessoas velhas em postos de trabalho em que elas possam contribuir, desde que queiram, com os seus múltiplos conhecimentos adquiridos ao longo do processo de realização da vida.

Há uma inclinação para que sejam construídas condições sociais que garantam o direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas as condições físicas, intelectuais e psíquicas das pessoas velhas.

No que tange ao processo de aposentadoria e a retirada formal do mundo do trabalho, o estatuto do idoso prevê a criação e o estímulo, por parte do poder público, para a preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, por meio de estímulo a novos projetos sociais, conforme seus interesses, e, de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania, respeitando o tempo mínimo de 1 ano de antecedência. Além do estímulo às empresas privadas para admissão os profissionais velhos para os postos de trabalho que tenham a condição de ser operacionalizado por estes indivíduos.

Em relação à permanência e a expansão da participação das pessoas acima de 60 anos é fundamental que se construa mecanismos que garantam, por meio do Estado inclusive, a criação de empregos que possam incorporar a força de trabalho envelhecida. Concordamos com Santin (2009) quando ele afirma que não se trata de construir postos de trabalhos de forma subjetiva ou se garantir na legislação, mas não se esforçar para torna-los efetivos, além que é fundamental a manutenção e ampliação de projetos e programas que garantam a renda mínima para aqueles indivíduos velhos que não consigam se reinserir no mercado de trabalho (vale ressaltar que no Brasil estes programas de transferência de renda têm uma parcela de atenção bastante significativa, ao menos tiveram nos últimos 13 anos).

As questões relacionadas à habitação têm uma configuração muito particular, pois, de acordo com o que está estabelecido no estatuto do idoso, há um pacto para que aos velhos seja garantida as condições necessárias para que gozem de uma condição de moradia digna. Orienta-se, quase como um desvio da obrigação do Estado de promover este direito, que a condição de moradia digna seja preferencialmente realizada em um ambiente familiar, entendendo por família aquela estabelecida pelas condições naturais (conceito tradicional de família) e/ou aquelas famílias artificiais (substitutas) construídas ao longo do tempo de realização da vida dos indivíduos velhos. Reserva-se aos velhos o direito de viver desconectado das relações familiares, se assim eles o preferirem. Como última opção é facultada a possibilidade de que as condições de moradia digna seja realizada em instituição pública ou privada.

Ainda sobre a condição de habitação e moradia, há elementos no estatuto do idoso que impõe ao Estado a obrigatoriedade de rever a política habitacional nacional, estabelecendo para as pessoas com idade maior igual que 60 anos prioridade na aquisição da casa própria, notadamente estão comprometidos nesta medida os programas habitacionais que têm no Estado o seu incentivador, organizador e/ou facilitador. Para que tal medida tenha efeito é necessário que haja uma reserva de 3% de todas as unidades habitacionais residenciais, além de possibilitar critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos da aposentadoria e pensão.

Do ponto de vista das relações estabelecidas com a vizinhança (bairro, praças, lugares públicos), o estatuto propõe que sejam implantados equipamentos urbanos comunitários voltados às pessoas velhas, eliminando as barreiras arquitetônicas e urbanísticas, com o fim de garantir a de acessibilidade aos espaços públicos e privados, dotando-os de condições mínimas para o acesso, circulação e permanência das pessoas velhas com base nas determinações e especificações técnicas postas como norma nos manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

O terceiro título estabelece medidas de proteção ao idoso sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados, o que obriga a família, a sociedade e o Estado a amparar as pessoas idosas, defendendo-lhe com dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, como pode ser observado na citação extraída do estatuto do idoso.

TÍTULO III - Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I - Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
- III – em razão de sua condição pessoal. [...] (BRASIL, 2003).

O quarto título trata da política de atendimento às pessoas maiores que 60 anos de idade, este capítulo apresenta as entidades de atendimento ao idoso, o fiscalizador dessas entidades, bem como prescreve as infrações e normas de proteção ao idoso, as formas de apurá-las e puni-las. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, deverão proporcionar instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança. Promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer. Propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças e proceder a estudo social e pessoal de cada caso (BRASIL, 2003).

O quinto título aborda sobre o acesso a Justiça em qualquer de suas esferas, inclusive a administrativa, atribuindo ao Ministério Público o dever de proteger os interesses dos velhos, assegurando-lhes a prioridade da tramitação dos processos judiciais nos quais ele participe de alguma forma, estabelecendo também, a criação de varas especializadas e exclusivas para atender os interesses relacionados às necessidades jurídicas dessa parcela da população.

O sexto título trata da disposição dos crimes e penalidades, tipifica condutas criminosas contra os velhos, cujas penas restritivas de liberdade não ultrapassam a quatro anos, sendo aplicada a lei dos juizados especiais, o código penal e o código de processo penal. Este título traz também o estabelecimento de leis mais rígidas contra atos de violência praticados contra os velhos nos próprios lares, como pode ser visto no fragmento que se segue:

TÍTULO VI - Dos Crimes

[...] CAPÍTULO II - Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade [...]

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública [...]

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado [...]

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado [...] (BRASIL, 2003).

O sétimo e último título trata das disposições finais e transitórias, estabelece a possibilidade do Ministério Público manifestar-se sempre que a pessoa velha se encontre em situação de risco.

Ao refletir sobre o sentido do estatuto do idoso, concordamos com Santin (2009) quando considera que a construção dessa ferramenta jurídica se apresenta como mais um dos recursos contemporâneos que é construído com o objetivo de reforçar e, de alguma forma, tornar concreto um conjunto de princípios que visam, fundamentalmente, dotar as pessoas de condições de dignidade, organizando os elementos básicos e fundamentais para que a vida se realize sem entraves limitadores e redutores da condição de humanidade do homem, quer seja jovem, negro, mulher, criança ou velho.

Neste sentido, não se está com isso afirmando sobre uma repetição de princípios ou manuais jurídicos, mas reforçando a necessidade de que esses elementos sejam garantidos com fim de estabelecer um resgate da condição de humanidade, negada historicamente.

Parece-nos que estes dispositivos legais têm como princípio velado a construção de condições de igualdade plena, ao mesmo nos termos da lei. A grande contribuição do estatuto do idoso é retirar da sobra as questões que cercam a velhice, ajudando na eliminação e preconceitos históricos e garantindo que a vida prolongada pode se realizar de forma plena e sadia.

Nota-se que, na maioria de seus dispositivos, o novo diploma legal, o estatuto do idoso, tratou de direitos sociais, os quais demandam prestações positivas por parte do Estado e da sociedade para a sua plena efetivação.

Ainda seguindo as pistas deixadas por Santin (2009), tem-se a clara percepção de que a maior contribuição relacionada ao estatuto do idoso está na definição clara e objetiva de que é preciso reconhecer e respeitar a dignidade das pessoas velhas, que elas correspondem a um momento da totalidade social, por isso as questões relacionados ao envelhecimento, no limite, dizem respeito a toda a sociedade, quer seja como prática objetiva, quer seja como virtualidade. Como já deixamos claro em várias passagens deste texto, o envelhecimento é a única opção e o destino certo para todas as pessoas que não irão morrer jovem.

Podemos considerar ainda que os termos postos no estatuto do idoso revelam não apenas uma obrigatoriedade com relação ao Poder Executivo, o qual deverá programar

políticas públicas voltadas a este segmento da população, mas também da própria sociedade, que deverá superar a visão economicista (reducionistas e homogeneizante) decorrente de uma racionalidade capitalista, para a qual só tem valor quem puder dar lucros, produzir e reproduzir o capital.

Apesar dos avanços na compreensão sobre as necessidades de inserir os velhos como parte constitutiva da sociedade, inclusive como força criativa e produtivo, segundo as reflexões de Ramos (2004), o estatuto do idoso não altera significativamente o cenário legal sobre o envelhecimento.

Com base nas reflexões do autor acima citado, a única novidade trazida pelo estatuto do idoso consiste em colocar no conjunto das entidades e instituições implicadas com o cuidado e a proteção da velhice a comunidade, ou seja, é a primeira vez na legislação brasileira que o entorno próximo aos velhos é considerado fundamental na construção de estratégias para a manutenção da vida dos anciões. A ideia de comunidade tem uma relação direta com as concepções de lugar, espaço e território, o que nos induz refletir que não há possibilidade de organização da vida dos velhos que se haja uma implicação direta e imediata da geografia, o que coloca novos desafios para o pensamento.

O estatuto também estabeleceu como elemento importante a necessidade de que o atendimento (em sentido amplo) aos anciões seja realizado de forma preferencial, imediata e individualizada junto aos órgãos públicos e privado, prestadores de serviço a população. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à preferência na formulação e na execução de políticas sociais direcionadas esta parcela da população, assim como a destinação privilegiada de recursos públicos.

O Estatuto do idoso ainda é ignorado significativamente pela sociedade. É preciso fortalecer o envelhecimento como direito; dar efetividade, consolidar a velhice como diretriz na hora de definir parâmetros para as políticas públicas, considerar que o envelhecimento impacta em todas as esferas das políticas e do orçamento público, mas que isso, que o envelhecimento humano compromete todas as questões relacionadas à reprodução da vida, em sentido amplo e aberto, ao mesmo tempo que de forma específica e aplicada.

Faz-se fundamental entender a velhice e o envelhecimento como processo, que indica e compromete implicações que são percebidas desde a elaboração das normas, contemplando os direitos, a efetividade nas estruturas sociais, passando a conduzir as relações política, jurídica, econômica, cultural e social.

Uma indicação que a revisão do legislação sobre o envelhecimento aponta como dimensão preponderante é a compreensão de que resiste um gigantesco distanciamento entre o

que está materializado na lei e a condição da velhice no Brasil; é urgente a implementação de uma política que leve em consideração o processo de envelhecimento e as implicações dos caminhos estabelecidos por esse processo nas redefinições dos parâmetros modernos do que se entende por velhice.

Ainda está por ser construída uma transformação paradigmática em relação aos velhos, percebe-se, ainda, preconceitos sociais muito arraigados em relação à velhice. O conjunto de políticas com base legal ainda não foi capaz de transformar a condição do velho na contemporaneidade.

Capítulo 6 : O que dizem os velhos sobre a vida na cidade, fragmentos da vida cotidiana - Espaço Público e Espaço Privado, Transporte, Moradia, Participação Social, Inclusão, Emprego, Comunicação e Serviço de Saúde

“O velho sem conselhos de joelhos, de partida carrega com certeza todo o peso da sua vida. Então, eu lhe pergunto pelo amor, a vida inteira, diz que se guardou do carnaval, da brincadeira que ele não brincou. Me diga agora o que é que eu digo ao povo, o que é que tem de novo pra deixar. Nada, só a caminhada longa, pra nenhum lugar. O velho de partida deixa a vida sem saudades, sem dívida, sem saldo, sem rival ou amizade. Então, eu lhe pergunto pelo amor. Ele me diz que sempre se escondeu, não se comprometeu, nem nunca se entregou. Me diga agora o que é que eu digo ao povo, o que é que tem de novo pra deixar, nada. Eu vejo a triste estrada onde um dia eu vou parar. O velho vai-se agora. Vai-se embora sem bagagem. Não sabe pra que veio, foi passeio, foi passagem. Então eu lhe pergunto pelo amor, ele me é franco, mostra um verso manco de um caderno em branco que já se fechou. Me diga agora o que é que eu digo ao povo, o que é que tem de novo pra deixar. Não, foi tudo escrito em vão, eu lhe peço perdão, mas não vou lastimar”
Chico Buarque, o velho.

“Já gozei de boa vida, tinha até meu bangalô, cobertor, comida, roupa lavada. Vida veio e me levou. Fui eu mesmo alforriado pela mão do Imperador, tive terra, arado, cavalo e brida. Vida veio e me levou. Hoje é dia de visita vem aí meu grande amor. Ela vem toda de brinco, vem . Todo domingo tem cheiro de flor. Quem me vê, vê nem bagaço do que viu quem me enfrentou: Campeão do mundo em queda de braço. Vida veio e me levou. Li jornal, bula e prefácio que aprendi sem professor. Frequentei palácio sem fazer feio. Vida veio e me levou. Hoje é dia de visita vem aí meu grande amor. Ela vem toda de brinco, vem. Todo domingo tem cheiro de flor. Eu gerei dezoito filhas, me tornei navegador. Vice-rei das ilhas da Caraíba. Vida veio e me levou. Fechei negócio da China, desbravei o interior, possuí mina de prata, jazida. Vida veio e me levou. Hoje é dia de visita vem aí meu grande amor. Hoje não deram almoço, né? Acho que o moço até nem me lavou. Acho que fui deputado, acho que tudo acabou, quase que já não me lembro de nada. Vida veio e me levou”
Chico Buarque, o velho Francisco.

De quem são as experiências cotidianas sobre velhice?

As aproximações com os entrevistados desta pesquisa não foi tarefa simples, elas correspondem à buscas por parte do entendimento dos mesmos como fonte primária e ao cidade projetada como elemento vivo. Entretanto, estas aproximações foram fundamentais para revelar os sentidos das conexões entre a cidade e os velhos, os sentidos dos depoimentos, das histórias contadas e dos silêncios. Estes elementos foram fundamentais para dotar de sentido os questionamentos e as problematizações presentes em todo o processo de análise e interpretação das questões postas. As análises sobre a cidade, sobre os velhos, sobre o

processo de envelhecimento e sobre os sentidos da vida cotidiana só foram possíveis de ser sistematizadas com a proximidade às questões concretas.

As histórias reveladas entre os velhos e a cidade só ganharam sentido quando problematizadas com base na discussão dos elementos teóricos, revelando as representações da velhice no espaço e a maneira como o espaço se fazia representar através da velhice dos depoentes. Sem sombra de dúvidas há uma relação dialética entre a cidade entendida como materialidade e lugar da realização da vida, e a velhice como forma de viver os espaços da cidade. Incide sobre estes elementos representações de nível legislativo e dinâmicas de reprodução da vida de forma concreta, reveladas através da cidade do Recife.

As definições (de inserção e de exclusão) são mediadas por questões que não são objetivas, nem muito menos absolutamente concretas. Subjetividades, intuições e apostas estão presentes em um contexto de observação científica, sendo apenas revelado aquilo que sobra como escolha, deixando os elementos subsumidos rondando a consciência do autor, mas que podem se materializar em desdobramentos ou escritos futuros.

Com esse ajuste de ideias e fruição, posso registrar que o processo acima descrito ajuda a caracterizar a relação entre os sujeitos de pesquisa, o seu processo de envelhecimento e as relações destes com a cidade do Recife.

Não obstante, algumas escolhas foram fundamentais para lastrear as buscas na direção de entender os fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, como já antecipamos na parte metodológica. A busca por encontrar as pessoas passou primeiro por uma definição do perfil, propositalmente aberto, de velho que assumisse uma diversidade de experiências, por isso, os depoentes que compartilharam fragmentos da sua vida cotidiana têm as mais diferentes idades. Assumi como ponto de corte mínimo o padrão estabelecido na legislação brasileira: 60 anos.

Uma vez marcada a idade mínima, seria importante que os velhos correspondessem, mais ou menos, a uma distribuição de idade e gênero semelhante ao que os dados do Censo apontam, ou seja, uma maioria de velhos entre os 60 e 80 anos, guardando a proporcionalidade entre as representatividades estatísticas de a correlação com o universo amostral dos entrevistados. Sendo assim, há uma maioria de velhos que circulam entre os 60 e 70 anos e de idade e um menor número daqueles que já se aproximam aos 90 anos. Registro que não houveram entrevistados com idade igual ou superior a 90 anos, não os consegui identificar dentro do perfil selecionado.

É característico também do meu universo de entrevistados a presença maioritária de mulheres. O que corresponde às quantidades identificadas no Censo de 2010. Relato que as

mulheres, foram às mais solícitas em contribuir com a pesquisa. Mostrando-se mais disponíveis e sensíveis à conversa e a troca de informações de maneira informal, inclusive. Reforço que, além de um número menor de homens velhos no espaço público, muitos deles não se sentiram dispostos a colaborar, alguns alegaram falta de interesse. Em um primeiro momento as negações e atitudes pouco colaborativas dos homens velhos que conduziram, inicialmente, a uma falsa ideia de que os homens seriam mais truculentos e ranzinhas, o que foi desconstruído ao longo de outras aproximações, resultando que os homens velhos entrevistados se mostraram participativos e receptivos à troca de ideia e a responder perguntas que para alguns poderiam ser entendidas como “bisbilhotices” ou curiosidade de jovem, como me disseram alguns.

Desde o começo do processo de pensar sobre o envelhecimento e a relação dos velhos com os espaços urbanos, no caso a cidade do Recife, aparecia-me de forma muito clara a hipótese de que, apesar das representações, ideias pré-concebidas e senso comum, viver a cidade, como lugar do encontro, da festa, da realização das possibilidades poéticas da vida, pressupõe, antes de tudo, só é possível se as pessoas, no caso da pesquisa os velhos, gozarem de mínimas condições de saúde.

Pareceu-me inicialmente e foi-me comprovado depois do processo de pesquisa que as condições de saúde figuram como o elemento fundamental para definir a relação dos velhos com a cidade. A partir das condições de saúde é possível definir a existência de várias velhices, e não apenas uma única. O senso comum e as definições e representações mais perversas sobre a velhice retratam o velho como um ser sem futuro, sem esperanças e sem vida, as entrevistas me mostram outra realidade, essas representações de uma velhice sem vida não corresponder com a realidade. Está claro que disposição para viver e a elaboração de projetos de vida e de desejos por conquistar coisas não acabam com a velhice, senão se transformam, mudam de perspectiva de tempo para a realização, mas não acabam; as impossibilidades de realização só estão presentes quando há uma privação severa das condições de saúde.

A despeito de todas as demais categorias fundamentais, as condições de saúde definem a forma como se dará a relação entre a cidade e os velhos, estabelecendo sentidos para a realização da vida cotidiana. Em outras palavras, uma das hipóteses aventadas era de que a velhice só se torna um problema quando o velho não tem a sua condição de saúde íntegra.

Com essa ideia, busquei encontrar velhos considerados “saudáveis”, não a saúde resultado das imagens impostas pela modernidade, mas a ideia de que era importante que os velhos pesquisados fossem indivíduos com as suas plenas faculdades mentais e de boas

condições físicas (com autonomia pra locomoção e com plena capacidade de interagir com os elementos da vida cotidiana – casa, rua, bairro, comunidade, cidade, etc.). Neste processo, não considere os velhos com doenças impeditivas, pois acredito que estas condições já foram debatidas profundamente por outros trabalho, principalmente aqueles relacionados pelas ciências da saúde, notadamente aqueles relacionados às questões médicas e biológicas sobre o envelhecimento. Afinal, entendo que, a privação da saúde não é um impedimento apenas para os velhos, mas para todo e qualquer indivíduo que viva essa condição.

Além das definições de gênero, de idade e das condições de saúde, as experiências cotidianas sobre a velhice aqui buscadas têm a ver com a classe social. Acredito que o pertencimento a uma classe social de alto padrão financeiro muda a relação com o envelhecimento e com a cidade. Assumi o risco e a hipótese de que entender a vida cotidiana com todas as suas determinações e possibilidades se dá de forma mais potencialmente rica entre os indivíduos de classe social de menor padrão financeiro, ou seja, estive preocupado em colher os fragmentos da vida cotidiana de alguns velhos pobres que são moradores da cidade do Recife.

Sobre a condição de morador da cidade do Recife, tínhamos claro que era uma imposição, principalmente pelo recorte geográfico da pesquisa, o que tornou como exigência de aprofundamento da pesquisa o fato de que as pessoas tivessem desenvolvido pelo menos os últimos 15 anos da sua vida na cidade do Recife (trabalho, moradia e serviços urbanos da cidade), ou seja, a intensão era de que as relações estabelecida entre os velhos e a cidade do Recife tivessem densidade histórica (prática) para o depoente, o que nos levou a uma redução da possibilidade de entender o fenômeno da migração, apesar de ser considerado como um elemento muito importante nos estudos sobre o envelhecimento. Neste trabalho, a dimensão as atividades migratórias não serão consideradas como centrais. Gostaria de reforçar que não há uma descrédito da potencialidade explicativa na migração, inclusive esta poderia ser um dado de aprofundamento das questões sobre a velhice, apenas não a assumiremos como questão neste momento.

Sobre a pobreza também é importante alguns comentários. Se tomarmos como base os dados mais recentes publicados pelo DIEESE há uma orientação a renda mínima da família brasileira deveria ser de R\$ 3.240,00²⁷⁵. Se compararmos este valor com o do salário mínimo, que atualmente é de R\$ 788,00 há uma defasagem muito grande, ou seja, há uma necessidade

²⁷⁵ Cf. <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>, os dados são referentes ao mês de setembro de 2015.

de uma renda mínima pelo menos quatro vezes superior a renda atual. O que nos coloca uma questão central sobre a condição de renda e a situação de pobreza.

Com base nos dados apresentados na primeira parte deste trabalho, pelo menos 50% das pessoas velhas na cidade do Recife recebem até 1 salário mínimo como fonte de renda. Se tomarmos como base a ideia de que os programas sociais e os cálculos da previdência são baseados nos valores relativos ao salário mínimo, concordaremos que a situação financeira dos velhos no Brasil, na cidade do Recife no caso da nossa base de referência, é bastante preocupante, o que já poderia ser classificado como um cenário de vulnerabilidade econômica.

O que se define como pobreza? Essa acaba sendo uma necessidade de ajuste fundamental. Se recorremos a Rocha (2006), vamos concordar com ela sobre a trajetória genérica que o conceito de pobreza vem assumindo nas discussões em geral.

Entretanto, do que se trata quando, especificamente, nos referimos à pobreza? Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento poder ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão da vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive (ROCHA, 2006, p. 9-10).

As discussões sobre a pobreza são, em geral, vagas porque são ao mesmo tempo complexas. O que no leva a considerar que as definições e mensurações sobre a pobreza só fazem sentido se inseridas em contextos muito específicos, até mesmo em um único país as definições de pobreza podem variar consideravelmente entre o norte e o sul, ou entre o leste e o oeste, ou ainda entre os centros as periferias. Ser pobre em Recife não é a mesma coisa, ou não atribui os mesmos sentidos, que ser pobre em São Paulo, por exemplo. As condições materiais da pobreza em cada um dos lugares têm a ver com os contextos produtivos, as bases tecnológicas, os sentidos sociais, os processos históricos. Ainda que estejamos falando de privações das condições socioeconômicas, estas privações produzem sentidos diversos e múltiplos.

Por isso ser velho pobre em Recife tem particularidades que podem impossibilitar, em muitos contextos, a realização da vida. Em uma cidade com forte desigualdade social, com uma grande informalidade e com índices de desenvolvimento humano de pouca expressão, não podemos considerar a pobreza como um conceito único e genérico, sempre se é pobre em

relação a algo. O que nos parece claro é que não há possibilidade de discutir a pobreza pela posse de determinados bens. A presença de produtos e de acesso a determinados produtos só pode servir como aproximação. A pobreza tem que ser entendida com os seus matizes absolutos e relativos.

(...)as discussões passam a gravitar em torno da natureza do fenômeno da pobreza em países apresentando diferentes níveis de desenvolvimento social e produtivo, o que remete às noções de pobreza absoluta versus relativa. Pobreza absoluta está estreitamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. O conceito de pobreza relativa define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedades onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p. 11).

De acordo com Rocha (2006), a renda é um dos principais marcadores e parâmetros para sistematizar uma definição de pobreza, principalmente se entendemos a construção moderna de mundo orientada pela participação de tudo e de todos em uma lógica de produção, circulação, troca e consumo de produtos que estabelecem a condição básica para a acumulação de dinheiro, o que é definido como símbolo universal (mas não o único) para se estabelecer as trocas e definir as classes sociais. Ou seja, é através da renda que se tem acesso a determinados contextos, produtos e/ou serviços entendidos como definidores das necessidades básicas de cada pessoa e/ou grupo social. As definições sobre a renda influenciam na definição de grupos de pessoas inseridas ou excluídas das condições sociais de reprodução da vida.

Muitas das definições de renda levam a constatação de parâmetros capazes de avaliar a pobreza através destas referências monetarizadas, ou seja, é possível atribuir um valor médio para que uma pessoa tenha garantida a satisfação de suas necessidades básicas. Quando este valor se refere às condições mínimas de nutrição, é possível traçar uma linha nutricional mínima necessária, que foi denominada pela ONU de linha de indigência, ou mais comumente conhecida como linha de extrema pobreza, ou de miséria extrema. Quando esse valor se refere à satisfações de necessidades mais abrangentes, ou seja, quando a pessoa consegue satisfazer as condições mínimas nutricionais e ainda consegue realizar outras necessidades básicas, traça-se uma linha de pobreza.

Estas linhas estabelecidas definem quatro posições sociais organizadas em dois grupos, o primeiro grupo dá conta de classifica os indigentes e os não-indigentes e o segundo grupo classifica os pobres e os não-pobres.

(...)pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido com linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades consideradas mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessária para atender apenas às necessidades nutricionais (ROCHA, 2006, p. 13).

Quando estas definições de pobreza baseadas no princípio da renda se tornaram bastante populares entre os economistas e assistentes sociais no mundo inteiro foram construídos parâmetros para medir e definir as particularidades da renda, do acesso e do consumo de produtos considerados fundamentais para o desenvolvimento humano, junto a isso, busca-se entender quais são os produtos mínimos necessários para constarem em uma cesta básica, qual o perfil alimentar para garantir o desenvolvimento saudável das condições físicas, biológicas e psicológicas de cada indivíduo.

Cada contexto social, a partir das condições materiais e da base produtiva de cada lugar vai definir quais são os critérios mínimos para julgar alguém pobre ou não, uma vez definidos esses critérios, não quer dizer em lugares diferentes de um mesmo país as condições de acesso aos produtos ou condições de vida serão semelhantes, o custo da cesta básica em São Paulo não corresponde ao custo da cesta básica em Recife, apesar de que os produtos que constam em ambas as cestas sejam bastante semelhantes.

Apesar dos avanços sociais existentes no país e a profunda diminuição das desigualdades regionais, os dados apresentados no capítulo 2 desta tese nos possibilita afirmar que ainda não avançamos suficientemente para tratar, em termos de país, de uma pobreza relativa generalizada, o enfrentamento à pobreza é ainda um projeto do governo federal em execução que tem como dimensão central a diminuição das condições de miséria do país. Os avanços conquistados de 2004 até 2015 foram suficientes para retirar o Brasil do mapa da fome elaborado pela ONU, mas ainda assim não superamos o desafio do enfrentamento da pobreza absoluta.

Acredito importante resgatar alguns pontos identificados por Rocha (2006) que contribuem para a caracterização do tema da pobreza no Brasil.

O primeiro tema a ser considerado é que a pobreza não se restringe apenas à condição de fome, a fome está relacionada a incapacidade de gerar condições nutricionais mínimas, ou seja, programas de erradicação da fome têm como propósito eliminar a condição de

indigência. É importante registrar que em um país em que a fome é um problema endêmico, o seu enfrentamento é condição fundamental, mas uma vez garantidas as condições nutricionais mínimas, o desafio para combater a pobreza ainda segue com uma agenda muito ampla. A privação de mobilidade, de acessibilidade, de condições dignas de moradia, a impossibilidade de trabalhar, de comunicar-se, de participar ativamente da vida pública e política são dimensões fundamentais para serem debatidas nos projetos de enfrentamento da pobreza.

No Brasil, a pobreza do final do século XX não é a mesma pobreza do século XXI. Apesar da desigualdade muito forte em realidades espaciais muito próximas, não podemos considerar a pobreza no Brasil com os mesmos critérios que considerávamos anteriormente, a estabilização da moeda e os programas de transferência de renda mudaram a trajetória da pobreza no Brasil. Segundo Rocha (2006) todos os dados colecionados pelo Brasil revelam que “nos últimos 30 anos as condições de vida da população apresentam melhorias contínuas”. Junto a melhoria dos indicadores sociais, soma-se melhorias na prestação de serviços públicos básicos, bem como alguns itens relacionados à condição de moradia.

A pobreza no Brasil não é decorrente de uma pobreza das condições econômicas do país, mas o resultado de um processo histórico de acumulação desigual e de concentração das desigualdades, ainda persiste um abismo entre os indivíduos classificados como os mais pobres em relação aos indivíduos considerados como os mais ricos. Nota-se o aumento da participação global dos indivíduos no mercado de consumo, o que revela condições de acesso à crédito e a produtos, mas não revela uma diminuição da condição de pobreza.

Ao menos das duas últimas décadas foram registradas diminuições consideráveis da pobreza nas áreas rurais, acompanhadas das desigualdades sociais nas áreas urbanas, além de uma notada desigualdade social regional. É importante salientar que os indicadores sociais das regiões norte e nordeste sofreram grandes transformações nas últimas duas décadas, o que indica um projeto de descentralização das atividades produtivas do centro-sul.

Faz-se importante anotar que as alterações nos níveis de pobreza estão diretamente relacionadas às alterações nos níveis de renda e de educação. Há um consenso em afirmar que as reduções nos níveis de pobreza e da desigualdade social estão diretamente relacionadas à uma indicação de redemocratização do ensino público e de qualidade, tornando-se este um dos caminhos para a construção de uma transformação considerável nas relações de trabalho. Frente a isso, pode-se afirmar que há uma correlação entre pobreza e o mercado de trabalho, este foi um dos elementos que mais contribuíram com os programas de combate a pobreza realizados pelo governo federal nos últimos anos. O que fez o Brasil ter até 2014 taxas de pleno emprego, consolidadas há uma década.

Os dados mostram que há no Brasil contemporâneo um excelente desempenho do combate a pobreza, principalmente através dos programas de transferência de renda e ao ingresso da população no mercado de consumo, criando uma espécie de relação direta entre a diminuição da miséria e a garantia de condições mínimas. Por isso, é preciso reconhecer que todo o arsenal montado para diminuir as desigualdades e combater a pobreza no Brasil tem um custo altíssimo, que está sendo assumido pelo governo federal. Como a pobreza não se limita a insuficiência de renda, há que se considerar todos os esforços por transformar as estruturas e infraestruturas como esforços para a diminuição da pobreza.

Em relação aos níveis de pobreza, os velhos e as crianças são os mais vulneráveis, em todos os países e não seria diferente no Brasil, os extremos populacionais sempre são considerados em seus contextos de vulnerabilidade, principalmente por causa da razão de dependência que os caracteriza, mesmo com os programas sociais, quer seja através do sistema previdenciário, para os velhos, quer seja pelos programas de transferência de renda que garantem uma valor para a família se as suas crianças estiverem matriculadas na escola no ano letivo correto, isso não é o bastante para livrar as pessoas em ambas as situações de vulnerabilidade social.

Os velhos que foram entrevistados para a realização desta tese são classificados como pobres, nenhum é indigente, essa categoria não foi definida para o universo da pesquisa, por isso, assumo-me que as observações e os contextos que revelam os fragmentos da vida cotidiana destes indivíduos estão fortemente influenciados pelas transformações ocorridas no Brasil das últimas duas décadas.

Para definir as áreas da cidade em que foram realizadas às entrevistas com os velhos depoentes, fizemos um cruzamento entre os bairros identificados que apresentaram índice de envelhecimento classificado entre 9 e 16, como já explicado e apresentado no capítulo metodológico da tese, calculado de acordo com os dados do último censo realizado pelo governo brasileiro. Dentre os bairros classificados com um alto índice de envelhecimento foram selecionados aqueles que estão localizados em zonas tradicionalmente pobres das cidade (estas zonas estão indicados na figura 105). Entre estes bairros localizados em zonas de pobreza, foram identificados aqueles que tinham instalado em seu território pelo menos um polo do Programa Academia das Cidades, programa da Prefeitura da Cidade do Recife que proporciona aulas, encontros, palestras e atividades relacionadas à saúde. A escolha dos bairros contemplados com o Programa de Academia das Cidades também já foi demonstrada no capítulo metodológico da tese.

Entre os bairros que preencheram as características destacadas, restaram: Boa Vista, Casa Amarela, Ilha do Leite e Ipsep, Santo Antônio. Os bairros que foram definidos se tornaram fonte de reflexão representam as zonas central, norte e sul da cidade do Recife. A continuação apresento as figuras 104 e 105, como recurso de espacialização dos lugares selecionados para a realização das entrevistas, a primeira localiza as zonas pobres da cidade e a segunda destaca os bairros que foram selecionados.

Figura 104 : Mapa esquemático das áreas pobres da cidade do Recife, identificadas em cinza, elaborado pela URB
Fonte: Alves (2009, p. 89).

A figura 104 é importante para especializar as áreas de pobreza na cidade do Recife, estas áreas estão distribuídas de forma fragmentada em todo o tecido urbano cidade, apresentando uma área de concentração de pobreza na zona norte da cidade, a área de pobreza

da zona norte coincide com as áreas e morro. Estas áreas foram tradicionalmente ocupadas pelas pessoas pobres em função do deslocamento da pessoas que viviam nos mocambos da cidade, principalmente em meados do século XX com as obras de urbanização associadas aos princípios de higienização das áreas urbanas centrais, implementado pela reforma urbana conduzida pelo engenheiro Saturnino de Brito. A concentração de áreas de pobreza na zona norte não nega as áreas de pobreza que estão localizadas ao longo de todo o território da cidade.

As áreas selecionadas para a realização das entrevistas também coincidem com a distribuição espacial da pobreza, como a figura 105 vai a ajudar a visualizar. No entanto, é importante registrar que a localização do lugar de moradia em bairros específicos não converte a pesquisa em um estudo sobre o bairro, a aproximação às pessoas através de lugares específicos da cidade (bairro, contextos comunitários, rua, casa, etc.) é a possibilidade entender o lugar gênese da reprodução das relações cotidianas, sempre em relação a cidade.

A cidade moderna transforma os bairros em fragmentos, rompe com o seu estilo e os pulveriza, atomizando as relações e as práticas sociais, distanciando as pessoas das suas condições originais. Os fragmentos da cidade se reproduzem como pertencentes a uma homogeneidade de relações que gera o estranhamento e a alienação. Estes fragmentos começam a ser povoados de signos e símbolos da reprodução da cidade e rompem com os laços originais, o bairro não responde mais ao sentido da população que o habita, ele se perde junto com a perda dos referenciais da cidade.

A metrópole tem uma estrutura espacial fragmentada porque concentra as separações. Porque nela são integrados, enquanto fragmentos, tudo aquilo que foi separado ao nível da prática social. Nestes termos, a questão a ser respondida e explicada é a de saber como um bairro, produto e obra de seus moradores, os quais por suas práticas produziram, operaram e viveram um tempo comum e cotidiano, pleno de realizações [...], é transformado num fragmento amorfo da metrópole, cada vez mais esvaziado de sentidos e significados que os possibilitem reconhecê-lo como obra (SEABRA, 2003, p. 61).

As discussões sobre a existência do bairro como uma totalidade dentro da totalidade cidade são feitas em estudos muito bem construídos, há uma tradição da geografia urbana neste tema. Entretanto, esse não é o objeto desta tese, apenas recuperamos o bairro pra dizer que sabemos dos temas inerentes a ele assumem grande complexidade e correspondem a uma escala de análise da geografia. Aqui não iremos adentrar das discussões profundas sobre o

bairro, assumimos ele como o lugar de moradia dos entrevistados e como particularidade espacial que gera a possibilidade articulação com a cidade.

Figura 105 : Localização dos bairros do Recife e indicação dos bairros onde foram realizadas as entrevistas

Fonte: Adaptado por Pedro Nóbrega a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano do Recife (2005).

Os bairros selecionados estão identificados em vermelho a fim de para melhor indicar a localização na figura acima apresentada.

É importante salientar que a busca central desta pesquisa não foi revelar a memória dos velhos sobre a cidade, nem muito menos recuperar as histórias de vida como definidoras de uma narrativa que contassem as histórias da velhice, do envelhecimento ou da cidade, mas, através das formas de vida, das barreiras urbanas, psicologias e sociais entender como, na escala da cidade, a velhice e o envelhecimento revelam os sentidos de uma vida cotidiana realizada como a dimensão do possível.

Como que a vida humana, realizada em coletividade, através da condição de velhice revela os desafios de viver a cidade e de sobreviver ao tempo. A busca era por entender como a vida de alguns indivíduos, analisadas de perto e por dentro, poderiam revelar os sentidos do comportamento social em relação à velhice e ao processo de envelhecimento.

Para tanto, é fundamental entender que essa dupla identificação, aquela do indivíduo e da sociedade só fazem sentido quando se entende as implicações sociais e, em certa medida, sociológicas da ação dos sujeitos. Sujeitos pensados como coletivos, implicados na vida através da totalidade. O que vai revelar os processos de construção da vida cotidiana através da produção e da reprodução social, entendendo as representações das pessoas no espaço e dos espaços de representação nas pessoas. Neste caso, as pessoas velhas que, além de uma história antiga de relacionamento com a cidade, deparam-se com as novas condições impostas pela sobrevivência ao tempo.

Neste sentido, o protagonismo não se dá através dos sujeitos particularizados e identificados como personagens construídos pela história concreta da vida, mas o protagonismo se apresenta na prática espacial, nos dramas que dão sentido a vida social. Dramas filtrados pelas possibilidade e impossibilidade de reprodução da vida. A cidade e os velhos tornam-se um objeto-sujeito, ao mesmo tempo que são entendidos como foco de reflexão da pesquisa, da observação e de reflexões, também são seres que realizam as suas vidas.

Se fossemos entender os sentidos particulares das histórias de vida recuperadas pela memória e pela história oral correríamos o risco de caminhar para um estudo cada vez mais antropológico e menos geográfico. A geografia do envelhecimento, lugar do pensamento onde está tese se localiza, tem que ser construída com base num pensamento social crítico, como tal, esse pensamento tem que fundamentar a crítica, a análise e as reflexões na busca de uma totalidade. Por isso que os depoimentos realizados durante as entrevistas nos ajudam a montar um cenário complexo acerca do que é viver na cidade. Sendo assim, não irei apresentar uma análise do discurso dos depoentes ou sistematizar uma narrativa contando os principais momentos da história de vida destes sujeitos, mas sim, utilizarei as suas falas, memórias,

depoimentos e histórias como argumento, como fonte de pesquisa primária para iluminar as questões que relacionam a vida dos velhos com a vida da e na cidade. A geografia do envelhecimento usada como um recorte analítico que revela os sentidos da reprodução da vida (cidade e indivíduos entendidos como sujeitos sociais).

Durante o período de encontro com os entrevistados houve, ao longo do processo, várias tentativas, algumas prematuras, realizadas antes da elaboração do projeto de tese em 2010/2011. Outras realizadas no início de 2013, com a finalidade de conduzir as reflexões para a elaboração do relatório de qualificação. Até este momento não havia uma roteirização das perguntas, os encontros foram ocorrendo como exercício de sondagem e esboço metodológico. E em 2014 e 2015 as questões foram mais direcionadas. A aproximação de 2014 e início de 2015 foram para entender se esses indivíduos estavam de acordo com o sentido da pesquisa, se disponibilizavam tempo e se estavam mais ou menos enquadrados naquelas características gerais de gênero, idade, classe social e condição de saúde; foram realizados ao todo 78 encontros com velhos que residiam nos bairros de Boa Vista, Casa Amarela, Ilha do Leite, Ipsep e Santo Antônio. Destes 78 a maioria correspondia aos bairros da zona central da cidade (Boa Vista, Ilha do Leite Santo Antônio), os de Casa Amarela e os do Ipsep foram mais difíceis de serem identificados, principalmente aqueles do bairro do Ipsep (Zona sul da cidade).

Destes setenta e oito pré-entrevistados conseguimos realizar as entrevista em profundidade com apenas nove, estas entrevistas aconteceram entre maio de 2015 e julho de 2015. Entre os motivos para a diminuição das entrevistas podemos elencar: dificuldade de contato (muitos informaram o número de telefone equivocado ou não atenderam às chamadas, outros não compareceram ao local marcado e outros não se disponibilizaram a falar, alguns acharam que se tratava de uma tentativa de aproximação por parte da prefeitura da cidade ou de algum “órgão do governo” e não se disponibilizaram a uma conversa mais aprofundada), desinteresse pelo tema, alguns alegaram que não se reconheciam como velhos e perguntaram se era possível indicar outras pessoas e alguns não se enquadravam no perfil genericamente montado como de maior interesse.

Os nove entrevistados finais foram entrevistados mais de uma vez, alguns três ou quatro vezes, em função do cansaço por parte deles, da realização de outros compromissos ou porque algum imprevisto aconteceu no dia marcado para a entrevista.

Como apresentamos na parte metodológica da tese, as entrevistas foram construídas com base em um roteiro, o que chamamos, com o apoio de Gaskell (2002), de guia tópico de entrevistas (Anexo I). Diferente de uma entrevista convencional, o guia tópico não

corresponde a um roteiro de perguntas a ser feito, mas ele orienta a conversa de forma estruturada, ajudando o pesquisador na condução do temas e na organização dos objetivos de pesquisa. A condução das entrevistas seguiu os temas propostos pelo guia tópico elaborado, mas a introdução dos temas nas conversas foi contextualizada de acordo com as respostas dadas, com os interesses particulares de cada entrevistado, na medida que se percebia maior ou menor sensibilidade aos temas tratados.

As questões postas para a conversa e o debate tinham como princípio encontrar elementos baseados em eixos centrais da vida cotidiana dos velhos. Para tanto foi adotada a sistematização posta pelo Guia Cidade Amiga do Idoso desenvolvido pela OMS (2008) que considera como elementos centrais da relação dos velhos com a cidade os aspectos relacionados: ao espaço público x espaço privado, ao transporte, à moradia, à participação social, à inclusão social, ao emprego, à comunicação e às questões relacionadas à saúde.

Antes de relacionar as experiências dos sujeitos da pesquisa com os elementos da vida cotidiana é importante apresentar as características gerais sobre cada um deles, a fim de apresentar com mais clareza o perfil dos entrevistados.

Dona Sebastiana

Professora aposentada da rede municipal de ensino, tem 78 anos, mora no bairro de Casa Amarela. A renda mensal de Sebastiana é de aproximadamente R\$ 1.300,00. Entre os entrevistados, ela é uma das que recebem o maior valor mensal. Segundo ela, ao longo dos anos, o salário recebido pela sua aposentadoria vem sofrendo constantes desvalorizações e por causa disso ela diz que não é muito confiante no futuro, assume uma postura crítica em relação à conjuntura do país hoje, assume uma postura política contrária ao atual governo, mas não radical.

De aparência severa e com visíveis traços do tempo, Sebastiana diz que não espera muito mais da vida e se dá por satisfeita de ter próximo a ela os seus familiares e alguns amigos. Em função do volume de trabalho que acumulou ao longo do tempo, ela conta que nunca pôde dar uma atenção integral à família, até mesmo a quantidade de filhos que teve não era a que gostaria. Entre uma vida atribulada e as questões de ordem prática da vida cotidiana o tempo passou, além do que o seu companheiro faleceu. Depois da morte dele, ela conta que não se interessou mais por outra pessoa, dedicando o seu tempo para cuidar do filho e dar aulas. Ela conta que teve dois filhos, só que apenas o filho mais novo ainda está vivo, a primeira filha faleceu pouco depois de nascer, por causa de complicações no sistema

respiratório, restando apenas Lindenberg, que atualmente tem 47 anos e que há 11 anos lhe deu o primeiro neto, segundo ela os homens de sua vida.

Sebastiana não é natural de Recife, mas veio para a cidade muito nova, com o objetivo de cursar o colégio normal, uma escola tradicional que ficava localizada no bairro da Boa Vista. A cidade de origem de Sebastiana é Goiana, cidade que está a mais ou menos 70 quilômetros da cidade do Recife. Sebastiana diz que teve que morar em casa de parentes até o final do curso, quando se fez professora, do que era chamado ensino primário, vinculada à Prefeitura da Cidade do Recife.

Sebastiana conta que no início da década de 1960 conheceu o seu marido, com quem casou pouco tempo depois. Logo em seguida ao casamento ela teve a sua primeira gravidez, sua primeira filha, mas a menina não conseguiu sobreviver e depois do trauma que ficou por conta da perda prematura da sua filha, só se permitiu tentar ter outro filho algum tempo depois, por isso que Lindenberg só nasce no ano de 1968. Morando em Recife desde a época do curso normal, Sebastiana diz que primeiro morou na zona central da cidade, mas que depois da morte do seu marido, ela vendeu a casa e comprou o apartamento onde mora, o que já faz mais ou menos 30 anos. Depois da morte do marido, que era uma espécie de caixeiro viajante, a sua condição de vida ficou muito precária, o apartamento que mora até hoje, é, segundo ela, muito pequeno e ao longo dos anos a vizinhança mudou o padrão social.

O primeiro encontro com Sebastiana se deu no Sítio da Trindade, um espaço público que serve como área de lazer e ponto de encontro para as atividades do Projeto da Academia das Cidades. O primeiro contato com Sebastiana, apesar de ter sido proporcionado por causa do Programa da Academia da Cidade, ela não estava se exercitando com as demais pessoas, mas estava conversando outra mulher de idade semelhante a dela, um pouco mais nova, que depois soube ser sua melhor amiga, e que se tornou, também, uma das entrevistadas. Naquela ocasião ambas falaram que tinham ido caminhando até o Sítio da Trindade com o objetivo de realizar alguma atividade junto ao projeto, mas que chegaram fora do horário da aula e ficaram envergonhadas de fazer as atividades físicas com pessoas desconhecidas, mas usaram a desculpa de que a caminhada de casa até o parque já havia sido suficiente, por isso, estavam aproveitando o tempo para conversar.

Dona Maria José

Assim como dona Sebastiana, é moradora do bairro de Casa Amarela, ambas as amigas moram no mesmo condomínio residencial. Maria José tem 74 anos e dois filhos que já

não moram mais com ela, um homem e uma mulher, ambos já têm filhos e por isso ela tem 3 netos, dois meninos e uma menina. Maria José é casada com Nelson. Eles estão casados há mais de 50 anos. Entretanto, ela confessa que o casamento se mantém em função de acordos de convivência. De personalidade forte, não se constrange em comentar que tem uma relação conflituosa com o filho e com o marido. Segundo ela, o filho tem o mesmo caráter difícil que o pai, e, para sua tristeza, por causa dos conflitos, rompeu relações com ela há 6 anos. Dona Maria José confessa que toda a sua vida foi destinada à família, que por causa disso não se dedicou ao trabalho, a fonte de renda da família é a aposentaria do marido e a ajuda mensal que a filha lhes dá.

Maria José, que passa boa parte do seu tempo na área comum do prédio em mora, em geral na companhia de Sebastiana. Ela conta que tem um tempo ocioso muito grande, principalmente por causa das suas relações partidas. Além das conversas de fim de tarde, Maria José se divide entre o cuidado com a casa e o seu deleite de cozinhar. Sendo esta a sua verdadeira terapia.

Por ocasião do nosso encontro no Sítio da Trindade, não tinha ideia das relações conflituosas, nem dos hábitos cotidianos de dona Maria José, o que me fez parecer, pelo seu jeito de falar e sua postura altiva, que o seu processo de envelhecimento tinha sido tranquilo, porém as primeiras impressões foram sendo desmanchadas.

Dona Lú

Tem 72 anos, não é aposentada, mas recebe a pensão do antigo companheiro, com quem nunca foi casada oficialmente, mas, segundo ela, depois da morte dele, a família dele ajudou no reconhecimento de união estável e à ajudaram tivesse o direito de receber o benefício que era do senhor Nido. Luiza, ou como prefere ser chamada, dona Lú, é uma senhora de idade já avança, mas que a disposição, bom humor e força de vontade fazem com que ela aparente ter bem menos idade. Sempre disposta a ajudar, dona Lú mora em uma casa bastante simples, no bairro do Ipsep, localizado na zona sul da cidade do Recife. Casa que também lhe foi deixada pelos filhos do senhor Nido, depois do seu falecimento.

Lú conta que ao longo de sua vida de trabalho já foi copeira, empregada doméstica e babá. Há muitos anos ela está inserida em um contexto familiar que não corresponde a sua família original. Família que, por algum motivo que não consegui verificar, nunca foi tocada em profundidade por ela. Todas as vezes que a questioneei sobre sua família, ela se referia a família de seus antigos “patrões” como sendo a única família de quem ela tem lembrança. Sem

filhos, netos, irmãos ou outros parentes próximos, todas as referências de pessoas têm a ver com essa família construída pelas relações de trabalho.

Apesar de muito humilde, a casa de Lú tem um terreno relativamente grande, possui 9 cômodos pequenos e uma área aberta bastante ampla onde ela pode cultivar plantas, que usa para fazer chá, além de algumas árvores frutíferas. Muito bem relacionada no bairro, sempre que sai à rua, Lú é cumprimentada por muitos vizinhos, trata-os pelo nome e sempre tem uma história interessante para contar sobre um ou sobre outro.

Certa vez que quando estávamos chegando próximos a sua casa, para uma rodada de conversas, Lú encontrou com uma antiga moradora da rua, que estava indo encontrar os pais. Depois de cumprimentar a mulher, assim que chegamos em sua casa, ela me contou uma dessas histórias que sempre contava sobre alguém do bairro, confidenciando algo como se estivéssemos lendo páginas de um antigo diário em segredo.

Lembro de uma vez que essa menina (referindo-se a vizinha que estava indo visitar a casa dos pais), quando ainda era criança, saiu pra brincar com os filhos do vizinho, ali da frente, que já não moram mais por aqui, e se perderam no mundo até muito tarde, os pais dela ficaram loucos procurando por essa menina a tarde inteira e começo da noite, quando damos por fê aparece ela, com os filhos dos vizinhos e uma sacola cheia de mangas, era época de manga, sabe? Os pais delas quando a viram foram puxar ela pelos cabelos... para disciplinar ela, quando a gente menos esperou ela já estava dentro da minha casa procurando abrigo, como se a minha casa fosse terreno neutro, nesse tempo Nidinho ainda era vivo e não entendeu o que a menina estava fazendo ali fugida. Eu só lembro de entrar em casa e ver a menina com os olhos assustados dizendo pra eu não deixar os pais baterem nela, que ela iria se mudar pra morar comigo e com Nido, vê se pode? Aí, quando a gente vê uma mulher grande desse jeito não sabe quanta coisa já fez na vida e toda a confusão que aprontava.

Registro essa história, que aparentemente não tem nada de especial, porque lembro que foi nesse momento que senti que já tinha a confiança da minha entrevistada. Essa abertura para compartilhar a história da rua, que é uma história do bairro e uma das milhares de histórias ocultas e perdidas no tempo e espaço da cidade, só é algo possível quando se entra na vida cotidiana da pessoa, ao menos por algum momento estávamos partilhando um momento particular e que revelava, para além da história confidenciada, que a vida na cidade pode se dar através das conexões próximas, com base em contextos horizontais lentos, em que as pessoas se reconhecem no espaço e no tempo, compartilham a mesma trama, ao menos por um curto momento. É significativamente transformador e recupera o sentido da vida realizada em coletividade.

O primeiro contato com Lú foi realizado na da AACD, fui fazer uma visita com uns colegas e na saída entramos na loja de venda de souvenirs da AACD e lá fomos atendidos por uma simpática senhora, muito bem humorada. Sempre muito atenciosa e com piadas sobre tudo e todos, incluindo contextos políticos, a vida econômica do país. O bom humor e desprendimento me chamaram a atenção, apresentei-me e falei sobre a pesquisa que estava realizando e perguntei se ela tinha interesse em participar. Ela prontamente aceitou, trocamos telefone e o contato rendeu bons encontros e muitas histórias.

Dona Wandilma.

Wandilma, 68 anos de idade. É também moradora do bairro do Ipsep, perdeu recentemente o marido, o senhor Leonardo, que segundo ela foi o grande companheiro da vida. Com ele dona Wandilma teve 4 filhos, Henrique, Tarsiana, Eduardo e Adriana. Leonardo, o marido de Wandilma, era enfermeiro e com o dinheiro do trabalho conseguiu sustentar a família e comprar a casa em que moram. Nunca viveram com luxo, a casa foi sendo construída e reformada aos poucos, um trabalho constante de melhoramento que Leonardo fazia questão de organizar sozinho, segundo conta Wandilma, foi o marido quem ampliou o número de quartos na casa, atualmente 3, foi ele também que construiu o banheiro na parte interna da casa, que ampliou a cozinha e que cuidava da área livre atrás da casa, na qual ficavam os cachorros. A casa de dona Wandilma é reflexo do esforço da autoconstrução: “se não fosse assim a gente não teria condições de fazer nada na vida, meu filho. Aqui sempre se trabalhou muito pra ter muito pouco”, contou-me ela em tom de desabafo.

Dos quatro filhos que o casal teve, um faleceu ainda muito jovem, com aproximadamente 15 anos de idade. Essa é uma história que dona Wandilma conta com bastante dor até hoje. Parece que, ao contar, ela revive o momento da morte do filho, que através dos relatos é possível perceber que ela não a presenciou, mas trata como se tivesse presenciado. Em resumo: o filho foi tomar banho de rio, em uma área de várzea próxima a casa onde moravam, e, segundo conta, um aumento repentino da correnteza arrastou seu filho, Henrique, rio abaixo. No intento de conter o arrasto, o menino tentou segurar no que aparecia pela frente e segurou em uma parte da fiação de alta tensão que tinha sido parcialmente derrubada com a queda de um dos postes que a sustentava. Esse fato, sem sombra de dúvidas, marcou a trajetória da família, sempre que podia Wandilma voltava ao tema da morte do filho, recontava-a, acrescentava detalhes, repetia algumas vezes, parecia já ser hábito de contar essa história, ficou-me a impressão.

Atualmente, moram na casa junto com Wandilma o filho Eduardo e a filha Adriana. Depois da morte do pai, Eduardo que já havia saído de casa voltou, a morar com a mãe e a irmã, Adriana, nunca saiu de casa e estabelece uma relação de dependência e vínculo muito forte com a mãe. Como nunca trabalhou de maneira formal, tendo a vida toda se dedicado ao serviço doméstico e a cuidar dos filhos, Wandilma nunca teve nenhuma fonte de renda, o marido era o provedor da casa. Por isso, hoje vive da pensão deixada pelo marido, a renda da família também é complementada com o dinheiro do filho Eduardo. A filha Adriana não exerce nenhuma atividade remunerada. A mãe sempre se refere a ela com muito carinho, mas reforça que essa condição de dependência lhe preocupa muito, pois ela não sabe como será quando não estiver mais por perto para ajudar a filha com questões de ordem prática.

Eu encontrei Wandilma através de indicação de Lú, como elas moram no mesmo bairro, apesar de não serem muito amigas, Lú sugeriu que talvez Wandilma gostasse de conversar um pouco sobre a sua vida, contar um pouco a sua história.

Dona Jeane

Jeane, 65 anos, mora no bairro da Boa Vista, com a mãe tetraplégica, a irmã mais nova e a sobrinha, uma casa de mulheres, segundo ela, de mulher fortes, guerreiras e determinadas. Embora tenha formação técnica em alimentos, sempre trabalhou com artesanato, fazendo bijuterias e acessórios, de forma autônoma, por isso não contribuiu com a previdência social, além do dinheiro do artesanato, elas vivem da aposentadoria da mãe de Jeane. O apartamento onde Jeane mora com a família é próprio, da mãe dela, há quase vinte anos. A família tem dificuldades em locomover a mãe dentro do apartamento, que não possui a infraestrutura necessária para uma pessoa tetraplégica. Uma grande reforma precisaria ser feita, entretanto, os rendimentos mensais da família não garantem possibilidades materiais para que elas arquem com os custos da reforma. Em função das necessidades da família, principalmente da mãe tetraplégica, o banheiro, comenta ela, repetidas vezes, é o cômodo que mais necessita de adaptações e transformações para melhor servir a todas as necessidades da família.

Um cenário particularmente triste e que revela as dificuldades da privação das condições de saúde é todo o aparato montado na casa para que a mãe de Jeane tenha as suas necessidades atendidas. Com a finalidade de melhor estruturar a vida da família, a mãe de Jeane, dona Carminha, foi instalada na sala da pequena e precária casa a fim de facilitar a rotina da família. Para dona Carminha a sala da casa é toda a casa, pois funciona como quarto, como sala, como cozinha e em alguns momentos também como banheiro. Na sala, pelo

menos, mamãe pode estar em contato com as atividades da casa, diz Jeane, resignada, sobre a condição de sua mãe. O prédio onde elas moram é um edifício bem antigo quase sem nenhuma dotação de infraestrutura. Muito da vida de Jeane está centrada nos cuidados com a mãe. A condição de vida é tão extenuante e precária que ela mal consegue perceber o seu próprio processo de envelhecimento.

Em casa, a relação familiar é bastante agradável. Apesar de ter muitas mulheres ocupadas com suas próprias obrigações, a divisão de tarefas é equilibrada. Jeane contou que, devido ao seu trabalho, ela tem muitos amigos na rua e na vizinhança. Como ela trabalha por encomenda, costuma bater portas para oferecer seus serviços, o que faz com que conheça muitas pessoas e faça amizades. Sobre as atividades que Jeane gosta de participar, ela conta que gosta de fazer caminhadas, de ir às atividades da igreja, ir à praia, ir ao shopping. Ela conta que costuma sair de casa todos os dias, mas que tem muito medo de assaltos, por isso ela opta por esses espaços fechados, onde ela se sente mais segura para andar com tranquilidade. Ela conta que sua rua é muito mal iluminada, e que evita sair à noite para não estar exposta ao perigo.

Perto de sua casa tem o Parque 13 de Maio, local em que nos encontramos pela primeira vez. Ela não estava realizando as atividades do projeto da academia da cidade, mas estava se exercitando, fazendo caminhadas e entre uns passos e outros ela parava para conversar com algum conhecido, com algumas colegas de bairro e algumas clientes. Em uma destas paradas, perguntei se poderia conversar com ela, e daí conseguimos manter contato e realizar as entrevistas necessárias.

Seu Fernando

Fernando, 78 anos e morador do bairro da Boa Vista, zona central a cidade. Fernando é morador de uma das ruas mais emblemáticas do bairro, tanto na sua estrutura e caracterização urbana, quanto na sua toponímia. A rua em si já se torna uma alegoria da velhice na cidade do Recife, a rua Velha concentra uma grande quantidade de pessoas velhas em estruturas urbanas envelhecidas.

Ao mesmo tempo que emblemático, esse depoente é bastante *sui generis*, diferente do que as estatísticas sobre a caracterização sobre a velhice no Recife aponta, Fernando resiste ao tempo com mais afínco do que a sua mulher pôde fazê-lo. Viúvo recentemente, além de ganhar a casa como herança da sua mulher, ele ganhou a responsabilidade de assumir a família, dois filhos e um neto, e como todo patriarca tenta seguir a vida em frente, mesmo

reconhecendo que é muito difícil estar sem a sua mulher, que sempre foi quem cuidou a casa e dele. Desde a mudança para a casa da rua Velha, que também chegou a sua mulher por herança, até os dias atuais, já passaram quase 30 anos, como ele mesmo faz questão de afirmar: “aqui escrevemos uma parte importante da nossa história e espero que meu neto tenha a possibilidade de escrever a dele também”.

Fernando conta que durante os anos em que exerceu a profissão de corretor teve a possibilidade de negociar com algumas casas e apartamento do bairro e com casas da rua Velha. Nas conversas, que tivemos, ele conta que, quando exercia a profissão, inclusive, chegou a comercializar muitas casas na mesma rua em que reside. Entretanto, repetidas vezes ele deixa claro que o bairro da Boa Vista passou por mudanças muito grandes ao longo dos anos em que ele vive na zona central da cidade, mas que as principais mudanças que ele percebeu foi a transformação completa do perfil dos moradores. Até a década de 1980 muitos dos moradores resistiram e o bairro, mesmo sendo uma área que muita gente passa constantemente, ainda era possível perceber um perfil residencial. Mas com as tentativas de recuperar a vida do bairro algumas casas foram se tornando escritórios, comércio e a ideia de um bairro de moradia foi se perdendo. Algumas ruas mais tradicionais como a Rua Velha, a Rua da Glória, Rua Visconde de Goiana e a Rua dos Médicos resistiram às transformações, mas de todas elas a rua Velha é que menos foi transformada durante esses anos.

Como bom ex-corretor, Fernando, chama atenção ao fato de que as mudanças estavam mais próximas do uso que se dava aos lugares do que mesmo uma mudança na aparência das coisas, segundo ele, os baixos investimentos em cuidar ou renovar os lugares acabou com o mercado imobiliário do local, assim como a falta de investimento da prefeitura em cuidar dos lugares de importância para a comunidade. Em certo tom crítico, ele conta uma peculiaridade da rua Velha, em uma das residências próximas a dele, há alguns anos atrás, chegou a funcionar a sede de uma religião africana que frequentemente reunia pessoas para celebrar os cultos e as reuniões típicas deles, o problema, segundo ele, era que para fazer as cerimônias as pessoas dessa religião faziam muito barulho e isso incomodava muito a vizinhança. Segundo ele, alguns vizinhos se reuniram para conseguir a remoção da casa de cultos africanos para outro lugar.

Encontrei Fernando na janela de sua casa contemplando a paisagem, eu estava passando pela rua Velha em busca de inspiração para a tese, uma vez que essa rua já havia estado presente nas questões postas no meu trabalho de mestrado, ao me deparar com a cena daquele homem de idade avançada não tive como não me aproximar e tentar convencê-lo a me conceder algumas horas de conversa.

Seu Antônio

Antônio tem 83 anos e também é morador do bairro da Boa Vista. Ele mora no 7º andar do Edifício Duarte Coelho, na região central da cidade do Recife. O prédio abriga no andar térreo o único cinema de rua que resiste ao tempo, na cidade do Recife, o cinema São Luís. Lugar de encontro da juventude entre as décadas de 1950 até 1990, entrou nos anos 2000 em um cenário de decadência e abandono muito forte, ficou alguns meses fechados e foi comprado por uma instituição privado de ensino superior que o mantém funcionando, além de ser o lugar de realização de mostras culturais, lançamentos de filmes do cinema pernambucano, além de ser o ponto de encontro dos interessados em cinema de qualidade com um preço popular.

Antônio é pintor, para ele a pintura é algo que o acompanha desde quando tem capacidade de lembrar, desde pequeno, diz ele, pintar é algo que acalma e dá sentido ao mundo, pintar a cidade, as pessoas, as paisagens abstratas ajuda a ver o mundo de uma maneira menos cruel e escura, nos conta ele. Antônio é solteiro, nunca casou e nunca se interessou por fazer uma família, ele conta que a família são os amigos, são as pessoas que se escolhe para compartilhar a vida.

Viver é uma loucura, uma hora a gente encontra a pessoa que parece fazer sentido pra tudo, depois essa pessoa vai embora como se nunca tivesse existido, o amor é um deleite, é um momento, meu filho, mas as amizades, essas são para sempre, se você as souber cultivar: os amigos não se importam com a cor da sua pele, o físico do seu corpo, eles descobrem um jeito de amar quase que incondicional, como eles não vivem todos os dias, como não precisam lidar com os detalhes mais escondidos da gente, aqueles que ao longo dos anos vai cansando o amor, então é muito mais fácil aproveitar as coisas boas.

Formado pela então Escola de Belas Artes do Recife, Antônio seguiu o caminho das artes plásticas, tendo como principal elemento a pintura, mas segundo ele, “um artista tem que fazer de tudo, principalmente se não nasceu em berço de ouro”. Ao longo dos mais de 50 anos de trabalhos com as artes, o maior patrimônio que seu Antônio adquiriu foi o seu apartamento localizado entre a rua da Aurora e a Avenida Conde da Boa Vista, com vistas para o centro da cidade. Apesar de não se considerar aposentado, diz que não mais consegue trabalhar como antes, a inspiração vem em pequenos momentos, os traços parecem não mais obedecer os ordens do cérebro, isso acaba o irritando muito. E o afastando gradativamente das obras, da pintura. A contemplação e o busca pelo satisfação estética através da observação das

paisagens é, ao que parece, uma possibilidade de fuga às dificuldades da vida. Outra atividade lhe dá muito prazer, mas que faz cada vez menos é caminhar pelas ruas do centro da cidade, geralmente ele sai de seu prédio e caminha em direção a uma pequena praça que fica há alguns metros da sua casa, na rua da Aurora, onde ele encontra velhos e novos amigos para alguma conversa sobre a vida na cidade, sobre pintura ou assuntos diversos.

A renda de Antônio vem da aposentaria como professor de educação artística, durante anos, por causa das incertezas e dificuldade em sobreviver da produção artística, ele diz que teve que ir para sala de aula para poder pagar as contas e resolver os problema mais imediatos. A pintura, ao longo do tempo, virou mais um hobby do que uma fonte de renda.

O meu primeiro encontro com o Antônio se deu através de um amigo que mora da rua da Aurora e que é amigo em comum do Antônio, sempre o encontrava na praça da rua da Aurora e já tinha me alertado que talvez fosse interessante incluir Antônio na lista de pessoas a ser entrevistadas, o contato foi muito positivo e conseguimos conversar algumas vezes. Acompanhar um pouco da vida do Antônio foi interessante, apesar dele constantemente repetir que nunca se arrependeu de não ter tentado construir uma família, mesmo que essa família não fosse uma família convencional, é perceptível em algumas das suas reflexões ou olhares tristes, que envelhecer sozinho pode ter uma dimensão bastante melancólica.

Seu Gilvan

Gilvan tem 60 anos e está aposentando já há 6 anos. Trabalhou a vida inteira como policial civil, mas em função das múltiplas relações que desenvolveu ao longo dos anos, atualmente trabalha com questões políticas, é ligado ao movimento da cultura, é um dos diretores da agremiação carnavalesca do Galo da Madrugada, além de ser conselheiro da secretaria da cultura da prefeitura do Recife. Antes de ser aposentado pelo serviço público, ele conta que “trabalhou de carteira assinada” em duas atividades: uma empresa privada de produtos têxteis e uma panificadora, experiências que para ele foram fundamentais para dar valor as oportunidades que construiu ao longo da vida.

Morador do bairro de Santo Antônio, coração da zona central da cidade do Recife, mora com a sua esposa, Cristina Lopes, professora aposentada da rede pública municipal. Apesar de se considerar pobre e morar em uma área de concentração de pobreza da cidade do Recife, a renda familiar de Gilvan é suficiente para sustentar a mulher e ele, sem muitos luxos, como ela conta. Até hoje não foi possível comprar um carro ou mudar para uma casa em um bairro mais afastado, esses são dos dois sonhos de bens materiais que Gilvan ainda

conserva. Pai de 3 filhos, todos já saíram de casa, e apenas 1 mora na cidade do Recife, os outros dois casaram e mudaram para estados diferentes.

Em função da sua atividade de intensa participação social na vida pública, Gilvan é bastante crítico aos processos de concentração das atividades culturais da cidades em núcleos centralizados, o que segundo ele descaracteriza o movimento popular e também é crítico quanto aos projetos de intervenção imobiliária na cidade, como o projeto de transformação do Cais José Estelita em um bairro de classe média alta da cidade. Por ser vizinho destas zonas que estão em processo de transformação, ele acredita que a área do Cais não poderia continuar do jeito que está, pois, segundo ele: “do jeito que está, aquilo está abandonado, só atraindo a marginalidade, aquilo ali a noite é ponto de prostituição, lugar de encontro de drogados”, mas concorda que a demolição dos armazéns e a eliminação da linha férrea são atitudes muito radicais, ele opina que “essa área do Cais José Estelita tinha que ser reformada, transformada em um espaço público para as famílias daqui do bairro e do resto da cidade terem uma área de lazer, a cidade é muito carente de lugares assim.

O ativismo é sem dúvida uma das características mais singulares de Gilvan. O meu contato com ele se deu através do Programa Academia das Cidades, do qual ele é um frequentador assíduo, pois, ele precisa se exercitar para combater o diabetes. Ele é uma pessoa de fala fácil e muito comunicativo, não dispensa uma boa conversa e do alto da sua experiência trata a cidade como se dela dominasse tudo. O tom professoral e a experiência na polícia civil o colocam em condição de profundo conhecedor dos temas da cidade.

Seu Zé

José, nascido e criado em Recife, como ele tem orgulho de dizer, tem 69 anos dos quais um pouco mais de 50 anos dedicados ao trabalho como vendedor autônomo de frutas e verduras no mercado do São José, um mercado público tradicional da cidade que fica localizado no bairro de mesmo nome. O bairro de São José é um dos bairros mais antigos e tradicionais da cidade, assim como o bairro de Santo Antônio tem um forte viés comercial, os edifícios residenciais são bastante antigos e apresentam uma condição de obsolescência bastante forte. Apesar de trabalhar no mercado de São José já há tantos anos, e por isso passar grande parte do seu tempo vivendo a cidade com base na relações comerciais e no meio de um espaço de trocas, Zé mora em outro bairro central da cidade, a Ilha do Leite. Atualmente o bairro da Ilha do Leite se caracteriza como o polo Médico da cidade do Recife com ocupações de alto padrão. Mas, o seu José nos conta que ele é do tempo em que o bairro não tinha tanto

movimento, por isso as casas e os apartamentos eram mais baratas, muito mais baratas do que são hoje, mas ele afirma que o lugar que mora é de gente humilde, como ele.

De forma voluntária, em nossa primeira conversa, entre as poucas que realizamos, ele já vai dizendo que não se sente um velho, que ele é um idoso. E me pergunta se eu sei a diferença entre essas duas coisas. Muito interessado na resposta que ele tinha para me dar, digo a ele que não sei e peço para que ele me explique.

Eu não vou nem lhe dizer que eu sou velho, eu sou idoso, você quer saber a diferença entre velho e idoso? O idoso é alguém que se mantém em atividade, trabalhando assim feito eu, com minhas atividades que saio cedinho de casa e só volto de noite. Agora o velho, que pode ser assim da minha idade ou até mais jovem do que eu, o velho fica em casa de pijama, de meia e chinelo no pé, sentado em uma cadeira de balanço, que não se levanta pra fazer nada, que nem uma água pega, só vive pedindo para os filhos ou para os netos que lhe tragam uma água, um suco. Não sai de casa nem pra tomar um banho de sol, a diferença entre o idoso e o velho, que eu acho, é essa.

Como já discutimos na primeira parte deste trabalho, o conceito de velho foi completamente construído baseado por essa imagem clássica e tradicional de que o que envelhece perde o prazo de validade, por isso os eufemismos como terceira idade, idoso, boa idade, etc. assumiram o imaginário coletivo, principalmente na modernidade, resultando em uma representação de velho e velhice completamente relacionadas a uma vida sem esperança e expectativas, inclusive os próprios velhos assumem essa postura e ninguém quer ser taxado como não produtivo. Essa é uma das questões que precisam ser transformadas, não podemos reproduzir a ideia de que envelhecer é ruim.

Ao mesmo tempo que Zé nos dá essa explicação da diferença entre velho e idoso, e que fala muito do seu sentido e da sua percepção sobre o seu processo de envelhecimento e de como ele se diferencia daquela noção tradicional carregada de imaginários, ele nos diz também que, em forma de conselho para a juventude: “só fica velho quem respeita os velhos”. É quase um chamado para uma de nossas preocupações centrais, não tem como envelhecer bem sem entender que a velhice é uma condição inexorável e alienável a todos os seres que vivem, só não envelhece quem morre jovem.

Uma vez apresentados os depoentes, que irão ajudar a contar a relação dos velhos com a cidade através de suas ações em fragmentos da vida cotidiana na cidade do Recife, faz-se necessário mostrar como os fragmentos da vida cotidiana foram analisados. A base da sistematização da relação dos velhos com a cidade está organizada, como já dito, a partir da

categorização temática proposta pelo guia da cidades amiga do idoso, desenvolvido pela OMS (2008), através do trabalho de Alexandre Kalache e Louise Plouffe.

Qual a condição de vida dos velhos nas cidades, como eles buscam alternativas para viver em espaços que não foram construídos para atender as suas necessidades especiais e o que poderia ajudar na construção de reflexões que considerassem a cidade como o lugar de maior concentração deste grupo de seres humanos. Quais questões podem ser discutidas acadêmica e tecnicamente a partir da descoberta da relação entre a cidade e os velhos?

Olhar para as questões centrais da velhice na contemporaneidade pode revelar que só é possível entender a construção da velhice e os sentidos do processo de envelhecimento se compreendermos a relação entre as lógicas de reprodução do espaço e os sentidos da reprodução da vida em contextos sociais, observando aquilo que aparece como dimensão central a partir da realização da vida cotidiana. Possivelmente vamos encontrar tantas velhices tantos processos de envelhecimento quantas relações formos capazes de observar.

Tendo estas observações como ponto de reflexões, parece-nos inevitável, ao estudar a velhice e o envelhecimento, que haja uma preocupação, em todas as esferas, política, pública, econômica, social, cultural, etc., que considere como fundamental revelar elementos centrais que comecem a incorporar nos espaços socialmente produzidos as necessidades reais e concretas que emanam da parcela mais envelhecida da totalidade social.

Creio que sob estas perspectivas é possível encontrar a categorização temática do Guia da Cidade Amiga do Idoso como uma possibilidade de exercitar a busca por articular as necessidades reais desse grupo social com as possibilidade de adequação e transformação do espaço urbano, o que põe ainda mais centralidade e sentido às questões vinculadas com a emergência da geografia do envelhecimento.

O projeto e o Guia da Cidade Amiga do Idoso, que começou a ser gestado em 2005²⁷⁶, vai ao encontro dos temas que me parecem fundamentais para pensar uma inserção da geografia do envelhecimento por outros caminhos que não apenas aquele exclusivamente realizado através dos esforços da geografia da população tradicional.

Reconheço, entretanto, que há uma carga idealista, nos termos presentes no guia da OMS, em que fica clara uma confiança de que as relações entre os velhos e a cidade se resolveriam através de intervenções legais e arquitetônicas nas cidades. Entretanto, ao mesmo tempo que recupero o guia como norteador e sistematizador das categorias empíricas

²⁷⁶ “A ideia deste projeto foi apresentada, em junho de 2005, na sessão de abertura do 18º Congresso Mundial de Gerontologia, no Rio de Janeiro, Brasil e atraiu o interesse entusiasmado dos especialistas presentes, manifestado através de importantes contribuições de inúmeros parceiros” (OMS, 2008, p. 4).

fundamentais para pensar a relação velhos e cidade, entendo que essa relação só pode ser possível se, e somente se, os elementos identificados sejam entendidos como necessidades materiais e concretas, fruto da prática social que vai ser entendida como uma tentativa de tornar possível aquilo que está sendo impossibilitado pelo sentido hegemônico da reprodução do espaço urbano.

Somente neste sentido é que podemos creditar a possibilidade da construção de cidades amigas dos velhos (ou dos idosos como propõe a OMS):

Uma cidade amiga do idoso estimula o envelhecimento ativo ao otimizar oportunidades para saúde, participação e segurança, para aumentar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem. Em termos práticos, uma cidade amiga do idoso adapta suas estruturas e serviços para que estes sejam acessíveis e promovam a inclusão de idosos com diferentes necessidades e graus de capacidade. (OMS, 2008, p.7).

Uma cidade amiga do idoso, ao mesmo tempo que é capaz de possibilitar o direito à cidade a estes indivíduos, também e ao mesmo tempo, garante o direito à cidade a outras parcelas da sociedade, não se propõe com uma cidade amiga do idoso que se fragmente a totalidade, antes que qualquer coisa, emerge a possibilidade de recuperá-la, de garantir a visão da totalidade como um exercício de compreensão da vida em seus mais diversos e diferentes matizes.

O documento “Guia Global: Cidade Amiga do Idoso” decorre de uma proposta sistematizada de experiência com grupos focais de pessoas com 60 anos de idade ou mais²⁷⁷. Os grupos focais, para validar o guia, foram realizados, inicialmente, em trinta e três cidades de todas as regiões do mundo²⁷⁸ que refletem a diversidade dos ambientes urbanos contemporâneos. As atividades dos grupos focais só foi possível de ser realizada com a participação e esforço de governos, organizações não-governamentais e grupos acadêmicos.

²⁷⁷ “Os grupos focais foram formados por idosos de 60 anos ou mais, de classe social baixa e média. Cento e cinquenta e oito (158) grupos focais, com 1.485 participantes, foram realizados, entre setembro de 2006 e abril de 2007. Em todas as 33 cidades nas quais os grupos focais foram realizados os idosos foram a principal fonte de informação. Para se obter a visão daqueles idosos impossibilitados de participar dos grupos focais, em virtude de incapacidade física ou mental, a maioria das cidades também realizou grupos focais com cuidadores, que falaram da sua experiência com os idosos que assistiam. Para complementar as informações dos idosos e cuidadores, a maioria das cidades realizou, também, grupos focais com prestadores de serviços dos setores público, comercial e voluntários. Ao todo, foram ouvidos 250 cuidadores e 490 prestadores de serviço. Eles fizeram suas observações com base na sua interação com os idosos. Os cuidadores e prestadores de serviço forneceram, por vezes, informações não relatadas pelos idosos, mas as informações desses dois grupos foram, sempre, consistentes com a visão expressa pelos idosos” (OMS, 2008, p.13).

²⁷⁸ “Incluem seis megacidades, cada uma com mais de 10 milhões de habitantes (Cidade do México, Moscou, Nova Delhi, Rio de Janeiro, Xangai e Tóquio) além de “quase mega-cidades” como Istambul, Londres e Nova York, bem como capitais de países, centros regionais e pequenas cidades” (OMS, 2008, p.12).

Estas contribuições diversas possibilitou que o guia tivesse como principio temas universais, que pudessem ser aplicados a toda e qualquer cidade, ao mesmo tempo que revelaria condições diferentes e concepções diferentes sobre o tema, o que reforça ainda mais a pertinência do uso deste guia como norteador das categorias empíricas do trabalho.

O guia serve como um instrumento teórico, uma vez que põe em relação os desafios da vida envelhecida com os espaços socialmente produzidos, e como um instrumento prático, que identificar as questões centrais e possibilidade a ação de governos e grupos que tenham a velhice como foco central de suas preocupações. Com esta tese não queremos indicar necessariamente uma militância acerca dos temas do envelhecimento, velhice e a relação com a cidade, mas provocar a reflexão sobre uma questão que já se apresenta como um dado real e concreto de grande importância para a vida em coletividade.

A OMS define que o conceito de cidade amiga do idoso só pode ser construído se levado em consideração as relações estabelecidas com a velhice entendida através de um processo de envelhecimento construído de forma ativa, em outras palavras, a OMS considera como principio central para a velhice a noção de envelhecimento ativo, que é entendido como um “processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem” (OMS, 2008, p. 10).

A cidade amiga se fundamenta no princípio de que as políticas, os serviços, os ambientes e as estruturas dão a possibilidade de que todos os cidadãos tenham o direito de envelhecer ativamente, para isso, a OMS destaca e reúne alguns elementos fundamentais: o reconhecimento do conjunto imenso das capacidades e dos recursos que acompanham a pessoa ao longo do seu processo de envelhecimento, garantindo ao sujeito velho um acúmulo diferenciados dessas capacidades e recursos; faz-se imprescindível reconhecer as necessidades específicas que estão relacionadas à velhice, promovendo com isso, de maneira flexível, às demandas relacionadas ao envelhecimento; garantir que as escolhas e decisões das pessoas velhas sejam respeitadas, principalmente àquelas relacionadas ao estilo de vida que construíram ao longo do tempo, desde que, obviamente, esses desejos e decisões não atentem contra a coletividade; é fundamental que seja garantida a proteção aos velhos que se encontrem em condição de vulnerabilidade; e, ao mesmo tempo, que criar instrumentos que promovam a sua inclusão em todas as dimensões da vida coletiva.

Ainda de acordo com o documento da ONU (2008), as questões relacionadas ao envelhecimento ativo precisam ser pensadas a partir de um conjunto de elementos que se apresentam como influencia de contexto ou mesmo determinações que colocam a realização da vida cotidiana em relação com as características particulares dos indivíduos, a ação dos

mesmo em sociedade, formando um corpus, uma coletividade, o que implica relações diretas com a família, o bairro, a comunidade, a cidade e chegam até a totalidade mundo, passando, necessariamente, por determinações regionais e nacionais. Estes elementos afetam a ação social, a construção de pontes relacionais com os demais indivíduos da sociedade, interferindo também nas definições de comportamento e sentimento.

Todos os elementos, postos em discussão acima, interverem na construção de um envelhecimento ativo, pois cada um destes contextos exerce uma força central nas escolhas e nas possibilidades de realização da vida, se assumimos, e isso não é nenhuma novidade, que a vida, nos termos modernos, pressupõe heterogeneidades, divergências, dessimetrias e particularidade, se a vida se dá em termos de uma fragmentação de sentidos, valores, noções de projetos de vida, é de se supor que cada velhice, que cada processo de envelhecimento é particular, mas está preenchido dos significados e determinações de cada grupo social complexo.

De acordo com a OMS (2008), estes fatores múltiplos, quando analisados, exercem um papel importante sobre o envelhecimento de cada indivíduo. Muitos destes aspectos, senão todos, estão materializados nas relações típicas do ambiente urbano, o que faz denotar uma relação direta com os serviços urbanos estabelecidos em cada contexto. Estes determinantes refletem e fazem da composição dos estudos e das referências possíveis para se atingir a compreensão do sentido de elaborar parâmetros para classificar as cidades através da metodologia presente no guia da cidade amiga do idoso.

Os principais determinantes identificados pela OMS (2008) foram apresentados na figura 106.

Figura 106: Determinantes do envelhecimento ativo
Fonte: OMS, (2008, p. 10).

Sobre as determinações apresentadas pela OMS (2008), percebemos que as condições de gênero e cultura exercem pressões e influências particulares sobre as pessoas. Estas determinações variam de acordo com os padrões culturais e com a condição e situação de gênero. Assim, temos que o envelhecimento é determinado por condições do ambiente físico, por especificidades pessoais, por elementos comportamentais, pelas características relacionadas aos serviços sociais e de saúde, contextualizando determinantes sociais e econômicos.

Todos esses determinantes ou determinações impostas interagem com um indivíduo total e singular, o que faz com que cada contexto revele uma particularidade do processo de interação dos indivíduos com o meio em que vivem. Neste sentido, a OMS (2008) elaborou um esquema que revela uma relação entre o processo de envelhecimento humano e a uma consequente diminuição da capacidade funcional dos indivíduos ao longo do curso da vida (figura 107), perceberemos que, inevitavelmente com a velhice há uma tendência natural para a diminuição da capacidade funcional dos indivíduos, principalmente quando não são garantidas as condições mínimas de qualidade de vida.

Figura 107: Evolução da capacidade funcional ao longo do curso de vida
Fonte: OMS (2008, p. 11).

Esta figura tem uma importância fundamental para mostrar que as definições da velhice como um comprometimento total das capacidades dos seres humanos é uma perspectiva muito limitada e que por isso não corresponde a realidade. Não obstante, há um

comprometimento das capacidades biológicas do corpo que levam a uma diminuição natural, a uma desgaste, da capacidade de resiliência das pessoas (como mostramos na parte I deste trabalho). É importante salientar que essa diminuição da capacidade funcional não é específica da velhice, como a figura 107 ajuda a deixar claro, mas é uma condição da existência biológica dos humanos. O que pode ser controlado é como essa capacidade pode ser mantida se são garantidas aos humanos as condições mínimas necessária para se desenvolver bem e de forma saudável. Neste sentido muito mais do que falar de envelhecimento ativo, positivo, saudável, bem-sucedido, ou qualquer outro adjetivos que queiram dar para o processo de envelhecimento, é fundamental que o envelhecimento seja o reflexo de uma vida social mais justa e que os indivíduos tenham a liberdade de estabelecer as relações sociais necessárias para que se tornem crianças, jovens, adultos e velhos completos, realizados de forma ampla, garantindo às pessoas o direito à vida construída em totalidade.

Para recuperar os elementos apresentados pela OMS (2008), entender os determinantes da vida em sociedade serve para que entendamos o movimento do curso de vida, isso ajuda a reconhecer que os velhos não formam um grupo homogêneo, e que a diversidade individual aumenta com o avançar dos anos.

Nos grupos focais realizados pela OMS nas 33 cidades espalhadas ao redor do mundo, foram trabalhados oito tópicos, o que entendemos como categorias empíricas de análise²⁷⁹, que incluíam reflexões e identificação das condições estruturais das cidades, da tessitura dos ambientes, qualidade dos serviços e a garantia de políticas que ajudam a entender a condição da velhice frente às determinações impostas. Estas categorias empíricas quando analisadas em conjunto dão uma medida sobre a relação dos velhos com a cidade e como a sua vida cotidiana é organizada e como se realizada através de eixos centrais de análise e articulação.

A figura 108 mostra as oito categorias empíricas arrumadas em forma de pétalas de uma flor. Dando a dimensão exata de que essas categorias podem ser vistas individualmente e

²⁷⁹ “Os três primeiros tópicos investigados foram: prédios públicos e espaços abertos, transporte e moradia. [...] representam as principais características do ambiente físico de uma cidade, eles têm uma grande influência sobre a mobilidade pessoal, que se traduz na segurança contra quedas e lesões, segurança em relação a crimes, comportamento em relação à saúde e à participação social [...]. Outros três tópicos refletem os diferentes aspectos do ambiente social e da cultura que afetam a participação e o bem-estar mental. Respeito e inclusão social abordam as atitudes, o comportamento e as mensagens de outras pessoas e da comunidade como um todo em relação aos idosos. A participação social diz respeito ao engajamento dos idosos em atividades recreativas, sociais, culturais, educacionais e espirituais. A participação cívica e emprego enfocam oportunidades de cidadania, trabalho voluntário e remunerado e estão relacionados aos determinantes econômicos do envelhecimento ativo. Os dois últimos tópicos – comunicação e informação, e apoio comunitário e serviços de saúde – englobam ambientes sociais e determinantes de saúde e serviços sociais. Os determinantes do envelhecimento ativo de cultura e gênero foram incluídos apenas indiretamente neste projeto, porque sua influência sobre o envelhecimento ativo vão muito além da vida urbana. Por causa da grande abrangência de sua influência, estes determinantes merecem iniciativas específicas para eles” (OMS, 2008, p13).

fomentar estudos de profundidade, mas que todas elas pertencem a um conjunto que não se restringe a uma simples organização das partes; ainda assim, o que sabemos, verificamos, pensamos, produzimos e negociamos em forma de um discurso científico, através de uma apropriação ou visão particular é uma representação, uma visão parcial que não substitui a coisa em si, por isso que sempre será apropriação de um fragmento ou de fragmentos localizados em um ponto específico da relação espacial e temporal.

Figura 108: Categorização dos elementos pesquisados no projeto cidade amiga do idoso
Fonte: OMS (2008, p. 14).

A partir do agrupamento dos temas foram identificadas características amigáveis ao idoso, foi criada uma categorização das principais características de uma cidade amiga do idoso, desenvolvido para cada uma das áreas da vida urbana, as vantagens e as barreiras que as pessoas velhas encontram em cidades com diferentes níveis de desenvolvimento.

O conjunto das categorias empíricas a serem tratadas referem-se às intenções, pressupostos de uma sociedade orientada para a inclusão social que respeite a condição e as necessidade dos velhos, identificando os problemas e construindo soluções possíveis a fim de estabelecer relações sociais menos dissimétricas entre os habitantes da cidade, qualquer que seja a sua condição.

Espaço público x espaço privado

A primeira categoria a ser analisada retrata os espaços abertos e prédios, o que aqui iremos chamar de relação espaço público x espaço privado. De acordo com a OMS (2008), os espaços que possuem um impacto importante na mobilidade, independência e qualidade de vida dos velhos e afetam sua capacidade de “envelhecer no seu próprio lugar” e em ambiente urbano algumas características ajudam a compreender quais os termos dessa relação. Assim, são consideradas características como: a existência de um ambiente limpo e agradável; a importância dos espaços verdes e áreas livres; pontos na cidade que sejam agradáveis e possibilitem um lugar para descanso; calçadas dentro dos parâmetros de acessibilidade; cruzamentos seguros para pedestres; ambiente seguro em vários níveis e dimensões; calçadas e ciclovias; prédios amigáveis acessíveis e banheiros públicos adequados.

O senhor Zé, que trabalha há mais de 50 anos no mercado de São José (figura 109), diz que a região onde ele trabalha sempre é muito suja, as ruas sempre ficam cheias de frutas e verduras estragadas nos espaços por onde as bancas são montadas, do lado de fora do mercado, segundo ele, todos os dias a prefeitura da cidade manda fazer a varrição do lugar e todos os dias retiram muitas sacolas de lixo, só que todos os dias os barraqueiros outra vez jogam o lixo na ruas e no entorno das barracas.

Figura 109 : Mercado de São José, local de trabalho do seu Zé.

Fonte: Pedro Nóbrega, 2015.

Além das dificuldades com o excesso de frutas e verduras jogadas no chão, o senhor Zé também chama atenção para o perigo que é andar em meio a estas barracas e sujeira:

(...) você pode, se estiver distraído, finda por pisar em uma dessas frutas e verduras jogadas no chão e pode até levar um tombo daqueles. Na minha idade uma queda aqui e eu me quebro todo sem chance de juntar de novo, não tem cola que pegue os ossos de um velho, meu filho, por isso ando por aqui com muito cuidado. Se bem que depois de tantos anos a gente já sabe direitinho onde pisar e como fazer pra ir se livrando das coisas (...)

A opinião sobre a limpeza dos espaços públicos é a mesma compartilhada por Gilvan e por Lú, ambos também afirmam que a cidade é muito mal cuidada em relação à limpeza (figura 110), o seu Gilvan que quando era policial fazia turnos diferentes em vários lugares da cidade, antes de trabalhar na parte interna e burocrática da polícia, ele conta que a cidade é de fato muito suja, mas que isso é um problema muito mais da consciência da população do que de falta do serviço público em si. Segundo ele, como conselheiro da Secretaria de Cultura já por várias vezes participou de discussões sobre os polos de cultura em épocas de festividades na cidade e a questão da limpeza urbana sempre aparece, e, por causa disso, foram buscar esclarecimento na Emlurb e informaram que existe avenidas da cidade que são varridas pelo menos 4 vezes ao dia, há algumas, como a Avenida Conde da Boa Vista, que é uma das principais avenidas do centro do Recife e fica localizada entre os bairros de Boa Vista e Soledade, que são varridas pelo menos 7 vezes ao dia.

Figura 110 : Acumulo de lixo em uma área central da cidade do Recife (bairro da Boa Vista).
Fonte: Jailson Paz, 2015.

Dona Lú reclama muito da falta de limpeza geral da cidade. Diz que a cidade já foi limpa e bonita no passado, mas que atualmente a cidade está muito mal cuidada.

Andar pelo centro do Recife é muito triste, a gente vê tanta beleza antiga, tanto lugar bonito, mas quando não tropeça nos buracos das calçadas, tropeça no lixo que ficam empilhados nas esquinas esperando o caminhão da coleta passar. A gente tem medo de cruzar por uma esquina e encontrar com um rato pulando em cima da gente por causa do lixo que fica acumulado.

Além das sujeira nas ruas, alguns dos entrevistados também chamam a atenção para a poluição nos rios, em geral, a cidade do Recife tem uma parte, não oficial, do seu sistema de esgoto não tratado jogado nos rios da cidade, além de que, em áreas de interesse social, muitos resíduos são jogados no rio Capibaribe, principal rio da cidade (figura 111).

Figura 111 : Poluição no rio Capibaribe
Fonte: Ana Maria Leite, 2015.

A falta de cuidado com os lugares da cidade a converte em um espaço pouco agradável para se disfrutar, principalmente no que tange às calçadas, como podemos perceber na figura 110, as calçadas do centro da cidade, principalmente, além de muitas ainda serem feitas com pedra portuguesa, um tipo de pedra que quando molhada resvala bastante, o que dá insegurança para que os velhos possam transitar livremente na cidade. Nenhum dos

entrevistados teve a experiência de ter sofrido quedas violentas em espaço públicos, mas quase todos afirmam que já sentiram insegurança e por muitas vezes quase caíram, como por exemplo, a senhora Maria José, que comentou que certa vez quando estava com sua filha indo em direção ao serviço de atendimento ao cidadão, no centro da cidade, para resolver uma questão com seu documento de identidade, quase que cai em um bueiro que estava destampado e ela não percebeu.

As calçadas da cidade do Recife têm, por legislação e norma técnica, uma organização entre a área destinada para o mobiliário urbano (telefones públicos, postes de iluminação, postes da rede elétrica e de circulação de dados telefônicos, a arborização, pontos de ônibus, etc.) e uma área destinada para a circulação de pessoas. Por norma todos estes elementos têm que coexistir no espaço das calçadas sem que a mobilidade das pessoas seja atrapalhada (figura 112). O que não acontece, pois além do mobiliário urbano e da circulação de pessoas, as calçadas do Recife são apropriadas pelo comércio informal, por vendedores ambulantes, por lixo e outros objetos.

Figura 112 : Exemplo de ocupação das calçadas na cidade do Recife, bairro de São José, próximo ao mercado de São José

Fonte: O autor, 2014.

Algumas ruas não têm sequer calçadas capazes de permitir a circulação de pessoas, principalmente em ruas de residências muito antigas, como na rua do bairro de Santo Antônio, já bem próximo ao bairro de São José, cerca de onde mora o seu Gilvan (figura 113).

Figura 113 : Rua residencial no bairro de Santo Antônio, próximo ao bairro de São José, exemplo de arruamento antigo e impossibilidade de circulação na calçada.

Fonte: Pedro Nóbrega, 2014.

Essa coexistência complexa, com baixas condições de acessibilidade transformar a cidade do Recife em ambiente hostil para a circulação de pessoas com idade avançada, por isso, a maioria das pessoas entrevistadas alegam que as condições de infraestrutura e a baixa acessibilidade configuram-se como um problema central da cidade e um fator limitante. Há

uma sensação de insegurança, desconforto, medo e estranhamento em relação, principalmente ao centro da cidade.

Além das calçadas inacessíveis, aos conflitos existentes no espaço público e a dificuldade de acessar os lugares da cidade, há também a constatação de que a cidade não tem muitos espaços acolhedores, principalmente em relação à áreas verdes, abertas e de fácil acesso. Geralmente os espaços verdes da cidade não estão dotados de lugares para descanso à sombra, ou quando têm, os equipamentos não funcionam ou estão muito sujos, o que afasta a ideia de usar os parques e as praças como lugar de encontro ou espaços de convivência comunitária (fotos 114 e 115).

Figura 114 : Praça na zona norte da cidade, pouco utilizada por causa da insegurança e dos equipamentos públicos com pouca condição de permanência, não há, por exemplo, bancos de praça com encostos para as costas.

Fonte: Pedro Nóbrega, 2013.

Figura 115: Parque do parque 13 de maio, localizado no centro da cidade do Recife

Fonte: Pedro Nóbrega, 2013.

Apesar da cidade possuir algumas praças que poderiam ser facilmente utilizada pela população em geral, a sensação de insegurança torna estes lugares muito pouco ou quase nada utilizados, estes ambientes deveriam ser o local de encontro das pessoas, deveria proporcionar lugares de descanso e lazer na cidade, mas, dependendo do momento do dia, ele causam medo. Muitos já foram vitimados por algum assalto ou sofreram alguma abordagem violenta.

Quando estas abordagens violentas não se dão nestes espaços públicos, a abordagem acaba sendo na rua mesmo e a sensação de insegurança associada com a percepção da violência se apresentam como uma barreira invisível, mas muito presente na relação entre a cidade e os velhos.

Sebastiana, depois de ter sofrido 3 tentativas de assalto e uma delas com êxito, não mais se atreve a sair de casa sem a companhia do seu filho ou de alguma outra pessoa. Ela diz que sair sozinha, principalmente para pagar contas ou receber o dinheiro da aposentadoria, é algo que não lhe passa mais a cabeça.

Eu não me atrevo mais a ir ao centro de Casa Amarela ou mesmo ao centro da cidade sozinha, da última vez que fui, porque meu filho não pôde me acompanhar, acabei sendo assaltada, a minha sorte foi que eu estava levando o dinheiro guardando em outro canto, mas o assaltante puxou a minha bolsa com tanta força que eu pensei que ele iria me derrubar, deixei ele levar. Perdi meus documentos e alguns pertences pessoais, por sorte ele não levou nada de maior valor, só o telefone que meu filho tinha me dado, mas que eu não usava muito, fiquei triste porque tinha sido um presente do meu filho e tinha fotos da família, fotos do meu netinho, do aniversário dele. Quando a gente perde coisas de valor sentimental dói muito, meu filho. Depois disso não volto a sair de casa sem a companhia do meu filho ou de alguém que possa ir comigo resolver essas coisas com dinheiro.

Uma das coisas que mais afastam os velhos do espaço público e os aprisiona cada vez mais no espaço privado é a sensação de violência, o que pode ser entendida como uma redução nas condições de acessibilidade. Neste caso não uma acessibilidade física, mas o espaço se torna inacessível em função dos atributos construídos nas relações sociais.

A OMS (2008, p. 18) concorda com o fato de que a sensação de insegura, além de limitar a acessibilidade, limita a relação dos velhos com a cidade:

A sensação de segurança no local onde se mora afeta grandemente a vontade das pessoas de saírem à rua, o que, por sua vez, influencia na sua independência, saúde física, integração social e bem-estar emocional. Muitas cidades são consideradas geralmente seguras, ao passo que outras, claramente, não o são. Independente do nível real de perigo, preocupações quanto à segurança são mencionadas em quase todos os lugares e incluem

aspectos como iluminação urbana, violência, crimes, drogas e sem-teto morando em lugares públicos. Muitos idosos sentem medo de sair à noite.

A situação de violência e insegurança aponta para, como já mencionamos, uma espécie de aprisionamento dos velhos em casa, é o caso de Wandilma, Sebastiana e Maria José. Elas alegam viver a cidade, mas ao mesmo tempo que dizem vivê-la, também estabelecem a relação com a cidade a partir da categoria do medo, o que é bastante limitador da realização da vida, sendo a ação cotidiana destas muito mais próxima ao espaço privado que ao espaço público.

Esse encarceramento da vida em edifícios, lugares privados, redimensiona a questão da acessibilidade. Dentre estas três entrevistadas, apenas Wandilma mora em casa, Sebastiana e Maria José moram no mesmo condomínio, em apartamentos separados. As condições de acessibilidade do condomínio é muito precária, o mesmo não dispõe de elevador, o que dificulta bastante a mobilidade e a acessibilidade.

A Jeane também mora em apartamento, a situação dela em relação à acessibilidade é ainda mais preocupante, pois, ela mora com a mãe que tem a locomoção do corpo comprometida. O prédio onde elas moram com a sobrinha do Jeane tem elevador, mas, por falta de manutenção, o mesmo não está funcionando, o que aumenta e particulariza o drama da locomoção de dona Carminha, mãe de Jeane. Vemos duas pessoas de idade avançadas implicadas pela dificuldade de locomoção em espaços privados.

Transporte

A segunda categoria empírica é a ser analisada é a de transporte. Está é a categoria que dá a possibilidade de entender os deslocamentos dos velhos na cidade, como um todo. Para entender o transporte é muito importante entender os aspectos relacionados à infraestrutura, tanto dos equipamentos, quanto da qualidade e funcionamento dos serviços, buscando entender como que a mobilidade urbana se realiza na cidade.

É necessário comentar que a importância de um sistema de transporte, eficiente e gratuito, principalmente para as pessoas acima de 60 anos de idade. A qualidade tem que seguir de mãos dadas com a eficiência. A dimensão do transporte é fundamental para conectar as redes existentes em todo o tecido urbano. É o transporte que possibilita a participação social e o acesso aos serviços comunitários e de saúde. Ao se utilizar o transporte como categoria empírica de análise de um fragmento da vida cotidiana dos velhos é importante

considerar: disponibilidade do serviço; custo das viagens; confiabilidade e frequência dos ônibus e das conexões com outros sistemas modais; a abrangência da malha de destinos relacionada ao território da cidade; a existência de veículos acessíveis e com adaptações a fim de garantir o acesso facilitado a todos os usuários e compreendendo todas as formas de necessidades especiais; considerar os serviços especializados para os velhos; a presença dos assentos destinados aos mais velhos e a garantia por lei do mesmo e a gentileza dos passageiros e dos motoristas; considerando as questões de segurança e conforto, não só dos veículos, mas das paradas e das estações; a existência do serviço de táxis e de transporte comunitário; acesso à informação.

O sistema de transporte é ineficiente, já nos contou dona Lú no capítulo 3, principalmente em horários de maior movimento, começo da manhã, final da tarde. As linhas de ônibus parecem não ser suficientes, a quantidade de carros disponíveis, a relação passageiros e espaço interno ao ônibus e todo o funcionamento do sistema parece não aguentar o fluxo de passageiros. O sistema de transporte é basicamente montado a partir de dois elementos centrais: uma linha “dorsal” formada pelo sistema de metrô, que exerce centralidade relativa, se pensarmos toda a mobilidade na cidade; e o conjunto de três estruturas de ônibus que se mistura – o Sistema Estrutural Integrado, espalhado pela cidade concentra as linhas de ônibus (da cidade e da região metropolitana); o sistema do BRT (que ainda não estão completamente finalizado) e as linhas não integradas (em via de ser desativadas). As linhas de BRT têm uma estrutura de estações em cada ponto, mudando a ideia de um único centro aglutinador de linhas e dando melhores condições de acesso e conforto para os pontos de espera de ônibus;

O plano de mobilidade desenvolvido para Recife em 2008 reporta que o sistema de transporte de passageiros tem como base estrutural a organização do sistema viário, dividindo-o em arterial principal; arterial secundário; vias coletoras; e, via local.

Todos os entrevistados afirmam que a forma como o transporte organizado na cidade leva a uma precarização da mobilidade, as rotas não conectam lugares de forma direta e as integrações do SEI já não têm mais capacidade de aguentar a demanda.

Com o intuito de verificar essa percepção dos usuários sobre o sistema de transporte público, constatee, com base no plano de mobilidade, que realmente há problemas com a disponibilidade do serviço em todas as áreas da cidade, principalmente nos bairros mais afastados, nos limites da área da cidade e nas zonas que apresentam barreiras naturais (reserva florestal, região de corpos hídricos, morro, elevações do terreno e áreas de difícil acesso),

essas barreiras ao transporte coletivo foram mapeadas em Recife (2008), que exibimos na figura 116.

Figura 116 : Mapeamento das barreiras e vazios no sistema de transporte da cidade do Recife
Fonte: Recife (2008, p. 11)

Com base no mapeamento apresentado na figura 116, pode-se perceber que a zona central da cidade exerce, homologamente, a condição de centralidade também no que se refere ao sistema de transporte público. Em seguida, as manchas na zona sul e na zona norte mostram uma centralidade relativa. As manchas em marrom revelam áreas com baixíssima concentração dos serviços, o que torna a mobilidade restrita e dificulta a circulação na cidade. As numerações feitas na imagem correspondem às barreiras naturais, outeiros formados no terreno, por exemplo. As manchas em vermelho correspondem às áreas de morro e as em cinza aos corpos hídricos.

Mesmo considerando as impossibilidades do sistema transpor as barreiras naturais (o que é menos uma impossibilidade técnica e mais uma impossibilidade política), há que se

considerar que os vazios são muito grandes, principalmente em uma cidade com uma pequena extensão territorial, (como é o caso do Recife) e assentada em terrenos sedimentares, que em sua maioria correspondem à planícies, o que deveria ser um elemento facilitador para instalar um sistema de transporte muito mais complexo do que o que funciona na atualidade.

A figura 117, também extraída do plano de mobilidade, permite comparar as densidades demográficas com a densidade geográfica do sistema de transporte público.

Figura 117 : Comparação entre a densidade demográfica e a densidade geográfica do sistema de transporte público da cidade do Recife
Fonte: Recife (2008, p. 12).

Ao analisar a imagem 117 fica claro que a área de maior densidade geográfica de transporte não corresponde às maiores densidades demográficas. O que faz perceber que a convergência do o sistema de transporte para a área do antigo central não coincide com a densidade de ocupação, o denota a permanência de uma centralidade contemporânea, revelando que ao mesmo tempo que há um fluxo grande de pessoas para as zonas centrais, a quantidade pessoas que nele moram não corresponde à densidade de concentração da atividade do transporte, ou seja, o centro funciona muito mais como lugar de trabalho, comércio e serviço do que de residência, por exemplo.

É possível perceber que o sistema de transporte público da cidade está concentrado em eixos, o que poderíamos chamar de eixos viários, ou o que Edvânia Gomes (2007) chama de

eixos viários de penetração na cidade do Recife. Esta constituição da estrutura de transporte exige um deslocamento das pessoas até os eixos centrais de circulação viária da cidade, o que, em alguma medida, dificulta que os mais velhos tenham o seu deslocamento garantido, principalmente nas áreas em que a densidade geográfica dos serviços de transporte é muito baixa. Essa concentração em pequenas centralidades organizadas em eixos de circulação também reforça a concentração de pessoas ao mesmo tempo e a convergência para uma mesma linha, o que gera as superlotações, que também aparecem como uma problema central para os entrevistados.

A estrutura de funcionamento do transporte público na cidade é precária para todos, mas devemos concordar que esse tipo de sistema é ainda mais perverso se estamos pensando em usuários com dificuldade de locomoção, com um tempo de deslocamento lento e com a necessidade de utilizar o sistema para um deslocamento cotidiano, como por exemplo a centros de saúde.

A superlotação dos veículos e ineficiência do sistema além de ser um grave problema para a qualidade de vida e para a garantia do direito de ir e vir tem feito vítimas fatais na cidade. Frente a isso, não é de se estranhar o verdadeiro pavor que os velhos sentem ao ter que usar o sistema de transportes da cidade do Recife (figura 118 e 119).

Os casos de violência, desrespeito e a sensação de que a vida na cidade é angustiante está associada, em muitos casos, para os mais velhos, à insuficiência do sistema de transporte, uma vez que ele representa a conexão da casa com os demais fragmentos da cidade. Os maiores exemplos de incivilidade e de egoísmo estão presentes na conduta das pessoas no momento de usarem o transporte coletivo, aparecem como reflexões da maioria dos velhos entrevistados.

(...) parece que as pessoas estão disputando uma corrida por ... um prêmio, é uma agonia danada, não tem como querer entrar na disputa, a gente até tem umas cadeiras reservadas na parte da frente do ônibus, mas quase nunca elas estão desocupadas e a gente fica com vergonha de pedir para uma moça daquelas sair do nosso lugar, os jovens não respeitam mais os idosos e eu mesma tenho receio de ser humilhada em público, uma vez vi uma jovem gritando com um senhor, ainda mais velho do que eu, só porque ele pediu pra sentar no lugar reservado pra gente que já tem uma certa idade, sabe como é? (...) (dona Wandilma).

Essa situação de descontrole e insuficiência apresentada pelo sistema de transporte é uma constatação recorrente no cotidiano da cidade. Não raro vemos nos meios de

comunicação social os problemas relacionados à ineficiência do sistema. As fotos 118 e 119 circularam na mídia e são bastante emblemáticas.

Figura 118 : Embarque de passageiros em uma estação do SEI
Fonte: Amanda Cabral, 2013.

Figura 119 : Passageiros esperando pelo ônibus no Terminal Integrado da Macaxeira, principal T.I. da zona norte
Fonte: Wagner Sarmiento, 2014.

Como um contraponto às percepções negativas, notadamente para aqueles que necessitam fazer o deslocamento no sentido periferia-centro, o senhor Fernando, que mora na zona central da cidade, conta que para ele, o sistema de transporte não parece tão ruim. Diz que consegue pegar ônibus para todas as partes da cidade, mas que não precisa utilizar muito o sistema integrado, geralmente tem linhas direta de onde mora para quase todos os bairro. E avalia o sistema como bom, reconhece, contudo: “as pessoas que não moram no centro da cidade podem ter alguma dificuldade maior com o problema da lotação e da frequência dos ônibus”.

Antônio, que também é morador do centro, tem a mesma percepção que Fernando sobre o sistema de transporte. No entanto, diz que prefere utilizar as linhas do BRT, porque a maior dificuldade para o usar o serviço de transporte da cidade é conseguir superar a distância entre o ônibus e a rua, quando vai embarcar ou desembarcar nos pontos de parada. Para ele as estações do BRT facilitaram muito o acesso aos veículos. (Figura 120).

A melhor invenção que fizeram na cidade foi esse BRT, é uma beleza, você vai andando até a sua estação, eu mesmo apanho ele ali na Avenida Guararapes, só preciso cruzar essa ponte aqui de frente de casa e já estou lá, entro na estação com toda segurança, ainda tem lugar pra sentar e tem ar-condicionado, o ônibus chega e eu não preciso esticar a perna pra entrar nele. Isso facilitou muito a minha vida, tenho certeza que não só a minha, mas a de todo mundo que precisa carregar algum pacote ou que tiver com algum problema na perna (...) não faz esforço nenhum, o meu maior medo era cair desses degraus na hora que eu ia descer, agora vou tranquilo (...)

Figura 120 : Acesso do BRT na Avenida Guararapes
Fonte: Ricardo Fernandes, 2014.

De acordo com o estatuto do idoso, o transporte no Brasil, para pessoas acima de 60 anos de idade é gratuito. Esse é um direito conquistado no âmbito da constituição de 1988 e mantido e expandido no estatuto do idoso, baseado nos princípios do Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento.

Os ônibus que circulam na Região Metropolitana do Recife RMR são organizados com a entrada feita pela porta dianteira e a saída pelas portas traseiras, entre a porta de entrada e a catraca de acesso ao veículo existe um espaço com seis ou sete assentos destinados para pessoas gestantes, pessoas com dificuldade de mobilidade, pessoas acima de 60 anos e

mulheres grávidas. Como os velhos não pagam passagem, a catraca dos ônibus funcionam como uma espécie de barreira de acesso. Disponibilizando o pequeno espaço de seis ou sete cadeiras para que os velhos disputem o uso dos assentos com as lactantes, gestantes, obesos, deficientes, etc. Esta disputa por estes assentos nem sempre encontra o velho como vencedor, algumas vezes, principalmente quando os ônibus estão lotados, pessoas que não necessitam desses lugares o utilizam e não cedem o lugar quando os mais velhos embarcam no ônibus.

Uma questão bastante importante também é a inexistência de um serviço que indique aos usuários o tempo de espera entre um ônibus e outro ou um plano geral com os horários regulares de cada linha indicando o intervalo médio da frequência entre um ônibus e outro. Essa informação ajudaria a melhorar a usabilidade do sistema e a diminuir o tempo de espera dos velhos nos pontos de espera.

A minha sobrinha já colocou aqui no meu celular um programa que avisa quanto tempo o ônibus vai demorar para chegar, eu achei uma maravilha esse serviço, só que eu não consigo usar sozinha, ela tem que está próxima de mim para que eu consiga apertar nos botões corretos e acertar a parada do ônibus onde estou... quando eu tento fazer sozinha perco a paciência e prefiro esperar o ônibus sem muita expectativa (...) agora se esse celular tem como dizer o tempo eu não sei porque não tem uma coisa avisando em cada parada, isso seria uma maravilha (dona Jeane).

O táxi, que também seria um opção de transporte, em geral é muito caro, todos os entrevistados comentaram que alguma vezes precisaram do serviço, mas só o utilizam em situações bem particulares, geralmente associadas a atividades que fogem ao cotidiano, como, por exemplo, ida ao médico em situação de emergência ou, no caso de Jeane, quando precisa locomover a mãe por qualquer razão, já que a imobilidade dela é um impedimento para qualquer outro meio de transporte. Enquanto que Lú diz que só pega o táxi quando está de carona, o dinheiro dela não é suficiente para usar esse serviço, que segundo diz: “é um meio de transporte para ricos”. Antônio também acha que o serviço de táxis é uma opção muito cara, impossibilitando de que seja usado com muita frequência. Mas, segundo ele, quando se quer ficar até muito tarde na rua com os amigos ou quando vai a alguma atividade artística longe de casa, o táxi é o único serviço disponível. Já o senhor Zé diz que táxi é algo que ele nunca usou e nem nunca pretende usar.

O que faz refletir que este meio de transporte seria muito importante para o deslocamento das pessoas com mais idade, principalmente pela segurança e conforto que proporcionam. Entretanto os valores das corridas são muito altos para o nível de renda que possuem.

Sobre o transporte, que a possibilidade de mobilidade para os velhos, gostaria de fazer uma pequena comparação com um serviço que conheci no período de intercâmbio na cidade de Madri, lá, ele têm um serviço de transporte público destinado aos velhos que pode ser acionado em situações específicas. O órgão de estado, que seria o equivalente à governadoria no Brasil, disponibiliza um transporte gratuito (figura 121) para os velhos que necessitam de atendimento de urgência, ou irão realizar alguma atividade específica em um dos centros de apoio ao velhos (o equivalente o centro-dia). Esta atividade, em Madri, que é usada como um serviço público, em Recife, aparece um serviço privado destinado para os velhos que pertencem a uma camada social de alto poder aquisitivo (figura 122).

Figura 121 : Serviço público de transporte de anciões em Madri
Fonte: Pedro Nóbrega, 2014.

Figura 122 : Serviço particular de transporte de pessoas de idade avançada na cidade do Recife
Fonte: Pedro Nóbrega, 2013.

Ainda seria importante comentar sobre a lei que garante vagas de estacionamento preferencial para pessoas com idade igual ou superior a 60 anos de idade, da necessidade de criar condições para um trânsito amigável, em que os velhos sejam igualmente respeitados. Estes são temas fundamentais para entender a dinâmica da vida cotidiana dos velhos na cidade. Mas no universo de pesquisa para esta tese, nenhum dos velhos são motoristas e não participam do trânsito desta forma.

Moradia

Com base no Guia a moradia, junto com o transporte, são categorias fundamentais para entender e analisar a qualidade de vida das pessoas que têm mais de 60 anos. A casa é o símbolo máximo ou o símbolo referencial da organização da vida, é o limite entre o público e o privado. Entretanto a casa não é uma ilha na/da cidade, ela só existe a partir de um núcleo referencial. A casa com o caminho, o caminho com a rua, a rua com o bairro, o bairro com a cidade. Hipoteticamente, a casa é pública e privada ao mesmo tempo. Por isso ela precisa ser estudada como um bem, como um produto da construção social. O problema é que na cidade contemporânea, a casa também se aliena à cidade, fecha-se, isola-se e nega o público, a casa é aquilo que está detrás do muro. É preciso observar esse movimento do cotidiano e entender os sentidos e as significações. Talvez seja importante considerar alguns elementos postos por Carlos.

A rua expressa, na metrópole, uma morfologia hierarquizada socialmente como aponta Gogol em seu livro *Avenida Nievesky*, quando discute os usos da avenida a partir do uso pelos habitantes da cidade em cada momento do dia. Marca a vida no movimento dado pelo uso. E assim os usos da rua, o entendimento de como se organiza a sociedade em seus hábitos e costumes, pois a rua se liga à ideia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida. Mas na metrópole o caminho vira rua, depois se transforma em avenida, e nesse ponto da história das formas de apropriação da cidade, a rua deixa de ser extensão da casa para se contrapor a ela. O que temos é que as casas de hoje, na metrópole, vivem trancadas com pessoas dentro, diante da televisão, sem contatos com a vizinhança pois cada vez mais a casa tem a função de preservar a individualidade, reforçando o privado. Desse modo o que era público, o que acontecia no ambiente da rua se fecha “intramuros” (CARLOS, 2007b, p. 52).

Entre essa condição dialética de ser o lugar de vida e o lugar da alienação, a casa se torna um lugar referencial, e como centro de referência ela articula para si as noções de segurança e bem estar. Retornando para as definições da OMS (2008) a casa, o lugar de morada, tem que ser entendida a partir de alguns elementos fundamentais: a estrutura, o

projeto, a localização e a escolha, além dos serviços de suporte, todos esses aspectos que influenciam diretamente a independência e a qualidade de vida, principalmente em relação aos mais velhos. De uma maneira bem ampla, ao tratar da casa é fundamental tratar da sua viabilidade financeira; dos serviços essenciais ligados à ela, tais como eletricidade, água, rede de esgoto, etc.; estrutura e modificações (adaptações); manutenção; acesso a serviços; conexões comunitárias e familiares.

Sebastiana e Maria José moram no mesmo condomínio, elas têm mais ou menos as mesmas condições gerais de vida. O prédio em que elas moram dispõe de serviço de água encanada e sistema de esgotamento sanitário. A água, no entanto, é proveniente de um poço artesiano perfurado pelo condomínio. Como o edifício é de construção antiga, não dispõe de sistema encanado de gás, como também não dispõe de elevador.

Sebastiana mora no primeiro andar, andar mais baixo, Maria José no terceiro. Moram em blocos diferentes. A questão do andar dos apartamentos influencia bastante na realização da vida cotidiana. “Os degraus a serem vencidos se tornam a cada ano um problema maior”, conta Sebastiana. Maria José também reclama da dificuldade de subir as escadas, ela diz que organiza o seu dia para ter que descer e subir as escadas uma vez, apenas. (figura 123).

A área comum de onde moram é o lugar de encontro das duas amigas, mas as condições para a permanência no lugar são precárias, elas se organizam sentadas em cadeiras de plástico que trazem de casa. Seria importante que o lugar de moradia tivesse as estruturas mínimas para tornar esse ponto de encontro mais ameno e confortável.

Figura 123 : Escadarias do prédio de dona Sebastiana e dona Maria José

Fonte: o autor, 2015.

(...) tem muito morador que acha que a gente fica aqui em baixo cuidando da vida dos outros, mas é que se a gente não sai de casa um pouco e se distrai com uma conversa com a companhia de outras pessoas acabamos entrando em depressão, eu já tenho 78 anos, não posso ficar muito tempo sozinha, não vale a pena. (Dona Sebastiana).

Sobre a casa, Sebastiana conta que durante esses mais de 30 anos, apartamento sofreu poucas alterações, ela diz que colocou piso novo e mudou algumas coisas no banheiro, nada mais. Recentemente, o apartamento de cima teve um vazamento que ninguém sabia direito o que era, nem de onde vinha, os vizinhos tiveram que quebrar boa parte do banheiro para descobrir o problema.

Enquanto a infiltração estava acontecendo eu não sabia mais o que fazer, pensei que o teto iria cair na minha cabeça, era muita água, as paredes ficaram todas úmidas, a casa encheu de mofo e eu estava ficando já com asma, pensei que se essa situação não se resolvesse eu não conseguiria manter minhas condições de saúde. Eu já sofro com pressão alta e já perdi a visão de um dos meus olhos por causa do glaucoma. Foi nessa situação que eu entendi que a minha saúde tinha uma relação muito forte com a minha casa, depois que a gente fica velha não aguenta mais certas coisas, eu pedi muito para meu filho me tirar daqui, mas ele dizia que na casa dele não tinha como me dar conforto, tive que aguentar por aqui mesmo.

Maria José tem condição de moradia, divide/convive apartamento com o seu marido, ela diz que o apartamento, mesmo pequeno, consegue dar as condições de privacidade que precisa. Cada um dorme em um quarto diferente. Maria José conta que isso não lhe dá nenhum apuro, as condições de vida são boas, e, como não tem condições de morar sozinha, sente-se resignada.

Jeane tem sérios problemas com a moradia, repetidas vezes fez alusão a essa condição. Principalmente porque a casa poderia ter melhores condições de estrutura para melhor servir para as necessidades da mãe, já que a tetraplegia da mãe a obriga a uma rotina muito complicada. Conta que as suas atividades do dia a dia são muitas e cansativas, ela se divide entre o tempo da produção das peças artesanais, o tempo da venda destas peças e os cuidados com a mãe, que compartilha com a irmã e a sobrinha.

O apartamento (figura 124) em que mora também é antigo, dispõe de serviço de elevador, mas já há vários anos o elevador está quebrado e o condomínio não resolveu problema. Jeane comenta que sua casa necessita de reformas, principalmente o banheiro, a fim de dar a mãe melhores condições de vida.

Figura 124 : Prédio onde Jeane mora com a sobrinha e a mãe.

Fonte: Pedro Nóbrega, 2015.

Na zona central, sob outros signos de moradia, encontramos o senhor Antônio. As condições de moradia no senhor Antônio são bem diferentes das dos demais, primeiro porque ele vive em um bom apartamento, antigo e com problemas relativos ao tempo da construção, mas que lhe dá toda a possibilidade de realização de vida, o prédio tem elevador, porteiro e todos esse elementos comuns à vida em centros urbanos.

Assim como Jeane, Antônio mora no bairro da Boa Vista, destaco isso porque as relações com o bairro e o entorno são fundamentais, mas, nestes casos, marcam duas formas diferentes que viver a cidade. Entretanto, há que se contextualizar que as condições de acesso aos serviços públicos gozam de uma qualidade diferencial se comparamos com as pessoas que moram nas zonas periféricas, como Sebastiana e Maria, ou mesmo Lú e Wandilma.

A rede de distribuição de água, de saneamento básico, a pavimentação de ruas e a disponibilidade de serviços e comércio são bastante diferentes se mudamos de localização geográfica na cidade. Por isso, e talvez essa seja uma das principais diferenças entre o centro e as periferias, no diz respeito à moradia, as condições de acesso aos serviços básicos dos velhos que moram no centro proporcionam uma maior inclusão, se compararmos com as zonas periféricas.

Essa condição de acesso aos serviços é o que induz que o senhor Antônio considere que morar no centro da cidade lhe dá melhores condições de vida, ela comenta que de onde mora consegue ter acesso a uma variedade de lojas de comércio, além de serviços de muitas ordens diferentes.

Além disto, destacamos que a localização do prédio de Antônio corresponde a um pedaço emblemático da cidade: o cruzamento da rua da Aurora com a Avenida Conde da Boa Vista (foto 125), situado no mesmo endereço que o cinema São Luiz, o último remanescente, na cidade, da tradição urbana dos cinemas de rua.

Figura 125 : Edifício Duarte Coelho.
Fonte: Marcos Maia, 2012.

Antônio diz que a melhor coisa que ele tem é o seu apartamento, ele é muito orgulhoso da paisagem que pode contemplar desde a varanda da sua sala: “é um privilégio ver o Recife de cima”.

Todos os entrevistados dizem que compraram as suas casas em momentos muito particulares, em que, geralmente, o preço dos imóveis eram bem menores que os de agora e que em geral quase todos se endividaram muito para conseguir pagar as parcelas ao longo dos anos.

Esta condição nos chama uma especial atenção, quer sejam casas, quer sejam, mais notadamente, nos apartamentos e condomínios residenciais, percebe-se que, para a maior parte das pessoas que compraram seus imóveis, os imóveis envelheceram junto com as pessoas, as muitas prestações do financiamento e os baixos salários geram uma espécie de cristalização ou engessamento dos indivíduos daqueles lugares que foram comprados para abrigar a família em um momento diferente do atual, mas com a saída dos filhos de casa ou as novas necessidades, aqueles lugares ficam obsoletos e não servem para viver o período da velhice, ou por falta de estrutura, ou pelas dificuldades com o entorno. Assim como as pessoas os lugares de moradia envelheceram junto e essa velhice duplicada agravada pelas condições especiais de mobilidade e acessibilidade das pessoas relacionadas com a pouca dotação de infraestrutura torna o sujeito que envelhece um presidiário de suas próprias condições materiais.

Todas as casas dos entrevistados são de alvenaria, as casas apresentam reboco e condições estáveis de construção. Estas condições gerais da característica dos imóveis e do material de construção seguem a mesma dimensão do que foi encontrado nos dados do censo de 2010 para a população de idade igual ou maior que 60 anos, apresentados no capítulo 2.

É importante registrar que além das condições gerais encontradas para a moradia dos velhos desta pesquisa há outros velhos vivendo em condições mais precárias, em que o ambiente externo às moradias, e as próprias moradias em si, não dispõem de condições mínimas de reprodutibilidade da vida, há pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e com maiores níveis de impedimentos, essa correção é necessária para que não se tenham uma visão muito distorcida das condições da velhice pobre.

Em algumas pré-entrevistas alguns velhos foram visitados e estes possuíam condições de vida um pouco mais precária que os entrevistados finais, alguns viviam em uma região de morro e as carências destas áreas é ainda maior, principalmente em relação às necessidades básicas. A figura 126 nos ajuda a ter uma visão parcial desta outra realidade.

Figura 126 : Vista panorâmica de uma zona residencial na região dos morros da zona norte da cidade do Recife

Fonte: Pedro Nóbrega, 2014.

Participação Social

A categoria da participação social tem uma relação direta com a possibilidade do indivíduo agir, falar, ser escutado e cobrar da sociedade questões que lhe são pertinentes. Assim, garantidas as condições básicas de vida, é fundamental que seja dado aos velhos condições plenas de participar junto às demandas e necessidades da sociedade a que ele está integrado. No limite, a participação é o suporte da vida social. A participação tem uma vinculação direta com a condição de saúde, uma vez que apenas sujeitos com uma boa condição de saúde conseguem desenvolver uma ação política participativa.

Ademais das atividades de participação política, que correspondem a um espectro de possibilidades e construções ideológicas, faz-se necessário entender a participação como o envolvimento dos velhos em relação às atividades cotidianas, e neste sentido tem a ver com a realização de atividades de lazer, com o exercício de atividades de âmbito social, cultural e espiritual. A participação, nesta medida, é um conjunto de ações cotidianas que ajudam a confirmação da personalidade e do processo de escolha, na velhice essa liberdade participativa deve ser mantida e estimulada, sob os códigos de garantir e exercer a autonomia,

a confirmação da garantia do respeito e da estima. Em uma dimensão mais humanística, as atividades relacionadas à participação social devem garantir a realização dos sujeitos velhos e estimular relações de afeto, em todos os sentidos.

De acordo com a OMS (2008), a participação social fomenta a integração social, sendo a integração social um dos fatores primordiais para que os velhos sintam-se pertencentes a uma sociedade, a um grupo social. Para tanto há que se levar em consideração o conjunto das oportunidades acessíveis; a existência em atividades financeiramente acessíveis, considerando o leque de oportunidades em cada contexto social a fim de combater os cenários de isolamento. É muito importante estabelecer o diálogo inter-geracional, a inserção e a integração de culturas e comunidades, oportunizando a socialização não apenas com a família e a comunidade, mas com os grupos sociais os mais diversos.

Implantado pela Secretária Municipal de Saúde da Cidade do Recife, o Programa Academia da Cidade (figura 127) iniciou suas atividades no ano de 2002. E tem como objetivo principal melhorar as condições de saúde da população da cidade através da participação de grupos, os mais variados, em atividades físicas que ajudam com que as pessoas mantenham uma vida minimamente saudável.

Figura 127 : Distribuição dos Polos da Academia da Cidade
Fonte: Lima et. all. (2012, p. 158).

Um dos maiores desafios impostos à gestão da cidade através deste programa era a elaboração de um instrumento social que ajudasse a diminuir as desigualdade na inserção dos cidadãos no contexto das atividades realizadas na cidade. O programa academia da cidade é desenvolvido com o propósito de minimizar os contrastes sociais e econômicos trabalhando as ideias de qualidade de vida como meio de garantir a inclusão social com base na oferta de serviços públicos. Os recursos para o programa foram garantidos através da ampliação e reorganização de outros programas e projetos já existentes na cidade: Comunidade Saudável, Requalificação e Reapropriação dos Espaços Públicos: Espaço Público para Todos, o Combate a Violência e Defesa da Cidadania, para fortalecer e ampliar as ações conjuntas desenvolvidas no âmbito da Promoção da Saúde.

A institucionalização do programa ocorreu com o decreto municipal nº 19.808 de abril de 2003 e 3 anos depois o programa se tornou uma política municipal para saúde. A principal característica do projeto é dotar alguns espaços públicos de estrutura capaz de comportar atividades de várias dimensões, como atividades de lazer, de preparação física nos mais diversos aspectos, dança, realização de jogos, brincadeiras, contação de histórias, etc. Em geral o espaço físico requalificado conta com a participação ativa de profissionais de educação física e nutrição, em horários abertos para a comunidade nos três turnos: manhã, tarde e noite.

A realização deste programa tem espectro de atuação bem mais amplo do que a realização de um conjunto de atividades desportivas e nutricionais. Antes de tudo ele transforma espaços antes degradados da comunidade reestabelecendo áreas de lazer e de convivência social, o que garante uma ampliação na participação social, quer seja na realização das atividades, quer seja na transformação de hábitos e a inserção de uma vida social orientada para o espaço público. Por isso esse projeto aporta uma centralidade fundamental para os bairros e comunidades onde está inserido, gerando um forte vínculo e garantindo uma apropriação dos espaços coletivos de forma ampliada.

A construção dos polos onde foram implantado o Programa da Academia da Cidade tem uma relação direta com os fóruns e plenárias do orçamento participativo, por isso, desde a sua gênese, o programa visa construir uma relação equilibrada entre a comunidade, a prefeitura e o espaço urbano.

Os polos do programa são apontados como instrumentos que possibilitam a inclusão social, quase todos os entrevistados desta pesquisa já participaram ou sabiam da existência do projeto, e denota que o programa tem uma aderência social grande. Além de garantir um

espaço para a comunidade em que o projeto está inserido, ele também se tornou laboratório de práticas para estudantes dos cursos de educação física, nutrição e medicina. Ao longo dos últimos anos a compreensão sobre o projeto ampliou os paradigmas iniciais e atualmente ele é entendido como um ambiente de promoção de saúde, de inclusão e participação social. Configura-se como um lugar de encontro na cidade, garantindo a ampliação da convivência dos cidadãos e a ampliação das redes de solidariedade.

(...)para ser sincera eu nunca participei de verdade do programa da prefeitura, mas já fui com Maria José algumas vezes para o Sítio da Trindade **(figura 128)** com a intenção de participar, mas sempre que eu chego por lá fico um pouco constrangida, pois além de umas senhoras como a gente sempre tem umas juvenzinhas e eu não acompanho o ritmo (Sebastiana).

Eu incentivo muito a “Basti” para fazermos alguma atividade seguida, mas ela sempre reclama de alguma coisa da saúde dela e eu acabo mesmo aproveitando para conversar com ela, aproveitar o ambiente diferente, mas pelo que percebo deve ser muito divertido, eu nunca tinha visto nenhum outro projeto parecido a esse. Ainda vou convencê-la a participar de verdade (Maria José).

Eu sempre vou ao parque treze de maio para fazer minhas caminhadas. Tenho diabetes e preciso fazer exercício físico, eu gosto mais de caminhadas porque não tenho que esperar um horário, faço na hora que quero e quando quero, mas já participei do Projeto da Academia da Cidade, antes o projeto tinha mais pessoas, hoje em dia dá pra perceber uma diminuída nas pessoas interessadas, mas mesmo assim ainda tem muita gente. Eu acho que é um projeto muito importante para a cidade, tem que ter mesmo, principalmente porque junta gente de todas as idades, não são apenas os velhos como eu (Gilvan).

O parque fica muito longe aqui de casa, eu sei que é lá que as pessoas se reúnem, tenho um colegas aqui do prédio que participam ativamente desse projeto, vão todos os dias, fizerem até um grupo de amigos, mas eu prefiro caminhar no fim da tarde no parque daqui de perto... aqui na Aurora, sempre tem novidade por lá, eu fico sabendo das novidades lá com os amigos, e depois sempre dá pra ir tomar uma cervejinha mais, é um momento sagrado pra mim. Esse negócio de vida totalmente saudável nunca deu muito certo comigo (Antônio).

Eu saio de casa todos os dias cedo, não tenho tempo para participar de academia, não. Nunca fui chegado a essas coisas, mas eu estou inteiro ainda, o trabalho aqui na feira exige muito esforço físico (Zé).

Figura 128 : Atividade do Programa da Academia da Cidade no Sítio da Trindade
Fonte: Dannilo Lima, 2012.

A participação social é garantida através da realização das atividades que mais gostam. Jeane diz que com a correria do dia a dia é impossível ter um tempo só para ela, mas que se esforça muito para buscar possibilidades de estar com algumas amigas que tem por perto. Para Jeane qualquer tempo fora da tensão das atividades cotidianas tão extenuantes de cuidado com a mãe, de cuidados com a casa e com o trabalho é muito importante, porque ela acaba se renovando, “algumas horas fora desse ritmo me ajudam a aguentar um pouco mais”. Segundo ela, o cinema é uma das coisas que mais lhe maravilha desde a sua juventude. Apesar de muitos raros os momentos, sempre que pode e que sobra um dinheiro, ela escapa com uma amiga ou, quando tem alguém se prontifica pra ficar com a sua mãe, com a sobrinha para ver algum lançamento no cinema São Luiz.

É notório o estágio de cansado que as atividades diárias impõem, se voltarmos para o ritmo da vida compartilhado Jeane, recuperamos a necessidade de que em algum momento desse processo de vida direcionada para as obrigações, ela, e todos os velhos que vivem uma vida tencionada, precisa encontrar um tempo para se exercer, para construir a sua velhice, que já se apresenta como fato real, ainda que ela não a perceba.

Wandilma diz que a sua vida inteira viveu mais para a família e por isso sair em busca de alguma atividade fora de casa foi uma realidade que lhe apareceu como possibilidade depois da morte do seu marido.

Depois que Leonardo faleceu é que eu comecei a conversar mais com os vizinhos, fui fazer visitas mais frequentes a meus parentes, meus irmãos sempre me chamavam para fazer coisas juntos e eu nunca ia com eles, agora estou mais disponível. Outro dia uma vizinha perguntou se eu não queria ir a uma atividade destinada a terceira idade na associação comunitária. De primeiro eu pensei: só deve ter velho, vai ser muito chato, mas como não tinha nada mais pra fazer, acabei aceitando. E eu fiquei muito surpresa quando acabou o encontro, eles realizaram uma sessão quase terapêutica em que as pessoas contavam as suas histórias no bairro, coisas bobas, mas que me fez aproximar mais de pessoas que eram minhas vizinhas a tantos anos e eu não fazia a menor ideia de que existiam. Não vou dizer que faço esse tipo de coisa constantemente, mas uma vez ou outra vou com a minha vizinha e passamos um bom tempo, sempre tem coisas e atividades diferentes. Esses dias eles estavam falando em organizar uma excursão para o templo da Nossa Senhora Aparecida em São Paulo, Deus me livre que eu não vou, imagina, nunca andei de avião e também não tenho dinheiro para isso.

De todos os entrevistados, Lú é a mais disposta a buscar estratégias para ocupar a sua agenda diária, ela conta que gosta muito de dançar, por isso, sempre que pode faz alguma atividade relacionada à dança. Quando tem tempo, disposição e um pouco mais de dinheiro, reúne as amigas para irem ao clube das pás do Recife (Figura 129).

Eu gosto muito do Clube das Pás, sabe?, quando eu digo que vou lá, às vezes, as pessoas já ficam rindo dizendo que é um lugar de velhos, eu vou lá, tenho a minha idade, mas vejo gente de todas as idades por lá. Danço com novo, com velho, com barrigudo, eu vou é me divertir, nem ligo muito para o que dizem. Eu ainda procuro para ver se arrumo um namorado.

Figura 129 : Clube das Pás do Recife.
Fonte: Clube das Pás, 2012.

As modalidades de participação social são muito amplas e cada um se conectada a uma atividade da cidade de forma particular. Entretanto, percebo nas falas, nas entrevistas, nas discussões que a maioria das pessoas entrevistadas não se sentem completamente confortáveis em aproveitar a cidade.

A participação social é uma dimensão da vida em coletividade que ainda precisa ser melhor trabalhada entre as pessoas, que geralmente se isolam em suas vidas privadas e se alienam do contexto social. Comprometendo, radicalmente, o processo de construção social, de reconhecimento do outro e de auto-reconhecimento, há muitas camadas que precisam ser permeadas no âmbito da participação social.

Inclusão Social

Essa categoria trata do respeito e da inclusão social que tem como elemento fundamental a discussão das questões relacionadas ao respeito por si próprio e o respeito conquistado em comunidade, de um lado, e de outro está relacionado a uma atitude em relações aos mais velhos, que pode revelar dimensões de conflito e construções e significações positivas, construídas em meio a um ambiente de cooperação.

A condição dos velhos sempre foi, em relação à posição e postura da sociedade, escandalosa e criminoso, como bem retratou Simone de Beauvoir. Principalmente sendo a velhice uma condição conquistada por poucos, em muitas coisas essa velhice e a decrepitude eram associadas, tratadas como sinônimo, em que o destino final era a morte e o tempo até morte era de espera passiva. Essa compreensão social foi construída com base em uma sociedade que se utilizava da força quantitativa da juventude. Entretanto, essa juventude, que durante muitos anos participou do grupo social de forma hegemônica, não se mantém nesta condição na contemporaneidade, o que forçou e força com que os grupos sociais, ao perceberem as transformações ao longo do tempo e a ampliação da participação da velhice no tempo social, tenham que mudar as perspectivas sobre esse grupo. Por isso, as imagens e representações sobre a velhice e o envelhecimento mudam radicalmente de significado.

O cenário que está posto é um desafio à compreensão do mundo contemporâneo: como valorizar o velho e ao mesmo tempo garantir o novo? Esse dilema é o que provoca contorções na compreensão da velhice e da sua consequente inclusão na organização da vida contemporânea. Se de um lado há um movimento por perceber a importância de garantir a ampliação das estruturas produtivas para além dos mitos da juventude, de outro lado, a discussão está sendo feita na direção de construir novas estruturas de aprisionamento, controle

e disciplinação da classe trabalhadora para além do tempo socialmente aceito como o limite da exploração dessa força de trabalho.

A ampliação do tempo das pessoas em vida, na sociedade contemporânea, gera uma pressão para que as questões relacionadas à velhice e ao envelhecimento sejam pensadas de forma diferente. É preciso reinventar os sentidos e os lugares da velhice no estágio atual da sociedade moderna. Para isso, fomenta-se a discussão sobre a inclusão social e o respeito à condição da velhice e ao processo de envelhecimento.

As dinâmicas do momento presente buscar garantir termos para que os velhos sejam retirados da condição de exis social e sejam entendidos como pertencentes a práxis. Essa mudança de estatuto da velhice não se faz apenas pelo reconhecimento do ser humano em sua condição de ser total, as revisões dos paradigmas sobre a velhice são consideradas uma das soluções para a manutenção dos esquemas de acumulação de riqueza e crescimento crescente do lucro geral das relações de trocas, em todos os níveis.

Por isso, concordamos com a OMS (2008) que ao tratar a condição da velhice e do envelhecimento no mundo atual, reforçam que é preciso que as transformações propostas não se restrinjam a uma dimensão exclusiva da vida, mas tem a ver com a desconstrução de um conjunto de determinações que estão engatilhadas em um processo que é único, mas que é entendido de forma fragmentada.

O entendimento sobre o que é ser velho passa por uma revisão indispensável das posturas sociais refletidas a partir de transformações de base cultural, política e econômica, trazendo para o centro das discussões as questões de gênero, de condição de saúde e do status econômico e portanto a inclusão social dos velhos só será um ato verdadeiro quando estes elementos forem considerados em conjunto.

A inclusão social tem uma relação direta com os níveis de participação na vida social, nos direitos cívicos e na base econômica da vida coletiva. De acordo com a OMS (2008) os temas relacionados a esta categoria de análise tem que levar em consideração: os comportamentos respeitoso e desrespeitoso em relação à velhice; o preconceito contra a idade e o desconhecimento sobre as questões próprias da velhice; a interação, necessária, entre as gerações; a construção de um lugar social no seio familiar, nos contextos comunitários e garantia de condições econômicas para a sobrevivência.

Outro dia estava na fila preferencial para pagar as contas do mês em uma lotérica de um bairro de bacanas, naquela dia estava tudo muito demorado, mas eu paguei as contas e no final fiz uma fezinha pra tentar a sorte na megasena, que sabe eu não consigo melhorar de vida, não é mesmo? Só que

quando estava lá fazendo o meu jogo um rapaz, nem vi direito o rosto dele, começou a gritar que eu estava atrapalhando a fila, que eu era muito lento, eu não me lembro direito o que ele disse mais, sei que ele disse muita coisa, eu nem dei bola e fiquei fazendo o meu jogo, só lembro dele dizer bem alto para todos: um velho desses e ainda quer ganhar na loteria, velho tem é que esperar para morrer, sua chance de ser rico já passou (seu Fernando).

A agressão sofrida por seu Fernando, além de ser revoltante e mostrar os baixos padrões de respeito aos velhos, de uma sociedade que cultiva uma aversão à velhice, revela uma parte do imaginário coletivo sobre o lugar do velho, parece que a vida foi negada, que as pessoas não permitem e não aceitam que os velhos ainda sejam partícipes do grupo social. Aquela ideia de Simone de Beauvoir não parece ser tão distante dos dias atuais. Para uma parcela significativa da sociedade a vida do ser que envelhece é destituída do seu lugar a sociedade, ou seja, os velhos não gozam dos mesmos direitos e por isso são afastados, tornam-se exis. Essa postura precisa ser cada vez mais combatida. Não há possibilidade de avançarmos como sociedade se não entendermos que é fundamental garantir o direito à vida, no seu sentido mais amplo, para todos os indivíduos, o ser que envelhece não perde o seu lugar do social, muitas vezes a velhice nem sequer é por ele sentida. Como é o caso da dona Jeane, para ela a velhice é a condição de sua mãe, que já tem uma idade bem avançada, mas ela ainda não se percebeu como um ser humano velho. A consciência corporal e cronológica não deve ser imposta por um registro definitivo.

Eu não posso dizer que me sinto completamente desrespeitada quando estou na rua, mas também não é que eu me sinto completamente vista e respeitada. De um tempo pra cá tenho percebido que quando vou ao shopping ou em algum lugar público muitas pessoas têm um olhar simpático. Algumas vezes me atrapalho pra subir um degrau de escada ou para passar em um lugar mais apertado, sempre noto que há pessoas dispostas a ajudar. Mas também tem aquelas pessoas que são impacientes, que passam pela gente como se fossemos estorvo ou alguma coisa que não prestasse no lugar. Eu acho que essa questão de respeito depende muito da educação de cada pessoa (Wandilma).

Essa condição de caráter dubio em relação à aceitação e inclusão da velhice na organização cotidiana da vida é um dos elementos que nos faz notar o conflito paradigmático e o momento de ruptura que estamos vivemos. Há uma sensibilização coletiva para com a velhice, ao mesmo tempo que há um profundo desconhecimento sobre o que de fato seja envelhecer. A cidade abriga essa divergência, abriga as múltiplas dimensões. A reprodução da vida é em si uma questão muito complexa, que não está unicamente condensada nas questões

econômicas. Entender a reprodução da vida sob esse único aspecto seria em si uma redução da condição humana, sem precedentes.

Eu me sinto desrespeitada todos os dias, não é apenas pelas pessoas com quem eu cruzo, essas até mostram uma atitude de tolerância e de carinho, eu sinto nos olhos de alguns até ternura. Mas eu me sinto desrespeitada mesmo é pela minha cidade, pela prefeitura dessa cidade que deixa essa cidade cada dia pior para a gente que já não é mais jovem. É ônibus lotado, ruas sujas, calçadas quebradas, é essa violência a gente sobre todo dia e os impostos só aumentam, ninguém cuida das questões públicas, não vejo ninguém fazer as leis serem cumprida. Todo dia a gente sabe de um escândalo com o dinheiro do povo, mas ninguém vê esse dinheiro ser investido em benefício do próprio povo. A gente vê as agressões e os desrespeito todos os dias, todo o tempo. Eu sofro agressões por ser mulher, por não ser mais jovem, por ser honesta... (Sebastiana).

Além de revelar uma constatação do que para ela se apresenta como uma condição imposta pelas estruturas de governo, a fala de Sebastiana pode ser entendida como uma reprodução de um discurso midiático que tem por intencionalidade fomentar uma visão parcial da sociedade brasileira contemporânea. Ao mesmo tempo que este depoimento revela a insatisfação com a vida social (insatisfação lícita e importante para se considerar em análises de ordens múltiplas), revela uma incoerência entre aquilo que se vive e o que vê que vive. As fontes de informação e compreensão do mundo codificadas pelas emissões da tv e do rádio, podem ser o único filtro utilizado para medir a construção de referenciais sobre a qualidade do serviço público, é preciso ter cuidado ao tratar estes temas, pois no lugar de elucidar questões, pode contribuir para a reprodução de uma lógica formal, ideologicamente construída para manipular comportamentos de massa.

Sobre a inclusão social, é importante destacar que há um agravamento quando se trata dos velhos, além de não incluídos de forma significativa o preconceito é recorrentemente tomado como uma questão limitadora, em vários níveis. Primeiro porque impossibilita os diálogos inter-geracionais, segundo porque desautorizada as vozes velhas e em terceiro porque diminui a possibilidade de transferência de conhecimento transgeracionais quando se cala as vozes que testemunharam a transição do tempo. Geralmente os discursos que desconsideram as experiências do mais velhos são respaldados em uma necessidade progressiva por mudança, por desenvolvimento e pelo novo. Transfere-se para a vida uma lógica não humana, o que reforça a dificuldade de se construir uma vida orientada para a sabedoria, o que é muito diferente de uma vida orientada para o progresso constante. É preciso revisitar os valores e reconstruir os termos da relação proposta para os velhos.

A práticas inclusivas podem ser percebidas desde dimensão amplas e de fora, como programas e projetos de governo, como podem ser percebidas em hábitos pequenos, hábitos cotidianos.

As trocas estabelecidas entre Jeane e a sua sobrinha, as trocas sobre o conhecimento de tecnologias, ou os sonhos e desejos expressos no convívio de Sebastiana com o neto. As relações constantes e efêmeras de seu Antônio com os amigos de todas as idades que frequentam os espaços abertos da rua da Aurora. Esses pequenos diálogos fragmentados realizados em uma escala miúda ajudam no descobrimento de novos códigos, novas formas de pensar ou de revistar pensamentos.

Gostaria de sobre o tema da inclusão social fazer outra comparação com uma situação vivenciada no tempo do intercâmbio de doutorado na Espanha. Em Madri conheci Gonzalo, um jovem de 66 anos, como ele gostava de se apresentar. Depois de aposentado começou a desenvolver pequenos projetos que tinha como objetivo interagir com os jovens da Universidade em que ele foi professor. Aposentado pela Universidad Complutense de Madrid. Dentre os vários projetos sonhados por Gonzalo, ele realiza bancas de estudos com alunos do curso de engenharia, rodada de conversas sobre temas selecionados, organiza palestras com demais professores aposentados ou com pessoas que desenvolveram atividades de interesse ao longo da vida e que podem compartilhar com o seu tempo livre.

Há um duplo movimento quando se trata da inclusão, pois, em alguma medida a auto-segregação é o outro desse contexto, é preciso que as pessoas velhas se sentiam abertas a continuar vivendo e participando das interações sociais. É claro que as barreiras sociais existem e são recorrentes, mas é preciso, como conta Mirian Goldenberg (2013), construir a velhice com base em um projeto de vida, não se pode transferir para o outro a responsabilidade de se continuar vivo, a vida, como totalidade, como vontade de realização, é uma condição personalíssima e intransferível, apesar das constantes capturas, alienações e simplificações.

Emprego

A categoria emprego, tal como apresentada pela OMS (2008), como a possibilidade de contribuição dos velhos para com a comunidade através da ocupação do seu tempo de vida com serviços, em geral voluntários, dá uma dimensão da questão da condição dos velhos, mas apenas em uma direção parcial. Assim trata, a categoria emprego se define por uma abordagem direcionada e técnica que garante uma ocupação, mas não reflete um projeto.

Acredito que essa dimensão precisa de um ajuste, por isso, proponho empregar o sentido de trabalho e desemprego a utilização do termo emprego. Recuperar o trabalho como uma possibilidade de transformação e significação da vida faz um sentido muito maior, principalmente quando estamos considerando que a condição de velhice exige ser pensada a partir da dimensão da prática, integrada como totalidade. A dimensão presente no termo emprego é vazia de pluralismo, ela corresponde a aplicação da força, do tempo ou do intelecto a uma atividade remunerada, assim, elimina as contradições existentes na categoria trabalho, que se envolve de uma luta interna entre o aprisionamento e a liberdade, entre o emprego e o desemprego (ocupação e desocupação).

Recolocar a dimensão do trabalho depois da institucionalização da aposentadoria não é uma questão tão simples como parece, ao mesmo tempo que o tempo do ócio é o prêmio pelo tempo da produção, o afastamento do mundo da produção faz com que o tempo do ócio perca o seu par opositor necessário para a realização completa do fetiche pelo descanso e pela folga. É sobre essa fenda relacional que operam tanto a construção da velhice como ideia de retiro, quanto a necessidade de recuperar o trabalho como parte do sentido da vida pós 60 anos de idade, ou pós aposentadoria.

Há uma dupla questão sobre o trabalho na contemporaneidade, ele contém em si uma contradição que supera os entendimentos unilaterais, o trabalho carrega em si positivities e negatividades. Se recuperamos outra vez Antunes (2009, p. 265), percebemos que o trabalho traz em si a possibilidade de “emancipar quanto alienar. Isso depende, essencialmente, da forma como são plasmadas as relações sociais de produção. Assim tem sido ao longo da história humana. Muito antes do capitalismo”.

O tempo da velhice e as relações de trabalho realizada nesta fase de vida, além de ajudarem a melhor entender as contradições inerentes ao trabalho como categoria de organização da vida em sociedade, podem ajudar num processo de ressignificação do trabalho descolado da lógica do capital. Conseguir ampliar as relações de trabalho para além do capital é um desafio de uma coletividade orientada para lógicas menos perversas de relações sociais que tentem diminuir o abismo construído entre os seres a partir da lógica perversa e hierárquica da divisão do trabalho.

O diálogo sobre os sentidos do trabalho é central e pode através da velhice possibilitar as brechas necessárias para uma virada paradigmática. Que não tem nada a ver como uma construção unilateral a enviesada das relações de trabalho, mas sim com um reconsideração sobre as relações de produção e as metamorfoses da vida cotidiana. A continuação recuperarei

uma citação longa de Ricardo Antunes (2009) que ajuda a corroborar a necessidade de se repensar a condição atual do trabalho.

(...)uma vida cheia de sentido em todas as esferas do ser social somente poderá efetivar-se pela demolição das barreiras existentes entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho. Desse modo, a partir de uma atividade vital cheia de sentido, de um trabalho auto-determinado, voltado para a criação de bens socialmente úteis – para além da divisão hierárquica que subordina o trabalho ao capital hoje vigente e, por conseguinte, sob bases inteiramente novas –, poderá erigir-se uma nova forma de sociabilidade, fundada no tempo disponível. Portanto, uma nova forma em que a ética, arte, filosofia, tempo verdadeiramente livre e ócio, em conformidade com as aspirações mais autênticas, suscitadas no interior da vida cotidiana, possibilitem a gestação de formas inteiramente novas de sociabilidade. Um momento em que liberdade e necessidade se realizem mutuamente e não de modo dual, binário e seccionado. Mas esse empreendimento, é sempre bom lembrar, somente será possível através da ruptura com a lógica destrutiva do capital que hoje preside a (des)sociabilidade contemporânea (ANTUNES, 2009, p. 265-266).

A velhice me parece estar dotada de uma significação particular da atividade do trabalho, principalmente pela não necessidade do trabalho como um elemento fundamental para a sobrevivência, uma vez que a maioria dos velhos consegue ter acesso a algum tipo de benefício social em função dos anos vividos. Então, não sendo o trabalho na velhice a condição fundamental da sobrevivência, trabalhar ganha ou reassume a sua possibilidade libertadora. É sobre o trabalho exercido pelos velhos que as análises contemporâneas poderiam se debruçar com um pouco mais de profundidade, o tema exige e demanda muitas teses, muitas reflexões. No momento, recuperamos aquela de que o trabalho como escolha do sujeito é um ato revolucionário e transformador.

No guia da OMS (2008), o trabalho, entendido como emprego, é indicado como uma ação capaz de revelar a possibilidade de contribuição do velho para com a comunidade a qual pertence, estimulando a participação e a inclusão social. De uma maneira mais prática, o guia indica que a pesquisa pelo emprego deve contemplar algumas dimensões: opções de trabalho voluntário para idosos; melhores opções de emprego e mais oportunidades; flexibilidade para acomodar trabalhadores e voluntários velhos; formação; oportunidades e valorização das contribuições dos velhos.

Alguns dos entrevistados, como Gilvan, Lú, Jeane, Zé, Fernando e Antônio, participam de atividades de outras ordens que garantem a participação social. Quer seja como conselheiros de grupos específicos, como voluntários em algum grupo de ajuda filantrópica,

quer seja com atividades artísticas e recreativas, a participação social tem um leque de abrangência muito amplo, podendo ser garantida e conquistada em um processo complexo e não guetificado.

Lú é voluntária da instituição AACD desde que parou de trabalhar como baba e ajudante em casa de uma família que já lhe acompanhava há anos. Dona Lú, com toda a jovialidade que possui, resolveu que não poderia deixar o seu tempo livre sem ser preenchido por nenhuma atividade, uma vez que estava sozinha, sem seu companheiro que já havia falecido, ela conta que não seria capaz de ficar “em casa apodrecendo”, precisava se sentir útil.

Desde este momento ela começou a procurar lugares onde pudesse dedicar seu tempo para ajudar pessoas, visitou muitos núcleos de apoio à crianças doentes na cidade (Núcleo de Apoio à Criança com Câncer – Naac, Grupo de Ajuda à Criança Carente com Câncer – Gac, etc.), mas, por motivos diversos: discordância com as políticas do local, dificuldade em se sentir útil, problemas de relacionamento pessoal, resolveu conhecer a proposta da AACD e desde que chegou lá nunca mais saiu.

Ao longo dos anos, conta ela, já trabalhou em muitos setores para o voluntariado da AACD, mas que nos últimos anos está ajudando a organizar a loja de lembranças da AACD. Essa rotina lhe dá um prazer imenso, sem isso, diz ela, não saberia como resistir a todos esses anos. Uma das falas mais repetidas por Lú é que: “não há possibilidade de viver uma vida inteira sem compartilhar o pouco que se tem como os demais, cada um oferece o que tem, eu tenho o meu tempo e a minha boa vontade, isso é maravilhoso” (figura 130).

Figura 130 : Foto de um dos eventos da AACD em que dona Lú participou
Fonte: AACD, 2015.

Gilvan, que depois de aposentado como policial civil, tem se dedicado exclusivamente para as questões que lhe causam uma alegria enorme: a política e a cultura. Como um dos membros do Clube de Máscaras Galo da Madrugada (figura 131), o maior bloco carnavalesco do mundo, Gilvan diz que se sente completamente realizado, mesmo sendo um trabalho voluntário, ele reforça que a satisfação por fazer parte de uma manifestação cultural tão importante para a cidade já é pagamento suficiente. Segundo ele nos informa o trabalho não é pouco, que começa muito tempo antes do carnaval e envolve uma infinidade de questões que as pessoas que participam do bloco no carnaval nem sequer podem imaginar. Ele conta que é mais ou menos no começo do segundo semestre que as atividades de preparação para o carnaval no ano seguinte começam a acontecer de forma mais intensa, ao longo dos meses anteriores são feitas reuniões de preparação e sistematização das atividades. De acordo com seu Gilvan o difícil é conciliar as demandas do final do ano com os de conselheiro da secretaria de cultura da cidade do Recife.

Figura 131 : Sede do Clube de Máscaras Galo da Madrugada
Fonte: Galo da Madrugada, 2015.

As atividades de conselheiro da secretaria de cultura tem como princípio básico atender as demandas e as necessidades dos setores da sociedade civil que estão ligadas à cultura, Gilvan é conselheiro em função da sua participação na estrutura administrativa do galo da madrugada. O conselho é composto por representantes de diversos grupos que trabalham com as mais diversas linguagens e manifestações de cultura existente na cidade do Recife. Estes conselheiros atuam no apoio a elaboração da agenda cultural da cidade, bem

como discutir sobre a participação da prefeitura das ações relacionadas à promoção da cultura, debatemos sobre a pertinências de programas, projetos e ações de intervenção.

Os conselheiros também participam de reuniões com as comunidades, algumas destas reuniões são encontros temáticos fomentados pelas plenárias específicas sobre cultura relacionadas ao orçamento participativo (figura 132). Gilvan conta que a participação no conselho tem uma rotatividade constante para garantir que várias pessoas participem e não se sintam donas dos assentos no conselho.

A participação como conselheiro de cultura da cidade do Recife é uma atividade que me dá muito orgulho, participo pelo amor e pela tentativa de estimular a cultura na cidade. Lá no conselho a gente está agora discutindo a concentração de algumas atividades festivas, como a festa junina, em áreas específicas da cidade. Por exemplo, a maioria das atrações do São João do Recife ficam restritas à zona norte da cidade, lá no sítio da trindade, o lugar é ótimo, mas o que estamos discutindo é que o São João na cidade poderia ser uma festa maior do que é e poderíamos, igual se faz com o carnaval, construir polos descentralizados para garantir uma festa mais democrática.

Figura 132 : Uma das reuniões de cultura na agenda do orçamento participativo da RPA 5
Fonte: Cedida por Gilvan, 2014

A dona Jeane conta que com a sua atividade de artesã deixar de trabalhar nunca foi uma possibilidade, assim, ela diz que continuará trabalhando até o último momento da vida. No caso dela, a atividade produtiva, ou melhor, a atividade com fins financeiros ainda lhe aprisiona, mesmo na velhice, o que detona outras reflexões de múltiplas ordens, algumas delas tem a ver com a construção das possibilidade e o conhecimento dos direitos fundamentais garantidos minimamente pelo Estado, por exemplo.

Assim como Jeane, Zé também diz que não conseguiria imaginar a vida sem o trabalho. Segundo ele, sair de casa cedo, ir até a central de abastecimento de frutas e grãos do Recife e revender os produtos no mercado de São José já faz parte de quem ele é, se ele deixa de exercer essa atividade a vida perde o sentido, ele já faz isso há mais de 50 anos.

Na mesma linha de raciocínio segue Antônio, hoje aposentado da rede de ensino básico, diz que pode se dedicar a pintar e a dar aulas particulares, deixa de fazer arte, ainda que seja ensinando, não teria sentido. Ele não quer uma vida em que fique em casa sem nada pra fazer, isso não corresponde aos anos de luta e de trabalho. Mas ao mesmo tempo que ele conta sobre a importância de se manter ativo, diz que o ritmo já não é mais o mesmo, que agora não aceita qualquer aluno, nem quer pintar por pintar, tudo vai mais lento do que anteriormente.

Fernando, que é um corretor aposentado, diz que sempre que pode procura ajudar parentes e amigos com casas para alugar, vender. Uma das suas distrações é ver os anúncios dos imóveis à venda nos classificados. O tempo do trabalho agora é diferente, não é mais uma obrigação, ele exerce a corretagem de uma forma informal. Entretanto diz que nos últimos anos o negócio tem piorado muito e cada dia é mais complicado achar pessoas interessadas em comprar casas, o que mais aparece são pessoas interessadas em alugar casas e apartamentos entusiasmadas por melhores condições de preço.

A manutenção ou a reinserção ao mundo do trabalho tem várias dimensões e não pode ser homogeneizada em uma tendência única. No entanto, percebe-se a atividade do voluntariado como uma alternativa significativa para a manutenção dos interesses sociais e comunitários. Contudo, há também pessoas que se sentem realizadas em trazer pra si o tempo do ócio e a negação ao mundo do trabalho como uma forma de viver a sua condição de velhice. A discussão possível frente a estes cenários se estabelece com base na dimensão do bem-estar e da realização. Qualquer que seja a decisão da pessoa velha, ela precisa ser respeitada e entendida como uma decisão consciente e que não tem motivo para ser alvo de preconceito.

Comunicação

O guia da OMS (2008) traz o tema da comunicação e informação como uma das categorias empíricas que ajudam a entender as conexões dos velhos com a cidade, neste sentido, para se construir relações menos dissimétricas é fundamental estabelecer princípios básicos de comunicação e informação, é fundamental que as pessoas mais velhas estejam

cientes das possibilidades de ação e participação que existam na comunidade, no bairro e na cidade em que vivem; conhecer as ofertas de lazer, formação, filantropia e oportunidades de trabalho é um dos princípios fundamentais para se exercer uma participação social significativa e entender os contextos de inclusão.

As informações além de existirem é preciso que sejam acessíveis, aqui está o desafio ao relacionar com a comunidade dos velhos. Além de acessível para os velhos de uma forma geral, é preciso que elas também estejam acessíveis para grupos de velhos com diferentes capacidades e habilidades.

A comunicação e o acesso às informações tem que, de acordo com a OMS, ter uma ampla disseminação em todos os setores da sociedade; a informação precisa ser repassada de forma correta, garantindo que os velhos tenham acesso a ela na hora adequada. Não adianta fazer circular informação que não serve ou que não dê tempo hábil para que as pessoas possam participar.

De uma forma geral os entrevistados, mesmo os mais ativos, dizem que só têm acesso a informações relacionadas às suas atividades mais imediatas. Alegando desconhecer um sistema de informação voltado para pessoas idosas. As únicas exceção foram Lú e Gilvan.

Lú conta que tem contato com as amigas do bairro e com algumas pessoas que ela conheceu quando frequentava o clube de dança. Ela diz que até hoje mantém contato com alguns e que a forma de comunicação é através de telefonemas. “Eles sempre telefonam quando vai ter um dia especial ou quando estão marcando um dia para todos nos encontrarmos”. Mas para Lú a rede de informações e comunicação só se mantém funcionando entre os amigos, fora isso ela não sabe de nenhum outro meio para saber de informações gerais da comunidade. Conta que muitas informações que tem acesso ela consegue na AACD ou nos jornais de circulação local e nos telejornais.

Gilvan diz que pelo fato de estar envolvido com atividades políticas relacionadas à cultura e com a direção de um clube recreativo carnavalesco o obriga a estar atento a todas as novidades que estão acontecendo na cidade, afinal estar em dias com as novidades e os eventos da cidade é uma necessidade inerente à atividade que realiza. Mas, mesmo sabendo de forma privilegiada das informações culturais da cidade, Gilvan informa que não há uma organização de eventos e atividades destinadas para o público de pessoas idosas, as atividades que são desenvolvidas no âmbito muito genérico, servindo a todos de uma forma ampla. Por isso, Gilvan diz que há a necessidade de que seja construída uma agenda destinada aos idosos, com cursos, atividades, excursões, etc. Ele comenta que essa tema já foi discutido algumas vezes no conselho, mas que não aparecem propostas concretas sobre o tema.

As reivindicações de Gilvan têm o mesmo princípio das orientações da OMS. É importante, entretanto, que as atividades destinadas aos mais velhos sejam recomendações não um catálogo de possibilidades restritas e restritivas. Até porque não há uma definição do que seja próprio de um grupo ou outro tendo apenas o marcador da idade como critério de seleção. Muito mais do que um programa específico para as pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos, seria importantes que a agenda cultural da cidade, as atividades disponíveis, etc. fossem amplamente divulgada, tendo os grupos que reúnem pessoas mais velhas tivessem uma ampla cobertura e integrassem esquemas de divulgação e circulação.

Quando questionados sobre quais meios de comunicação têm acesso, a grande maioria se referiu à televisão como o principal meio, alguns alegaram escutar rádio ou ambos os meios de comunicação. Gilvan e Jeane dizem que além destes meios tradicionais utilizam a internet através das redes sociais para se comunicar, ambos têm telefones inteligentes e utilizam as aplicações de comunicação e as redes sociais virtuais presentes nestes aparelhos de telefone como forma de manter contato com amigos e familiares.

Serviços de Saúde

O tema dos serviços de saúde e apoio comunitário tem uma abrangência muito grande e dá conta de entender a amplitude dos sistemas de apoio a realização da vida. É fundamental entender que, por mais específico que possa parecer esse tema, tratar das condições de saúde através dos serviços de saúde compreende um leque gigantesco de possibilidade que faz relação com todas as demais categorias identificadas anteriormente. A saúde e os serviços de saúde abrangem, sem lugar a dúvidas, uma relação saudável dos velhos com os espaços públicos da cidade onde mora, a mobilidade, acessibilidade e as condições de permanência em lugares públicos e privados ajudam na construção de uma teia relacional que garante às pessoas velhas o direito de viver a cidade e os elementos pertencentes a ela. Por isso mesmo os serviços de transporte são fundamentais para garantir o direito de ir e vir, a mobilidade e os equipamentos que permitem a mobilidade na cidade são serviços de saúde básicos e fundamentais.

Não menos central para a saúde dos mais velhos é a existência de condições minimamente saudáveis de moradia, a casa é o lugar da realização da vida em todos os sentidos, uma casa sem estruturas mínimas não pode dar condições de vida saudável, é preciso pensar no acesso aos serviços básicos e aos serviços instrumentais, é preciso que a casa garantam a circulação e possibilite uma permanência com segurança, privacidade e

condições mínimas de conforto. Uma vez constituídas as relações com uma casa saudável, faz-se indispensável e fundamental que o entorno possibilite a realização do encontro e da circulação. E isso faz pensar que exercer uma vida plena com estes elementos é fundamental ter garantida uma renda mínima, o direito ao trabalho, à participação e a inclusão social. Sem estes elementos básicos não se pode trabalhar o tema dos serviços de saúde.

Uma vez consideradas todas estas questões, então, surge uma dimensão tão importante, as estruturas e infraestruturas relacionadas a todos os níveis do sistema de atenção à saúde. Neste sentido, os velhos, assim como todos os cidadãos, necessitam ter serviços de assistência à saúde complexo que inclua as necessidades de atenção primária (clínicas gerais, postos de saúde, emergências, atendimento à saúde bucal, acompanhamento da saúde mental, ou seja, elementos que garantam a saúde em relação aos temas psicossociais).

Sob estes últimos aspectos o guia da OMS (2008) identifica que os serviços de saúde são aqueles classificados como fundamentais para que os velhos possam manter sua condição de saúde e independência. Com base nas definições da OMS os principais elementos a ser considerados são classificados a partir: das condições de acesso às unidades assistenciais; a disponibilidade de uma gama variada de serviços de saúde; elementos que estabeleçam a construção de políticas e ações que estimulem o envelhecimento saudável; cuidados em domicílio e unidades asilares para pessoas incapacitadas para morar em suas próprias casas.

Sebastiana, apesar do aspecto resistente e aguerrido, revela que tem problemas de saúde de várias ordens: ao longo dos anos a pressão ocular foi aumentando e por falta de um controle e acompanhamento das condições de saúde, resultou com a perda da visão do olho esquerdo. Além dos problemas com a visão, ela alega que sofre de hipertensão e diabetes, além de ter algumas taxas alteradas, principalmente as de colesterol. Esse quadro geral da saúde de Sebastiana revela que ela tem um conjunto de problemas metabólicos que precisam ser tratados com medicação e com a mudança de hábitos de alimentação e sedentarismo. Ela conta que faz o acompanhamento médico regularmente através do SUS. O sistema de saúde, segundo ela é bastante eficiente, principalmente em relação às especialidades. Em relação ao seu quadro de diabetes e hipertensão ela conta que está sendo acompanhada por um posto de saúde destinado a pessoas que diabéticas e hipertensas.

O serviço que eles prestam é muito bom, tem uns médicos novinhos que você pensa que não vão saber cuidar da gente, mas eles são parada... sabem de tudo... eu gosto do acompanhamento que eles fazem, vou ao médico pelo menos uma vez a cada seis meses, o maior problema é só a demora para

marcação, tem épocas que eu não consigo atendimento de seis em seis meses, mas nunca passou de oito meses.

Além disso, ela conta que recebe os medicamentos para ambas as doenças metabólicas de forma gratuita, diz que nos últimos anos só houve uma vez que não conseguiu o remédio de graça, mas que com o programa de farmácia popular ela sempre consegue descontos muito significativos quando precisa comprar alguma medicação. Enquanto Sebastiana se diz satisfeita com a atenção da saúde, Maria José reclama muito da infraestrutura e da dificuldade para fazer exames. Ela, assim como Sebastiana, fazem uso do SUS. Ambas têm perspectivas diferentes sobre o serviço. Para dona Maria José há um descaso imenso em relação aos procedimentos e aos tempos de espera para poder marcar consultas. Mas reconhece que quando é atendida os serviços têm uma qualidade muito semelhante aos serviços prestados pela rede privada.

A propósito dessa pouca diferenciação entre a rede pública e privada de saúde, Zé percebe o sistema frágil em qualquer um destes dois sistemas. Ele conta que tem parentes que pagam muito caro para ter um plano de saúde, que quando precisam de consultar algum médico mas especializado o tempo de espera a qualidade do serviço é igual ao inferior ao SUS.

O meu primo precisou fazer marcar umas consultas para tentar ver uns problemas que saúde que ele estava sentindo, mas não sabia o que era, marcou uns 4 médicos e ninguém sabia o que ele tinha, cada um que falasse uma coisa e pedisse exame e encaminhasse para outro médico e ninguém descobriu o que meu primo tinha, ele ficou bem uns 4 meses indo e médico em médico para descobrirem o que ele tinha. Isso nunca aconteceu comigo, nunca paguei plano nenhum e sempre fui bem atendido no sistema público de saúde... todo mundo diz que os doutores de hospital público são mais preparados que os de hospital particular, os do hospital público parece que estudam mais.

Ao analisar o sistema e a política de saúde do Brasil percebemos que há um processo histórico de desconstrução de garantias sociais, mas essas desconstruções que levaram a uma fuga histórica do SUS e um inchaço da rede privada, que em função da baixa qualidade dos serviços públicos e sem nenhum elemento de comparação ou de referência levou a situação dos serviços de saúde no Brasil a uma precariedade sem precedentes, os bons serviços, que têm um diferencial no atendimento e no acompanhamento das questões relacionadas à doenças, ou são muito caros e são destinados a uma parcela muito específica da população

brasileira, ou estão na rede pública de atenção complexa. A rede de atenção de casos de baixa e média complexidade têm mais ou menos a mesma infraestrutura insuficiente.

Apesar de toda deficiência das ações de saúde, Jeane conta que a atenção destinada pelo serviço público de saúde são muito úteis para a sua mãe. As visitas em casa por parte dos médicos e dos agentes de saúde não são intensas, mas, depois de muita briga, muito tempo de espera e laudos médicos, ela conseguiu com que a mãe fosse acompanhada por profissionais em casa.

...as visitas dos médicos e dos agente de saúde são muito importantes para acompanhar as condições de saúde de mamãe, mesmo assim a gente vira e mexe precisa ir atrás de algum serviço particular, mas ela toma as medicações para a hipertensão e para os problemas cardíacos, isso já é uma maravilha pra gente.

É possível considerar que de todos os entrevistados apenas a dona Carminha, mãe de Jeane, tem a melhor relação com o sistema público de saúde. Antes de saber do depoimento dela a impressão que ficava era de que os planos e políticas de saúde só eram construídas de forma integradora nos termos da lei, mas que não se efetivava de fato. A raridade desse tipo de atendimento é tão grande que não pode ser tomado como um comportamento padrão, uma visita aos principais hospitais da cidade mostra como as condições de atendimento são precárias, como as estruturas e infraestruturas são comprometidas e como há uma demanda maior do que a capacidade de atendimento realizado pelo corpo médico.

Plano municipal de saúde da cidade do Recife para os anos de 2010 e 2013 foi possível averiguar que está previsto no plano o funcionamento da rede de atenção à pessoa idosa com serviços de atendimento à domicílio em casos particulares em que a mobilidade da pessoa idosa seja seriamente comprometida. Entre as ações planejadas para o triênio consta a “ampliação das visitas domiciliares aos idosos acamados, garantindo seu atendimento integral nas residências e Instituições de Longa Permanência para Idosos” (RECIFE, 2009, p. 52).

Neste mesmo documento é constituída a política de atenção à saúde do idoso, tendo como base a garantia dos direitos conquistados a partir do Estatuto do Idoso aprovado em âmbito nacional no ano de 2003, sendo assim os pilares da política recifense tem como princípio a valorização, o respeito e a efetivação da atenção à saúde do idoso com base em dois eixos fundamentais .

- A ampliação do acesso ao cuidado e aos serviços e equipamentos públicos de assistência social e à saúde, buscando adequação das estruturas das Unidades de Saúde para acessibilidade; a garantia de acesso ao

medicamento, as terapias adequadas, incluindo a saúde bucal e ocular, as terapias integrativas, e reabilitação física e cognitiva; e a garantia da priorização do idoso no acolhimento das unidades;

- O desenvolvimento de ações intersetoriais de fortalecimento da pessoa idosa, mediante ações contínuas e sistemáticas de apoio aos familiares e/ou cuidadores de idoso com dependência funcional; organização de redes solidárias com as comunidades e promoção de grupos de convívio e orientação, incluindo o IESA (Idosos Educadores em Saúde) (RECIFE, 2009, p. 51).

Estas normas e procedimentos relacionados à saúde do idoso parecem compor uma coletânea de direitos adquiridos no papel, mas que são quase que raramente efetivados, esta estrutura de funcionamento dos serviços de saúde compreende uma dimensão legalista, mas não se manifesta de forma real na prática cotidiana. Longe de se efetivar como prática os impactos dos serviços de saúde são descarregados na conta do trabalhador, como se a oneração nos serviço público de saúde fosse uma consequência direta do desejo dos velhos ou uma dificuldade de organização da família para arcar com os custos da saúde dos seus velhos. A uma culpabilização privada dos termos de uma velhice senil e portanto trágica, é transferida para a família a responsabilidade pelos custos da saúde dos velhos.

É sobre essa condição nefasta da compreensão dos serviços de saúde que Paiva (2014) chama a atenção:

(...)muito embora protegido pelos direitos da cidadania, o(a) usuário(a) que atingir a sexagésima idade, provavelmente, enfrentará sérias dificuldades de acesso aos serviços públicos de saúde, cuja situação de doença deverá ser agravada em razão de sua condição socioeconômica. Para ser mais clara, quero dizer: a sexagésima idade não liberta o indivíduo social de sua condição de acesso limitada por sua inserção na estrutura de classes sociais no modo de produção capitalista (PAIVA, 2014, p. 187).

As categorias empíricas propostas pelo guia da OMS tem como fundamento ajudar a revelar os problemas relacionados à vida cotidiana dos velhos e como essas condições, esses fragmentos da vida em coletividade podem ajudar a construir um espaço social menos perverso e mais solidário.

Os elementos posto em debate: espaço público x espaço privado; transporte; moradia; participação social; inclusão social; emprego; comunicação e serviços de saúde são entendidos como pertencentes a uma dimensão muito maior, ou seja, elas não se encerram em si, eles estão interrelacionados e conectados em profundidades, só podem ser entendidos em conjunto e numa imbricação mútua. Ainda assim eles só revelam momentos fragmentos, a

busca é pela totalidade, mas ela não consegue ser captura, ela escapa a simples reunião desses elementos.

As questões postam compõem um conjunto referencial que possibilita entender o sentido da relação dos velhos com a cidade, com a clareza de que a realidade em si nunca corresponderá a síntese realizada sobre ela. Faz-se importante entender que os termos da relação entre os velhos e a cidade só podem ser construídos quando e, somente quando, os velhos foram empoderados da sua condição social, quando forem entendidos como humanos plenos de todas as suas faculdades, por isso, a relação cidade e velho deve ser construída na perspectiva de garantia a construção de uma auto-estima positiva, que tenha como resultado o protagonismo dos sujeitos velhos como fonte de conhecimento, em todos os sentidos que a palavra encerra.

Recuperamos do guia da OMS (2008, p. 63) a ideia de que é preciso construir a relação cidade x velho não como um conflito e uma negação em si, mas como uma possibilidade de garantia e manutenção do direito à cidade, e até mais amplo, do direito à vida. “Uma cidade amiga do idoso enfatiza a capacidade, e não a incapacidade; ela é amiga de todas as idades, e não apenas do idoso”.

A relação entre o velho e a cidade é muito mais ampla do que o que se conseguiu construir a partir das indicações dos velhos depoentes da pesquisa. As conexões da cidade e da velhice não são claras. A forma como as estruturas da cidade estão postas não revelam uma possibilidade plena para a realização da vida dos velhos. A cidade é repleta de barreiras construídas em muitas ordens e sobre muitas perspectivas. Não obstante, essas barreiras não impossibilitam a realização da vida, mas em alguma medida a empobrece, em um sentido mais amplo do que aquele da satisfação das necessidades básicas. Nota-se um esforço que as estruturas públicas garantam a mobilidade, a acessibilidade e a inclusão dos mais velhos, mas como uma promoção de condições gerais e amplas que podem ser aproveitadas por toda a sociedade, o que é importante e como tem que ser, afinal a vida se dá de forma total e as ações sobre a coletividade têm que garantir que todos tenham acesso aos elementos públicos de forma igual.

É na dimensão da noção de igualdade que a relação velho e cidade se apresenta como um problema ainda aberto para discussões, políticas, projetos e ações. Nota-se, na análise dos dados, nas conversas com os entrevistados, na forma de viver a cidade, que a cidade do Recife ainda não se apresenta como uma cidade amigável à velhice, para recuperar o termo da OMS. Só que é mais que isso, a garantia de acesso postas das normas, a separação das vagas no ônibus, as ações setoriais, o funcionamento da sociedade, as representações sobre a velhice e

as representações que os velhos têm de si mesmos compõe uma dimensão maior do que a operacionalização dos recursos. Elas revelam uma atitude, um jeito de ser, um espírito das coisas (espírito construído a partir da materialidade das questões) que reduzem a possibilidade de realização da vida. Não precisa ser velho para saber que a carcaça das coisas não é suficiente para entender os conteúdos. A forma indica uma relação velho e cidade construída a fórceps, o conteúdo da vida nas cidades mostra os traumas dessa construção.

Por isso concluo reforçando que a condição da velhice entendida através dos fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife ainda reforçam confusões sobre os sentidos da velhice e do envelhecimento, indica fortes diferenciações a partir da condição de gênero e classe social e marca uma necessidade constante de revisão e aplicabilidade das normas construídas no sentido de garantir o direito à cidade e o direito à velhice.

Conclusões

Ao completar 10 anos, pensei: Chegar aos 20 é lasca! Ao chegar aos 20, pensei: Chegar aos 30 é lasca! Ao chegar aos 30, pensei: Chegar aos 40 é lasca! Ao chegar aos 40, pensei: Chegar aos 50 é lasca! Ao chegar aos 50, pensei: Chegar aos 60 é lasca! Ao chegar aos 60, pensei: Chegar aos 70 é lasca! Se eu chegar ao 70, pensarei: VIVER É LASCA!
Cyl Gallindo, é lasca!

Nasci velha, encurvada e enrugada. Mas, oh! Milagre, a juventude chegou-me como mágica. A cada momento os dias foram aumentando, ficando mais belos, mais alegres, mais felizes! Que maravilha aos poucos rejuvenescer, abrir-se à vida, descortinar a escuridão da mente, desenrolar as dobras da alma, dissipar tristezas, espargir alegrias, para que um dia, plena de vigor e felicidade, morrer jovem!
Dulce Albert, paradoxo!

Viver a cidade, sobreviver ao tempo é um dos maiores desafios impostos à vida, superar os conflitos, organizar a vida cotidiana, viver o ritmo alucinado do urbano, perder-se em si mesmo, cuidar da família, cuidar de si mesmo. Crescer, envelhecer, sobreviver, o que tem no final dessa trajetória? Futuro incerto, enigmáticos, inseguro, tortuoso e ainda mais amplo e ampliado... vive-se mais, não necessariamente vive-se melhor. Uma vida melhor, mais saudável, mais feliz só pode ser o resultado de uma vida orientada para uma relação equilibrada entre as necessidades e as possibilidades de se manter consciente das dificuldades, potencialidades e as superações. O tempo é aberto, nada é definido e hermeticamente fechado.

O entendimento das determinações servem não apenas como identificação da prisão e dos limites da vida coletiva, senão um convite para a subversão, para a revolução, para o giro completo. A relação da velhice, do envelhecimento e a vida nas cidades só se apresenta como uma possibilidade de se descobrir novos caminhos para viver e ampliar as formas de sobreviver, com qualidade, ao tempo. Qual o parâmetro da qualidade? Isso também está aberto, e não deveria ser diferente: dificuldades de acesso, de formação, de realização da vida, problemas fisiológicos, psicológicos, biológico, de socialização são uma constante em todo e qualquer momento da vida, na velhice não seria diferente. A opção na velhice é a mesma que se tem durante todo o tempo da vida, é a única que nos resta: resistir. Todo o caminho percorrido até aqui, o momento da finalização de um trabalho, foi intercruzado, conectado, confrontado e problematizado com essa finalidade, ou encontrando este mesmo fim: A vida existe até o último suspiro, ela é uma construção, uma coleção de oportunidades, de escolhas que levam a erros e acertos.

Não há uma formula para a velhice, não há uma caminho para o envelhecimento e não há uma determinação de que ele deva ser de um jeito ou de outro. Muitos pesquisadores e autores classificam, adjetivam e criam denominações para o processo ideal de envelhecimento: normal, saudável, ativo, bem-sucedido, etc. Há na verdade o envelhecimento possível e o reconhecimento de que se fez o melhor com as chances e opções que se tinha, qualquer outra construção indica uma construção de um receituário que não serve, que é invasor e redutor da liberdade. Qualquer outro caminho leva a uma culpabilidade estéreo, principalmente se estamos diante de um mundo em que as imposições, os desvios, os esquemas de reprodução das desigualdades é tão constrangedor. O estranhamento e a alienação que surgem com uma sociedade orientada para o consumo é radicalmente constrangedor, é suficientemente estranho para que coloquemos novas metas e padrões para o sentido e o caminho do envelhecimento.

Não se trata de uma apologia ao conformismo ou a negação da vida como ela é, resistir, assumir os erros, vícios, descaminhos é antes de tudo aceitar a briga, briga eterna e constante pela necessidade de se manter vivo, é a única opção que se tem, viver e sobreviver, mas neste caminho se descobre novas possibilidades, novos caminhos, novos desvios. Aí já não adianta as bolsas da moda que desejou comprar, os carros que teria ter dirigido, as viagens que gostaria de ser feito. O passado serve como guia, lastro de reconhecimento da história de cada um e da sociedade em que se vive, mas não pode se encerrar em uma condição melancólica de contemplação passadista e anacrônica. Viver a cidade, sobreviver ao tempo, encerrar a vida cotidiana fragmentada significa entender o tempo do presente, os seus limites e as suas possibilidades e na fricção entre o possível e o impossível realizar a vida, materializar desejos e sonhos.

Estas são as possibilidades que encontramos nos anexos II, III e IV, aceitar que a vida é conduzida inexoravelmente para a velhice através de um processo complexo de envelhecimento e que nos resta, a todo tempo, a possibilidade de construir novas relações, outras formas de olhar, de sentir, de agir. A velhice não subtrai do ser humano a possibilidade de existir como um ser total, ela aumenta as chances de se perceber os ganchos, as oportunidades... a sabedoria conquistada pela experiência é uma arma fundamental para garantir a possibilidade de se sentir pleno.

As construções estigmatizados, os pesos que recaem sobre a velhice, a história da vida social aponta para uma diminuição da credibilidade dos velhos, como representa um autor desconhecido do século XIX ao retratar a hierarquia da vida social (figura 134).

Figura 133 : Representação da hierarquia social ao longo da vida em sociedade, século XIX
Fonte: Autor desconhecido, extraído de Caro & Ramos (1985).

Ao longo dos séculos esta representação não mudou essencialmente, o que está diferente é a possibilidade de superação desse caminho que parecia ser inevitável. A velhice não tem porque ser associada a uma doença, a participação do velho não tem que ser abolida. A velhice pode reinventar caminhos e trajetórias, pode alterar e deve alterar as determinações cotidianas. Há que se acompanhar a definição do pintor espanhol Goya quando disse sobre a sua condição: “tenho oitenta anos e ainda aprendo”. Talvez essa seja a única imposição para o envelhecimento e para a velhice, independente de qual etapa da vida se vive, ainda aprendemos, constantemente aprendemos; o aprendizado acompanha a existência e a vida, sem ele há o engessamento da possibilidade de entender o mundo que se vive.

Um mundo intitulado de moderno, que já quis ser chamado de pós-moderno, hipermoderno ou qualquer outro termo que indique a velocidade da transformação dos referenciais, um mundo que insisti em se definir através do avanço da técnica e da tecnologia, e que por isso também se chama técnico-científico-informacional, mas que na verdade, no sentido que o compreendemos, ele é na verdade um mundo capturado, um mundo reconstruído cotidianamente para a manutenção de um sistema de organização social que nega

a própria sociedade, enquanto entrega para ela migalhas de possibilidades. Sendo assim, o mundo atual é um mundo perverso, que só poder ser transformado se não nos entregamos às suas determinações, se resistimos e se aproveitarmos toda sabedoria que acompanha as maiores formas de resistência da contemporaneidade: o envelhecimento e a velhice.

Por isso que completamente transtornado pela descoberta de que viveu uma vida inteira alienado da realidade por causa do ópio da riqueza da coroa espanhola, Goya rompe com todo o mundo conhecido e se põe o desafio de reaprender, de ver com outros olhos, de continuar aprendendo (figura 134)

Figura 134 : Aún aprendo - Goya com 80 anos.

Fonte: Museo del Prado, 1856.

Envelhecer e continuar aprendendo, viver e buscar meios para continuar vivendo. Esta parece ser a dimensão mais integralmente conectada com a reprodução da vida na sua condição de velhice e a sua realização na cidade.

Frente a isso, tem-se claro que a busca pela totalidade ultrapassa qualquer compreensão disciplinar, qualquer recorte ou dimensão parcelar que busque abrigar a diversidade e a complexidade inerente ao envelhecimento, à velhice e à vida nas cidades. No entanto, o pensamento é disciplinar, precisa de um calço, de um ponto de partida, as questões

têm que ter materialidade senão perde as referências e o propósito, como já destacamos na introdução, a ciência se constrói como um discurso sistematizado do mundo e nunca como a substituição desse mundo, e a acuidade desse discurso construído só tem possibilidade de ser efetivo se, e somente se, ele revelar os sentidos materiais, revelar as problematizações e as questões que estão postas para além da aparência.

Nesta tese em particular levantamos algumas questões que estão longe de serem esgotadas, mais do que definições fechadas, indicam a necessidade de construções, reflexões e aprofundamentos, tanto na dimensão do pensamento, quanto na dimensão da ação.

1. Todo o exercício de construir reflexões abrangentes, capazes de buscar reflexões para além das respostas imediatas podem ser construídas com a articulação de um pensamento que se construa com base em dimensões categoriais. Na história da sociedade, com ênfase na contemporaneidade, a construção de reflexões espaciais é fundamental para entender as particularidades de fenômenos e processos difusos, que o envelhecimento e a velhice são conceitos de densidade e inserção mundial já está claro, mas quais as particularidades destes (processo e fenômeno) em espaços específicos do globo se torna uma questão importante.

Quais os termos a serem discutidos na ordem do dia sobre a velhice e o envelhecimento? Só a construção de reflexões baseadas em questões e determinações impostas pelos contextos complexos materializados no local em diálogo com o global é que podem revelar. Sendo assim, a velhice e o envelhecimento se particularizam em contextos econômicos, políticos, culturais, psicossociais que formam uma condição espacial, também particularizada, o espaço se torna meio, produto e condição da realização da vida, ainda que esta vida seja entendida sob os auspícios de uma condição de velhice e envelhecimento.

Frente a isso, emerge uma necessidade por entender as geografias vinculadas a estes processos. Emerge como força central uma Geografia do Envelhecimento, que menos do que uma abertura de um campo disciplinar, revela-se com uma extraordinária centralidade para estudar os vínculos e as tessituras complexas relacionadas à velhice e ao envelhecimento, principalmente quando utiliza-se de suas ferramentas práticas, pedagógicas, teóricas e metodológicas.

2. Para além de um ajuste teórico e metodológico as definições e diferenciações sobre os conceitos de velho, velhice e envelhecimento são fundamentais para se construir uma unidade terminológica capaz de negociar as divergências e as semelhanças; é fundamental um trabalho neste sentido para que se avance na construção de relações mais densas na construção de uma geografia do envelhecimento capaz de entender e decifrar as construções reais sobre os conceitos e as representações dos conceitos.

A representação social sobre os conceitos de velho, velhice e envelhecimento influenciam diretamente na realização da vida cotidiana das pessoas que estão envelhecendo ou que já são entendidas como velhas, uma vez que estas representações, em meio a um espaço também construído como representação, negado enquanto prática, reforça estereótipos e define lugares sociais. O dilema entre o velho e o novo se torna o dilema entre a pouca idade e a idade em excesso, mas o que pode ser definido muito ou pouco em meio a um mundo moderno completamente vazio e esvaziado de referenciais?

3. Assumidos com todo o drama e com todas as questões que o dotam de sentido e que compreendem um movimento em direção a uma coletividade, os números, os dados estatísticos e as projeções servem como elementos que ajudam a visualizar cenários, a contextualizar questões e a projeção intencionalidades. Longe de revelarem a dinâmica da vida cotidiana, os recortes estatísticos apontam para tendências, definições gerais e comportamentos coletivos que ajudam a entender as construções dos dados qualitativos, dos enredos, das histórias de vida, da história transmitida de forma oral; consolidam sensações, percepções construídas em meio à dinâmica do mundo vivido.

A população entendida como a reunião dos indivíduos da sociedade, em processo constante de produção e reprodução, dá aos dados uma dimensão de espelho da realidade, um espelho estático que pode ser preenchido de sentido, movimento, historicidade e drama. Com esse entendimento os dados estatísticos consolidam as questões relacionadas à velhice e ao envelhecimento como temas fundamentais para a vida em coletividade, pois correspondem a uma parcela significativa da própria sociedade que está implicada com a questão em si.

4. Com o anseio de entender e ao mesmo tempo recuperar os sentidos ocultos nos números e nos dados estatísticos, além de, ao mesmo tempo, compreender as conexões da vida realizada na velhice com a produção da cidade e do urbano como o lugar do encontro, das trocas e do acontecer, busca-se, como apoio fundamental, compreender quais os sentidos da produção do espaço e como o espaço se apresenta como um elementos fundamental para a compreensão da organização da vida em coletividade, assumindo que, no mundo moderno, o espaço se apresenta como uma das possibilidades de resolver as questões inerentes às contradições do modo de produção capitalista.

Mais do que uma posse material, o espaço se constitui como meio, condição e produto social, logo, como materialidade concreta do processo de reprodução do capital, uma vez que as relações de produção se tornam relações sociais de produção que são transmitidas para a vida das pessoas através de um cotidiano orientado e programado pelo e para o consumo, extremamente complexo e reflexo de uma sociedade que se torna burocrática e fetichizada.

O fetiche pelos produtos e pelo consumo dos produtos se transforma também no fetiche para a comercialização de parcelas do espaço, atribuindo valores diferentes de acordo com os atributos e as condições de raridade presentes no espaço. Com as relações sociais e espaciais completamente conectadas aos processos de produção e reprodução do espaço através das dimensões fundamentais e inventadas de reprodução da vida, opera-se uma lógica de superações e transformações nos valores, o valor de troca se torna mais importante que o valor de uso, sem negá-lo completamente.

Diante disto, percebe-se uma passagem da lógica de troca do mundo da mercadoria para o mundo das relações sociais, o que estimula uma distinção entre os espoliadores e os espoliados, estas definições põem uma dinâmica à vida cotidiana, que quando percebida a partir dos sujeitos que envelhecem, assume uma condição extremamente precária, uma vez que o ser que envelhece, aparentemente, pensando nas relações no âmbito do modo de produção capitalista, perde o seu lugar social, numa sociedade orientada para o estranhamento e para o consumo, sempre é bom reforçar.

Este estranhamento impõe barreiras muito claras para a realização da vida dos velhos, o estudo da vida cotidiana dos mesmo ajuda a identificar os resíduos, identificando aqui que se repete como força de atos de disciplinamento e controle – comportamento padrão, mas também percebendo aquilo que se apresenta como tática de sobrevivência, como elemento que revela os campos cegos do capitalismo.

5. Se o espaço, a produção e a reprodução, indicam o movimento de ordenação e programação do cotidiano e faz com que a vida cotidiana se expresse como lugar das normatizações e das ações, fez-se fundamental entender a construção das relações com o envelhecimento e a velhice através de duas lógicas, uma nomoespacial e uma genoespacial (no sentido apresentado por Paulo César da Costa Gomes), ou seja, um mundo das normas e dos códigos e um mundo das ações e das práticas agindo de forma conjunta para revelar a condição urbana do processo de envelhecimento e da velhice à luz de uma geografia do envelhecimento.

6. As definições de um espaço das normas não se faz de forma abstrata, por mais que os códigos construídos e aprovados não sejam efetivados, eles nascem, ou deveriam nascer, com base em um anseio real e concreto da sociedade que busca essas normas como princípio de regulação da vida.

Ao mesmo tempo em que as determinações do modo de produção capitalista apontam para um desmonte ou para uma contrarreforma dos direitos sociais, principalmente aqueles relacionados à seguridade social, o grupo dos velhos e seus apoiadores vêm, desde 1980,

impondo uma agenda de discussões que pretendem dar relevo e relevância para as questões relacionadas ao envelhecimento e à velhice. Este luta é anterior e tem um movimento histórico bem definido, mas só assume centralidade quando o país se depara com a inevitabilidade do processo de envelhecimento populacional, o que transforma significativamente a forma como as políticas públicas, as concepções e ações sobre a vida da coletividade são tomadas e gerenciadas.

Por isso, a legislação e as lutas sociais pela construção dos instrumentos legais são elementos fundamentais para a entrada de questões na agenda pública, com o envelhecimento não foi diferente. Entretanto, entre os direitos de papel e os direitos reais há uma diferença muito grande, o espaço das normas não dá a garantia do funcionamento das normas, principalmente porque a ação na vida cotidiana reproduz muitos mais as definições e abordagens naturalizadas, e, muito menos as construções refletidas ou alvo de uma reflexão filosófica ou científica. O envelhecimento e a velhice entendidos com base nas ações da vida cotidiana também precisam ser compreendidos com base nas questões legais, mas não exclusivamente.

7. A vida cotidiana revela os sentidos gerais e mais repetitivos da vida em sociedade, ela não compreende todas as discussões relacionadas à reprodução da vida, mas é impactada por essas questões.

A fim de melhor entender as vinculações dos velhos com a cidade, foi preciso buscar os fragmentos da vida cotidiana dos velhos em categorias empíricas de realização da vida, por isso percorremos as dimensões da relação entre o espaço público e o espaço privado, dos transportes, da moradia, da participação social, da inclusão social, do emprego, da comunicação e dos serviços de saúde retratos de forma também fragmentada pelas narrativas possíveis de nove entrevistados: dona Sebastiana, dona Maria José, dona Luiza, dona Jeane, dona Wandilma, seu Fernando, seu Gilvan, seu Zé e seu Antônio, que para além dos nomes poderiam ser entendidos como atores sociais descobertos através dos seus ofícios: a professora, as donas de casa, a empregada doméstica, a vendedora ambulante e artesão, o corretor imobiliário, o policial, o vendedor de frutas e verduras e o pintor.

Estes representam as pessoas de verdades, aqueles que vivem a cidade e a sua condição velhos, que não se destacam por nada especial, mas que ajudam a entender a cadência dos fragmentos da vida cotidiana dos velhos na cidade do Recife, principalmente percebendo as estratégias de socialização realizadas dentro da escala do possível.

Referências

- AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Coleção Os Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ALFREDO, A. *O mundo moderno e o espaço*: apreciações sobre a contribuição de Henri Lefebvre. In: Revista GeoUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 19, pp. 53-79, 2006.
- ALVES, P. R. M. *Valores do Recife*: O valor do solo na evolução da cidade. Recife: Luci Artes Gráficas, 2009.
- AMARANTE, R. *O velho e o moço*. In: LOS HERMANOS. *Ventura*. [s.l.]: BMG, 2003. 1CD, faixa 8 (4:03).
- ANDRADE, M.C. de O. *Geografia ciências da sociedade*: uma introdução ao pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1979.
- ANDRADE, M.C. de O. *Geografia Econômica*. 12 ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANTOLÍN, R. P. *La población*. Madri: Sintesis, 1988.
- ANTUNES, A. *Envelhecer*. In: ANTUNES, A. *Iê, iê, iê*. [s.l.]: Rosa Celeste, 2009. 1CD, faixa 7 (4:11).
- ANTUNES, P. P. S. *Travestis envelhecem?*. São Paulo: AnnaBlume, 2013.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, T.B. de. A questão regional e a questão nordestina. In: TAVARES, M. da C. (Org.), Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000
- ARENDT, H. *La condición humana*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2005.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Índice de Desenvolvimento Humano do Recife*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO RECIFE. *Desenvolvimento Humano: cidadania para todos*. Recife: PNUD/ PCR/FJP, 2005.
- BACELAR, R. *Envelhecimento e produtividade*: Processos de subjetivação. 2 ed. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BALLESTEROS, A.G (org.). *Teoría y práctica de la geografía*. Madri: Alhambra, 1986.
- BALLESTEROS, A.G. *La geografía de la población*. In: BALLESTEROS, A.G (org.). *Teoría y práctica de la geografía*. Madri: Alhambra, 1986.

BASSIT, A.Z.; WITTER, C. *Envelhecimento*: Objeto de estudo e campo de intervenção. In: WITTER, G.P. (org.) *Envelhecimento*: referenciais teóricos e pesquisas. Campinas: Alínea, 2010.

BAUDELAIRE, C. *Sobre a Modernidade*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BAUDRILLARD, J. *O sistema dos objetos*. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BAUDRILLARD, J. *Simulacros e simulação*. Lisboa: Galilée, 1981.

BEAUVOIR, S. *A velhice*: o mais completo ensaio sobre a condição do idoso na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989. (obras escolhidas; vol. 3).

BENJAMIN, W. *Teses sobre o conceito de História*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BORGES, G. M.; CAMPOS, M. B.; SILVA, L. G. C. *Transição da estrutura etária do Brasil*: Oportunidades e desafios para a sociedade nas próximas décadas. In: ERVATTI, L. R.; BORGES, G. M.; JARDIM, A. P. (orgs.). *Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI*: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. (Estudos e Análises – informação demográfica e socioeconômica, número 3).

BOSI, E. *Memória e Sociedade*: Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 07 set. 2015.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro de 1966*. Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1966/72.htm>>. Acesso em 12 set. 2015.

BRASIL. *Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971*. Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm>. Acesso em 12 set. 2015.

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003*. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e normas correlatas. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm> Acesso em 07 set. 2015.

BRASIL. *Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Brasília, DF: Senado Federal, 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>> Acesso em 07 set. 2015.

BRUNS, M.A.T.; DEL-MASSO, M.C.S. (orgs.) *Envelhecimento humano: Diferentes perspectivas*. Campinas: Alínea, 2007.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

CAMARANO, A. A. (Org.) *Envelhecimento da população brasileira: Uma Contribuição Demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CAMARANO, A. A. (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora IPEA, 1999. v. 1. 382p

CAMARANO, A. A. (Org.). *Sixty plus: the elderly Brazilians and their new social roles*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. v. 1. 588p.

CAMELO, M. *Além do que se vê*. In: LOS HERMANOS. *Ventura*. [s.l.]: BMG, 2003. 1CD, faixa 9 (3:50).

CAMPOS, M. B. de; BARBIERI, A. F. *Considerações teóricas sobre a migração de idosos*. In: Revista Brasileira de Estudos da População, v.30, s. 6, Rio de Janeiro, p. 69-84, 2013.

CAMPOS, M. B. de. *Estrutura domiciliar de migração: com quem os idosos migram?*. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2012, São Paulo, trabalhos... São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2012, p. 2-16.

CANÔAS, C.S. *A condição do humano velho*. São Paulo: Cortez, 1985.

CAPEL, H. *Geografía y Ciencias Sociales: una perspectiva histórica*. Barcelona: Montesinos, 1984.

CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.de; SPOSITO, M.E.B. (orgs.) *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, A.F.A. (org). *Crise Urbana*. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A.F.A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2008.

CARLOS, A.F.A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2011b.

CARLOS, A.F.A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011a.

CARLOS, A.F.A. *A mundialidade do Espaço*. In: MARTINS, J.S. (org.) *Henri Lefebvre: O retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 121-134.

CARLOS, A.F.A. *Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, A.F.A. *O espaço urbano: Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur Edições, 2007a.

- CARLOS, A.F.A. *O lugar no/ do mundo*. São Paulo: Edição eletrônica/ LABUR, 2007b.
- CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A. I. G. (orgs.) *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Ed. Contexto, 2003.
- CARLOS, A.F.A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I.P. (orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015.
- CARO, J.S& RAMOS, F. *La vejez y sus mitos*. Barcelona: Aula Abierta Salvat, 1985.
- CARVALHO, J.A.M. & GARCIA, R.A. *O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico*. In: Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, 2003.
- CARVALHO, M. C. B .N. M. de. *O diálogo intergeracional entre idosos e crianças: projeto “era uma vez... atividades intergeracionais”*. Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social).
- CASTORIADIS, C. *As encruzilhadas dos labirintos I*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CASTRO, I. E. *O problema da escala*. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. G.; CORRÊA, R. L. *Geografia: Conceitos e Temas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.
- CASTRO, J. *Homens e caranguejos*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- CATALÃO, I. *Socioespacial ou sócio-espacial: continuando o debate*. In: Revista Formação Online, n. 18, volume 2, p. 39-62 , jul./dez., 2011.
- CAVALCANTI, L. S. *Geografia da cidade: a produção do espaço urbano*. Goiânia: Alternativa, 2001.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. 12 ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CLARK, M. *Patterns of aging among the elderly poor of the inner city*. In: The Gerontologist, v.2, Oxford, p. 58-66, 1971.
- CLAVAL, P. *Evolución de la Geografía Humana*. Barcelona: Oiko-Tau, 1981.
- CLAVAL, P. *Terra dos homens: A geografia uma apresentação*. In: Revista GeoUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, n. 29, p. 80-86, 2011.
- CLAVAL, P. *Terra dos homens: A geografia*. São Paulo: Contexto, 2010.
- COUTRIM, R. M. E. *A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte*. São Paulo: AnnaBlume, 2010.
- CUBA, L.; LOGINO, C. F. *Regional retirement migration: the case of Cape Cod*. In: Journal of Gerontology, n. 46, v. 1, Oxford, p. 533-542, 1990.

DAMIANI, A. L.; SEABRA, O. *Resenha: A revolução urbana*. In: Revista de Geografia, n. 14, 2001.

DAMIANI, A. L. *A Geografia que desejamos*. In: Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 83, p. 55-86, 2005.

DAMIANI, A. L. *Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia*. In: Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 Anos, São Paulo, p. 254-283, 2012.

DAMIANI, A. L. *População e Geografia*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DEBERT, G. G. *A invenção da Terceira Idade e a rearticulação de formas de consumo e demandas políticas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.13, n.34, p.39-56, 1997. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_34/rbcs34_03>. Acesso em 12 set. 2015.

DEBORD, G. *Sociedade de Espetáculo*. Lisboa: Mobilis en Móbile, 1991.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 12 set. 2015.

DIAS JÚNIOR, C. S.; COSTA, C. S.; LACERDA, M. A. *O envelhecimento da população brasileira: uma análise de conteúdo das páginas da REBEP*. In: Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, n.2, v.9. Rio de Janeiro, 2006.

DOLL, J. *Bem-estar na velhice: mitos, verdades e discursos, ou a gerontologia na pós-modernidade*. In: RBCEH, Passo Fundo, p. 9-21 - jan./jun. 2006.

ERIKSON, E. H. e ERIKSON, J. *O ciclo da vida completo*. Porto Alegre: Artes

ERIKSON, E. H. *Identidade, Juventude e Crise*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FERNÁNDEZ, R.P. *El proceso de envejecimiento y la intervención social*. In: RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 57-75, jan./jun. 2007.

FERREIRA, A. A. *A experiência, a metrópole e o velho*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2013. Tese de Doutorado.

FONTAINE, R. *Psicologia do Envelhecimento*. São Paulo: Loyola, 2010.

FREDMANN, A. *Coisa de Velho*. São Paulo: AnnaBlume, 1996.

FRUMI, C.; CELICH, K. L. S. *O olhar do idoso frente ao envelhecimento e à morte*. In: RBCEH, Passo Fundo, p. 92-100 - jul./dez. 2006.

GAGLIETTI, M.; BARBOSA, M. H. S. *Que idade tem a velhice?*. In: RBCEH, Passo Fundo, v. 4, n. 2, p. 136-148, jul./dez. 2007.

GALICIONI, T. G. P.; LOPES, E. S. de L.; RABELO, D.F. *Superando a viuvez na velhice: o uso de estratégias de enfrentamento*. In: Revista Temática Kairós Gerontologia, 15(4), pp.225-237, 2012.

GARCÍA, A. A. *La decisión de migrar de las personas de edad*. In: Estudios Geográficos, n. 210, p.5-17, 1993.

GARCÍA, A. A.; GONZÁLEZ, M. D. P. *Movilidad residencial y género entre las personas de edad; una aproximación a las estrategias residenciales en Madrid*. In: Documents D'Análisi Geogràfica, Universitat Autònoma de Barcelona, Girona, n. 34, p. 143-153, 1999.

GARCÍA, A. A.; GONZÁLEZ, M. D. P. *Las escalas territoriales del envejecimiento*. In: SEMATA: Ciencias sociales y humanidades, v.18, p.121-141, 2006.

GARCÍA, A. A.; PÉREZ, J. *Sociedades longevas: un desafío para el siglo XXI*. In: LYCHNOS: Cuadernos de la fundación general CSIC, n.2, septiembre, p. 46-52, 2010.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002.

GENARO, E. *Progresso Técnico e o Caráter do Tempo em Marx e Nietzsche*. In: Socitec E-Prints. São Cristóvão, v. 4, n.1, jan-jun, p. 04-33, 2010.

GEORGE, P. *Geografia da População*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

GODOY, P.R.T. (org.) *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

GOLDENBERG, M. *A bela velhice*. São Paulo: Record, 2013.

GOLDENBERG, M. (org.) *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GOMES, E. T. A. *Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos*. In: Sposito, Maria Encarnação Beltrão. *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

GOMES, E. T. A. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, ed. Massangana, 2007.

GOMES, E. T. A. *Dilemas nas (Re)Estruturações das Metrôpoles*. In: Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, 2002.

GOMES, E. T. A. *Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2007.

GOMES, E. T. A. *A relação entre o rural e o urbano na região metropolitana do Recife*. In: ALBUQUERQUE, M. Z.; MACHADO, M. R. I. de M. (orgs.) *O rural e o urbano na região metropolitana do Recife*. Recife: Editora da UFRPE, 2014.

GOMES, P.C.C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES, P.C.C.. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONZÁLEZ, D. S. *Geografía del envejecimiento y sus implicaciones en Gerontología: contribuciones geográficas a la Gerontología Ambiental y el envejecimiento de la población*. Saarbrücken: Editora Académica Española, 2011.

GONZÁLEZ, D. S. *La situación de las personas mayores en la ciudad de Granada: estudio Geográfico*. Vol. 1. Granada: Editorial da Universidade de Granada, 2005.

GONZÁLEZ, M. D. P.; GARCÍA, A. A. *Las escalas territoriales del envejecimiento*. In: SEMATA – Ciências Sociais e Humanidades, vol. 18, 2006.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 2010.

HAAD, E.G.M. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo: Cortez, 1993.

HADDAD, E. G. M. *Notas sobre a história dos direitos da velhice no Brasil*. Prisma Jurídico (UNINOVE. Impresso), São Paulo: C. Univer. 9 de Julho, v. 2, p. 107-119, 2003. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/prisma_juridico/pjuridico_v2/prismav2_eneidahaddad.pdf>. Acesso em 07 set. 2015.

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

HARNECKER, M. *Os conceitos elementais do materialismo histórico*. Santiago: [s.n], 1971?

HARTKE, W. *Gedanken über die Bestimmung von Räumen gleichen sozialgeographischen Verhaltens*. In: Erdkunde, n. 13, 1959.

HARVEY, D. *Espaços de Esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. *O enigma do Capital: e as crises o capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 9 ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HARVEY, D.. *David Harvey e a “disneyficação” da sociedade: entrevista a Vince Emanuele, em Outras Palavras*, (2013). Disponível em <http://abeiradourbanismo.blogspot.com.es/2013/12/entrevista-de-david-harvey-vince.html>, acessado em 02 set. 2014.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. 8 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HESS, Bernhard . *Methoden zur Abgrenzung von Sanierungsgebieten*. [s.l]: [s.n.], 1975.

IKEDA, D. *Envelhecendo na sociedade contemporânea: Diálogos sobre a terceira idade*. São Paulo: Brasil Seikyo, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Projeção da População do Brasil*. Comunicação social, disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=1272

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Nota técnica sobre a projeção populacional*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/notatecnica.html>>, acesso em: 30 de set. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. *Tendências demográficas mostradas na PNAD 2011*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Notas Técnicas número 157).

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JIMÉNEZ, J. J. L. *En torno a una Geografía Social del envejecimiento y de las personas ancianas*. In: Estudios Geográficos, tomo LII, n. 203, abril-junho, 1991.

KARPF, A. *Como envelhecer*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

KOCKA, J.; STAUDINGER, U. M. *Altern in Deutschland*. Berlim: Deutsche Akademie der Naturforscher Leopoldina, 2009.

KOSIK, K. *A dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, L. *Viver em Risco: Sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano*. In: Novos Estudos. n° 63, Junho, 2002.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço Urbano*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. (trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana”) do original: *La production de l’espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). (Texto não publicado).

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. 3 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

LEFEBVRE, H. *Estrutura social: A reprodução das relações sociais*. In: MARTINS & FORACCHI (org.). *Sociedade e Sociologia*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

LEFEBVRE, H. *Lógica formal, lógica dialética*. 2 ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LEFEBVRE, H. *Marxismo*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

LEFEBVRE, H. *El materialismo dialéctico*. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1974.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 3ed. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, D. C.; ALMEIDA, J. D. M.; MARQUES, K. P. P.; LIMA, T. V.; CASTILHO, C. J. M. de. *A distribuição espacial do programa academia da cidade, em Recife/Brasil*. In: Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife: UFPE/MSEU, v. 01, n. 02, p. 153-164, 2012.

MÁRAI, S. *As Brasas*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

MÁRQUEZ, G.A. *Cien años de soledad*. Barcelona: Literatura Random House, 2014.

MARTINE, G.; FARIA, V. E. *Contexto social da política e da pesquisa em população no Brasil*. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais, n. 1, vol. 3. Campinas, 1986.

MARTINS, H.H.T.S. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, J.S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J.S. (org.) *Henri Lefebvre: O retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, J.S. A dialética do método regressivo-progressivo em dois temas brasileiros: cidade e campo. In: 35ª Reunião Anual da Anpocs, MR-17 vinte anos sem Henri Lefebvre, Caxambu, 2011. Disponível em: <<http://www.encontroanpocs.org.br/2011/>>, acesso em: 15/11/2012.

MARTINS, J.S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, J.S. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: vozes, 2002.

MARX, K. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Global editora, 1985.

MARX, K. *Introducción general a la crítica de la economía política*. [S.L]: Ediciones los comuneros, 1857?.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, S. A. *O que é velhice*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (coleção primeiro passos; 310).

MATUDA, N. S. *Introdução a demografia*: notas de aula. Curitiba: UFPR, 2009. Disponível em: < <http://people.ufpr.br/~niveam/ce023/aulas.pdf>>, acesso em: 11/09/2014.

MAZUTTI, C.; SCORTEGAGNA, H.M. *Velhice e envelhecimento humano*: concepções de pré-escolares do município de Tapejara – RS. In: RBCEH, Passo Fundo, p. 101-112 - jul./dez. 2006.
Médicas, 1998.

MENEZES, José Luiz da Mota (org.). *Atlas histórico cartográfico do Recife*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 1988.

MERTINS, G. *et. all.* Zum Verstädterungsprozess im nördlichen Südamerika. Marburg: Marburger geographische Schriften, 2006.

MERTINS, G. *Wachsende Marginalisierung und Marginalviertel in Großstädten der Dritten Welt*. In: Kieler Geographische Schriften, 2006.

MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do Capital*. Revista Outubro, disponível em: http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/04/out4_02.pdf, acesso em: 16/04/2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*: Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIÉVILLE, C. *A cidade e a cidade*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Relatório Nacional brasileiro sobre o envelhecimento da população brasileira*. Brasília: Divisão de Temas Sociais, 2004.

MONTE-MOR, R. L. de M. *Planejamento Urbano no Brasil*: Emergência e Consolidação. In: etc..., espaço, tempo e crítica. Nº 1(4), VOL. 1, 15 de junho de 2007.

MORAES, A. C. R. *A gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, A. C. R. *Geografia*: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1981.

MORAES, A. C. R. *Ideologias Geográficas*: Espaço, Cultura e Política no Brasil. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, O. B. de; SANTANA, M. J. A. *Tecnologia, habitação e desenvolvimento sustentável*. In: III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis. Disponível em: http://odairmoraes.pcc.usp.br/Nova_pasta/doc31459.pdf, 2002?.

MOREIRA, M. M. *Envelhecimento da População Brasileira: aspectos gerais*. Belo Horizonte, 1999, mimeo. (Trabalho apresentado no Seminário “Envelhecimento da população brasileira: aspectos macro e micro relevantes para políticas sociais, regionais e nacionais”. Belo Horizonte: ABEP-CEDEPLAR, 6-7 de dezembro de 1999).

MOREIRA, R. *Marxismo e Geografia: A geograficidade e diálogo das ontologias*. In: *GEOgrafias*, Ano 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

NERI, A.L. (org.) *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

NERI, A.L. *Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

NETTO, J.P. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NÓBREGA, P. R. C. da. *Antigos Lugares, Novos Temas: Os sinais do tempo no bairro da Boa Vista*. Recife: EDUFPE, 2010.

NÓBREGA, P. R. C. da. *Estudo dos sinais do tempo nas estruturas urbanas e nas pessoas: um lance de olhar nas questões apresentadas a partir do bairro da Boa Vista – Recife/PE*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2009. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, F. *Noiva da revolução; Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, R. F. de. *Santo Agostinho e sua experiência sobre o tempo*. In: *Revista de Filosofia*, disponível em <<http://filosofiacienciaevida.uol.com.br/ESFI/Edicoes/33/artigo130300-1.asp>>, acesso 25/agosto/2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento*. Madrid: Conferência das Nações Unidas para o Envelhecimento Humano, 2003. (Versões em português e em espanhol).

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Envelhecimento Ativo: um Projeto de Política de Saúde*. Madrid, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDAL DE SAÚDE. *Guia global: Cidade amiga do idoso*. Genebra: OMS, 2008.

PAIVA, S. O. C e. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

PAIVA, S.B.; DEL-MASO, M.C.S. *Envelhecimento humano: leitura e memória*. In: BRUNS, M.A.T.; DEL-MASSO, M.C.S. (org.) *Envelhecimento humano: Diferentes perspectivas*. Campinas: Alínea, 2007.

PARAÍSO, R. *A indefinível cor do tempo*. Recife: Bagaço, 1998.

PEIXOTO, C. E.; CLAVAIROLLE, F. *Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

PEREIRA, J.C.R. *Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

PÉREZ, J.; GARCÍA, A. A. *Sociedades longevas: un desafío para el siglo XXI*. In: Lychnos (Cuadernos de la Fundación General CSIC), n. 2, setembro, 2010.

PINTO, A.V. *A necessidade da Compreensão Filosófica da Pesquisa Científica*. In: PINTO, A.V. *Ciência e Existência: Problemas Filosóficos da Pesquisa Científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

PONTUSCKA, N.N.; OLIVEIRA, A.U.de. (orgs.) *Geografia em Perspectiva: Ensino e pesquisa*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PRADO, S. D.; SAYD, J.D. *A pesquisa sobre o envelhecimento humano no Brasil: Grupos e linhas de pesquisa*. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 57-68, 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *O índice de desenvolvimento humano municipal brasileiro*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013a.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Faixas IDHM*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *IDHM Educação*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013c.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *IDHM renda*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013d.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *IDHM fecundidade*. Brasília: PNUD, IPEA, FJP, 2013e.

PUYOL, R. *El contenido de la Geografía de la población*. In: BALLESTEROS, A.G (org.). *Teoría y práctica de la geografía*. Madri: Alhambra, 1986.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. (Série Temas, vol. 29: Geografia e política). Trad. Maria Cecília França.

RAMOS, P. R. B. *Idosos e Direito à Educação*. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 9, n.2, p. 87-94, 2005.

RAMOS, P. R. B. *O Estatuto do Idoso: primeiras notas para um debate*. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 8, p. 135-140, 2004.

RECIFE. *Plano de mobilidade urbana da cidade do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife, 2008.

RECIFE. *Plano Municipal de Saúde 2010/2013*. Recife: Secretaria de Saúde da cidade do Recife, 2009.

REZENDE, A. P. *O recife: Histórias de uma cidade*. 2 ed. Recife: Fundação de Cultura da cidade, 2005.

RIBEMBOIM, J.; ALBERT, D. (orgs.) *O fim da velhice: a superação bem-humorada de um conceito*. 2 ed. Recife: Ed. dos organizadores, 2008.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se trata?*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRÍGUEZ, V. R. *Turismo residencial y migración de jubilados*. In: Colección Mediterráneo: Las nuevas formas del turismo, n. 5, Almería, p. 233-253, 2004.

ROGERS, A.; CASTRO, L. *Model migration schedules*. Research Report, n. 81-30. Luxemburg: IASA, 1981.

ROWLES, G. D. *The geography of ageing and the aged: toward an integrated perspective*. In: Progress in Human Geography, vol. 10, n. 4, London, p. 511-539, 1986.

SALES, T. *João Cabral & Josué de Castro conversam sobre o Recife*. São Paulo: Cortez, 2014.

SALZEDAS, P. L.; BRUNS, M.A.T. *O corpo em transformação*. In: BRUNS, M.A.T.; DEL-MASSO, M.C.S. (org.) *Envelhecimento humano: Diferentes perspectivas*. Campinas: Alínea, 2007.

SAMANJA, J. *Reprodução Social e Saúde: elementos teóricos e metodológicos sobre a questão das relações entre saúde e condições de vida*. Salvador: Casa da Qualidade, 2000.

SANTIN, J. R. *O Estatuto do Idoso e as Ações Afirmativas para uma Vida Digna na Velhice*. In: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito e Centro Universitário de Maringá. (Org.). Anais do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI - Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito de Maringá-PR. Florianópolis-SC: Fundação Boiteux, 2009, v. 1, p. 510-531. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/anais/36/08_1518.pdf>. Acesso em 13 set. 2015.

SANTIN, J. R.; BOROWSKI, M. Z.. *O idoso e o princípio constitucional da dignidade humana*. In: RBCEH, Passo Fundo, v. 5, n. 1, p. 141-153, jan./jun. 2008.

SANTOS-FILHO, S. D. et. al. *O interesse científico no estudo do envelhecimento e prevenção em ciências biomédicas*. In: RBCEH, Passo Fundo, 70-78 - jul./dez. 2006.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 2004a.

SANTOS, M. F. S. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, N. M. W. *Etapas psicológicas da vida humana e envelhecimento saudável, segundo a Weltanschauung da psicologia analítica*. In: RBCEH, Passo Fundo, 11-21 - jul./dez. 2006.

SEABRA, O. C. L. *Urbanização e Fragmentação: Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: FFLCH/DG, 2003. (Tese de Livre Docência).

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SERAFIM, A. R. M. D. B. da R. *Transformações do espaço urbano da cidade do Recife-PE como produto e condição de reprodução das intervenções urbanas: Análise dos projetos de requalificação*. São Paulo: PPGH, 2012. (tese de doutorado).

SERPA, A. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2009.

SHUSTERMAN, R. *Consciência Corporal*. São Paulo: Realizações, 2012.

SILVA, J.F.da. *Vidas que não morrem*. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1982.

SOUSA, C. A. de. *Do Cheio para o Vazio: Metodologia e Estratégia na Avaliação de Espaços Urbanos Obsoletos*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Dissertação de Mestrado.

SOUZA, M. L. de. *Em torno de um hífen*. In: Revista Formação, n.15, vol. 1, p.159-161, 2007.

STADT WETTER. *Jeder will alt werden, aber niemand will alt sein*. Disponível em <www.stadt-wetter.de/dokumente/Jeder_will_alt_werden.pdf>, acesso em 25/09/2014.

TEIXEIRA, S. M. *Envelhecimento na agenda pública brasileira*. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v. 7, n.1, p. 113-136, 2003.

TEIXEIRA, S.M. *Envelhecimento e trabalho do tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

TELES, V. *Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade*. In: DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 2, p. 97-126, Jul./Dez., 2010,

TOMASINI, S.L.V. *Envelhecimento e planejamento do ambiente construído: em busca de um enfoque interdisciplinar*. In: RBCEH, Passo Fundo, p. 76-88 - jan./jun. 2005.

VANDRÉ, G. *Pra não dizer que não falei de flores [caminando]*. In: VANDRÉ, G. *Geraldo Vandrê no Chile*. [s.l.]: Banco Benvirá, 1969. 1Compacto Simples, faixa 1, lado A (6:20).

VARGAS, P.R. *Nota sobre a atualidade do passado: Crise do Marxismo sim, e daí? Ou de te fabula narratur*. In: HELFER, Inácio. *Pensadores alemães dos séculos XIX e XX*. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2000.

WERLEN, B. *Zur Ontologie Von Gesellschaft und Raum*. Alemanha: Franz Steiner Verlag, 1999.

WITTER, G.P. (org.) *Envelhecimento: referenciais teóricos e pesquisas*. Campinas: Alínea, 2010.

ZARZA, E. G. *Geografía del envejecimiento: La 3ª edad en Castilla y León*. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1998.

ANEXOS

Anexo I - Guia Tópico para a Entrevista

Caracterização do Entrevistado: escolaridade e trabalho

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Com quem mora:

Onde mora:

Ainda trabalha, qual a profissão:

Sempre trabalhou de carteira assinada:

Se trabalha, o que você faria para melhorar suas condições de trabalho:

Quando você recebe o seu salário(aposentadoria), você consegue utilizar os termais de autoatendimento sozinho ou precisa de ajuda de outras pessoas:

Moradia

De quem é a casa onde você mora:

Você tem dificuldade para usar algum dos cômodos da casa:

Você está satisfeito com a sua casa, se pudesse o que mudaria para ter uma vida mais confortável nela:

Comunicação, Participação Social e Inclusão

Como é a sua relação com a família:

Você tem amigos na rua de casa ou pelo bairro:

O que você gosta de fazer para se divertir, participa de atividades da igreja, tem grupo de amigos

Como você se informa das atividades que gosta de participar

Você se sente ou já se sentiu desrespeitado em alguma situação por causa da idade?

Quando você não está satisfeito com alguma coisa na rua, no bairro ou mesmo na cidade, consegue expor as suas inconformidades com alguém:

Você cobra dos políticos e lideranças políticas melhorias em relação à comunidade, ao bairro e/ou à cidade

Você usa computador, internet ou algum aparelho tecnológico?

Espaço Público e Acessibilidade

Com que frequência você sai de casa:

Quando sai encontra alguma dificuldade:

As ruas, as calçadas são boas?

Você consegue chegar com facilidade aos lugares que quer ir?

Tem algum parque ou praça próximo que você consegue sair para caminhar ou encontrar com amigos:

Você sente medo quando sai de casa:

Se você pudesse, o que melhoraria nas redondezas para facilitar a sua saída de casa:

Transporte

Quando quer sair de casa, como faz? Utiliza transporte público ou privado?

Se usa transporte público, as pessoas são cordiais? Como sente o tratamento das pessoas?

Você sente alguma dificuldade para pegar o ônibus ou o metrô?

Há lugares para você sentar?

Serviço de Saúde

Como você trata a sua saúde (frequenta médicos)

Os agentes de saúde te visitam regularmente?

Você toma algum remédio regularmente, se sim, qual o motivo da medicação?

Tem hospitais e postos de saúde perto da sua casa?

O futuro e os sonhos

Qual a sua opinião sobre a velhice:

Quais são seus planos para o futuro:

Há sonhos ainda não realizados:

Você se sente bem com a sua idade e com as coisas que consegue fazer:

Anexo II – Nós, as grisalhas

(Escrita de Ana Feliccia, inspirada na Obra: "Era o som dos seus pés" - Game, de Aleah Chapin - Artist - "It Was The Sound Of Their Feet" oil on linen, 84 x 120 incheschapin)

Nós, as grisalhas, amadurecidas pela vida, pelo tempo, pelas noites e pelos dias, pelas geadas, pelas dores e pelas alegrias. Nós, as grisalhas, tão esmaecidas, tão invisíveis. Nós, as grisalhas mal-compreendidas - há sempre quem nos insinue "ser desleixo" por deixar o cabelo branquear ou " que parecemos mais velhas ao não pintá-los". Nós, as grisalhas, que recebemos todo tipo de preconceito nas ruas, nos ônibus, nos concursos públicos, nas universidades, nos campos de trabalho, nas rodas de conversações de movimentos mais jovens, nas lojas, nas festas. Nós, as grisalhas, que não somos bem lidas dos porquês que nos tomam e onde habitam nossas escolhas, de termos desejado deixar os nossos cabelos serem eles mesmos. Nós, as grisalhas, que ninguém nem nos pergunta desses porquês, e ainda morreremos sem nem poder dizer para todos os que nos excluem de que essa escolha é um gesto político-é um gesto feminino- é um gesto feminista- é um gesto anarquista- é um gesto cultural-é um gesto de resistência - e é um gesto de amor às antigas da família, às ancestrais, às mães e bisas de nossa civilização-é um gesto de verdade, de nossa história única e imprescindivelmente nossa, de assumida como nossa, com o tempo nos acompanhando na verdade do próprio tempo. Nós, as grisalhas, que acinzentamos os cabelos porque bravamente já lutamos, já labutamos, já erguemos pedras, movemos moinhos, agasalhamos milhares, alimentamos outros milhares, criamos filhos abaixo de amor e de dignidade, e junto com toda essas lutas, o tempo passou, existiu, concretizou-se. Nós, as grisalhas, que nos acinzentamos e desejamos ficar assim, por opção, para provocarmos a regulação das tintas, as indústrias de beleza artificial, para incomodar o padrão de beleza midiático e de passarelas, a moldagem da beleza mercadológica, a relação de compra e venda da beleza-plástica-feminina. inventadas para vender e lucrar. Nós, as grisalhas, cheias de graça, que nos olhamos no espelho e sorrimos só para enxergarmos melhor nossas rugas, verdadeiros rios de dentro, rios dos risos, rios dos choros das lutas que não fugimos. Nós, as grisalhas, anciãs do mundo, que embalamos as gerações, amamentando e cantando as canções antigas das bisas e das avós que inspiram-nos a sermos essas - as bruxas grisalhas que andam assim, levitando, com tempo de parar e rir pros velhos cachorros da rua, que também pausam seus andares, e pras crianças das praças da cidade, nossos sorrisos a elas, marotos, porque já nos vimos nelas, já fomos elas e somos elas de novo. Nós, as grisalhas, que não ganhamos assovios nem paramos o trânsito da

rua, mas escolhemos quem queremos amar e com quem queremos viver, na liberdade e no risco do que essa escolha sugere e pressupõe. Nós, as grisalhas, que não representamos lucros para a indústria das tintas e das colorações testadas em animais, seres como nós. Nós, as grisalhas, tantas vezes desrespeitadas ao cortarmos nossos cabelos, tratadas como sem valor, nos salões de beleza, discriminadas, olhadas com desdém. Nós, as grisalhas, que nem somos bem olhadas na rua, que nem somos paqueradas pelos homens das nossas mesmas idades, porque a indústria das tintas é a mesma que sugere mulheres de vinte anos para homens de cinquenta. Nós, grisalhas, que somos menosprezadas em nossas experiências de vida e somos chamadas de "velhas chatas" quando resistimos aos enlouquecimentos da vida "da hora". Nós, as grisalhas, que passamos mais da metade da vida acordando de madrugada, assumindo as geadas, as neves, as chuvas, os frios para buscarmos, mais uma vez, o pão nosso de cada dia de uma família inteira. Nós, as grisalhas, que já deixamos de comer para darmos aos filhos e filhas, que já enfrentamos governos ditadores, polícias agressivas, políticos corruptos, padrões abusivos, homens machistas, maridos agressores. Nós, as grisalhas, que enfrentamos nossas próprias companheiras de gênero e de sexo, encapsuladas em invejas, ciúmes, competições. Nós, as grisalhas, que somos as filhas, que somos as mães, que somos as avós, que somos as bisavós, que somos as tias, as tias-avós. Que somos as velhas da família, as antigas, as anciãs, as curandeiras, as rezadoras, as tricoteiras, as costureiras, as professoras, as doceiras, as bordadeiras, as tecelãs, as artesãs. Nós, as grisalhas, que nos amamos em nosso tempo sem cera, em nossa velhice sincera. Nós, as grisalhas, que nos suportamos em nossos rios-rugas, em nossos vales-estrias, em nossas curvas arredondadas, em nossas peles balançando nos braços e dançando junto com as danças que fazemos ao caminharmos pelas ruas do mundo. Nós, as grisalhas, que já caminhamos devagar porque sabemos que podemos cair. Que já falamos pausadamente, porque preferimos pensar o que dizer, porque já não falamos tanto, porque aprendemos a escutar. Nós, as grisalhas, que sabemos repartir nosso pão. Que sabemos o valor das pessoas. Que lembramos sempre que a vida é um fio que pode se romper, que respeitamos o sagrado, que fazemos nossas rezas e acreditamos em simpatias. Nós, as grisalhas, que parecemos árvores muito antigas, a terra cansada do mundo, as fontes humanas caducas. Nós, as grisalhas, que existimos. E existimos também para lembrar da onde a vida começa, que a existência também é antiga, que nada nasceu de repente. Nós, as grisalhas, frutas maduras, seivas, caules, troncos velhos, fortes e resistentes aos vendavais. Nós, as grisalhas, do fio grosso e desacetinado, aprendemos a amar. Somos protetoras, santas vivas de nossos filhos, sem desejarmos altares, apenas uma florzinha, vez em quando, e sermos vistas e convidadas, lembradas e respeitadas. Nós, as grisalhas, que somos um pedaço do tecido da

vida. Nós, as grisalhas, assim como os rios, como os verdes, como os ares, como a terra, somos, em muitas, as cantigas, as histórias antigas, os ninares, os mantras, os oráculos, o esteio de uma família. Nós, as grisalhas, que carregamos em cada fio desses cabelos brancos, um pouco da história de cada pessoa do mundo, porque estando em cada um, estamos em todos. E, nós, as grisalhas, que em nossas já velhas retinas, ainda sentimos amor - até com as pedras não somos indiferentes. Nós, as grisalhas, que só gritamos pra dizer do direito de sermos lentas e livres, ousadas e loucas varridas, santas protetoras e bruxas insanas, carecas ou cabeludas, peladas ou vestidas, ousadas e enrugadas, magras e gordas, estriadas e com seios caídos, surdas e enxergando menos, com implantes dentários e de peles mais esgaçadas e todo dia com uma dor em algum lugar, Nós, as grisalhas, mas que sabemos amar, levantar e ir para as lutas de ruas, ajudar, aconselhar, analisar, enxergar longe, acolher, fazer chá de macela, bolo de chuva, sucos de uva e pregar um botão. Nós, as grisalhas, que amamos de infinito, que conversamos com as rosas e que cheiramos jasmims. Que repetimos histórias, que dormimos de camisola mas não dormimos de touca. Que acreditamos em lua crescente pra cortar cabelo e em receber dinheiro em lua cheia. Nós, as grisalhas, que parecemos cafonas, mas não somos. Somos sustentáveis, verdes, econômicas, não dizemos palavrões, reutilizamos tudo o que podemos, não somos ávidas consumidoras e ensinamos nossos filhos a serem pessoas que lutam. Nós, as grisalhas, que honramos a vida no tempo dela, o tempo no ritmo dele, o existir natural das pessoas, os ciclos naturais das mulheres. Nós, as grisalhas, fortes, rochas, sólidas. Porque somos mulheres, mulheres também. Esse é um Manifesto. Singelo tal qual nossos cabelos. Mas é um manifesto para afirmar nossas existências, para fortalecer nossa presença no mundo, para dizer: nosso valor não é menor. Não perdemos nossas tesões, o tempo nos ensinou a amar, nossos charmes não venceram e nossas palavras vem de algumas profundidades que só a idade permite. Pois, pois. Pois nós, as grisalhas, fomos vistas por Aleah Chapin - Artist. Artista que nos vê, nos inclui, nos percebe, nos pinta, nos fotografa, nos registra. Uma jovem, que ainda não é grisalha, mas que já por compreender de que fonte veio, honra as mulheres velhas. Nós, as grisalhas, fomos sentidas. E isso é Amor. Amor às velhas mães do mundo. Nós, as grisalhas, dignas de sermos amadas. (por Ana Feliccia)

Fonte: <https://www.facebook.com/aleahchapinartist/posts/497477903738652>, acesso em 11 / maio de 2015.

Figura 135 : It Was The Sound Of Their Feet
Fonte: Aleah Chapin, 2014

Anexo III – Pois é: sobre envelhecer

" Estamos envelhecendo. Não nos preocupemos!

De que adianta, é assim mesmo.

Isso é um processo natural. É uma lei do Universo conhecida como a 2ª Lei da Termodinâmica ou Lei da Entropia. Essa lei diz que: A energia de um corpo tende a se degenerar e com isso a desordem do sistema aumenta. Portanto, tudo que foi composto será decomposto, tudo que foi construído será destruído, tudo foi feito para acabar. Como fazemos parte do universo, essa lei também opera em nós. Com o tempo os membros se enfraquecem, os sentidos se embotam. Sendo assim, relaxe e aproveite. Parafraseando Freud: “A morte é o alvo de tudo que vive”. Se você deixar o seu carro no alto de uma montanha, daqui a 10 anos ele estará todo carcomido. O mesmo acontece a nós. O conselho é: Viva. Faça apenas isso. Preocupe-se com um dia de cada vez. Como disse um dos meus amigos à sua esposa: “me use, estou acabando!”. Hilário, porém realista. Ficar velho e cheio de rugas é natural. Não queira ser jovem novamente, você já foi. Pare de evocar lembranças de romances mortos, vai se ferir com a dor que a si próprio inflige. Já viveu essa fase, reconcilie com a sua situação e permita que o passado se torne passado. Esse é o pré-requisito da felicidade. “O passado é lenha calcinada. O futuro é o tempo que nos resta: finito, porém incerto” como já dizia Cícero. Abra a mão daquela beleza exuberante, da memória infalível, da ausência da barriguinha, da vasta cabeleira e do alto desempenho pra não se tornar caricatura de si mesmo. Fazendo isso ganhará qualidade de vida. Querer reconquistar esse passado seria um retrocesso e o preço a ser pago será muito elevado. Serão muitas plásticas, muitos riscos e mesmo assim você verá que não ficou como outrora. A flor da idade ficou no pó da estrada. Então, para que se preocupar? Guarde os bisturis e toca a vida. Para que se preocupar com as rugas, você demorou tanto para tê-las! Suas memórias estão salvas nelas. Não seja obcecado pelas aparências, livre-se das coisas superficiais. O negócio é zombar do corpo disforme e dos membros enfraquecidos. Essa resistência em aceitar as leis da natureza acaba espalhando sofrimento por todos os cantos. Advêm consequências desastrosas quando se busca a mocidade eterna, as infinitas paixões, os prazeres sutis e secretos, as loucas alegrias e os desenfreados prazeres. Isso se transforma numa dor que você não tem como aliviar e condena a ruína sua própria alma. Discreto, sem barulho ou alarde, aceite as imposições da natureza e viva a sua fase. Sofrer é tentar resgatar algo que deveria ter vivido e não viveu. Se não viveu na fase devida o melhor a fazer é esquecer. A causa do sofrimento está no apego, está em querer que dure o que não foi feito para durar. É viver uma

fase que não é mais sua. Tente controlar essas emoções destrutivas e os impulsos mais sombrios. Isso pode sufocar a vida e esvaziá-la de sentido. Não dê ouvidos a isso, temos a tentação de enfrentar crises sem o menor fundamento. Sua mente estará sempre em conflito se ela se sentir insegura. A vida é o que importa. Concentre-se nisso. A sabedoria consiste em aceitar nossos limites. Você não tem de experimentar todas as coisas, passar por todas as estradas e conhecer todas as cidades. Isso é loucura, é exagero. Faça o que pode ser feito com o que está disponível. Quer um conselho? Esqueça. Para o seu bem, esqueça o que passou. Tem tantas coisas interessantes para se viver na fase em que está. Coisas do passado não te pertencem mais. Se você tem esposa e filhos, experimente vivenciar algo que ainda não viveram juntos, faça a festa, celebre a vida, agora você tem mais tempo, aproveite essa disponibilidade e desfrute. Aceitando ou não o processo vai continuar. Assuma viver com dignidade e nobreza a partir de agora. Nada nos pertence. O que importa é o que está dentro de nós; a velha máxima continua atual como nunca: “quem tem muito dentro precisa ter pouco fora”. Esse é o segredo de uma boa vida.. . "

Fonte: <http://ignotus.com.br/profiles/blogs/pois-sobre-envelhecer>, acesso em 06/Setembro de 2015

Anexo IV - O fim da velhice

Tiram-me o seio, extirparam-me a alma. Cortaram-me as entranhas e retiraram durante cinco longos anos a seiva vital (meus hormônios). Senti meu corpo envelhecendo sob o efeito do remédio.

Criei raízes profundas e sobrevivi. Avancei no tempo, acelerei minhas ideias e dei novo impulso à vida.

Lembrei de um provérbio que dizia: “O pessimista senta-se e lastima, o otimista levanta-se e age”, Tinha o bem mais precioso: minha vida. Iria fazer com ela o melhor que pudesse.

Aos 53 anos fiz vestibular de Direito e fui aprovada. Estudei um semestre com ótimas notas e tranquei a Faculdade. Queria editar meu livro autobiográfico e para isso tive de economizar. Acreditei, como todo escritor neófito, que seria um grande sucesso e que valeria a pena o sacrifício.

Neste ínterim conheci uma pessoa pela internet e meus sonhos tomaram novo rumo. Sempre quis ter uma família grande, amorosa e barulhenta. Não consegui esse intento, mas aspirei dar um pai presente as minhas filhas. Também quis um companheiro, uma pessoa do meu lado para juntos crescermos e construirmos algo bom e verdadeiro. Casei-me novamente aos cinquenta e cinco, depois de estar vinte e cinco anos divorciada.

Busquei uma melhor qualidade de vida. Com isso minha saúde melhorou, meus olhos ganharam novo brilho e novas esperanças povoaram a minha mente.

Aí compreendi que, aos vinte anos, era uma velha e agora sentia-me jovem, plena de energia, sonho e confiança no amanhã. Aprendi também o quanto é importante termos escolhas. Com a sabedoria que os anos trazem, aprendemos muitas coisas. Compreendi que meu destino vai depender de mim. Eu, somente eu, sou responsável pela minha vida, pois para isso, Deus me deu o livre arbítrio. Aprendi que posso mudar meus pensamentos, mudando assim as minhas ações. Posso colher o que plantei no passado ou expandir este plantio para uma área bem maior do que havia planejado... Enfim, descobri que existe uma grande diferença em ser velho e ser idoso.

Você é velho quando sente o peso dos anos, quando sua vida está voltada para o ontem. Sempre se refere ao que fez e não ao que poderá fazer. Já não sente motivação de construir, não tem sonhos, apenas espera chegar o momento de partir. Você não vive, vegeta. Seus dias vão se arrastando e só se lembra dos sofrimentos e tristezas e do tempo que desperdiçou na juventude.

Você é idoso quando, mesmo sentindo que seu corpo não corresponde as suas expectativas, dribla a natureza, faz atividades físicas, alimenta-se bem, nutrindo o corpo e alma. Seus olhos mantêm o brilho do entusiasmo, da satisfação, quando fala no muito que poderá fazer por si e pela humanidade. Quando vibra de alegria, quando questiona o mundo e os problemas.

Você é idoso quando interage com o Universo e dele participa. Quando, através do seu exemplo, seu dinamismo, suas atitudes, deixa pegadas que serão seguidas pelas demais gerações.

Por isso escrevo para todos os meus amigos: envelhecer fisicamente é inevitável, mas crescer é opcional. Podermos ser velhos ou idosos, a escolha será nossa.

Diante disto, decretemos de uma vez por todas, O FIM DA VELHICE.

Fonte: AFONSO, Nina. *O fim da velhice*. In: RIBEMBOIM, Jacques e ALBERT, Dulce (orgs.). *O fim da velhice: a superação bem-humorada de um conceito*. 2 ed. Recife: Edição dos Organizadores, 2008.